

CELSO FERNANDO DE AZAMBUJA GOMES CARNEIRO

**A CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIOS NATURAIS E O
TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ**

CURITIBA
AGOSTO DE 2007

CELSON FERNANDO DE AZAMBUJA GOMES CARNEIRO

**A CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIOS NATURAIS E O
TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Milton Andriguetto
Co-orientadora: Prof. Dra. Karen Folador Karan

CURITIBA
AGOSTO DE 2007

TERMO DE APROVAÇÃO

CELSONO FERNANDO DE AZAMBUJA GOMES CARNEIRO

A CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO NATURAIS E O TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor no Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. José Milton Andriguetto
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dra. Ana Maria Chiarotti de Almeida
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dra. Márcia Scholz de Andrade Kersten
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Paulo da Cunha Lana
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Rodolfo José Angulo
Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR
Universidade Federal do Paraná

Curitiba, agosto de 2007



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Rua dos Funcionários, 1540- Juvevê- CEP: 80035-050 Curitiba-Pr

Fone (Fax) 41- 350 57 64

Fone (Fax) 41- 350 57 64

E-mail: made@ufpr.br

Home-Page: www.doutmeio.ufpr.br

Ata da sessão pública da arguição da tese para obtenção do grau de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento de n. 86. Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e sete, às 09h00min na Sede do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - Setor de Ciências Agrárias foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos doutores: Jose Milton Andriguetto Filho (orientador UFPR), Dr. Paulo da Cunha Lana (UFPR), Dr. Rodolfo Jose Angulo (UFPR), Dra. Ana Maria Chiarotti de Almeida (UEL) e Dra. Márcia Scholz de Andrade Kersten (UFPR) para arguição da tese de Doutorado apresentada pelo candidato **Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro**, intitulada "A constituição de patrimônios naturais e o tombamento da Serra do Mar no Paraná". A sessão teve início com o Prof. Jose Milton Andriguetto Filho na Presidência dos trabalhos. Em seguida foi concedida a palavra, a cada um dos examinadores, para realização de suas respectivas arguições. O doutorando apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. A banca reunida sigilosamente decidiu pela Aprovação do candidato. Com menção: (X) Distinção (X) Louvor. Em seguida, o senhor Presidente declara aprovado o doutorando, que recebeu o título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Costeiro. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente sessão a qual será assinada pela Comissão Examinadora.

Curitiba, 28 de agosto de 2007.

Dr. Jose Milton Andriguetto Filho

Prof. Dr. Paulo da Cunha Lana

Prof. Dr. Rodolfo Jose Angulo

Profa. Dra. Ana Maria Chiarotti de Almeida

Profa. Dra. Márcia Scholz de Andrade Kersten

Para Ana Paula, senhora dos meus
sorrisos e do meu coração.

Existem coisas boas de fazer, uma delas é agradecer. É isso que faço agora, a todos que me ajudaram, neste caminho e nos muitos outros que me permitiram trilhar este. Agradeço aos meus pais, Dorothy e Gastão, pela possibilidade da vida, os muitos exemplos e a dedicação; aos meus filhos Lula, Paulo, Flávia, Isabella e João, por serem a alegria e a esperança que se renova sempre. Um abraço carinhoso à Lígia, minha irmã e cúmplice, pela revisão e crítica. Sou muito grato aos amigos com quem aprendi pela vida profissional afora, a todos eles, mas especialmente, ao Eduardo, ao Socorro, ao Gilberto, ao Aloísio e ao Lange. Um obrigado especial ao Rodolfo, que soube ser amigo e paciente, quando necessário; também para a Heloisa, pela mão firme e clareza de idéias. Agradeço aos meus orientadores José Milton e Karen, pelo apoio e confiança e pelo o que isso significou de exigência. Aos meus colegas da Secretaria da Cultura, especialmente os da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, pelas muitas informações, livros, documentos mas principalmente pelo carinho. Todos eles tem um pedaço nesse trabalho, mas gostaria de dizer que: sem o apoio leal e decidido da Rosina, a tarefa seria impossível; sem o entusiasmo atento e afetuoso e as infindas informações do Vitamina, teria sido mais difícil e muito menos divertido; sem o senso crítico, e a instigante inteligência do Marcelo, muitas boas idéias não teriam vingado. Aos amigos Teresa, Tosca e Belmiro, bem como ao Professor Bigarella e ao José Guilherme, agradeço a paciência das entrevistas; à Karen, Cynthia, Chang, e Lúcia o exemplo, o sonho e a inspiração.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS E QUADROS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS	xiv
RESUMO	xvii
ABSTRACT.....	xviii
PREÂMBULO	xix
 1. INTRODUÇÃO	 1
1.1 A Temática	1
1.2 Objeto	3
1.3 Objetivos	12
1.4 Justificativa	13
1.5 Pressupostos	19
1.6 Questões para Orientação dos Estudos	21
1.6.1 Questões de Caráter Teórico	21
1.6.2 Questões sobre o Tombamento da Serra do Mar	23
1.7 Sistemática de Trabalho	26
 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: NATUREZA, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE	 32
2.1 A Noção de Patrimônio Cultural e Natural	32
2.1.1 Sua Origem e Evolução	32
2.1.2 Evolução Técnico – Institucional do Conceito	38
2.1.3 Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade	41
2.1.4 A Legislação Brasileira de Proteção ao Patrimônio	47
2.1.5 O Instituto do Tombamento	54
2.1.6 Patrimônio Cultural e Natural na Legislação Paranaense	56
2.2. Patrimônio Cultural e Valor	63
2.3 Estado Nacional, Identidade e Patrimônio	69
2.4 Patrimônio: Tempo, Lugar e Memória	78
2.4.1 Tempo, Espaço: Tradição e Modernidade	78
2.4.2 Memória, Lugar, Identidade e Patrimônio	85
2.5 Patrimônio Cultural Natural	92
2.5.1 Sítio, Lugar, Paisagem	93
2.5.2 Paisagem, Identidade e Patrimônio.....	100
2.6 Concepções de Natureza e a Constituição de Patrimônios Culturais Naturais	110
 3. EM BUSCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL NO BRASIL E NO PARANÁ	 133
3.1 Patrimônio Cultural Natural, Meio Ambiente e Desenvolvimento	133

3.1.1 Um Paradoxo bem Brasileiro	134
3.1.2 Terras da promessa uma perspectiva historicista	144
3.1.3 Identidades regionais e concepções de natureza	154
3.1.4 A Diversidade cultural e apropriação da natureza tropical	158
3.1.5 Frentes Agrícolas e Extrativistas: um padrão interativo entre produção e natureza	161
3.1.6 Natureza, Progresso e Desenvolvimento	172
3.1.7 O Paraná: Pioneirismo e Frentes Agrícolas	179
3.1.8 Um Território por Conquistar: Concepções de Natureza no Paraná	193
3.2 Patrimônio Cultural Natural no Contexto Brasileiro	216
3.2.1 Modernismo, Reforma do Estado e Nacionalismo	216
3.2.4 A Gestão Patrimonial no Brasil	220
3.2.5 O Patrimônio Cultural Natural Brasileiro	232
3.3 Patrimônio Cultural e Natural no Contexto Paranaense	251
3.3.1 A Gestão do Patrimonial no Paraná	251
3.3.2 O Patrimônio Cultural e Natural do Paraná	254
3.3.3 O Patrimônio Cultural Natural do Paraná	277
3.4 Sobre a Possibilidade de um Patrimônio Cultural Natural Brasileiro	290
 4. SERRA DO MAR: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE	299
4.1. Uma Típica Serra Marginal	299
4.2 Caminhos e Recursos da Serra do Mar	309
4.3 Olhares sobre a Serra: miragens e paisagens	388
4.3.1 Porta de entrada para novas terras e riquezas	389
4.3.2 As muitas Naturezas da Serra do Mar	390
4.3.3 Ecos Dissonantes do Passado: Miragens de Ouro, Prata e Riqueza	400
4.3.4 Aventuras e Excurções: da Região Selvagem ao Montanhismo ...	407
4.3.5. A Busca da Elevação: O Desafio da Identidade Paranista	416
4.3.6 Vencendo Obstáculos, Triunfando sobre a Natureza	417
4.3.7 Imagens e Paisagens: da Tecnologia ao Desvanecimento	421
4.3.8 As Montanhas Azuis e Outras Histórias	438
 5. A MONUMENTALIZAÇÃO DA SERRA DO MAR	440
5.1 Antecedentes	440
5.2 Tombando a Serra do Mar	470
5.3 A Serra Agora é Nossa	504
 6. CONCLUSÕES	509
6.1 As Diversas Dimensões do Patrimônio Cultural Natural	509
6.2 O Tombamento da Serra do Mar	516
 REFERÊNCIAS	525

LISTA DE FIGURAS

FIGURA -	1	INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL NA REGIÃO LITORÂNEA	5
FIGURA -	2	TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR: LOCALIZAÇÃO	6
FIGURA -	3	CARTOGRAMA REPRODUZINDO PARCIALMENTE A CARTA DA ÁREA DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR	9
FIGURA -	4	O TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR, O LITORAL E A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	11
FIGURA -	5	CARTAZ COMEMORATIVO DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR	24
FIGURA -	6	SISTEMÁTICA DE TRABALHO ADOTADA	27
FIGURA -	7	O TREM DE FERRO ENTRA NO SERTÃO BRAVO	150
FIGURA -	8	LONDRINA 1934	152
FIGURA -	9	ESQUEMA BÁSICO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ	189
FIGURA -	10	FIGUEIRA BRANCA DO NORTE DO PARANÁ: SÍMBOLO DE TERRA FÉRTIL	208
FIGURA -	11	NÃO HÁ SAÚVAS	209
FIGURA -	12	TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL, ENTRE 1960 E 2005, NO PARANÁ POR TIPO	256
FIGURA -	13	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TOMBAMENTOS DE UM TIPO SOBRE O TOTAL DE TOMBAMENTOS DO TIPO EM PERÍODOS DETERMINADOS	257
FIGURA -	14	DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL	259

FIGURA -	15	PERCENTAGEM DE TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL EM PERÍODOS SELECIONADOS	260
FIGURA -	16	TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ENTRE 1965 E 2005 POR TIPO DE PROPRIEDADE À ÉPOCA DO TOMBAMENTO	263
FIGURA -	17	TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ENTRE 1965 E 2005, POR PERÍODO	263
FIGURA -	18	PERCENTUAL DE TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL POR TIPO DE PROPRIETÁRIO COM RELAÇÃO AO TOTAL DOS BENS TOMBADOS POR CLASSE DE PROPRIEDADE ENTRE 1964 E 2003	268
FIGURA -	19	REGIÕES DE OCUPAÇÃO	270
FIGURA -	20	CONCENTRAÇÃO DOS TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL POR SUB-REGIÃO	284
FIGURA -	21	TOMBAMENTOS EM CATEGORIAS SELECIONADAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL EM ESTADOS SELECIONADOS	298
FIGURA -	22	ASSENTAMENTOS E CAMINHOS DO PERÍODO DA MINERAÇÃO	316
FIGURA -	23	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DE TRANSPOSIÇÃO DA SERRA DO MAR	381
FIGURA -	24	VIADUTO SÃO JOÃO	421
FIGURA -	25	HANS STANDEN , CHEGADA AO SUPERAGUI	425
FIGURA -	26	JEAN-BAPTISTE DEBRET, CURITIBA 1827	427
FIGURA -	27	JOSEPH KELLER. VISTA GERAL DE CURITIBA 1865	428
FIGURA -	28	WILLIAM MICHAUD. FLORESTA VIRGEM	429
FIGURA -	29	JOÃO LEÃO PALLIÈRE. TROPA CARREGADA DE MATE DESCENDO A SERRA	430

FIGURA -	30	ALFREDO ANDERSEN. CADEADO	431
FIGURA -	31	THEODORO DE BONA. MONTANHA DO MARUMBI	434
FIGURA -	32	MARC FERREZ. VIADUTO	436

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA -	1	TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR, ÁREA TOMBADA POR MUNICÍPIO E REGIÃO	8
QUADRO -	1	CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO E SUPERFÍCIE DAS ÁREAS DE USO REGULAMENTADO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ	16
TABELA -	2	SITUAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO PARANÁ 2001-2002	186
TABELA -	3	PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: PARTICIPAÇÃO DOS BENS TOMBADOS ENTRE 1937 E 1941, NO LIVRO DO TOMBO DE BELAS ARTES, NO TOTAL DE TOMBAMENTOS EM ESTADOS SELECIONADOS	224
TABELA -	4	TOMBAMENTOS ARQUEOLÓGICOS, ETNOGRÁFICOS E PAISAGÍSTICOS EFETUADOS PELO IPHAN ENTRE 1938 E 2003	245
TABELA -	5	DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS TOMBAMENTOS PAISAGÍSTICOS EFETUADOS PELO IPHAN ENTRE 1938 E 2003.....	246
TABELA -	6	DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL ENTRE 1937 E 1987	248
TABELA -	7	BENS TOMBADOS NO PARANÁ POR TIPO E PERÍODO DE TOMBAMENTO	256
TABELA -	8	BENS TOMBADOS POR NATUREZA DO PROPRIETÁRIO E PERÍODO DE TOMBAMENTO	262
TABELA -	9	BENS TOMBADOS POR TIPO DO PROPRIETÁRIO EM PERÍODOS SELECIONADOS	267
TABELA -	10	BENS TOMBADOS POR REGIÃO	271

TABELA -	11	BENS TOMBADOS POR CONTEXTO HISTÓRICO – CULTURAL	273
TABELA -	12	BENS TOMBADOS ENTRE 1960 E 2005 DE ACORDO COM O CONTEXTO FUNCIONAL QUANDO DO TOMBAMENTO	274
TABELA -	13	TOMBAMENTOS ARQUEOLÓGICOS, ETNOGRÁFICOS E PAISAGÍSTICOS NO PARANÁ	283
TABELA -	14	PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO PARANÁ POR TIPO	284
TABELA -	15	PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO PARANÁ DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS TOMBAMENTOS POR TIPO	285
TABELA -	16	PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DE SÃO PAULO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO ...	292
TABELA -	17	PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO RIO DE JANEIRO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO	293
TABELA -	18	PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO MARANHÃO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO	296
TABELA -	19	TOMBAMENTOS DE CATEGORIAS SELECIONADAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL EM ESTADOS SELECIONADOS	297
TABELA -	20	TOTAL DE ESPÉCIES E ENDEMISMOS NAS RESERVAS DE MATA ATLÂNTICA DO SUDESTE BRASILEIRO.....	307
TABELA -	21	DIVERSIDADE, ENDEMISMOS E ESPÉCIES AMEAÇADAS DA MATA ATLÂNTICA	308
TABELA -	22	TRÁFEGO DE TROPAS NO CAMINHO DO ITUPAVA ENTRE 1826 E 1830	344

TABELA -	23	DADOS COMPARATIVOS ENTRE OS CAMINHOS DA GRACIOSA E ITUPAVA	349
TABELA -	24	POPULAÇÕES DE CURITIBA E DO PARANÁ: 1872 – 1940	368
TABELA -	25	POPULAÇÃO DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, 1940-1970	374
TABELA -	26	POPULAÇÃO DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, 1970-2000	382
TABELA -	27	SÚMULA DAS MANIFESTAÇÕES NO PROCESSO DE TOMBAMENTO	487
TABELA -	28	CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS IMPUGNANTES	489

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABPPOLAR-PR	Associação Brasileira de Prevenção à Poluição do Ar e Defesa do Meio Ambiente
ADEA	Associação de Defesa e Educação Ambiental do Paraná
AEIT	Área Especial de Interesse Turístico
APA	Área de Proteção Ambiental
APREFFA	Associação de Preservação da Flora e da Fauna
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
BIRD	Banco Mundial
CCDPHAC	Conselho Consultivo da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná
CEPHA	Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CPC	Coordenadoria do Patrimônio Cultural
CPM	Clube Paranaense de Montanhismo
CPR	Coordenadoria de Planejamento Regional
CSDPCP	Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DPHACP	Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DRN	Departamento de Recursos Naturais
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café

IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBPT	Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná
ICCROM	Comitê Internacional para o Estudo da Preservação e Conservação da Propriedade Cultural
ICOMOS	Conselho Internacional para Monumentos e Sítios
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITC	Instituto de Terras, Cartografia
ITCF	Instituto de Terras, Cartografia e Florestas
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
MADE	Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento
MAE	Movimento de Ação Ecológica
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa de Reconstrução de Cidades Históricas
PRODOPAR	Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná
PROSAM	Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba
SECE	Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte
SEEC	Secretaria de Estado da Cultura
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SEMA/PR	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUDESUL	Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UIC	União Internacional para a Conservação da Natureza
USP	Universidade de São Paulo
WHC	World Heritage Center
WWF	World Wildlife Fund

RESUMO

O presente trabalho analisa na generalidade o processo de constituição de patrimônios naturais, como prática do Estado, cujo advento se associa à modernidade, pela qual se escolhe e coloca sob tutela determinadas paisagens, consideradas notáveis ou símbolo de identidade. O caso específico estudado é aquele que transformou uma área de 386.000 ha. da Serra do Mar, incluindo uma das parcelas mais bem protegidas da floresta atlântica, em patrimônio cultural do Estado do Paraná, no Brasil. Procurou-se compreender: a idéia de patrimônio cultural e natural, suas condições de advento e os diversos conceitos que a ela são vinculados; as noções de tempo, lugar, memória, identidade, valor, natureza, sítio, paisagem; as relações entre sociedade e natureza no Brasil e no Paraná; o processo de constituição e gestão dos patrimônios naturais em âmbito federal e estadual. A partir daí abordou-se a Serra do Mar e suas múltiplas interações com a sociedade e a economia paranaenses em diversos momentos da história, bem como as representações que a ela são associadas. Posteriormente estudou-se o processo pelo qual a Serra se constituiu em patrimônio, procurando relacionar atores envolvidos, os discursos e contextos políticos. Concluiu-se, que há uma cisão entre os discursos que embasam as políticas ambientais e as práticas de apropriação dos recursos do ambiente que são correntes no Brasil, viu-se também que não há correspondência entre o valor que se atribui aos bens da natureza nas diversas manifestações culturais – onde são considerados símbolos da nação – e o patrimônio cultural natural que se estabeleceu oficialmente. Quanto à Serra do Mar, evidenciou-se que o interesse por sua proteção definiu-se mais no âmbito dos estados do que da União Federal, que seu tombamento se vincula fortemente ao período histórico da redemocratização do país e que sua proteção atendeu a um movimento de intelectuais e não ao clamor popular.

Palavras chave: patrimônio cultural, patrimônio cultural e natural, Serra do Mar, Floresta Atlântica, natureza, relações sociedade natureza, tombamento da Serra do Mar no Paraná.

ABSTRACT

This work analyses the constitution of natural heritage sites, the process of choosing and protecting some of them, considered remarkable or a symbol of identity, as a State's practice in the modernity. It considers the *Tombamento da Serra do Mar*, by which an area of 386.000 ha of this important mountain ridge, mainly covered by the Atlantic Forest, has been transformed in Parana State's Natural Heritage Site. In the first part of it analyses the concept of cultural and natural heritage, its emergence, and some others concepts usually connected with it, such as the ideas of time, place, memory, identity, nature, site, landscape; the relations connecting society and nature – mainly as historically verified in Brazil and in the Parana State; and the process used to choose some parts of nature as natural heritage sites. In the second part, it investigates the relationship of *Serra do Mar* with Parana's history, society and economy, and the representations that have been constructed about it during time. Finally, it analyses the process by which the *Serra do Mar* was declared a natural heritage site, evaluating how it was done and describing the main actors and political context. The conclusions point to an important gap between the arguments that are used as the basis for the environmental policy and management and the historical practices and relations with nature and natural resources that are profoundly entangled in Brazilian society and history. They also remark that the natural heritage as it has been constituted does not have correspondence with the importance nature has in other important cultural manifestations, where it is considered as a symbol of the nation. In the case of the *Tombamento da Serra do Mar*, it shows that the main interest in its protection has its origins mostly in the federated states rather than the Union; and, that it was an event strongly related with the reconstruction of democracy in the end of the 1980's. Finally there are a lot of evidences that shows that Serra do Mar have been declared a natural heritage site in order to attend an intellectual's movement rather than a popular claim.

Key words: heritage, cultural heritage, cultural and natural heritage, *Serra do Mar*, Atlantic Forest, nature, society and nature relations, *tombamento da Serra do Mar*.

Preâmbulo: Um Ponto de Vista Particular

Tratar das questões associadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente no Paraná e dos temas relacionados com sua cultura, tem sido aspectos importantes na trajetória profissional e na vida pessoal do autor.

Os primeiros passos nesse sentido remetem à concepção de um plano diretor de abastecimento de água para a Região Metropolitana de Curitiba, ainda em 1974, posteriormente ao Projeto Noroeste, experiência pioneira de compatibilização entre desenvolvimento regional e o melhor uso dos recursos, centrada na questão da erosão que remonta aos meados dos anos 70.

Naquele tempo, o envolvimento foi com os projetos piloto de Rondon e da Bacia do Ribeirão do Rato, a busca era a do desenvolvimento de modelos preditivos que sustentassem propostas de padrões de ocupação do meio ambiente urbano – desenho, densidades, zoneamento de usos, distribuição de espaços a ocupar e não ocupar – e do meio rural – zoneamento de atividades, padrões de manejo, tratamento integrado de micro bacias.

Posteriormente, ainda nos anos 70, as incursões no campo ambiental se deram mais na área do planejamento urbano com a elaboração de planos diretores para controle da erosão urbana e também na implantação de projetos visando a amenização dos impactos da construção de Itaipu em Foz do Iguaçu e região, neste caso trabalhando com a Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL no Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná – PRODOPAR.

Mais tarde, já trabalhando para a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, as especulações no campo ambiental, até atendendo às demandas da época, mudaram de objeto. A curiosidade esteve dirigida para a avaliação de impactos das grandes barragens, a atenção estava voltada para o desenvolvimento de instrumental analítico que permitisse dar conta do conjunto de temas relacionados com a questão, como trabalho prático participou-se do Grupo de Trabalho para avaliação dos impactos da construção da Barragem de Ilha Grande.

Com os novos ventos políticos que começaram a soprar no país com as eleições diretas para governador, ainda atuando no campo do planejamento governamental, as experiências na questão ambiental voltaram-se para o litoral, com trabalhos que visaram a regulamentação de uso do solo da região, especialmente dos balneários.

Dois eram os desafios: compatibilizar uma demanda muito intensa por urbanização, com padrões menos agressivos do ponto de vista dos parâmetros de uso e ocupação, respeitando e preservando as características da paisagem e garantindo um padrão ambiental adequado; e construir mecanismos de gestão que incorporassem, na definição e na operacionalização dos padrões de apropriação dos recursos, a participação da comunidade de interesses nos seus diversos segmentos, o que resultou na criação do Conselho do Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

Logo após esta experiência, o autor ocupou-se da questão da Serra do Mar, solicitado inicialmente para colaborar na aplicação da legislação referente à áreas especiais de interesse turístico para a área do Parque Marumbi, e participando do comitê que coordenava as iniciativas integradas entre o Paraná e São Paulo para o desenvolvimento sustentado da região do lagamar Iguape, Cananéia, Paranaguá, bem como do Grupo de Apoio Técnico da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

O envolvimento com a Serra deu-se, então, num momento especial. Havia uma liberdade de proposição no âmbito dos escalões técnicos da administração estadual que nunca fora experimentada antes. Buscavam-se metodologias que permitissem modelos de conhecimento que não levassem em conta exclusivamente os pontos de vista técnico e científico, mas incorporassem os saberes das populações tradicionais. Experimentavam-se mecanismos de decisão mais abertos. A idéia de construir a democracia e as bases da cidadania faziam convergir interesses e pontos de vista.

Em tais circunstâncias os trabalhos técnicos do tombamento, especialmente a concepção das normas de uso da área tombada e a compatibilização das diversas normas incidentes sobre ela, foram desenvolvidos num clima de quase euforia, de resgate de expectativas que, até uns poucos anos antes, permaneciam contidas.

Foi também um momento de reencontro, de companheiros e de ideais, posto que muitos dos participantes no processo eram egressos do movimento estudantil do final dos anos 60 e início dos 70, e mesmo não tendo pertencido às mesmas facções, reencontravam-se num novo momento, que não era mais o dos anos negros, mas de esperança.

Após o tombamento, estreitaram-se os vínculos com a Secretaria da Cultura, o autor veio a ser convidado a participar do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, tendo exercido essa função por diversos mandatos. Com isso familiarizou-se com os temas e procedimentos de proteção ao patrimônio cultural, tendo participado intensamente dos trabalhos dos tombamentos dos Centros Históricos da Lapa, como conselheiro relator, e de Paranaguá.

Também nesse momento, já no início dos anos 1990 e no contexto da preparação da 2ª Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o governo brasileiro percebeu-se sem uma proposta para a discussão das questões ambientais urbanas. Solicitada pelo Ministério da Ação Social, a Secretaria do Planejamento do Paraná desenvolveu, sob a coordenação do autor, uma proposta que se pretendia uma abordagem compreensiva para a gestão de águas na Região Metropolitana de Curitiba.

Essa proposta deu origem ao conhecido Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba – PROSAM, um amplo programa envolvendo investimentos de aproximadamente 270 milhões de dólares norte-americanos, destinado a desenvolver um aparato de gestão de águas para a região, despoluir a bacia do Alto Iguaçu e garantir a oferta de água potável, cujo desenvolvimento, negociação e início da implantação foram coordenados pelo autor.

Foi um tempo de experiências com o manejo de instrumentais técnicos de avaliação econômica e de tentativas de desenvolver um discurso sobre a gestão de águas que buscasse compatibilizar os pontos de vista do Banco Mundial - BIRD, principal agência financiadora, com as peculiaridades locais.

Mas houve tempo e espaço para experiências um pouco mais arrojadas. O PROSAM, desde sua origem, foi concebido tendo um de seus projetos voltados para o exercício de uma auditoria não governamental de suas atividades e resultados.

Passado este momento o autor envolveu-se ainda mais de perto com os afazeres da cultura, transferindo-se da Secretaria do Planejamento para a da Cultura e ocupando-se até 2002 de funções de assessoria e direção e posteriormente de técnico da Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

É nestas circunstâncias que surgiu uma abertura para a reflexão e para cursar o MADE. A expectativa era de mudança de trajetória, de buscar uma compreensão mais clara do que se fizera e de como se fizera.

Foram quase trinta anos de uma prática que sempre se expressara no desenvolvimento de discursos técnico-políticos voltados a explicar a realidade paranaense e a justificar formas, politicamente estabelecidas, de intervenção sobre a mesma ou, por outro lado, de viabilização de formas de implementação destes mesmos discursos.

Olhando para traz, percebia-se uma herança do movimento estudantil que motivara os primeiros passos: uma fé inabalável nas possibilidades da ação conjunta de pessoas bem intencionadas; a esperança do desenvolvimento da prática democrática como um ideal a ser alcançado; a crença na igualdade de direitos e oportunidades; o desejo de se engajar em ações que se voltassem ao bem comum.

O caminho trilhado na administração pública podia ser resumido por um conjunto de concepções a respeito da dinâmica dos processos de degradação ambiental que fora construído basicamente nos dois anos de envolvimento com o Projeto Noroeste, e a respeito do desenvolvimento como um processo redistributivo, mas que se apoiava na industrialização, bem como e na convicção de que o Estado devia desempenhar uma função decisiva na sua promoção.

Mas a observação deste trajeto como conjunto, embora tenha vez por outra causado satisfação e alimentado ilusões, sempre mostrava lacunas abertas para as quais o mero atendimento a ideais pessoais ou a justificativa do bem comum não bastavam.

Os objetos estão onde estão, as marcas das ações empreendidas em alguns casos perduram: Mas o que os fez – a Serra, o Centro Histórico da Lapa, a Bacia do Alto Iguaçu, Matinhos, Caiobá, Rondon entre diversos outros – objetos daquelas ações? Em que contexto isso se deu? A cada momento o que, realmente, justificou a ação deste específico indivíduo? A que desígnios realmente as ações empreendidas atendiam?

Uma avaliação crítica desta trajetória requereria olhar esta coleção um tanto díspar de coisas, lugares e ações, estabelecer uma visão mais compreensiva que permitisse explicar este agir sobre o próprio meio e buscar uma delas como caso de estudo.

Não foi isso que se deu. As injunções do curso e da linha de pesquisa adotada apontavam para alguns deles – Paranaguá, as cidades balneárias e a Serra do Mar. Escolheu-se a Serra, pelo apelo emotivo que tem, pelas lembranças da juventude, pelos amigos que se foram, pelas muitas belas e raras paisagens vivenciadas, e também pela lembrança da experiência impar que foi seu processo de tombamento.

O fato, ao fim, é que estas coisas, que se maneja tão familiarmente no cotidiano, quando pensadas criticamente se tornam estranhas. Assumem formas inesperadas, extrapolam os limites relacionais onde usualmente são colocadas. Esta constatação, que aponta para uma nova possibilidade sempre em aberto, pôs a presente pesquisa em movimento.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Temática

O conceito de patrimônio cultural é geralmente entendido como uma idéia européia que tem seu advento vinculado à modernidade e à consolidação do Estado-Nação.

Embora, como aponta Françoise Choay (2001) em seu *A alegoria do patrimônio*, sua trajetória tenha raízes no medievo e no culto às relíquias que à época se desenvolveu na Europa, é no renascimento que efetivamente surge, vinculado à noção de monumento, definindo, mais tarde, no século XVIII na França e na Inglaterra, seus contornos mais precisos e assumindo, por fim, no pós-guerra, as suas características atuais.

Esta noção evoluiu no correr do período, ampliando sua área de abrangência quer do ponto de vista geográfico, difundindo-se por todos os continentes, quer do ponto de vista da natureza dos objetos protegidos (CHOAY, 2001).

Atualmente, a idéia de patrimônio cultural abrange um rol muito amplo de objetos desde os culturais propriamente ditos, como obras de arte, artefatos, documentos, manifestações culturais, literatura, música, objetos e expressões da cultura popular, até os naturais, como paisagens, sítios, aspectos da natureza (KERSTEN, 2000).

Constituem-se em patrimônio cultural quase todas as coisas que o homem faz ou com as quais se relaciona, desde que a elas se atribua valor que lhes confira essa peculiar condição.

Essa constatação, corrente em muitos textos a respeito do tema, suscita uma questão, qual seja a de como se insere a constituição de patrimônios na dinâmica da modernidade, isto levando em conta que se desenvolve com uma forte vinculação com o Estado-Nação e que está relacionada à noção de identidade. Esse é, no âmbito mais geral, o espaço de reflexão no qual deverá se desenvolver o presente trabalho.

No amplo e diversificado conjunto de objetos que são considerados patrimônio cultural, há um aspecto que, pela magnitude das coisas protegidas e pela

diversidade dos processos que abriga, se constitui numa área específica no campo patrimonial, qual seja o dos patrimônios culturais naturais.

Os patrimônios culturais naturais – os monumentos da natureza, as paisagens notáveis, os sítios de beleza singular ou de importância científica – constituem o interesse específico do trabalho de pesquisa a ser desenvolvido. O objetivo é a compreensão da constituição destes como produto de um processo de valoração de aspectos da natureza.

A definição adotada pela Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura - UNESCO (IPHAN, 2000 p.179) associa à idéia de patrimônio natural, noções como as de monumentos naturais, habitat de espécies ameaçadas, lugares naturais e zonas naturais, formações geológicas e fisiográficas, valor excepcional do ponto de vista estético, científico, da conservação ou da beleza natural.

Patrimônio cultural natural é uma idéia que se vincula, na maioria das vezes, à paisagem, sítio, lugar, ou exemplar. São exemplos: o Parque Nacional do Iguaçu, a Floresta Atlântica – Reservas da Costa do Descobrimento e do Sudoeste -, o Pantanal, o arquipélago de Fernando de Noronha e o Atol das Rocas, as Áreas Protegidas do Centro da Amazônia, a Chapada dos Veadeiros e o Parque Nacional das Emas - citando os bens naturais inscritos na lista do patrimônio mundial da UNESCO no Brasil¹.

No caso do Paraná, são patrimônios culturais naturais, para mencionar os mais conhecidos, a Serra do Mar, a Ilha do Superagüi, a Ilha do Mel, a Vila Velha.

Trata-se de um conceito que envolve um conjunto muito amplo de coisas, as quais são identificadas com base em critérios de grau de objetividade variável, que oscilam entre aspectos passíveis de detecção e mensuração – presença de espécies ameaçadas, por exemplo – e outros bastante subjetivos como o de beleza natural. Em todos os casos, sempre envolvem uma atitude valorativa em face de um determinado objeto da natureza.

¹ A lista do patrimônio mundial no Brasil inclui 17 bens, dos quais 7 áreas (41%) estão na categoria de patrimônio natural. Estes, seguidos dos respectivos anos de inscrição, abrangem: o Parque Nacional do Iguaçu (1986), as Reservas de Florestas Atlântica da Costa do Descobrimento (1999), as Reservas de Floresta Atlântica do Sudoeste (1999), o Complexo de Conservação da Amazônia Central (2000, 2003), Área de Conservação do Pantanal (2000), Ilhas Atlânticas do Brasil: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas (2001), Áreas Protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas (2001), (UNESCO, 2005).

A função simbólica de um lugar ou de uma paisagem não é desconhecida: o temor e o fascínio que despertam remetem aos primeiros momentos da consciência mítica, à indiferenciação entre homem e as potências da natureza; sua vinculação à identidade – eu e o outro: o lugar familiar e, fora do território, o estranho – muito provavelmente está referida aos primórdios da hominização e à definição de campos de caça e coleta (TUAN, 1983).

Estes aspectos são sabidos, referenciam o tema na medida em que relacionam com a atribuição de valor aos objetos da natureza, mas não é apenas essa a discussão que interessa aqui. Trata-se mais especificamente de ampliar a compreensão a respeito da constituição de patrimônios naturais.

Busca-se o entendimento do conjunto dos fatores que estão envolvidos no processo pelo qual uma parte da natureza passa a ser considerada de valor² para o conjunto de determinada sociedade.

Essa análise pressupõe a consideração de que os patrimônios são constituídos no âmbito do Estado, e que são um advento da modernidade. E requer a discussão das relações que a sua constituição tem com as demais instâncias da sociedade em que ocorrem e com as noções que lhe são associadas, quais sejam as de natureza, lugar, memória e identidade.

1.2 Objeto

No litoral do Paraná encontram-se grandes extensões de áreas tombadas³ pelo patrimônio cultural. Isto confere ao Estado, a possibilidade de, administrativamente, vir a interferir de forma bastante abrangente nas atividades e no padrão de organização territorial da região.

Estas áreas de uso regulamentado abarcam tombamentos de áreas urbanas expressivas, incluindo dois centros históricos, o de Paranaguá, sua maior cidade, e o de Morretes, a cidade de agricultura mais dinâmica da região, e um de paisagem urbana constituído pela orla litorânea de maior densidade de ocupação do balneário mais populoso do Paraná, Matinhos.

² Para Ulpiano Bezerra de Menezes os valores culturais incluem: valores cognitivos, estéticos, afetivos, sgnicos, éticos e pragmáticos (2004).

³ Tombamento, como ensina Paulo Afonso Leme Machado (*Apud* SILVA, 2002), refere-se ao ato de tomar, ou seja, de inscrever um bem – a coisa que se quer proteger – no livro do tombo.

As mesmas incluem tombamentos de patrimônio cultural natural que abrangem uma extensão territorial superior a 422.000 ha que contém toda a extensão da Serra do Mar, o ponto de atração turística mais conhecido (Ilha do Mel) e a quase a totalidade da orla do litoral norte (o Superagüí).

Também se registra um tombamento de patrimônio arqueológico, o sambaqui do Guaraguaçu, o sítio mais notável em termos de tamanho e que parece ter ocupado uma função central diante de todos os contemporâneos na região, o que lhe confere uma posição *sui-generis* no contexto dos sítios arqueológicos pré-coloniais conhecidos no Paraná⁴.

Destaca-se, por fim, o centro histórico de Antonina que, embora não seja objeto de um tombamento específico, abriga tombamentos individuais, o que obriga que sua gestão, em decorrência da regulamentação de uso do entorno de bens tombados, se dê em moldes semelhantes ao utilizado para centros históricos tombados em sua totalidade.

É de se registrar que esses tombamentos perfazem aproximadamente um terço do conjunto dos tombamentos registrados no Paraná, incluem 3 dos 7 tombamentos de sítios urbanos e centros históricos existentes e em processo no Estado⁵, e perfazem 99% da área total dos tombamentos de patrimônio natural existentes no Paraná.

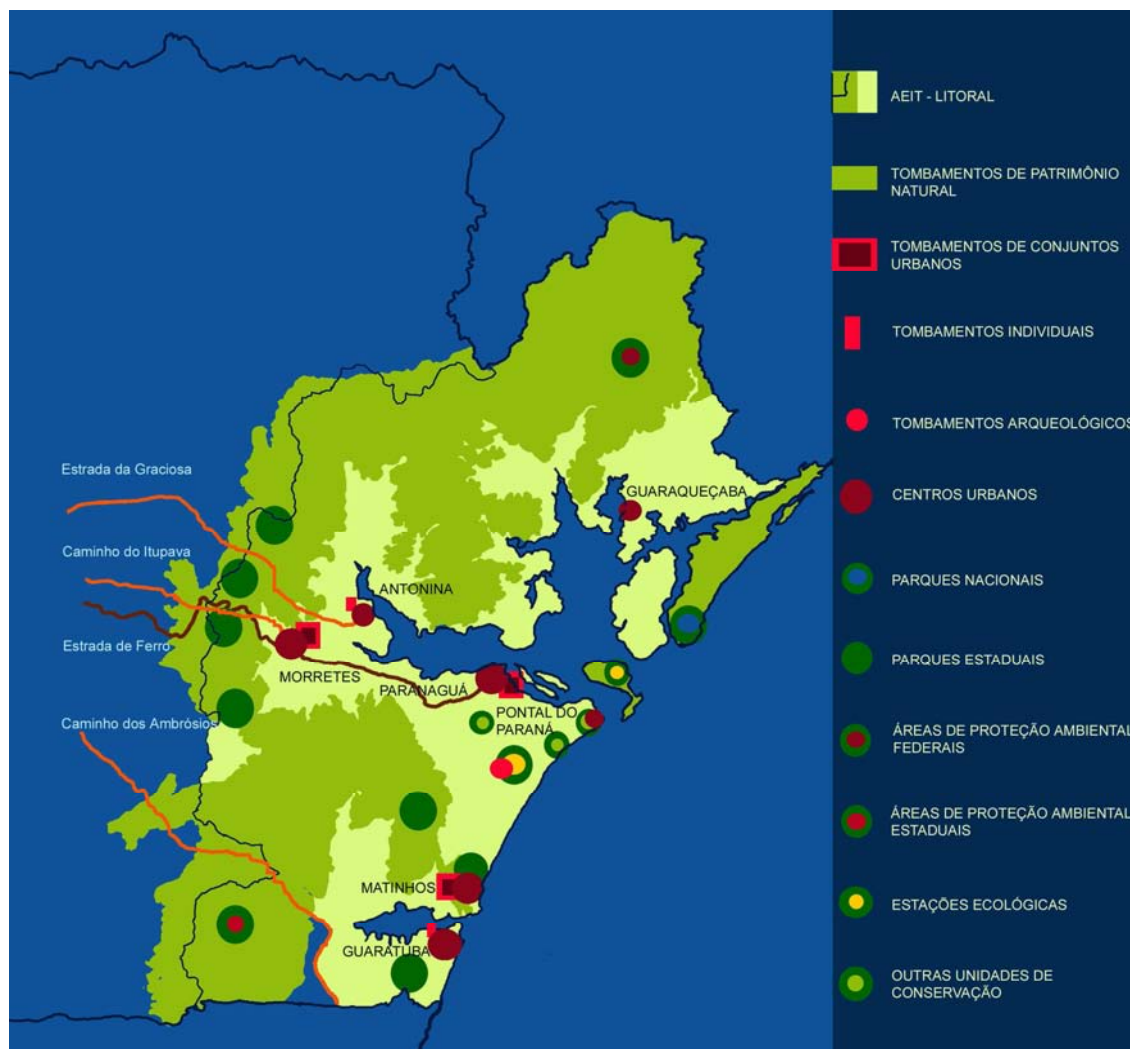
De fato a região litorânea, além de concentrar um número significativo de tombamentos de patrimônio cultural e natural, também é objeto de diversos instrumentos de proteção e abriga muitas unidades de conservação.

Uma idéia mais nítida da extensão e da abrangência territorial dos tombamentos, das diversas medidas de proteção do patrimônio cultural e natural, e da concentração de instrumentos de proteção na região litorânea pode ser obtida pela observação do cartograma constante da figura 1.

⁴ Assim afirma Almir Pontes Filho (2006), geógrafo responsável pelo Setor de Arqueologia da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

⁵ Os tombamentos de sítios urbanos e centros históricos no Paraná incluem, por ordem de antigüidade, a paisagem urbana da rua XV de Novembro em Curitiba, a paisagem da orla litorânea de Matinhos, o Setor Histórico da Lapa, o Setor Histórico de Paranaguá, o conjunto histórico da rua Comendador Araújo em Curitiba, o Setor Histórico de Morretes (em processo) e o Setor Histórico de Castro (em processo).

FIGURA 1 - INICIATIVAS DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL NA REGIÃO LITORÂNEA



Fonte: Arte do Autor sobre original de Luiz Celso Tarnowski (2002).

Dentre as iniciativas de proteção ao patrimônio cultural natural no Litoral do Paraná, destaca-se, pelo seu papel emblemático, a do Tombamento da Serra do Mar que nos meados dos anos 80⁶ do século XX, conjuntamente com iniciativa semelhante que se deu no Estado de São Paulo, significou um marco na luta dos movimentos sociais ambientalistas da época.

⁶ A Serra do Mar foi tombada no Paraná em 1986 (PARANÁ, 1986), sendo essa iniciativa antecedida por atitude similar em São Paulo, esta datando de 1985 (CENCING, 2004 p. 11).

FIGURA 2 - TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR: LOCALIZAÇÃO



Fonte: Elaboração do Autor.

A Serra do Mar, designação corrente do extenso conjunto de montanhas do Maciço Atlântico que se desenvolve pelo litoral brasileiro desde o norte do Estado do Rio de Janeiro até o sul de Santa Catarina, constitui-se num acidente geográfico notável no contexto brasileiro.

Sua relevância se dá em função de sua dimensão e de sua situação. Interpõe-se entre o litoral e o planalto, colocando-se como uma barreira – o que a

vincula às configurações espaciais do processo histórico de ocupação do território brasileiro – que influenciou em muito o modo de vida das populações sulinas.

Além desses aspectos, a notabilidade da Serra do Mar do ponto de vista paisagístico e do patrimônio cultural associa-se, principalmente, ao fato de abrigar, em decorrência de sua topografia, as parcelas mais expressivas da parte mais conservada da Floresta Atlântica (COSTA, 1997, p. 10).

Paisagem notável, a Grande Cordilheira Marinha, como a chamavam os primeiros viajantes da terra, era percebida como barreira a ser transposta⁷, como obstáculo à ocupação do interior (PARANÁ, 1987-B, p.13). Mais contemporaneamente passou a ser vista como recurso paisagístico a ser protegido, constituindo-se – pelas suas matas, pelos conjuntos históricos e pré-históricos que abriga, pela sua fauna - num patrimônio cultural natural, sendo tombada na maioria dos Estados em que se encontra.

A Serra do Mar veio a ser considerada patrimônio dos brasileiros em 1988, pois a Constituição Federal assim o estabelece no Art. 225, parágrafo 4º (BRASIL, 1988, p. 147). Constituiu-se, por decorrência, num objeto com atributos especiais, que deve ser protegido de forma a ser legado para os pósteros.

Posteriormente, em 1991, uma parcela da Serra do Mar no Paraná foi instituída como reserva da biosfera pela UNESCO. Mais tarde, em 1999, foi inscrita na lista do Patrimônio Natural da Humanidade, como parte de um complexo designado Reservas da Floresta Atlântica do Sudeste Brasileiro.

O “tombamento da Serra do Mar”, designação genérica da sua parcela tombada como patrimônio histórico e artístico do Estado do Paraná, compreende, como consta do voto de Roberto Ribas Lange (1987), relator do processo de tombamento no Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - CEPHA, uma superfície de 386.000⁸ hectares, abrangendo parte do território de onze municípios,

⁷ A percepção da Serra como uma barreira que dividia o Paraná em dois espaços distintos é corrente nos autores do século XIX e do início do XX, Sebastião Paraná, por exemplo, ao descrever a nossa produção agrícola no seu *Chorographia do Paraná*, divide sistematicamente os produtos entre os que se plantam “serra acima” e “serra abaixo” (1879, p. 470).

⁸ A determinação exata da superfície tombada da Serra do Mar requer uma cartografia adequada que ainda está por ser realizada, há diferenças apreciáveis nas áreas que se pode obter a partir das diversas cartas disponíveis, a mencionada acima é a que consta do voto do Conselheiro Relator do processo de tombamento, foi obtida a partir da delimitação da área tombada efetuada com base no processo original, que se baseou nas folhas cartográficas do Serviço Geográfico do Ministério do Exército nas escalas 1:50.000 e 1:100.000, compreendendo as seguintes: Colônia Santos Andrade, Guaratuba, São Miguel, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais, Mundo

sendo seis na região litorânea – Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá; e cinco – Campina Grande do Sul, Piraquara, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul – na região metropolitana de Curitiba.

Esta área, de magnitude apreciável no contexto das áreas protegidas pelo Estado, apenas é inferior, em termos de tamanho, à Área Especial de Interesse Turístico do Litoral, que abrange toda a superfície desta região. Do ponto de vista local, em alguns casos, ocupa mais de metade do território municipal, como acontece nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba.

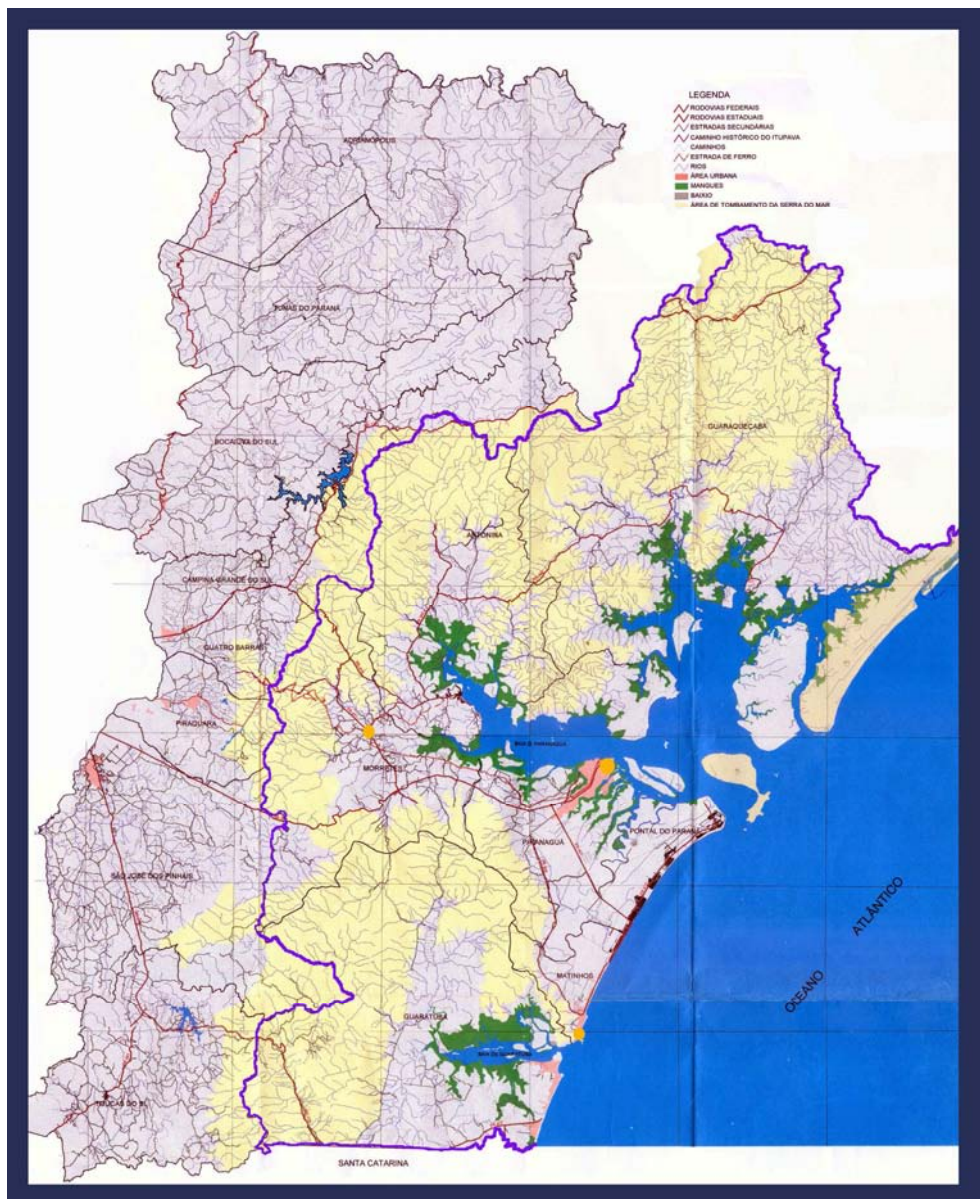
Embora o Tombamento da Serra do Mar requeira uma cartografia que ainda está por ser elaborada, pois se encontram diferenças apreciáveis nas superfícies obtidas a partir das cartas disponíveis, uma apreciação da escala do Tombamento da Serra do Mar no contexto dos diversos municípios envolvidos, foi obtida, por Luiz Celso Tarnowski, a partir da carta desenvolvida pela Divisão de Cartografia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, na escala 1:250.000, como consta da tabela 1.

TABELA 1 – TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR, ÁREA TOMBADA POR MUNICÍPIO E REGIÃO

Região	Município	Área Total do Município em ha (2004)	Área do Tombamento no Município em ha	% da Área do Município Tombada
Litoral	Antonina	87.655,11	48.945,67	55,84
	Guaraqueçaba	231.573,33	127.238,83	54,95
	Guaratuba	132.848,02	82.022,06	61,74
	Matinhos	11.654,36	2.875,83	24,68
	Morretes	68.754,09	39.678,95	57,71
	Paranaguá	80.622,53	12.695,11	15,75
Sub Total				
Metropolitana	Campina Grande do Sul	54.063,07	17.481,90	32,34
	Piraquara	22.522,27	5.188,31	23,04
	Quatro Barras	18.126,55	4.951,72	27,32
	São José dos Pinhais	94.427,96	16.093,81	17,04
	Tijucas do Sul	67.192,99	10.546,42	15,70
Sub Total RMC				
Total		869.440,28	367.718,61	42,29

Fonte: adaptada de Tarnowski (2007).

FIGURA 3 – CARTOGRAMA REPRODUZINDO PARCIALMENTE A CARTA DA ÁREA DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR



Fonte: Divisão de Cartografia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Esta grande superfície desenvolve-se, esquematicamente, na direção S-NE, apresentando cerca de 160 km no seu eixo maior e 9 km no eixo menor. Suas extremidades situam-se, aproximadamente, entre as coordenadas 24° 45' e 26° 00'

de latitude Sul e entre 48°00' e 49°15' de longitude Oeste (PARANÁ, 1987-B, p. 153).

Nessa área, que não compreende assentamentos humanos de maior expressão, mas que abriga alguma população, estão protegidos como se lê na inscrição de número 17 do Livro do Tombo Arqueológico Iconográfico e Paisagístico (PARANÁ, 1986), a paisagem, num sentido muito amplo, isto é juntamente com os seus componentes de carácter físico, biológico e antrópico, incluídos aí os sítios arqueológicos, os caminhos históricos, a ferrovia e a estrada da Graciosa.

A área, do ponto de vista de sua paisagem, pode ser percebida como composta de áreas específicas estabelecidas a partir de critérios geomorfológicos, que compreendem:

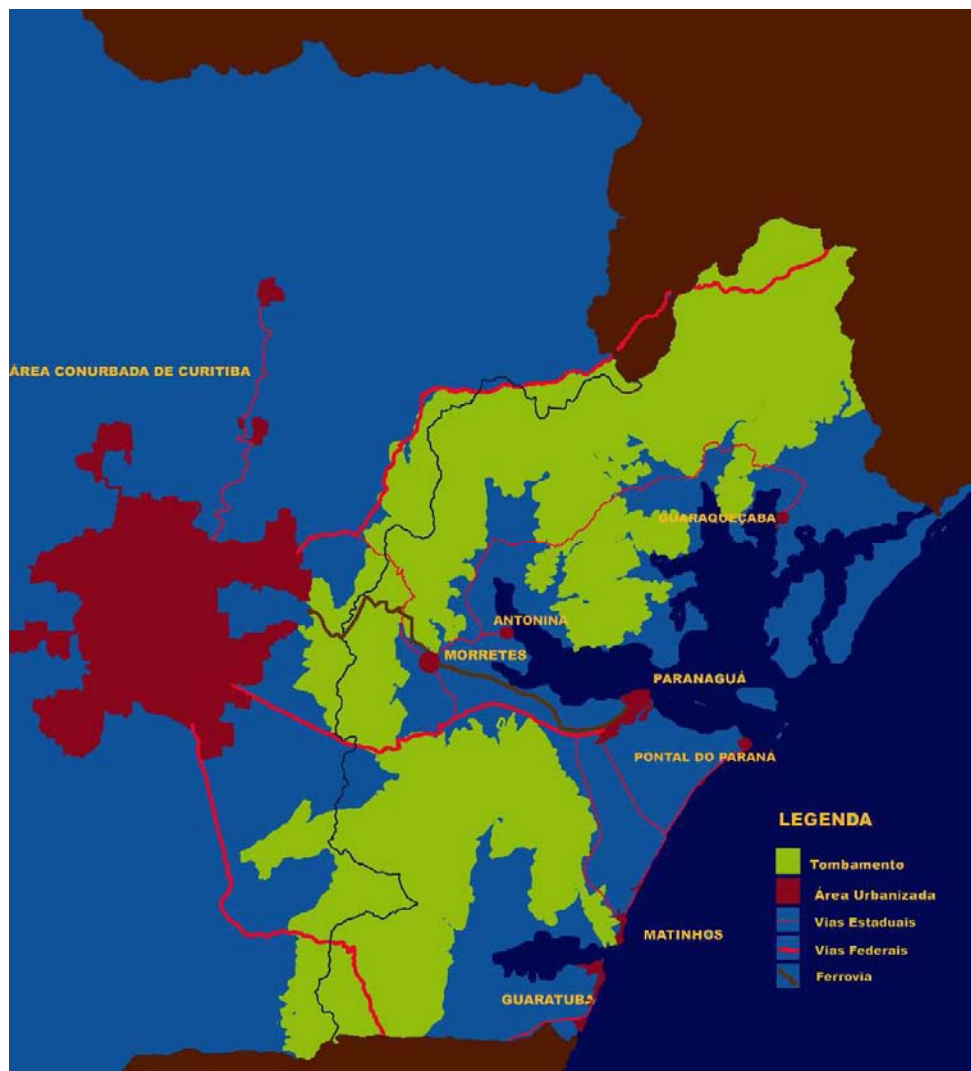
- **serra:** a parcela integrada pelo conjunto de blocos elevados acima do nível geral do planalto e suas pendentes orientais;
- **encostas intermediárias, vales e rampas:** áreas com estas características suspensas no corpo geral da serra;
- **planalto dissecado:** superfícies onde os violentos desníveis da captação de drenagem esculpiram aspectos serranos.

Essas unidades de paisagem natural foram consideradas, para efeito de regulamentação de uso, unidades ambientais naturais, para as quais foram estabelecidos parâmetros e limites para o desenvolvimento de diversas atividades, quais sejam: mineração, silvicultura e extração vegetal, agricultura e pecuária, indústrias, construção e operação de infraestrutura viária, energética e geral, atividades de turismo, lazer, científicas, culturais, esportivas, serviços diversos e públicos.

Para cada uma das atividades enunciadas acima foram minuciosamente estabelecidos padrões e parâmetros – especificando a natureza da atividade, estruturas de acesso, padrões de localização, formas de implantação, padrões de manejo, drenagem, lançamento de efluentes, entre diversos outros – que, nos casos em fossem permissíveis, deveriam ser respeitados de forma a minimizar seus impactos sobre o meio.

Ademais, foram estabelecidas restrições específicas visando a proteção de áreas e sítios de ocorrência de associações vegetais relevantes, de importância para a reprodução e sobrevivência de espécies animais ameaçadas de extinção, de ocorrência de conjuntos de importância histórica, artística, etnológica, paisagística e/ou sítios arqueológicos, incluindo seus entornos imediatos, bem como as faixas de proteção dos mananciais, corpos e cursos d'água.

FIGURA 4 – O TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR, O LITORAL E A REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



Fonte: Elaboração do Autor.

O tombamento da Serra é, então, o campo de estudo, pois sua magnitude, sua importância no contexto dos demais tombamentos de patrimônio natural no Paraná, a percepção de sua importância também em outras unidades da federação, colocam o Tombamento da Serra do Mar no Paraná, no contexto brasileiro, como um objeto de destaque quando se trata de compreender a constituição de patrimônios culturais naturais.

1.3 Objetivos

Na maior amplitude, o campo onde está contido este trabalho é o do estudo dos processos de constituição de patrimônios culturais naturais no âmbito e como prática do Estado Nacional⁹. Trata-se de encontrar elementos para a melhor compreensão teórica deste processo de valoração de objetos da natureza são revestidos, por meio de um ritual técnico, de uma condição específica que os diferencia dos demais objetos que lhe são similares.

Assim, o presente trabalho tem por objetivo geral estudar como foram construídas as concepções que nortearam a constituição de parcela da Serra do Mar no Paraná em patrimônio cultural natural, e sua relação com memória e identidade, as funções e padrões de operação do aparelho de Estado, os movimentos sociais, as noções de natureza, a relação entre sociedade e natureza, para aventar os aspectos mais importantes.

Esta compreensão requer, como ponto de partida, um esforço teórico para buscar uma explicação de maior amplitude do processo de constituição de patrimônios naturais que apoiasse o entendimento do caso específico do Tombamento da Serra do Mar no Paraná.

Tal sistematização teórica visa não somente entender o processo de constituição de patrimônios culturais naturais como um construto cultural, ligado à modernidade e ao advento do Estado-Nação e às questões de valor, memória e

⁹ Sabe-se que os patrimônios culturais são construtos sociais que se constituem independentemente da sanção do Estado, bem como que aquilo que este institui como patrimônio nem sempre corresponderá ao que a sociedade considera como tal, todavia, dada a natureza do tema, o tombamento da Serra do Mar, resolveu-se limitar a abrangência do estudo.

identidade. Também procura entender sua evolução no tempo e os desdobramentos mais contemporâneos dessa prática.

Trata-se ainda de compreender, a partir dessas referências, como evoluíram as representações de natureza e os padrões de apropriação dos recursos, na sociedade brasileira e no Paraná.

Outro objetivo, subsidiário para a abordagem do tema central do trabalho, foi a compreensão das instituições e institutos envolvidos nos sistemas de decisão sobre as prioridades de proteção, de aspectos das culturas organizacionais envolvidas na constituição e gestão dos patrimônios naturais, e o estabelecimento um ponto de vista abrangente sobre a questão da instituição dos patrimônios culturais naturais quer no país, quer no Paraná.

Mais especificamente o trabalho de pesquisa empreendido visa relatar o processo de constituição da Serra do Mar no Paraná em patrimônio cultural natural tomando como referência alguns momentos específicos do processo que permitiu o tombamento.

Isto exige o entendimento do objeto, a Serra do Mar, como realidade física e social no contexto paranaense, o delineamento do cenário no qual se desenvolveu o tombamento, a identificação das diversas concepções de natureza associadas, bem como o conhecimento dos atores envolvidos.

1.4 Justificativa

“a história ambiental deve incluir em seu programa o estudo de aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião – deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza.” (WORSTER, 1991)

Inicialmente cabe uma explicação a respeito dos motivos pelos quais, no contexto de um curso voltado à temática do Meio Ambiente e Desenvolvimento, optou-se por uma pesquisa cujo objetivo central é a compreensão do processo de constituição de patrimônios culturais naturais.

De pronto, numa perspectiva mais abrangente, é necessário considerar a relação entre as iniciativas em favor da constituição de patrimônios culturais naturais

e a própria dinâmica de ocupação e formação do território no Brasil, cujas características desde a colônia sempre se apoiaram numa atitude que privilegia apropriação predatória de novas fronteiras de recurso natural.

Este padrão de relação do colonizador com o espaço colonizado, como sugere Antonio Carlos Robert Moraes (1991, p. 168), se apoiava na sucessiva apropriação de novas terras, e associava a construção da sociedade com a ocupação do espaço; processo esse que, com a Independência, foi reforçado.

Nestas circunstâncias, sugere ainda o mesmo autor (1991), será sempre forte a tendência de associar o que se pensa como nacional ao espaço, sendo o país reduzido ao território, e a ocupação dos territórios não povoados, especialmente no Brasil, o elemento sobre o qual se fundamenta da unidade nacional.

Essa peculiar dinâmica terá reflexos não apenas nos padrões de apropriação dos recursos, mas nas atitudes com relação à natureza dos diversos atores sociais, na organização do aparelho de Estado e nas suas formas de atuação, estabelecendo uma relação, de cujos contornos este trabalho pretende se aproximar, com os motivos que se articulam no processo de constituição de patrimônios culturais naturais.

Também, sob esse aspecto, há que se mencionar que se trata de uma forma de apropriação de recursos que emergiu da relação entre o colonizador europeu, com sua cultura milenar desenvolvida alhures, e as características físicas e biológicas da paisagem que este aqui encontrou.

Esta relação, como muito bem indica Sérgio Buarque de Holanda, implicou num descompasso sistemático entre o modo de vida e as condições do lugar: aquela interessante alusão que faz ao fato de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra” (1995, p. 31).

As imposições da natureza que se opunham à herança cultural, somada a uma atitude sempre voltada à exploração e ao ganho rápido, levou, segundo esse autor (1995, p. 49), a um padrão de apropriação da terra sempre predatório: “A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura”.

Trata-se do processo a que Azis Ab'Saber (1987-A, p.245) designou do “grande dilema dos trópicos úmidos”, que levou à eliminação da cobertura florestal para a produção de espaços agrários - o que deu origem a uma sistemática “substituição de ecossistemas naturais por agroecossistemas, por meio de um monótono sistema predatório que se tornou atávico pelo resto dos tempos no Brasil”.

Esse padrão de relação com a natureza, em que se associam os fundamentos da nacionalidade e o desenvolvimento social e econômico com a apropriação de novos territórios e recursos, quer como decorrência da dinâmica do processo de colonização, quer por consequência das exigências da distribuição espacial do recurso terra, terá como referência no plano simbólico uma peculiar percepção dos lugares e de sua relação com a cultura.

A constituição de patrimônios culturais naturais – as paisagens, os monumentos da natureza – elementos vinculados à idéia de identidade, nesse contexto, guardará uma necessária relação com as noções de desenvolvimento que merece reflexão.

A compreensão deste processo no caso específico do Paraná, cujo território no correr dos séculos XIX e XX veio sendo ocupado mediante uma sistemática bastante vinculada ao extrativismo e à apropriação indiscriminada dos recursos da natureza, especialmente a partir da devastação de suas florestas originais, pode fornecer elementos de interesse para a compreensão do processo mais amplo¹⁰.

A opção de empreender o estudo proposto, por outro lado, também está centrada na percepção de que há, no âmbito dos estudos a respeito das iniciativas de proteção da natureza, pouca ou quase nenhuma literatura a respeito da constituição de patrimônios culturais naturais no âmbito das práticas de proteção do patrimônio cultural.

¹⁰ Como assinala a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos os remanescentes florestais do Paraná perfazem atualmente 45.178 km² dos 181.614 km² de cobertura florestal original, representando uma perda da ordem de 75% (2002).

QUADRO 1 – CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO E SUPERFÍCIE DAS ÁREAS DE USO REGULAMENTADO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ

Denominação	Ato de Criação	Área (ha)	Município
Tombamento da Orla de Matinhos	Inscrição no Livro Tombo - 1970		Matinhos
Tombamento da Ilha do Mel	Inscrição no Livro Tombo - 1971	2.241	Paranaguá
AEIT(*) do Litoral	Lei Est. 7.389 de 1980	580.755,4	Antonina, Matinhos, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, Pontal do Paraná
Parque Florestal do Rio da Onça	Decreto 3.825 de 05.06.1981	118,51	Matinhos
Estação Ecológica Ilha do Mel	Decreto 5.454 de 21.09.1982	2.240,69	Paranaguá
Estação Ecológica de Guaraqueçaba	Decreto 87.222/1982	13.638,90	Guaraqueçaba
AEIT do Marumbi	Lei 7.919 de 22.10.1984	66.732,99	Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Campina Grande do Sul
Tombamento do Superagui	Inscrição no Livro Tombo - 1985	37.000,00	Guaraqueçaba
APA (**) de Guaraqueçaba	Decreto 90.883/85	291.498,00	Guaraqueçaba
ARIE (***) de Pinheiro e Pinheirinho	Decreto 91.888/1985	109,00	Guaraqueçaba
Tombamento da Serra do Mar	Inscrição no Livro Tombo – 25.06.1986	386.000	Antonina, Matinhos, Morretes, Guaraqueçaba, Guaratuba, Paranaguá, São José dos Pinhais, Quatro Barras, Piraquara, Campina Grande do Sul
Parque Estadual Pico do Marumbi	Dec. 7.300 de 24.09.1990	2.342,41	Morretes
Parque Estadual da Graciosa	Decreto 7.302 de 24.10.1990	1.189,58	Morretes
Estação Ecológica de Guaraguaçu	Decreto 1.230 de 27.03.1992	1.150,00	Paranaguá
APA (**) Estadual de Guaraqueçaba	Decreto 1.228 de 27.03.1992	191.595,50	Guaraqueçaba
APA (**) Estadual de Guaratuba	Decreto 1.234 de 27.03.1992	199.596,51	Guaratuba, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul, Morretes, Paranaguá, Matinhos
Parque Estadual Roberto Ribas Lange	Decreto 4.267 de 21.11.1994	2.698,69	Antonina, Morretes
Parque Estadual do Pau Oco	Decreto 4.266 de 21.11.1994	905,58	Morretes
Parque Nacional do Superagui	Decreto 97.688/1989Lei 9513/1997	34.254,00	Guaraqueçaba
Floresta Estadual do Palmito	Decreto 4.493 de 17.08.1998	530,00	Paranaguá
Parque Nacional Saint Hilaire-Lange	Lei 10.227/2001		
Parque Estadual da Ilha do Mel	Decreto 5506 de 21.03.2002	337,84	Paranaguá
Parque Estadual Pico Paraná	Decreto 5769 de 05.06.2002	4.333,83	Campina Grande do Sul, Antonina
Parque Estadual do Boguaçu	Decreto 4.056 de 26.02.1998 e alterado Lei 13979 de 26.12.2002	6.660,64	Guaratuba

(*) Área Especial de Interesse Turístico; (**) Área de Proteção Ambiental; (***) Área de Relevante Interesse Ecológico

Fontes: Instituto Ambiental do Paraná da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

Discute-se com frequência a história das formas de proteção da natureza que resultaram nas chamadas unidades de conservação¹¹. Pouco se fala, no entanto, do tombamento, o “principal instituto jurídico à disposição do poder público para promover a proteção dos bens culturais” (SILVA 2002, p. 130), como instrumento de proteção ao patrimônio natural.

Aponte-se que este instituto é praticamente coetâneo das primeiras iniciativas de proteção da natureza no Brasil – o Decreto Lei 25, data de 1937, ano de criação do nosso primeiro parque, o Parque Nacional de Itatiaia – e foi o primeiro instrumento que permitiu a proteção de bens naturais sem exigir prévia desapropriação, resultando na tutela do estado sobre áreas muito extensas¹².

No caso da Serra do Mar no Paraná, sua constituição como patrimônio cultural natural, com indicações detalhadas a respeito de seus padrões de uso, precedeu a criação da maioria das unidades de conservação de âmbito estadual que se encontram na área e os seus planos de manejo, superando-as em dimensão na maioria das vezes, como se depreende do quadro 1.

Os patrimônios culturais naturais, pela significativa extensão dos bens que abrangem, pelo grau de intervenção na vida das populações envolvidas que podem implicar, e pelas características específicas dos bens abrangidos, constituem-se em uma particularidade no campo do patrimônio cultural.

Apesar de sua importância, seu estudo isoladamente, no contexto do processo de constituição de patrimônios culturais – as práticas sociais e institucionais que envolvem o tombamento, no caso brasileiro – é muito pouco usual.

Praticamente todo o discurso patrimonialista no Brasil está fortemente centrado na questão do patrimônio histórico e artístico – mais especialmente o arquitetônico – tendo, mais recentemente, adquirido importância também o patrimônio imaterial.

Pouco se fala sobre o patrimônio cultural natural, embora dentre os objetos protegidos pelo patrimônio cultural, pelo menos no Paraná, sejam estes os de maior

¹¹ Estas são estações ecológicas, reservas biológicas, parques nacionais, monumentos naturais, refúgios de vida silvestre, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico, florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas de fauna, reservas de desenvolvimento sustentável e reservas particulares do patrimônio natural, como estabelecem os artigos 8 e 14 da Lei 9985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

¹² O tombamento dos remanescentes de mata atlântica em São Paulo perfaz uma área da ordem de 1.200.000 hectares (COSTA, 1997 p. 18).

dimensão e os que, potencialmente, se levada em conta a natureza dos regulamentos vigentes, poderiam implicar em maior interferência na vida social e econômica do Estado.

Quando se aborda a questão da constituição de patrimônios culturais naturais no Brasil, o tombamento da Serra do Mar no Paraná assume uma posição de destaque. Isto não apenas pelas suas dimensões geográficas, ou pelo grau de conservação desta porção da Serra, mas também pelo êxito relativo da iniciativa – pelo menos no plano da garantia jurídica da proteção pretendida – *vis a vis* outras similares.

Há ainda que se considerar a magnitude da área tombada no contexto da região litorânea e das demais unidades de conservação do Estado. O tombamento da Serra do Mar tem uma área equivalente a 66,5% da superfície dos municípios litorâneos ¹³, é maior do que qualquer dos parques administrados pelo Estado, e sua área corresponde a 25% de todas as unidades de conservação sob gestão do Instituto Ambiental do Paraná.

A esta peculiaridade adiciona-se o grau de intervenção que, por intermédio do tombamento, o Estado pode ter sobre esta parcela do território litorâneo. Esta possibilidade emana de dispositivo específico da Lei 1211/53, que regula a proteção do patrimônio cultural no Paraná, que estabelece em seu artigo 14 a exigência de anuência prévia da autoridade competente para modificações em bens tombados (PARANÁ, 1990-B, p. 374).

Decorrência desse dispositivo legal, as normas que regulamentam o tombamento permitem a interferência em um rol bastante amplo de atividades que inclui a mineração, a silvicultura e a extração vegetal, a agricultura e a pecuária, indústrias, infra-estrutura viária, infra-estrutura energética, infra-estrutura geral, atividades de turismo, lazer, científicas, culturais, esportivas, serviços diversos e públicos. Estas normas determinam que:

“A instalação, ampliação, reforma ou recuperação de obras ou atividades existentes na área compreendida pelo Tombamento dependerá de anuência prévia, caso a caso, da Curadoria

¹³ O dado é para efeito comparativo posto que o tombamento abrange, em aproximadamente 17% de sua área, municípios serra acima que não estariam contidos entre os litorâneos. A área total do tombamento é de 386.000 ha. (PARANÁ, 1987-B), já a superfície total dos municípios litorâneos é de 580.755,4 ha. (PARANACIDADE, 2005), incluindo os municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

do Patrimônio Histórico e Artístico, após análise dos planos e/ou projetos e, no que couber do relatório de impacto ambiental [...]” (PARANÁ, 1987-B, p. 156).

Aos aspectos acima se adiciona, também, sua importância no contexto dos demais tombamentos de patrimônio cultural natural pelo Estado do Paraná, o que coloca o Tombamento da Serra do Mar no Paraná como um objeto de destaque quando se trata de compreender a constituição de patrimônios naturais, no âmbito paranaense.

Além do mais, a Serra do Mar no Paraná, apresenta a peculiaridade de constituir-se, ao mesmo tempo, em patrimônio cultural natural dos paranaenses, dos brasileiros e de toda a humanidade, o que a faz um objeto de interesse singular, pois é o único dos patrimônios naturais do Estado que ostenta esta condição.

Não existe, por outro lado, na bibliografia conhecida, um esforço de sistematizar criticamente informações a respeito do tombamento da Serra do Mar no Paraná, de forma a relatar os seus diversos momentos e compreender os processos e movimentos associados a eles. Uma iniciativa neste sentido, se levada em conta a relevância do objeto, cobrirá, supõe-se, uma importante lacuna de conhecimento.

1.5 Pressupostos

Os estudos realizados apoiaram-se em alguns pressupostos. O primeiro é de cunho geral e prende-se a uma concepção de caráter mais teórico, mas que pode colher em um estudo de caso específico elementos empíricos que venham a sustentá-lo.

Ele diz respeito à suposição de que a transformação de coisas em objetos de preservação (patrimônios culturais) significa atribuir a esta mesma coisa valor¹⁴ que ultrapassa a sua materialidade.

O segundo relaciona-se com a suposição de que a constituição de patrimônios vincula-se a um processo de construção de consensos em que se fazem valer os interesses de grupos dominantes em determinados momentos, grupos estes

¹⁴ No entendimento de grande parte dos teóricos que se ocupam do tema a constituição de patrimônios culturais relaciona-se à atribuição de valor a determinadas coisas, este tema é detalhado na sequência.

aos quais interessam determinadas idealizações a respeito da identidade e daquilo que deve ser lembrado ou comemorado.

É necessária a ressalva de que não se pode ver esse processo como algo monolítico, em que os grupos de interesse se comportam com uma unanimidade absoluta, e são compostos sempre pelos mesmos atores. Existem brechas, acordos possíveis em determinados momentos, em que as composições de interesses mudam. Nestas circunstâncias surgem consensos e são constituídos patrimônios cuja compreensão não é tão imediata, como, aliás, é o caso do Tombamento da Serra do Mar.

Na seqüência o outro pressuposto relaciona-se ao entendimento de que o conjunto dos atores envolvidos no processo de tombamento operava num contexto cultural. Este contexto estaria definido pelo conjunto de concepções que se estabeleceram a respeito da Serra no correr do tempo, e que formam como que um pano de fundo, um cenário cultural dinâmico, que referencia o campo de ação dentro do qual se movem estes atores.

Nesse cenário cultural encontram-se concepções sobre o objeto constituído em patrimônio, e que se referem ao seu valor simbólico, que tem motivações de caráter histórico – no sentido de que podem ser identificadas temporalmente e se vinculam com a dinâmica específica da coisa estudada – e outras que se vinculam a um conjunto mais impreciso de idéias e valores que remetem ao pensamento mítico¹⁵.

Dos pressupostos anteriores, decorre mais um que pretende que a constituição de um objeto em patrimônio é um processo. É algo dinâmico, que não se encerra com a institucionalização, mas que se repropõe continuamente, sempre que houver uma interação com o objeto ao qual se atribui este valor.

¹⁵ Aqui vale uma breve referência à Simon Schama: “Pois embora esses textos geralmente afirmem que a cultura ocidental evoluiu, abandonando seus mitos da natureza, estes, na verdade, nunca desapareceram. Se, como vimos, toda a nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas – da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada –, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem, resta saber como procurá-los” (1996, p.24).

1.6 Questões para a Orientação dos Estudos

1.6.1 Questões de Caráter Teórico

Os patrimônios culturais naturais se constituem de determinados aspectos da natureza que são destacados e submetidos à tutela do Estado, sob alegação de que são do interesse coletivo por remeterem a um conteúdo simbólico que os liga à ação e a memória comum ou a identidade de todos, ou porque possuem atributos específicos de singularidade – de caráter estético ou científico ou pelas espécies que abrigam – que os tornam notáveis – de valor excepcional – dentre os que lhes são semelhantes.

Essa definição traz implícitas uma série de questões que poderiam orientar uma formulação teórica mais abrangente. Assim, procedeu-se, na tentativa de delinear, com certa liberdade, um cenário da maior amplitude possível, o levantamento do conjunto de interrogações que dela emanam:

A alegação de que os bens patrimoniais são do interesse coletivo baseia-se em que noções de interesse e de coletividade? Como se articulam nessas noções o interesse comum e os interesses específicos no âmbito de determinada sociedade?

Qual a natureza deste conteúdo simbólico que é conferido aos patrimônios culturais naturais? Como ele se constitui histórica e socialmente?

Quais as referências que se estabelecem entre a dinâmica social e as noções de memória coletiva e identidade cultural? Como se constituem estas idéias no tempo, e nas diversas formas de organização social? Onde, historicamente, se situa o seu advento? Como se difundiram estas idéias?

A partir de que momento os patrimônios passaram a ser constituídos? Como surgiu esta noção? Ela está vinculada a determinada cultura? Como a noção de patrimônio tem variado no tempo e no espaço: entre os diferentes países, formas de organização da sociedade, momentos da história?

Como se relacionam os patrimônios naturais e os valores – singularidade, excepcionalidade - que no plano do discurso justificam a sua constituição? O quanto é possível considerar que estes valores são inerentes a uma determinada classe de

objetos? O quanto atendem às visões específicas daqueles que os instituem como patrimônio?

Decorrentemente, em quais idéias de natureza se apóiam os processos de escolha dos objetos de proteção? Estas, se é que podem ser identificadas, são comuns a todas as iniciativas de proteção do gênero, considerando locais, objetos e agências de proteção? Existem diferenças? O que explica estas diferenças?

Por meio de que peculiares processos institucionais os patrimônios naturais adquirem seu estatuto diferenciado com relação aos demais objetos de caráter semelhante? Este processo tem sofrido mudanças no tempo e de país a país? Quais? O que, de fato, significa a tutela do Estado sobre estes bens *vis a vis* os demais bens aos quais esta tutela não se estende?

Como se desenvolvem os processos de eleição daquilo que vem a ser patrimônio? Como isto se insere na dinâmica de uma determinada sociedade? Como se articulam os interesses do Estado e da sociedade na construção de consenso a respeito daquilo que deve ser protegido?

Como são percebidos estes objetos por toda a sociedade e pelo conjunto restrito de especialistas? Quais as atitudes dos diversos agentes sociais a respeito desses patrimônios naturais? Quais os discursos que se estabelecem a respeito dos mesmos?

São estas as questões que ocorrem quando se considera, na generalidade, a constituição de determinado sítio em patrimônio cultural natural.

Isto leva à consideração de que a abordagem destas, a partir de uma ordem lógica que atenda a uma intenção sistemática de conhecer o problema, deve ser precedida de uma interpretação teórica do processo que permita um melhor encadeamento dos diversos aspectos que o tema em geral pode abrigar.

Da consideração das questões anteriormente formuladas, extraiu-se aquelas que delimitaram o campo deste esforço teórico, o qual incluiu considerações a respeito: **dos motivos pelos quais um objeto é constituído em patrimônio; do processo pelo qual isso acontece; do conjunto de interesses envolvidos no mesmo; dos agentes que se mobilizam; da articulação dessa prática com dinâmicas mais amplas da sociedade; da natureza dos objetos que são constituídos em patrimônio.**

Generalizando mais o campo de abrangência considerou-se: os processos de valoração de aspectos da natureza; o advento da constituição dos patrimônios; a relação entre a constituição de patrimônios, memória, identidade e o Estado nacional; os padrões de inserção dos agentes deste mesmo processo na sociedade e no aparelho de Estado.

1.6.2 Questões sobre o Tombamento da Serra do Mar

A Serra Agora é Nossa, gravado em branco sobre campo verde e encimando uma fotografia que, tomada para o norte do Pico do Caratuva, abrange o cimo do Itapiroca, do Ferraria e do Guaricana¹⁶. São esses os dizeres que encabeçam o cartaz comemorativo do tombamento da Serra do Mar no Paraná, publicado pela Secretaria de Estado da Cultura em 1986.

A assertiva, tão definitiva e, a um só tempo, inclusiva e excludente, contém suposições implícitas que permitem inferências diversas, que sugerem a amplitude dos temas que podem ser considerados no estudo desse tombamento.

Sugere, por exemplo, que o tombamento da Serra do Mar determinou uma mudança na forma de apropriação daquele espaço. Que antes a Serra era de outros e que, uma vez tombada, passa a ser de uma comunidade específica: Nossa de quem? Da comunidade paranaense? Dos montanhistas? Dos ambientalistas? Dos cientistas interessados no estudo de seus aspectos físicos e biológicos? Dos burocratas do governo que se ocupam da proteção dos bens de interesse cultural? Dos veranistas? Dos turistas?

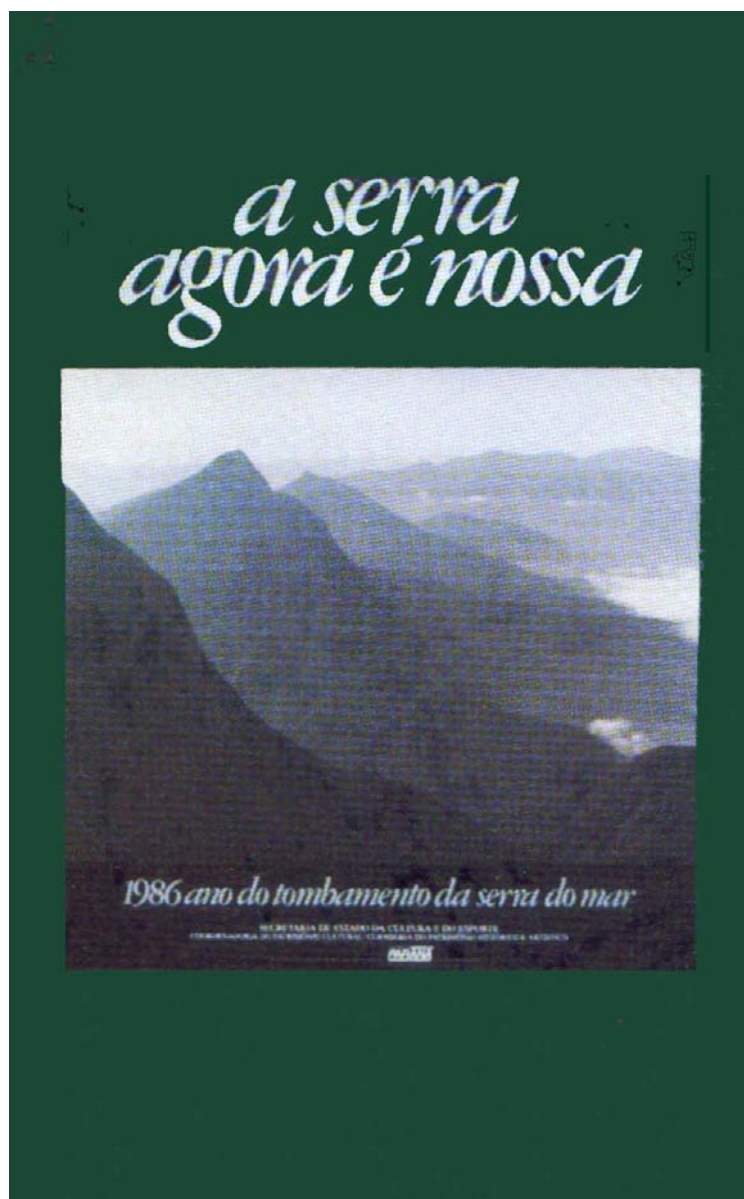
Por oposição se passa a ser de um grupo, deixa de ser de outro. Deixou de ser de alguém: Dos madeireiros? Dos que se ocupam da extração de suas riquezas minerais e vegetais? Dos interessados na construção de sistemas de transportes para sua transposição? Dos interessados na urbanização de suas encostas?

Não seriam estes últimos os interesses que historicamente, se constituíam em forças nas quais a expansão econômica e social do Paraná havia se apoiado até então?

¹⁶ Trata-se de foto de Helmuth Wagner, a leitura de sua localização e da paisagem abrangida é de Henrique Paulo Schmidlin, o "Vitamina", montanhista, estudioso da natureza e das paisagens do Paraná, profundo conhecedor da região.

Por outro lado o tombamento se deu num momento em que se revivia no país a prática democrática e se convivia com os primeiros governos estaduais eleitos pelo voto direto; sendo, então, a autoridade pública, supostamente, e mais que em nenhum momento precedente de nossa história, pelo menos simbolicamente, representante de todos. O que então justifica uma manifestação de per si tão controversa?

FIGURA 5 – CARTAZ COMEMORATIVO DO TOMBAMENTO DA SERRA DO MAR



Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria de Desenho Gráfico.

Se há motivo específico para que um bem seja constituído em patrimônio, e se ele se apóia no chamado interesse coletivo, como se construiu este consenso nesta peculiar sociedade com os contornos históricos que muito preliminarmente se delineou acima?

A Serra agora é nossa, é uma frase de caráter excludente, num cartaz que pretende comemorar um ato público que, supostamente, atende ao interesse comum, por isso desperta curiosidade e, principalmente, tematiza a amplitude dos conteúdos envolvidos na constituição da Serra do Mar em patrimônio.

Na busca de um ordenamento, que permitisse o estabelecimento de uma perspectiva ampla dos temas básicos envolvidos no fato a ser estudado, formulou-se o seguinte rol de questões:

- Como deve ser caracterizada a Serra do Mar como objeto de estudo no contexto da compreensão de seu tombamento? Como se define a Serra do Mar enquanto patrimônio cultural e natural? Qual sua situação e sua inserção no contexto estadual nos diversos momentos a serem considerados para o estudo do tombamento?
- Quais os motivos pelos quais a Serra do Mar foi constituída como patrimônio natural? Como estes motivos – quer os explícitos quer os implícitos – se relacionam com os atributos específicos deste bem tombado? Como estes mesmos motivos relacionam-se com a peculiar inserção da Serra naquele determinado momento da sociedade paranaense? Como eles se referenciam em dinâmicas sociais que são externas ao Paraná, especialmente no movimento ambientalista de âmbito nacional e nos processos sociais mais amplos referentes à reconstrução da democracia e dos valores sociais de então?
- Quem constituiu a Serra do Mar em patrimônio natural? Quais os atores e agentes envolvidos nesse processo, suas idealizações a respeito da natureza e da Serra, bem como, sua relação com o aparelho de Estado, e sua inserção no contexto da sociedade paranaense?

- Para quem a Serra do Mar foi tombada? Quais os interesses que se constituíram em prol e contra o tombamento? É claro e identificável o interesse coletivo que levou ao tombamento? Além do interesse coletivo, quais os beneficiários dessa iniciativa? Inversamente: quem foram os prejudicados por essa iniciativa e quais os prejuízos causados?
- Como se deu este processo de constituição? Por meio de que procedimentos e interações a Serra do Mar foi tombada?
- Quando ocorreu essa constituição? Quais os momentos significativos do processo de tombamento? Quais as especificidades da dinâmica social do Paraná nos momentos que se articulam com o processo de tombamento? Como o tombamento se insere no quadro mais amplo dos movimentos sociais de então?
- Onde ocorreu o processo? Como o bem considerado se insere no território paranaense? Qual a relação do processo com as demais dinâmicas de apropriação e construção dos espaços na sociedade paranaense?

A consideração do conjunto destas questões permitirá orientar a investigação a ser efetuada.

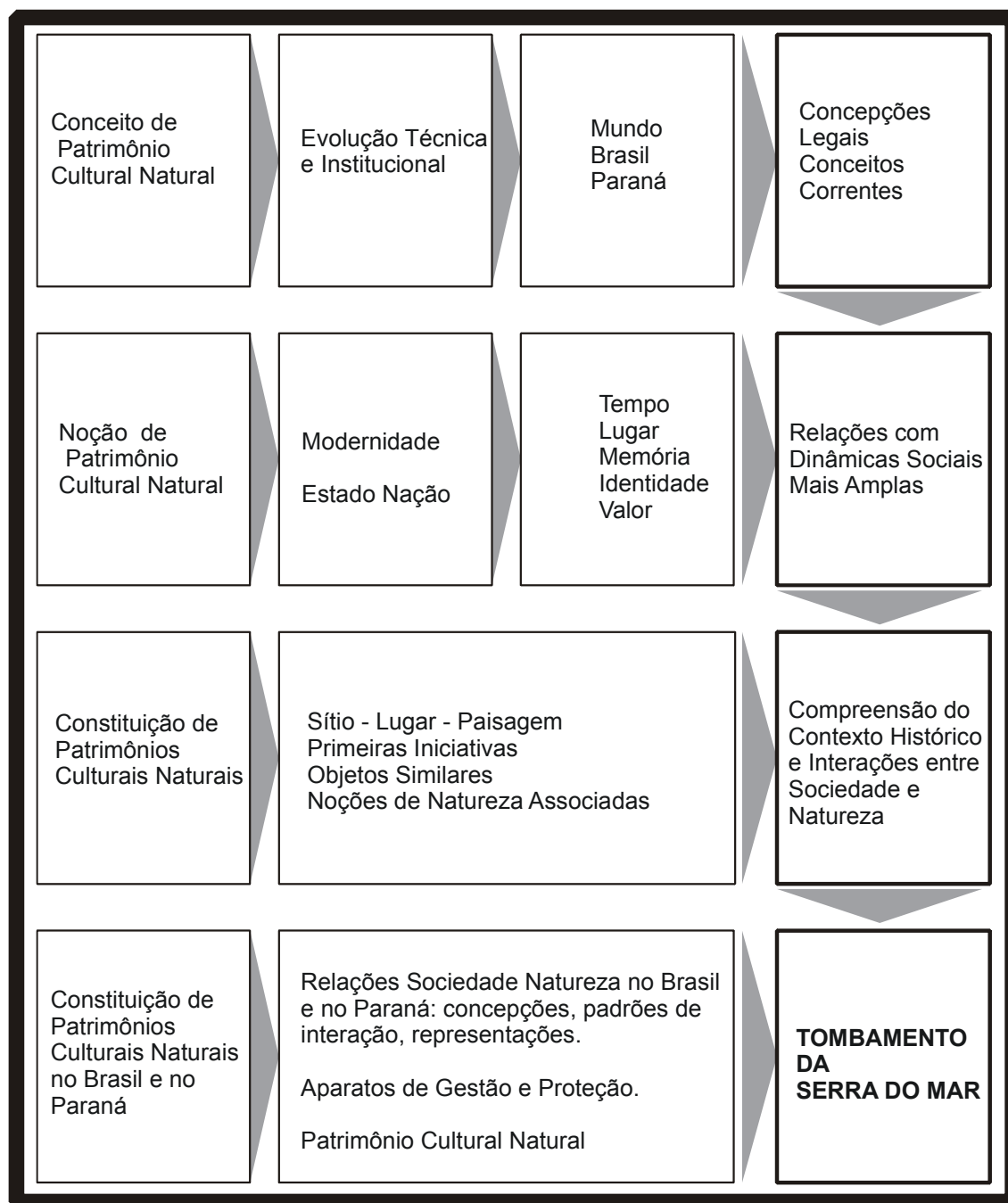
1.7 Sistemática de Trabalho

Os trabalhos desenvolvidos foram precedidos de um esforço no sentido da construção de um quadro de referências teóricas que, pretendeu fornecer elementos para a consideração do tema específico do Tombamento da Serra do Mar.

Este quadro de referência se apoiou em quatro linhas de reflexão que, num processo em que as conclusões da linha precedente informavam as da seguinte, buscaram inicialmente contextualizar as concepções legais e conceitos correntes de Patrimônio Cultural Natural, depois explicitar as relações deste conceito com dinâmicas sociais mais amplas, posteriormente voltaram-se a ampliar a compreensão do contexto histórico e interações entre sociedade e natureza que se associam a constituição de patrimônios naturais para, posteriormente, procurar explicações a respeito do processo de constituição destes patrimônios no caso do

Brasil e do Paraná. A articulação deste processo de trabalho pode ser melhor compreendida pela observação do diagrama constante da figura 6.

FIGURA 6 – SISTEMÁTICA DE TRABALHO ADOTADA



Desta forma, numa primeira etapa, se procurou explicitar a noção de patrimônio cultural e natural para a qual se voltou o presente trabalho, procurando situá-la no tempo, apreciar seu desenvolvimento, mostrar as suas diversas expressões e sua evolução no âmbito técnico e institucional, considerando um cenário de abrangência internacional, nacional e estadual.

Num segundo momento visou-se contextualizar a noção de patrimônio cultural natural com referência a um conjunto de conceitos e de situações que são a elas vinculados e que lhe conferem um sentido mais claro e amplo.

Do ponto de vista histórico se procurou situar a constituição de patrimônios culturais naturais como um produto da modernidade, e estabelecer alguns nexos entre esta prática e algumas características do processo histórico.

Neste aspecto se destacou a profunda ligação entre as noções de patrimônio, e o advento e consolidação do Estado-Nação, discutindo-se também os desdobramentos dessa noção no contexto da globalização e a redefinição dos papéis dos Estados que se encontra em curso.

Também se contemplou, levando em conta a peculiaridade dos patrimônios naturais de se constituírem em lugares, uma discussão sobre as alterações das noções de tempo e lugar na dinâmica da modernidade, apontando para as relações que estas estabelecem com a idéia de patrimônio cultural.

Abordou-se também as relações entre patrimônio e os processos de valoração de aspectos da natureza, seus nexos com a idéia de identidade, e por extensão de identidade nacional e regional, bem como seus vínculos com as noções de memória coletiva e nacional.

Finalmente procurou-se estabelecer um panorama no qual estivessem contemplados, e devidamente articulados no tempo e no espaço, as noções mais utilizadas para a caracterização de patrimônios naturais – sítio, lugar e paisagem – as principais concepções de natureza que se encontram associadas ao processo de patrimonialização de bens naturais, e como elas se expressam em categorias de objetos semelhantes aos que foram considerados no tombamento da Serra do Mar, buscando a compreensão do contexto histórico e das interações entre sociedade e natureza que marcaram o advento da constituição dos patrimônios culturais naturais.

Da construção deste quadro evidenciou-se a importância da compreensão histórica dos padrões de interação entre sociedade e natureza, bem como da sua relação com determinadas noções de natureza.

Desta constatação e da convicção de que as relações entre a sociedade brasileira e a natureza não podem ser compreendidas exclusivamente a partir de um olhar construído a partir da Europa¹⁷ ficou evidente a necessidade de se buscar um ponto de vista local para esta questão, sem o que ficaria muito difícil contextualizar o tombamento da Serra do Mar.

Buscou-se então, na falta de referências mais gerais, delinear um panorama que partiu de um conjunto de visões particulares, mas que permitiu uma compreensão mais clara das relações entre as concepções de natureza, os padrões de apropriação de seus recursos.

Procedeu-se uma abordagem similar para o caso do Paraná, através de uma revisão que se apoiou no ponto de vista desenvolvido para o caso nacional, mas que buscou identificar e explicar as especificidades locais.

Posteriormente as referências a respeito da relação da sociedade paranaense e brasileira com a natureza foram contrastadas com a evolução dos aparatos de gestão patrimonial, no que concerne as sua inserção nos contextos históricos, suas noções de patrimônio e suas iniciativas de proteção de patrimônios naturais.

Essa caracterização propiciou um quadro de referência mais preciso dentro do qual se buscou inserir o tombamento da Serra do Mar, e que orientou as pesquisas mais específicas realizadas no sentido de compreender este processo.

As pesquisas se dirigiram primeiro a uma tentativa de caracterizar, sob as referências teóricas estabelecidas e dentro do quadro sócio-histórico delineado para os casos nacionais e paranaense, a Serra nas suas interações com diversos momentos e dinâmicas da história do Paraná e a partir daí tematizar algumas das principais concepções de natureza que se constituíram em torno deste objeto.

Paralelamente foi feito o levantamento de fontes documentais disponíveis no Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, de fontes jornalísticas – principalmente na coleção de recortes sobre a Serra existentes na Documentação

¹⁷ A referência é ao pensamento que discute a relação homem e natureza e que se apóia basicamente em autores franceses, ingleses e alemães.

Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná – e de depoimentos de alguns informantes que o acompanharam mais de perto ou que desempenharam funções estratégicas no processo de tombamento.

A pesquisa que se realizou com atores do processo teve o objetivo de buscar uma fonte adicional de informações bem como diversificar os pontos de vista do autor pela consulta a outros participantes do processo. Não se visou uma caracterização do universo dos atores por esta via.

Todavia procurou-se um critério para a seleção desses informantes, que buscou identificar atores que representassem o ponto de vista dos cientistas, do movimento ambientalista, dos montanhistas e usuários da Serra interessados na sua conservação, dos políticos e decisores públicos, da mídia, do movimento social e dos administradores e técnicos do serviço público.

Para trazer o ponto de vista dos cientistas o escolhido foi João José Bigarella, um dos mais destacados geólogos do Paraná, com renome internacional, ambientalista reconhecido e de longe o maior defensor da necessidade de proteção da Serra.

Para falar sobre a ótica dos políticos e tomadores de decisão, procurou-se Belmiro Valverde Jobim Castor, que ocupou a Secretaria de Estado do Planejamento tendo um papel fundamental na divulgação e aceitação, no âmbito da administração pública da idéia de que era necessário proteger a Serra.

Sobre o movimento ambientalista, principalmente nos momentos mais próximos do tombamento, o informante ideal seria Roberto Lange. Na sua falta, procurou-se Henrique Schmidlin, um dos mais antigos montanhistas em atividade, marumbinista e ambientalista convicto, com uma trajetória pessoal muito próxima a Lange, que falou nas duas situações.

Teresa Urban expressou o ponto de vista da mídia, especialmente dos jornais que na época eram o principal veículo para o tema, mas também foi escolhida também pelos seus vínculos de grande amplitude com o movimento social.

José Guilherme Cantor Margnani, trouxe a visão do administrador público – que se distingue do tomador de decisão, pois não é político e sim executivo, mas atende a uma indicação política – pois que desempenhava as funções de Coordenador do Patrimônio Cultural e Curador do Patrimônio Histórico e Artístico da

Secretaria de Estado da Cultura, tendo acompanhado e coordenado todo o processo.

Por fim na condição de técnico do serviço público, aquele que desempenha as tarefas necessárias à concretização das decisões e que opera no plano dos afazeres de caráter técnico-burocráticos que caracterizam este serviço, falou Tosca Zamboni, que se encarregou da operacionalização do processo desde os seus primórdios.

Com estas informações se procurou traçar um quadro que permitisse a compreensão do processo, procurando identificar suas diversas manifestações no tempo, e buscar explicações para os discursos que se foram construindo em torno do tema, a participação dos diversos atores, as iniciativas do Estado, procurando relacioná-los com os diversos contextos que se sucediam no plano estadual e nacional.

Desta etapa passou-se para as conclusões, que abordaram basicamente um balanço dos objetivos atingidos, enfatizou-se algumas conclusões relevantes sobre as diversas fases do trabalho e apontou-se temas para pesquisa.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL: NATUREZA, MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

2.1 A Noção de Patrimônio Cultural e Natural

2.1.1 Sua Origem e Evolução

Termo originalmente ligado à de herança paterna – do latim: *patrimonium* – patrimônio vincula-se à noção de propriedade transmissível para os pósteros. Esta é, por exemplo, a idéia que orienta o verbete constante do Novo Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986, p. 1047) que diz ser patrimônio: “a herança paterna, os bens de família, o dote dos ordinandos, figurativamente a riqueza quer moral, cultural ou intelectual ou, no direito, os bens de qualquer natureza que pertençam à pessoa”.

A referência ao paterno, remete a *pater* do latim e *patrós* do grego com origem no sânscrito *pa*, proteger (GÓES, 1921, p. 219). Houaiss (2001, p. 2148) assinala nesse prefixo uma idéia de pai que teria um “valor mais social e religioso do que de simples paternidade física”, esta última sendo expressa em latim “preferentemente por *parens* e por *genitor*” estando ligada às noções de “pai; avô ou antepassado; fundador; benfeitor”, patrimônio então, segundo esse autor, referir-se-ia ao “conjunto dos bens pertencentes ao *pater*”.

Valor econômico e propriedade, por outro lado, é o que se vincula à noção jurídica de patrimônio. Esta idéia como diz Carlos Frederico Marés de Souza Filho (1997, p. 53), se liga às “relações jurídicas que tiverem valor econômico para uma pessoa”, ou seja: para que haja patrimônio, do ponto de vista do direito, “são necessários direitos com valor econômico e que tenham todos uma titularidade subjetiva unipessoal”.

Já o patrimônio cultural é uma coleção de coisas que seriam bens comuns de todos, ou como menciona Gonçalves (1988, p.266): “Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.”.

Esta forma de ver a questão, como explica o mesmo autor (1988, p. 266), vincula-se à “emergência da moderna idéia de coleção como um fato associado ao chamado ‘individualismo possessivo’ no século XVI” estando associada à identidade coletiva à posse de determinados bens.

Esta mesma interpretação pode ser vista em Maria Cecília Londres da Fonseca (2005, p.37). Nesse trabalho, a autora considera que a noção de patrimônio cultural como aparece hoje, remete à modernidade¹⁸ sendo, mais especificamente, “produzida, assim como a idéia de nação no final do século XVIII” e referindo-se, originalmente, à construção de uma coleção de coisas que teriam um valor nacional, que se fundaria no “pertencimento a uma comunidade, no caso a nação”. Esta coleção teria a virtude de “objetivar, conferir realidade e também legitimar essa comunidade imaginada”.

Embora como emergência na esfera normativa¹⁹, o patrimônio cultural seja uma instituição moderna, sua origem, como referência a símbolo e com sentido de bem comum a todos a ser guardado e admirado, relaciona-se ao sentimento religioso de apego às relíquias que se desenvolveu na Europa durante o medievo (FONSECA, 2005, p.54).

O desenvolvimento dessa noção tem, também no Renascimento, um momento importante, pois é aí que o monumento – do latim *monere* fazer lembrar, fazer pensar (GÓES, 1921, p. 179) – histórico como produto da paulatina autonomização dos conceitos de arte e história²⁰, passa a se constituir em objeto de interesse e, pela sua natureza, de preservação.

¹⁸ Modernidade que aqui inclui um tempo, isto é o período que se inicia com o renascimento, a reforma e as navegações remetendo ao século XV; uma concepção de tempo – que opõe os tempos atuais ao passado – e um conjunto de processos “cumulativos e de reforço mútuo” que, aos poucos foram se difundindo pela Europa e depois vieram a ter abrangência planetária e que se referem: “à formação de capital e a mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e à formação de identidades nacionais; à expansão do direito de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc.” (HABERMAS, 2000).

¹⁹ Como assinala Heemann “o trato social, o direito, a moral e alguns aspectos da religião irão compor o *plano normativo*.” Este plano “regula a convivência social de nossa sociedade. As esferas normativas se expressam sob forma de imperativos e sanções: exigem conduta obrigatória. O que as diferencia, no entanto, são os níveis de coerção, de investimento emocional e formalístico” (2001-B, p. 12).

²⁰ Sobre o tema, a mesma Françoise Choay (2001, p.44), em seu *A alegoria do patrimônio*, menciona que: “Os historiadores e os historiadores de arte que se dedicaram aos movimentos artísticos e intelectuais que se desenvolveram na Itália no *Quattrocento* identificaram e distinguiram no *Trecento* duas atitudes originais, características, respectivamente, dos humanistas e artistas. Estas duas atitudes contribuíram para uma primeira conceituação da história enquanto disciplina e da arte enquanto atividade autônoma. Assim elas são também uma condição necessária para que se constitua o objeto que nós designamos monumento histórico, que está ligado às duas noções de história e de arte por meio de uma relação generativa”.

Nesse momento surge a noção de monumento histórico – aquele que se torna monumento com a história e não é produto de uma ação intencional – o que pressupõe a alteridade de uma civilização em relação a outra, ou seja, uma constituição *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amator que o selecionam (CHOAY, 2001 p.25).

A constituição não intencional em monumento, que decorre da referência ao tempo e ao passado, é também apontada por Alan Radley (*Apud MENEZES 1988, p.2*) que afirma:

Because the material world endures, because it can outlive its makers, it can serve as a monument to their efforts and ideals; and yet for that same reason, artifacts survive in ways unintended by makers and owners to become evidence on which other interpretations of the past can be reconstructed. This property of things – shared to some degree with written texts – has given some artifacts a special place as symbols of the past. Cultures differ as to the degree to which artifacts are used in this way.

As primeiras iniciativas de proteção legal ao patrimônio cultural enquanto monumento histórico remontam ao Renascimento²¹. Aconteceram em Roma, por volta de 1420, e se vinculam a uma iniciativa do governo – no caso o papado de Martinho V - de recuperar o “poder e o prestígio” daquela cidade criando um “clima intelectual” que relacionava as ruínas antigas ao passado glorioso da cidade, à sua história (CHOAY, 2001, p. 31).

Desde então a noção de monumento – bem comum a ser preservado para os pósteros - se consolida e assume configuração de norma jurídica, com os correspondentes procedimentos administrativos no âmbito do Estado, nos fins do século XVIII e no correr do século XIX.

É na França e na Inglaterra, cujos monumentos se encontravam ameaçados – na primeira em virtude das convulsões das revoluções e na segunda pelos transtornos de apropriação de espaços e recursos decorrentes da revolução industrial – que surgem as primeiras iniciativas nesse sentido (FONSECA, 2005).

²¹ Alois Riegl (*Apud KERSTEN, 2000, p. 36*) relaciona a origem da iniciativa de proteção aos monumentos a este período, apontando um breve do Papa Paulo III de 1534 como a primeira iniciativa jurídica de proteção aos monumentos; para Choay (2001, p. 54) em data anterior, 1462, encontra-se a bula *Cum aliam nostram urbem*, que determina a “manutenção e preservação” de lugares sagrados para que as gerações futuras possam conhecê-los, punindo os infratores com pena pecuniária.

Assinale-se, contudo, que no caso da França esta intenção vinha marcada por interesses identitários que se articulavam aos ideais pregados pela revolução de 1789, vinculando-se às idéias de cidadania e de educação pública (CHOAY, 2001).

Mais para os fins do século XIX, a intenção da proteção de monumentos como representativos da identidade nacional também se desenvolveu nos Estados Unidos ²². Naquele país a ocupação recente do território, associou a idéia de monumento e identidade nacional às paisagens naturais. Paisagens que representariam a um só tempo “lugares de significado sagrado para a nação”, bem como a possibilidade de preservação de mundo natural primevo, um “antídoto para os venenos da sociedade industrial” (SCHAMA, 1996 p. 17).

A constatação de que os monumentos – paisagens ou edificações – se encontravam ameaçados pela dinâmica das cidades e pelo industrialismo, orientou a percepção de patrimônio e a formulação de políticas sobre o tema até as primeiras décadas do século XX. Isto é bastante perceptível nas primeiras declarações internacionais de especialistas no tema – conservadores, museólogos e arquitetos -, as duas Cartas de Atenas, a de 1931 e a de 1933 (IPHAN 2000).

É, também, neste último período que, primeiro, a noção de bem cultural – obra de arte, sítio arqueológico, paisagem, edificação – e depois a de patrimônio cultural vai surgir e, aos poucos, se diversificar.

Na origem desta tendência há um forte componente ligado à devastação ocorrida na Segunda Grande Guerra e do choque cultural que daí resultou²³. Isto desencadeou, como se verá, um movimento que, sob tutela da Organização das Nações Unidas, deu origem a uma série de normas e iniciativas internacionais para a salvaguarda de bens culturais (SILVA 2003), (SOUZA FILHO, 1997).

²² Uma abrangente síntese da percepção de natureza nos Estados Unidos nesta época encontra-se na dissertação de mestrado de Ana Lucia de Godoy Pinheiro, *Da Imensidão Selvagem às Áreas Protegidas: inventando natureza, criando lugares*. Neste trabalho encontra-se uma ampla discussão das diversas percepções da natureza na América do Norte pela literatura, poesia, pintura e fotografia no correr dos séculos XVIII e XIX, ilustra com detalhe a vinculação das noções de terra prometida e de afirmação da nacionalidade aos movimentos que deram origem aos primeiros parques nacionais (s.d.).

²³ *El saldo de destrucción y muerte dejado por la conflagración, estampó, en las pupilas de los sobrevivientes la dramática realidad de un desdibujado paisaje, en el que no se reconocían y por el que comenzaron a transitar con torpeza, en la busca de la razón de su ser; perdida entre las ruinas. En esta empresa, en la que el hombre pondría a prueba su voluntad, adquiere la conciencia de su historicidad, de su herencia. Como resultado de este proceso histórico, aparece en el panorama mundial una actitud nueva, conciente, que se desarrolló fuertemente en los países que vivieron la guerra, y se fue extendiendo en las décadas posteriores, con mayor o menor intensidad, a todo el ámbito internacional* (PEREZ, 2003 p. 14).

Posteriormente quando, no correr do século, a idéia de patrimônio foi deixando de ser uma idéia quase que exclusivamente européia e se disseminando, é que foram surgindo outras visões nacionais, diversificando-se o conjunto de países interessados no tema, e se consolidando categorias mais amplas como patrimônio da humanidade e patrimônio imaterial.

Paulatinamente se alterou a forma tradicional de abordar a questão do patrimônio, excessivamente centrada nos atributos, da excepcionalidade e da materialidade. O conceito do patrimônio, já nos anos 1970, caminhou para incluir as manifestações da cultura popular. Assim chegou-se à noção de patrimônio imaterial, que abrange saberes, celebrações, formas de expressões e lugares de práticas culturais coletivas.

Uma visão de grande abrangência do tema pode ser colhida em Souza Filho (1997, p. 10), que, apoiado na noção de que a “a cultura não existe isolada do mundo natural”, se utiliza da noção de patrimônio ambiental, a um só tempo cultural e natural, que, para o caso brasileiro define como composto “desta gama de diversidades, aquilo e aquelas sociedades que a natureza aqui fez crescer espontaneamente, e aquilo e aquelas sociedades que, pela mão de homens e mulheres de outras latitudes, aqui se adaptaram”.

Este mesmo autor (1997, p. 10) percebe o patrimônio ambiental como “elemento fundamental da civilização e da cultura dos povos” vinculando a possibilidade de seu desaparecimento ao das sociedades em que se constituíram afirmando que o “patrimônio natural é a garantia da sobrevivência física da humanidade” e o “patrimônio cultural é garantia de sobrevivência social dos povos”.

Nestor Garcia Canclini (1994 p. 95,96) identificava, nos meados da década de 1990, um movimento tríplice nas ciências sociais no sentido da revisão do conceito de patrimônio cultural, no que se refere à natureza das coisas protegidas, às formas de apropriação dessas pela população e, finalmente, à inserção social do processo de produção destes bens. Como evidenciava:

a) Afirma-se que o patrimônio não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões ‘mortas’ de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso -, mas também os bens culturais, visíveis e invisíveis: novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais.

b) Ampliou-se, também, a política patrimonial de conservação e administração do que foi produzido no passado aos usos sociais que relacionam esses bens com as necessidades contemporâneas das maiorias.

c) Por último, em oposição a uma seletividade que privilegiava os bens culturais produzidos pelas classes hegemônicas – pirâmides, palácios, objetos ligados à nobreza ou à aristocracia –, reconhece-se que o patrimônio de uma nação também se compõe dos produtos da cultura popular: música indígena, textos de camponeses e operários, sistemas de autoconstrução e preservação dos bens materiais e simbólicos elaborados por todos os grupos sociais.

Assim, para, o mesmo Canclini (1994, p. 98):

O patrimônio cultural - ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não apenas abarca os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens, conhecimentos e tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos.

Para exemplificar, atualmente o patrimônio histórico (CHOAY, 2001 p.11) pode ser considerado como uma expressão que se refere a um fundo “destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias” que é composto por objetos – obras de arte, sítios, edificações, e outros - que são acumulados e que se caracterizam pela pertença comum ao passado.

Marta Arjona Perez (2003, p.11), signatária da Carta de Veneza de 1964, que participou ativamente dos esforços que permitiram a evolução deste conceito, afirmava em 2003:

Reconocemos como patrimonio cultural aquellos bienes que son la expresión o el testimonio de la creación humana o de la evolución de la naturaleza, y que tiene especial relevancia en relación con la arqueología, la prehistoria, la historia, la literatura, la educación, el arte, la ciencia y la cultura en general, como son los documentos y los bienes relacionados con la historia, incluidos los de la ciencia y de la técnica, así como la vida de los forjadores de la nacionalidad y la independencia; las especies y ejemplares raros de la fauna y la flora; las colecciones y objetos de interés científico y técnico; el producto de las excavaciones arqueológicas, los bienes de interés artístico – tales como los objetos originales de las artes plásticas, decorativa y aplicadas y del arte popular –; los documentos y objetos etnológicos o folklóricos; los archivos, incluso los fotográficos, fonográficos y cinematográficos; mapas y otros materiales cartográficos; las partituras musicales originales e impresas y los instrumentos musicales; los centros históricos urbanos, construcciones o sitios que merezcan ser conservados por su significación cultural, histórica o social; las tradiciones populares urbanas y rurales y las formaciones geológicas o fisiográficas del pasado o testimonios sobresalientes del presente, que conforman las evidencias por las que se identifica la cultura nacional.

Assim a noção de patrimônio, na generalidade designado cultural, vem se ampliando, abrigando hoje um conjunto bastante diversificado, que inclui um rol amplo de objetos - paisagens, sítios, monumentos, edificações, assentamentos,

obras de arte - de práticas sociais – saberes, festas, comemorações, danças – e categorias – bens culturais, valor, autenticidade.

A diversidade e dimensão do tema sugeriram inclusive abordagens de maior abrangência como a de Damatta, mencionada por Kersten (2000 p. 15, 16), que define patrimônio “como dinâmicas dramatizações da experiência coletiva, sobre a qual cada grupo social manifesta o que deseja situar como *perene*”.

Esta forma de ver, contrastada com as mencionadas anteriormente, acrescenta à noção de patrimônio cultural liberdade e amplitude condizente com a intenção de abrigar as manifestações da cultura humana, pois descola o conceito de patrimônio de um vínculo desnecessário com o passado ao tempo em que lhe confere plasticidade e o liberta do jugo dos especialistas. Resta saber como torná-la operacional.

2.1.2 A Evolução Técnico–Institucional do Conceito

Uma forma de melhor perceber a noção de patrimônio no contexto atual, é observar sua evolução no âmbito das cartas patrimoniais: declarações de caráter por vezes orientativo, por vezes normativo, que são formuladas pelos organismos de classe, associações internacionais e organismos multilaterais que se ocupam do tema.

Estas iniciativas voltadas à proteção de monumentos são inicialmente vinculadas à ameaça que o processo de crescimento das cidades ensejou na Europa, especialmente na França e na Inglaterra, no início do século XX.

Isto aparece com ênfase na *Carta de Atenas* (IPHAN, 2000 p.14), de 1931, do Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações que, ao tratar dos monumentos históricos, recomenda o respeito ao “caráter e fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos”.

Também na segunda *Carta de Atenas* – esta de 1933 - do Primeiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, vê-se que questão ainda está

nitidamente ligada à cidade e a sua dinâmica, nela já se fala em patrimônio histórico das cidades ²⁴.

Posteriormente, retomando as preocupações da *Carta de Atenas* de 1931, e ainda contemplando iniciativas de organizações não governamentais vinculadas ao tema, têm-se, em 1964, a *Carta de Veneza*, do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos que, como menciona Silva (2003), citando Carlo Gasperini, reúne princípios que permitem uma “ampla compreensão dos problemas da conservação e da restauração dos monumentos e do ambiente que os envolve”.

Esta Carta, vigorosa e que orienta fortemente o pensamento e atuação de profissionais da área até hoje, afirmava, segundo Silva (2003), o “interesse universal da conservação dos monumentos históricos”, e uma concepção de monumento que incluía o ambiente no qual se encontrava inserido e da “história da qual é testemunho”. Introduzia também a idéia de revitalização, que sugere que o monumento “pode ser reutilizado a despeito de sua função original”.

A partir da noção de monumento histórico vinculado mais especificamente ao urbano, a idéia de patrimônio foi aos poucos se diversificando e se complexificando, incorporando um conjunto maior de manifestações.

Como assinala Souza Filho (1997, p. 101), ao término da Segunda Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas e dos organismos multilaterais a ela vinculados, especialmente a UNESCO, “ampliou-se a cooperação entre os povos e acordos, recomendações e convenções começaram a proliferar” especialmente para organizar o intercâmbio cultural e coibir a rapina de bens.

Inicialmente estas medidas parecem marcadas pelos efeitos devastadores da guerra sobre os patrimônios culturais. A primeira iniciativa multilateral adotada sob patrocínio da UNESCO, que envolvia bens culturais foi a Convenção para a

²⁴ A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança (IPHAN, 2000 p. 52).

Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado – *Convenção de Haia*, de 1954 – (SILVA, 2003).

A inclusão dos bens culturais no discurso patrimonial da UNESCO parece ser um marco importante nesse processo. Estes são mencionados na Conferência Geral da UNESCO – 13º Sessão – em 1964, em Paris, nas Recomendações sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais e incluem:

os bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo os arquivos musicais” (IPHAN, 2000, p.98).

Tem-se depois, nas *Recomendações sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas* (IPHAN, 2000 p.122) – Conferência Geral da UNESCO, 15º Sessão, Paris 19/11/1968 –, uma singular abertura no conceito de patrimônio, pois são considerados como “o produto e o testemunho das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado e constituem, portanto, um elemento essencial da personalidade dos povos”.

Também os bens naturais, vão se incluindo no conceito de patrimônio. Já em 1962, na *Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios*, emanada da 12ª sessão Conferência Geral da UNESCO, tem-se a expressão patrimônio cultural associada à natureza.

Nela chama-se a atenção para o “valor estético das paisagens e dos sítios naturais” e do seu “interesse cultural” insistindo na necessidade de “salvaguardar sua beleza”, considerando aí “paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético” (IPHAN, 2000 p.83).

Por fim, na *Convenção sobre o patrimônio mundial cultural e natural* (Conferência Geral da Unesco – 17ª sessão) de 1972, tem-se uma abordagem do patrimônio cultural numa dimensão mais contemporânea, porém ainda bastante ligada à noção da proteção a um objeto ou obra. Ela inclui obras de arte monumentais; elementos ou estruturas arqueológicos; sítios e conjuntos de valor universal ou excepcional do ponto de vista histórico, artístico ou científico.

Neste mesmo documento entende-se o patrimônio natural - como, aliás, já se viu - associado às noções de monumento, espécimes naturais e sítios que detenham valor universal, considerando aspectos estéticos, científicos, da conservação ou da beleza natural (IPHAN, 2000 p.179).

Finalmente, a idéia de patrimônio vai tomar os seus contornos mais atuais quando, a partir da 25ª Conferência Geral da UNESCO, em 1989, passa a incluir, também, a salvaguarda às manifestações das culturas populares e tradicionais, consideradas então como “parte do patrimônio universal da humanidade” e “poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes e de afirmação de sua identidade”.

Atualmente, esta é a configuração do que se designa patrimônio cultural, uma ampla coleção de coisas e manifestações culturais da mais diversa ordem, que contempla praticamente qualquer coisa ou processo, desde que lhes sejam atribuídos - por meio do ritual para tanto instituído - os valores que venham a torná-lo patrimônio cultural.

Ambas as noções de patrimônio cultural e natural encontram-se também associadas ao que se convencionou designar por patrimônio da humanidade, acrescentando-se apenas que se tratariam, nesse caso, o valor universal excepcional de maior excepcionalidade, integrados pelos bens de cada nação, inestimáveis e insubstituíveis (UNESCO, 1999).

2.1.3 Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade

Como se viu na discussão da evolução técnica e institucional do conceito, a noção de patrimônio cultural e natural veio se ampliando e complexificando no correr do século passado, especialmente no pós-guerra tendo, no início dos anos 1970, evoluído para a concepção de patrimônio cultural e natural da humanidade.

O surgimento dessa idéia vincula-se, também, à percepção que se firmou, dos anos 1960 em diante, a respeito da magnitude das mudanças ambientais decorrentes do industrialismo e da urbanização, e o fato de que sua expressão sobre territórios muito amplos que suplantam as fronteiras nacionais e as ameaças que têm significado para os patrimônios culturais e naturais.

Sobre o patrimônio da humanidade, que designa patrimônio histórico da humanidade, Kersten (2000, p. 33) assinala que o mesmo requer o “diálogo entre culturas” e o reconhecimento da importância da diversidade cultural e da herança comum que significam.

A dimensão da preocupação com o tema da cultura no âmbito internacional pode ser apreciada pelo fato de que na esfera da UNESCO “são aprovados quatro tratados internacionais de grande importância para a proteção do patrimônio cultural da humanidade e dez recomendações no mesmo sentido entre 1956 e 1980” (SILVA, 2003, p. 23).

A ampliação das normas de direito internacional sobre a proteção do patrimônio cultural e natural vincula-se ao movimento de redução das possibilidades do Estado Nacional no que diz respeito ao controle do território e dos fluxos no tempo e no espaço. Esse movimento vem ocorrendo desde os inícios da década de 1970 com a ampliação das funções de organismos multilaterais nos processos de gestão de bens comuns e recursos naturais (CASTELS, 1999), (VAN CREVELD, 2004).

Este aspecto é destacado por Souza Filho (1997, p. 107) quando aponta que os bens que são considerados patrimônio da humanidade “passam a ter uma preservação obrigatória pelo Estado Membro, que se comprometem a preservá-los perante os demais Estados membros da UNESCO” deduzindo-se daí que sua preservação “deixa de ser um problema de economia doméstica, para tornar-se um compromisso internacional”.

O compromisso significa uma forma de interferência na soberania territorial, aspecto que fundamenta a existência do Estado Nacional. Assim, por exemplo, Carrillo Salcedo (*Apud* SILVA, 2002, p.34) assinala que a ordem jurídica internacional aponta “para uma cristalização da noção de patrimônio comum da humanidade, o que, apesar de suas inegáveis ambigüidades, implica, sem dúvida, a superação do exclusivismo próprio da noção clássica de soberania territorial”.

Por outro lado Antonio Blanc Altemir (*Apud* SILVA, 2002, p.34), assinala que a noção de patrimônio da humanidade implica na aceitação de que existem interesses comuns que podem se sobrepor àqueles dos Estados, pressupondo a “gestão do patrimônio comum da humanidade pela comunidade internacional, a repartição

equitativa de seus recursos, sua utilização para fins pacíficos e a exclusão de toda apropriação nacional ou reclamação unilateral de soberania”.

A percepção do significado dessa intervenção pode ser ampliada pela apreciação da natureza dos mecanismos de proteção ao patrimônio cultural na esfera internacional os quais, segundo critério estabelecido por Oriol Casanovas e La Rosa (*Apud* SILVA, 2002, p.25), dividem-se em:

- **de conservação:** que “objetivam manter a integridade física dos bens culturais”;
- **de restituição:** que “disciplinam a devolução dos bens culturais aos seus legítimos titulares quando tomados ilicitamente”;
- **de retorno:** que “dispõem sobre a recuperação de determinados bens culturais pelo país de origem, em hipóteses nas quais não tenha havido afronta à legislação nacional protetora à época da saída de tais bens”.

A noção de patrimônio cultural e natural da humanidade tem uma evolução no plano normativo que a vincula, num contexto mais amplo, à idéia mais geral de patrimônio da humanidade. Essa é a idéia que primeiro surge nas normas internacionais.

O tema manifesta-se, inicialmente, nos fins do século XIX, quer como resposta ao comércio de obras de arte em áreas de conflito armado quer no que se refere aos recursos naturais de interesse comum: o internacionalista francês La Pradelle (*Apud* SILVA, 2003), por exemplo, denominava o mar patrimônio da humanidade, todavia a primeira referência a essa noção encontra-se no preâmbulo do Tratado Constitutivo da UNESCO, de 1945, o qual faz menção a um “patrimônio universal no âmbito da cultura”.

Posteriormente, embora nas décadas de 50 e 60 proliferem convenções e resoluções que consagram um patrimônio comum da humanidade – as frequências de rádio, o espaço extra-atmosférico, os corpos celestes, os fundos marinhos, entre outros – é de 1967 no Direito do Mar, a iniciativa de maior importância.

Esta, que já materializa um conceito de patrimônio comum da humanidade, foi a declaração maltesa (SILVA, 2002, p. 35), na Assembléia Geral da Nações Unidas a respeito do reconhecimento da importância dos “fundos oceânicos” como

patrimônio comum e da necessidade da gestão destes recursos sob direção internacional que deveria se “pautar pelos *princípios da não-apropriação, da utilização pacífica, da exploração e exploração da zona e seus recursos no interesse de toda a humanidade*”.

Destaca-se também a iniciativa da delegação brasileira, na Conferência de Dumbarton Oaks (SILVA, 2003), que propôs uma emenda à Carta da ONU “reconhecendo a cultura como um patrimônio comum da humanidade”. A iniciativa, embora recusada, foi referência para que no Tratado Constitutivo da UNESCO se reconhecesse a necessidade da “preservação e proteção do patrimônio universal dos livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico e científico”.

Em 16 de novembro de 1972 na 17ª sessão da conferência geral da UNESCO, concluindo um amplo processo de negociação, aprovou-se a *Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Esta convenção, no caso do Brasil, foi promulgada pelo Decreto nº. 80.978 de 12 de dezembro de 1977.

De acordo com esta Convenção (IPHAN, 2000 p. 178-179), são patrimônio cultural da humanidade:

os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Por outro lado, pela mesma carta, se constituem em patrimônio natural (IPHAN, 2000 p.179):

os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Pode-se fazer um esforço de compreensão da idéia de patrimônio da humanidade pela consideração das noções que a ela são associadas do ponto de vista do enunciado da convenção.

Inicialmente o que chama a atenção é de que o patrimônio cultural e natural, pela convenção, deixa de ser algo vinculado à nação – um sujeito abstrato - e tendo o estado nacional como ente instituidor para se ligar a algo ainda mais abstrato, qual seja a humanidade e ter como ente instituidor um organismo multilateral.

Também se percebe que ao conceito estão ligadas as idéias de monumento, de valor universal excepcional quer de caráter estético, científico, da conservação ou da beleza natural.

Quando há referência à humanidade como sujeito ao qual pertence o patrimônio cultural e natural, tem-se que esta passa a ser sujeito de um direito, ou seja, titular de direitos e obrigações na relação com determinada coisa. Como entender este ente?

Fernando Fernandes da Silva (2003) explora esta questão apoiando-se em diversos autores: menciona Blanc Altermir para quem este é um conceito aberto que inclui homens, povos e Estados sem distinções. Cita também Armas Barea, para o qual humanidade inclui todo o “gênero humano” compreendendo “todos os homens”. Relata, por outro lado, o ponto de vista de René Jean Dupuy, que dá destaque para o fato de que essa noção comporta uma “característica atemporal”, incluindo pessoas de hoje e do futuro e estabelecendo uma ligação entre elas no que tange ao atendimento de suas necessidades.

Outra noção que fica, pela Convenção, inextricavelmente ligada à idéia de patrimônio cultural e natural da humanidade, é a de valor universal excepcional. Esta, como diz Carlos Frederico Marés de Souza Filho (1997, p. 108), implica em “que tenham uma importância para a cultura universal”.

Os dois termos da idéia acima, universalidade e excepcionalidade, foram objeto de discussões e definições no âmbito da UNESCO, que procurou estabelecer em diversos documentos definições e atributos que devem ser vinculados aos mesmos.

Para essa instituição (*Apud* ICOMOS, 2004, p. 8) o termo universal aplicado a um bem patrimonial significa que este deveria “representar ou simbolizar um conjunto de idéias ou valores que são universalmente reconhecidos como

importantes, ou como tendo influenciado a evolução da humanidade como um todo em um momento ou outro” ²⁵.

A UNESCO (*Apud* ICOMOS, 2004, p. 11) assinala também que “o requerimento de valor universal excepcional deveria ser interpretado como resposta excepcional à questão de natureza comum universal ou colocada por todas as culturas humanas” especificando que “com relação ao patrimônio natural estas questões são perceptíveis na diversidade biogeográfica” e “com relação à cultura na criatividade humana e na diversidade cultura dela resultante” ²⁶.

Outro aspecto importante da concepção de patrimônio cultural e natural da humanidade é a intenção manifesta de considerar em uma só convenção e conjuntamente estes dois aspectos – o cultural e o natural.

Esta postura deveu-se a um ponto de vista dominante entre os governos, os entes multilaterais e os movimentos sociais que se empenharam no processo de criação deste mecanismo de proteção aos patrimônios de que ambos os aspectos seriam indissolivelmente ligados.

Nesse sentido vale lembrar, como representativo do pensamento então dominante, o ponto de vista de Russell E. Train, que em 1967, no Congresso Internacional sobre Homem e Natureza, representando a *Conservation Foundation* - antes de sua fusão com a WWF - propunha a criação de patrimônios mundiais, assinalando a urgência do lançamento de um programa unificado de proteção dos patrimônios naturais e culturais e defendendo este ponto de vista da seguinte maneira:

In so doing, we will be recognizing that our civilization, past and present, is inextricably linked to our physical environment. Indeed, the works of man are necessarily founded upon and molded by the natural environment. Can we conceive of a Venice in isolation from the sea? (UNESCO, 2003, p.36).

Este modo de ver a questão era também esposado pelo governo Norte Americano, pois em 1971, sua mensagem presidencial sobre o meio ambiente, ao

²⁵ No original: “represent or symbolize a set of ideas or values which are universally recognized as important, or as having influenced the evolution of mankind as a whole at one time or another” (ICOMOS, 2004, p. 8).

²⁶ No original: “The requirement of outstanding universal value characterizing cultural and natural heritage should be interpreted as an outstanding response to issues of universal nature common to or addressed by all human cultures. In relation to natural heritage, such issues are seen in biogeographical diversity; in relation to culture in human creativity and resulting cultural diversity” (ICOMOS, 2004, p. 11).

tempo em que assinalava o caráter pioneiro da criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, lançava um desafio às nações do globo no sentido de chegar a um acordo sobre a necessidade de estabelecer como princípio a consideração de que determinadas áreas possuem valor único para toda a humanidade devendo ser reconhecidas como parte do patrimônio da humanidade²⁷ (UNESCO, 2003, p. 37).

A UNESCO, através de seu *World Heritage Center* – WHC – e nos seus documentos oficiais mais recentes sobre o tema, tem mantido a visão de que os patrimônios da humanidade devem ser considerados como parte de um único conjunto estando de fato inextricavelmente ligados.

Não há de fato diferença entre ambas as coisas, e este parece ser o ponto de vista dominante com relação ao tema. Pois aceitar uma eventual separação implicaria, em última instância, na aceitação da idéia de que existiria para o homem uma natureza em si, quando, esta de fato existe pensada, como assinala Lenoble, tomando "sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens" (1990, p.17).

Com abordagens um tanto diferentes e às vezes partindo do ponto de vista de distintas disciplinas é possível trazer à baila diversos autores que argumentam nesse sentido. Por exemplo, o já mencionado Simon Schama, em seu alentado *Paisagem e Memória*, aponta diversas vezes para o fato de que a paisagem dita natural é sempre construção cultural (1996). Ponto de vista com o qual concordam, cada qual a seu modo, Cronon (1995), Tuan (1980), Keith Thomas (1988) e Alain Corbin (1989), para mencionar alguns.

2.1.4 A Legislação Brasileira de Proteção ao Patrimônio

Já no caso específico do Brasil, as idéias de proteção aos patrimônios culturais e naturais surgiram quase que na mesma época que começaram a ser concebidas no cenário internacional.

²⁷ No original: *Yellowstone is the first national park to have been created in the modern world, and the national park concept has represented a major contribution to world culture. Similar systems have now been established throughout the world (...) It would be fitting by 1972 for the nations of the world to agree to the principle that there are certain areas of such unique worldwide value that they should be treated as part of the heritage of all mankind and accorded special recognition as a part of a World Heritage Trust. (...) I believe that such an initiative can add a new dimension to international co-operation* (UNESCO, 2003, p. 37).

Para se delinear um cenário a respeito do processo de surgimento e consolidação da sistemática brasileira de proteção aos patrimônios, e principalmente da idéia de patrimônio cultural e natural que a orienta, buscou-se acompanhar a evolução dos conceitos legais associados à mesma.

Do ponto de vista legal as primeiras medidas nesse sentido são comentadas por Souza Filho (1997, p. 43), elas envolveram:

- a criação do Museu Histórico Nacional – decreto nº. 1596, 2 de agosto de 1922 – que se destinava ao estudo da História Pátria com a finalidade de divulgar o patriotismo e permitir o culto de nosso passado;
- iniciativas legislativas – projetos de lei, em 1923, e 1924 – o primeiro visando a conservação de imóveis de interesse nacional do ponto de vista da história ou da arte e, o segundo, propondo a catalogação e tornando obrigatória a conservação destes – que se tornaria de iniciativa pública na ausência de recursos do proprietário – bem como dando primazia de compra destes bens ao Estado em caso de transferência;
- instituição de Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, em 1927, na Bahia e em Pernambuco;
- apresentação de projeto de lei, em 1930, visando a proteção do acervo de história brasileira concentrado em Salvador – neste surge pela primeira vez na esfera legal brasileira o uso da palavra patrimônio para designar o conjunto dos bens culturais do país composto por todas as coisas de valor artístico, significação histórica e notável beleza;
- a constituição, em 1933, de Ouro Preto em Monumento Nacional – Decreto 22.928, de 12 de julho – ato no qual a novidade era a inclusão do termo “patrimônio histórico e artístico”, bem como, a definição em seu preâmbulo do “dever do Poder Público defender o Patrimônio Artístico da Nação”.

Estas iniciativas, algumas delas ligadas à revolução de 1930 e, posteriormente ao Estado Novo, e à sua intenção modernizante do aparelho de Estado, se inseriu em um movimento mais amplo que deu origem a um conjunto de leis de caráter protecionista que, definindo o interesse público, colocaram sob tutela do Estado bens de domínio privado.

Dentre essas leis se destacam, por exemplo, em 1934 o Código Florestal, o Código de Águas, o Código de Minas, o Decreto de Proteção dos Animais, em 1937, a lei do Tombamento e, em 1938, o Código de Pesca (SOUZA FILHO, 1997).

A chamada Lei do Tombamento, Decreto Lei 25, que até hoje regula a proteção ao patrimônio cultural no país, teve como principal patrono o então Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, cabendo a Rodrigo de Mello Franco de Andrade o equacionamento jurídico e seu texto final, mas seu ideólogo mais destacado foi Mário de Andrade.

Foi este último (2002, p.272) que elaborou, a pedido do primeiro, em 1935, um anteprojeto do “Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”, propondo uma noção de patrimônio que incluía “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira”.

Levando-se em conta que sua concepção de arte incluía toda a expressão da habilidade do engenho humano, este rol tornava-se bastante amplo, pois neste conjunto estariam incluídos, objetos, monumentos, paisagens, folclore, iconografia, com uma especificação bastante detalhada caso a caso.

Essa visão de patrimônio de grande amplitude e elasticidade foi característica da concepção e forma de agir de Mário de Andrade, e se traduziu, num projeto que pretendia a catalogação, classificação e organização de todo o acervo cultural brasileiro, não se especializando em formas de manifestação nem distinguindo entre o erudito e o popular (BOMENY, 1995, p. 15-23).

No que concerne às constituições, as de 1824 e de 1891 não abordam a questão da preservação de bens culturais. Já a Carta Magna de 1934 atribuía à União concorrentemente aos Estados a competência de “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (SILVA, 2003).

Por seu lado a de 1937, que definia os contornos legais dentro dos quais foi desenvolvido o Decreto Lei 25, estabelecia que “os monumentos históricos, artísticos ou naturais, assim como as paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios”. (SILVA, 2003).

Datado de 1937, o Decreto Lei 25 (PARANÁ, 1990-B, p. 17), estabelece – art. 1º – que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo o conjunto dos bens, móveis ou imóveis, “cuja conservação seja de interesse público” por serem vinculados a “fatos memoráveis da história do Brasil” ou por serem de “valor excepcional”, sejam eles de caráter arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O mesmo também define – art. 1º parágrafo 2º – os patrimônios culturais naturais, pois aos bens componentes do patrimônio histórico e artístico nacional, são equiparados os “monumentos naturais”, e também “os sítios e paisagens” cuja conservação e proteção seja necessária em decorrência da “feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (PARANÁ, 1990-B, p. 17).

Do ponto de vista legal, como já se acentuou, este advento é arrojado, pois como assinala (FONSECA, 2005, p. 104), soluciona a questão da propriedade, questão legal – à época equacionada por Rodrigo M. F. Andrade – que durante um bom tempo impediu a criação de uma legislação específica de patrimônio cultural no país.

Assim, quando do seu surgimento, o instituto do tombamento era muito inovador, permitido a proteção do patrimônio cultural e natural sem o emprego do requisito da desapropriação, geralmente oneroso aos cofres públicos, introduzindo a possibilidade de regulamentação de usos sobre bens privados.

Assinale-se também que concepção semelhante de patrimônio cultural natural, no sentido da proteção, pelo interesse comum que possuem, de determinados aspectos da natureza, já se encontrava no código florestal de 1934.

Neste caso associava-se ao conceito de floresta protetora cujo corte era vedado e que independiam de ato declaratório do poder público. Estas incluíam as destinadas a “proteger sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados” – art. 4º – bem como as situadas em “encostas de morros que sirvam de molduras a sítios e paisagens pitorescas dos centros urbanos” – art. 22 – (MUNIZ et al., 1978, p. 10-11).

A concepção legal de patrimônio se mantém aproximadamente a mesma por quase cinco décadas. Na Constituição de 1946 a referência ao patrimônio trata das

“obras, monumentos de valor histórico e artístico, bem como a monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza” (SILVA, 2003, p. 120).

A Carta Magna de 1967 inova um pouco com relação à anterior ao incluir as jazidas arqueológicas, sob tutela constitucional, estabelecendo que são patrimônio cultural: “As obras, monumentos documentos e locais de valor histórico e artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (SILVA, 2003, p. 120).

Na década de 1960 e até os meados da de 1980, com o advento da ditadura militar, novamente se verificou um movimento de centralização. O Estado é reformado e são alteradas as noções de interesse público para atender à nova configuração.

Neste período são alteradas as legislações florestal, de proteção à fauna, de proteção à pesca, e surgem novas disposições de caráter ambiental abrangendo o controle da poluição, a proteção de paisagens notáveis de interesse turístico, a criação de áreas de proteção ambiental.

No que concerne aos patrimônios culturais naturais, em 1965, com a publicação do novo código florestal – Lei 4771 de 15 de setembro – esta noção como usualmente se expressa neste campo legal, sofre modificações substanciais.

Assim, as florestas que protegem paisagens singulares – sítios de beleza excepcional ou valor científico – bem como aquelas que protegem espécies ameaçadas, e que, portanto, são do interesse comum, passam a ser consideradas de preservação permanente – art. 3º –, “quando assim declaradas pelo Poder Público” (PARANÁ, 1990-B, p.42).

Nele, também – art. 5º –, estão fixadas as normas para a criação de parques e reservas biológicas com a finalidade de “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, de fauna e de belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”. Nos parques e reservas além da visita seriam proibidas quaisquer formas de exploração dos recursos naturais (PARANÁ, 1990-B, p.42).

A mudança importante neste novo cenário, como aponta Osny Duarte Pereira (*Apud* MUNIZ et al., 1978, p. 11), era de que a proteção do patrimônio cultural

natural, na forma de paisagens notáveis, de interesse científico ou para a proteção de espécies, passou a requerer desapropriação, quer no caso dos parques, quer no das florestas de preservação permanente.

Esta situação colocou a legislação de proteção ao patrimônio cultural e natural, o já aludido Decreto Lei 25, durante um período que se estende daí até o advento das Áreas de Proteção Ambiental em 1981, como, do ponto de vista prático e da efetividade legal, a única possibilidade confiável. Isto porque permitia ao Estado interferir de uma forma abrangente, pela via da regulamentação de usos, nas grandes extensões de paisagem natural, sem requerer desapropriação.

Havia alternativa de regulamentação de usos em áreas extensas com o fito de proteção de paisagens notáveis – pelo seu valor cênico ou cultural ou pelo seu interesse científico – que não requeriam desapropriações, qual sejam as Áreas Especiais de Interesse Turístico.

Estas Áreas, instituídas em 1977 pela lei 6513, permitiam a regulamentação de uso em bens de valor cultural e natural desde que assim declarados por lei específica, incluindo entre eles os bens de valor histórico artístico, arqueológico ou pré-histórico; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais e etnológicas e seus locais de ocorrência, as paisagens notáveis; especificando um conjunto de atributos que bem poderia estar relacionado aos patrimônios culturais naturais (PARANÁ, 1990-B, p.76).

Embora esta legislação tenha abrangência e, em alguns casos tenha dado origem a intervenções de regulamentação bastante amplas, ela exigia um ritual de maior amplitude, pois não estavam restritas ao campo exclusivamente administrativo – como é o caso da proteção ao patrimônio cultural natural no âmbito do Decreto Lei 25 – requerendo lei específica caso a caso. Era também pouco testada do ponto de vista legal, principalmente no que se refere às discussões sobre o direito de propriedade e a necessidade ou não de desapropriação.

Tais aspectos são de suma importância para compreender o contexto jurídico no qual ocorreram as grandes iniciativas de proteção aos patrimônios culturais naturais que, no âmbito dos Estados, se deram no correr da década de 1980, pois grande parte delas se apoiou no instituto do tombamento.

Este consistia na época num instrumento abrangente, socialmente aceito e juridicamente testado, por décadas, no que concerne às restrições ao direito de propriedade (FONSECA, 2005, p.105), praticamente o único à disposição da coletividade sem requerer grandes despesas por parte do setor público na aquisição de terras (SOUZA FILHO, 1997, p.130).

Embora o Decreto Lei 25 ainda se encontre em vigência, a forma de compreender o patrimônio cultural e natural pelo Estado brasileiro, sofreu uma modificação substancial com o advento da Constituição de 1988.

Nela se define como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a proteção de “bens de valor histórico, artístico e cultural” bem como dos “monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988, p.27).

Também está estabelecida – Art. 216 – a constituição do patrimônio cultural brasileiro como composta dos bens de “natureza material e imaterial” que portem referência “à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” incluindo: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p.141).

Há, como aponta Souza Filho, no texto constitucional, uma concepção um tanto diferente de patrimônio do que a da legislação original, pois estes agora passam a ser os bens que, embora ligados à noção de notabilidade e excepcionalidade, guardam referência aos grupos que formaram a sociedade brasileira, abrangendo também bens de caráter material e imaterial, vinculando história e valores à cultura nacional e conferindo valor à diversidade cultural (SOUZA FILHO, 1997).

Posteriormente a noção de patrimônio imaterial, veio a ser detalhada no Decreto 3.551 de 04/08/2000 o qual o é vinculado aos saberes – “conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades” -, às celebrações – “rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social” -, às formas de expressão –

“manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas” -, e aos lugares –” mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (IPHAN, 2006, p. 129-131).

Finalizando, destaca-se que o surgimento da noção de patrimônio cultural natural na legislação brasileira, como se viu dos comentários sobre a seqüência de textos legais, é concomitante e vinculado ao surgimento da de patrimônio cultural.

2.1.5 O Instituto do Tombamento

O Decreto Lei 25, introduz uma percepção de patrimônio que, à época, se alinhava com as iniciativas mais avançadas que vigiam no contexto internacional, instituindo, também, o tombamento, e estabelecendo critérios e trâmites para sua realização.

O tombamento, o instrumento efetivo de proteção aos bens culturais instituído pelo citado Decreto Lei é “ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados”. É, portanto, um procedimento da administração e que, uma vez tomado, passa a obrigá-la de um lado a restringir o particular e, do outro, impõe “condições favoráveis ao interesse público frente ao particular”, invalidando normas civis referentes ao direito de propriedade (SOUZA FILHO, 1997 p. 62).

Tombar significa, como já comentado, inscrever num dos livros do tomo – os livros em que se registram o bem, suas características, os motivos de sua proteção e as diretrizes para sua preservação – delimitando o objeto da proteção e o âmbito da ação discricionária do Estado sobre o mesmo (SILVA, 2003).

O jurista José Cretella Júnior ensina que “se tomar é inscrever, registrar, inventariar, cadastrar, tombamento é a operação material da inscrição do bem, móvel ou imóvel, no livro público respectivo”. O mesmo autor também assevera que o “tombamento é também o ato administrativo que concretiza a determinação do poder público no livro do tomo” (*Apud* SILVA, 2003, p. 122).

No que se refere ao procedimento, o tombamento pode ser de ofício, voluntário ou compulsório. Será de ofício quando recair sobre bem público, havendo,

por parte da autoridade que tomba, apenas a exigência de comunicar à entidade responsável pela guarda da coisa tombada. O tombamento voluntário incide sobre bens privados, e ocorre quando se dá mediante solicitação do interessado ou quando o mesmo manifesta sua anuência à iniciativa de tombamento tomada pela autoridade competente. Já o tombamento compulsório acontece quando uma vez tomada a iniciativa de tombamento pelo poder público, há por parte do proprietário manifestação contrária ao ato – impugnação, submetida, como recurso final, a apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico – ou, de outra forma, quando comunicado do tombamento, o proprietário se omite de manifestação. (PARANÁ, 1990-B, p. 17).

O tombamento pode incidir sobre bens públicos ou privados, e implica, como se viu, em restrições sobre o direito de propriedade, pois permite ao Estado fixar aspectos a serem conservados nas coisas tombadas.

Os efeitos jurídicos dos tombamentos sobre a coisa tombada, como menciona Fernando Fernandes da Silva, incluem: restrição à alienabilidade, restrição à vizinhança, vedação à modificação do bem e obrigações quanto à conservação (2003), às quais podem ser acrescentadas as limitações à mobilidade (PARANÁ, 1990-B, p. 18).

No que se refere à alienabilidade, as restrições definidas pelo Decreto Lei 25, aplicam-se de forma distinta aos bens públicos e aos privados. Com relação aos primeiros há vedação de transferência para fora do âmbito público, podendo esta se dar apenas entre União, Estado e Municípios. Já no respeitante aos bens privados, ela é permitida, sendo requerida a averbação de transferência no registro de imóveis. Há também a exigência, em caso de alienação, de que se dê direito de preferência à União, Estado ou Município, nessa ordem (PARANÁ, 1990-B).

As restrições à vizinhança dizem respeito às medidas destinadas a garantir a visibilidade da coisa tombada, impedindo-se que em sua vizinhança se construa algo que impeça ou reduza sua visibilidade (PARANÁ, 1990-B). Esta noção de visibilidade vem apresentando, com o decorrer do tempo uma grande amplitude, incluindo não apenas obstáculos físicos à visão do bem, mas, também, outras intervenções que alterem o entorno do bem tombado, mudando sua inserção original na paisagem.

O bem tombado não pode ser modificado, pois há obrigação de conservá-lo, como se depreende do artigo 1º do Decreto Lei 25, cabendo esta ao proprietário que, além disso – artigo 17 –, não pode danificá-lo ou modificá-lo sem anuência prévia da autoridade (PARANÁ, 1990-B).

Por fim, o que está tombado sofre restrições de mobilidade, pois não pode deixar o país – artigos 14 e 15 – a não ser em condições específicas de intercâmbio cultural e mediante autorização prévia (PARANÁ, 1990-B).

Assim o tombamento é ato administrativo - isto é se realiza no âmbito da administração, ao seu talante, desde que cumpridos determinados requisitos – incide sobre bens públicos e privados de natureza e dimensão diversa – móveis ou imóveis – e tem como efeito uma série de limitações sobre o direito de propriedade.

A mera observação da abrangência de objetos, amplitude de objetivos, autonomia de aplicação e magnitude de intervenção sobre bens privados, se contrastada com o padrão vigente do período em que surgiu dá uma idéia da inovação em que se constituiu o tombamento no panorama jurídico brasileiro de então.

2.1.6 Patrimônio Cultural e Natural na Legislação Paranaense

Embora no Brasil a legislação de proteção ao patrimônio cultural e natural date de 1937, é no Paraná é que se encontra uma das primeiras iniciativas legais, no âmbito brasileiro, de se criar uma organização pública nesse sentido. Isto se deu por meio da Lei 38 de 31 de outubro de 1935 que criou o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná - CSDPCP.

A este Conselho, de caráter consultivo nos temas da área, competia a defesa das riquezas naturais, artísticas, literárias e históricas do Estado mediante a emissão de pareceres. A ele também foram acometidas tarefas diversas no campo da cultura como a organização e criação de museus e bibliotecas públicas; a promoção da cultura; o intercâmbio com entidades similares; a criação e manutenção de escola de belas artes, de instituto histórico e geográfico, de uma academia de letras, e do conservatório de música do Estado (PARANÁ, 2006-B, p. 1 e 2).

Como se percebe nas atribuições, desde o início das tentativas de se criar um ente governamental voltado ao tema do patrimônio no Paraná a questão dos patrimônios culturais naturais já se encontrava presente, no caso na alusão às riquezas naturais do Estado.

O CSDPCP foi composto por paranaenses notáveis tendo, na sua primeira composição, contado com a participação de Romário Martins (presidente), Caio Machado, Cyro Sans Duro, Manoel de Oliveira Franco, Pedro Ribeiro de Macedo, Osvaldo Piloto e Júlio Estrella Moreira (secretário) (PARANÁ, 1936, p. 1).

Suas principais ocupações foram pareceres sobre a publicação de obras sobre o Paraná, entre as quais a História do Paraná de Romário Martins, promover palestras e solenidades comemorativas de caráter cívico e histórico, de encetar tentativas de criação de biblioteca pública e escola de pintura e uma tentativa de sistematizar um rol das áreas de interesse do patrimônio cultural (PARANÁ, 1936, p. 1-29)..

Sua duração foi efêmera, tendo se reunido por doze vezes entre os dias primeiro de maio de 1936 e sete de novembro de 1937. Deixou de atuar pela percepção de seus componentes da ausência de sentido prático na sua existência.

A esta tentativa pioneira sucedeu-se um longo período em que não se viu, no âmbito da administração do Estado, ações voltadas à criação de uma organização destinada à proteção dos patrimônios culturais e naturais.

Isto não quer dizer que, no Paraná, o tema não despertasse interesse. Ações em prol da defesa dos patrimônios históricos, etnográficos e arqueológicos foram encetadas, dentre as quais se destacam as desenvolvidas pelo Professor David Antônio da Silva Carneiro.

Representante regional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, e atendendo à solicitação de Rodrigo de Mello Franco de Andrade, que lhe solicitou uma relação das obras de arquitetura civil, religiosa e militar consideradas de excepcional valor artístico ou histórico, em carta de abril de 1937, o professor David Carneiro levou à consideração deste organismo um rol de edificações que, na sua quase totalidade, foi tombado (KERSTEN, 2000, p. 128-129).

A demonstração da efetividade deste esforço e do interesse suscitado pelo tema no meio paranaense é demonstrada pelo número de tombamentos que se realizou no Paraná nos primeiros anos de operação do SPHAN.

Mesmo se tratando de um Estado que do ponto de vista do acervo patrimônio edificado de interesse das belas artes e histórico se achava muito aquém de outros da federação, como Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, por exemplo, foram realizados, no Paraná, entre 1938 e 1941, nada menos que oito tombamentos nacionais – o que representou mais de 50% do total dos tombamentos federais realizados no Estado até hoje.

Dentre estes tombamentos nacionais que contaram com a participação do Professor David Carneiro destacam-se as inscrições, em 1938, da Igreja Matriz de Guaratuba, do Colégio dos Jesuítas e da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, ambos em Paranaguá, bem como da Igreja Matriz, da Casa Coronel Joaquim Lacerda e da Casa onde faleceu o General Carneiro, na Lapa; em 1940, da Casa de Câmara e Cadeia da Lapa; em 1941 dos acervos etnográficos e arqueológicos do Museu Paranaense e do Museu Coronel David Carneiro (IPHAN, 2006 - B).

Em 1948, já findo o Estado Novo e seu regime de interventores nos governos dos Estados, verifica-se nova iniciativa, no âmbito da administração pública paranaense, de se instituir um ente destinado à proteção do patrimônio cultural e natural.

Esta além de fazer eco tardio à iniciativa nacional e refletir os tombamentos nacionais aqui realizados, atendia a preceito constitucional – Art. 122 da Constituição do Estado do Paraná de 1947 – e, em parte, foi produto de articulações entre o Museu Paranaense e Rodrigo Mello Franco de Andrade, como relata José Loureiro Fernandes (PARANÁ, 1949-1981, p. 13-18).

Isto se deu no governo de Moises Lupion, por meio da Lei 112/48 que instituiu na esfera de competência da Secretaria de Educação e Cultura a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná - DPHACP²⁸.

Nesta tentativa também se vê a preocupação com os patrimônios culturais naturais, só que desta feita, com uma alusão mais detalhada, de grande

²⁸ A modificação da Secretaria de Educação no sentido de conferir destaque específico aos temas da cultura, com sua transformação em Secretaria de Educação e Cultura verificou-se em 1947 (RONCÁGLIO, 2002, p. 30).

abrangência e possibilidade do ponto de vista do conjunto de bens que poderia atingir e que a equiparava aos demais patrimônios culturais, pois a dita divisão tinha a função de promover a defesa e restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Estado (PARANÁ, 2006-C, p. 1).

Vinculado a esta divisão criou-se o Conselho Consultivo da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná - CCDPHAC, que deveria assessorá-la, o qual era composto pelo Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura, por dois notáveis de reconhecido saber nas áreas jurídica e da história das artes, e por representantes do Arcebispo Metropolitano de Curitiba, do Comando da 5ª Região Militar, do Museu Paranaense, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

A DPHACP foi criada, fundamentalmente, com uma função de auxiliar e cooperar com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, no território paranaense, da qual deveriam emanar os atos de proteção ao patrimônio (PARANÁ, 2006-C, p. 1).

Posteriormente no ano do centenário da emancipação política do Paraná, sendo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, momento de reconhecido esforço no sentido de valorizar uma identidade paranaense, por meio de diversas iniciativas estatais que envolvem as obras do Centro Cívico, a exposição do centenário, a criação da Biblioteca Pública do Paraná, da praça Dezenove de Dezembro com sua alusão à saga do homem paranaense no correr da história, para mencionar algumas iniciativas do gênero, votou-se a Lei 1211/53, a lei do tombamento no Paraná (KERSTEN, 2000, 135-137).

Esta lei surge num contexto político cultural bastante específico, pois a questão da identidade paranaense não era só interesse governamental, e não apenas traduzia o interesse das elites locais – Bento Munhoz da Rocha Neto era um político do chamado Paraná Tradicional – em reforçar o papel político administrativo de Curitiba, ameaçado pelo súbito e espetacular crescimento demográfico e econômico do norte do estado, mas era um tema que se manifestava em outros segmentos da vida cultural do Paraná.

Nos termos da lei 1211/53, o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná está composto pelo:

conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (PARANÁ, 2006-D, p. 1).

No que tange aos patrimônios culturais naturais, a lei do tombamento paranaense nasceu com uma concepção ligeiramente diferente da sua similar federal. Nela, os patrimônios culturais e naturais são tratados conjuntamente, no *caput* do artigo primeiro, quando na federal dá-se destaque aos bens culturais no *caput* do artigo primeiro e os bens naturais são tratados separadamente em parágrafo e equiparados àqueles.

A diferença parece pequena e pode sugerir um acaso de redação, mas também pode traduzir uma intenção de valorizar os patrimônios culturais naturais, o que, aliás, deixa transparecer o professor José Loureiro Fernandes em pronunciamentos sobre o assunto no CCDPHAC (PARANÁ 1949-1981, p. 15 à 16, 18 e 38 à 39).

Também é muito provável que esta redação indique, como se verá, a preocupação corrente entre os intelectuais da época com a devastação das matas e das riquezas naturais do Estado.

No que concerne às demais características da legislação ela é muito semelhante à federal. Prevê o tombamento como ato administrativo da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural; discrimina um ritual para tanto; institui um Conselho Consultivo para opinar sobre impugnações aos tombamentos; preconiza a inscrição dos bens em quatro Livros Tombo, o Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, o Histórico, o das Artes Aplicadas e o das Belas Artes; veda a alteração e o deslocamento da coisa tombada sem autorização prévia; protege o entorno do bem tombado garantindo a sua visibilidade; estabelece normas para sua comercialização e preconiza o direito de aquisição prévia pelo Estado; institui multas e penalidades (PARANÁ, 2006-D, p. 1-5).

Esta lei vem sendo, desde então, o instrumento que tem garantido a intangibilidade do conjunto dos bens protegidos pela iniciativa do tombamento, não tendo sofrido, desde a sua criação nenhuma alteração substancial.

Todavia, como se verificou no âmbito nacional, com o advento da Constituição do Estado de 1989, a questão dos patrimônios culturais naturais assumiu novos matizes.

No que se refere às competências do Estado no campo, a sua Constituição se apresenta de forma similar à federal, uma vez que se trata de campo onde há competência comum. Nos seus termos compete ao Estado do Paraná - Art. 12, inciso III - a proteção dos bens “de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (PARANÁ, 1994, p.5).

Já no que diz respeito à constituição do patrimônio cultural e natural paranaense, o texto apresenta-se com diferenças daquele constante da Constituição Federal, pois parte de uma concepção de cultura e de patrimônio um tanto distintas.

Na Constituição Federal – Art. 215 – define-se como função do Estado a garantia do “exercício dos direitos culturais” e do “acesso” às “fontes” da cultura brasileira, devendo suas manifestações serem incentivadas, valorizadas e difundidas, e protegidas as manifestações da cultura popular e dos grupos participantes do “processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988, p.141).

Já na do Estado do Paraná – Art. 190 – a cultura é dada “como direito de todos” como manifestação do espírito humano a ser defendida, valorizada, estimulada e preservada, com a participação de toda a sociedade, devendo o Estado assegurar a “liberdade de expressão, criação e produção” nos seus diversos campos, garantindo, no que lhe compete, o acesso a difusão e o direito de fruição (PARANÁ, 1994, p. 102).

Numa primeira análise se pode perceber que a noção de cultura expressa na Constituição Federal encontra-se mais próxima das concepções correntes no âmbito das praticas patrimoniais e reflete as inúmeras discussões sobre o tema que se deram a partir do final dos anos 1970, pois está referenciada aos diferentes grupos participantes de um processo que produz a cultura (FONSECA, 2001, p.145). Está perto, portanto, de questões como da identidade e da memória dos grupos sociais.

Por outro lado a constante na Constituição Estadual apresenta-se mais próxima de uma idéia de cultural como direito e se mostra preocupada com a liberdade de expressão e de acesso aos meios para tanto. Refletindo, talvez, os tempos de então, quando eram ainda muito recentes as conquistas da liberdade de expressão no país.

Também a idéia de patrimônio cultural é distinta e tratada com uma singeleza um tanto singular. Da noção elaborada que se encontra na Constituição Federal, que remete à identidade, a ação e a memória dos grupos formadores da nossa sociedade (BRASIL, 1988, p. 141), transita-se para uma concepção que quase tangencia a tautologia.

Na Constituição do Paraná, é patrimônio cultural aquilo que se refere à cultura, ou literalmente – Art. 191 –: “Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade” (PARANÁ, 1994, p.102).

Fala-se, aliás, de patrimônio comum, como o seriam os bens comuns – a água, o ar, a terra, a energia do sol – uma noção que enfraquece a possibilidade de proteção dos patrimônios culturais e naturais que deixam de ser referência à identidade, a memória, ao conjunto das relações entre os homens e dos homens com a natureza e passam a ser algo abstrato, sem lugar algum, sem passado, sem tradição, sem cultura.

Não se trata de discutir este conceito, até porque prevalecerá sempre, do ponto de vista legal, a idéia de patrimônio que se lê na Constituição Federal, mas pode-se denotar sua singular incapacidade de dizer o que poderia ser patrimônio cultural.

Tampouco se quer aqui defender a naturalização dos patrimônios culturais, ou supor a sua existência independentemente de grupos de interesse e de suas visões peculiares do que seria a história, e de qual a memória a ser desvelada e qual a ser velada.

Mas de reconhecer, como já se discutiu anteriormente que a atribuição de valor – sagrado, de memória, de identidade – a lugar, objeto, prática social ou o que for, é decorrência da vida em sociedade e corresponde a uma necessidade

simbólica daí decorrente, e de que esta, como as demais, devem ser objeto da proteção do Estado.

2.2 Patrimônio Cultural e Natural e Valor

A questão do valor é central e se manifesta desde os primórdios da discussão patrimonial. Algo é patrimônio porque, necessariamente, se lhe atribui um valor, seja esta atitude referente à sua identificação, à sua constituição ou à sua apropriação.

Sobre a percepção do patrimônio como produto de valoração cabe sempre menção a Alois Riegl, um dos primeiros e mais proeminentes teóricos do tema, que, já desde o raiar do século passado, considera que aos monumentos históricos - expressão com que, como já se viu, são inicialmente tratados os bens que hoje se designam patrimônio cultural – podem ser atribuídos valores de antiguidade, histórico, de novidade, de uso e comemorativo.

Monumentos no sentido original do termo, para esse mesmo autor (2004), são obras que foram feitas guardando uma intenção de comemorar, qual seja a de preservar eventos ou fatos na memória das gerações futuras, ou literalmente: *“désigne une œuvre érigée avec l'intention précise de maintenir à jamais présents dans la conscience des générations futures des événements ou des faits humains particuliers (ou un ensemble des uns et des autres)”*. O que os distingue dos monumentos no contexto moderno aos quais são atribuídos outros valores.

O valor de antiguidade é aquele que decorre da percepção do fluir do tempo, da transitoriedade, que passa a ser valorizado desde os inícios século XX²⁹, este valor, no dizer de Choay, diferentemente do valor histórico que remete a um saber, é perceptível por todos dirigindo-se à sensibilidade do coletivo (2000, p. 169).

Segundo Maria Cecília Londres da Fonseca, este valor refere-se “ao tempo, ao ciclo de criação e morte, como experiência intuitiva, porem difusa, comum de todos os homens”. (2005, p. 67) O que remete a um modo de pensar distinto daquele da ciência.

²⁹ O valor de antiguidade ou ancianidade, baseia-se ainda de acordo com Riegl num princípio estético fundamental de nossa época pelo qual *“C'est plutôt la perception du cycle nécessaire de la genèse et de la disparition qui plait à l'homme du début du XX^e siècle.”* (...) (2004).

Valor histórico, por outro lado é aquele que se vincula a um determinado acontecimento a qual é conferida, *a posteriori*, conotação histórica – conferida no sentido de que nesse caso há um ente, estado ou academia, que confere ou reconhece o valor – que atribuem relevância ao fato que faz da coisa monumento; ou como assevera Riegl: “o valor histórico tendia a isolar um momento do desenvolvimento histórico e no-lo apresentar de um modo tão preciso que ele parece estar presente” (*Apud* FONSECA, 2005, p. 66).

Já o valor de novidade, indica Fonseca, é algo referido à segunda metade do século XX, vinculando-se ao consumo cultural de massa, que implicou na ampliação do consumo de bens patrimoniais e, decorrentemente, em novas exigências estéticas sobre estes bens, dando origem à valorização das iniciativas de restauração e, mais recentemente, novas mediações de animação cultural como iluminação e outros recursos midiáticos. Este, no entender de Riegl (*Apud* FONSECA, 2005, p. 68), seria o valor das massas, pois “aos olhos da multidão apenas o que é novo e intacto é belo”.

Choay (2001, p. 168) também propõe, aliás, um interessante esquema relativo às categorias de valores que são usualmente associados aos monumentos são eles:

“Valores de rememoração (ligados ao passado):

- para a memória (monumento);
- para a história e a história da arte (monumento histórico);
- de ancianidade (monumento histórico).

Valores de contemporaneidade:

- artístico: relativo (monumento histórico), de novidade (monumento e monumento histórico);
- de uso (monumento e monumento histórico)”.

Ulpiano Bezerra de Meneses aborda também a questão do valor cultural que se dá às coisas, mencionando que esta expressão deriva uma matriz complexa que inclui categorias muito diversificadas que operam em quadros bastante heterogêneos. Este autor menciona os valores cognitivos, estéticos, afetivos, sógnicos éticos e pragmáticos, definindo-os assim:

- a) Cognitivos: os que se relacionam à “informação” e à “produção de conhecimento”, como por exemplo, o já mencionado valor histórico;
- b) Estéticos: que se ligam a “percepção sensorial”;

- c) Afetivos: que estão referidos a relações subjetivas como a memória e identidade, trazem consigo “conotações existenciais”;
- d) Sígnicos: que correspondem “às representações sociais no nível semiológico”;
- e) Éticos: concernentes ao “dever”, ao “político” e ao “outro”;
- f) Pragmáticos: relacionam-se com o “potencial de mobilização qualificada” (2004).

A questão da valoração associada ao tema patrimonial se encontra, também, presente nas definições legais, sobre o tema, basta, por exemplo, lembrar, como já mencionado, que a Constituição que se refere a “bens de valor histórico, artístico e cultural” (BRASIL, 1988).

Aliás, este aspecto chama a atenção de que há, também, e especialmente, no caso em questão, o valor nacional, como o designa Maria Cecília Londres da Fonseca (2005, p. 57), que surge, como já visto, com a perspectiva de perda de monumentos “já considerados de valor histórico e ou artístico” por volta do século XVIII.

Trata-se, de fato, de uma transição que se verifica no processo de valoração destes patrimônios, pois passaram a ser considerados não apenas pelo seu valor cultural, mas também pelo seu valor político, uma vez que vieram a ser vistos como documentos da nação (FONSECA, 2005 p. 59).

Nestas circunstâncias a noção de patrimônio cultural adquiriu um sentido pedagógico, vinculando-se a um poder de cultura, adquirindo assim seus contornos modernos. Função exemplar, posse coletiva, e exercício da cidadania associam-se a esta idéia desde então.

A discussão sobre os valores que são atribuídos aos patrimônios culturais remete para uma característica peculiar desse objeto, qual seja a de que ele se constitui num espaço de interseção entre valores que são oriundos de enfoques necessariamente distintos. O mesmo é submetido, no processo de constituição, a um conjunto de considerações valorativas que serão necessariamente diversos, na medida da diversidade de atores sociais que se envolvem nesse mesmo processo.

A partir daí e procurando uma outra apreciação do tema, pode-se aventar a possibilidade de considerar o olhar daquele que valora, esta questão poderia ser pensada, pelo menos, a partir dos pontos de vista técnico-científico, político e simbólico-afetivo.

A valoração de caráter técnico científico decorre da constatação de atributos específicos nos objetos valorados a partir da consideração dos diversos especialistas como, por exemplo, das ciências naturais (biologia, geologia), humanas (história, geografia, sociologia, antropologia e economia), tecnologias (arquitetura, engenharia), belas artes - para mencionar os mais usuais.

São estes olhares especializados que poderiam identificar características como biodiversidade, excepcionalidade das formações geológicas, vinculação a fatos históricos ou a determinadas culturas, singularidade das características arquitetônicas e construtivas, valores econômicos associados, entre muitas outras atribuídas aos patrimônios.

Haverá também uma avaliação de caráter político, na medida em que estas práticas estão situadas no âmbito do Estado e traduzem interesses de segmentos diversos da sociedade, e em que a constituição de algo em patrimônio implica numa dupla imposição de ordem política.

De um lado significa a imposição de uma visão a respeito da importância cultural de um objeto para todo o conjunto da sociedade, pois sua instituição conta com um ritual técnico-legal, mas é um ato discricionário. De outro a imposição de limitações ao direito de propriedade.

Assim, quer explícita, quer implicitamente, haverá uma avaliação da colimação de forças em prol da proteção de determinados bens em detrimento de outros e da oportunidade de fazê-lo.

Por fim, há uma apreciação de caráter simbólico-afetivo que inclui uma ampla gama de valores, que são a um tempo individuais e coletivos, e que se traduzem em apreciações a respeito da beleza, do caráter identitário, da importância para a comunidade, para exemplificar.

Estes valores se expressam com frequência no discurso justificativo das iniciativas de proteção e, geralmente, são atribuídos a um ente coletivo e difuso, como a sociedade, a comunidade.

Buscando uma referência para esta forma de ver o processo de valoração dos patrimônios encontrou-se semelhança com a abordagem que Henri Atlan, ao discutir a relação entre a ciência e a criação de valores, dá à questão da constituição de uma visão unitária do real.

Para tanto, indica o aludido autor, que a atitude deve ser a de procurar “instituir um controle recíproco” entre a “razão científica”, o “poder poético” e o “poder político”, estabelecendo-se entre eles uma “limitação recíproca”. (ATLAN, 2001 p. 187, 188).

Neste caso, ao invés de se pensar os elementos um a um, o que conduz a busca de diferenças, trata-se de transitar para um outro nível que considera a interseção dos três elementos, ou seja, de como interagem para produzir uma nova unidade, e a atenção deve estar dirigida para a busca do que estes elementos têm em comum.

Têm-se nesse caso dois aspectos importantes a serem considerados. O primeiro refere-se a necessidade de que, para constituir uma nova unidade, “os elementos são forçados a colocar em comum precisamente aquilo que os torna diferentes”. O segundo diz respeito ao “surgimento de novas propriedades no âmbito de nível mais geral” (ATLAN, 2000 p.113).

Sempre que se considera a possibilidade de discutir a questão dos processos valorativos associados à questão patrimonial, levanta-se a possibilidade de uma concepção naturalizante destes mesmos patrimônios, isto é de que os valores são inerentes³⁰ aos bens patrimoniais.

A suposição de que estas interpretações valorizantes da natureza – dentre as quais as noções do que é belo, bom, magnífico ou relevante - que se encontram na base da argumentação em prol da constituição de patrimônios, referem-se a uma

³⁰ Ou como comenta Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 3): Os atributos intrínsecos dos artefatos, é bom que se lembre, incluem apenas propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza etc.etc. Nenhum atributo de sentido é imanente. O fetichismo consiste, precisamente, no deslocamento de sentidos das relações sociais – onde eles são efetivamente gerados – para os artefatos, criando-se a ilusão de sua autonomia e naturalidade. Por certo, tais atributos são historicamente selecionados e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos.

outra natureza da natureza cuja essência é apenas percebida pelo olhar do especialista iniciado ³¹, de um hermeneuta, portanto.

Isso sugere a busca de outra maneira de discutir a valoração dos aspectos da natureza associada aos patrimônios culturais naturais que é a da consideração da freqüente relação entre ética e razão científica que se faz no discurso patrimonial.

Para tanto pode ser bastante útil a forma proposta por Heemann (2001-B, p.85) que, ao discutir os discursos éticos a respeito da natureza, os separa em de cunho materialista e teleonômico ou, de cunho metafísico, essencialista e teleológico.

A noção de que há valor intrínseco à natureza, de que há na sua essência um princípio ordenador que se aplica também ao homem, encontra-se no pensamento clássico idealista.

Nele a idéia da *physis* como essência última, é associada à noção de que na natureza há virtude: pois ela, a natureza, se associa à razão – própria da natureza humana – em oposição à paixão, contrária à razão e, portanto, à natureza. Assim, o certo, estaria em viver de acordo com a natureza, e, decorrentemente, a ética fundada. (HEEMANN, 2001-A).

Evidentemente esta forma de pensar sofisticou-se com o passar do tempo, adquirindo contornos variados e se manifestando em discursos diversos, com graus muito variáveis de complexidade e de aderência a vários campos da ciência.

Todavia sempre será possível identificar sua origem se levada em conta a “interdição da lógica formal” a essa tentativa de deduzir do plano natural - aquilo que é – algo do plano normativo – dever ser. Essa interdição é como menciona Heemann, a *falácia naturalista* proposta por David Hume em 1740.

Esta se vincula ao ato de inferir do é, não outro é, mas um dever ser³², configurando um silogismo inválido, uma vez que, mesmo que suas premissas sejam válidas, apresenta conclusões que não decorrem das suposições enunciadas nas

³¹ Sobre o tema há referência à tendência usual de naturalização do valor que se dá ao bem patrimonial, principalmente entre os profissionais envolvidos na sua conservação, valor esse que, além de ser julgado intrínseco ao bem protegido, seria apenas acessível ao olhar do especialista (FONSECA, 2005, p.30).

³² Heemann recorre, por exemplo, às premissas (a) A natureza é amor. (b) O homem é da natureza. Para apontar a inferência válida: O homem é amoroso; em contraposição à inferência inválida: O homem deve amar. Esta última seria a inferência típica do pensamento que procura extrair a norma ética, um dever ser, “necessária e logicamente da natureza” (2001-B, p.72).

premissas, ou seja, as conclusões extrapolam as condições das premissas (2001-A, p. 73).

Os discursos patrimoniais também, e com uma grande frequência, se apóiam numa argumentação cuja força de persuasão emana do plano emocional. A esta forma de argumentação Heemann chama de *falácia informal*.

Ela toma como ponto de partida algumas idéias com “grande força de convencimento”, natureza, ética, dignidade e “valores desejáveis” como solidariedade, continuidade da espécie, responsabilidade com os descendentes, e constrói uma ética pretensamente fundada.

A questão que fica não se relaciona com a conveniência de aceitar este ponto de vista, mas da possibilidade de aceitá-lo do ponto de vista naturalista como “*fundamento* da ética sob o argumento de que se trata de uma derivação da natureza” (2001-A, p. 77).

Ainda discutindo os discursos éticos e sua relação com a natureza, Heemann identifica uma outra forma, que designa *falácia contranaturalista*, que pode ser útil na compreensão dos discursos que se articulam para justificar a constituição de patrimônios.

Esta refere-se às tentativas de “condicionar a justificativa dos *princípios éticos* e a garantia dos *direitos* de igualdade política e social à verificabilidade dos fatos da natureza”, principalmente no que se refere à “explicação dos comportamentos humanos” (2001-A, p. 78).

Neste caso deslocar-se-iam para o âmbito da natureza, e das ciências da natureza, aspectos que deveriam ser discutidos nos campos do direito e da ideologia.

2.3 Estado Nacional, Identidade e Patrimônio

Os patrimônios culturais e naturais são, como se viu, artefatos culturais, produtos de um complexo e amplo conjunto de interações, cuja compreensão requer a consideração de diversos processos e conceitos de diferentes áreas do conhecimento.

Como prática institucional, esta peculiar forma de atribuição de valor simbólico a determinados objetos, é um advento da modernidade. Vincula-se decisivamente à série de transformações que se verificaram na Europa no correr desse período e, especialmente, ao surgimento e disseminação do industrialismo e do Estado Nacional³³ (CHOAY 2001), (FONSECA, 2005).

Inseridos neste contexto político e histórico mais amplo, qual seja o da construção das identidades nacionais, aos patrimônios são atribuídas funções simbólicas como:

- a) “reforçar a noção de cidadania” pois são objetos identificados, no espaço público, sua posse não é exclusivamente privada, e são guardados e co-geridos pelo Estado;
- b) identificar e conferir visibilidade e realidade à entidade ideal que é a nação – nesta função assemelham-se às divisas territoriais e aos ditos símbolos nacionais, bandeira, hinos etc.;
- c) funcionar como documentos “*provas materiais*” das versões oficiais das histórias nacionais, com o fito de legitimar o poder atual;
- d) propiciar base material para iniciativas de caráter pedagógico e de educação do cidadão. (FONSECA, 2005, p. 59-60)

Prática “característica dos Estados modernos³⁴”, para Maria Cecília Londres da Fonseca, os patrimônios históricos e artísticos nacionais são constituídos por meio de “agentes recrutados entre os intelectuais” que se valem de um aparato jurídico “específico” para delimitar um rol de bens no “espaço público”. A estas coisas é atribuído valor “enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da

³³ Estado Nação: o estado referindo-se a uma ordem sócio-política a nação referindo-se a uma ordem cultural (GIDDENS, 1991, p. 23). O Estado Nacional, para Van Creveld, a “mais importante e característica” das instituições modernas, caracteriza-se como uma “entidade abstrata”, invisível e intangível, que não pode ser considerada idêntica aos que o dirigem – governantes – ou aos governados; trata-se de uma corporação, que distintamente das demais – igrejas, universidades etc. – tem a faculdade de autorizá-las, sendo, no entanto, só “autorizado (reconhecido) por outros de sua espécie”; também detém a exclusividade de exercício de determinadas funções relativas ao “atributo da soberania”, exercendo-as “sobre determinado território, dentro do qual sua jurisdição é tanto exclusiva quanto abrangente” (2004 p. 1). O Estado Nação, advento moderno e europeu que posteriormente se difunde planetariamente e que se caracteriza pela impessoalidade, estrutura burocrática autônoma, domínio territorial e controle da informação, capacidade de gerir e controlar moeda e tributos, monopólio do uso da força (VAN CREVELD, 2004, p 178).

³⁴ Estado que, como propõe Mendonça baseada no pensamento de Gramsci, pode ser pensado como “produto das múltiplas inter-relações entre sociedade civil e sociedade política [...] num permanente movimento de pressões e contrapressões que visa a busca do consenso – talvez melhor entendido como consentimento – atribuído ao projeto de um grupo por todos os demais a ele submetidos” (1995, p.69).

nação”. Assim tais bens passam a ser “merecedores de proteção visando sua transmissão para gerações futuras” (2005, p.11).

A relação entre a instituição de patrimônios e o advento do Estado Nação pode ser um pouco ampliada. Van Creveld, por exemplo, comentando a relação entre o avanço do Estado e o nacionalismo, aponta a França revolucionária como o primeiro Estado onde isso ocorre, especialmente nos últimos anos do século XVIII e nos inícios do século XIX. Anota, por outro lado que, de uma maneira geral, a partir dos meados do século XVIII, o Estado, tornou-se cada vez mais nacionalizado (VAN CREVELD, 2004, p. 281 e seguintes).

Identifica, também, este movimento do Estado como uma resposta à situação de insegurança social e de desvinculação com o seu lugar de origem que se sucedeu na Europa em decorrência das mudanças advindas do advento da sociedade industrial - na organização da produção, no emprego, na mobilidade social, nas possibilidades de movimentação no espaço, na urbanização - (VAN CREVELD, 2004, p. 286).

É nesse período, segundo esse autor, que o Estado passa a se ocupar dos assuntos referentes à cultura, e que os artefatos culturais deixam de ser coisas das quais se ocupam indivíduos e passam a ser objeto de seu controle e subsídio e considerados patrimônio nacional (2004, p. 287).

A instituição de patrimônios culturais e naturais poderia então ser percebida como parte dos movimentos que compuseram o processo de construção e validação dos Estados Nacionais.

Este mecanismo corresponde às iniciativas do Estado no sentido do controle do tempo e do espaço estabelecendo, a partir deste controle, redes de dominação e poder. O que caracteriza um movimento de apreensão do tempo histórico pelo Estado mediante a “apropriação da tradição e a (re) construção da identidade³⁵ nacional” o que, de certo modo, produz a nação (CASTELLS, 1999, p.287).

Estas práticas também podem ser associadas aos momentos de crise – crescimento urbano, produção em massa, revoluções, profundas alterações na

³⁵ Na generalidade, como a define Calhoun citado por Castells, identidade remete a “alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles” uma vez que o “auto conhecimento” pressupõe a “necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros” (1999 p.22).

estrutura fundiária, migrações, burocracia estatal, educação pública, criação de forças armadas – que foram característicos desse processo e da história europeia entre os séculos XVII e XIX.

Estariam então ligadas ao processo de ruptura verificado na transição entre o mundo medieval e o moderno, quando se inicia um movimento forte, e sustentado, no sentido da transição de um modo de vida rural para o urbano.

Nesse sentido merecem menção as reflexões de Hobsbawn e Ranger a respeito das tradições inventadas, aquelas práticas “de natureza ritual ou simbólica” que implicam em “continuidade em relação ao passado” e que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição” (HOBSBAWM, RANGER, 1997, p. 9).

Como se sabe, na maioria dos países europeus os territórios que se pretendia viessem a servir de base aos estados nacionais em formação não continham uma população uniforme do ponto de vista cultural. Pelo contrário, abrigavam coletividades que em alguns casos eram rivais por séculos.

A ausência de um antecedente histórico nessas circunstâncias relaciona-se com o nacionalismo³⁶ e “tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica real seja pela lenda (Boadicéia, Vercingintórix, Armínio, o Querusco) ou pela invenção”. Isto também se relaciona com os “símbolos e acessórios inteiramente novos” - hinos e bandeiras, armas nacionais - que visavam “a personificação da nação por meio de símbolos ou imagens oficiais” (HOBSBAWM, RANGER, 1997, p. 15).

Com uma outra abordagem, mais contundente, mas de interpretação similar, Castells, apoiando-se inicialmente em Gellner e, depois, em Hobsbawn, refere-se ao processo de construção de identidades nacionais característico deste período como “criações históricas arbitrárias” sendo os movimentos nacionalistas “racionalizadores dos interesses de uma determinada elite” (1999 p. 44).

³⁶ Nacionalismo, segundo Houaiss refere-se à “salvaguarda dos interesses e exaltação dos valores nacionais” também ao “sentimento de pertencer a um grupo por vínculos raciais, lingüísticos e históricos que reivindica o direito de formar uma nação autônoma”, bem como “ideologia que enaltece o Estado nacional como forma ideal de organização política”, também diz respeito à “preferência pelo que é próprio da nação a que se pertence, exaltação de suas características e valores tradicionais”, por fim a “movimento estético e político que preconiza a utilização de elementos da tradição oral de uma cultura em composições” (2001).

Não é difícil, então, expandir esta forma de ver ao processo de constituição de patrimônios culturais e naturais, pois os mesmos também se vinculam fortemente às intenções de continuidade com relação ao passado e visam despertar o sentido de pertencimento a uma determinada comunidade.

Gonçalves, por exemplo, refere-se ao fato de que um “vasto conjunto de tradições foi inventado com o objetivo de criar e comunicar identidades nacionais” incluindo neste um rol bastante amplo que vai dos mártires, heróis e heroínas nacionais, aos monumentos passando pelas das relíquias, pelas cerimônias e festas e pelos locais de peregrinação cívica, para citar alguns (1988, p. 267).

Márcia Kersten se posiciona de maneira semelhante para ela “a idéia moderna de Estado Nação baseia-se, também na ficção de um patrimônio cultural coletivo como unificador; patrimônio este que cria a ilusão de uma cultura comum, que constitui o sustentáculo da nacionalidade”. (2000, p. 43)

Por outro lado, sobre a relação entre situações de crise e mudança e a invenção de tradições afirmam Hobsbawm e Ranger:

quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com os seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. (1997, p. 12)

As tradições inventadas, na forma que as viram estes autores, pretendem estabelecer ou simbolizar a “coesão social ou condições de admissão” de grupos ou comunidades, “instituições, *status*, ou relações de autoridade”. E, de outro lado, visam “inculcar” valores, idéias, comportamentos. Uma característica comum a todas estas formas é a sua vinculação com “um sentido de identificação com uma ‘comunidade’ e/ou as instituições que a representam, expressam ou simbolizam, tais como a nação” (1997, p. 17).

Também, como observa Garcia Canclini que o que se toma por “cultura nacional” é algo móvel, que se altera a cada época, o que “demonstra” que apesar de poderem ser identificados “suportes concretos e contínuos” do que se diz uma nação – território, população, costumes – “em boa parte o que se considera como tal é uma construção imaginária” (1994, p. 98).

Numa discussão mais detalhada, desta feita com base em Rubert de Ventos, Castells apresenta um ponto de vista mais complexo que propõe a identidade nacional como decorrência de fatores primários, gerativos, induzidos e, por fim, reativos. Estes se apresentam ligados a uma divisão de etapas que, evidentemente, vinculam-se ao advento do Estado Nação.

Para estes autores os fatores primários vinculados ao surgimento de identidades nacionais reúnem elementos como etnia, território, idioma, religião e outros semelhantes. Já os gerativos vinculam-se ao desenvolvimento dos meios de comunicação e da tecnologia, da urbanização, dos exércitos, das monarquias centralizadas. Os fatores induzidos incluem a língua codificada em gramáticas oficiais, a expansão da máquina burocrática, o sistema nacional de educação. Os reativos surgem tendo por móvel a “defesa de identidades oprimidas e interesses subjugados” em oposição a um grupo social dominante, significando uma busca de “identidades alternativas na memória coletiva de um povo” (1999, p.48).

Uma observação destas categorias, se contrastada com a noção de patrimônios culturais e naturais e a evidência de que os mesmos estão no âmbito das práticas do Estado, colocaria estes últimos como produto dos chamados fatores induzidos.

Identidade será como diz Castells, no que se refere aos atores sociais, o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural” ou “conjunto de atributos culturais inter-relacionados” que vêm a prevalecer sobre “outras fontes de significado”. Identidades, diferentemente dos papéis na sociedade que se vinculam às normas estruturadas, “constituem fontes de significado” – i.e. de “identificação simbólica” da finalidade da ação – para “os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação” (1999, p. 23).

Enfatiza-se, pois, a forte associação entre o surgimento e a disseminação dos patrimônios culturais naturais e o movimento de surgimento, consolidação e universalização do Estado Nação e a decorrente necessidade – por parte do Estado - de criar um sentimento de pertencimento a esta comunidade que na maioria das vezes tratava-se, também, de uma comunidade imaginada.

Estas foram as condições iniciais que se vinculam ao processo de constituição de patrimônios como prática no âmbito do Estado. Evidentemente sua

difusão em âmbito planetário, guarda ligação com esta origem, mas veio sendo matizada pelas peculiaridades da dinâmica de expansão e universalização do capitalismo e do industrialismo verificada no correr dos últimos séculos, bem como com as peculiaridades histórico-culturais dos diversos países e regiões nos quais veio se implantando.

Aspecto importante nesse processo foi, como se viu anteriormente, a Segunda Grande Guerra. Como registram diversos autores, foi da constatação do imenso patrimônio cultural que se perdeu em virtude do conflito que veio se desenvolvendo, no correr do século XX, um aparato internacional – burocracia e normas – voltado à proteção dos patrimônios culturais e naturais que teve função decisiva na divulgação e implantação desta prática em âmbito planetário (PEREZ, 2003), (SILVA, 2002), (SOUZA FILHO, 1997).

O tema, no entanto, tem apresentado no correr das últimas décadas novos contornos. Como se comentou antes, paulatinamente assume destaque e ganha importância política, no âmbito das ações patrimoniais, a constituição de patrimônios culturais e naturais da humanidade e a valorização dos patrimônios locais.

Por outro lado, observando uma perspectiva mais ampla, verifica-se que isto ocorre justamente, num contexto onde o Estado Nação³⁷ lida com dificuldades, tanto com as identidades singulares como com as redes globais, onde se enquadra esse movimento (1999, p. 287) .

Procedimento de caráter marcadamente técnico, a constituição dos patrimônios culturais e naturais da humanidade tem como origem uma iniciativa dos países signatários, que propõem a inscrição do bem na lista do patrimônio da humanidade, mas obedece a ritual específico da UNESCO.

Trata-se, então, de um processo específico no âmbito de uma organização multilateral, que é neste ritual assessorada por organismos não governamentais de caráter internacional – ICOMOS, ICCROM e IUCN³⁸. A partir de uma solicitação de um dos Estados participantes, a UNESCO estabelece limitações e define padrões de

³⁷ Ou como sugere Castells (1999, p. 287), verifica-se contemporaneamente a “incapacidade do Estado-Nação moderno navegar por águas tempestuosas e desconhecidas entre o poder das redes globais e o desafio imposto por identidades singulares”.

³⁸ ICOMOS: Conselho Internacional para Monumentos e Sítios, ICCROM: Comitê Internacional para o Estudo da Preservação e Conservação da Propriedade Cultural; IUCN: União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

apropriação sobre um bem que se encontra no território desse último, que passa então a ser considerado como patrimônio de todos os humanos.

Este modo de proteção vem tem sido objeto de atenção, sendo freqüentes as manifestações da mídia em defesa destes patrimônios quando ameaçados, ou a comemoração de sua instituição como matéria de destaque e indicativa de valor cultural que supostamente seria estendido a todos os nacionais.

Há que se verificar, com mais detalhe, a relação entre o advento dos chamados patrimônios da humanidade e o contexto histórico em que surgem que coincide com o chamado processo de globalização.

É sabido, que contemporaneamente o Estado Nacional³⁹ vem perdendo, sistematicamente, espaço no que concerne ao controle das relações no espaço tempo – trocas, fluxos de informação - e que, aos poucos, se estabelecem novas formas de relação entre estes, em uma revisão nas concepções de soberania e autonomia (CASTELLS, 1999, p 287), (VAN CREVELD, 2004, p. 546),

O fato é que, os patrimônios culturais naturais estão referidos aos lugares e, atualmente, embora as pessoas vivam nos lugares, as relações de função e poder na sociedade globalizada se estabelecem no espaço de fluxos, e estas relações alteram o significado, a dinâmica e a configuração dos lugares, de forma autônoma à relação das pessoas com os mesmos.

Nestas circunstâncias cria-se uma ruptura⁴⁰ entre a lógica da produção e da apropriação do espaço e, portanto entre os significados do mesmo, o que suscita uma interrogação sobre os processos de constituição e a própria noção de patrimônio da humanidade.

Candau (1998), por seu lado, como Hobsbawn o fez no contexto do surgimento do Estado Nação, percebe a relação entre a constituição de patrimônios

³⁹ O Estado-Nação perde paulatinamente o controle do tempo e espaço, pois este é “sobrepulado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação”. Por outro lado quando tenta “reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supra nacionais acaba ainda comprometendo ainda mais sua soberania” (CASTELLS, 1999, p. 287).

⁴⁰ Castells (1999-A, p. 450), menciona que a experiência cotidiana, relacionada com os lugares, “fica separada do poder, e o significado é cada vez mais separado do conhecimento”. Há uma ruptura – “esquizofrenia” – entre as duas lógicas espaciais que “ameaça romper os canais de comunicação da sociedade” - o que aponta para um futuro em que o “espaço de fluxos aistórico” visa impor sua peculiar lógica sobre um conjunto de lugares “segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais”.

da humanidade e cenário social de profundas mudanças, só que agora as associadas à globalização.

Assim, vincula à globalização o que designa uma obsessão patrimonialista dos tempos contemporâneos, relacionando-a ao “desarraigamento em grandes proporções da população” quer em virtude da urbanização, quer em decorrência das profundas alterações nas “referências culturais e no universo simbólico” que se verificam em associação a este processo (1998, p.158).

Ora, cabe uma reflexão sobre como essa tendência se reflete na criação de novos patrimônios de âmbito mundial. A questão que imediatamente surge é se estes mesmos patrimônios não se caracterizariam como signos capazes de buscar – e no presente momento trata-se disso – um novo padrão de coesão social, um novo sentido de pertencimento, cujo estatuto se dá além das fronteiras do Estado Nacional.

A ausência de referências no espaço virtual indiferenciado e de múltiplos signos identitários que se constitui com a globalização, exige referências comuns, que se constituam na base de coesão deste espaço de operação das agências internacionais e organismos multilaterais.

Estas novas estruturas de poder, para que se validem, devem definir e legitimar seus controles como fez o Estado Nacional quando de seu surgimento, e o meio para tanto seria a geração de novos mecanismos de coesão, que simbolizem um pertencimento à comunidade global. Os patrimônios culturais e naturais da humanidade teriam, em decorrência, esta função.

Em contrapartida, no âmbito do local, parece haver um movimento de difusão das iniciativas de defesa ao patrimônio cultural urbano, esta tendência “parece se opor ao fenômeno da globalização, funcionando como uma defesa contra a perda das identidades culturais”, como menciona Henri-Pierre Jeudy (2005, p.22).

Tem-se um conjunto de bens de significado local que se quer proteger, pois se verifica a possibilidade de perda e esquecimento, e também o comprometimento da maneira de compreender e viver a identidade nacional ou local. Há como que uma sensibilidade patrimonial exacerbada.

Esta busca, contudo, também se encontra ameaçada pela globalização, pois embora destinada a proteger uma ordem simbólica ameaçada pela globalização,

tem se manifestado no sentido contrário, pois resulta em projetos de caráter homogêneo, cuja concepção atende à lógica das entidades financiadoras – de caráter multilateral na maioria das vezes⁴¹.

Jeudy (2005) observa também que tais projetos geralmente conduzem à gentrificação destes espaços e se direcionam, geralmente, a propiciar melhores condições de inserção local na rede mundial de cidades voltando-se, também e frequentemente, para o turismo internacional, cujos requisitos também conduzem à homogeneização.

É evidente que a condição de patrimônio da humanidade agrega ao lugar uma condição especial no que tange à sua divulgação como destino turístico, e constitui-se inclusive, em elemento de viabilidade da infraestrutura de serviços que neles se desenvolve⁴².

Nestas circunstâncias, registra Françoise Choay (2001, p. 211), os patrimônios culturais, tornam-se produtos culturais fabricados, prontos para o consumo do maior número de pessoas, o que implica na homogeneização de padrões de equipamentos e serviços, padrões construtivos, e de relação das populações locais com a sua produção cultural.

2.4 Patrimônio: Tempo, Lugar e Memória

2.4.1 Tempo, Espaço: Tradição e Modernidade

O patrimônio cultural e natural, instituição moderna por excelência, constitui-se de um conjunto de coisas que sugerem pertencimento a uma nação, região, cidade. Estas coisas representam, por um recorte que sempre será arbitrário e fortemente vinculado aos interesses que o instituíram como adequado, à história desta coletividade, seu modo de vida, suas relações com o lugar.

⁴¹ É o caso do projeto Monumenta do IPHAN em cooperação, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos critérios de prioridade, muito vinculados à necessidade formais de demonstração de viabilidade econômica, inviabilizaram a escolha dos centros históricos do Paraná, mesmo tendo sido este o Estado que primeiro demonstrou interesse e que dispunha dos necessários projetos técnicos para início imediato, quando todos os demais centros indicados requeriam mais de ano para a sua preparação.

⁴² É interessante observar que, discutindo as dificuldades das ações em prol da proteção de áreas de interesse do patrimônio cultural natural com os contextos econômicos em que elas se inserem, Teresa Urban (2006), aponta como elemento fundamental para o fechamento da Estrada do Colono, que cortava o Parque Nacional do Iguaçu, cuja abertura contava com o apoio explícito do Governo do Paraná, foi a manifestação das empresas de turismo após ser divulgada a possibilidade de perda da condição de patrimônio da humanidade.

São muitas as indicações de que a origem do processo de difusão da prática de constituição de patrimônios associa-se também às necessidades de compensar os sentimentos de perda - oriunda das mudanças nas relações de produção e na ruptura dos padrões de interação com o mundo natural – característicos da transição da pré-modernidade para a modernidade.

A noção de perda, muito bem assinala Márcia Kersten, encontra-se fortemente ligada à idéia de patrimônio cultural e natural (2000, p. 47), por outro lado, não é desconhecido o seu sentido compensatório. Para exemplificar, Jeudy assinala que o sentido mais corrente dos patrimônios culturais é o da “manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas” (2005, p. 19).

Essa compensação⁴³ de perda pode ser articulada às rupturas nas relações sociais, entre o homem e a natureza, entre vida social e individual e lugar, que se verificaram, na transição, longa, espacialmente difusa e sempre inconclusa, das sociedades tradicionais, pré-modernas, para a modernidade⁴⁴.

Tempo e espaço encontram-se intimamente vinculados nas sociedades tradicionais, pré-modernas. Há tempo e lugar para as atividades. A pesca, a caça, a plantação têm os seus tempos marcados. Há como que uma simbiose entre o homem, o lugar das atividades e os ciclos naturais.

A noção de patrimônio cultural natural vincula-se, como se viu, às idéias de sítio, paisagem, lugar e memória, aspectos que estão indissoluvelmente ligados a noção de espaço e de tempo. Sabe-se, contudo, que tais relações sofreram mudanças bastante expressivas com o advento da modernidade.

Estas mudanças têm a ver com as novas formas de se apropriar da natureza que se associam à expansão do industrialismo e do capitalismo. Apresentam também uma forte relação com a alteração nos padrões de relação com o espaço que se associam a outros adventos da modernidade.

⁴³ Esta expressão pode ter sua compreensão ampliada quando se recorre ao seu sentido psicológico. Carl Jung se refere à compensação como um mecanismo de auto-regulação da psique, que opera no plano simbólico, suprimindo faltas ou excessos na relação entre o consciente e o inconsciente. Para este autor “os processos inconscientes se acham numa relação compensatória em relação à consciência”, o que não é necessariamente uma relação de oposição, mas de complementação. Neste símil a perda de um padrão de relação com a natureza teria uma compensação de caráter simbólico na instituição de patrimônios naturais. (1981, p.166 – 173)

⁴⁴ Quando alude à modernidade Giddens “refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”, seu advento significou uma mudança sem precedentes com relação à “todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes” (1991, p. 11 a 14).

Giddens considera a separação do espaço e do tempo como um dos fatores que se associam ao dinamismo da modernidade e, no seu afã de melhor compreendê-la, explora as mudanças que se verificaram na transição da pré-modernidade.

Nessa análise aponta que o cálculo do tempo nas culturas pré-modernas “constituía a base da vida cotidiana” e “certamente para a maioria da população, sempre vinculou tempo e lugar – e era geralmente impreciso e variável”. Assinalando que o ato de dizer as horas guardava sempre referência à “marcadores sócio-espaciais; ‘quando’ era quase, universalmente, ou conectado a ‘onde’ ou identificado a ocorrências naturais regulares” (1991 p. 25-26).

Com a invenção e generalização do uso do relógio mecânico paulatinamente verificou-se uma separação entre tempo e espaço, pois este tinha a função de uniformizar o tempo, que passou a ser vazio dos lugares e de suas referências naturais, num processo de organização que está na origem padronização dos calendários e do tempo através das diversas regiões

No que se refere às relações com o lugar, esse autor considera que esse processo precede e dá origem ao que chama de “esvaziamento do espaço”, que permitiu o controle do espaço pela via da coordenação dos deslocamentos através do tempo (1991, p. 26).

Nessa situação, ao se desvincularem espaço e tempo, também em virtude das novas relações advindas da modernidade, separam-se lugar – o cenário onde se vive e se estabelecem as atividades sociais, onde se está presente – e o espaço, cuja conformação passa cada vez mais a depender de “outros ausentes” os quais, por sua vez, passam a interferir profundamente, em alguns casos, na conformação dos lugares⁴⁵.

Tem-se, na transição da pré-modernidade, uma ruptura no padrão de relação do homem com o lugar que se associa à própria dinâmica da instauração da

⁴⁵ Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominados pela ‘presença’ – por atividades localizadas. O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre ‘outros’ ausentes, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a ‘forma visível’ do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p. 27)

modernidade e cuja magnitude não é pequena e que pode ter significado modificações na sua relação simbólica com a natureza e com os lugares.

Nesse processo, também, correspondentemente às alterações nos padrões de interação com a natureza houve uma transição na concepção de natureza.

Nas sociedades pré-modernas verifica-se uma concepção de natureza, em que esta era “personalizada” domínio dos deuses e dos espíritos ou entidades, mas, todavia separada do homem, e “fonte de mudança e renovação”⁴⁶ [...] “com profunda influência sobre as vidas humanas”, cujos processos seriam determinados por decisões não humanas, que se caracteriza como um “sistema externo” que domina a “atividade humana” (GIDDENS, 1997).

Pois como menciona Diegues: “Na concepção mítica das *sociedades primitivas* e *tradicionais* existe uma simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico” (1996 p. 61).

O pensamento mítico na sua relação com o espaço envolve peculiaridades que são bastante distintas daquelas que correspondem ao pensamento abstrato ou científico que se tornou dominante com a modernidade.

Estas peculiaridades, apontadas por Tuan em sua Topofilia incluem a divisão do espaço entre o profano e o sagrado, divisões estas que se traduzem nas sociedades tradicionais, nos esquemas de orientação, na localização das construções, na forma das construções, na leitura dos espaços (1980, p. 162 e seguintes).

Tempo e lugar, nas sociedades tradicionais, segundo Mircea Eliade, apenas se tornam significativos – e, por conseguinte, reais por participarem da vida - na medida em que se relacionam com uma cosmogonia expressa por um mito. O primeiro, lugar – espaço com significado, portanto - por guardar relação com um outro lugar, modelar e que veio antes, que está no céu. O segundo, tempo, pela necessidade de ser constantemente re-atualizado remetendo ao tempo mítico quando o ato que se realiza foi pela primeira vez (1974).

⁴⁶ Como afirma Godelier, citado por Diegues, “a força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la” (1996, p.63).

Sobre este tema, numa análise aprofundada em que procura compreender a articulação espaço temporal na consciência mítica, Ernst Cassirer, busca distinguir o espaço mítico, daquele da percepção e daquele do conhecimento puro, ou da intuição geométrica.

Na compreensão de Cassirer o lugar no espaço mítico encontra-se necessariamente⁴⁷ vinculado a uma tonalidade própria, um caráter particular que advém, justamente, da sua vinculação com esta forma de pensamento, pois o mundo espacial, como o cosmo, estaria construído conforme um modelo que remete o espaço, ou qualquer de suas partes, a uma identidade original (2004, p. 151 e seguintes).

Percebe-se assim, a amplitude dessa transição da tradição para a modernidade. Ela significou também uma transformação na forma de se pensar o mundo e, decorrentemente, de se localizar no mundo e, portanto, de se relacionar com ele.

Esta mudança perpassou todo o cotidiano da vida social, no caso da sua relação com os lugares – o familiar, o conhecido, o que é produto do trabalho, o que se referencia ao trabalho, à diversão, ao sagrado – esta é alterada por determinações que vêm de fora e cuja origem, vinculação e dinâmica quase sempre são de difícil compreensão.

Quebrou-se um padrão de interação que atinge todos os campos da vida humana, alterando-se uma relação de familiaridade com o lugar que é sempre fonte de identidade, o que é importante se levado em conta que manter a identidade pessoal, bem como sua ligação com “identidades sociais mais amplas”, é fonte de “segurança ontológica”, daí ser a ameaça a tradição entendida, com frequência, como ameaça à “integridade do eu”. (GIDDENS, 1997 p. 100-101).

⁴⁷ Para este autor: “Ambos o espaço mítico e o espaço da percepção são produções da consciência inteiramente concretas. A distinção entre ‘posição’ e ‘conteúdo’, que está na base da construção do espaço puro, aqui não está realizada nem é realizável. A posição não é algo que se possa reparar do conteúdo, que se lhe possa contrapor como elemento dotado de significação própria, mas ‘é’ apenas na medida em que esteja preenchida com um conteúdo determinado, individual, sensível ou vivido. Por isso é que, tanto no espaço sensível como no espaço mítico, cada ‘aqui’ e ‘lá’ não é um mero aqui e lá, mero termo de uma relação universal que pode converter-se igualmente nos mais diversos conteúdos; mas cada ponto, cada elemento possui aqui, por assim dizer, uma ‘tonalidade’ própria. Está preso a ele um caráter particular distintivo, que não mais se deixa descrever universal e conceitualmente, que, porém é vivido imediatamente como tal” (2004, p. 153).

A transição de um lugar que é produto da vida comum para outro cuja produção atende a uma lógica de alhures – e não sempre compreendida - certamente abalou a relação simbólica do homem com o lugar e veio a requerer compensações, para manutenção da ordem simbólica. É muito possível que a prática da instituição de patrimônios também se vincule a este processo.

Ampliando-se um pouco mais as considerações a respeito da transição das noções de espaço e tempo – a ruptura entre o espaço e o tempo - na tradição e na modernidade e buscando sua relação com a constituição de patrimônios culturais e naturais pode-se levar em conta, ainda, a concepção de Giddens a respeito das instituições modernas.

Estas levam em conta que a separação do tempo e do espaço é condição para o “processo de desencaixe”, onde tempo e espaço vazios – com dimensões padronizadas – “penetram as conexões entre as atividades sociais e seus ‘encaixes’ nas particularidades dos contextos de presença”. Tem-se nestas circunstâncias “instituições desencaixadas” – “que dependem da coordenação através do tempo e do espaço” - o que liberta “das restrições dos hábitos e das práticas locais”. (1991, p. 28)

Esta separação também proporciona “mecanismos de engrenagem” para a “organização racionalizada”. Organizações estas que – incluindo o Estado – “são capazes de conectar o local e o global” de maneira inédita *vis a vis* as sociedades tradicionais. As relações sociais têm, então, suas interações deslocadas do contexto local, e reestruturadas em “extensões indefinidas do tempo-espaço” - este é o significado do desencaixe (GIDDENS, 1991, p.29).

O desencaixe – separação tempo, espaço - se concretiza por mecanismos que se referem aos *sistemas peritos* e *fichas simbólicas*. As fichas simbólicas são os “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”. A mais evidente delas é o *dinheiro*. (GIDDENS, 1991, p. 30).

Já os sistemas peritos são os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos”. Esses sistemas influenciam a vida de forma contínua e

fazem parte de quase todas as atividades do cotidiano – transportes, saúde, energia, comunicação, justiça, entre muitos outros (GIDDENS, 1991 p. 35).

Ambos os mecanismos de desençaixe tem como pressuposto a confiança daquele que os utiliza. A suposição de validade do dinheiro é de que outros, desconhecidos, honrem o valor que lhe é atribuído. Há, nessa suposição, confiança.

No caso dos sistemas peritos o *usuário leigo* que deles se utiliza, confia em pessoas que não conhece que os operam ou construíram – os especialistas -, para que sua utilização, embora com riscos, surta os efeitos esperados – a luz acenda, o avião não caia, o remédio cure e assim por diante (GIDDENS, 1991 p. 34).

Ora com alguma imaginação pode-se constatar que mecanismo semelhante pode ser verificado na constituição de patrimônios culturais e naturais. Estes são instituídos por via de um sistema especialista que é operado por um conjunto de técnicos e um saber específico que não é corrente para o conjunto da sociedade.

Uma vez instituídos, estes patrimônios passam a ser considerados símbolos de pertencimento a uma comunidade – quer nacional quer planetária, no caso dos patrimônios da humanidade – sendo o seu reconhecimento uma moeda de troca simbólica entre os elementos desta mesma comunidade.

Sua instituição propicia uma troca que, também, desvincula tempo e lugar. Pois, quanto ao último, embora na maioria das vezes estas coisas estejam em um lugar e se associem ao lugar, bem como se tenha uma atitude reverencial com relação a elas, raramente são conhecidas de fato. Já no que se refere ao tempo, há, quase que em todos os casos, uma desvinculação muito grande com relação ao contexto histórico e cultural de seu advento.

Isto é mais verdadeiro no caso dos patrimônios culturais e naturais da humanidade, que são apresentados como símbolos de pertencimento a uma comunidade abstrata e sobre cuja inserção histórico-cultural, fora do sistema especializado, pouco se sabe, mas que têm um indiscutível valor simbólico para a grande maioria dos que vivem na sociedade midiática.

2.4.2 Memória, Lugar, Identidade e Patrimônio

Patrimônio cultural se relaciona com tempo e com memória, com uma leitura do passado que não é neutra, com uma memória que não é comum de todos, que seleciona, escolhe algo como significativo em detrimento de outro, e para fazê-lo valora.

Como afirma Márcia Kersten a “construção do passado faz parte da construção do patrimônio” trata-se aqui de um tempo que não é necessariamente cronológico, mas “tridimensional, em que o passado, o presente e o significado futuro do bem patrimonial não podem ser separados”, pois fazem parte daquilo que o distingue das demais coisas da mesma natureza (2000, p. 27, 28).

A vinculação entre a noção de patrimônio cultural e natural e a de memória é usual, diz-se com frequência que estes bens referem-se a “fatos memoráveis da história” ou que são “portadores de referência à memória”, para utilizar como exemplo as expressões constantes da legislação nacional sobre o tema.

Memória refere-se a uma peculiar reconstrução do passado, algo que se faz a partir do presente, e que traz os matizes deste e da trajetória daquele que se lembra desde o momento em que viveu o fato lembrado.

Nesse sentido é que Ecléa Bosi, por exemplo, cita William Stern:

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada para ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo (1979, p. 28-29).

A mesma autora aponta que esta idéia de memória como reconstrução do passado se encontra em Halbwachs e comenta que quem lembra não revive. Reconstrói a partir de idéias e imagens do presente as “experiências do passado”, o que faz com que a memória se caracterize como “trabalho” – e não como “sonho”. Nestas circunstâncias o passado não sobreviveria “tal como foi” para cada um, sendo a lembrança “uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, a nossa disposição, no conjunto de representações que povoam a nossa consciência atual”, pois:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque a

nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. (1979, p.17)

Mas a memória a que se refere o patrimônio cultural e natural, embora relacionada com aquilo de que se lembra, ultrapassa a da pessoa e, por outro lado, se pretende uma construção do passado que não é a do indivíduo, pois que se refere ao conjunto dos seres de uma dada sociedade e a um interesse comum destes, já que é “propriedade” – ideal – de todos.

Esse caráter coletivo da memória patrimonial não deve, contudo, ser completamente confundido com a idéia de memória coletiva, como a concebeu M. Halbwachs. Isto porque a memória a que se referem os patrimônios culturais e naturais, não se trata da memória de um grupo específico de indivíduos, que é evocada a partir de sua experiência comum, de suas relações entre si e da vida que vivem em comum e com determinados objetos, lugares, paisagens, sítios - aquela memória, portanto, que existiria para o grupo e seus indivíduos enquanto referenciados no grupo.

A memória a que se refere ao patrimônio se aproximaria, talvez, daquilo que Halbwachs descreve como “memória da nação”, aquela relacionada ao “grupo nacional” a que se pertence, porém que aponta para fatos citados como lembrados, mas que de fato são evocados por meio de leituras e de depoimentos de outros também não conhecidos. Fazem parte, do ponto de vista individual, de uma “bagagem de lembranças históricas”, noções e símbolos que podem de fato ser mais imaginados que lembrados, que não são estranhos por significarem um vínculo com o grupo a que se pertence. (1990, p. 54)

Esta memória, do ponto de vista de Halbwachs, seria a memória histórica – social – que é exterior ao indivíduo, cuja memória interna seria, complementarmente, designada autobiográfica. A memória histórica, de maior amplitude, se constituiria no apoio da primeira, e representaria esquematicamente o passado, sendo o quadro da memória interior “mais contínuo e mais denso”. (1990, p. 55)

Como diz o mesmo autor, a nação, uma invenção coletiva, estaria longe do indivíduo e este consideraria a história de seu país como um quadro amplo, distante, com o qual sua história pessoa teria poucos pontos de contato. (1990, p. 79)

Sobre o tema, e ainda com referência em M. Halbwachs, pode-se dizer que caso se tome por “memória histórica” a “seqüência dos acontecimentos dos quais a história nacional conserva a lembrança” seus quadros não representam o “essencial” do que se designa por memória coletiva. Esta, “corrente de pensamento contínuo” liga-se indissolúvelmente aos que se lembram, e vive enquanto estes vivem, a outra “começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” e que sua fixação por escrito é requerida. (1990, p. 79-82)

Diegues, por seu lado, procura explicitar esta oposição, que diz ser entre a memória e a “história conhecimento”, quando em seu comentário sobre o tema na Enciclopédia caíçara, chama atenção para o fato de que:

Com efeito, para Halbwachs é sobre a história vivida que se constrói a memória e a história vivida é a fusão do mundo interior individual e a sociedade. Portanto, a memória não é um quadro abstrato e artificial, o que a coloca em oposição à história escrita, que começa onde a memória acaba e esta acaba quando não tem mais como suporte um grupo, cujo desaparecimento estimula a fixação das lembranças por escrito. (2005, p. 31-32)

Por outro lado, a noção mais contemporânea de patrimônio cultural inclui o que se designa, no Brasil, de patrimônio imaterial, as festas, os modos de fazer, os locais de comemoração que se encontram vivos, os quais devem ser registrados, como recomenda a legislação pertinente.

Tem-se, portanto, algo que, aparentemente, se encontraria próximo do desaparecimento estando, nessas circunstâncias no limiar entre uma coisa e outra. Pois se de um lado é vivo, como a tradição das Panelerias de Goiabeiras⁴⁸, é julgado por um conjunto de especialistas como digno de registro porque, entre outros motivos, corre o risco de desaparecer.

Esta alusão, de que existem agentes que julgam e que selecionam aquilo que é patrimônio suscita, aliás, outro aspecto da questão que, embora já visto, no contexto da discussão anterior não deve ser descurado; qual seja a de que a “memória histórica” a que se referem os patrimônios culturais e naturais, narra uma

⁴⁸ Primeiro bem cultural inscrito como patrimônio imaterial no Brasil, Em 2002, refere-se à fabricação artesanal de painéis de barro em Goiabeiras Velha, no estado do Espírito Santo, um saber passado de mãe para filha e que envolve cerca de 120 famílias, muitas aparentadas. A técnica de cerâmica procede provavelmente das tradições Tupi-Guarani e Una, sendo elemento indispensável para fazer e servir a moqueca capixaba, referência obrigatória da culinária regional.

história específica associada ao contexto sócio-político e técnico profissional em que se constituem estes patrimônios.

Como se tem feito com outros aspectos da noção de patrimônio – e com o intuito de melhor perceber o contexto em que esta prática surgiu - pode-se fazer um esforço no sentido de procurar explicitar a noção de memória a ele vinculada no contexto das transições entre a tradição e a modernidade.

Giddens referindo-se ao mesmo conceito de memória coletiva de M. Halbwachs relaciona-o com a “*noção formular de verdade*” ⁴⁹, que possui “guardiães”, que “possui uma força de união que combina conteúdo moral e emocional”. Memória, ainda, que “como a tradição” relaciona-se com a “organização do passado em relação ao presente”, um passado que é, social e coletivamente, “continuamente reconstruído tendo como base o presente” (1997 p. 81).

Memória, assim, não é apenas lembrança, mas um processo social ativo, e a tradição, dessa forma, um “*meio organizador da memória coletiva*”. Memória coletiva é baseada nas práticas sociais. Na sua relação com o ritual – “parte das estruturas sociais que conferem integridade às tradições” – verifica-se um “meio prático de garantir a preservação”, pois este articula de maneira inequívoca “a reconstrução contínua do passado com a ação prática”, trazendo “a tradição para a prática” (GIDDENS, 1997 p. 82).

A tradição proporciona “estruturas estabilizadoras” que integram os “vestígios de memória em uma memória coerente”. Na modernidade a tradição se dissolve. Perde-se, então, essa função integradora, tornando-se problemática a relação entre a memória e a identidade: “Daí em diante, a reconstrução do passado com os recursos da tradição torna-se uma responsabilidade” [...] “mais claramente individual”. (GIDDENS, 1997 p. 86)

Neste contexto de mudança, é que surgem as práticas patrimoniais, e que se manifesta este tropismo pela memória característico das sociedades modernas a que se refere Candau: justamente como uma “resposta a estas identidades que

⁴⁹ Para Giddens a “tradição envolve uma verdade formular” – do inglês *formulaic truth*: a verdade que decorre da formulação – “a que apenas algumas pessoas têm acesso”. A ela esta relacionada uma “fala ritual da qual não faz sentido discordar nem contradizer” e trata-se de “uma atribuição de eficácia causal ao ritual”. (1997, p.83)

sofrem e cambaleiam sob o lastro de um passado que se esvanece e de um futuro incerto”⁵⁰. (1998, p.2)

O tempo se acelera com a modernidade, as condições de existência se alteram de forma generalizada, e daí advém a sensação de perda - do lugar de origem, das relações pessoais, dos modos de fazer e de viver – que cada vez mais se evidencia. Perde-se a identidade que, na ausência das suas condições concretas de manifestação, busca na memória estas mesmas condições, pois que essa é, ao fim, sua referência. Na busca da identidade, constrói-se o patrimônio⁵¹.

Cabe frisar o caráter ilustrativo da afirmação acima, pois se sabe que embora a memória, do ponto de vista ontogenético e filogenético, anteceda necessariamente a identidade - pois esta é “uma representação, um estado adquirido” e aquela “uma faculdade presente desde o nascimento, desde o aparecimento da espécie humana” - ambas se “interpenetram” e se “reforçam mutuamente”, sendo bastante difícil atribuir precedência a uma ou a outra “desde o momento em que surgem até a sua inelutável dissolução” (CANDAU, 1998, p.10).

A noção de que o tempo se acelera suscita uma busca da memória e da identidade. Esta busca se expressa, também, nas toponímias – relações de afeto com os lugares – e nas toponímias. São os lugares, sempre lembrados, que desafiam o tempo.

Paisagens e lugares que se constituem em lembrança, se aproximam da noção de lugar de memória, proposta por Pierre Nora. Ou seja, “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, onde a vontade dos homens ou o trabalho do tempo constituiu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”. Sua razão de ser fundamental, para este historiador seria a de “deter o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento e fixar um estado de coisas, imortalizar a morte”⁵². O mesmo também pode ser dito a respeito a respeito dos

⁵⁰ Sobre o tema, a partir de outro ponto de vista, Marilena Chaui profere uma frase de exemplar poder evocativo: “A sociedade industrial é maléfica à velhice, pois nela todo o sentimento de continuidade é destruído, o pai sabe que o filho não continuará a sua obra e que o neto nem mesmo dela terá notícia” (1979, XXV).

⁵¹ Assim parece compreender Candau, quando citando Freddy Raphael afirma: « L'insécurité d'un monde en profonde mutation, les changements sociaux et culturels accélérés ont suscité une prise de conscience collective relative à la dilapidation du patrimoine propre à chaque communauté humaine, et encouragé une quête d'identité » (1998, p. 2).

⁵² A propósito da mesma questão e também comentando Pierre Nora, Cynthia Roncaglio assim se manifesta: “O termo engloba todos os lugares que remetem ao tempo cíclico, mítico, nostálgico. Envolve tudo aquilo que não é espontaneamente lembrado, naturalmente revivido, mas artificialmente reconstruído para que não seja varrido

lugares de esquecimento, “onde o esquecimento trabalha porque a lembrança tornou-se muito pesada para ser carregada”. (*Apud* CANDAU, 1998 p. 154)

Quietude e segurança do lugar conhecido, sensação de estabilidade, de pertencimento, que remetem a um passado perdido, portanto, é o que sugerem tais lugares. Candau os coloca em oposição aos “não lugares, banalisados, funcionais e atemporais”, pois subsiste neles a carga da memória e da história. (1998, p. 154)

Nesse sentido vale a pena lançar mão da concepção de M. Halbwachs que assim se referia a estes lugares:

«D'une manière générale, la 'société silencieuse et immobile' de lieux, la mémoire des 'pierres de la cité', la permanence des repères spatiaux 'nous donne un sentiment d'ordre et de quiétude' et 'l'illusion de ne point changer à travers le temps', se qui est toujours rassurant pour l'identité personnelle et collective» (*Apud* CANDAU, 1998, p.155-156).

O esforço de compreensão das diferenças entre a modernidade e a tradição efetuado acima permite, quiçá, outra abordagem do tema. Se não o faz inteiramente pelo menos levanta algumas questões que podem sugerir outra reflexão a respeito dessa instituição.

O patrimônio cultural e natural como é hoje conhecido, surge na fímbria da modernidade, e se consolida no correr da sua expansão, se consolida, aliás, como prática do Estado-Nação, vinculado a uma burocracia técnica específica, tendo como proposta a construção de uma identidade nacional apoiada na memória coletiva.

Esta prática é geralmente associada, como já mencionado, a uma sistemática de dominação de uma elite, praticada por intelectuais orgânicos, que ao inventar o patrimônio, estão de fato, sob uma aparência consensual, impondo o projeto cultural de um grupo sobre os demais.

Pode-se sugerir que, ao tentar criar uma memória instituída, a prática patrimonial, pretende a criação de uma ordem que, embora simbólica, parece procurar uma compensação à desarticulação dos processos tradicionais, que se vinculavam à reconstrução do passado como ação prática e que garantiam a integração dos vestígios de memória em memória coerente.

sorratamente pela aceleração da história. Ou como diz o historiador, os lugares de memória são os “momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos.”

Também, que seu apelo à identidade, trata-se de uma tentativa de restituir a “segurança ontológica” que se associada às noções de constância através do tempo e de familiaridade – agora, com o patrimônio cultural e natural, abstrata, mas comum de todos – na suposição de dar suporte à integridade do eu, em oposição ao outro, que continua fora.

Esta forma de ver o patrimônio cultural e natural pode ser também direcionada para uma perspectiva mais contemporânea. Neste momento da modernidade – alta ou reflexiva – a globalização da economia, a forma de organização em redes, a onipresença da mídia associada à sua diversificação e interligação, transformam a vida e suas condições materiais e manifestam novas formas de dominação.

Este é o tempo de uma nova, e mais veemente, busca patrimonial. Um movimento que se identifica nas sociedades contemporâneas de uma maneira geral, indicando que há um inusitado esforço no sentido de constituir patrimônios, os quais no plano ideológico propiciariam, por uma reconstrução peculiar da história, uma ilusão de que, de uma forma ou doutra, tudo continua como sempre esteve.

Isto será também válido, para o caso dos patrimônios da humanidade⁵³, que se constituem na interação entre o Estado-Nação e os organismos internacionais. Movimento se relaciona às características que a globalização impõe ao Estado-Nação⁵⁴ e a nova ruptura no padrão de interação com os lugares⁵⁵ que parece sugerir a construção de novos mecanismos *simbólicos* de desencaixe, para usar a expressão de Giddens.

⁵³ Esta nova forma se generaliza – no Brasil a primeira inscrição é de 1980 e temos hoje 16 monumentos. Na grande maioria são paisagens naturais e centros históricos.

⁵⁴ O Estado-Nação perde paulatinamente o controle do tempo e espaço, pois este é “sobrepulado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação”. Por outro lado quando tenta “reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supra nacionais acaba ainda comprometendo ainda mais sua soberania” (1999, p. 287).

⁵⁵ Castells em seu *A sociedade em rede* afirma: “Portanto as pessoas ainda vivem em lugares. Mas como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. A experiência, por estar relacionada a lugares, fica abstraída do poder, e o significado é cada vez mais separado do conhecimento. Segue uma esquizofrenia estrutural entre duas lógicas espaciais que ameaça romper os canais de comunicação da sociedade. A tendência predominante é para um horizonte e espaço de fluxos aistórico em rede, visando impor sua lógica nos lugares segmentados e espalhados, cada vez menos relacionados uns com os outros, cada vez menos capazes de compartilhar códigos culturais”. (1999-A, p. 450).

2.5 Patrimônio Cultural Natural

Como se tem afirmado, neste trabalho, a preocupação específica é com os patrimônios naturais, os quais, pelos motivos anteriormente indicados, serão referidos como patrimônios culturais naturais, pois são um construto cultural.

Este de fato é o ponto de vista que orienta o presente trabalho: patrimônio cultural e natural é uma única e inseparável realidade. A consideração prende-se à convicção, já expressa anteriormente, que ambos, o monumento⁵⁶ e o monumento natural são artefato cultural, produto da cultura humana, derivados de um processo de valoração de coisas – artificiais ou naturais, materiais ou imateriais – que se dá dentro de um determinado contexto cultural e histórico.

Embora se tenha clara esta convicção, a especificidade do objeto, que na sua materialidade e na sua inserção nos contextos históricos de sua criação difere dos demais, patrimônio cultural natural – os monumentos da natureza, as paisagens notáveis, os sítios de beleza singular ou de importância científica –, requer alguma digressão.

A noção de patrimônio cultural natural envolve um conjunto bastante amplo de idéias quais sejam as de: monumentos naturais, sítios e paisagens de feição notável – seja ela decorrente da natureza ou do agenciamento humano –, paisagens naturais notáveis, sítios de valor paisagístico ou ecológico portadores de referência à identidade ou à ação ou à memória, formações físicas e biológicas, de valor excepcional científica ou biologicamente, os habitats de espécies ameaçadas de valor excepcional científico ou estético, lugares e zonas naturais de valor excepcional para a ciência, a conservação ou a beleza natural⁵⁷.

Buscando uma síntese pode-se afirmar que os patrimônios culturais naturais se constituem de determinados aspectos da natureza que são destacados e submetidos à tutela do Estado, sob alegação de que são do interesse coletivo por remeterem a um conteúdo simbólico que os ligam à ação e a memória comum ou a identidade de todos, ou porque possuem atributos específicos de singularidade – de

⁵⁶ A noção de monumento tem tal amplitude do ponto de vista cultural que Françoise Choay a considera um “universal cultural” (2001, p. 18).

⁵⁷ As idéias listadas sumarizam as noções que constam da legislação brasileira – Constituição Federal, Decreto Lei Federal 25/1937 e Lei Estadual 1211/1953 – e da Convenção sobre o Patrimônio Cultural e Natural da ONU (BRASIL, 1988), (IPHAN, 2000), (PARANÁ, 1990-B).

caráter estético ou científico ou pelas espécies que abrigam - que os tornam notáveis – de valor excepcional – dentre os que lhes são semelhantes.

Patrimônio natural, no contexto brasileiro, no mor das vezes é paisagem que é monumento, porque bela e única, porque remete à natureza supostamente primitiva, - pelo menos na origem das iniciativas de preservação - ao intocado, bem como, ao que deve ser preservado porque simboliza determinado momento da história da nação ou relaciona-se com a sua identidade, porque significa riqueza e disponibilidade de recursos.

Também, mais recentemente, é sítio que é importante pela sua singularidade enquanto objeto da ciência ou pela sua importância para a conservação em decorrência do valor excepcional de seus componentes – pelas formações naturais que abriga, por ser habitat de espécies ameaçadas.

Em todos os casos tem-se uma noção que é essencialmente cultural, que remete ao ponto de vista do homem a respeito da natureza quando não às suas possibilidades diretas de apropriação da mesma.

2.5.1 Sítio, Lugar e Paisagem

Formação, zona, habitat, lugar, sítio, paisagem, são idéias que usualmente estão associadas à noção de patrimônio cultural natural. Refletir um pouco sobre estas categorias pode auxiliar na compreensão deste conceito amplo.

Dentre estas diversas noções, as de formação e habitat aparecem com um sentido quase disciplinar, pois se referem a habitat de espécies e formações geológicas, compondo, portanto, um conjunto de situações bastante específicas, cuja identificação e localização, embora possa suscitar discussões técnicas, são pouco suscetíveis de uma discussão de maior amplitude.

Já as idéias de lugar, sítio, e paisagem vêm carregadas de conotações mais amplas, sendo as mais suscetíveis de se caracterizar como suporte material e simbólico das manifestações culturais⁵⁸, característico dos patrimônios culturais

⁵⁸ Márcia Kersten, referindo-se à noção de patrimônio cultural, cita José Guilherme Cantor Magnani, para quem os patrimônios culturais "constituem os suportes físicos, as formas tangíveis de expressão dos padrões culturais" (2000, p. 33).

naturais; também são as mais correntes no contexto legal brasileiro, onde se desenvolveu o caso de tombamento estudado.

A noção de lugar remete a país, cidade em que se vive ou nasceu, região, parte do espaço ocupado por uma coisa ou pessoa, área, delimitada ou não, um determinado ponto no espaço indefinido, o assento à mesa, disponibilidade de espaço, disposição relativa das coisas no espaço; para mencionar algumas das acepções deste termo segundo Antonio Houaiss (2001).

Para Yi-fu Tuan em seu *Espaço e lugar* (1983), esta é uma idéia bastante ampla, mas que remete à noção de segurança, daquilo que é conhecido, que se relaciona com identidade, possuindo uma aura. É, também, algo a que se atribui valor, e que se associa à vida – vinculando-se à comida, descanso e procriação -.

Também, raciocinando em contraposição à noção do espaço – que é o indefinido – Tuan sugere que o lugar é o espaço, depois de se tornar conhecido, é o espaço do cotidiano (1983, p. 81- 89). Ou o espaço depois de orientado. (1983, p. 103) Por fim, um objeto estável no espaço que capta a atenção do observador. (1983, p. 179)

Uma observação mais detida da noção de lugar, como o conhecido e familiar, como o que se relaciona com a identidade, leva à consideração de sua relação a noção de patrimônio cultural natural, que inclui estas idéias pois só é patrimônio aquilo que, pelo menos em tese, pode ser reconhecido por todos como algo que se associa à identidade comum.

De outro lado paisagem, termo com que se designa genericamente uma parcela visível da natureza é uma idéia e será sempre cultural como afirma repetidamente Simon Schama em seu *Paisagem e memória*:

Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha (1996, p. 17).

Paisagem, então, para esse autor, é sempre produto do homem, de seu olhar e intervenção sobre a natureza, tratando-se de “um constructo da imaginação projetado” (1996, p. 70) sobre os objetos naturais. Esta construção ideal, ao ser

projetada sobre um lugar concreto, torna-se parte do cenário – o que enfatiza o caráter cultural da noção de paisagem.

Spirn também reconhece o caráter cultural da paisagem. Para esta autora as paisagens tornam indistintas as fronteiras entre o que seria humano e o que o não humano, não havendo paisagens naturais ou artificiais, sendo todas elas produto de processos naturais e humanos⁵⁹ (1995, p. 11-112).

Remetendo às diversas acepções do termo, em francês *paysage* é palavra derivada de *pays*, termo que tem associado ao local de nascimento e à nação, comportando, portanto, uma conotação territorial (1968, p. 676).

O mesmo ocorre também em alemão, onde o correlato *landschaft* remete à *land*, terra, país terreno; significa, pois, paisagem, mas também os estados provinciais, província, região (BÖSCHE, 1876, p. 314).

Schama, por sua vez, assinala que em inglês *landscape*, tem origem no holandês, *landschaft*, que se relaciona a “uma unidade de ocupação humana” ou coisa que pode ser “objeto de pintura”. Ou referindo-se ao italiano, aponta que originalmente *parerga* significa cena “pastoril de riachos e colinas cobertas com trigais” (1996, p. 20).

Já em português, como sugere Houaiss (2001), a noção de paisagem vincula-se mais exclusivamente à parcela de terreno que se pode ver desde um lugar ou à representação pictórica desta visão. O mesmo se sucede com o espanhol, onde não se relaciona paisagem a país.

O conceito de paisagem é complexo e abrangente. Pretende sintetizar, como menciona Fernando Moura Delphin (2004, p.5), um conjunto muito amplo de variáveis e de percepções ligadas a diferentes disciplinas e artes.

Abriga sob uma só designação desde questões físicas – atuais e do passado – que se relacionam com os processos de conformação do meio, até processos biológicos – distribuição espacial de flora e fauna –, da dinâmica atual dos processos físico químicos de conformação do relevo, aos acontecimentos paleoclimáticos e

⁵⁹ Pela clareza e sensibilidade com que se expressa vai a seguir a transcrição no original: *Landscapes blur the boundaries between the human and nonhuman. [...] Calling some landscapes 'natural' and others 'artificial' or 'cultural' ignores the fact that landscapes are never wholly one or the other. [...] All landscapes are constructed. Garden forest, city and wilderness are shaped by rivers and rain, plants and animals, human hands and minds. They are phenomena of nature and products of culture* (1995, 111-112).

vegetacionais, dos registros arqueológicos às marcas deixadas no meio pelos povos históricos.

Vinculada à geografia a idéia de paisagem, associa-se à identificação de uniformidade de aspectos físicos e biológicos de determinadas parcelas do território, sendo assim, por oposição a outras unidades cujas características seriam distintas, um critério de divisão territorial – as ditas regiões naturais.

Nesse contexto, o conceito de paisagem é tido como rico, porém frágil. Jean Labasse (1973, p. 498) se refere a esta noção como de “riqueza insondável”, porém de “extrema fragilidade”, afirmando: *“Nada es tan móvil, instantáneo, como um paisaje. Casi antes de que el observador haya comenzado a inventarlo ya se há modificado, a veces sustancialmente”*.

Ponto de vista similar se encontra em Bertrand, como citado por Andrade, para quem a paisagem seria “um termo pouco usado, impreciso, e por isto mesmo cômodo, que cada um utiliza a seu bel-prazer” (2002-A, p. 86).

Tricart, ao comentar diversos autores, também citado por Andrade, assinala que a paisagem “em essência possui algo de concreto”, e que se associa a uma parcela do espaço, aquela apreendida pela visão de um “observador”. Nela estão “fatos visíveis” e ações, dos quais se percebe o “resultado global”, tendo início e término determinados por lugares e podendo ser cartografada. (2002-A, p. 87).

Já Yi-fu Tuan apresenta ponto de vista distinto assinalando que a seu ver a paisagem é uma abstração uma vez que “o mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por outros sentidos” uma vez que o olhar abstrai e seleciona objetos, interessa-se por determinados aspectos e não por outros (1980, p. 12).

Simon Schama também aponta para o fato de que este olhar que seleciona é carregado de conteúdos culturais: “É evidente que o ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe a nossa presença e, conosco, a pesada bagagem cultural que carregamos” (1996, p. 17).

As evidências e evolução desse olhar carregado de referências a priori foi objeto, por exemplo, de extensa investigação por Corbin (1989), em seu *Território do Vazio*, onde mostra como a noção de paisagem – no caso a marinha –, se

desenvolve a partir de diferentes contextos culturais no correr dos séculos XVII e XVIII.

Este autor mostra, em diversos momentos deste período, a evolução de um processo de apreciação da paisagem como uma complexa prática cultural – num contexto de mudança de um modo de vida rural para o urbano e como uma prática das elites - na qual se mesclavam conhecimentos de literatura clássica, do desenvolvimento das ciências naturais, valores religiosos, noções de saúde individual e pública, conhecimento de paisagens típicas de determinados lugares de valor simbólico, atitudes face à paisagem contemplada, para mencionar alguns dos aspectos que destaca (1989).

Keith Thomas, também aponta para o fato de que o hábito de apreciação da paisagem que se desenvolve na Europa nesse período se apoiava numa bagagem cultural específica. Sobre este aspecto assim se refere:

Mas a apreciação consciente do cenário rural que se desenvolveu de modo tão espetacular e surpreendente durante o século XVIII foi algo diferente, pois dependia do conhecimento prévio da tradição pictórica europeia. O atrativo do cenário campestre era que ele lembrava ao espectador as pinturas paisagísticas. Na realidade, a cena somente era chamada de 'paisagem' [*landscape*], por recordar uma vista [*landskip*] pintada; era pitoresca porque se parecia com a pintura. A circulação da arte topográfica, na qual não havia figuras humanas ou não tinham importância, precedeu portanto a apreciação das paisagens rurais e determinou a forma que esta assumiu (1988, p.314).

A relação com as paisagens e seu valor do ponto de vista simbólico na sociedade ocidental, pode ser avaliada, também, quando se observa o advento e evolução da pintura de paisagens. Nelas pode se perceber um trato com a natureza que evolui de uma representação da natureza em geral cuja função era tão somente se constituir em fundo para as atividades humanas – século XV – para uma relação quase que individual, de cada artista com cada paisagem e a cada momento nos fins do século XIX.

No que se refere ao desenvolvimento da pintura de paisagens no ocidente esta é um advento relativamente recente. Letts a identifica no *quatrocentto* quando, em afresco de Lorenzetti, surge pela primeira vez, na pintura italiana, uma que pode ser identificada como tal (1982, p. 31).

A mesma autora assinala que no Renascimento, o primeiro tratamento pictórico específico para paisagem, surge na Europa setentrional, com os irmãos

Van Eyck, em cujas ilustrações para o Livro de Horas de Turin, de 1420 . Nele pode-se encontrar uma paisagem na sua integridade, ou seja que não é composta de elementos distintos arranjados de forma a preencher a composição (1982, p. 29).

Estas referências à natureza na pintura baseavam-se em apontamentos de viagem que eram posteriormente compostos e se mostravam, todavia, mais como pano de fundo de uma representação cuja figura central eram cenas bíblicas (TUAN, 1980, p. 142).

Mais tarde, na primeira metade do século XVII, é que a paisagem passa a ser tratada como um “tema autônomo”, em que a pintura tenta exprimir a “experiência direta de uma paisagem”. Neste campo específico são os flamengos e holandeses: Rubens e Jan van Goyen os de maior relevo. O último tem seu trabalho marcado por um peculiar apego à sua terra natal e aos aspectos em constante mudança de sua paisagem (MAINSTONE, 1982, p. 65-67).

Também no século XVII pintores como Poussin e Lorrain, destacam-se pelas suas paisagens da *campagna romana*, trabalhos baseados em notas de experiências diretas, mas de atelier. Caracterizando-se como paisagens inventadas, são pinturas definidas como pastorais (MAINSTONE, 1982, p. 69-70).

Estas eram paisagens acadêmicas em que se trabalha com uma simbologia pré-estabelecida e que traduz o ponto de vista dos autores clássicos aplicado à leitura da paisagem, vinculando-se à apreciação das paisagens ligadas aos temas clássicos do *Grand Tour*⁶⁰ efetuado pelas elites e por artistas e intelectuais de então – séculos XVII e XVIII – (TUAN, 1980, p. 142).

No contexto do Romantismo, na sua busca de representação do sublime e do terrível, geralmente expresso no tema do homem em face das potências da natureza, a paisagem adquire ênfase particular. Nesse momento a discussão da interação entre o homem e a natureza assume, do ponto de vista das artes plásticas, um estatuto específico que não possuía até então (REYNOLDS, 1982).

⁶⁰ *Grand Tour*: viagem realizada por membros da elite e intelectuais ingleses, pelo continente europeu, nos fins do século XVII e no correr do XVIII, para tomar conhecimento dos monumentos e paisagens da cultura clássica na Europa continental. Está ligada ao advento do hábito de apreciação de paisagens e ao desenvolvimento da arte paisagística neste período (THOMAS, 1988), (CORBIN, 1989), (JONES, 1982, p.6).

Como assinala Reynolds o tratamento da paisagem não mais se dirige à natureza em geral, mas uma natureza específica, uma dada paisagem face à sensibilidade de um determinado artista:

A integração essencial do homem com a natureza, a interpretação da natureza com os estados de espírito do homem e seu sentido estético tornam-se bastante claras na tentativa dos artistas de expressarem sua sensibilidade em face do campo, em vez de uma imitação dele, e de revelarem um sentimento por lugares específicos, em vez da natureza como um todo (1982, p. 47).

Já nessa época a observação da paisagem e a pintura direta, ao ar livre, começam a se definir⁶¹. Isto se consolida, por fim, no raiar do século XIX, quando surge um paisagismo em que a observação direta da natureza era a ênfase (TUAN, 1980, p. 142).

Para evidenciar o caráter cultural da representação pictórica da paisagem, basta contrastar o caso europeu com o caso chinês. Na China a observação artística da paisagem se manifesta no século IV, sendo objeto da poesia; são poemas que descrevem aspectos da natureza com detalhe e sentimento de forma tal que podem ser designados poemas pictoriais. A pintura de paisagens irá ganhar alguma proeminência por volta do século VII (TUAN, 1980, p. 145).

Também é interessante chamar atenção, pois que assinala um contexto geográfico e cultural específico, que “o termo chinês para o gênero artístico ‘paisagem’ é *shan shui* (montanha e água)”. Onde “os dois grandes eixos da pintura paisagística, vertical e horizontal, são abstraídos da justaposição de montes íngremes e planícies aluviais que são características da topografia chinesa” (TUAN, 1980, p. 146-147).

Há que se assinalar que a pintura de paisagens no correr do tempo obedece, de fato, a um conjunto de fatores que incluem o tempo histórico e a inserção cultural do artista, mas também, e na maioria dos casos com muita ênfase, o contexto artístico específico e a escola a que pertence⁶².

⁶¹ Os esboços do Tâmesa realizados por J. M. W. Turner em 1805, talvez sejam as primeiras paisagens pintadas diretamente da natureza. (REYNOLDS, 1982, p. 48)

⁶² Uma pergunta fundamental para compreender a arte paisagística é a de porque determinado artista decide pintar determinada paisagem. Tuan afirma que a resposta a esta questão envolve um conjunto bastante amplo de fatores, dentre eles: o treinamento a que se submeteu o artista, as habilidades técnicas disponíveis, a simbologia da natureza de seu tempo, e os cenários de que dispõe no local em que se encontra. (1980, p. 140). Ou como afirma Schama: “E é a cultura, a convenção e a cognição que formam esse desenho; que conferem a uma impressão retiniana a qualidade que experimentamos como beleza” (1996, p. 22).

Isso porque esta representação obedece a técnicas e convenções que variam no tempo⁶³, mas que significam, para grande maioria dos casos, uma imposição bastante grande sobre a natureza dos objetos representados e sobre a forma como o são.

Nesse sentido vale lembrar a noção de *schemata* aludida por Ana Luisa Fayet. Esta se refere ao vocabulário gráfico do qual se serve o artista para abordar uma paisagem e que mobiliza sua atenção para determinados motivos. Assim: “Ao esquadrihar a paisagem, as vistas que podem ser ajustadas com êxito à *schemata* que ele aprendeu a manejar saltam aos olhos como centro da atenção”. Vale acrescentar que esta *schemata* é um dispositivo cognitivo vinculando-se a uma época e cultura (FAYET, 1997, p. 8-11).

Pode-se perceber, então, que os patrimônios culturais naturais, quando ditos paisagens notáveis, tem na sua origem também nesta tradição ocidental de apreciar e representar paisagens, tradição esta que tem uma trajetória histórica identificável e que corresponde, a cada tempo, técnica e ator, à valorização de determinados aspectos da natureza.

2.5.2 Paisagem, Identidade e patrimônio

Além de representação, literária ou gráfica de uma cena ou segmento da natureza, a paisagem também pode ser considerada como patrimônio, como legado comum de um grupo social, esta noção pode ser encontrada em AbSáber que, como comenta Andrade, afirma:

A paisagem é sempre herança, em todo o sentido da palavra; herança de processos fisiográficos e biológicos e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdam como território de atuação de suas comunidades. Mais do que simples espaços territoriais, os povos herdam paisagens e ecologias, pelas quais certamente são responsáveis (2002-A, p. 87).

⁶³ Pintar paisagens em perspectiva é tão comum que atualmente foi naturalizado, mas é um advento historicamente datado e recente, como menciona Tuan: “A pintura de paisagem, com seus objetos organizados ao redor de um ponto de fuga para onde convergem as linhas, parece-se mais com a maneira humana de olhar o mundo; no entanto, surgiu na Europa somente no século XV. Desde então as pinturas de paisagem que transformam ‘a simultaneidade do espaço em um acontecimento no tempo – isto é, uma seqüência irreversível de acontecimentos –’ tem se tornado cada vez mais populares. Ver a paisagem em perspectiva pressupõe uma importante reordenação do tempo e do espaço” (1983, p. 137)..

A noção se aproxima daquela que se associa à de patrimônio cultural natural, mas é, com certeza, de maior amplitude. Diferentemente desta última, que se aplica a objetos específicos que são tidos como notáveis, está referida à paisagem como um todo – com seus processos de caráter físico, biológico e social.

Esta assertiva, aliás, suscita a discussão sobre aquilo que ser considerado patrimônio cultural natural; o mesmo Aziz AbSaber quando interrogado sobre o tema assim se expressou:

“[...] o fato de existir um cenário possível de preservação implica em que o que está fora do cenário seja um contramolde desse corpo principal. Então, eu defendo a idéia de que há sempre uma espécie de molde e contramolde. O molde é o somatório dos tipos de espaço que devem ser preservados e/ou conservados de um modo mais permanente e com maior radicalismo de diretrizes. E o contramolde é o espaço do homem e da sociedade” (1987 B, p.217).

A afirmação levanta a possibilidade da discussão de outro aspecto do conceito de patrimônio cultural natural. O que seria esse molde que imprime, que contém a forma original daquilo que se vê na figura observada? Como surgiu essa noção de que determinados aspectos da natureza são modelos?

Tal questão requer um contexto, pois as idéias que se ligam inextricavelmente aos motivos pelos quais os patrimônios são constituídos variam de acordo com tempo e lugar.

O advento dos patrimônios culturais naturais relaciona-se com a atribuição de valor a aspectos da natureza e a sua percepção como objeto de importância simbólica. Em uma escala temporal bastante ampla este processo remete quase que aos primórdios da hominização e ao desenvolvimento do pensamento simbólico⁶⁴.

Tuan destaca que a atribuição de significado simbólico e identitário às paisagens, o apego ao lugar onde se nasceu, remonta ao pensamento mítico, atribuindo a este processo um caráter mundial e supra-cultural – sendo comum “[...] de povos letrados e pré-letrados, de caçadores-coletores e agricultores sedentários, assim como dos habitantes das cidades” (1983, p. 171).

⁶⁴ Sobre este processo Morin, em seu *O Paradigma Perdido*, coloca o ponto de partida da separação entre o sujeito e o objeto – entre o objetivo e o subjetivo – a transição para o *sapiens*, portanto, na percepção da morte e nos mitos e ritos de sobrevivência que procuravam preenche-la (1988, p. 96).

Aliás, para esse autor o espaço mítico – uma concepção de espaço que é produto do pensamento mítico – é algo que sobrevive no mundo moderno, tanto para indivíduos como para grupos sociais.

Sobre este aspecto, Simon Schama afirma que, por mais que se assevere que o pensamento ocidental na sua evolução deixou de lado os mitos relacionados à natureza, estes não desapareceram, encontrando-se vivos, por exemplo, na tradição vinculada às paisagens⁶⁵ (1996, p. 24).

Este processo tem, modernamente, alguns marcos indiscutíveis, o mais notável deles é a instituição dos parques nacionais nos Estados Unidos da América, especialmente dos primeiros que foram estabelecidos, Yosemite e Yellowstone.

Do ponto de vista institucional, os motivos da criação, como identifica Serrano comentando o *Yellowstone Act* - de 1872 -, vinculam-se à proteção dos “aspectos singulares dos lugares” em especial a “paisagem”, para “benefício e lazer do povo” prestando-se, também, “para a preservação do prejuízo ou espoliação de toda madeira, depósitos minerais, curiosidades naturais, ou maravilhas dentro do dito parque” devendo, por outro lado ser mantido “em sua condição natural” (1993, p. 14).

Estes parques, criados na perspectiva de manter testemunhos dos ermos bravios – *wilderness*⁶⁶ – como referência à suposta natureza original daquele país e como “antídoto para os venenos da sociedade industrial”, na concepção de Henry David Thoreau e Jonh Muir, eram, no entender de Schama, “produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim inventado” (1996, p. 17).

Como construtos culturais, no entender de Cronon, situam-se num contexto histórico relativamente recente, o do século XVIII, quando a valoração dos espaços selvagens deixa de ser negativa, e tem sua origem vinculada a dois movimentos específicos, quais sejam as noções de sublime e de fronteira (1995, p. 72).

⁶⁵ Transcrevendo: “Pois embora esses textos geralmente afirmem que a cultura ocidental evoluiu, abandonando seus mitos da natureza, estes, na verdade, nunca desapareceram. Se, como vimos, toda a nossa tradição de paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões. Os cultos, que somos convidados a procurar em outras culturas nativas – da floresta primitiva do rio da vida, da montanha sagrada -, na verdade estão a nossa volta, vivos e passando bem, resta saber como procurá-los” (SCHAMA, 1996, p.24).

⁶⁶ Kenneth Olwig define esta expressão como lugar onde as bestas correm selvagememente: “A ‘wilderness’ was, in contrast, the place where the beasts (deoren in Old English) ran wild (wild-deer-ness) [...]”. (1995, p. 383)

Com raízes que remontam à antiguidade – as montanhas como lócus da revelação numinosa e desertos como locais de provação e confrontação são referências bíblicas - a idéia de que determinados lugares e aspectos da natureza selvagem se associavam ao sobrenatural, à exacerbação dos sentidos está ligada ao Romantismo, que considerava paisagens sublimes⁶⁷ aqueles lugares raros da terra onde alguém teria a possibilidade de se confrontar com algo único (CRONON, 1995, p. 73).

Como se deu na Europa, este apreço aos espaços naturais selvagens – wilderness – se associa ao urbanismo, e a procura de compensação às limitações das experiências imposta pela vida nas cidades – no caso das populações urbanas do leste que olhavam de longe o oeste bravio – e dá origem ao turismo que, com a melhoria das possibilidades de deslocamento, aos poucos se populariza.

Além do romantismo e seu culto ao sublime, outro movimento cultural de grande força ajudou a cunhar a noção norte-americana dos grandes espaços inóspitos, dos ermos selvagens – *wilderness* – que se encontra nas origens da criação dos parques nacionais: foi a valorização do primitivo como o antídoto aos males da civilização que, remete, pelo menos, à Rousseau (CRONON, 1995, p. 76).

No caso americano, esta noção está fortemente ligada ao mito nacional da fronteira. Cronon cita Frederick Jackson Turner ao abordar esta construção cultural que perdurou por mais de século, na América do Norte. Esta associava o processo de ocupação dos novos territórios por imigrantes europeus à possibilidade de, pelo abandono das “armadilhas” da civilização decorrente das imposições das condições selvagens desses lugares, viver mais proximamente suas “energias raciais primitivas”, “reinventar instituições democráticas mais diretas”, “refundir-se com o vigor, a independência e a criatividade que são a fonte da democracia Americana e de seu caráter nacional” (1995, p. 76).

Afirma este mesmo autor que ao final do século XIX, quando se percebe o esgotamento de novas terras a ocupar e o fim das fronteiras, preservar as áreas

⁶⁷ ⁶⁷ Sublime que, segundo Houaiss, significa o que apresenta inexcedível perfeição material, moral ou intelectual; elevado, augusto; esta associado à noção de elevação e beleza, e perfeição estética, ao superlativamente belo, grandioso, soberbo, extraordinário; ao que, em relação a outros, está em posição superior ou distinta; ao que possui uma beleza radiosa, esplêndida, magnífica; àquilo que é digno do reino celestial, que se eleva acima do humano (2001).

selvagens passa também a significar a preservação do mito original da nação americana ou, literalmente:

Thus, in the myth of the vanishing frontier lay the seeds of wilderness preservation in the United States, for if wild land has been so crucial in the making of the nation, the surely one must save its last remnants as monuments to the American past – and as an insurance policy to protect its future (1995, p. 76).

Convém assinalar, a relação entre a paisagem peculiar destes primeiros parques e a conformação paisagística das terras comuns de uma antiga vila inglesa. Em ambos se encontram um peculiar balanceamento entre pastagens verdes por onde corre um rio com meandros e remansos, com montanhas ao fundo.

A justificativa proposta para criação de Yosemite, como destaca Olwig, procurava demonstrar que o esforço de conservar tal paisagem - em que todos foram criados e a respeito de cujo uso todos opinavam - vinculava-se a uma demonstração de que os americanos se mantinham próximos de seus valores de democracia e respeito à sua relação original com a natureza. Ao contrário dos ingleses, que se afastaram da paisagem original com o fechamento das áreas comuns, transformadas em terras particulares e associadas simbolicamente aos parques da pequena nobreza rural (1995, p. 386 e seguintes).

Finalmente, cabe lembrar o contexto histórico⁶⁸ do surgimento dos parques nacionais americanos, o qual corresponde ao momento da Guerra da Secessão – 1861 a 1865 -, quando a nação se encontrava face ao profundo risco de cindir-se definitivamente.

Nesse momento se fazia necessária a criação de símbolos que viessem a expressar a identidade nacional e cuja abrangência cultural fosse de uma amplitude tal que suplantasse as divisões entre o sul agrícola e patriarcal e o norte industrializado e urbano.

É interessante verificar que a escolha recaiu sobre paisagens notáveis. O fato é geralmente atribuído à ausência de elementos significativos na cultura material

⁶⁸ Sobre o tema Simon Schama assim se expressa: “Afiml a natureza selvagem não se demarca a si mesma. Foi uma lei do Congresso, em 1864, que designou *Yosemite Valley* como lugar de significado sagrado para a nação, durante a guerra que assinalou o momento da Queda do Jardim Americano. Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores [...] pintores que usam tintas [...] e pintores que usam palavras [...] para representá-la como parque sagrado do Oeste; o local de um novo nascimento; uma redenção para a agonia nacional; uma recriação americana” (1996, p. 17).

norte-americana que pudessem desempenhar essa função de signo identitário como, por exemplo, afirma Serrano (1993, p. 30).

Mas pode-se aventar a possibilidade de que isso se deu pela abrangência simbólica, e anterioridade, como signo de pertencimento ao lugar, dos acidentes naturais – que remetem a um horizonte temporal que antecede a história –, o que fazia mais fácil a sua escolha num contexto de profunda divisão da nação. Naquele momento não poderiam ser representativos da nação as mansões neoclássicas das fazendas do sul escravista, ou as edificações e paisagens urbanas da Nova Inglaterra industrializada.

Embora o advento de parques nacionais assim o sugira, a atribuição de significado simbólico a uma paisagem, e sua ligação com identidade nacional como fatores de constituição de patrimônios culturais naturais⁶⁹, não são, contudo, uma invenção norte-americana.

Esta vinculação é, de fato, bastante corrente e, como afirma Schama⁷⁰, é um dos sustentáculos da idéia de identidade nacional, pois nesse caso as paisagens são “conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social” (1996, p. 26).

Prys Morgan, analisando as apreciações a respeito da paisagem galesa no período romântico, destaca que com frequência são inventados mitos sobre a paisagem. Neste caso, vincula esta invenção aos interesses das classes médias e elites locais, bem como aos da promoção do turismo. Mostra, assim, uma série de iniciativas artísticas e de divulgação, que fizeram com que as montanhas do País de Gales no correr do século XVIII deixassem de ser consideradas “feias, sombrias, ameaçadoras”, um castigo dos céus para “purgar as culpas passadas dos galeses” e passassem a ser vistas como de grande beleza e motivo de orgulho⁷¹ (1997, p. 97).

Simon Schamma, para o caso europeu, evidencia que, coetaneamente ao advento dos primeiros parques nacionais norte-americanos, atribuiu-se este tipo de

⁶⁹ Esta ligação será mais inextricável do que qualquer explicação que se possa dar, basta lembrar que natureza e nação são palavras que provem do mesmo radical latino, o qual remete a nascer.

⁷⁰ Simon Schama ao se referir à relação entre as paisagens e a identidade nacional assim se manifesta: “A identidade nacional, só para mencionar o exemplo mais óbvio, perderia muito de seu fascínio feroz sem a mística de uma tradição paisagística particular: sua topografia mapeada, elaborada e enriquecida como terra natal”. (1996, p. 26)

⁷¹ Veja-se uma estrofe do hino nacional galês: Velho Gales montanhoso, dos bardos paraíso / Que belos os teus vales e penhascos / Quão mágico é o som / Dos arroios e rios de minha pátria (MORGAN, 1997, p. 53).

valor a outras paisagens. Menciona, por exemplo – como decorrência do Romantismo e do nacionalismo do século XVIII –, a floresta da Lituânia, a *Bialowieza*, que compunha a região central da antiga Polônia, tornada russa quando de sua divisão no século XVIII, associada simbolicamente às origens da Polônia, de seu espírito de luta e independência e símbolo de uma pátria no cativeiro (1996, p. 37 e seguintes).

Esse historiador (1996 p. 66) comenta o épico *Pan Tadeusz*, de Adam Mickiewicz, no qual as árvores são os personagens heróicos do drama, representando “ao mesmo tempo, a liberdade e a legitimidade”, legitimidade que decorre da antiguidade abrigando em seu recesso “os valores que mantêm viva a Lituânia – uma idéia e um lugar ao mesmo tempo.” Também são sacerdotisas e guardiãs, e “instrumentos da imemorial continuidade” de uma história.

É interessante observar que, embora sagrada e considerada símbolo ora da bravura e destemor dos poloneses ora da própria nacionalidade polonesa sempre ameaçada, esta mesma floresta foi submetida por séculos a um processo muito intenso de exploração, pelos magnatas aristocráticos que dominavam a Polônia, os quais se beneficiariam desse simbolismo (SCHAMA, 1996 p. 47-84).

O mesmo autor assinala que esta idéia de paisagem veio a tornar-se parte do cenário quando, em 1861 e 1863, esta floresta, que simbolizava o último reduto da nacionalidade, abrigava os rebeldes derrotados das insurreições contra o czar russo, tornando-se por anos um local de resistência, quando a revolta em outros lugares já se extinguiu. Aspecto que segue vivo no Parque Nacional de Bialowieza, onde alguns carvalhos são considerados monumentos nacionais, recebendo o nome de antigos soberanos poloneses (1996 p. 66-67).

Também a floresta alemã foi relacionada aos mitos de fundação da pátria e à noção de uma vida livre e pura, em contato com a natureza (SCHAMA, 1996p. 91 à 108).

As referências literárias e pictóricas à floresta Hercínia, local em que o herói fundador da nacionalidade alemã, Armínio ou Hermann – literalmente homem do exército em alemão – derrota as legiões romanas – como o lugar vinculado às origens da pátria, onde a natureza provia os meios de uma vida simples e reta, datam do final do século XV e início do XVI.

Tais manifestações se vinculam ao movimento da Reforma e a valorização de uma vida despojada, numa floresta natal imaginada, em oposição ao modo de vida latino – romano – e urbano, corrompido.

Posteriormente, já ao fim do século XVIII, novamente a valorização da floresta e de Armínio, como forma de destacar de um modo de vida puro, em oposição ao romano impuro, surge na literatura e arte alemãs.

Agora o romano era de fato o francês. A polarização recrudescer com as guerras napoleônicas, sendo representada por oposições: a cidade e a floresta, Roma e Germânia, a oliveira e o carvalho, para exemplificar. A floresta é, nessas circunstâncias, um símbolo da pátria, remete à autenticidade alemã, ao lugar em que as leis romanas não vigoram (SCHAMA, 1996p. 112 à 118).

Evidentemente esta paisagem imaginada e seu herói assumem, quando da unificação da Alemanha, uma grande importância. Movidos pela intenção de consolidar a nação alemã, desenvolveram-se estudos e campanhas para a construção de monumentos a Hermann – sempre representado como vencedor dos romanos, quer os próprios ou os franceses de Bonaparte ou Napoleão III – (SCHAMA, 1996, p. 119 à 122).

As florestas alemãs chegaram aos meados do século XIX com grandes áreas preservadas, em virtude de seu relativo atraso econômico e social. Mas este fato permitiu também que se tomassem iniciativas em prol de sua conservação contra uma perspectiva de exploração sem controle – num movimento de oposição ao materialismo e individualismo próprios do capitalismo e de exaltação da natureza no qual Wilhelm Riehl teve papel preponderante, propiciando que estas fossem não apenas simbolicamente associadas à memória alemã, mas também consideradas como de “fundamental importância para a vida da nação” (SCHAMA, 1996, p. 124).

Neste caso, contudo, foi com base numa “redefinição” dos direitos tradicionais e dinásticos com relação à caça, que, pouco a pouco, foram revistos como uma “forma moderna de paternalismo social” para “defender direitos públicos”. A propriedade do soberano sobre a floresta, tornou-a domínio público, quer em terreno público ou particular, ensejando a proteção destas e de árvores isoladas (SCHAMA, 1996, p. 124).

Como decorrência da tutela estatal desenvolveu-se o aparato e as técnicas de gestão e manejo florestal que estão nos fundamentos da engenharia florestal contemporânea. Também surgiu uma prática excursionista às florestas, que unia exaltação à natureza com uma valorização da sua função transcendente de signo de uma comunidade alemã com valores rurais e imutáveis que a modernidade não conseguira atingir (SCHAMA, p. 126-127).

Assim, na Alemanha, as florestas, além de fonte de renda, passaram a ser consideradas “elemento essencial do caráter nacional” ou, “o que fazia a Alemanha alemã”, como afirmava o mencionado Riehl (SCHAMA, p. 126).

Também na França pode-se encontrar movimento semelhante, que vincula o Romantismo com uma nova forma de apreciação da natureza com a mudança na forma de valoração e apropriação das florestas.

Neste caso trata-se da floresta de Fontainebleau. De reserva de caça real e estoque de recurso natural de interesse estratégico - madeira para construção naval - e local de abrigo de pequenos lavradores, lenhadores, carvoeiros e eremitas e deserdados de toda sorte, passa em meados do século XIX a ser um parque popular, local de lazer para o grande aglomerado urbano de Paris.

Simon Schama coloca este processo no âmbito de influência do Romantismo, atribuindo a Claude François Denecourt - *le Sylvain* - um papel decisivo, pois desenvolveu um novo e original modo de apropriação daquele espaço, que permitiu seu uso por um número cada vez maior de pessoas, ou seja foi “o homem que inventou as grandes caminhadas”, a prática de trilhas na floresta (1996, p. 543).

O cenário em que este processo se desenvolve é o que se segue ao primeiro império, momento em que guerras e sucessivas mudanças de forma de governo atribulavam a vida dos franceses.

Nesse caso o movimento tem um componente individual, em que o agente conseguiu associar uma ligação essencial com o lugar. Dedicou-se a conhecê-lo e a vivenciá-lo como objeto poético por largos anos de sua existência - com a percepção de uma oportunidade de negócios, pois além de identificar as trilhas, agenciou lugares por sua própria iniciativa, desenvolveu folhetos turísticos, treinou guias, implantou estabelecimentos comerciais correlatos (SCHAMA, p. 543-551).

Também chama atenção que este peculiar processo se desenvolveu como iniciativa individual, independentemente do aparato estatal de gestão da floresta – este dedicado basicamente à manutenção de seu estoque de madeiras e à fiscalização da caça. O governo francês, somente depois de instaurado o hábito do turismo e todas as outras estruturas correlatas, concedeu ao seu autor “uma curadoria *ad hominem*, nomeando-o *conservateur-en-chef* da floresta” pagando-lhe 9 mil francos como forma de recompensa-lo parcialmente pelos seus gastos com o empreendimento (SCHAMA, 1996, p. 554).

Outro caso interessante que vincula à constituição de patrimônios naturais à dinâmica da urbanização e às facilidades de transporte, que menciona Schama, é o da transformação de 80 hectares da charneca de Hampstead Heath, nas proximidades de Londres em “propriedade pública da autoridade de metropolitana” de 1871. (1996, p. 519)

Aqui o interessante é que se tratou de uma reação a um projeto que pretendia fazer daquele local um parque para “passeios ornamentais”, sendo a charneca um local popular. O debate que se instaurou, de caráter jurídico, pretendeu provar a “*necessidade* de um local agreste para a saúde pública da cidade”, mesmo já havendo parques em abundância na cidade. O que interessava então era o lugar inculto, que eram representados como os “ermos queridos de Londres” cujos aspectos naturais e componententes, estipulou o *Hampstead Heath Act*, deveriam ser sempre preservados (SCHAMA, 1996, p. 520).

Ao fim, cabe a observação de que, na busca de uma visão mais ampla e diversificada a respeito das origens da instituição dos patrimônios culturais naturais no ocidente, encontrou-se alguns aspectos comuns às diversas iniciativas que merecem destaque.

Inicialmente chama a atenção o fato de que elas são aproximadamente coetâneas, situam-se no correr do século XIX⁷², e surgem no âmbito do Romantismo e traduzem, em parte, a valoração das paisagens próprias desse contexto.

⁷² Olwig aponta que no século XIX é que de fato se realiza a transição, que se iniciara na renascença, do simbolismo associado à natureza, quando os lugares selvagens, deixam de ser “a epítome do não natural e passam a ser considerados o ideal de natureza” (1995, p.399).

Também é importante destacar que a grande maioria delas veio a se constituir em atrativo turístico, tornando-se populares com a melhoria dos meios de transporte e condições de acessibilidade;

Fica, também, evidente que o processo de valorização destas paisagens se desenvolve concomitantemente e em contraposição ao crescimento das cidades e a disseminação do modo de vida urbano.

Na maioria dos casos estudados, por outro lado, percebe-se que seu surgimento, vincula-se a um processo social de grande amplitude e que não se liga necessariamente ao objeto específico da proteção, mas que essa se realiza a partir da possibilidade de perda da paisagem, da mata, do local selvagem.

Também se pode perceber que a instituição destes patrimônios, vincula-se, quase em geral, a momentos históricos de grande importância simbólica para a nação, especialmente aqueles que dizem respeito à sua integridade.

Por fim chama a atenção que estes espaços, também em grande parte dos casos, passam por um processo que os torna terras de domínio público, ou apropriadas pelo público em geral.

2.6 Concepções de Natureza e a Constituição de Patrimônios Culturais Naturais

“The idea of nature contains, though often unnoticed, an extraordinary amount of human history” (WILLIAMS, Apud CRONON, 1995, p. 25).

Cultura, tempo e lugar são elementos poderosos quando se trata da conformação das idéias a respeito de natureza. A moldura através da qual contemplamos uma paisagem é composta de lembranças, mitos, significados. Envolve uma bagagem cultural que usualmente não se discrimina, permanecendo implícita a cada mirada.

Os patrimônios culturais naturais correspondem a construtos culturais cuja constituição envolve um conjunto bastante amplo de idéias a respeito da natureza.

Algumas destas concepções remetem ao pensamento mítico⁷³, a uma cosmologia em que a natureza e as potências que regiam a vida e o universo eram sagradas e o homem parte inseparável desse todo. Outras se vinculam a determinados fatos que com o passar do tempo adquirem significações diversas, que atendem a contextos específicos.

Sobre os patrimônios culturais naturais como que se depositam, no tempo, camadas sucessivas de significados⁷⁴ que se vinculam ao seu processo de constituição. Procurar explicitar com alguma clareza quais são estes significados e como se articulam no tempo é uma forma de se aproximar de uma compreensão mais clara do processo de valoração de determinados objetos da natureza nos quais se baseia a sua constituição como patrimônios naturais.

Os patrimônios culturais naturais muitas vezes são apresentados como “peças exemplares” da natureza, ou do que seria a natureza na sua forma ideal, mais adequada, que deve ser preservada como modelo para o porvir. Esses elementos são como que suportes sobre os quais se projetaram as noções de natureza correntes no mundo moderno.

Com a sistematização de algumas dessas noções, aquelas que, julgou-se, encontram-se mais explicitamente vinculadas aos processos de constituição de patrimônios culturais naturais mais conhecidos, espera-se delinear um amplo pano de fundo que abranja aproximadamente o contexto, num campo ainda bem geral, dos significados que se associam a esses objetos.

Natureza é uma expressão de muitos significados, pode indicar aquilo que se situa fora do humano, o mundo material, ou seus elementos, um cenário que se aprecia, o que indica a qualidade intrínseca⁷⁵ a um objeto, processo ou ser, o que não é produto do engenho humano, ou o que é produto deste engenho, mas feito com determinadas matérias primas.

⁷³ Para ilustrar, segundo Schama (1996, p. 25): “Jung acreditava que a universalidade dos mitos da natureza atestava sua indispensabilidade psicológica no trato dos medos e anseios interiores. E Mircea Eliade, o antropólogo da religião, acreditava que eles sobreviveram, plenamente operacionais, tanto nas culturas modernas quanto nas tradicionais”.

⁷⁴ Para Maria Luiza Marques Dias, o patrimônio cultural constitui-se em espaço de reflexão justamente pelos valores que lhe são associados, pela memória a que se refere e pela carga simbólica que carrega. (2005, p. 35)

⁷⁵ Aliás, como assinala Cronon, tal uso da palavra natureza desonera o usuário de explicações adicionais a respeito da coisa, pois sua natureza é dada, a coisa é assim, esta é a sua natureza, não havendo porque procurar o que há sob esta natureza. (1995, p. 34)

Uma dessas idéias, a de natureza vista como algo inerente à coisa, que lhe é natural, ou seja, a de **natureza natural** é, no dizer de Cronon (1995, p. 34), a noção ingênua de natureza, sendo uma das mais difundidas e renitentes dentre elas.

A concepção de natureza como atributo que está na coisa porque assim é e que lhe confere seu peculiar estatuto entre as demais coisas - está vinculada ao pensamento clássico, à noção de *physis*.

Nele a natureza poderia ser entendida como “princípio de vida e de movimento de todas as coisas existentes”, que se “manifesta nos seres” ou do princípio em “virtude do qual a coisa se desenvolve e se torna o que é”, ou seja “forma, substância ou essência necessária” (ABBAGNANO, 2000, p. 699).

Talvez esta noção seja, de fato, mais antiga, estando referida à ontologia arcaica na qual, como menciona Mircea Eliade, as coisas só passam a ter valor intrínseco se, por meio de um rito específico, vêm a participar de uma realidade que as transcende. Assim o que há na terra tem a sua contraparte celestial, a qual representa a sua realidade verdadeira (1974, p. 3-8).

Quando se fala de **natureza natural**, aquilo que confere a coisa sua especificidade, dá-se a ela abrangência fora de qualquer contexto cultural, temporal ou geográfico, tornando-a algo que está, e se manifesta, em todo e qualquer lugar.

É essa idéia de natureza que se apresenta imensa e monolítica, como algo que tudo é, a tudo abrange e a tudo dá sentido, que se aproxima da noção de Deus. Trata-se de uma noção culturalmente localizada, não sendo comum a todos os tempos e lugares.

Cronon (1995, p. 35), por exemplo, a vincula ao monoteísmo, afirmando que a mesma não é, necessariamente, reconhecida por pessoas cuja origem não se vincule à adoração de uma única deidade.

Por isso, quando se trata de compreender a constituição de algo como patrimônio cultural natural, as idéias de natureza que a isso estão associadas, devem ser contextualizadas culturalmente, pois a natureza comum a todo e qualquer lugar – que sempre apareceria como se fosse a mesma – essa natureza ingênua, não nos permitiria compreender os valores envolvidos no processo que se quer estudar.

Pode-se, também, especular a respeito de um vínculo entre esta noção de natureza natural e a atribuição de signo identitário a paisagens e outros objetos da natureza.

Se a natureza de algo é sua essência, aquilo que lhe confere forma e sentido, esta também expressa algo que a coisa intrinsecamente é. É, portanto sua identidade - o atributo pelo qual se reconhece algo ou alguém como distinto ou semelhante ao outro.

Seria assim quando se diz que uma cachoeira, floresta ou montanha, é signo de identidade nacional. Ao fazê-lo, se está supondo que na essência desta coisa, por analogia, há algo semelhante ao que há na essência da nação. Que a “natureza” da coisa expressa a “natureza” da nação.

Outra expressão muito utilizada no cotidiano contemporâneo é a natureza – ou natural – dita com a intenção de indicar aquilo que não foi feito pelo homem, esta será a mais desafiadora das concepções populares da natureza.

É evidente também a sua vinculação à constituição dos patrimônios culturais naturais, pois na medida em que existe uma natureza que não se relaciona com o homem, que não foi tocada por ele, que é primitiva, esta é única e por esse motivo deve ser assim mantida.

A noção de que há lugares que nunca foram tocados pelo homem remete a uma antiga polarização entre o homem e a natureza, Schama (1996, p. 92), por exemplo, evidencia que a “civilização clássica se definiu em oposição às florestas primitivas”, e que no mito civilizatório mesopotâmico, a epopéia de Gilgamesh, o herói civilizador, “afirma seu direito de governar indo até o centro da floresta de cedros e massacrando o guardião”.

Outro aspecto que se associa a esta percepção da natureza, a este **mito da natureza primitiva** e intocada, é a noção de que a natureza, se protegida do trabalho humano, está conservada. Ou de que a modificação da natureza pelo trabalho, especialmente com a sua configuração moderna – isto é apoiado na tecnologia – é necessariamente negativa.

Richard White chama atenção que esta representação de natureza, que separa o homem da natureza associa-se à forma contemporânea – urbana e pós-industrial - de vivenciar a natureza. Pois ela é vivida como o local da diversão, dos

esportes de risco – montanhismo, vôo livre, parapente etc. – da trilha, da apreciação de cenários, do deleite. Forma esta que nega o trabalho, quando este foi, desde há muito, para o homem, o modo dominante de interação e conhecimento da natureza. (1995, 171 e seg.)

Serrano também chama atenção para este aspecto quando comenta a criação de Yellowstone afirmando que a singularidade desta não se encontra tanto no fato de ser uma das primeiras áreas ambientalmente protegidas, mas no paradoxo da ausência do trabalho que caracteriza seu ato fundador (1993, p. 14).

Olwig (1995, p.395-396), por outro lado, assinala que os vestígios do trabalho e da presença humana foram apagados dos primeiros parques nacionais americanos. Ele sugere que essa forma de perceber dicotomicamente a natureza – a paisagem natural, virgem e intocada em oposição à paisagem cultural resultante do trabalho – como tipicamente norte-americana e vinculada à origem dos parques nacionais e às justificativas de sua criação. Aponta, contudo, que esse padrão não se encontra na origem da criação de alguns parques na Europa – na Inglaterra e Dinamarca, por exemplo, onde é usual se deixar registros do trabalho humano anterior.

É de se observar de que a concepção desses lugares ideais como “de natureza primitiva”, onde não há traço do homem e de seu trabalho tem raízes mais antigas, pois a noção de que a necessidade do trabalho significa perda de uma situação ideal de vida harmônica com uma natureza que tudo provia, é bíblica. Refere-se ao mito do pecado original e a decorrente queda do paraíso, cuja punição foi o trabalho (WHITE, 1995, p. 175) .

Provavelmente remete aos primórdios da civilização e relaciona-se à disseminação da agricultura, à vida sedentária e à divisão do trabalho, e aos novos padrões de organização social que daí advieram.

Sabe-se, contudo, como assinala Cronon, que trabalhos das mais diversas áreas de conhecimento tem tornado evidente que “a natureza não é nem de perto tão natural como parece” sendo de fato, ao contrário e profundamente, “uma construção humana” ⁷⁶ (1995, p. 25).

⁷⁶ No original: “*nature*’ is not nearly so natural as it seems. Instead, it is a profoundly human construction.” (CRONON, 1995, p. 25).

Esta constatação não pretende conferir um estatuto de irreabilidade ao que não é humano - a natureza não se trata de ficção - mas pretende afirmar que o descrever e entender o mundo não se separa dos valores, que são, quase sempre⁷⁷, de caráter cultural.

A partir desta constatação fica evidente uma interrogação: quanto das iniciativas de proteção e a constituição de patrimônios culturais naturais e outras políticas e éticas ambientais traduzem esta ilusão, e como são afetadas por elas?

Como diz Schama (1996, p. 573) ao concluir a sua obra *Paisagem e memória*: “É inútil sonhar com uma rusticidade distante de nós. Isso não existe. O que inspira tal sonho é o charco que há em nosso cérebro e em nossas entranhas, o vigor primitivo da natureza existente em nós”.

Dentre as idéias associadas à natureza que se vinculam à constituição dos patrimônios culturais naturais destaca-se a de **natureza em equilíbrio** ou seja de que, nestes lugares, uma vez separados e tornados intangíveis, a natureza – composta de comunidades de caráter estável, holístico e homeostático - se encarregará da manutenção de um equilíbrio que garantirá a sua reprodução no tempo.

A noção de estabilidade na natureza tem raízes difíceis de identificar e certamente se vincula à percepção dos movimentos planetários, dos ciclos diurnos e anuais – dia e noite, estações –, da orientação pelas estrelas, que pela repetição ou fixidez, sugerem estabilidade.

Também se encontra na concepção de realidade e nas estruturas cognitivas das sociedades pré-modernas ou tradicionais, nas quais a repetição da cosmogonia que caracterizava as práticas cotidianas requeria a transformação do tempo concreto no tempo mítico, aquele em que o ritual teria sido realizado pela primeira vez (ELIADE, 1974, p. 17-21).

⁷⁷ Sobre esse aspecto há sempre que considerar que contemporaneamente muitos dos valores que se consideravam próprios do humano estão sendo atribuídos ao processo evolutivo. Nesse campo, aliás, há indicações que apontam para um imbricamento entre ética e história natural de caráter mais profundo, Wright sugere que “teorias firmemente baseadas na lógica e nos fatos” – as teorias do altruísmo recíproco e da seleção de parentesco - colocam “simpatia, empatia, compaixão, consciência, culpa, remorso, o próprio senso de justiça” vistos como “vestígios da história orgânica de determinado planeta” (1996, p. 287).

Na modernidade, e no âmbito das ciências da natureza, um de seus apoios originais é a popularização das idéias relacionadas com as noções de holismo e de clímax, como as concebiam a ecologia em seus primórdios.

A primeira destas idéias se apoiava numa noção de ecossistema que via a natureza com um padrão estreitamente organizado, interdependente e de desenvolvimento mútuo: tudo seria conectado a tudo – numa visão que teria uma referencia comum com o animismo (BARBOUR, 1995, p. 233).

Já a noção de clímax, considera a possibilidade de desenvolvimento de comunidades vegetais numa determinada região climática, atingindo um determinado padrão – espécies em um dado habitat organizadas em unidades naturais integradas – que seria típico desta região e que tenderia a se repetir, por sucessão previsível, sempre que houvesse uma perturbação externa (BARBOUR, 1995, p. 235).

Para Cronon a primeira geração de ecólogos norte americanos dos princípios do século XX acreditava que “todo ecossistema tenderia a se desenvolver no sentido uma comunidade de clímax tal como uma criança evolui para um adulto”, e que este clímax, “era capaz de perpetuar-se a si mesmo a menos que algo interferisse em seu equilíbrio natural” (1995, p. 24).

Alias percebe-se nitidamente a possibilidade de associação com esta forma de pensar na noção de comunidade madura de Frederic Clements, como mencionada por Ricklefs:

O estudo experimental da vegetação necessariamente repousa sobre a hipótese de que a unidade ou formação clímax é uma entidade orgânica. Como um organismo a formação surge, amadurece e morre. [...] Além disso, cada formação clímax é capaz de se reproduzir, repetindo com fidelidade essencial os estágios de seu desenvolvimento. A historia de vida de uma formação é só um processo complexo mais definido, comparável nas suas principais características com a historia de vida de uma planta individual (2003, p. 394).

Embora desde os anos 1950 a ciência já tenha constatado que os sistemas naturais não são tão equilibrados e previsíveis e que os ecossistemas tem sido manipulados desde o advento da humanidade, esta crença ainda persiste⁷⁸ (CRONON, 1995, p. 25).

⁷⁸ Esta por exemplo é a definição de clímax que se encontra na Ecologia de Eugene Odum (1986, p. 299): “A comunidade final ou estável, numa série desenvolvimental (sere) é comunidade clímax. Teoricamente, a comunidade em clímax é autoperpetuante porque está em equilíbrio dentro de si mesma e com o habitat físico.”

Esta se manifesta nas idéias de que há na natureza um equilíbrio muito frágil, que sempre que esta é perturbada pelo homem este se rompe e advém a catástrofe, bem como, ao contrário, quando deixada em paz, sem a deletéria interferência humana, a natureza tende a um equilíbrio quase edênico.

A paisagem segundo Clemens, afirma Barbour, seria como que um conjunto harmonioso de padrões, facilmente identificáveis pela presença de uma espécie dominante. A sua dinâmica seria a de estado contínuo – aquele que apresenta mudanças sob determinadas leis se mantidas determinadas condições – balanceado, que se manteria na medida em que as espécies também se mantivessem. Tudo seria presidido por uma articulação caracterizada pela interdependência e cooperação, podendo tudo mudar se um elemento mudasse (1995, p. 235).

Cronon, porém, aparentemente apoiando-se em Henry Allen Gleason, para quem as associações ou comunidades são construtos culturais, afirma que esta noção, é uma simplificação, pois “o mundo natural é muito mais dinâmico, mais mutável, e mais imbricado com a história humana do que as crenças populares no equilíbrio da natureza usualmente reconhecem⁷⁹” (1995, p. 24).

Não será difícil associar esta forma de ver a natureza, recortada por paisagens que podem ser claramente identificadas, com algumas das noções que presidem a constituição de patrimônios culturais naturais, que se referem a paisagens de feições notáveis, sítios de valor paisagístico, formações biológicas de valor estético, para mencionar algumas.

Ora, do ponto de vista ingênuo tem-se que a natureza é estável, ou busca o equilíbrio, e também existe uma natureza que é primitiva, que nunca foi tocada pelo homem. Algo que é estável e original significa um padrão, algo que pode ser tomado como modelar.

Os patrimônios culturais naturais, quando colocados como elementos exemplares da natureza que devem ser preservados para as gerações futuras como

Esta é seguida de comentários sugerem haver evidências empíricas que sustentariam a idéia, mas que não demonstram a plena convicção do autor; literalmente: “A suposição de que o desenvolvimento autogênico produz finalmente uma comunidade estável é geralmente aceita como baseada em observações e teoria confiáveis”.

⁷⁹ No original: “[...] the natural world is far more dynamic, far more changeable, and far more entangled with human history than the popular beliefs about ‘the balance of nature’ have typically acknowledged” (CRONON, 1995, p. 24).

a medida da boa natureza, em oposição à má que se encontra nas cidades e nos espaços mais antropizados, desempenham esta função.

O grande atrativo da natureza para aqueles que desejam fundar a sua visão moral na realidade externa é, precisamente, sua capacidade de tornar valores contestáveis e fazê-los parecer inatos, essenciais, eternos, inegociáveis. Assim se fala do modo natural de se fazer algo, o que, implicitamente, quer dizer não há outra maneira de fazê-lo, pois todas as demais não são naturais.

A natureza assume, nessa argumentação, a função de um trunfo contra o qual não há defesa. Este hábito de apelar à natureza como autoridade moral é, em grande parte, produto do Iluminismo (Esclarecimento) Europeu (CRONON, 1995, p. 36).

O mesmo autor (1995, p. 36) vê esta forma de argumentação como um resquício de um passado em que na tradição ocidental se buscava em Deus o fundamento das crenças, assim o fato de que hoje muitos citem a Natureza como justificativa, sugere, por extensão, que a Natureza tenha ocupado a função de deidade.

Cronon percebe, na forma popular de considerar o ambientalismo⁸⁰, uma forte vinculação a este ponto de vista, pois que se apóia, intelectualmente, num “realismo ingênuo”. Este supõe que possamos com facilidade “reconhecer” a natureza quando a vemos e, em decorrência, fazer escolhas entre as coisas naturais, supostamente boas, e as não naturais, más (1995, p. 26).

Idéias de permanência, de capacidade de se recompor e, também de um equilíbrio natural e frágil que pode ser, a todo tempo, rompido por via da intervenção humana, como de outro lado, de indicação de um modo de vida correto que remete às origens da vida seriam, do ponto de vista desta visão de natureza, os atributos a serem associados aos patrimônios culturais naturais.

Outra concepção recorrente de natureza associa-se ao **mito edênico**, ou à **natureza como paraíso**. O mito paraíso como centro do mundo, lugar em que o primeiro homem foi criado, como uma réplica ideal do mundo fora do mundo e antes

⁸⁰ Ambientalismo: “o amplo movimento cultural nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial que tem expressado uma crescente preocupação com a proteção da natureza e do meio ambiente contra os danos causados pelas ações humanas” (CRONON, 1995, p. 25).

do mundo, tem raízes muito antigas, remetendo pelo menos às primeiras civilizações mesopotâmicas (GRIMAL, 1984, p. 59).

Assinalando que palavra paraíso, originou-se no persa⁸¹, fazendo seu trânsito para as línguas modernas através do grego e do latim, Olwig (1995, p. 384) menciona que sua primeira alusão em dicionário refere-se a “parque fechado” sendo os primeiros paraísos “campos de caça”. Posteriormente o significado da palavra estendeu-se abrangendo a noção de “jardim fechado e campo prazeroso”. Destaca também que a palavra germânica *garden* relacionada a *yard* em inglês, significa área fechada.

Bastante arraigado no pensamento ocidental, com a conformação que lhe deu a tradição judaico cristã, o mito do paraíso, que articula um conjunto amplo de símbolos neste contexto cultural, se manifesta na maioria das vezes que há uma referência à natureza.

Este mito, referência que vincula o homem a uma peculiar cosmogonia e que narra um tempo que antecede ao processo civilizatório, é também conhecido como do Jardim do Éden⁸² - local mítico onde, como se sabe, teria vivido o primeiro homem, em comunhão com a natureza nutriz, que atendia a todas as suas necessidades. Por desígnio divino, era submissa à sua vontade. O homem foi expulso do Éden ao se aproximar da possibilidade de discriminar entre o bem e o mal. A expulsão significou uma queda de uma situação ideal e uma condenação, qual seja o trabalho.

Para Mircea Eliade, este mito pode ser encontrado em diversos povos apresentando na sua conformação geral a referência a um tempo distante, muito distante:

em que o homem não conhecia a morte, o trabalho, o sofrimento e que tinha a seu alcance uma grande quantidade de comida. Nesse tempo, os deuses desciam à terra e misturavam-se com os homens estes, por seu lado, podiam facilmente subir ao céu. Como resultado de uma falta ritual, as comunicações entre o céu e a terra foram interrompidas e os deuses se

⁸¹ Do persa antigo, *pairi-daezâ*, pelo grego antigo *paradeisos* – grafado foneticamente – para o latim *paradisus* (SCHARBERT, 1973, 802).

⁸² Merchant (1995, p. 134) aponta destaca as duas versões da criação descritas no livro do Gênesis, registrando que ambas parecem ser derivadas de tradições distintas, na primeira, como se sabe, cria-se o mundo físico e o biológico e, por último o homem e a mulher – conjuntamente – e a eles é concedido o domínio da natureza; na segunda de início foi criada a terra, que era um deserto, mas não a vida, depois o homem e, então, o Jardim do Éden, com suas árvore da vida e da ciência do bem e do mal, bem como, com suas plantas e animais que foram dados ao homem. Inclui também a narrativa da queda, e o fato do paraíso ter sido mantido, guardado por querubins com espadas de fogo, que protegem a árvore da vida.

retiraram para as alturas. Desde então, o homem tem que trabalhar para comer e perdeu sua imortalidade (1974, p. 91).

Vale, contudo, o registro de que esta fórmula não é exclusiva⁸³, que existem muitos outros mitos civilizatórios que traduzem outros padrões de relação com a natureza. Merchant por exemplo menciona o dos índios *penobscot*, na América do Norte, que viviam num deserto árido do qual foram salvos por uma heroína que, por contato com a divindade, lhes trouxe o segredo do cultivo do milho (1995, p. 132).

A força deste mito pode ser percebida em muitas das noções e da simbologia associada à natureza. No caso dos patrimônios culturais naturais, parcela substancial do discurso que os justifica e dos valores que lhes são atribuídos, estão referidos a esse conjunto de idéias.

Candace Slater as designa narrativas edênicas, ou seja, referências a uma paisagem que evocam a história bíblica do Éden, tratam-se então de projeções sobre a natureza desta fábula (1995, p. 115).

Como assinala Cronon, frequentemente elas se estruturam em torno de um enredo em que a natureza prístina é perdida em decorrência de algum ato humano culpável que resulta em degradação ambiental e risco moral⁸⁴. Ou, referem-se, de outro lado, ao imperativo de recuperá-lo e conquista-lo, pois um lugar tão belo e perfeito deve ser reavido e só os aliados do mal poderiam questionar esta intenção (1995, p. 37).

Outro aspecto do mito edênico que frequentemente emerge nas representações de natureza, diz respeito ao oposto do paraíso, a sua sombra, o lugar de provação e confrontação com o demônio, o deserto o ermo inóspito e bravio, que submete o homem, no qual a vida é impossível ou extremamente difícil.

Slater (1995, p. 116) aponta para uma releitura do mito original. Trata-se do que designou narrativas pós-edênicas, que ressaltam a nostalgia de um passado perfeito ou temor profundo de sua perda. Estas histórias podem implicar em

⁸³ São muitos os mitos civilizatórios em que um herói civilizador por sua relação com os deuses faz a transição do caos (desordem) para o cosmos (ordem) mediante o ensinamento de técnicas e, portanto do trabalho.

⁸⁴ Outra narrativa bíblica que se estrutura em torno do mesmo padrão é a do dilúvio nela se repete a noção de queda decorrente de degradação moral, advento do caos e recuperação da ordem, com nova aliança entre o homem e a divindade, que concede a um único justo e sua descendência, o domínio sobre a natureza, Gênesis 9, 1: "Sede o medo e o pavor de todos os animais da terra e de todas as aves do céu, como de tudo que se move sobre a terra e de todos os peixes do mar: eles são entregues nas vossas mãos. Tudo o que se move e possui vida vos servirá de alimento, tudo isso vos dou, como vos dei a verdura das plantas". (2000, p. 42)

esperança de um novo surgimento do paraíso: a recuperação, por exemplo, de um estado de inocência original e plenitude através de um retorno à natureza. Também estar focadas na construção de um novo Éden, através de alianças da natureza com a tecnologia ou a substituição radical da primeira pela segunda.

Este novo surgimento do paraíso, esta recuperação da queda, que se expressa na idéia de uma natureza equilibrada e em harmonia e do homem vivendo em comunhão com a natureza, provavelmente será coetâneo do mito original, já se encontrando na tradição judaica, como por exemplo, em Isaías (6:8,9):

Um ramo sairá do tronco de Jessé, um rebento brotará de suas raízes. [...] Então o lobo morará com o cordeiro, e o leopardo se deitará com o cabrito. [...] O leão se alimentará de forragem como o boi. A criança de peito poderá brincar junto a cova da aspide, a criança pequena porá a mão na cova da víbora. (2000, p.1378)

Esta noção, na modernidade, tem se manifestado de várias formas: no paraíso redescoberto na América onde os nativos viveriam em comunhão com a natureza; nos Eldorados e nas fontes da juventude que se buscou em nossas matas; na construção do paraíso pelo trabalho que a ética protestante ensinou na América; no retorno à natureza do movimento *hippie* dos anos 1960 e em algumas vertentes do ambientalismo, para exemplificar.

A visão da natureza como o Éden, enseja a celebração de determinadas paisagens como o último jardim do mundo. Esta, na qual a mídia tem um importante papel, constrói Edens virtuais, locais distantes, desconhecidos, sobre os quais são projetadas as expectativas de um mundo melhor que se perdeu. Exemplo disso seria, por exemplo, a floresta atlântica e a floresta amazônica, percebidas assim por grande parte da população européia e norte-americana que jamais as viu pessoalmente.

É interessante e ilustrativo, para a compreensão da constituição de patrimônios naturais, tomar contato com os padrões que assumem estas projeções do mito edênico – processo de valoração moral e estética - sobre determinadas paisagens. No presente caso, levando em conta as características do objeto estudado, considerou-se o caso das florestas e das montanhas.

Num contexto cronológico recente Candance Slater, analisando as florestas pluviais tropicais⁸⁵, identifica três formas de vê-las em associação com os mitos edênicos: o jângal, a da região selvagem (*wilderness*), a da floresta pluvial (*rain forest*). (1995, p. 116)

Na idéia de região selvagem Slater percebe as visões de uma paisagem primígena remanescente de um mundo antes da Queda. Expressões como “um céu de esmeraldas, ‘uma catedral viva’, na qual um sem número de seres têm refúgio” estão frequentemente associadas esta noção. Harmonia, acolhimento, num lugar sagrado de beleza suprema, são facilmente vinculados à noção do paraíso (1995, p. 126-127).

Alusões com tais características não se fazem, contudo, somente às florestas tropicais e tampouco são recentes. Procurando-se nas menções à floresta que se encontra no “Paisagem e Memória”, de Simon Schama (1996, p. 94-108), são muitas as alusões aos bosques sagrados da floresta hercínica onde os germanos viviam em comunhão com uma natureza primitiva e dadivosa, que provia o necessário – como convém à ética protestante - para sua existência.

Manifestações como estas, como se viu, já se encontram no século XV e no contexto da reforma, quando se percebe uma mudança no estereótipo do homem selvagem, que deixa de ser um bárbaro canibal e passa a ser associado à virtude e à natureza (SCHAMA, 1996, p.106).

Neste mesmo período o a floresta como éden é contraposta à cidade o caos, isto ecoa, por exemplo, nos versos de Hans Sachs, descrevendo um casal que retorna à sua floresta natal:

E, assim, deixamos o nossos bens mundanos
Para construir nosso lar neste bosque profundo,
Com nossos filhos protegidos
Daquela falsidade que rejeitamos.
Alimentamo-nos de frutos nativos
E das terras raízes que da terra tiramos.
Para beber temos fontes puras em profusão.

⁸⁵ O texto refere-se à *rainforest*, estando centrado no caso da Amazônia, tratando-se portanto da floresta pluvial tropical ou seja, no caso brasileiro, a floresta amazônica e a floresta atlântica, que se desenvolvem sob climas quentes – médias anuais acima de 20 graus – de precipitação anual acima de 2.000 mm com mensais superiores a 100 mm; geralmente sobre oxissolos profundamente intemperizados, relativamente desprovidos de húmus, apresentando dossel de árvores perenes altas – 30 a 40 m – com árvores emergentes ocasionais de até 55 m, e subandares de árvores menores, arbustos e herbáceas, lianas e epífitas são proeminentes em seu dossel. A diversidade de espécies nesses biomas é a mais alta da terra; sua produtividade é maior que todos os biomas da terra, e a biomassa acima do solo só é menor que a das florestas pluviais temperadas (RICKLEFS, 2003, p. 107-108).

Para vestir temos folhagens.
 Nossas casas são cavernas de pedra.
 E aqui ninguém se apropria do que não é seu (*Apud* SCHAMA, 1996, p.107-108).

Esta noção da floresta como local de uma vida rústica simples e de comunhão com a natureza, está na base do “nativismo silvestre” que se propaga pela Alemanha no século XVIII, manifestado na sua primeira geração de românticos (SCHAMA, 1996, p.112).

Schama também comenta o épico nacionalista do polonês Andre Mickiewicz, *Pan Tadeuzs*, já mencionado, no qual o núcleo central primitivo a puszca a floresta lituana, a Bialowieza, também estaria associado ao paraíso: onde “declaram as fábulas, existe um paraíso primitivo, uma arca com todas as espécies animais e vegetais” (1996, p. 69).

O interessante, é que neste mesmo texto o acesso a este paraíso é precedido pela provação da passagem por uma barreira: “um mundo diferente e aterrador, o ‘recesso mais recôndito’, lugar de morte e escuridão”. Enfim, uma paisagem que traduz o caos: “[...] árvores mirradas, vermiformes,/Despojadas de folhagem e cortiça por hedionda moléstia./Os galhos emaranhados em nós musgosos,/Os troncos corcovados recobertos de fungos [...]” (1996, p. 69).

Isto sugere o outro aspecto do mito edênico associado à floresta: ela percebida como jângal – para os brasileiros, mais usualmente, selva, de *silva* no latim -, identifica o lugar de desafio de confrontação com as forças do mal, do deserto bíblico⁸⁶.

O inferno verde de nossa literatura sobre a Amazônia dos fins do século XIX e meados do XX, pode facilmente ser vinculado a esta idéia. Trata-se de um local de provação que impõe imensas barreiras ao homem, o contraponto sombrio do paraíso (1995, p. 126-127).

Para ilustrar esta forma de ver a floresta, pode-se colher em Humberto de Campos, quando, em 1933, faz a crítica do romance *A Selva* de Ferreira de Castro, um período notável que reúne os atributos antes enunciados:

Gemiam naquele Inferno todas as dores e rugiam naquele cenário, surdamente, todas as tragédias. A selva é, porém, para os gritos, o que é o mata-borrão para a tinta: bebe-os,

⁸⁶ Slater assinala que jângal, em sânscrito, significa seco ou deserto (SLATER, 1995, p. 117).

apaga-os, absorve-os, fazendo desaparecer na porosidade de seu silêncio as vozes de socorro dos condenados. A luta do Homem contra a Natureza foi, ali, o combate de Siegfredo contra o Dragão. Apenas naqueles prélios, era o Dragão, sempre, invariavelmente, o vencedor, devorando milhares de cavaleiros da Fortuna que se atiravam contra ele [...] (*Apud* CASTRO, 1958, p. 60).

Também vale citar o próprio Ferreira de Castro (1958, p. 269) que, numa das muitas alusões de seu livro – uma obra que à sua época foi publicada em 21 países e se apóia na sua experiência de trabalho, ainda muito jovem, num seringal no alto Madeira – à floresta como o antípoda do paraíso, assim se manifesta:

Calar-se-iam todas essas vozes que alarmavam, à noite, pânico, a maranha sem fim? Apagar-se-iam todos esses tórridos fulgores da luz dos trópicos, que acordavam a morte nos pântanos, que abriam sepulturas mesmo quando pareciam empenhados em glorificar a vida que rastejava, sob todas as expressões, ou se erguia no alto, em adejos policromos, por cima do verdor eterno e monótono? E esse silêncio de loucura, essa imposição muda do reino vegetal, rasto de todas as adversidades, que vinha descendo, inviolável, desde a cabeceira já mui remota dos séculos?

Por outro lado a idéia da floresta pluvial – *rain forest* - é mais recente, surge nos dicionários fins do século XX, trata-se de uma expressão que encontra referência a um conjunto de critérios de natureza técnico científica – precipitações, temperatura, tipo de solo etc. – o que lhe dá a princípio um estatuto de isenção, mas que adquiriu fortes conotações edênicas.

Para Slater a palavra *rainforest* – bem sucedido neologismo em inglês que reúne dois substantivos, floresta e chuva – atualmente deixou de ser a designação exclusiva da floresta pluvial se sobrepondo à da região – Amazônia – aparecendo com frequência na mídia associada a um rol bastante diversificado de serviços e produtos o que sugere a presença de novos interesses econômicos e ambientais na área (1995, p. 125).

Contemporaneamente estas florestas se tornaram paraísos ameaçados, quer pela sanha de especuladores internacionais, quer pela incúria de seus guardiões tradicionais – que cederam aos apelos do mercado –. Por outro lado representam também a possibilidade de encontro com este mesmo quer pelos paraísos artificiais da mídia, quer pelo consumo de seus exóticos produtos – cremes, sucos, artesanatos – que coloca a todos no esforço, moralmente elogiável, de recuperá-lo, quer pelas possibilidades oferecidas pela intrincada rede de serviços turísticos que sobre elas se formou.

Também sua riqueza em biodiversidade, pode ser vista como um ressurgimento desse mito, pois aparece, novamente, como um jardim de disponibilidades infindas que atende às necessidades humanas, mesmo aquelas que não estão detectadas e conhecidas.

Vista por este filtro a floresta deixou de ser santuário onde se abrigam todos os seres ou o deserto verde, passou a ser um lugar de infinita riqueza, mas de extrema vulnerabilidade – pois sua estabilidade depende de um equilíbrio que pode ser rompido por um simples passo em falso, como aquele que resultou na expulsão do paraíso.

Essa noção da floresta como depositária da vida – da biodiversidade – mas que é vulnerável – que se apresenta de uma forma que quer sugerir o discurso da ciência é contemporânea e apresenta seus reflexos na literatura deste tempo. Pode ser encontrada no poeta amazônida, Tiago de Mello, em seu poema, Amazonas, pátria d'água, de 1981:

É a Grande Amazônia, toda ela no trópico úmido, com a sua floresta compacta e atordoante, onde ainda palpita, intocada e em vastos lugares jamais surpreendida pelo homem, a vida que se foi urdindo nos verdes desde o amanhecer do Terciário. Intocada e desconhecida em muito de sua extensão e de sua verdade, a Amazônia ainda está sendo descoberta. Iniciado há quatro séculos seu descobrimento ainda não terminou. E, no entanto, pelo que já se conhece da vida na Amazônia, desde que o homem a habita, ergue-se das funduras das suas águas e dos altos centros de sua selva um terrível temor: é de que esta vida esteja, devagarinho, tomando o rumo do fim (s.d., p.81).

Ou como sugere Slater (1995, p. 127) a floresta pluvial tropical tornou-se “a luz redentora no fim do túnel escuro da destruição ambiental” sendo a “depositária da esperança de que nem tudo está perdido e mesmo um dano catastrófico poderia de alguma maneira ser sanado”.

Um dos riscos associados a esta forma de ver é o da gentrificação - termo também usado por Jeudy (2005) para as iniciativas de proteção aos patrimônios culturais urbanos - ou seja, esta visão edênica das florestas tropicais pode conduzir à crença de que seus habitantes estão necessariamente obrigados a vê-la e vive-la, de acordo com tais expectativas.

Desta forma não percebe os interesses dos habitantes destas regiões, considerando sua preservação como algo que se deve dar independentemente destes, de seus interesses ou de suas condições de vida. Afinal de contas, nesta

terra perturbada pela urbanização, pela insegurança, pela poluição, pelo uso desmedido dos recursos, pelos riscos de acidentes ambientais de escala global e pelas mudanças climáticas, estas são as ultimas possibilidades de paraíso disponíveis.

Para finalizar esta incursão da relação, no caso das florestas, entre as noções de natureza e o mito do paraíso, bem como, definir o contexto destas considerações, vale novamente, citar Slater:

A dificuldade real das representações edênicas não advém do fato de que são parcialmente verdadeiras, se não definitivamente falsas. Romantizações a respeito de determinado povo e lugar, os desumaniza pela idealização e, o que é pior, representam uma tendência de substituir algo que existe de verdade. Ao invés de grupos complexos e indivíduos, com necessidades e desejos variáveis, eles se tornam espécies em perigo ou guardiões não confiáveis (1995, p. 129).

Montanhas também são associadas à teofanias e ao paraíso, Mircea Eliade (1974, p.12), assinala que em muitas culturas elas se configuram como arquétipos⁸⁷ – modelos – que possuem um protótipo exemplar que se encontra no céu. Assinala a tradição judaica dos encontros com Deus – o Monte Sinai e as montanhas das visões de Ezequiel – o Monte Meru dos hindus no centro do mundo; o Sumeru, montanha central dos ural-altaicos; a montanha sagrada dos iranianos , Haraberezait; o Monte Zinnalo, dos laocianos; o monte Tabor, na Palestina; num rol bastante extenso de exemplos. Ressaltando haver crenças similares entre finlandeses, japoneses e outros povos.

Seriam estas montanhas sagradas, onde o céu e a terra se uniriam, que estariam no centro da terra, no umbigo do mundo do qual tudo surgiria. Situadas num eixo que compreende o céu, o centro da terra e o inferno, significariam uma passagem de uma região cósmica para outra (KORNFELD, 1973, p. 727).

A representação da montanha como o centro do mundo foi transposta, pelo rito, para os templos e cidades, que teriam este papel. Zigurats seriam montanhas cósmicas, os templos babilônicos seriam assimilados pelos seus nomes à montanha cósmica, o templo de Borobudur em Java construído como uma montanha artificial.

⁸⁷ Este autor considera arquétipos como sinônimos de modelos exemplares, de paradigma, e não como estruturas do inconsciente coletivo, que é o significado que a eles atribui a psicologia profunda de Carl Gustav Jung (1974, p.12).

Escalar o templo, terraço a terraço, seria, então, associado a aproximar-se do centro do mundo, uma prática pela qual se ascenderia ao divino (ELIADE, 1974, p. 14-15)..

O cume da montanha sagrada seria, não apenas o ponto mais elevado da terra, o ponto de contato com a divindade, mas o umbigo do mundo, o ponto exato onde a criação teve início. Ou como menciona Mircea Eliade (1974, p. 16), remetendo a uma tradição síria, o paraíso – o centro da terra, o umbigo do mundo seria situado numa montanha mais alta do que as outras.

Há, na tradição cristã, uma alusão ao Monte Éden, que se encontra no *liber locorum* – livro que aponta distâncias entre locais – atribuído a São Jerônimo: anacoreta que durante certo tempo viveu na Síria, durante o século IV, e habitaria numa caverna na montanha. Este monte, situado no deserto, abrigaria em seu cume: “um lugar cheio de flores fragrantas, fontes jorrando, árvores carregadas de frutos, seixos brilhantes no leito de regatos cristalinos”, tratar-se-ia de um lugar “de primavera eterna, um verdadeiro paraíso” (SCHAMA, 1996, p. 417).

Na mesma tradição, e reforçando este vínculo simbólico da sacralização da montanha com o mito edênico, Eliade, assinala que:

Para os cristãos, o Gólgota, era situado no centro do mundo, uma vez que ele era o cume da montanha cósmica e ao mesmo tempo o lugar em que Adão foi criado e enterrado. Assim o sangue do Salvador caiu sobre o esqueleto de Adão, enterrado precisamente ao pé da Cruz, e o redimiu (1974, 14).

Simon Schama aponta que a Igreja Católica promoveu e explorou, desde o século XV até os inícios do século XIX, diversos calvários artificiais, que permitiriam aos fieis a experiência da escalada que purifica e permite o encontro com Deus. O monte Verna – em 1486 – a montanha sagrada de Varallo para onde se retirou Carlo Borromeu e, já no século XVII, os montes Locarno, Varese, Arona e Domodossola – todos no norte da Itália – o monte Valérien nas proximidades de Paris, são alguns exemplos (1986, p. 436-444).

Aliás, não há como deixar de comparar alguns dos aspectos centrais do drama da crucificação com a prática do alpinismo. A trajetória de um montanhista dedicado a escaladas técnicas de alto risco exige também uma preparação

específica, um esforço que freqüentemente significa grande sofrimento, para atingir o cume e o sublime, o êxtase, a glória.

Considerar o montanhismo sugere, por seu lado, uma outra idéia associada ao mito do paraíso, ou seja, a de que este foi perdido e que cabe ao homem reconquistá-lo pelo seu esforço. Contemporaneamente isto tem se manifestado de diversas maneiras, e nelas estariam, como se viu, os esforços para conquistar e submeter a natureza.

No caso das montanhas a noção está associada a estas práticas, repletas de expressões que sugerem a conquista e submissão da natureza mediante um esforço sistemático que resulta numa aproximação com o sublime, o divino, os limites do indivíduo, ou ao sucesso, conforme se contextualize o tema no correr da história moderna (MACFARLANE, 2005).

Outra projeção dos mitos edênicos sobre as montanhas é a que as vê como desertos, locais de sofrimentos e provações. Schama, por exemplo, alude aos cristãos que se retiravam nos cumes das montanhas, como uma “negação ascética do mundo”. Para eles estas eram um lugar de “terror e admiração, a câmara de provação do espírito” (1996, p. 413). Os estilistas do deserto contrapondo sua montanha artificial à planície, são veementes expressões desta tradição, comenta-se.

Para Tuan, no início do período histórico as montanhas eram vistas com assombro justamente por se elevarem por sobre as planícies – áreas habitadas – e significarem o distante, o inacessível, o perigo, os locais de mais difícil apropriação pelo trabalho (1980, p. 81)..

O que está fora do civilizado se expressa, com freqüência, como o deserto, onde não está o homem, como a negação do paraíso. As montanhas seriam, assim, lugares ermos, gelados, hostis e repulsivos, a serem temidos e evitados⁸⁸.

Seriam locais habitados pelos dragões⁸⁹ - o “oposto dos santos habitantes das cavernas” - que deveriam ser mortos. As forças do bem e do mal, nos picos

⁸⁸ Embora as montanhas fossem consideradas lugares desérticos a serem evitados elas, evidentemente, eram ocupadas, possuindo populações locais que viviam de seus recursos, bem como eram atravessadas por rotas comerciais, de acordo com as necessidades de cada época. Braudel menciona que: “A vitalidade mediterrânica é tal que, sempre que a necessidade o impõe, consegue franquear, em múltiplos pontos, os obstáculos do relevo hostil. Dezesete das vinte e três passagens existentes nos Alpes propriamente ditos eram já utilizadas pelos romanos” (1983, p. 52).

européus, se externavam entre homens santos e monstros. Mais uma vez, no ermo deserto, o homem é submetido à provação. Isto, por exemplo, pode estar associado à localização dos monastérios dos beneditinos mais austeros, como o Montserrat ou a Grand Chartreuse (SCHAMA, 1986, p.413-415).

Para Schama esta forma de ver as montanhas, que designou “parábola arquetípica do monte sagrado cristão”, que se repete em imagens e em narrativas de escalada, alcança a Alta Renascença e estende-se mais além, podendo ser associada até ao “fascínio ocidental por Xangrilá” (1986, p.417).

Este é o ponto de vista que predomina no pensamento ocidental pelo menos até o final do século XVII⁹⁰. É quando o interesse das elites, inicialmente as inglesas, pelos temas clássicos, passa a ensinar viagens pela Europa – o *grand tour* já aludido – e, decorrentemente, travessias de cadeias montanhosas, especialmente os Alpes, por um conjunto de passantes distintos dos habituais – pastores, comerciantes, caçadores, monges, contrabandistas e militares.

Com a progressiva ampliação das possibilidades de deslocamento e maior acessibilidade às montanhas o excursionismo vem se desenvolvendo no correr do século XVII, encontrando-se já nos inícios do XVIII uma série de relatos de viagens alpinas, que mesclam o fantástico com o científico.

Nesta época as montanhas vieram, paulatinamente, a ser vistas de outra forma. Thomas Burnet⁹¹, em 1672, professor e sabedor de que no seu tempo as montanhas eram objeto de repulsa, após atravessar o passo Simplon nos Alpes, a elas se refere assim: “Existe algo de majestoso e divino na aparência dessas coisas” ou, também, “que inspira grandes pensamentos e paixões” (MACFARLANE, 2005, p.30).

⁸⁹ Para Eliade os dragões tem um simbolismo que pode ser associado ao pré-formado, ao indiferenciado, ao caos e, portanto, ao deserto (1974, p.69).

⁹⁰ Há de fato uma transição de uma atitude centrada no religioso – especialmente no simbolismo bíblico – e nas credences populares para uma apreciação estética. Pontos intermediários desta são do ponto de vista de Tuan as menções às montanhas no épico *Beowulf*, que data do século VIII; e o papel precursor de Petrarca – que escalou do monte *Ventoux* em 1335 – como apreciador da natureza e escritor que refletia em seus textos uma relação afetiva com a natureza (1980, p. 83). Schama por sua vez coloca a narrativa da escalada de Petrarca dentro do mesmo padrão da narrativa da subida do Monte Éden de São Jerônimo (1986, p.420 e seguintes).

⁹¹ Professor do Christ’s College de Cambridge que, em licença sabática por dez anos, dedicou-se a ciceronear jovens nobres nesse circuito (MACFARLANE, 2005, p.30).

Com sua curiosidade tomada pelas montanhas que tantas vezes atravessou, Burnet dedicou-se a procurar explicar sua origem tendo criado uma teoria⁹² que, novamente, remetia ao mito edênico, ou seja, á queda de um mundo ideal. Desta feita referia-se ao dilúvio⁹³, e as montanhas seriam produto do calor e do “efeito hidráulico” – das águas precipitadas acrescidas das existentes sob a terra - sobre uma terra plana e perfeita, como uma casca de ovo, que fora criada no gênesis (MACFARLANE, 2005, p. 32-33).

Essa mudança de atitude se consolida e se torna nítida no século XVIII. Relaciona-se ao Romantismo e a sua peculiar apreciação da natureza. Vinculadas a este movimento surgem expressões que se referem ao “esplendor das montanhas”, às suas “gloriosas alturas” local de “arrebatamento” e “êxtase” (TUAN, 1980, p. 83).

Embora a noção de sublime esteja associada no Romantismo ao oxímoro do horror deleitável, da terrível sublimidade, tratava-se de um “jogo estético”. O interesse não estava posto num “verdadeiro encontro como o Todo-Poderoso, e sim um experimento com sensações”:

Era, portanto, nas sombras e nas trevas, no medo e no temor, nas cavernas e nos abismos, na borda dos precipícios, no manto das nuvens, nas fissuras da terra que se haveria de descobrir o sublime. [...] E contemplar essa terrível sublimidade [...] era muito *mais* importante que banhar-se na luz da iluminação complacente (SCHAMA, 1986, p. 450).

Caso se observe os atributos da experiência desejável do romantismo, como descrita acima, rapidamente pode-se associá-la a um esforço no sentido de aproximar-se da experiência do caos que permite um renascimento, se aproximando, novamente, de uma vertente do mito edênico.

Cronon, por exemplo, menciona que este apreço por locais ermos, no romantismo, associa-se inicialmente a uma experiência dos extremos, que pela sugestão da finitude da vida e da pequenez do homem em face da grandiosidade da natureza, ou à sensação de não pertencimento ao acessar um local sagrado exclusivo da divindade. Posteriormente, domesticou-se evoluindo para um sentimento de comunhão com o belo, que é divino, com o encontro da paz, que é abençoada, em oposição ao tédio e à dor da vida urbana (1995, p. 75).

⁹² Seu livro, *A teoria sagrada da terra*, de 1681, foi, segundo Macfarlane, a obra de geologia mais lida do século XVII (2005, p. 35).

⁹³ O dilúvio significa o retorno ao caos, à indiferenciação, dele renasce o novo homem e a nova natureza, o cosmos (ELIADE, 1974, p. 59).

Há que se registrar, porém, que a associação de determinadas paisagens com o paraíso também pode ser encontrada na constituição da noção de parque, quer os ingleses, artificiais, quer os norte americanos⁹⁴. Pois como menciona Olwig “o apelo simbólico dos parques pode ser explicado por meio da ligação entre a idéia de parque e a de paraíso” (1995, p. 383).

Por outro lado, e apenas para dar uma idéia da abrangência da idéia, também é possível se registrar que os paraísos, podem ser construídos e reconquistados por alguns abençoados pelo trabalho ou pelo sucesso. Como ocorre em Los Angeles, onde a cidade e seus arredores, com suas vistas do Pacífico, com suas praias, seus subúrbios de cidade jardim em pleno o deserto, são vendidos pelos agentes imobiliários também como a realização de um mito edênico, um paraíso reconquistado (CRONON, 1995, p. 37).

Isso corresponde a uma atitude cultural bastante difundida. Todos têm uma noção do que seria um lugar ideal para viver. O problema começa quando o Éden de um entra em conflito como o Éden de outro. Tem-se um conflito baseado no dualismo moral onde as ações ou são absolutamente certas ou absolutamente erradas.

Ou seja, como comenta Cronon (1995, p. 39), projeta-se um mito polarizado de ou só branco ou apenas preto, sobre um mundo que, verdadeiramente, é ambíguo, composto de matizes de cinzas.

Finalizando Slater destaca que a onipresença e a força com que estas imagens edênicas estão postas na atualidade podem conduzir à crença de que não há como escapar desta forma de pensar, porém alerta:

“The most obvious answer is that no total escape is possible. Eden may be so entrenched in Western ways of thinking about nature that is impossible wholly to elude it. Although one can be more or less aware of the power of Edenic logic – and this awareness makes a great difference in how we portray and understand ourselves as well as others [...]” (1995, p. 129).

Do apanhado que feito anteriormente se podem enumerar algumas das idéias de natureza que estão ligadas às narrativas edênicas e que, usualmente, se associam aos processos de constituição de patrimônios culturais naturais, atualizando esse mito.

⁹⁴ Cronon assim se refere à Yosemite como uma combinação entre espaço selvagem primitivo e paisagem pastoril, que veio a se tornar um símbolo nacionalista do paraíso (1995, p. 37).

Inicialmente há a noção de que existe um paraíso – nas matas primitivas, no alto das montanhas - e de que nele é possível se experimentar uma forma de vida que remete às origens do homem. Comunhão com a natureza, natureza primitiva, retorno à natureza, experiência de harmonia e perfeição, a natureza como fonte de vida inextinguível – a mãe que nutre sem esperar retorno - ou como forma de atualizar a vida, são manifestações que podem estar vinculadas a esta noção.

Também, vinculada à primeira, estão as idéias de domínio sobre a natureza, baseadas na noção de que há um direito “natural” - no sentido de que nos foi concedido na origem - do homem sobre a natureza e, paralelamente, de que esta foi criada para o deleite do homem. Elas se expressam nas tentativas de conquista e domínio sobre a natureza podem ser encontradas entre exploradores e montanhistas, por exemplo.

A idéia da queda do Éden, que se manifesta na percepção da perda, sentida como punição por uma ação culpável que deve ser reparada pela conservação do bem, também se expressa nas valorações da natureza que se vinculam à constituição de patrimônios culturais naturais. *O último remanescente, o último exemplar, o testemunho de uma época* – de um tempo melhor – que já passou, *o que é raro, o que está prestes a ser extinto*, são expressões bastante correntes, tanto no discurso patrimonialista como no ambiental.

Estas crenças também estão presentes na tentativa de vir a encontrar o paraíso na terra o que, naturalmente, requer esforço, sofrimento e dedicação e mérito, para que se obtenha a redenção. Assim, buscou-se o eldorado e a fonte da juventude. Agora, constroem-se paraísos artificiais nos condomínios fechados. Tal padrão de relação com a natureza pode, por outro lado, ser percebido em inúmeros esportes relacionados com a natureza, que associam esforço e dedicação à recompensa de vivenciar um lugar ou ponto de vista único.

Por fim, se o paraíso foi perdido, ele pode ser reinventado, criado por meio de uma peculiar associação de natureza, trabalho, tecnologia e, requisito indispensável, imaginação. São essas as paisagens notáveis e os paraísos naturais criados pela mídia que podem, com segurança, ser apreciados a distância e que nos permitem, de maneira confortável, também atualizar este mito da criação.

3. O PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL NO BRASIL E NO PARANÁ

3.1 Patrimônio Cultural Natural, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Trata-se agora de trazer a questão para uma dimensão mais próxima do objeto da pesquisa, qual seja a da constituição de patrimônios culturais naturais no contexto brasileiro.

É necessário delinear um cenário no qual estejam inseridos não apenas os temas referentes à questão patrimonial propriamente dita – os institutos e instituições envolvidas, o conjunto de bens que se arrola sob esta designação e o contexto em que foram constituídos. É preciso ainda mostrar qual a noção existente, ainda que geral, sobre os padrões de interação com a natureza que se verificam na nossa sociedade.

Estes modos de interagir com o meio ambiente, quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista material – a interação que se dá no cotidiano da produção e da reprodução – vinculam-se com os valores que se tem a respeito da natureza – suas paisagens, sítios, lugares. Estão, também, relacionados com a eleição daquilo que será ou não patrimônio e com os momentos em que estes se tornam possíveis.

No que concerne a este último tema foram considerados dois aspectos, quais sejam o das concepções de natureza que são correntes em alguns momentos da história do Brasil e o das relações entre a apropriação da natureza e os processos econômicos que levaram à constituição de nosso território.

Por fim, de maneira vinculada a estas duas abordagens procura-se estabelecer um vínculo entre as concepções de natureza e a de desenvolvimento, idéia que aqui assumiu uma dimensão quase que de mito salvacionista, expressa no discurso político, com diversos matizes, principalmente desde o pós-guerra.

A generalidade do título sugere, desde já, a amplitude e diversidade do tema e a forte possibilidade de se incorrer em generalizações que careçam de

historicidade, de um lado, ou, de outro, da consideração de especificidades que sacrifiquem a necessidade de abrangência que o objeto estudado impõe.

Aliás, este é o ponto de vista expresso por Roberto Damatta (1993, p. 91) quando aborda o tema em criativo ensaio constante de seu “Conta de mentiroso”. O autor alude ao fato de que a variedade regional, diversidade cultural e diferenças sociais sugerem que no Brasil haja também uma grande variedade de concepções de natureza.

Nestas circunstâncias a tentativa de uma abordagem sistemática poderia significar a imposição de um esforço vão de ordenar algo que por si é necessariamente fragmentado.

O reconhecimento da dificuldade, contudo, não impede de ver, também, a utilidade do delineamento de um cenário, no qual se destaquem os significados das diversas práticas que traduzem as diferentes idéias de natureza.

3.1.1 Um Paradoxo Bem Brasileiro

Damatta (1993, p. 92), ao considerar o tema, coloca-se numa perspectiva em que procura contrapor as concepções de natureza que se expressam nos dois pólos do que chama “sistema brasileiro”: de um lado o Brasil que se vê como um “corpo político moderno”, ou seja, o “*Brasil nação*” que almeja um assento no teatro da modernidade”. De outro o “*Brasil sociedade*”, ou seja, aquele visto como um “conjunto de valores e símbolos” os quais têm um caráter motivador das práticas e representações de todos e, por essa razão, sobre as quais, usualmente, não se discute.

A sua suposição é de que estes aspectos contrapostos permitem uma compreensão mais clara dos dilemas que caracterizam os padrões de interação entre a sociedade brasileira e o meio ambiente. Especialmente a peculiar dissociação – quase esquizofrênica – entre, de um lado, um discurso normativo avançado e sempre atualizado marcado por uma lógica de proteção e conservação

e, de outro, uma prática de apropriação da natureza marcada por padrões bastante destrutivos⁹⁵.

Este dilema expressa, segundo Damatta, um paradoxo característico do “sistema social brasileiro” qual seja o de:

agasalhar valores modernos como o individualismo igualitário e as idéias de justiça social, progresso material e de controle sobre a natureza sem, entretanto, abandonar (ou ‘resolver’) um conjunto de práticas (e de ideologias) tradicionais – como a patronagem, o clientelismo e o nepotismo – que continuam se reproduzindo e governando *relacional e hierarquicamente* - sua vida social (1993, p. 93).

Tem-se um país que se representa como uma nação moderna – um *Estado nacional* – no que essa designação significa contexto do ocidente europeu, mas que, concomitantemente, quase não tem consciência destas práticas e ideologias que marcam o dia a dia da convivência social.

Falando de outra forma, há um Estado-Nação moderno, - isto é individualista e impessoal – que parece não tomar conhecimento da sociedade “personalista, relacional e carismática”, como se não houvesse “sintonia” entre este Estado Nação e as práticas sociais e culturais vigentes (1993, p.94).

Sob este aspecto pode-se acrescentar que talvez seja mais adequado dizer que a atuação do Estado, que legalmente deveria ser impessoal, é variável conforme os interesses que orientam as decisões, podendo atender quer a critérios de legalidade quer a interesses muito pessoais e específicos.

Deve ser assinalado, que é fácil constatar que a concepção de políticas públicas e as práticas do Estado baseiam-se num discurso que parece não levar em conta – ou de outro ponto de vista não pode e não deve fazer isso – o fato de que as relações sociais ainda se estruturam por laços tradicionais onde prevalecem as relações pessoais. Os laços de amizade, de família, o clientelismo são elementos muito fortes na distribuição de recursos, empregos e no direcionamento da ação das agências públicas.

⁹⁵ Roberto Damatta define com clareza uma das nossas principais características no que concerne à capacidade de criar mecanismos de proteção ambiental de caráter avançado, porém de baixa eficácia: “somos doutores em propor projetos racionais e modernos no âmbito do poder executivo e do congresso nacional para logo descobrir que essas propostas são permanentemente minadas por práticas clientelísticas e pela corrupção como dado estrutural”. Ou, mais a frente, “[...] somos mestres em experimentar legislações avançadas (quando não francamente utópicas) que partindo da cabeça dos juristas para o corpo social concreto, contemplam direitos que tem vigência na nação, mas estão notavelmente ausentes das práticas sociais” (1993, p. 93-95).

O fato, embora sabido e denunciado com frequência, também pode ser vinculado ao desmedido valor que se dá aos atos formais na administração pública, pois estes devem ser formalmente perfeitos para que não surjam interrogações a respeito dos motivos que determinaram a sua execução.

Em sociedades que apresentam tal característica, do ponto de vista deste autor, a nação moderna não foi construída a partir de revoluções e sim de movimentos de independência que mesmo apoiados em idéias avançadas e transformadoras, eram de cunho eminentemente político elitista (1993, p.94).

No plano simbólico a relação da sociedade brasileira com a natureza retoma o mito edênico, em muitas manifestações e que se repetem de forma sistemática em diferentes períodos da nossa história.

Tais visões de natureza vinculam-se à narrativa edênica em que o homem é colocado como a última das criações – a mais aperfeiçoada posto que imagem e semelhança do criador – e ao qual é concedido o gozo dos bens da natureza a qual, bela, maternal e dadivosa, se apresenta como disponibilidade infinita de meios, e submissa aos desejos humanos.

Segundo Damatta (1993, p.98) para todo o brasileiro a natureza é vista como de “beleza inefável” e, como característica do país. É um traço que antecede o homem, que vem depois dos elementos mais ativos da natureza. Essa atitude estaria vinculada a uma visão edênica, que vê a natureza “como matéria ou como terra”.

Aliás, terra fértil, clima estável, disponibilidade quase infinda de água, profusão de vida – árvores e bichos de toda a sorte – que estão à disposição para serem colhidos. Trata-se de uma visão de natureza como uma mãe dedicada que a seus filhos tudo provê.

A visão da terra brasileira como um paraíso de recursos que seriam infindáveis, se encontra em quase todos os cronistas dos primeiros tempos⁹⁶. Mais

⁹⁶ Assim, por exemplo, para Manoel da Nóbrega - em 1549 - a terra: Es muy sana y de buenos aires, de tal manera que con ser la gente mucha y tener mucho trabajo, e aver mudado los mantenimientos con que se criaron, adolescen muy pocos y ésos que adolescen luego son sanos. Es tierra muy fresca, de ynvierno templada, y el calor de verano no se siente mucho. Tiene muchas frutas e de diversas maneras, e muy buenas y tienen poca embidia de las de Portugal. Muere en el mar mucho pescado e bueno. Los montes parecen hermosos jardines e huertas, ciertamente yo no vi tapiz de Flandes tan hermoso, en los quales andan animales de muy diversas maneras, de los quales Plinio ni escrivió ni supo. Tiene muchas yervas de diverso olor e muy

precisamente, desde a carta de Caminha, e insere-se num contexto histórico específico, o da crise de ocupação determinada pelo acelerado crescimento demográfico na Europa a partir de meados do século XV, como assinala Raymundo Faoro, (2000, p. 113-118).

Para Faoro (2000, p. 118), a noção do paraíso seria produto da “reação intelectual” às “ondas populares empobrecidas”. A visão do novo mundo como um paraíso “trazia, nas descrições dos viajantes e dos humanistas, a abertura possível para uma crise europeia, sem a qual, mais tarde, a colonização não se teria consolidado”.

Por outro lado, acrescenta-se, esta visão edênica de uma natureza prodigiosamente rica e disponível é uma referência recorrente nas alusões que se faz ao país que encontra ecos em quase todos os momentos da história nacional.

Isto se manifesta desde a busca dos eldorados que se estende pelos séculos XVI e XVII; também nos descobrimentos mineiros do século XVIII; nas tentativas de naturalizar a Nação e o Império do século XIX; nas primeiras tentativas de fundar a República; e nos esforços de construção de uma identidade nacional do Estado Novo; bem como no Brasil grande da ditadura militar.

Observa-se também que esta idéia de natureza tem grande força e está difundida num rol muito amplo de manifestações culturais, desde as produções ideológicas emanadas do Estado Nacional como o hino nacional com o seu “gigante pela própria natureza” para mencionar o mais óbvio, até as manifestações populares, como os samba enredo de escolas de samba – a “maravilha de cenário”, um “precioso relicário” da *Aquarela brasileira* de Silas de Oliveira – passando pela literatura – “A natureza eternamente em festa; É um seio de mãe a esbanjar carinhos.” - e música erudita.

Essa noção remete a outra idéia de natureza ligada à forma coloquial brasileira de se referir ao local de nascimento como terra, minha terra, ao contrário do usual em outras línguas latinas em que se usa o termo país – *paeso* em italiano ou *pays* em francês.

diferentes de las d'España, e ciertamente bien reslandesce la grandeza hermosura y saber del Criador en tantas, tan diversa y hermosas criaturas (1954-A, p. 135-136).

Tal concepção de terra é outra referência, das relações da sociedade brasileira com a natureza. Segundo Damatta (1993, p. 98-99), se trata de categoria sociológica ampla e rica, que pode incluir: “planeta, mundo, parte sólida do globo e parte branda ou cultivável do solo, localidade, pátria, torrão natal, gleba, lugar, povoação, estilo de vida, território, propriedade e espaço sagrado”, mas que é um conceito “que retoma o arcaico conceito de ‘mãe terra’ como espaço que passiva e generosamente engloba plantas, animais e homens”.

Já se viu que uma das versões do mito edênico vincula-se à idéia da natureza dadivosa e atende aos desejos do homem que, última e mais perfeita das criaturas, tem por direito natural a fruição – o que é diferente do domínio que transforma - sobre todas as coisas e seres.

Todavia, como lembra Damatta – referindo-se à muito conhecida piada em que para compensar as imensas benesses com que teria dotado a natureza deste país o Criador teria colocado nele um povo com características muito peculiares – simbolicamente, nesta história, o homem coroa o sistema mas se representa em relação à natureza.

Esta característica do modo brasileiro de se relacionar com o mundo natural, “que supõe uma lógica do englobador-englobado”, caracteriza-se, segundo Damatta, por uma “visão relacional ou participatória” em que a pessoa “está no mundo” e que é apresentada por Stanley Tambiah. Isto é diferente da visão que advoga uma ação racional com respeito a fins defendida por Weber, em que o homem se coloca fora e “contra o mundo” e é causa que transforma e domina a natureza. Damatta considera que esta última é “mais adequada para viver em condições naturais menos dadivosas”⁹⁷ (1993, p.100).

Uma maneira de ampliar e compreender melhor estas formas distintas de ver a natureza é analisar como aparecem no olhar dos que colonizaram a América do Norte e os que colonizaram o Brasil.

⁹⁷ Reproduzindo o pé de página do autor sobre o tema: “O modelo participatório congrega também o ‘sociocentrismo, a linguagem da solidariedade, unidade, holismo e continuidade no tempo e no espaço; ação expressiva que se manifesta por meio de entendimentos intersubjetivos convencionais, mitos e rituais; a eficácia performativa de atos comunicativos’, etc. Já o modelo de causalidade implicaria ‘egocentrismo e individualismo atomístico; a linguagem da distância e da neutralidade da ação e da reação; o paradigma da evolução no tempo e no espaço; ação insturmental que transforma a matéria e a eficácia casual das ações técnicas; sucessiva fragmentação dos fenômenos na construção do conhecimento científico’ etc. (1993, p. 100).

Para os primeiros, a natureza era vista como o ermo bravio, a ser conquistado pelo trabalho que redime, ou o deserto onde, pela provação, as qualidades são testadas. Aventura, desafio, expressão individual, retorno a valores “originais”, prática democrática, são associados a esta forma de experimentar o mundo natural.

Já aqui a terra era boa e sã, os frutos disponíveis, os peixes muitos, um cenário que deslumbra e “no qual os atrativos são maiores do que as dificuldades”; é como se a natureza fosse criada “para deleite, desfrute” alude Roberto Damatta (1993, p.100).

Os frutos da terra estão disponíveis para quem queira, e possa colher. Ou como, muito bem assinala Caio Prado Júnior (1967, p. 23), num contexto mercantilista, a exploração dessas terras tropicais toma o caráter de feitoria, onde o que interessa “é explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”.

É o enriquecimento rápido e o extrativismo imediatista que traduz um padrão relacional com a natureza que até hoje perdura no Brasil, como diz Sérgio Buarque de Holanda, comentando o padrão de agricultura altamente deletério que se desenvolve no período colonial:

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e metais preciosos (1995, p. 49).

Extrativismo que, como se sabe, está gravado no nome do país, mas que não se resumiu ao pau-brasil e às drogas do sertão. Traduziu-se numa agricultura que por repetidas vezes – e por largos períodos como se verá adiante – caracterizou-se mais como mineração agrícola, pela sua capacidade de, sucessivamente, degradar extensas áreas.

Extrativismo também que, por vincular-se a disponibilidade do recurso, e não se preocupar com sua finitude, não se ocupa de uma interação sistemática e mediada pelo trabalho construtivo com a natureza, pois não se trata de dominá-la, mas de colher seus frutos. Nesse modelo relacional o homem segue a natureza, está onde estão os recursos, colhe o que está disponível.

Dependendo da natureza, que disponibiliza seus frutos a partir de uma lógica que lhe é própria, mas ao mesmo tempo se apropriando dos mesmos como se esta

natureza estivesse à sua mercê, esta forma de interagir “engendra uma lógica relacional necessariamente ambígua que oscila da idéia da natureza como recheada de encantamento e de poderes mágicos até a concepção do mundo natural como inteiramente a mercê do homem” (DAMATTA, 1993, p. 103).

Vale acentuar que esta forma de ver e se relacionar com a natureza difere da que coloca o homem em oposição a ela, percebendo-a como um domínio independente do homem, submetido pelo seu trabalho e engenho humanos, característica do período moderno. Pois neste, como sugere a assertiva cartesiana, o homem se posicionaria “como mestre e possuidor da natureza”.

Nessa relação ambivalente pela qual, a um só tempo, há dependência mágica de algo do qual se pode apossar sempre e da forma que se queira, encontra-se também, uma possibilidade que, do ponto de vista relacional pode significar o oposto do extrativismo ambientalmente degradador.

Isto porque se tem, como afirma Damatta (1993, p. 104), uma visão em que não há “seres independentes dos homens, já que toda a fauna, flora e sociedade são antes de tudo *entidades morais*, governadas pelas mesmas regras que comandam o universo humano”, ou uma “idéia relacional e inclusiva da natureza *na* cultura, tanto quanto da cultura *na* natureza” o que sugere “equilíbrio compensatório – de *reciprocidade* (Mauss) – entre natureza e cultura”. Neste esquema, natureza e cultura situar-se-iam no mesmo plano, permitindo “uma ética de respeito, generosidade, equilíbrio, compensação e *reciprocidade*” - aspectos estes que não subsistem na modernidade capitalista.

Outro aspecto que se relaciona com as concepções de natureza correntes na sociedade brasileira é idéia, bastante generalizada, de que o Brasil “não foi *fundado*, mas *descoberto*”. Uma “representação naturalista” que pretende que Portugal – por um acaso ou equívoco de navegação, o que enfatiza a naturalização – encontrou e se apropriou do Brasil, o qual estava “a espera do colonizador que orquestrou sua ocupação” (DAMATTA, 1993, p. 105).

A descoberta casual é distinta de uma fundação, pois esta, desde tempos imemoriais, supõe uma responsabilidade e compromisso do fundador com uma ordem – humana ou celestial – e um ato intencional. Já a primeira - uma mistura de destino e acaso, inspiração divina e heroísmo – desobriga e permite a invenção.

Nessa situação, sugere Damatta (1993, p. 105-106), a “dinâmica social é traduzida por meio de um código natural” as instituições valores políticos “ficam a salvo da discussão em termos de suas responsabilidades nos processos históricos e sociais”.

Prevalece a invenção de uma fórmula que busca combinar, ingenuamente, uma natureza edênica com um inusitado “encontro espontâneo entre *raças*” que mistifica as culturas indígenas e africana e busca excluir “o peso específico (e, repito, as responsabilidades) de cada categoria na estrutura de poder.” Os “processos sociais são lidos pela ótica de uma ‘história natural’, uma narrativa na qual se enfatizam os ritmos biológicos e determinações naturais”. Evita-se, então, falar em valores, instituições, opções econômicas.

Aliás, isso chama atenção para outro aspecto peculiar ao éden, pois neste, como no outro mítico, o homem – o homem eleito e não qualquer homem – estaria isento do trabalho, pois este seria uma pena imposta para os decaídos do favor divino.

A característica de atualização do mito edênico nas relações sociais brasileiras no Brasil colonial é bem destacada por Raymundo Faoro (2000, p. 116). Apoiando-se em Pero de Magalhães Gândavo e no seu *Tratado da terra do Brasil*, mostra que junto com a fertilidade da terra acenava-se também com a libertação do trabalho e uma vida aristocrática pela via do trabalho escravo.

O caráter de panegírico da obra de Gândavo sugere um comentário mais detalhado no intuito de permitir uma melhor percepção desta e uma compreensão mais clara do contexto em que se construíram tais representações.

O cronista logo ao começo de sua obra declara sua intenção de propagandista da terra para aqueles que nela queiram vir a habitar e declara suas intenções assim:

Minha tenção não foi outra neste summario (discreto e curioso lector) senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundancia da terra do Brasil, para que esta fama venha a noticia de muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza, e não duvidem escolhe-la para seu remedio; por que a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agazalha e convida como remedio por pobres e desemparados que sejam (1980, p. 2).

Na seqüência Gândavo descreve as diversas capitanias desde a de Pernambuco até a de São Vicente, sempre elogiando a terra e seus frutos, para depois, no tratado II, chamar a atenção para as terras em sesmarias “dadas e

repartidas pelos Capitães da terra” e para a possibilidade de se viver no ócio, portanto adquirindo nobreza, a partir do trabalho do indígena:

As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobres que sejam, se cada hum alcançar dous pares ou meia duzia de escravos (que pode hum por outro custar pouco mais ou menos até dez cruzados) logo tem remedio pera sua sustentação; porque huns lhe pescão e cação, outros lhe fazem mantimentos e fazenda e assi pouco a pouco enriquecem os homens e vivem honradamente na terra com mais descanso que neste Reino, porque os mesmos escravos indios da terra buscam de comer pera si e pera os senhores, e desta maneira não fazem os homens despeza com seus escravos em mantimentos nem com suas pessoas (1980, p. 7).

Explora-se os recursos da terra porque esta é rica em produtos naturais que se oferecem para ser extraídos, da mesma forma, o escravismo, uma característica fundamental da sociedade brasileira por quase quatro séculos, é visto como ponto inicial de uma miscigenação de raças, que também é natural.

Constitui-se, portanto uma “moldura naturalista” que excluiria as “instituições sociais” e omitiria a responsabilidade dos “agentes históricos” restringindo as possibilidades da “discussão das opções políticas”, incluindo, por outro lado, “etnias e subordinados como personagens de um drama social ambíguo e aparentemente sem sujeito” (DAMATTA, 1993, p. 106).

O que, aliás, remete ao ponto central do pensamento de Damatta (1993, p.112), qual seja o de que “a idéia de que as representações do mundo natural e da sociedade refletem um mesmo conjunto de valores”, ou seja, de que “sociedade e natureza, assim, não seriam reflexo uma da outra, mas expressariam o mesmo conjunto de valores”.

Para esse autor, o mesmo padrão de relação que se estabelece entre a sociedade e a natureza se verifica no âmbito da sociedade consigo mesma, e exemplifica:

No sistema social ibérico [...] a exploração da natureza se faz por meio do trabalho realizado pelos escravos – seres que estariam mais próximos da natureza –, que, com seus superiores e senhores, formam uma comunidade fundada na desigualdade e na hierarquia. Natureza e sociedade não se compartimentalizam e se confrontam diretamente [...] mas se ligam por meio de múltiplas mediações feitas por vários subordinados. **Assim, a uma representação de natureza como esfera passiva, e metaforicamente concebida como serva – uma escrava do homem que dela dispõe como bem entende – corresponde uma estrutura social igualmente fundada na passividade obrigatória do trabalhador e na sua submissão total ao senhor** (1993, p. 113). Grifou-se.

É de se notar que pelo menos até o as três primeiras décadas da República este sistema hierárquico, que aproxima os inferiores da natureza – quer pela lida na roça, quer pelo trabalho manual – foi o dominante no país. Também que esta noção hierarquizada da sociedade em que os privilégios – inclusive no que se refere aos padrões de exploração da natureza – se articulam por meio de relações de parentesco e compadrio ainda se expressam com vigor.

No que se refere aos padrões de apropriação dos bens naturais, os exemplos podem se multiplicar quase ao infinito. A regra geral é que a máquina administrativa é extremamente ágil na punição aos pequenos infratores – como é o caso do corte de árvores em ambientes altamente artificializados como a cidade – sendo, de outro lado, extremamente lenta, e mesmo omissa, na fiscalização ambiental das atividades das grandes empresas madeireiras.

Como forma de relação dominante no interior da sociedade brasileira e na afirmação ou negação da hierarquia é que se encontrarão, ainda segundo Damatta, os tipos sociais mais significativos da colonização: do bandeirante ao senhor de engenho, do degredado ao escravo, do catequista ao contrabandista, do aventureiro ao letrado-burocrata. Alguns destes tipos podem ser considerados paradigmáticos das nossas forma de relacionamento com a natureza.

Como decorrência da desigualdade e da hierarquia, a natureza se expressa, nesse pensamento, fora e dentro da sociedade. Vista fora dela é de uma “passividade inesgotável” de “pujança ameaçadora” e, em decorrência, “interdita e sacralizada, como força que muitas vezes se confunde com a mão justa de Deus contra os homens”. Já dentro da sociedade se manifesta “pelas palpitações incontroláveis dos chamados *instintos*, que são percebidos como irrupções naturais tão fortes e violentas que o homem não teria forças para controlar. Os instintos transformados em *paixões* se endereçam para a carne e para a terra, ligando o homem com sua natureza animal e seu lado egoísta e primitivo” (1993, p. 114).

A concepção de Damatta (1993, p.115-117) parece sugerir que no Brasil subsiste no universo simbólico e se expressa com vigor na prática social uma noção de natureza que se aproxima daquela das sociedades tradicionais – matizada pelas peculiaridades de nossa trajetória histórica, notadamente o escravismo. Essa convive *vis a vis* com o modelo moderno em que o individualismo igualitário,

associa-se ao biocentrismo e ao ecologismo, ambos correspondendo a uma “rígida demarcação de fronteiras entre os mundos social e natural”⁹⁸.

Há um contraponto entre uma visão encantada da natureza e da sociedade e a visão moderna – desencantada, em que a natureza é considerada como separada com a qual se relaciona por meio de regras comuns a todos – que se tenta conciliar sem, contudo, perceber a imensidade da contradição que esta tentativa encerra.

Tal constatação deixa em aberto a questão, pois não parece claro que no Brasil prevaleça uma ou outra. Mas, por outro lado, sugere a necessidade de se desenvolver, no trato da questão ambiental, um pensamento que inclua esta contradição - quer na compreensão das origens dos processos de degradação ambiental quer na formulação de soluções para os mesmos.

3.1.2 Terras da Promissão: Uma Perspectiva Historicista

Gilmar Arruda (2000, p. 47), por sua vez, aproxima-se de uma perspectiva histórica para as representações de natureza, procurando associá-las à memória e à identidade nacional e ligá-las aos contextos verificados nos séculos XIX e XX. Do seu ponto de vista, é no século XIX, quando se inicia a busca da construção de uma história e de uma identidade nacionais, que se encontram as bases das atuais concepções de natureza, bem como das relações destas com a identidade brasileira.

Tal concepção parece razoável. A nação, invenção recente, seria para a maioria da população algo pouco claro, que se constituía provavelmente nas fronteiras do sul por oposição aos castelhanos ou, em alguns centros de maior desenvolvimento comercial, por oposição aos interesses da metrópole, na medida em que os interesses das elites locais se viam prejudicados, inclusive com o retorno da corte a Lisboa.

⁹⁸ Para ele é: “Como se a natureza tivesse sido expulsa da sociedade. A essa expulsão corresponde um conjunto de representações exclusivamente individualistas, que reprimem a presença da natureza na cultura. Assim, tudo o que teria a ver com os instintos – que são forças relacionais – é substituído por decisões e motivações individuais e autônomas, ações pelas quais o único responsável é o sujeito. O mesmo processo que divide rígida e irreversivelmente natureza e sociedade transforma as paixões em interesses. Se as paixões são cegas, irracionais e, sobretudo, *relacionais*, os *interesses* são explícitos fundados em cálculos capazes de produzir uma ação individual e racional. É essa a visada que cria a representação moderna da natureza: uma natureza que tem direitos (e deveres), que não pode ser mutilada, que deve ser protegida, que tem limites, fronteiras e, claro está, autonomia” (1993, p.115).

Este movimento, de fato, tem início quando da vinda da corte portuguesa ao Brasil, em virtude das guerras napoleônicas, é neste momento, com a missão francesa e a instalação da Real Academia de Belas Artes, em 1816, que se inicia, segundo Lilia Moritz Schwarcz (2003), a produção de uma iconografia em que se vincula a imagem da natureza tropical com a do Estado no Brasil.

A construção desse nacionalismo, que mais adiante, já a partir dos anos 1840, ganha dimensão de projeto de Estado, desenvolve-se num contexto fortemente vinculado ao Romantismo⁹⁹. A figura do índio naturalizado como a imagem da nação e a pujança da natureza tropical são elementos dominantes. Literatos como José de Alencar, Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, bem como pintores como Victor Meirelles, Rodolfo Amoedo e José Maria de Medeiros, são algumas das expressões marcantes nesse movimento.

Também naturalistas e viajantes que percorrem o país à época, muitas vezes apoiados pelo governo imperial, constroem uma visão da natureza brasileira que é posteriormente apropriada pelos intelectuais da terra. Eles é que ajudarão a construir um discurso que se vincula a identidade nacional.

Convém lembrar que esta visão era influenciada, à distância, por Humboldt, cujo pensamento orientou a maioria dos naturalistas viajantes da época, e que traduz um ponto de vista descritivo e taxonômico, mas, também, romântico (PRATT, 1991, p. 152).

Nota-se que o Romantismo – que concede um valor a interpretação pessoal e emotiva da natureza –, esteve sempre próximo dos movimentos de construção da identidade nacional na Europa no mesmo período.

A especificidade da natureza tropical, até pela ausência de outros motivos sobre os quais se pudessem constituir uma noção de unidade, ganhou destaque nesse contexto. É de se lembrar a sagração do jovem Dom Pedro II, com sua murça¹⁰⁰ de penas de pássaros da terra e seu manto com ramos de cacau e tabaco

⁹⁹ O romantismo cujo advento no Brasil – um tanto tardio – terá suas primeiras manifestações nos anos 1830 e num ambiente literário que se constituía logo após a independência e que valorizava o nacionalismo, terá sua mais forte expressão no indianismo que no dizer de Mello e Souza (1976, p. 343-347) aparece como “poesia nacional por excelência, aquela que manifestava uma sensibilidade e um temário que nos diferenciavam do antepassado português” constituindo-se num elemento cujas importância e influência foram “inestimáveis para a aquisição da consciência nacional de um povo que acabava de chegar à vida independente”.

¹⁰⁰ Murça que, posteriormente, veio a ser feita com penas de papo de tucano e que era considerada um tributo aos caciques indígenas, a da coroação, com penas de galo da serra, diz-se ter sido um presente dos índios Tirió (Schwarcz, 1998, p. 78).

e com o céu do Brasil, realizada num cenário que se desenvolve entre as representações dos rios Amazonas e o da Prata (SCHWARCZ, 1998, p. 75-78).

A vinculação da imagem do imperador com a natureza tropical, que se faz durante as primeiras décadas do Segundo Império, bem como o sistemático apoio que se deu, à época, ao estudo da natureza brasileira, são evidências da tentativa – muitas vezes expressa pelo próprio monarca – de fundar uma identidade nacional apoiada na natureza tropical¹⁰¹.

É nesse período de formação do Estado nacional, segundo Arruda (2000, p. 47), que o tema ganha relevo especial. Nesse momento a afirmação da natureza como característica nacional serviu para a criação de uma identidade da nação que surgia: “Literatos, viajantes e autoridades recorreram à idéia de uma especificidade formada pelos trópicos para afirmar o direito à independência política e cultural”.

As idéias de natureza, e imagens da natureza brasileira – muito vinculadas ao Romantismo – que foram sendo produzidas pelos naturalistas, cronistas, artistas e viajantes que percorreram o Brasil no século XIX, de acordo com Arruda (2000, p. 49), foram elementos decisivos para a formação das representações de natureza e do país que viriam a ser dominantes no Brasil; vindo a se constituir em “elementos fundantes na construção de ‘lugares de memória’, nos quais pudessem encontrar abrigo as tentativas posteriores de busca de identidades nacionais ou regionais”.

Todavia, esta visão ufanista, ou melhor, este ufanismo que se faz nacionalista pela via do Romantismo, e que tem o sentido de construir uma identidade brasileira comparativamente à européia, num movimento que se assemelha ao dos americanos na valorização de seus monumentos naturais como símbolo da nação, esconde as reais atitudes com relação aos recursos da natureza. Caracteriza-se através dos tempos no que José Augusto de Pádua (*Apud* SERRANO, 1993, 37) analisa como “uma tradição de dois pólos esquizofrenicamente divorciados” em que se vê “uma celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa do outro”.

Nos finais do século XIX, contudo, verifica-se uma inflexão nesse ponto de vista. Aparece uma nova geração ilustrada que repensaria a idéia de nação,

¹⁰¹ Um conjunto amplo de evidências nesse sentido pode ser encontrado no interessante *As Barbas do imperador*, de Lília Moritz Schwarcz (1998 p. 125-157).

relacionando a idéia de natureza com a de território, e que apresenta novas demandas para a ocupação de novas áreas.

É fácil colocar estas no contexto das novas necessidades da economia, o advento do café e a sua permanente demanda por terras produtivas e, também, da Guerra do Paraguai que veio, no campo diplomático e das políticas territoriais, a significar uma retomada das questões de fronteira, especialmente na bacia do Prata - o que colocava também a questão da ocupação territorial e da acessibilidade à estas regiões.

Para Arruda (2000, p. 52) neste momento os engenheiros ganham destaque como grupo social e profissional que, imbuído na crença na ciência, participa de um movimento de conquista de novos espaços e de sistematização de informações sobre os mesmos, mediante missões exploratórias, relatórios e obras que trouxeram – sem desvincular-se do ideal romântico – uma nova leitura da natureza no Brasil. Nesse contexto:

A natureza continua exuberante, visões paradisíacas, mas agora aparece associada a um outro componente de comparação, a idéia de progresso. A natureza já não é mais apenas um componente de identificação ou de individualização de uma determinada nação ou de um espaço, mas sim um recurso para promover ou impedir o progresso, entendido como desenvolvimento econômico. [...] As riquezas potenciais da natureza não eram, portanto, nem boas nem más; o que as tornava elementos de progresso era o trabalho.

É o tempo dos estudos técnicos das ligações ferroviárias, da exploração das possibilidades da navegação fluvial, da construção das ferrovias – as grandes obras da engenharia nacional como são frequentemente referidas – que permitiram, de um lado, a articulação entre as unidades de produção primária e o porto exportador e, de outro, a ocupação de áreas estratégicas, como foi o sul do país com a ferrovia São Paulo-Rio Grande; é também o momento que, com passos tímidos, se inicia a marcha para o oeste.

Essas iniciativas vieram acompanhadas de sistemas bastante deletérios de exploração da natureza. Muitas destas obras ferroviárias tinham suas concessões acompanhadas de permissão da exploração florestal das terras do entorno.

Neste caso enquadra-se, por exemplo, a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. A *Brazil Railway* tornou-se, em 1908, proprietária de faixas de 15 quilômetros de ambos os lados da via férrea, no trecho entre União da Vitória e

Marcelino Ramos, tendo a sua subsidiária a *Southern Brazil Lumber & Colonization* recebido, em 1911, 180.000 hectares onde realizou exploração madeireira em larga escala (MONTEIRO, 1978, p. 73).

A tônica principal destes tempos é a da conquista do sertão. Os engenheiros e os trabalhadores são heróis que vão conquistar o sertão incivilizado onde só há mato e índios, um espaço a ser apropriado para ser tornando produtivo.

Comentando esta fase, Vânia Carneiro de Carvalho (*Apud* Arruda, 2000, p. 53, 54) percebe que a partir dela surgem duas formas de concepção de natureza que se manifestam implícitas nas representações da pintura e da fotografia. A primeira se mantém dentro da tradição paisagística e a outra dirige-se para a novidade tecnológica, mostrando duas naturezas: na primeira a natureza selvagem ou do campo, na segunda a domesticada, associada à cidade e ao progresso.

Entre o final dos anos 1920 até os de 1940, dois movimentos um de caráter econômico e outro de cunho cultural, parecem compor uma mudança nas concepções de natureza corrente no Brasil.

De um lado tem-se a afirmação do Modernismo, com a valorização do modo de vida urbano e do industrialismo que lhe são inerentes. De outro se verifica a expansão da economia cafeeira, com a incorporação sucessiva de novas terras ao oeste de São Paulo e ao norte do Paraná e a geração de excedentes que propiciaram a base da industrialização e urbanização.

Do ponto de vista cultural o Modernismo significa uma mudança de vulto nas concepções de natureza de então. O movimento expressava o modo de vida urbano, associava-se ao progresso, à velocidade, cantava a máquina, as luzes da cidade. Mas também expressava uma visão do Brasil fora da metrópole, por um ponto de vista mítico em que a natureza – voraz, e protéica – e o homem geravam, nas imensidões incivilizadas do interior, o substrato selvagem do brasileiro (BOSI, 1978, p. 313-318).

Canta-se a selva ora do ponto de vista urbano, festejando o espírito civilizador do paulista – para lá vão as monções e o caçador de esmeraldas, semear cidades, descobrir riquezas –; ora do como lugar de encantamento, de indiferenciação entre homem e bicho, existindo num tempo a parte que abriga seres míticos – lá onde vestido na pele da Cobra Norato, Raul Bopp, fez mirongas para a lua nova, viu as

árvores insones e a água do rio se quebrar, só para casar com a filha da rainha Luzia (2000, p. 5-6).

É interessante observar também que, malgrado sua inspiração urbana, permanece viva, nas expressões do modernismo, mesmo nos seus segmentos mais afastados do nacionalismo exacerbado que se comprometeu com o integralismo e serviu aos desígnios da propaganda estado-novista, uma relação profunda entre a identidade do brasileiro e aspectos da natureza.

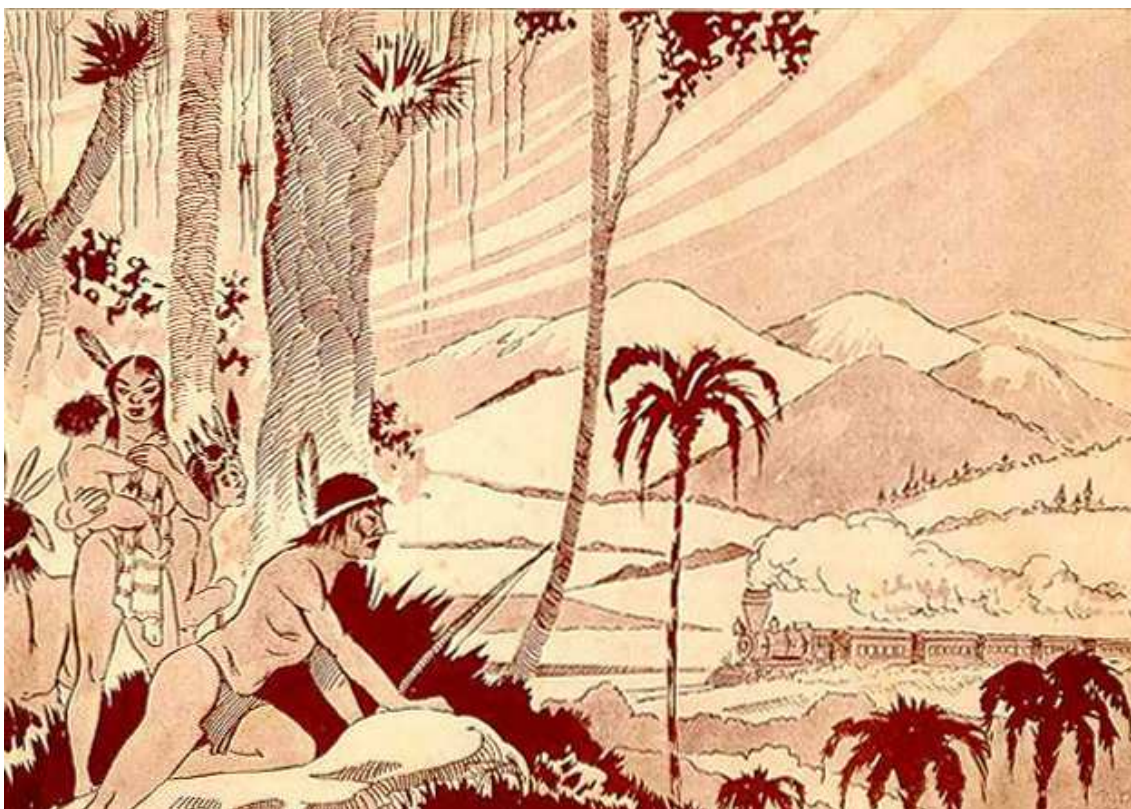
Um exemplo disso são as Enfribaturas do Ipiranga, de Mário de Andrade (2003, p.85), onde o poeta se refere aos modernistas, “nós”, como as Juvenilidades Auriverdes. Estas, num diálogo em que se contrapõem aos escritores e artistas estabelecidos – os Orientalismos Convencionais –, aos milionários e burgueses – as Senectudes Tremulinas – e à massa indiferente – os Sandapilários Indiferentes –, assim se apresentam:

Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!
 As franjadas flâmulas das bananeiras,
 As esmeraldas das araras,
 Os rubis dos colibris,
 Os lirismos dos sabiás e das jandaiaas,
 Os abacaxis as mangas e os cajuas
 Almejam localizar-se triunfalmente,
 Na fremente celebração do Universal! ...
 Nós somos as Juvenilidades Auriverdes!
 As forças vivas do torrão natal [...]

Celebra-se então uma nacionalidade de “brasileiros auriverdes” (ANDRADE, 2003, p. 59) que quer se inserir no contexto do internacional – a celebração universal modernista –, mas se apresentando com as vestes da natureza, com as suas cores, com a sua profusão tropical.

É nesse momento que, afirma Arruda (2000, p. 55), “campo e cidade”, “cidades e sertões” virão a se constituir em “novos lugares da memória”, sendo estas representações mais freqüentes a partir dos anos 1940. A oposição entre cidade e sertão – civilização e selvageria, moderno e arcaico – estabelece o que o autor designa uma nova “sensibilidade espacial sobre o território do Brasil” cujos “elementos fundantes” se apóiam na “idéia de progresso e apropriação da natureza, entendida como recurso natural”.

FIGURA 7 - LARA, P. de. O TREM DE FERRO ENTRA NO SERTÃO BRAVO.



Fonte: A História do Trem (Moura, s.d., p. 11).

Como se viu na figura 7, as ilustrações de um livro infantil, *A história do trem*, de Pedro de Almenida Moura, editado pela Melhoramentos nos anos 1940, trazem muito vivas estas idéias em que a obra de engenharia é suporte físico das representações do progresso e civilização, em oposição ao sertão dos bugres incivilizados.

A cidade é então, como foi até os princípios dos anos 1970, associada ao progresso e à difusão de inovações, iniciativas e cultura; às fábricas e à tecnologia. Em oposição o sertão¹⁰² seria o inculto, o domínio da natureza. Mas também, como

¹⁰² Sobre a idéia de sertão, como representação de natureza inculta, ou como local despovoado, mas onde também reside a possibilidade do enriquecimento rápido, cabe asseverar que ela remonta aos primórdios da colonização. Era no sertão, inculto e povoado de selvagens, que se ia buscar ouro e apresar indígenas. Ou como se refere Alcântara Machado e seu *Vida e morte do bandeirante*, a palavra sertão "já aparece nos inventários paulistas dos séculos XVI e XVII, como a 'denunciar que para o sertão está voltada constantemente a alma coletiva', pois ele foi 'o centro solar do mundo colonial'. Espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo, despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil. Trazia, porém, o risco das forças destrutivas da 'natureza rebelada': onças, tigres 'e outros bichos mui indômitos, desertos e miasmas, febres e peçonhas', além das populações muitas vezes confundidas com a própria fauna, 'os negros da terra'" (Apud Vainfas 2001, p. 528-529).

já se viu, dentro de uma perspectiva que praticamente funda um dos aspectos dominantes das relações da sociedade brasileira com a natureza e que remonta aos primórdios do período colonial, o lugar da oportunidade e do enriquecimento rápido; só que agora o ouro era o café.

A natureza como sertão era vista, assim, a partir desta percepção de opostos, era a um só tempo o inculto e o atrasado e a oportunidade de enriquecimento pelo trabalho.

Arruda se refere a esse paradoxo, indicando que as propagandas das companhias de colonização apontavam a natureza exuberante como uma garantia da obtenção de rendimentos e que "grandes árvores, rios, fotos de imensas florestas etc. são largamente utilizados para transformar a natureza em recurso natural" (2000, p. 57).

É de se lembrar que esta forma de interação com as florestas como signo de potencial agrícola, tipicamente brasileira, que subsistiu pelo menos até os fins do século XX, já estava presente no século anterior, como aponta Alice Canabrava (1974, p. 95) ao comentar o processo de apropriação de novas terras pela atividade cafeeira:

A floresta indicava as áreas privilegiadas; as de maior interesse são marcadas pela presença de árvores padrões [...]. 'O verdadeiro agricultor', escrevia o Barão de Pati do Alferes, 'conhece as madeiras da mata, verdadeira pedra de toque do profissional da agricultura'.

É de se pensar, aqui, para quem se articulavam estas representações. Provavelmente para as elites enriquecidas com o café e para as classes médias urbanas o sertão era a oposição dos confortos da cidade. Já para os migrantes nordestinos e mineiros e para os filhos da primeira geração de imigrantes que ao princípio do século se constituíram na mão de obra da cafeicultura, caminhar para o sertão significava oportunidade de trabalho, terra própria e riqueza.

FIGURA 8 – LONDRINA 1934



Fonte: YAMAKI, Humberto. *Labirinto da memória: paisagens de Londrina* (2006).

Este momento de ocupação de novos espaços e de apropriação de grandes áreas de terra para a atividade agrícola em padrões modernos, mas ainda muito intensiva em mão de obra, que se verificou, principalmente, em extensas porções do território paulista e paranaense, mobilizou e galvanizou a atenção de quase toda a população brasileira trazendo expressivas levas de migrantes.

Pela sua imensa capacidade de destruição de extensas áreas de floresta num processo de modificação da paisagem de grandes dimensões, e pela quantidade de pessoas que mobilizou de diversas origens culturais, significa uma oportunidade de estudo de como se articulam as concepções de natureza, memória e identidade que ainda estão por ser devidamente exploradas.

Mas, todavia, pelas dimensões da mudança devem ser referência presente nas concepções de natureza das gerações que o presenciaram e naquelas que as sucederam.

No pós-guerra, assentadas as bases do processo de industrialização e urbanização da sociedade brasileira, via-se um sertão conquistado, ou pelo menos cada vez mais longínquo do Brasil urbano do centro sul.

A população urbanizava-se, cresciam as grandes cidades que, tornavam-se cada vez mais destino dos processos migratórios internos, quer pela oferta de novos empregos quer pelas mudanças de fundo na agricultura que, com novos padrões tecnológicos e concorrenciais, apresenta cada vez menores índices de ocupação de mão-de-obra.

A população urbana, formada em grande parte de adventícios do meio rural ou de pequenas cidades estreitamente ligadas a esse meio, tem a memória colada a antigos suportes que sobrevivem, e neles encontra-se impresso um determinado padrão de relação com a natureza e um conjunto de lugares que representam, idealmente, esta natureza (ARRUDA, 2000, p. 58).

Também e quase que complementarmente, a natureza que uma geração atrás estava para ser conquistada e submetida pelo progresso, como consequência desta urbanização rápida, que coloca na periferia e na miséria grande parte da população e que submete quase todos a uma vida de violência, serviços inadequados, desconforto e tensão, começa a ser idealizada novamente como o paraíso, o lugar da vida tranqüila, do encontro com antigos valores.

Ou como se refere Arruda (2000, p. 61)., a natureza passa a ser associada à “vida no campo” sendo colocada “como um contraponto ao urbano”. O interior é cada vez mais considerado como um “local ‘natural’, onde ainda existe a possibilidade de ‘volta’ à natureza, de fuga da cidade, onde a civilização possui morada”.

Trata-se mais uma vez de um retorno ao paraíso, tanto da expectativa do retorno ao rural, à vida da infância ou aquela que narrada pelos pais como uma vida ideal, como aos paraísos projetados dos parques e condomínios fechados, numa versão local, cada vez mais presente, dos paraísos construídos a que se refere Cronon (1995, p.37).

Nestes últimos a publicidade cuida de associar vida saudável e felicidade às “imagens do campo, de bosques, parques naturais, rios, etc., [...] qualidade de vida

reside em viver na natureza” [...] trata-se da natureza, mas de “uma natureza projetada” (Arruda, 2000, p. 61).

3.1.3 Identidades Regionais e Concepções de Natureza

Cabe também observar que, além de ser base para a construção de uma identidade nacional, a noção de natureza, no caso brasileiro, serviu também para estabelecer um recorte espacial para o território, e também fundamentou muitos esforços de definição de identidades regionais.

Não há como negar esta forma de reconhecer o país que associa regiões a aspectos da natureza: o sul aos campos – os pampas – o nordeste aos coqueirais e à caatinga, o Paraná à mata de araucárias, o norte aos seringais e à floresta amazônica, ou ao rio Amazonas; para lembrar alguns dos aspectos que são comumente divulgados no sistema de ensino público no país e que se repetem em manifestações culturais de toda ordem.

As manifestações culturais que enfatizam as diferenças regionais, dando ênfase às características de paisagem e costumes têm, no Brasil, suas primeiras aparições na segunda metade do século XIX (MELLO E SOUZA, 1976, p. 350), sendo, como se viu, coetâneas do indianismo e do esforço de construção de uma identidade nacional associada à natureza tropical.

Sua expressão maior, contudo, se dá nos primeiros anos da República, como decorrência do sistema político que enfatizava a autonomia dos Estados – autonomia esta que não veio por decreto mas era resultado de um processo cujas origens estavam na luta contra o centralismo do segundo reinado –, e dava as condições para a afirmação das culturas regionais (BOSI, 1978, p. 295-299).

Esta associação deu origem à busca de elementos de suporte para manifestações de cunho identitário, que se voltavam aos tipos regionais, mas também a certas características das paisagens.

Dentre elas, pela proximidade, vale a pena mencionar – já nos primeiros anos do século XX – o paranismo¹⁰³ com sua apropriação da imagem do pinheiro e do

¹⁰³ Paranismo movimento cultural de bastante amplitude que ocorre no Paraná, pelos anos 1920 até os 1940, especialmente no que se designa Paraná tradicional, isto é sua região de colonização mais antiga, em que se busca constituir símbolos de uma identidade regional. Adalice de Araújo (2006, p. 62-73) coloca seu advento nos

pinhão para a constituição intencional de uma simbologia representativa do Paraná e do modo de ser da sua gente.

Sabe-se que o discurso regionalista vincula-se, nas suas origens, às características de ocupação esparsa e de ausência de nexos econômico entre as diversas regiões do país que se verificavam desde o período colonial e que se mantiveram por longo período. Esta situação levou a discursos políticos que se apoiavam nas idéias de centralização e descentralização.

Desta forma, no período colonial prevalecia a descentralização, no Império, especialmente no segundo, a centralização. Já na República Velha, até os anos 1930, perdura um discurso que se apoiava nas diferenças regionais de caráter geográfico e cultural para manutenção do equilíbrio federativo.

Daí para frente, com a revolução de 1930 e o golpe de 1937, verifica-se um movimento de centralização do poder que confere outros matizes a este discurso, pois as diferenças regionais eram evocadas no sentido de evidenciar a necessidade de fortalecimento do poder central.

A paulatina formação de um mercado nacional e a industrialização do pós-guerra virá a dar outras conotações a estes discursos, que caminharão basicamente no sentido da integração nacional e da superação dos desequilíbrios regionais.

Mas, como sugere Arruda (2000, p. 61), a busca de um nacionalismo regional por artistas, políticos e intelectuais, geralmente numa tentativa de aglutinar uma comunidade por meio do discurso, relacionando-a a um território, seria apenas uma das formas de associar natureza e região.

A natureza pode se vista como suporte material da memória. Suas concepções podem significar tanto lugar de memória como de esquecimento, de apego e afeto como de conflito e tensão. Tais perspectivas estariam como que enraizadas nas concepções populares, influenciando a valorização de lugares e objetos e a leitura das paisagens (ARRUDA, 2000 p. 59-60).

Padrões de interação com os lugares, maneiras de fazer, utilização de recursos, podem compor, em determinados momentos, memórias coletivas que expressam uma relação entre a população e determinadas paisagens que

inícios do século XX e destaca que o mesmo busca inspiração no modo de vida tropeiro, na valorização do índio e em elementos da natureza local entre os quais o pinheiro.

ultrapassam as concepções associadas ao regionalismo e a seus tipos – o jangadeiro, o tropeiro, o gaúcho – de caráter discursivo e político.

Mas, todavia, não se deve subestimar – principalmente em algumas áreas do país e como decorrência de uma peculiar junção entre modos de vida regionais, a propaganda política e as práticas do sistema de ensino – a difusão entre amplas camadas da população de certas leituras de cunho regionalista que adquirem, no sistema de produção da cultura, uma dinâmica peculiar e própria, imbricada com o cotidiano de amplas camadas da população – como facilmente se pode perceber hoje no Rio Grande do Sul e no sul do país em geral, com os Centros de Tradição Gaúcha (CTGs).

As aproximações anteriormente apresentadas à questão das concepções de natureza no Brasil, que não pretendem, evidentemente, esgotar o tema, mas apenas propor um cenário a partir do qual se pode compreender o processo de constituição de patrimônios culturais naturais no país.

Estas considerações basearam-se, como é perceptível, nos pontos de vista de Roberto Damatta e Gilmar Arruda a respeito das representações de natureza na sociedade brasileira. São duas leituras distintas e que partem de pontos de vista disciplinares diferentes.

Cabe ressaltar, todavia, que Gilmar Arruda (2000, p. 46) assinala que, embora concorde com Roberto da Matta no que se refere aos mitos que se encontram na base das concepções de natureza correntes no Brasil, afirma que seu raciocínio a respeito da ausência de separação clara entre o natural e o social no Brasil carece de historicidade.

É certo que o pensamento de Roberto Damatta se desenvolve como um esboço, de amplas pinceladas e de grande abrangência, quer no que concerne ao tempo, quer no que diz respeito aos processos envolvidos. Mas não é menos certo que seu pensamento se apóia em características manifestas cotidianamente no trato brasileiro com a natureza.

As licenças de desmatamento ao arrepio da lei, a exploração de recursos de unidades de conservação nas suas áreas de máxima proteção, contrapostas a um discurso oficial de cunho fortemente ambientalista fazem parte do nosso cotidiano de tal forma que são desnecessárias as evidências para demonstrá-las.

Já o ordenamento temporal e a relação com as dinâmicas econômicas e políticas atribuídas por Arruda às diferentes concepções de natureza, significam outra leitura, mas auxiliam a compreensão e, principalmente, o entendimento da dinâmica de certos processos de apropriação de recursos e construção do território.

Comentando esta visão, convém destacar que referencia uma leitura das relações com a natureza dentro de um segmento específico da sociedade brasileira especialmente ligado à constituição de patrimônios culturais naturais.

Exemplo disto encontra-se em quando se refere aos relatos de viagem e seu papel fundamental na visão da natureza para os brasileiros. Cabe ressaltar que estes brasileiros seriam aqueles para quem foi possível tomar contato com os relatos de viagem e incorporá-los no seu universo simbólico – ou seja, os intelectuais.

Evidentemente, estes serão grande parte dos atores dos processos de constituição de patrimônios culturais e terão, em uma ou outra medida, traduzido tal conjunto de concepções nos seus processos de valoração dos elementos da natureza.

Mesmo com a massiva divulgação desses pontos de vista através do sistema de educação pública, especialmente a partir do advento da República, e com seu reforço em determinadas épocas, como no Estado Novo, não se deve deixar de lado o outro plano simbólico que compõe as concepções dominantes da sociedade brasileira em relação à natureza. O fato de ter registros históricos menos sistematizados não faz com que tenha menor importância.

Pois os padrões relacionais com a natureza, característicos das sociedades tradicionais, especialmente de origem indígena e africana estão vivos e se manifestam tanto quanto os outros.

A expressão concreta destas formas relacionais continua produzindo efeitos notáveis sobre a natureza como, por exemplo, na forma das queimadas com as quais são apropriadas para agricultura extensas áreas da floresta amazônica – que remetem à coivara – herança indígena.

Parece, por fim, que se trata de dois pontos de vista aplicáveis a aspectos diferentes da questão, um que permite ir além de uma análise interpretativa e tem um potencial para vir a se constituir numa ferramenta analítica para orientar a

atuação sobre as questões ambientais; e o outro de cunho mais descritivo, que permite o estabelecimento de um quadro referencial de situação.

A contribuição de Roberto Damatta sugere uma compreensão dinâmica do quadro relacional da sociedade brasileira com a natureza, o entendimento de como ela se expressa nos artefatos culturais, nas políticas públicas, podendo constituir-se num importante ponto de vista a ser incorporado no estudo dos sucessos e insucessos das iniciativas ambientais no país, bem como para a formulação de políticas e estratégias na área.

Já a de Gilmar se destina a compreender os processos de apropriação de recursos no correr do tempo e em contextos políticos diversos, servindo de enquadramento para a compreensão de alguns processos como são encontrados.

3.1.4 A Diversidade Cultural e a Apropriação da Natureza Tropical

A relação da sociedade brasileira com a natureza pode ser considerada, também, levando em conta o peculiar encadeamento entre oferta de recursos naturais – principalmente terra –, a cultura do colonizador e as demandas externas por produtos primários.

O território brasileiro, pelas peculiaridades de sua geografia – tropicalidade marcante e ausência de grandes barreiras físicas e de aridez acentuada – colocou para o colonizador europeu um conjunto de dificuldades e de possibilidades que estão, ainda hoje, no cerne de alguns padrões de apropriação dos recursos naturais que aqui se encontram.

De um lado a natureza tropical colocava imensas dificuldades de adaptação para agricultores oriundos de áreas temperadas, principalmente no que concerne a uma possibilidade de adequação de culturas e técnicas de manejo à dinâmica climática e edáfica¹⁰⁴ e, de outro, à ausência de áreas de grande aridez que tornava,

¹⁰⁴ A referência aqui é à dominância de solos laterizados – originários de processos de oxidação que se caracterizam pela presença na superfície de óxidos e hidróxidos de ferro e alumínio e caulinita – nos meios tropicais e a sua baixa fertilidade natural; assim, quando se verifica a retirada da floresta suprimindo-se a fonte de matéria orgânica que propicia a sua fertilidade, a intensidade dos processos de intemperismo – químico e mecânico – típica destas zonas propicia processos de lixiviação e de erosão que rapidamente remetem o solo à sua condição original de baixa fertilidade (TOLEDO et al. 2003, p. 144-162).

a terra brasileira passível de ocupação e colonização extensiva, como aponta Azis Ab'Saber (1976, p. 55-57).

Essa inadequação cultural associada à disponibilidade de novas terras incorporáveis a baixo custo deu origem a um padrão de agricultura de grande agressividade ambiental, ao qual Sérgio Buarque de Holanda se refere da seguinte forma:

Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra 'agricultura' aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações [...]. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável (1995, p. 49).

A regra que se instalou, como afirma o mesmo autor, foi a de se incorporarem novas áreas de cultivos tão logo as terras utilizadas se vissem depauperadas, de forma que poucas fazendas permaneciam no mesmo lugar ou sob o mesmo dono mais do que duas gerações (1995, p. 50).

Esse processo de incorporação obedecia a um padrão aprendido com os indígenas e que, praticado nestas terras desde que aqui surgiu a agricultura, tinha como base a apropriação agrícola das áreas de florestas¹⁰⁵ – de cultivo mais viável para a época que os campos e os cerrados geralmente ácidos e de baixa fertilidade – mediante a prática de queimadas (DEAN, 1996, p. 44 e 56). Estes mesmos solos, expostos ao intenso intemperismo das áreas tropicais perdiam rapidamente a fertilidade pela lixiviação e erosão hídrica, tornando-se imprestáveis para a atividade a curto prazo.

Aliás, sobre a rápida perda de fertilidade do solo, lembra Buarque de Holanda (1995, p. 51), numa alusão – que se reveste de trágica atualidade tendo em vista o que ocorre hoje na Amazônia – uma carta enviada ao Conde de Oeiras, em 1766 em que se afirma que “Todos [...] sustentam que a terra, no Brasil, só tem sustância na superfície [...]”.

¹⁰⁵ August de Saint Hilaire (*Apud* CANABRAVA, 1974, p. 92) já apontava nos meados do século XIX “todo o sistema da agricultura brasileira é baseado na destruição da floresta e onde não há matas não existe lavoura”.

Esta evidente incúria com a terra caracteriza a agricultura brasileira durante um largo período da história do país, e é comentada por diversos autores a partir no século XVIII¹⁰⁶, como registra José Augusto Pádua (1998, p. 297-301). Eles denunciam seu caráter nômade, apoiado no trabalho escravo e na queima da mata atlântica.

Expoente deste pensamento foi José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo discurso crítico com relação à destrutividade ambiental da lavoura colonial considera como causas não apenas as práticas das queimadas, mas o atraso tecnológico, o escravismo e o latifúndio (PÁDUA, 1998, p. 301).

Caio Prado Jr. (1967, p. 88), também compara tais práticas agrícolas com a mineração quando a denomina “agricultura extrativa” a qual, afirma, “ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço de sua parte”.

É a manutenção desse padrão de relação com a natureza que confere à agricultura que aqui se generalizou uma característica de mineração, na medida em que significa uma retirada, sem reposição, dos elementos que permitem a fertilidade do solo. E tem, como se viu, suas origens não somente vinculadas aos modos de fazer das culturas que se envolveram nessa prática, mas também nos seus padrões de interação social, pois que este – calcado na hierarquia – aproximava os menos privilegiados – indígenas e negros – do trabalho e do trato com a terra, o que se vincula com a generalização do sistema de queimadas.

Caio Prado Jr. (1967, p. 90) associa não apenas ao trabalho escravo – que qualifica como “semibárbaro” – esse traço destrutivo da agricultura que se registra no Brasil. Vê ligação também com a política colonial portuguesa, que mantinha a colônia no isolamento, tendo como canal de entrada de produtos e técnicas apenas a metrópole e não permitindo o acesso a inovações.

¹⁰⁶ Este autor em pesquisa sobre o pensamento ambiental brasileiro entre 1786 e 1888, arrola 150 títulos em que se encontram manifestações dessa natureza, para ele este pensamento tem origem em uma reforma curricular na Universidade de Coimbra, nas últimas décadas do século XVII, que a aproxima das idéias do iluminismo, aponta como personagem chave desse processo o naturalista Domingos Vandelli, defensor do estudo dos recursos naturais de Portugal e das colônias.

3.1.5 Frentes agrícolas e Extrativistas: um padrão interativo entre produção e natureza

Além das explicações de caráter cultural, político, e geográfico, este padrão de relação com a natureza também está relacionado com um conjunto de aspectos de caráter econômico, pois a ocupação produtiva das terras brasileiras se dá no contexto da expansão comercial europeia. Tratava-se, à época, de atender às demandas por especiarias cujo valor no mercado europeu pudesse justificar os imensos riscos associados às distâncias e à precariedade dos sistemas de transporte.

Inicialmente o produto da terra era o pau-brasil, cuja extração em larga escala não implicou em maior ocupação e teve como saldo a destruição em grande escala da floresta¹⁰⁷ (PRADO JR., 1967, p. 25) e na qual foi de grande valia a mão de obra nativa.

Passadas as três primeiras décadas do século XVI, a iniciativa colonial centrou-se na produção açucareira, inaugurando nos trópicos, como assinala Caio Prado Jr. (1967, p. 91) um “novo tipo de agricultura comercial extensiva em larga escala” que não tinha precedente histórico na Europa.

O açúcar ocupava uma posição de destaque dentre as especiarias, sendo uma das mais apreciadas do mercado, e a equação de recursos necessária à sua produção em escala – tecnologia, financiamento, terra, mão de obra e mercado – foi paulatinamente solucionada pela associação entre os interesses portugueses – tecnologia açucareira já desenvolvida, disponibilidade de terras e escravidão¹⁰⁸ – e holandeses – financiamento e estrutura de comercialização (FURTADO, 1971, p.5-12).

¹⁰⁷ Roberto Simonsen, (1969, 58-61) afirma que com o pau-brasil “a exploração das riquezas vegetais do país começou para não mais parar”, e comenta que: as madeiras que daqui eram retiradas no início da colonização destinavam-se não apenas à tinturaria, mas também à fabricação de móveis de valor e navios; se tirava duas variedades de brasil o de Pernambuco (*Caesalpinia crista*) e o brasil propriamente dito (*Caesalpinia brasiliensis*) – *ibirapitanga* e *arabutã*, na designação indígena –; a extração, feita pelos índios, provocava grandes danos, não somente porque estas árvores frequentemente atingiam “proporções gigantescas” mas porque, muitas vezes, se valiam do fogo para se pouparem do trabalho de corte, o qual podia se propagar pela mata; também se comerciava com o jacarandá e o acaju.

¹⁰⁸ Como assinala Caio Prado Jr. (1967, p. 36-37) os portugueses desde o século XV já traficavam com escravos africanos adquiridos nas costas da África, estes eram empregados para serviços diversos no reino – não apenas urbanos mas em pequena escala na agricultura – e na colonização das ilhas do Atlântico.

A economia açucareira, que vem a ser a base de ocupação territorial mais ampla e estável em nosso país nos primeiros séculos da colônia, apresenta um comportamento peculiar, que a levaria a um crescimento em extensão, sem mudanças de caráter estrutural.

Como assinala Celso Furtado (1971, p. 51-53), a economia açucareira tinha sua dinâmica determinada pela demanda externa. Apresentava nos períodos de expansão uma demanda crescente e preços ascendentes e tinha, nesses períodos, como única limitação ao crescimento a oferta de mão-de-obra e a disponibilidade de novas terras. Já nos períodos de retração, graças à disponibilidade de mão-de-obra escrava, podia atender as necessidades básicas de manutenção da empresa – as condições mínimas de reprodução desta mão-de-obra, do proprietário e seus dependentes – não resultando em grandes perdas.

Tem-se então uma atividade econômica cuja relação com a natureza se apóia numa dinâmica que responde a estímulos tendentes a ampliar o uso do recurso terra. De um lado há um padrão tecnológico inadequado que tende a inutilizar, com muita rapidez, este recurso, exigindo sempre a incorporação de novas terras para compensar a perda de produtividade. De outro há um padrão de crescimento que requer a incorporação de novas áreas para atender os aumentos de demanda e, por fim, uma inércia estrutural que não induz à inovação tecnológica – e que reproduz, portanto, o padrão extremamente agressivo de apropriação a cada novo ciclo ascendente – posto que é garantida a reprodução em situações de baixa demanda.

Além deste padrão de organização da produção que tendia a ampliar a demanda sobre recursos da terra, associada a uma forma de cultivo apoiada na queimada e tecnologia incipiente na qual as únicas ferramentas eram a enxada e a foice, a produção açucareira demandava lenha. Essa era retirada das proximidades dos engenhos até o momento em que a distância de transporte inviabilizasse a atividade (PRADO JR., 1967, p. 88-89).

Nesta peculiar associação entre cultura, meio ambiente e forma de organização da produção encontram-se as bases de um padrão de relação com a natureza que está nos fundamentos dos demais processos de ocupação territorial que se desenvolveram desde então, e que são muito significativos para a compreensão dos processos de constituição de patrimônios culturais naturais, especialmente na região estudada.

Podem-se identificar dinâmicas similares, determinadas por demandas que se articulam externamente – quer no que concerne à formação de mercados quer no que concerne à formação de preços em diversos outros momentos da história do país. Elas respondem aos estímulos positivos através de sucessivas ampliações da extensão da área explorada e se apóiam em uma matriz tecnológica simples, de caráter relativamente estável, e de alta agressividade ambiental.

Não se trata de generalizar, pois a amplitude do tempo histórico envolvido é razoável, e as especificidades de cada caso não podem ser deixadas de lado. Mas, em se tratando de estabelecer um cenário amplo pode-se considerar que este não foi só caso da lavoura açucareira, mas também se verifica padrão similar em atividades extrativistas como a da borracha e do mate e, também, na expansão cafeeira.

O homem segue a natureza, passiva e provedora, que lhe disponibiliza seus frutos. A apropriação da natureza se dá por meio de uma estrutura hierarquizada – apoiada numa tecnologia simples – que delega aos que se encontram mais abaixo o contato e o manejo da natureza. Estes pontos de vista externados por Roberto Damatta, parecem encontrar eco no padrão de interação entre a economia e a natureza acima relatado.

Ponto de vista similar pode ser encontrado, também, no chamado Projeto Noroeste¹⁰⁹, um dos primeiros estudos que, no caso paranaense, procura discutir as possibilidades de relação entre o desenvolvimento e o uso não deletério da natureza. Neste encontra-se uma interessante discussão sobre o processo de frentes de ocupação, em que se procura associar a ocupação do território brasileiro e o padrão de apropriação dos recursos da natureza a mecanismos de demanda externa por produtos primários, de grande abrangência explicativa.

Sob ponto de vista externado nesse trabalho, a ocupação do território brasileiro obedeceu – diferentemente ao que se encontra nos países de colonização espanhola - a uma dinâmica de frentes de ocupação voltadas ao estabelecimento do domínio português sobre o território e que foram seguidas da organização e

¹⁰⁹ *Estudo para o desenvolvimento regional do noroeste do Estado do Paraná*, de 1973 e 1974 elaborado no âmbito dos trabalhos de desenvolvimento e planejamento da Bacia do Rio da Prata, da Organização dos Estados Americanos; neste o conceito de frente se refere a um padrão de relação entre uma forma de produzir e o meio físico, distinguindo-se, basicamente frentes de ocupação, de expansão ou expulsão – associadas a uma determinada atividade primária e as dinâmicas ascendentes e descendentes de demanda externa – e também de segurança – de inspiração geopolítica – (OEA, 1975 p.22-30 e p.245-251).

gerenciamento de processos específicos de produção a partir do povoamento e do uso dos recursos naturais com o dinamismo apoiado nas demandas do mercado europeu (OEA, 1975, p. 23-24).

Tratava-se de um processo de frentes ocupação vinculadas à intenção de ocupação de um espaço, que para a racionalidade econômica de então se apresentava como vazio – isto é sem possibilidade de incorporação ao sistema de trocas internacional – e sobre o qual era necessário estabelecer domínio.

Era uma colônia sem maiores atrativos comerciais e, portanto, como afirma Antônio Carlos Moraes (1991, p. 169), não haveria outra forma de construí-la que não ocupando espaços e produzindo “sendo assim mais uma obra de edificação de algo novo do que de apropriação de uma estrutura preexistente - como em outras partes do mundo colonial e da própria América”.

Similares a este processo seriam as frentes – como, por exemplo, a do café – associadas a outras dinâmicas da economia brasileira cuja demanda se sustentava nos países industrializados.

Estes, no contexto internacional de divisão do trabalho que advém da Revolução Industrial, passaram a demandar produtos tropicais e subtropicais, ocasionando o estabelecimento, no correr dos séculos XVIII e XIX, de um sistema de produção dependente das transformações econômicas dos países demandantes (CANABRAVA, 1974, p. 86).

Nestas demandas se originaram “diversas frentes de expansão agrícola ou de extração vegetal”, vinculadas a ciclos de expansão da economia brasileira. Foi o caso da cana de açúcar, do café e da borracha, as quais teriam um peculiar dinamismo assim explicado pelo mencionado Projeto Noroeste:

De fato, na medida em que permanecem vigentes as condições econômicas que justificaram e motivaram sua expansão geográfica, povoando a uma densidade dada pelas técnicas de cultivo e extração empregadas, e a uma velocidade de avanço definida por estas mesmas técnicas (seu caráter mais ou menos predatório) e pelas condições intrínsecas dos solos e do clima. Esta velocidade, definida em função de fatores que atuam do lado da oferta supõe, naturalmente, uma demanda constante. Se a demanda flutuar, seus efeitos se farão sentir imediatamente sobre a velocidade de avanço da frente de expansão agrícola, acelerando-se a expansão, sob estímulo de uma demanda sustentada e persistente; restando-se, por outro lado, em condições de retração da demanda (OEA, 1975, p. 24).

O que se acentua no estudo é que há uma extrema sensibilidade do sistema produtivo face ao mercado caracterizando-se uma forte dependência¹¹⁰ para com o comprador – o qual se constitui em uma nova metrópole para o sistema na medida em que este tenha seu dinamismo centrado na produção especializada da frente – tem-se um sistema “cuja fragilidade e dependência são estruturais” (OEA, 1975, p. 25).

Neste sistema, caso os preços caiam a ponto de não remunerar os custos de produção, cabe ao produtor sair parcial ou totalmente do mercado, interrompendo a produção. Caso esta situação perdure tornando-se uma situação normal do mercado e o ciclo de expansão não tenha como resultado saldos que permitam a geração interna de outros processos dinâmicos, a tendência do sistema produtivo é regredir para os padrões de subsistência, dando origem a uma frente de expulsão – como se deu, por exemplo, com o ciclo da borracha – (OEA, 1975, p. 25).

Pode-se especular sobre as conseqüências deste sistema no que concerne à apropriação de espaços e dos recursos da natureza, verificando-se que as frentes estabelecem uma dinâmica que é sempre perversa, pois implicam na sucessiva ampliação das áreas utilizadas e na grande maioria das vezes, numa apropriação não sustentável, quer nos momentos de expansão quer nos de expulsão.

Na frente de expansão, que tem sua lógica produtiva substancialmente determinada por demanda externa sustentada, os obstáculos a serem superados no âmbito interno, dizem respeito a: sistemas de transporte – para adentrar o espaço não ocupado e para retirar o produto colocando-o no porto, oferta de terra produtiva e, para o padrão tecnológico dado, mão-de-obra disponível.

Nos casos de crescimento da demanda a apropriação de novos espaços se dava sempre que o sistema produtivo implantado atingia ao seu limite de produção, tornando necessária a incorporação de novas unidades produtivas.

¹¹⁰ Sobre a dependência e sua relação com a apropriação da natureza assim se manifesta Raymundo Faoro (2000, p. 123): “Por este caminho – o vínculo da empresa do Brasil ao Portugal extrovertido economicamente – começou o drama da dependência [...] O comércio europeu alcança, nos seus tentáculos, a colônia americana, estruturalmente incapaz de buscar do seu largo território e de suas riquezas interiores a autonomia das próprias determinações, agridoada aos padrões comerciais instalados nas costas portuguesas, persistente herança do mundo mediterrâneo. As origens impõem um destino. O pólo imantado pelo pau-brasil será o mesmo do açúcar, do ouro e do café”. Ou mais à frente (2000, p. 131): “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. [...] A colônia e a metrópole, com a orquestração comandada da metrópole, traço inicial do povoamento, asseguram os dois termos [...] dois pólos”.

Neste sistema, quando havia níveis estáveis de demanda e tecnologia, a produtividade da terra passava a ser o fator fundamental para a viabilidade do empreendimento agrícola. Esta produtividade devia remunerar os custos de produção. Quando isto deixava de acontecer, a opção não se dava pela incorporação de tecnologia para a melhoria de produtividade, mas pela incorporação de novas áreas de produção (BURLAMAQUI, *Apud* CANABRAVA, 1974 p. 93), pois estas, além de disponíveis, podiam ser incorporadas a baixo custo¹¹¹.

A disponibilidade de terras vinculava-se não somente às características físicas do território, mas também era a uma consequência da política de ocupação territorial a oeste da linha de Tordesilhas¹¹², sustentada pelo governo português durante o período colonial – e que depois da independência teve desdobramentos até princípios do século XX.

A sistemática tentativa de ampliação das fronteiras implicou em ocupação de vastas extensões territoriais com baixa densidade populacional, principalmente ao sul, ao oeste e ao norte do país (MACHADO, 2001, p.57).

Eram terras devolutas – sem propriedade certa e, portanto, do governo e concedidas a terceiros pelo governo – por tradição que remonta às origens de Portugal (FAORO, 2000, p. 6 e 140-144) – ou se tratavam de grandes extensões de terra muito pouco ocupadas e com proprietários ausentes.

Estas últimas tinham sido obtidas a partir do sistema de sesmarias. Na maioria dos casos foram concedidas aos que tinham acesso ao sistema de decisão –os que tinham vínculos com a metrópole ou com seus prepostos na colônia – e que não constituíam a população que ocupava estas áreas distantes dos centros de decisão¹¹³, impelida pelas necessidades da sobrevivência ou remanescente das expedições de ocupação.

¹¹¹ Pode-se avaliar o valor relativamente baixo desse fator *vis a vis* aos demais componentes da empresa rural quando se toma em conta, como avalia Faoro (2000, p. 143), que por mais de trezentos anos, tanto nas explorações açucareiras como cafeeiras, a terra valia um décimo do valor dos escravos envolvidos na empresa.

¹¹² Estas políticas, persistentes desde o início da colonização, tiveram desdobramentos e matizes em momentos distintos. Wachovitz assinala duas formas básicas, a da ocupação militar com a construção de fortes seguida da implantação de colônias – como foi, por exemplo, a tentativa da Colônia de Sacramento na foz do Prata – e outra, posterior à revogação do tratado de Madri, a partir dos anos 1760, que privilegiava a ocupação por povoações civis (2001 p. 89-92).

¹¹³ Essa dinâmica de ocupação por proprietários ausentes verifica-se, no caso do Paraná, desde os primórdios da colonização, encontrando-se já nas primeiras sesmarias concedidas no litoral e nos primeiros assentamentos serra acima. Romário Martins, por exemplo, assinala que as principais fazendas da economia campeira que se estabeleceu nos campos de Curitiba e nos gerais era de pessoas “moradoras em Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo dos habitantes de Curitiba as pequenas propriedades do rocio da vila” (1995, p. 273).

A dinâmica de expansão territorial, impulsionada por bandeiras de apresamento ou mineração, colônias militares, expedições exploratórias, ou crescimento demográfico, que definia o domínio da terra a partir do *uti possidetis ita possideatis*, associada ao sistema de concessões de sesmarias, deu origem ao direito sobre a terra àquele que a habitava e usava (MACHADO, 2001, p. 76-77). Era o sistema de posses, as quais, através de grilagem, eram repassadas a muito baixo custo para os interessados em seu uso econômico (CANABRAVA, 1974, p.89).

Observa-se que a prática de grilagem constitui-se basicamente na aquisição, por meios lícitos ou ilícitos, dos direitos de posse das populações radicadas nas áreas a serem ocupadas e na sua regularização, junto aos organismos governamentais e a justiça¹¹⁴, e sua posterior venda para os envolvidos na empresa agrícola. São procedimentos que exigem relações pessoais e recursos financeiros, referindo-se às práticas clientelísticas aludidas por Damatta.

Já os envolvidos nesta empresa, para reduzir o custo da abertura das terras para a atividade produtiva, adotavam a sistemática de arrendá-las. Aos arrendatários era concedido o produto da venda da madeira e da primeira safra de café, o que se dava depois de quatro anos, bem como a exploração de cultivos intercalados¹¹⁵ aos cafeeiros – geralmente feijão, milho e mandioca – (OEA, 1975, p.11).

Tal processo, que ainda pode se encontrar nas práticas de aquisição de terras nas áreas menos ocupadas do país, equacionava a necessidade de novas terras para atender às imposições das frentes de expansão – quer da demanda quer da perda de produtividade. Ele se vincula ao padrão de relacional da sociedade brasileira com a natureza, que não confere valor a esta última e que privilegia as relações com a mesma a partir de um sistema hierarquizado onde se confere grande valor às relações pessoais e de parentesco.

Desta forma, estão colocados todos elementos que compõe uma dinâmica sempre inadequada de relação com a natureza. De um lado tem-se um conjunto de fatores que determinavam uma paulatina perda de fertilidade das terras: o sistema de queimadas, as limitações tecnológicas do sistema de exploração, e as

¹¹⁴ Acrescente-se também que para demonstrar a posse, há que se mostrar o uso da terra, a queimada então era a forma mais barata de afastar a floresta e demonstrar o uso agrícola.

¹¹⁵ O advento da prática do cultivo intercalar não deve ser associado ao sistema de arrendamento e parceira para a formação dos cafezais, pois já se encontrava nos inícios da lavoura cafeeira ainda no vale do Paraíba, sendo feito, então, com o intuito de proporcionar alimento à mão de obra escrava, como registra Alice Canabrava (1974, p. 97).

características do solo tropical quando exposto ao intemperismo. De outro, o atendimento à demanda externa, exigia sustentação ou incremento de produção, o que exigia a ocupação de novos espaços, os quais eram relativamente fáceis de ser incorporados – e se incorporavam pela via das práticas clientelísticas já comentadas. Ambos realimentavam um padrão relacional, entre o sistema produtivo e a natureza, altamente desastroso.

Já no caso da redução de preço ou demanda esta, quando acontece, pode implicar na necessidade de apropriação de áreas para manutenção da produção – na ausência da possibilidade de controle sobre os preços, pois os mesmos são definidos externamente – pois com a queda da produtividade, também há necessidade de incorporação de novas áreas, pelo menos até o limite da remuneração dos custos de produção.

Atingido este patamar tem-se uma frente de expulsão. São condições de produção regressivas, que significam menor produtividade e culturas de menor padrão de remuneração, o que pode implicar na maior demanda de terra para a mesma quantidade de população envolvida na produção (OEA, 1975, p.25-26).

Assim, a agricultura brasileira, desde o período colonial, desenvolveu-se atrelada a um sistema econômico cuja lógica praticamente requer um padrão de apropriação da natureza que implica na apropriação de áreas cada vez maiores e na sua sucessiva esterilização.

Além da virtual devastação pela atividade açucareira da mata que se estendia desde a Paraíba até Alagoas no litoral do nordeste, (PRADO Jr., 1967, p. 87), o deslocamento da frente cafeeira no centro-sul do Brasil – desde os primeiros decênios do século XIX até a década de 1960 – é um exemplo da capacidade de apropriação de áreas e comprometimento dos recursos da natureza deste sistema.

Neste processo sucessivas áreas vão sendo apropriadas, no correr do século XIX (PRADO JR, 1967, p. 161-165): Inicia-se nas cercanias do Rio de Janeiro – envolvendo a ocupação das encostas e vales que circundam a cidade – passando pelas encostas da Serra do Mar nas regiões de Angra dos Reis e Parati, na província do Rio de Janeiro, e de Ubatuba, Caraguatatuba e São Sebastião na de São Paulo. Depois, nos princípios do século incorporam-se – com excelentes condições naturais – as terras do vale do Paraíba, nas porções carioca e paulista –

onde a produção cafeeira atinge o auge na década de 50 do século XIX –, estendendo-se também pelas áreas circunvizinhas do sul de Minas Gerais. Posteriormente o café se desenvolve na região de Campinas em São Paulo e, seguindo as manchas de terra roxa, se dirige para o oeste paulista no sentido de Ribeirão Preto - áreas em que o café atinge o auge nos últimos decênios do século XIX. Posteriormente, esta frente, já no período republicano, dirige-se para as margens do rio Paraná.

De São Paulo o café dirige-se ao norte do Paraná no início do século XX atingindo extremo noroeste deste estado no final da década de 50 do século XX. Com a sucessiva perda de produtividade da cafeicultura paulista, o Paraná, atinge a condição de maior produtor do país na safra de 1959-60 (OEA, 1975, p. 62).

Exemplos conhecidos da forma de relação do sistema primário exportador e a natureza brasileira são a devastação das montanhas próximas do Rio de Janeiro, já nos meados do século XIX – que levou inclusive à criação da floresta da Tijuca como projeto de recuperação das encostas comprometidas pelo desmatamento cafeeiro (MELLO, 1993, p.33); o consumo literal das possibilidades produtivas das terras do vale do Paraíba, em aproximadamente meio século de uso (PRADO JÚNIOR, 1967, p.162), e a depauperação das terras do noroeste do Paraná em aproximadamente vinte anos de utilização (OEA, 1975).

Apenas para dar uma noção da inércia deste padrão relacional e sua capacidade de repetição no tempo: basta constatar como o diagnóstico oferecido por Prado Júnior (1967, p. 162) para a relação entre as práticas de cultivo e a decadência do café no vale do Paraíba¹¹⁶ – o que ocorreu nos meados do século XIX – coincide com o efetuado pelo Projeto Noroeste (OEA, 1975, p. 78-89), para o caso do Noroeste do Paraná um século depois.

Comentando a evolução da lavoura cafeeira tanto nas terras do vale do Paraíba como nas terras roxas do planalto paulista, Alice Canabrava (1974, p. 93)

¹¹⁶ Transcreve-se: “Repetia-se mais uma vez o ciclo normal das atividades produtivas no Brasil: a uma fase de grande atividade segue-se outra de estagnação e decadência. [...] A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo. [...] Estes terrenos de fortes declives onde se plantaram os cafezais não suportam por muito tempo o efeito do desnudamento das florestas derrubadas e da exposição do solo desprotegido à ação das intempéries. O trabalho da erosão foi rápido. Agira-se sem o menor cuidado ou resguardo: a mata foi arrasada sem discernimento, mesmo nos altos; plantou-se café sem atenção a outra idéia que não um rendimento imediato. O desleixo se observa na própria distribuição das plantas em que se adotou o plano simplista e mais cômodo e expedito de fileiras em linha reta acompanhando os declives: não havia disposição mais favorável a ação da erosão” (PRADO JR, 1967, p. 162).

chama a atenção por sua permanente demanda pela derrubada de novas florestas comentando que “em terras privilegiadas, o rendimento do cafeeiro, como cultura comercial, não ia além de vinte anos, no máximo” sendo nas terras roxas em média vinte e dois anos concluindo com uma apreciação global deste processo que merece transcrição:

Ao esplendor das áreas onde se elabora a paisagem típica das fazendas de café, condensadoras de população e nutridoras de cidades, sucediam-se mais tarde as pastagens mofinas, salpicadas de vegetações espontâneas de samambaias e sapé, que distinguem logo os solos empobrecidos. Aí, em quietude sonolenta, vegetam as “cidades mortas”, gastas pela emigração de seu potencial humano e de seus recursos materiais.

O comentário chama, aliás, atenção para o fato de que esta forma de relação tem conseqüências desastrosas não apenas no que se refere à derrubada das florestas, à depauperação das terras produtivas e ao comprometimento das águas e dos sistemas de drenagem pelos processos erosivos, mas dá origem a um conjunto de prejuízos de caráter sócio ambiental que são absorvidos pela sociedade brasileira no correr de todo este extenso período histórico, e que parecem, do ponto de vista local como algo naturalizado, como decorrência de um fluir normal das coisas como elas são.

Nestes, encontram-se o deslocamento sucessivo de grandes contingentes populacionais com conseqüências de toda a sorte, que vão desde a ruptura de padrões culturais – relações familiares e de vizinhança, modos de viver e fazer – a perda de qualidade de vida e a de condições materiais da existência.

Também podem ser computados custos do ponto de vista econômico; como redes de transporte¹¹⁷ que, passado o período de dinamismo da frente, se tornam subutilizadas ou deslocadas espacialmente com relação aos fluxos dominantes de produção, infraestrutura e serviços urbanos que deixam de ser demandadas nas escalas para as quais foram desenvolvidos, estruturas de armazenamento e toda a sorte de equipamentos e sistemas voltados à produção ou à manutenção da população envolvida na frente.

¹¹⁷ Odilon Nogueira de Matos (1974, p. 57) ao comentar o sistema de ferrovias que se desenvolve nos finais do século XIX, refere-se ao fato de que, a ferrovia nasceu, aqui, atrelada ao café e sua lógica de implantação atendia à lógica de “propagação da cultura cafeeira” e assim permanecerá até meados do século XX, o que está na origem da ausência de funcionalidade espacial com relação à distribuição de população e atividades que apresentava pelo menos até o último quartel do século passado. Isso dá origem a uma rede que “examinada hoje – nos anos 1970 comenta-se – num mapa ferroviário, nos dá a impressão de ausência total de plano e às vezes de verdadeira ilogicidade” dada a obsolescência de grandes trechos em decorrência do caráter itinerante da cultura cafeeira.

A dinâmica de apropriação extensiva do recurso terra, com prévia devastação de florestas, determinada por uma dinâmica de preços e demandas que se estabelece externamente sofre variações com o correr do século XX, principalmente a partir dos anos 30, graças principalmente ao processos de formação de um mercado interno, industrialização e urbanização.

Nestas circunstâncias ocorre, paulatinamente, um afastamento daquilo que se convencionou chamar de modelo primário exportador (SZMRECSÁNYI, 1984, 114-118), verificando-se mudanças na articulação da agricultura com os demais setores da economia. A formulação de políticas públicas para este setor aos poucos se afasta da exclusiva defesa dos interesses agrários, e mudam as dinâmicas de formação de preços e de demandas bem como os padrões de apropriação do recurso terra.

Uma alteração importante no que concerne a apropriação da terra como recurso produtivo, refere-se à forma de aquisição do recurso, surgindo as Companhias Colonizadoras, dentre as quais se destaca a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná, sucessora nacional da *Paraná Plantations*, que adquire e regulariza terras para sua posterior venda.

Também se alteram, nesse mesmo período, os padrões de cultivo, antes baseados quase que somente na enxada, e que passam a incorporar o arado e práticas de adubação, e alguma técnica conservacionista de solos e águas.

Mas o modelo geral permanece semelhante até o início dos anos 1970, principalmente no caso do café, de longe o maior produto de exportação do país, principal fonte de divisas, e origem do processo de acumulação que se associa à industrialização.

Ou seja, as tecnologias produtivas, embora mais sofisticadas, não respeitavam as características da natureza conduzindo ao paulatino empobrecimento das terras¹¹⁸; a dinâmica interna com ciclos de expansão e retração determinados externamente; o abandono das terras que se tornavam improdutivas e a procura de novas áreas para desbravar.

¹¹⁸ O plantio morro abaixo em linhas retas ainda era praticado no norte e noroeste do Paraná ainda nos meados dos anos 1960; mesmo nos padrões mais avançados praticamente não se adotavam outras técnicas conservacionistas que não o plantio em curvas de nível (OEA, 1973, p. 52). Nesse período na região noroeste do Paraná verificava-se um grande deslocamento de cafeicultores das regiões de arenito do noroeste do Paraná para o Mato Grosso em virtude da perda de produtividade das terras (OEA, 1975).

Interessante observar nesse sistema que a floresta devastada nessas imensas áreas, parece ser, para a grande maioria da população, um ente quase abstrato, como se jamais houvesse existido, tornou-se um lugar de esquecimento.

Canta-se hoje, nas suas casas de memória, a bravura e a capacidade empreendedora dos seus primeiros ocupantes ditos, orgulhosamente, pioneiros. Quase nada se fala das imensas florestas que ali existiam ou das populações indígenas que foram literalmente eliminadas para dar possibilidade à realização da fazanha.

3.1.6 Natureza, Progresso e Desenvolvimento

Como se viu, a agricultura no Brasil, estabeleceu uma dinâmica itinerante que, pelo menos até o último quartel do século passado, a faz perambular atrás de novas “terras prometidas” deixando, nas regiões ambientalmente mais frágeis, um rastro de terras degradadas, infraestrutura social sub-utilizada e populações envolvidas num sistema econômico de subsistência.

Este contexto fornece uma boa introdução a outro tema importante que se coloca quando se pensa as relações entre as dinâmicas da sociedade brasileira e os padrões de relação que mantém com a natureza, qual seja o do desenvolvimento.

No Brasil a noção tem como precedente histórico, da qual na verdade nunca conseguiu se afastar o suficiente, a idéia de progresso que se dissemina nos fins do século XIX e que assume papel preponderante na proclamação da República. A ele, estão associadas idéias de superação do atraso, ingresso na modernidade, adoção de inovações.

A idéia de progresso pode ser entendida, como registra Claude Raynaut (2006) como uma construção. De um lado inclui uma visão da natureza como fonte inesgotável de recursos. De outro, há uma crença nas infinitas possibilidades da aliança entre a técnica e a ciência no aproveitamento cada vez mais eficiente e rentável destes mesmos recursos resultando – necessariamente – em melhores condições de vida para todos. O progresso, nestas circunstâncias seria algo infindo, cujo único limite seria o engenho humano.

Esta noção, ainda segundo Raynaut (2006), se associa também a uma ordem mundial em que as potências européias desenvolveram uma política colonialista, que implicava no domínio sobre os recursos naturais em âmbito planetário. Estes seriam um patrimônio comum, devendo ser apropriados pelos que sabiam como usa-los, pois as populações locais seriam atrasadas, cabendo aos conquistadores civilizá-los o que, ao fim, se daria com o próprio processo de extração destes recursos.

No Brasil, esta idéia se associa a um período de conquista e descrição do território nacional, ensejando uma concepção de natureza em que esta é vista ou como oportunidade, ou como obstáculo a ser transposto.

Tem-se o progresso que se instalava em oposição ao sertão – a natureza bravia e indômita –, e tinha como intuito civilizá-lo. As iniciativas a ele associadas eram a construção das ferrovias – as vias de penetração e extração da frente cafeeira –, a instalação do telégrafo e da máquina a vapor, a industrialização, o saneamento e a iluminação pública.

Esta busca pelo progresso das primeiras, e ousadas, obras da engenharia nacional, significou no centro sul do Brasil, transpor por meios de transporte modernos a Serra do Mar e abrir, para a produção cafeeira as terras do oeste paulista, bem como promover a integração do território nacional ao sul, ao norte e ao oeste.

A técnica e a ousadia submetiam a natureza que era vista apenas, como potencial produtivo a ser incorporado ou como barreira a ser suplantada. Seus feitos eram comemorados como conquistas do engenho humano contra a natureza bruta, agora submissa.

Obras como a rodovia União e Indústria, a ferrovia Santos – Jundiaí, a Curitiba – Paranaguá, a São Paulo – Rio Grande e mesmo a malfadada Madeira-Mamoré, ou como a extensão de linhas telegráficas para o oeste, são citadas como iniciativas civilizadoras. Eram verdadeiros campos de batalha em que a habilidade e determinação dos homens venciam os quase intransponíveis obstáculos de uma natureza imensa.

A noção de progresso como iniciativa coletiva de toda a sociedade que se voltava para a ocupação do território e à dominação da natureza – a marcha para

oeste nos vários matizes em que aparece nos discursos políticos parece manter-se viva até os meados dos anos 1960 pelo menos.

É possível percebê-la com frequência nas alusões à construção de Brasília, quando os trabalhadores nordestinos – chamados então de candangos – que se envolveram na obra eram citados nos noticiários cinematográficos como bandeirantes do progresso que conquistavam o planalto central.

É de se perguntar se Brasília, como produto de técnica e arrojo, não seria a considerada a última grande obra do progresso, testemunho do engenho civilizador brasileiro que, por fim, lançava suas raízes nas grandes extensões do planalto central.

A obra também pode ser caracterizada como um marco, pois que seria um dos signos da mudança no discurso que procurava atribuir às iniciativas do Estado intenções de melhoria das condições de vida da população. Juntamente com a indústria automobilística, as grandes obras rodoviárias, e as primeiras grandes hidrelétricas, Brasília é testemunho das possibilidades do desenvolvimento.

A idéia de desenvolvimento surgiu, como menciona Raynaut (2006), no pós-guerra, quando se instalou uma nova ordem mundial, em que se define a polaridade leste-oeste e se verifica o movimento de libertação dos países colonizados pelas potências européias, ampliando a incerteza dos países industrializados com relação ao acesso às matérias primas e requerendo novas estratégias para tanto.

Concomitantemente, o pós-guerra trouxe um avanço tecnológico que permitiu a ampliação da base de recursos, quer pela melhoria nas condições de reconhecimento dos mesmos, quer pelo uso de técnicas de apropriação mais eficientes, dando sustentação à utopia da infinitude dos bens da natureza. A ilusão corrente nos anos 50 e 60 era a de que a prosperidade – o desenvolvimento - era possível para todos (RAYNAUT, 2006).

Nessa mesma época as condições de extrema pobreza de grandes parcelas da população mundial, associadas às primeiras manifestações de finitude dos recursos da natureza; e a tomada de consciência nacional por parte das populações das antigas colônias, ensejaram a discussão acerca da perspectiva de um crescimento sem limites e o fato de que não significava a melhor distribuição social dos benefícios, nem sequer uma possibilidade real.

Nas origens desse movimento crítico encontra-se François Perroux que, como assinala Weber (2002, p. 118), definia o desenvolvimento como o “crescimento somado aos custos humanos”. Ou seja: o sempre mais não viria a significar, necessariamente, sempre melhor.

No Brasil, estas idéias foram incorporadas nos discursos governamentais e políticos a partir dos fins dos anos 50 e início dos 60 do século passado e se manifestaram numa série de planos.

No contexto econômico da construção de um mercado nacional que se verificou no pós-guerra, a questão do desenvolvimento passava pela industrialização e pelo equacionamento das diferenças regionais – especialmente com relação ao nordeste – e pela implantação de uma infraestrutura – transportes e energia – que servisse de base a este esforço.

No que concerne às concepções de natureza verifica-se que a dicotomia cidade – o progresso e o conforto – em oposição ao campo – o atrasado – assumiu, com as migrações e o crescimento urbano, outros contornos. O campo passa a ser citado também como lugar do qual se tem recordações afetuosas, onde a vida era mais tranqüila e, portanto, melhor.

Por outro lado, as dimensões territoriais do país faziam com que se mantivesse intacto e vivo o mito da conquista do território e da submissão da natureza. Tratava-se de levar a civilização para o oeste e o norte – planalto central e Amazônia – integrando o território.

Os projetos de desenvolvimento nacional pretendiam incorporar estas terras como base de recurso. Agora eram passíveis de uma apropriação agrícola mais eficiente, e havia a possibilidade de exploração de seus recursos minerais. Também se expressavam como domínio das forças da natureza, só que desta feita, não eram apenas as matas o inimigo a ser submetido, mas as águas, agora na forma das grandes hidrelétricas.

Esta tônica, em que a natureza é vista como base de recursos a ser apropriada para um processo de crescimento econômico – associada, no correr do tempo, com maior ou menor ênfase, a um discurso de cunho distributivista em decorrência do contexto histórico e político – se mantém viva no Brasil, no correr de praticamente todo o final do século XX, subsistindo até o presente.

Embora não se tratasse de novidade – como se viu, o caráter ambientalmente agressivo de nossa agricultura é citado por muitos autores, praticamente desde os tempos coloniais – é a partir dos 70 do século XX que a questão da finitude dos recursos e dos desequilíbrios ambientais advindos de sua exploração imprevidente começou a surgir com mais ênfases nos discursos públicos.

Do ponto de vista institucional e no âmbito do aparelho de Estado, foi nesse período em que surgiram as primeiras legislações e as primeiras instituições públicas voltadas especificamente para o trato destas questões. Isto ocorreu, contudo, no contexto do chamado “milagre econômico” - o que significa que nasceu num cenário em que ainda eram muito fortes as noções de que, aqui, a natureza estava por ser posta a serviço do crescimento econômico.

Emblemática deste momento é a fala do Ministro do Interior brasileiro de então – ao qual pouco depois veio a se subordinar a Secretaria Especial de Meio Ambiente – que comparece à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 1972, em Estocolmo, afirmando a necessidade da degradação ambiental, pois que “a degradação humana causada pela pobreza constituía um mal maior” (CAVALCANTI, 1988, p. 173).

Também no que concerne às concepções da natureza, o discurso político da ditadura militar, ao optar pelo desenvolvimentismo e pela incorporação do centro oeste e da Amazônia ao mercado nacional mediante investimentos em infraestrutura, colonização e programas de financiamento à grande agricultura, propagava e mantinha a idéia da natureza como fonte inextinguível de bens a serem incorporados pelos que, ousados e apoiados na tecnologia e imbuídos do sentimento nacionalista, se dispunham a se aventurar nessas novas fronteiras.

Esta mesma tendência se manteve, com uma mudança de prioridade para os grandes projetos de mineração e geração de energia no correr dos anos 80 do século XX.

O cenário internacional da época, contudo, indicava uma percepção cada vez mais clara do caráter espacialmente abrangente dos processos de degradação ambiental, da necessidade da consideração dos custos de seu equacionamento nos cálculos de viabilidade. A diversidade cultural passa a ser valorizada e a

biodiversidade, bem como as paisagens e belezas naturais, passam a ser entendidas como recurso (RAYNAUT, 2006).

O panorama mundial ao início dos anos 70 do século XX– e também o brasileiro – como o viu, por exemplo, Ignacy Sachs (2000, p. 51), abrigava opiniões que se dividiam em dois extremos, desenvolvimentistas e catastrofistas.

Os primeiros defendiam o crescimento a qualquer custo, e consideravam a questão ambiental como um devaneio de ociosos e mais um óbice ao avanço aos países do Sul rumo à industrialização. Propagavam a idéia de que o engenho humano conseguiria solucionar os graves problemas ambientais que já se manifestavam. Os catastrofistas anunciavam o apocalipse, quer pelo esgotamento dos recursos, quer pelo excesso de poluição, preconizando a contenção do crescimento demográfico.

A posição que prevalece na Conferência de Estocolmo foi intermediária entre uma visão puramente economicista e o ecologismo apocalíptico. Sustentava-se então que o crescimento econômico devia se dar respeitando a necessidade da distribuição de seus ganhos e o meio ambiente, que não deveria ser pensado somente como base de recursos do processo produtivo (SACHS, 2000, p.52).

Neste cenário surgiu um conjunto de idéias que pretendiam, basicamente, harmonizar as necessidades sociais, ambientais e econômicas que são referidas como eco-desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento durável. Estas idéias se mantiveram sem grandes alterações até a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

No Brasil no início dos anos 70 o contexto era o do esgotamento das possibilidades do regime militar, principalmente com a falência de seu modelo econômico, iniciando-se uma paulatina reação da sociedade civil que se expressava nas urnas – nas eleições de 1974 – e também em movimentos em prol da qualidade de vida e na luta sindical.

Foi nesse período que se fortaleceram no Brasil as primeiras organizações ambientalistas. Estas começaram a se organizar ainda nos anos 50, porém se multiplicaram e passam a se manifestar com maior ênfase nos anos 70.

As mais antigas¹¹⁹ como a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – de 1958 -, ainda se encontravam voltadas a uma perspectiva da conservação, da constituição de parques e reservas naturais, mais próxima de um discurso patrimonialista.

As mais recentes se colocam com uma perspectiva mais ampla com relação à questão. No Paraná, por exemplo, em 1974, foi fundada a Associação de Defesa e Educação Ambiental do Paraná – ADEA, cujos objetivos vinculavam-se a defesa da natureza e da qualidade de vida, propondo-se a agir por meio da educação ambiental, da articulação com os poderes públicos, da denúncia e de ações legais (ADEA, 1976, p.1).

No que concerne ao aparato estatal – leis e instituições – foi a partir dos fins dos anos 70 que surgiu e se instalou grande parte do sistema de controle ambiental. Também foi nesse momento que se iniciou a formulação de políticas públicas de meio ambiente e conservação da biodiversidade.

Estas provocaram uma mudança no aparato estatal de gestão da natureza, antes voltado predominantemente à administração dos recursos naturais do ponto de vista de seu aproveitamento econômico¹²⁰ dando-lhe um caráter mais abrangente e de gestão ambiental.

As principais características deste sistema se concretizaram no correr dos anos 80, O momento fundador desse sistema se deu com a legislação que instituiu a política nacional do meio ambiente, datada de 1981 (PARANÁ, 1990-B, p. 113). Desde então se adotaram e disseminaram as práticas de licenciamento e fiscalização ambiental, houve a instituição de vários espaços ambientalmente protegidos, e ocorreu a difusão da noção do uso regulamentado como prática de controle ambiental.

¹¹⁹ De fato a mais antiga organização ambientalista do país seria a Sociedade dos Amigos das Árvores que, já em 1930, se pronunciava sobre a necessidade de proteção da natureza, tendo organizado, em 1934, a 1ª Conferência Brasileira para a Proteção da Natureza, estando também vinculada às primeiras iniciativas governamentais na área (URBAN, 1998, p. 88, 89).

¹²⁰ A expressão é intencional, pois embora estes organismos também exercessem funções de controle e licenciamento ambiental, como é o caso do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, com suas licenças de corte e planos de manejo, o faziam a partir de uma ótica desenvolvimentista, isto é de propiciar as melhores condições de exploração destes recursos. Ademais tratava-se, e de certo modo isso permanece, de um sistema de gestão recortado pela ótica do recurso e de seus usos, tinha-se então o IBDF, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAE, o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, com funções de licenciamento, incentivo e polícia acumuladas, mas atuando a partir de uma lógica que privilegiava a utilização dos recursos sem maiores preocupações de caráter ambiental.

É de se observar que a criação dessa nova estrutura, coincidiu, nos seus momentos iniciais, com o processo de redemocratização do país – as eleições diretas para governador de 1982, a campanha das Diretas Já, a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 – onde a perspectiva da construção da democracia e a questão dos direitos do cidadão foram temas centrais.

No período – que vai desde o início da década de 1970 até os anos 1990 – vê-se a expressão de um novo conjunto de concepções de natureza e de desenvolvimento que resultam na ampliação do rol de áreas protegidas e unidades de conservação no Brasil, bem como a consolidação de um sistema público de gestão ambiental.

Todavia, embora isto signifique uma mudança de grande amplitude, eram apenas os primeiros passos. A sociedade como um todo, nesse período, embora reagisse positivamente ao discurso ambientalista, ainda continuava a privilegiar na sua ação concreta um padrão de relação com a natureza marcado pela apropriação imprevidente de seus recursos.

Isto é facilmente percebido quando se constata que, malgrado a dimensão simbólica a que são elevadas para toda sociedade brasileira e todos os esforços para a sua proteção, a mata atlântica e a floresta amazônica continuam sendo destruídas em proporções apreciáveis nesse período.

3.1.7 O Paraná: Pioneirismo e Frentes Agrícolas

Também no caso do Paraná, procurou-se compreender os contextos mais específicos dentro dos quais se foi, paulatinamente, construindo o conjunto de interações entre a sociedade e este objeto específico da natureza que é a Serra do Mar, os quais vieram a permitir a sua constituição em patrimônio cultural natural.

Para tanto, inicialmente, se procurou investigar os padrões de relação que, no correr de sua história, se estabeleceu entre a sociedade paranaense e a natureza, que orientaram as concepções de natureza e padrões de apropriação de seus bens, procurando contextualizar localmente os comentários que anteriormente feitos para o âmbito nacional.

Neste caso, e no intuito de fornecer um cenário geral, consideraram-se os padrões de relação que se estabeleceram, nos diversos momentos da história entre os processos produtivos e os recursos do meio ambiente, procurando identificar padrões de apropriação associados a estes momentos.

Por outro lado se buscou, de forma preliminar, e fundamentalmente centrada num apanhado de manifestações de historiadores, cronistas, escritores e publicações oficiais, indicar e contextualizar algumas das concepções de natureza que se manifestaram em nossa sociedade.

Evidentemente há certa correspondência entre o cenário nacional traçado anteriormente. Mas há especificidades da ocupação do território paranaense, especialmente nos primeiros momentos de sua formação, e na composição étnica de sua população que o fazem um caso um tanto singular no panorama brasileiro.

Uma característica do processo de formação do espaço territorial que se designa Paraná é o fato de que seu processo de ocupação ter se dado por um sucessivo processo de frentes de ocupação, extração e expansão. Essas frentes estavam voltadas ao atendimento de interesses constituídos fora das fronteiras deste espaço e baseadas, na grande maioria das vezes, na oferta de recursos naturais aqui encontrados ou à ocupação territorial por motivos de ordem geopolítica.

A assertiva, embora possa parecer generalizante e aplicável, com matizes específicos, a outras parcelas do Brasil, encontra aqui um caso quase exemplar e, mais do que isso, se constitui em boa base de apoio para compreender os padrões de interação entre a sociedade e a natureza que aqui se estabeleceram.

Inicialmente, como bem lembra Brasil Pinheiro Machado na sua pequena porém abrangente tentativa de uma sinopse de história regional do Paraná, (2001, p. 57) tem-se que a ocupação do território paranaense nos primeiros séculos se deu como produto da intenção de estadistas portugueses – ministros do reino e vice-reis do Brasil – que impeliam a ocupação territorial de acordo com um plano político, e do que resultou a configuração atual dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As primeiras ocupações, na porção litorânea ao sul de Cananéia, então chamada “costa do ouro e da prata”, vão ocorrendo em virtude da tentativa de

estabelecer povoações que viessem a controlar os caminhos indígenas de acesso às eventuais jazidas de ouro e prata que existiriam no sul do continente, cujos boatos corriam desde 1515 com o descobrimento do rio da Prata. (ELLIS, 1976, p. 289-290).

Deste período datam as primeiras iniciativas de prear índios no litoral paranaense, feitas por bandeiras de paulistas que, oriundas destes primeiros assentamentos vinham em busca dos carijós, no litoral de Paranaguá, antes de se interessar pelos guaranis das Missões (WESTPHALEN 1998, p. 202).

Neste mesmo período encontrava-se em desenvolvimento outra frente de ocupação do território que viria a ser designado Paraná, nas terras a oeste da linha de Tordesilhas, nas proximidades dos rios Parapanema, Ivaí e Paraná.

Essa frente tinha a intenção de consolidar o domínio espanhol a partir de Assunção do Paraguai. Dela originaram-se os assentamentos espanhóis do oeste paranaense, Ontiveros – 1554 – seguido de Ciudad Real del Guairá e Vila Rica do Espírito Santo – ambos do último quartel do século XVI (MARTINS, 1995, p.18 e 60).

Por volta dos primeiros anos do século XVII os jesuítas iniciaram, em decorrência da revolta dos guaranis que haviam sido reduzidos à servidão pelos espanhóis – *commiendas* – na província do Guairá, um trabalho de pacificação e conversão de que foram encarregados por Felipe III de Espanha.

Este trabalho que se iniciou em 1610, levou à criação de pelo menos 13 reduções jesuíticas reunindo pelo menos 100 mil indígenas em território hoje paranaense. Essas missões foram sistematicamente destruídas pelos bandeirantes paulistas pelo final da década de 20 do século XVII, com o apresamento de grande parcela de sua população.

Além da quase completa aniquilação das populações guaranis que estavam associadas às reduções jesuíticas e de outras nações envolvidas, convém assinalar a introdução, em território paranaense, de espécies vegetais exóticas – como registra Romário Martins com base nas informações da expedição comandada por Francisco Lopes aos campos de Guarapuava (1995, p. 64) – bem como os primeiros passos da exploração sistemática da erva mate.

No outro extremo, ao leste de nosso atual território, os carijós estavam praticamente exterminados pelas bandeiras vicentistas, e iniciava-se o processo de

colonização da região de Paranaguá, principalmente movida pelas descobertas de ouro de lavagem.

Esta frente de penetração-extração foi responsável pela ocupação do litoral e do primeiro planalto bem como pelo surgimento de Paranaguá, de Curitiba e de São José dos Pinhais, e pelo advento da pecuária no primeiro e no segundo planalto.

Os padrões de apropriação dos recursos do meio ambiente ligados à extração de ouro de aluvião deixaram marcas. Escavações, retificação de cursos d'água, mudanças nos cursos de alguns rios, são algumas das conseqüências deste período que têm registro (VIEIRA DOS SANTOS, 1950), (PARANÁ, 1899) e das quais ainda restam sinais esparsos na região da Serra do Mar.

Ao período da mineração, que não teve longa duração, sucedeu a chamada economia campeira, que por largo período se ocupou da criação e, principalmente, da invernagem de animais oriundos do Rio Grande do Sul e destinados à feira de Sorocaba em São Paulo.

Com ela as demandas sobre a natureza foram associadas à integração de novas áreas de campos à atividade pecuária – pode-se perceber que as expedições militares do século XVIII estavam sempre voltadas para descoberta destas áreas (MARTINS, 1995). A integração se iniciou nos campos de Curitiba, logo se dirigiu aos de Ponta Grossa, incorporando mais tarde, já no século XVIII os de Palmas e de Guarapuava.

A atividade veio a moldar o território paranaense pelo menos até o início do século XX, pois a grande maioria das cidades existentes à época devia sua existência ao comércio tropeiro, tendo, na maioria das vezes, surgido em pousos do antigo caminho das tropas.

Afora este aspecto, pouco haverá que se falar. Esta introduziu o boi e o cavalo exóticos na região, mas não há como, além desta menção que tangencia o óbvio, se fazer um apanhado mais detido das outras conseqüências ambientais desta iniciativa.

É certo que seus padrões eram muitos primitivos, implicando na queima sistemática dos campos, o que levava ao progressivo empobrecimento dos pastos, mas estes mesmos campos, quer por motivos naturais, quer por iniciativa antrópica (DEAN, 1996), já eram objeto de queimadas periódicas.

A pecuária campeira caracterizou-se como a principal atividade da economia paranaense por um bom tempo até que, no raiar do século XIX, a extração da erva mate passou a ocupar posição de destaque, caracterizando-se, a partir dos meados deste mesmo século, como o principal produto da economia paranaense pelo menos até os anos 20 do século XX.

Esta, do ponto de vista dos padrões de apropriação dos recursos naturais, pode ser caracterizada, nos termos anteriormente indicados, como uma frente de penetração – extração. A demanda pelo bem primário, sustentada externamente, guiava o processo de apropriação de novos territórios.

Tal atividade, no que se refere à colheita da erva e aos primeiros preparos, caracterizava-se, pelo menos durante o período em que foi hegemônica, como uma atividade de extração florestal de baixa tecnologia, implicando, nos períodos de demanda ascendente, numa exploração que tendia à eliminação do recurso.

Isto é o que sugerem os registros da época onde há referência ao emprego de mão-de-obra de pouca ou nenhuma especialização – qualquer pessoa independente de sexo ou idade – como menciona Zacarias de Góes e Vasconcellos (PARANÁ, 1854, p. 71) e que, pela facilidade do ganho, mobilizava praticamente todos os interesses¹²¹.

Também se valia, freqüentemente, de formas de manejo inadequadas, que implicavam na destruição das árvores cujas folhas eram colhidas, como denuncia Vieira dos Santos (1950, p. 211 – 212):

menos custo, e de mais prompto lucro nas actuaes circunstancias d'aquelle paiz, e he o fabrico, e exportação da planta do Mátte, ou herva Congonha, porem sem methodo, até ultimamente com fraude porquanto só guiados pela cobiça do grande preço que semelhante género tem obtido no mercado e em vês de aproveitarem os ramos, cortão os troncos de que tem resultado a sua destruição e porisso havendo já falta della.

Tal rapacidade na exploração do mate veio a causar, segundo o mesmo autor, escassez da erva, o que motivou a mistura de outros vegetais ao mate exportado resultando no descrédito do produto paranaense e na redução de seus preços nos mercados importadores (1950, p. 212).

¹²¹ Zacarias de Goes e Vasconcellos faz menção ao grande número de pessoas que se ocupam da atividade ervateira, o que não deixa espaço para o desenvolvimento de outras alternativas econômicas e fala: “Disséreis, ao ver a ancia com que todos, ricos e pobres, velhos e moços, homens e mulheres, occupão-se e tratão de congonha, disséreis, repito, que só o carijo faz viver, e sem hum engenho de socar mate não se pode fazer fortuna” (1854, p. 71).

Também cabe o registro de que, na sua forma original, o carijo¹²² implicava na abertura de clareiras e na queima de árvores em plena a mata, o que não pode ser considerada uma forma adequada de apropriação do recurso.

Quase conjuntamente como a extração ervateira, outra atividade extrativa, a exploração madeireira, instalou-se no Paraná, adquirindo grande importância a partir da última década do século XIX e se desenvolvendo com vigor pelo menos até os anos 1960.

A exploração das florestas e dos imensos pinheirais existentes no Paraná era, desde os anos 1850, considerada como uma grande possibilidade, para cuja realização era requerido, no entanto, o adequado sistema de transportes.

A menção em quase todos os documentos oficiais da época ao grande potencial madeireiro do Paraná e a consideração de suas florestas como uma riqueza a ser apropriada era comum na época. O conselheiro Zacarias, por exemplo, referindo-se a este fato o afirmava que serra acima:

os olhos dos viandantes descortinão matas sem fim de pinheiros [...] por ora só aproveitados no limitadíssimo consumo desta parte da província, e que somente esperão, para descera a prover maiores mercados, huma estrada que, ao contrario das actuaes, permita conduzil-os á bom porto de embarque (1854, p. 75).

Esta possibilidade foi propiciada pela construção da ferrovia do Paraná – ligando Curitiba e Paranaguá, ensejando a exportação de madeiras do Paraná para os mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, apoiando-se, nestes primeiros tempos, nas florestas de pinheiros existentes no primeiro planalto, especialmente nos arredores de Curitiba.

Um pouco mais recente, e avançando sobre um novo umbral deste recurso, foi a implantação da ferrovia São Paulo-Rio Grande pela *Brazil Railway*, nos primeiros anos da República. Sua concessão, que veio acompanhada com amplas áreas de terra com matas de pinheiro – segundo Nestor Vitor 6.000.000 de geiras¹²³, ou 3.481.800 ha., nos vales dos rios Iguaçu e do Peixe (1996, p. 188) – deu origem a um dos maiores empreendimentos madeireiros do princípio do século XX, a *Lumber Company*.

¹²² O carijo é uma estrutura de varas, um jirau, que se fazia para crestar os ramos da erva mate depois de colhidos.

¹²³ Uma geira equivale a 5.803 metros quadrados.

Esta exploração que se apresentava como colossal para a época, tinha suas principais instalações em Três Barras, nas proximidades de Rio Negro. Estas eram totalmente mecanizadas – incluindo-se a coleta das toras, o desdobramento das tábuas e o embarque na estrada de ferro. Podia trabalhar vinte horas por dia, produzindo até 5.000.000 de pés cúbicos por mês – aproximadamente 179.675 m³ – causando entusiasmo à época, como se depreende da narrativa de Nestor Vitor (1996, p. 186, 187) que data de 1912.

Dados estes primeiros passos, a extração madeireira tornou-se um negócio de grandes dimensões no Paraná, tendo se desenvolvido como atividade expressiva, durante toda primeira metade do século XX, apresentando ainda no final dos anos 60 alguma expressão.

Narrar a sua história é contar parte do esforço sistemático de devastação das florestas com araucárias – Floresta Ombrófila Mista – e da imensa mata pluvial – Floresta Estacional Semidecidual – que cobria as regiões norte e noroeste do Paraná – e não é este o objetivo do presente trabalho.

Todavia, no que se refere aos padrões de exploração dos recursos do ambiente por esta atividade, há que se assinalar que, a partir da extração madeireira, se construiu um dos discursos que mais demonstram a peculiar capacidade da sociedade brasileira de se apropriar, no âmbito do Estado, de um discurso moderno e impessoal de proteção à natureza, e de praticar, pelas vias do clientelismo, uma impiedosa devastação ambiental.

A noção da sustentabilidade das florestas desde que exploradas adequadamente nas suas versões mais preliminares, já aparecia no código florestal de 1907, onde se encontra alusões à obrigação de replantio, ao regime florestal e florestas protetoras. Seu sucessor de 1934 também se referia a algumas destas idéias.

Todavia o Paraná chegou ao início do século XXI apresentando um cenário de quase total devastação florestal – dos 88,17 % de cobertura original de ambientes florestais restavam apenas 9,03% entre 2001 e 2002 (IPARDES, 2005, p. 92).

Para que se tenha uma idéia do padrão da devastação da cobertura vegetal do Paraná, detalha-se os valores originais *vis a vis* a situação atual apontando-se, por tipo de cobertura o percentual destruído com relação à área original.

Pode-se acrescentar a constatação de que este nível de destruição foi alcançado sem que se tenha um conjunto insignificante de florestas manejadas nos termos requeridos pela lei e verificando-se a quase inexistência de florestas nas chamadas áreas de preservação permanente.

TABELA 2 – SITUAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL DO PARANÁ 2001-2002

Cobertura Vegetal	Área Original (ha.)	% Estado	Remanescente (ha.)	% Destruído
Campos Naturais e Cerrados	2.291.882,93	11,48	177.589,69	92,25
Floresta Estacional Semidecidual	9.322.466,70	46,68	462.803,49	95,04
Floresta Ombrófila Densa	910.659,18	4,56	704.412,68	22,65
Floresta Ombrófila Mista	7.376.281,53	36,93	637.221,94	91,36
Total	19.901.290,34	99,64	2.106.300,94	89,42

Fonte: IPARDES (2005), cálculo do percentual destruído do autor.

Tal desvio das intenções originais de todas as legislações florestais que vigiram no país nos últimos 100 anos é evidência suficiente do abismo existente entre as exigências legais, neste caso em todas as versões adequadas às tendências dos momentos em que surgiram, e a prática do cotidiano, em que o aparato de Estado se revela inefetivo face aos interesses particularistas.

Um aspecto específico do processo de devastação florestal do Estado deve ser atribuído à peculiar dinâmica de apropriação de áreas para agricultura que, como se verificou ter ocorrido no restante do Brasil, também veio a acontecer no Paraná.

Neste campo registra-se, contudo, que esta começou no Paraná no correr do século XIX e primeiras décadas do XX. E se deveria à inadequação cultural dos colonos de origem européia, pois embora esses imigrantes trouxessem consigo uma tradição de agricultura mais tecnificada – a introdução do arado na agricultura

paranaense data de 1856 e foi feita por alemães (MARTINS, 1989, p. 11) – isto não significou o abandono dos processos primitivos de trabalho da terra que se adotava no Brasil desde a colônia.

Embora o clima fosse adequado ao migrante europeu, nem todos os aspectos da natureza paranaense foram favoráveis à sua implantação. O imigrante se deparou com imensas florestas. Proveniente de lugares onde as paisagens eram “domesticadas”, não tinha como conviver com elas e, portanto, as destruiu “assimilando com incrível rapidez e facilidade os métodos aniquiladores das coivaras” (MARTINS, 1989, p. 25).

Este padrão de apropriação de recursos se repetiu com a entrada do café no Paraná. Desde o raiar do século XX quando se consolidou a atividade cafeeira no chamado norte velho ao início da colonização do norte novo nos anos 20, repetiu-se a sistemática destruição, agora da Floresta Estacional Semidecidual.

Esta trajetória no norte velho seguiu uma sistemática semelhante ao ocorrido nas outras regiões por onde passou a frente cafeeira, com a constituição de explorações assentadas sobre grandes propriedades, que muitas vezes foram constituídas sobre terras devolutas de propriedade estatal e se apoiando num modelo consumidor da base de recursos naturais.

Já no caso do norte novo – região de Londrina – e novíssimo, região de Maringá para noroeste, o processo atendeu a uma lógica específica, um tanto distinta do ponto de vista da forma de aquisição da terra, não deixando, no entanto, de se apoiar na devastação florestal e comprometimento da base de recursos, principalmente nas áreas ambientalmente menos adequadas;

Do ponto de vista do padrão de apropriação dos recursos, atendia a uma mesma lógica específica – a que determinara seu deslocamento desde o vale do Paraíba até o oeste paulista no século anterior. Mas, ao se desenvolver em outro momento da história econômica do país e, no Paraná – um Estado que surgiu e se organizou administrativamente sobre o negócio de terras, com uma elite governante cujos interesses se articulavam a partir destes – assumiu peculiaridades que não teve em outros Estados.

Isso determinou um padrão de ocupação que buscava a maximização do lucro do projeto imobiliário. Em função disso, a par dos já conhecidos efeitos

deletérios da apropriação de novas terras das frentes cafeeiras, gerou todo um conjunto de conseqüências ambientais especialmente danosas.

Inicialmente esta ocupação, de maneira distinta da ocorrida em outras áreas por onde passara o café, se deu com base em pequenas propriedades, provavelmente por ter sido tratada como um projeto de investimento imobiliário em que a maior partição da terra resultaria num preço maior por área.

Assim é que dos 6.744.500 ha. ocupados com a expansão cafeeira no norte e noroeste do estado do Paraná, aproximadamente 1.246.300 ha. – 18,5% do total – foram ocupados com base em projetos de colonização de uma única colonizadora, a Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná¹²⁴.

A Companhia Melhoramentos desenvolveu um peculiar projeto de ocupação territorial como indicado no diagrama acima. Para atender às razões econômicas de redução dos custos de construção das vias de transporte e à necessidade de acesso e abastecimento de águas das propriedades rurais, o projeto apresentava uma concepção espacial bastante inadequada - principalmente do ponto de vista do escoamento das águas superficiais e do seu efeito sobre o solo e suas possibilidades produtivas.

Basicamente este projeto implicou no seguinte padrão de ocupação territorial:

a) As estradas e ferrovias, visando minimizar custos com cortes e aterros foram lançadas pelos eixos principais das áreas a serem ocupadas;

b) Das estradas principais, foram lançadas, com a mesma lógica de traçado, estradas secundárias. A partir destas estabeleceu-se um projeto de loteamento rural com a divisão das glebas em propriedades que tinham uma pequena frente para a estrada e se desenvolviam, no maior sentido, ladeira abaixo, no sentido do curso d'água situado no talvegue¹²⁵ mais próximo;

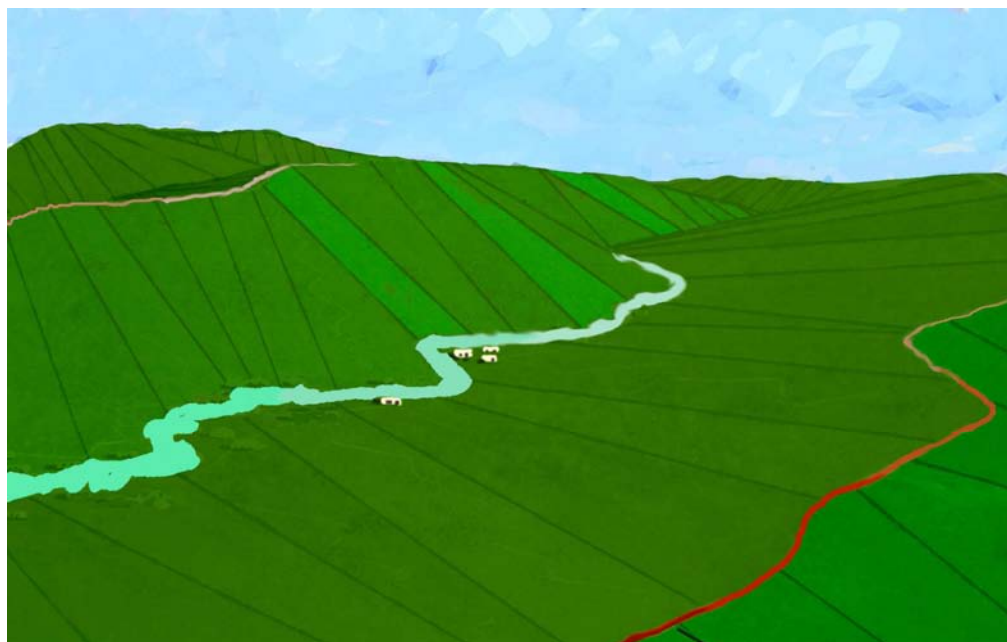
c) Sobre a rede viária principal, em intervalos pré-estabelecidos, implantaram-se loteamentos urbanos, para pequenas cidades prestadoras de serviço, a

¹²⁴ Esta empresa, sucessora da Paraná Plantations e de sua subsidiária nacional a Companhia de Terras do Norte do Paraná - CTNP, uma iniciativa de capitais ingleses que se destinaria à colonização da região e que fora vendida para capitalistas nacionais quando da liquidação dos ativos ingleses para financiamento de seus gastos com a guerra de 1940, adquirira do Governo do Estado do Paraná, a partir de 1925, aproximadamente 515.000 alqueires – 12.463 km² – de terras.

¹²⁵ Talvegue: de *tal/weg*, no alemão, que quer dizer literalmente caminho do vale, no caso a linha dos pontos mais profundos do vale pela qual correm as águas, ou o lugar geométrico dos pontos que o dividem em duas encostas opostas.

pequenas distâncias e, em distâncias maiores, para os pólos regionais, todas elas, construídas nos espigões, distantes dos talvegues geologicamente mais estáveis.

FIGURA 9 – ESQUEMA BÁSICO DE COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ



Fonte: Arte do autor com base em original de Humberto Yamaki (2006, p.7).

Esta lógica de ocupação conduziu ao padrão muito inadequado de assentamento de cidades e propriedades que veio a potencializar os processos de erosão superficial, acelerando a degradação dos solos.

É fácil perceber as conseqüências do ponto de vista da erosão hídrica que daí decorrem. Veja-se: as propriedades se desenvolviam encosta abaixo, entre o espigão e a os cursos d'água, criando nas suas divisas e estradas de acesso canais de concentração das águas pluviais que facilitavam processos erosivos, especialmente nas terras mais friáveis, como os solos que capeiam a formação de arenitos caiuá no noroeste.

Também estas propriedades encosta abaixo, sugeriam uma organização peculiar dos cafeeiros plantados a intervalos regulares, que permitiam a formação de

áreas preferenciais para a circulação das águas superficiais, concentrando vazões e detonando processos erosivos.

Já as cidades, localizadas todas no espigão principal, se desenvolviam em locais muito distantes dos talvegues mais estáveis, que se situavam encosta abaixo.

Com o seu crescimento, e decorrente ampliação dos níveis de impermeabilização e da área urbanizada, verificava-se o aumento do escoamento superficial das águas pluviais, que eram lançadas em cabeceiras não estáveis ainda a meia encosta, dando origem a enormes processos de ravinamento – cuja dinâmica, a partir de determinada profundidade também era presidida pelas águas sub-superficiais – designados voçorocas.

Este padrão de ocupação veio a se reproduzir, de uma forma mais ou menos similar, por toda a região cafeeira, mesmo nas áreas ambientalmente mais frágeis, do ponto de vista da suscetibilidade à erosão, que se encontram na região noroeste, a última a ser ocupada.

Assim a ocupação cafeeira no norte do Paraná também trouxe o saldo ambiental negativo que já apresentara em outras porções do país, pois se estima que implicou na derrubada de quase 6,5 milhões de hectares da Floresta Estacional Semidecidual, 96% desta cobertura florestal na região, num período de 70 anos¹²⁶.

Temístocles Linhares (1985, p.75-76), escrevendo nos anos 1950, registra este padrão altamente inadequado de incorporação de novas terras agrícolas:

A ação do homem se dirige no sentido de restringir o domínio da floresta. Não precisamos sair do Paraná para verificar até onde conduz a necessidade de espaço. Na zona cafeeira essa necessidade assume proporções trágicas com a derrubada de árvores. Gigantescas árvores, muitas delas centenárias, que nem sequer chegam a ser aproveitadas, com as dificuldades de transporte, mas que, arrancadas de suas raízes, deitadas no terreno, parecem mais a destroços de imensos mastros ali recolhidos, depois de renhida batalha. A idéia que se tem também é a de um cemitério de troncos, cujos restos, convertidos em cinza mais tarde, irão fertilizar aquela terra que não pode esperar e precisa ser aproveitada.

Além disso, a sistemática significou um padrão especialmente deletério de uso dos recursos, pois ao desperdício de madeira economicamente aproveitável

¹²⁶ Para efeito desta estimativa considerou-se como região cafeeira o espaço geográfico composto pelas meso regiões noroeste, norte pioneiro, norte central, e centro ocidental, sabe-se que a frente cafeeira avançou em outras áreas, porém com menos expressão, os dados a respeito das áreas originais da Floresta Estacional Semidecidual que foram utilizados para tanto se encontram no *Referências ambientais e sócio econômicas para o uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico* - ZEE. (IPARDES, 2005, p. 91, 149, 150, 151, 152).

pelo processo de queima, à paulatina perda de fertilidade do solo em virtude da substituição da floresta e da adoção de técnicas de manejo inadequadas, somou-se uma concepção espacial imprópria – determinada por uma tentativa de maximização do lucro no processo de colonização – que potencializou os malefícios da erosão.

Não menos intenso, do ponto de vista dos padrões de agressividade ambiental foi o processo de ocupação do oeste e do sudoeste, a partir dos anos 1940 por imigrantes das colônias gaúchas.

Neste caso também houve a atuação de empresas colonizadoras, mas a questão da regularização dos títulos de propriedade tanto das colonizadoras quanto dos adquirentes, foi eivada de vícios e dificuldades oriundos da grilagem de terra e da superposição de direitos presumidos, dando origem a graves conflitos.

Do ponto de vista ambiental, porém, a lógica de apropriação dessa parcela do território paranaense, se deu com base em padrões inadequados que determinaram a eliminação de grande parcela das áreas de Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional Semidecidual existentes nessas áreas.

Para ambas as mesorregiões estimava-se uma cobertura florestal original de 3,37 milhões de hectares, destes foram derrubados, até 2001-2002, 3,15 milhões, aproximadamente 93,6% do total, isto num prazo de cerca de sessenta anos¹²⁷.

Finalmente, no que concerne às relações entre os movimentos da sócio-economia paranaense e os padrões de apropriação da natureza, cumpre citar o mais veemente deles, em termos dos ainda mal avaliados impactos sobre a vida de muitos milhares de pessoas.

Trata-se do processo usualmente designado modernização da agricultura, já anunciado aos fins dos 60, que significou uma ampla mudança na base agrícola e que, juntamente com a erradicação do café, veio a se constituir num vetor de mudanças na configuração demográfica, econômica e social do Estado.

Esse novo padrão relacional entre a agricultura e a indústria, baseado na utilização de insumos químicos, mecanização e crédito agrícola, se articulava a um novo modo de organização do negócio agrícola em âmbito planetário. Causou a

¹²⁷ As estimativas das áreas originais de cobertura florestal e de desmatamento se deram com base nas informações constantes do já mencionado estudo do IPARDES (2005, p. 91, 111, 113, 154, 155), este estudo, em seu mapa de remanescentes aponta para a quase eliminação das áreas de Floresta Ombrófila Mista nestas meso-regiões.

redução da mão de obra ocupada na agricultura, a mudança de seu perfil de ocupação e provocou alteração do padrão de viabilidade das unidades produtivas, requerendo módulos maiores e determinando um processo de concentração da propriedade da terra (IPARDES, 2006).

Sua principal consequência foi um intenso processo de migração rural-urbana no âmbito interno e de emigração para outras áreas do país. Também provocou a urbanização da população do Paraná.

Para se ter uma idéia do impacto social do processo, entre a década de 70 e a de 80, enquanto a população do Estado crescia a uma taxa de 0,97% ao ano, a da Região Metropolitana crescia a 5,52%; por outro lado, neste mesmo período, pode-se estimar um saldo migratório líquido¹²⁸ para o Paraná, no período, da ordem de 1.200.000 pessoas.

Consequência desse processo foi a metropolização de Curitiba. A capital e seu entorno passaram a crescer a taxas sempre mais elevadas, houve o aumento da população urbana em todo Estado e a disseminação, em todo território de um padrão de apropriação do recurso terra vinculado à matriz tecnológica da agricultura moderna.

Do ponto de vista dos recursos do meio ambiente, os principais problemas associados a essa nova distribuição da população e atividades no espaço passaram a ser demanda de água para abastecimento público e poluição hídrica por efluentes urbanos e industriais e pelos agroquímicos. Também se intensificaram as práticas da agricultura mecanizada, implicando em padrões mais intensos de mobilização do solo o que agudizava os processos de erosão laminar.

Este novo perfil da agricultura paranaense tomou em breve grande impulso e seus produtos característicos passaram a apresentar um crescimento notável entre 1970 e 1980. Neste caso destaca-se, especialmente, a soja cuja produção ampliou-se em mais de 2,1 milhões de toneladas no período, com um crescimento da ordem de 695% (IPARDES, 2006, p. 58). O Estado alcançou em pouco tempo, e novamente, papel de destaque na produção agrícola nacional e na pauta de exportação de primários.

¹²⁸ Tomando-se para efeito demonstrativo a taxa de crescimento demográfico nacional, entre 1970 e 1990 – que foi de 2,48 % a.a – como indicador de crescimento vegetativo, uma vez que à época não se verificava processo migratório externo de monta neste âmbito sendo o saldo migratório nacional desprezível para o total da população, chega-se a um número dessa magnitude.

Este crescimento da agricultura implicou na ampliação das áreas utilizadas pelas atividades agrícolas, pois estas, no novo padrão tecnológico – insumos químicos, correção de acidez, mecanização – passaram a incorporar terras antes julgadas marginais, como as terras ácidas dos campos naturais, várzeas e outras áreas alagadiças, áreas declivosas, e outras terras menos produtivas.

Como decorrência dos processos anteriormente narrados o Paraná chegou aos fins da década de 70 com o “processo de apropriação legal” de suas terras praticamente concluído, contando, no entanto, com apenas 28% de seu território ocupado por culturas permanentes ou temporárias, havendo, assim, uma área substancial de terras subutilizadas (IPARDES, 2006, p. 80 a 85).

Nestas circunstâncias gerou-se uma nova frente, agora tecnológica, que no correr dos anos 80 passou a ocupar os remanescentes não usados e reapropriar em padrões mais produtivos áreas anteriormente subutilizadas. Como consequência disso aumentou-se a pressão sobre os últimos remanescentes de florestas. Em meados da década de 80 grande parte das áreas agricultáveis do Paraná já se encontrava apropriadas ou em apropriação.

3.1.7 Um Território por Conquistar: As Concepções de Natureza no Paraná

Partindo do mesmo horizonte temporal proposto ao abordar as relações entre as noções de identidade nacional e natureza, tomou-se como ponto de partida o século XIX para considerar as relações que se estabelecem entre a dinâmica social paranaense e suas manifestações culturais e a noção de natureza.

É neste momento que se encontram as primeiras manifestações de um conjunto de interesses localizados no Paraná aos quais pode se atribuir uma noção de identidade, de percepção de diferença entre os que aqui viviam e os demais brasileiros.

Embora não se tenha clareza a respeito do que se articulava em torno desta iniciativa, nem o quanto poderia estar associada a uma noção de identidade, uma das primeiras expressões deste tipo de que se tem notícia foi a chamada “Conjura Separatista”, de 1821, ocorrida em Paranaguá, quando uma série de notáveis pretendia se manifestar no sentido de promover a separação de São Paulo e proclamar a República em Paranaguá (BRASIL, 1990, p. 72-73).

Com a Independência, mesmo estando um tanto distantes dos centros nacionais de decisão, mas ligados aos limites com os países platinos e envolvidos com as questões de fronteiras, os paranaenses manifestaram seu pertencimento à nova nação.

Exemplo disso é a manifestação de Antonio Vieira dos Santos (1950, p. 103) na Câmara de Morretes, em 11 de outubro de 1822, que apelava para a natureza, desta feita apresentada como divindade, para justificar a necessidade da independência, pois para ele “O Deos da natureza fes a américa para ser independente e livre”.

Do mesmo autor, encontra-se, também para comemorar a independência, uma alusão à nova bandeira em que associava seu campo verde à primavera e o amarelo, ao ouro (1950, p. 411), numa vinculação da bandeira a aspectos da natureza que não deviam ser correntes à época¹²⁹.

A partir deste momento é que os primeiros cronistas paranaenses passaram a escrever sobre as coisas da terra, a narrar a sua versão da história dos primeiros tempos da colonização, a comentar a situação das gentes e dos negócios da terra.

Nesse período o Paraná era percebido, como de resto o Brasil, pelo conjunto dos imigrantes, como uma terra imensamente rica e de muitíssimas oportunidades.

Vieira dos Santos, o cronista mais destacado de então, que chegara ao Brasil justamente no início do século XIX, canta, na abertura de seu *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município*, a natureza brasileira como uma mãe pródiga que atende generosamente a seus filhos, ou como uma cornucópia inexaurível de bens e riquezas. Assim, dedica a sua obra:

A Patria Brasileira, qual mãe carinhoza, sempre solicita e prompta está, com os braços abertos, a receber, em seu seio os filhos do mundo antigo; que a mais de tres seculos, milhares de migrantes aqui aportão de todas as nações da Europa [...] e de outras partes do mundo se abalão da terra natal, a expatriar-se voluntariamente, ao solo Americano á Terra da Santa Cruz, ao grande Imperio Diamantino, atrahidos pella bondade de seu clima; fertilidade do paiz; riquezas de suas minas de Oiro, e de outros metaes preçiozos que a natureza prodigamente aqui produzio (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p. 9).

¹²⁹ As intenções de Debret, expressas nas cores usadas desenho do pavilhão nacional, e que deveriam ser muito bem sabidas naquele tempo, eram alusões às casas dinásticas a que pertenciam D. Pedro e sua mulher (BANDEIRA, 2006, p.13).

Este era também o olhar com que percebia a terra paranaense, pois quando abordava a agricultura do município de Paranaguá, Vieira dos Santos expressava com clareza e detalhes uma visão edênica da natureza, a noção tão comum de que as terras da América eram um novo paraíso da promessa.

Tal idéia, contudo, se expressava num contexto histórico que não é o do descobrimento, mas em meados do século XIX, o que também indica como reverberam no tempo os ecos destas representações.

O mito paradisíaco da libertação do trabalho aparece com clareza nas suas alusões à terra que seria de tal forma dadivosa que, para viver, bastava colher os seus magníficos frutos. Pela forma e detalhes, com que traduzia esta noção de natureza, vale à pena a transcrição:

Finalmente té a prodiga natureza produzio sem cultivo algum, no Centro das mattas fructas saborozas como são as Jaboticabeiras, Jambeiros, Guaiabeiras, Araçaeiros, Engaieiros, Guabirobeiras, Maracujeiros, Cajueiros; e outras immensas que se não podem descrever todas. O homem pobre neste abençoado paiz possuindo unicamente hua espingarda para Caça silvestre e hum anzol para sua pescaria, bem pode subsistir com sustento vegetal que a natureza por toda parte lhe offereçe no centro dessas mattas; ali acharão madeira para fazerem suas habitaçoens, pallha para as cobrir do tempo; o sipó, a Embira, o tucum, o Caraguatá, e a Taquara huns para fazer atilhos, outros para fiar e fazer cordeame, linhas e redes de pescaria, çestos, balaíos para uso de seus misteres. Hé portanto o solo do Município de Paranaguá, igual a este Paraiso de Eden, que os poetas nos pintão, ou outra nova terra da Promissão que o Supremo Arbitro da Natureza, quis Collocar no novo mundo e mostrar o grande poder da sua grandeza. Louvada seja a Sabia Providência que assim a creou (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p. 90).

Nestes tempos que se seguem da independência do país até a emancipação da província, o mate já se havia firmado e se constituía num negócio apreciável no Paraná (PADIS, 1981, p.44). Sua exploração e exportação criaram as condições para que se constituísse em província autônoma.

E assim se manifestava o delegado de Morretes em correspondência ao governador de São Paulo de 18 de janeiro de 1843, assinalando que seus bons climas e solos produtivos, e a facilidade de se fazer estradas, permitiriam o comércio e o bem estar dos cidadãos, (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p. 396-397).

Nesse período as manifestações locais em prol da supressão dos vínculos com São Paulo que, ao fim, são as primeiras em que se afirmava uma identidade paranaense, sempre se apoiavam na noção de que aqui a natureza é pródiga em todos os aspectos.

Um exemplo deste tipo de pronunciamento é a representação, transcrita por Vieira dos Santos (1950, 476 - 477), da Câmara Municipal de Morretes à Assembléia Geral Legislativa, em 1850, nela se afirmava que:

confiada na justiça e illustração dessa Augusta Câmara e em sua dedicação e esforços a favor da prosperidade da Nação vai com toda a confiança e respeito pedir a separação desta Commarca da Província de São Paulo e sua elevação a cathegoria de Província para cujo fim parece ter sido pela Providencia destinada em consequência de sua pozição 'Geographica, vastidão e riqueza de seu solo, e pelas mais razões que esta Camara passa rezumidamente a expor [...] "occupa hum território [...] em sua totalidade fertilissimo e dotado de hum clima saudável, tem excellentes portos, como sejam Guaratuba, Paranaguá e Antonina ao Sul, e os de Cananea e Iguape ao Norte, cujas distancias do interior não são mais que, de 10 a 20 legoas, possúe muitos grandes, e navegáveis rios e lugares apropriados para estabelecimentos de colonizações, contem em si densas mattas que fornecem óptimas madeiras próprias para construcção, e outras apreciáveis para obras de marcenaria, e tinturaria, sendo este hum dos gêneros de exportação dos lugares do litoral, tem mui grandes e dilatados Campos onde se crião immenso numero de animaes Cavallares, muares, Vacum e lanígero que junto ao corte d'herva matte fazem o primeiro e principal ramo de exportação do centro de Coritiba, possúe vastos e fertilissimos terrenos que facilmente produzem todo o género d'agricultura, e com especialidade o Trigo, Caffé, Fumo, Algodão, Canna d'Assucar, Chá, 'Arroz, Mandioca, Milho, Feijão e quazi todas as fructas d'Europa, e tudo com hua grandeza incomparável que não só alimenta sua população como fas huma considerável parte de seu Commerçio d'exportação. Ricas minas d'ouro, prata, cobre, ferro, e outros diversos mineraes de não pequenos merecimentos, pedras preçiozas como o diamante se encontram expargidas em varias partes de seu território. Offerece emfim as maiores riquezas que a natureza pode prodigalizar e que, desenvolvidas e aproveitadas podem fazer brevemente desta Commarca hua província de segunda ordem.

Tal percepção de uma terra imensamente rica contrastava com outra, também de grande durabilidade, a noção de sertão, distante, bravio, incivilizado e hostil ao homem em que a natureza mostrava a sua face sombria. Neste as matas são imensas, longínquas, e os acidentes geográficos, montanhas e abismos, são produtos de desordens da natureza (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p. 245).

Essa dicotomia é interessante, pois também é no sertão longínquo onde se encontrava uma terra plena de possibilidades, onde também se encontraria o paraíso do não trabalho. Isto porque contém riquezas inusitadas – as ricas minas ainda eram sonhadas em meados do século XIX –, e a terra ali era fertilíssima, como dizia outro notável cronista da terra, Sebastião Paraná (1899, p.151), já nos fins do mesmo século:

Para se poder avaliar como a natureza foi pródiga em favores variados para com esta auspiciosa terra, é preciso visitar-se o Norte e o Occidente do Paraná, onde infelizmente tudo está por explorar, e ninguém pensa no dia de amanhã porque o tem como certo e infallível.

Alli a caça e a pesca, mui rudimentarmente feitas, fornecem os alimentos necessários que alternam com os fructos que a natureza colloca ao alcance das mãos¹³⁰.

Para realizar o sonho havia que se dominar o sertão, que o submeter, que o conquistar, realizando mais uma vez o destino que parecia ter sido o da gente paranaense desde o início de sua colonização.

São estes os traços da natureza paranaense como era vista pelos daquela época. A terra da providência, de bons climas e bons solos onde, com alguma estrada e trabalho, as possibilidades serão inusitadas. O interessante neste caso é a persistência desta concepção no tempo, pois, como se verá adiante, com alguma modificação essa noção persiste, praticamente até os meados do século XX.

Pois ao fim, como afirmava Brasil Pinheiro Machado (2001, p. 61) citando Alberto Torres, tratava-se de realizar “impulso” que do bandeirante ao fazendeiro tornou-se uma regra que “perpetuou-se pela história adiante, afirmando as normas da aventura e do saque à natureza como estímulo a ação do homem sobre a terra”.

Não se encontra com freqüência, no Paraná, até quase o final do século, alusões à natureza tropical cujos temas sejam apropriados num discurso identitário de cunho romântico, como se vê em âmbito nacional. Vieira dos Santos é um entusiasta da sua pujança, mas o faz, talvez pela sua origem lusa, com uma forma que muito se assemelha à dos primeiros cronistas portugueses que aqui identificavam o paraíso terreal.

Dos viajantes naturalistas que nesse período por aqui passaram, destaca-se Saint Hilaire, que esteve aqui em 1820, e seu *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. Nele apresenta descrição de vários cenários paranaenses que, posteriormente, incorporados ao discurso local, passarão a compor lugares e objetos de valor simbólico da nossa paisagem.

Será ele (1978, p. 15-17), um dos primeiros a falar com espanto da amplidão sem fim dos Campos Gerais – que classifica como uma das belas regiões da América – e da imponência do pinheiro – ereto, imóvel, imponente, com sua copa

¹³⁰ O texto remete também a uma outra noção de natureza, e vale comentar que no fim do século o paraíso e a libertação do trabalho já não se encontravam, pelo menos para Sebastião Paraná, nas margens da baía de Paranaguá, deslocara-se para o oeste e o norte, mas era possível se viver com fartura e pouco trabalho.

verde escura contrastando com o verde claro da relva – ambos, desde há muito associados à identidade paranaense.

Ao se aproximar dos tempos de sua autonomização de São Paulo, as relações que se pôde encontrar entre as iniciativas de constituir uma identidade regional e a natureza, quer seja referida às suas potências, ou aos seus acidentes e lugares, ficam adstritas às qualidades da terra e do clima, bem como a disponibilidade de recursos para o extrativismo, madeira e mate.

O Paraná nasceu, em 1853, sob o signo da questão de fronteiras, e das geopolíticas resultantes dos conflitos platinos. Era um território vasto, muito pouco ocupado – aproximadamente 66.000 habitantes em mais de 200.000 km² (MARTINS, 1989, p. 64) – ao qual cumpria ocupar, para estabilizar as fronteiras a oeste.

Havia também o negócio do mate, que já se mostrava firme e com os interesses bem colocados – encontravam-se no Paraná à época da emancipação, como consta no relatório de Zacarias de Góes e Vasconcelos (PARANÁ, 1854, p.19), aproximadamente 90 moinhos de erva-mate –, interesses estes que eram distintos dos que se articulavam com São Paulo, pois estes se davam em torno do comércio de gado e animais de tiro na feira de Sorocaba, atividade que naquele Estado, perdia primazia para o café.

Inicia-se nesse período uma alternância entre os interesses destas duas frações da burguesia, ainda nascentes à época (MAGALHÃES FILHO, 2006-A p. 115 a 125), a liberal e a conservadora – ambas nos moldes da política imperial – a primeira ligada ao tropeirismo e a outra ao comércio do mate.

Muda, pois, nesse período, o centro decisório da economia e da política do Paraná, criando-se uma dualidade que o afastava aos poucos das tropas e da pecuária – que articulava interesses comuns com os paulistas – e para as quais o controle dos registros e a obtenção de novos campos de pastagem consistiam em interesse estratégico.

O mate – que era planta a ser colhida em ervais nativos – e os interesses da nova elite que aos poucos se constituía em torno desta atividade, apontavam na realidade para as grandes extensões florestais do interior do Estado. Eram áreas a

serem apropriadas como reserva de valor, quer para essa atividade, quer para a incipiente exploração madeireira, que já era um potencial econômico identificado.

O Paraná nasce, também, sob o signo de um novo negócio vinculado às coisas do Estado e da sua administração, qual seja o da titulação, em nome de particulares, das terras devolutas do interior do Estado¹³¹, e do comércio de terras. Estas práticas, com os padrões ditados pelas oscilações da política regional e nacional, prosseguem até os meados do século XX.

Estes dois movimentos, a necessidade de ocupar o território especialmente as áreas de fronteira e de permitir o acesso a estas, e o novo valor que se atribui às terras da província, implicavam na necessidade de conhecê-la e de projetar caminhos para ocupá-la.

Nesse momento, aliás, como já se apontou no âmbito nacional, começava a se manifestar um novo conjunto de atores que, como os naturalistas viajantes, contribuíram para a construção de novos símbolos e idéias a respeito da natureza, quais sejam os engenheiros e exploradores.

Estes técnicos, na sua maioria influenciados pelo Romantismo no dizer de Arruda (2000), exploraram o território do Paraná e deixaram expressas suas impressões, em relatórios, livros e pinturas. Foi o caso dos irmãos Antônio e André Rebouças, dos irmãos Kellers, de Thomas Bigg-Witter e de Willian Lloyd.

As opiniões de André Rebouças sobre os recursos naturais do Paraná, sua apreciação sobre as belezas das Quedas de Guairá e sua proposta de criação de um parque nacional da área são bem conhecidas, e sem dúvida serviram de inspiração para muitos paranaenses por longo período.

Os engenheiros alemães José e Francisco Keller, foram contratados pelo presidente André Augusto de Pádua Fleury, para explorar as possibilidades de articulação hidroviária com o Mato Grosso pelos rios Ivaí, Tibagi e Paranapanema (MARTINS, 1995, p. 114).

Os irmãos Keller deixaram, além de conhecimentos específicos sobre estes cursos d'água e notas sobre a sua navegabilidade em diversos trechos, aquarelas

¹³¹ Como assinala Oliveira a história da ocupação do território paranaense encontra-se estreitamente vinculada ao comércio de terras ou de sua cobertura vegetal (2004, p. 69)

que são registros preciosos da natureza e das gentes do Paraná, destacando-se Franz Keller, cujas obras, no dizer de Fernando Bini (1986, p. 40), eram de maior valor artístico, pela “beleza e detalhe do desenho”.

Bigg-Witter (1974, p. 94-95) jovem engenheiro britânico, chefiou uma missão exploratória¹³² que pretendia avaliar as possibilidades de construção de estradas de ferro para o oeste. Por três anos – entre 1872 e 1875 – explorou a província. Deixou um livro em que relatou suas andanças e aventuras. Nele encontram-se textos de nítida inspiração romântica, um exemplo é quando descreve seu contato com o segundo planalto, com os Campos Gerais do Paraná:

Estávamos repousando, segundo me parecia, num dos mais altos pontos do grande penhasco [...] nem de longe imagináramos que dali teríamos tão esplendoroso panorama. Para o lado do sul e do sudoeste, estendia-se vasto mar de relva dourada que se perdia de vista, ondulando em vagas gigantescas até o profundo Vale do Iguaçu, bem distante, e muito mais abaixo; depois, elevando-se novamente, do outro lado, continuava o seu movimento ondulatório, diminuindo gradativamente as vagas até o céu e a terra se confundirem e se perderem na distância, no que parecia ser o infinito. Não havia detalhes que chamassem a atenção, a vista parecendo perder-se na imensidão do panorama. Surgiam apenas algumas árvores raquíticas, vendo-se aqui e ali alguns pinheiros, a refletirem suas ramagens escuras nas profundezas dos cursos d'água que cruzavam as campinas. Era só. Além disso, a grande planície, quase sem limite em extensão, não apresentava um só marco onde os olhos pudessem repousar. [...] Nem na Inglaterra, nem talvez em toda a Europa seria possível encontrar qualquer coisa que se aproxima-se disto. O que mais me impressionou, foi a sua vastidão – a sua imensidão nos dava a idéia do ilimitado. A gente se sentia diminuída fisicamente quando olhava para aquela grandeza, enquanto nossos sentidos se expandiam indefinidamente.

Encontram-se aqui todos os atributos de um texto romântico sobre a natureza, a pequenez do homem em face dela, os sentidos que se ampliam propiciando uma outra percepção, a noção da infinitude, de falta de limite.

Aliás, os planaltos do Paraná e a Serra do Mar parecem ter sido paisagem que adequada às expressões do romantismo tardio, de cunho regionalista e nacionalista que se manifestou no Brasil no fim do século XIX.

Veja-se que Sebastião Paraná (1899, p.165), do alto da Serra da Esperança, apreciava o terceiro planalto, descrevendo o cenário e sentindo a “alma arrebatarse, o coração latejar célere ante o painel imponente, de apoteose romântica, que se mostra, emocionando o espírito, agitando até mesmo os indivíduos indiferentes às

¹³² Outro engenheiro ligado à missão Bigg-Witter, que deixa referências a natureza do Paraná que podem ter influenciado representações posteriores sobre a mesma foi Willian Lloyd, dotado de excelentes dotes para a aquarela deixa registros da paisagem paranaense (Bini, 1986, p. 40), como a vista de Curitiba, onde aparecem as ruínas do Alto de São Francisco – um lugar de memória da população curitibana – delineando ao fundo o cenário da Serra do Mar.

pompas da natureza”, pois lá de cima se pode ver “quanto são extensos os nossos campos, infindos os nossos bosques, onde se ostenta uma vegetação virente e soberana”.

Júlio Pernetta (*Apud* PARANÁ, 1899, p.166) por sua vez, observando essa paisagem do mesmo ponto de vista, também se emocionava:

E' estupendo, é grandioso, nevrotisa o espirito mais frio, mais indiferente Fal-o gritar, bêbado de entusiasmo, o ramalhar pesado das arvores seculares que se erguem, espectraes e irónicas, para o infinito deserto. [...] Em cima o firmamento se estende indefinidamente n'um espreguiçamento azul e voluptuoso ; em baixo a magestade imponente do sertão se ergue verdejante e soberba. [...] Diante desse quadro assombroso da Natureza, a nossa alma se dilata e o coração acelera as pulsações; e sentimos muito de perto a fragilidade misérrima da humanidade, em frente da exuberância magestosa da Natureza [...].

Nestor Vitor (1996 p. 201) também se aproxima, a despeito da época, dos campos gerais com um olhar romântico e, rememorando sua juventude, após descrever a vegetação e a e os pássaros que encontra na região num cenário que reputa paradisíaco, afirma a natureza como fonte de inspiração e comunhão com a divindade:

Respirando assim a largos haustos na leve ebriedade do aroma daquele imenso mundo vegetal, naquela idade juvenil em que a esperança ainda era em nós de horizontes tão interminos como a vastidão esmeraldina em que andávamos isolados. O céu, muito azul e muito diáfano e sem nuvens, exaltava ainda mais a grandeza do imponente cenário, que não parecia ser da terra, mas feito para casar-se com a sublimidade das naturezas divinas.

A necessidade de ocupação das terras da nova província deu lugar também a um outro movimento que contribuiu para a construção de uma relação simbólica entre as populações locais e a natureza e se liga, fortemente, à identidade paranaense como é vista hoje.

Pois nesse momento é que adquire mais ênfase o negócio da colonização¹³³. Justificado pela necessidade de ocupar o espaço produziu um discurso sistemático a respeito da natureza no Paraná, que se manifesta aproximadamente com os mesmos matizes desde os meados do século XIX até meados do século XX.

¹³³ A operação de agenciamento e financiamento da viagem, recepção e hospedagem, fornecimento de materiais e equipamentos, seleção, aquisição e distribuição de terras e, nos raros casos em que houve, construção das estradas de acesso, constituía-se num negócio, do qual participavam os que tinham acesso às decisões do Estado – provincial ou nacional, no caso. Especialmente a titulação de terras e posterior venda ao estado para projetos de colonização, se constituiu em um negócio que propiciou a alguns largas vantagens, veja-se, por exemplo, o caso do assentamento de russos no segundo planalto e das especulações com terras devolutas nas primeiras décadas do século XX (MARTINS, 1989, p. 35 a 37 e 93 a 98).

Quer para atrair colonos quer para justificar o empreendimento face aos seus associados ou à população local, as referências à natureza paranaense passam a ser vinculadas à fertilidade de suas terras, à amenidade de seu clima – que o fazia especialmente adequado para os colonos europeus – e à riqueza de suas matas. Desde o relatório do primeiro presidente à Assembléia Provincial inaugura-se uma tradição laudatória às qualidades da terra que se repetiria nos pronunciamentos oficiais por muito tempo.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, por exemplo, referia-se à terra paranaense como: “cortada de rios consideráveis, no gozo de um clima reconhecidamente saudável, com terrenos fertilíssimos, que prestão-se aos mais abundantes e variados productos [...]” (PARANÁ, 1854, p. 1).

Pouco mais tarde o presidente da Província José Antônio de Vaz Carvalhaes (*Apud* MARTINS, 1989, p.77), em seu relatório de 7 de janeiro de 1857 aludia: “a pasmosa salubridade desta província, a amenidade de seu clima, a uberidade de suas terras [...]”; passados vinte anos Lamenha Lins (*Apud* MARTINS, 1989, p. 31) falava que aqui as matas virgens eram “riquíssimas de uberidade e seiva”.

Não apenas nos discursos governamentais se encontravam tais afirmações. Nos seus *Apontamentos sobre a província do Paraná*, de 1861, Demétrio Acácio Fernandes da Cruz (1990, p. 19), funcionário da alfândega de Paranaguá, crítico do sistema de colonização e dos métodos deletérios de cultivo adotados pelos agricultores, manteve, quando se tratava da terra e do clima, o mesmo discurso, pois aqui a “benéfica e creadora natureza faz germinar, alimenta, vigora e desenvolve, de um modo verdadeiramente maravilhoso, as sementes que as nossas descuidosas mãos atiram ao acaso sobre o seo generoso solo”.

É evidente que estas assertivas a respeito da natureza no Paraná, que a colocam como receptiva em decorrência de suas condições climáticas, a alusão a excelência do clima tão utilizada para se justificar a boa adaptação do imigrante e à fertilidade das terras, são generalizações.

Generalizações estabelecidas a partir de um ponto de observação: o dos primeiros e segundo planaltos, das áreas ocupadas com o tropeirismo e com o mate, que se convencionou chamar de Paraná Tradicional.

Alerta contra tais generalizações simplificadoras é feito por Wilson Martins (1989, p. 7), que chama atenção que o dito clima europeu não ocorre nem no litoral nem no norte, e que a fertilidade assombrosa das terras é fenômeno bastante localizado na geografia do Estado.

Mas estas concepções, que se articulavam com os interesses dominantes da época e que, também, correspondiam a determinados aspectos da geografia física do regional, adquiriram força e tiveram sobrevida por um bom tempo, e constituem-se em concepções de natureza que são associadas, pelos que aqui vivem, quase que necessariamente ao Paraná.

Pode-se verificar que no raiar do século XX tais menções ainda eram freqüentes não apenas nos discursos oficiais, mas na visão dos principais escritores e cronistas de então.

Elas se repetem, por exemplo, em Sebastião Paraná, na sua *Chorographia do Paraná*: “a amenidade do clima, a fertilidade do solo e a abundância de riquezas naturais atraíram imigrantes laboriosos, vindos de diferentes pontos da Europa” (1899, p.151).

Nestor Vitor (1996, p. 171), em 1912, falava das novidades que encontrara aqui depois de anos de ausência, No *Paraná do futuro*, livro que escreveu com intuito propagandístico e financiado pelo governo provincial – antecipando uma forma de propaganda que seria depois bastante utilizada¹³⁴ – falava de uma terra cuja fertilidade seria tão grande que permitiria o lançamento de sementes de trigo ao vôo sobre a queimada para se tirar excelentes colheitas.

Rocha Pombo (1980 p.117), no centenário da Independência, olhava para o oeste, com olhos de conquistador, pois era preciso ocupar a região, onde estão as “opulências da natureza”.

Esta terra imensamente rica de vastas florestas foi, no entanto, no decorrer da segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do XX, ocupada, em grande parte, por imigrantes europeus, inicialmente distribuídos em colônias na área do Paraná tradicional.

¹³⁴ De empreitada semelhante serão acometidos, quarenta anos depois, Rubem Braga e Arnaldo Pedrosa D’Horta (2001), desta feita na década de 1950, quando produziram o livro *Dois repórteres no Paraná*, produzido em viagens ao interior do estado acompanhando o governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Estes imigrantes, embora em alguns casos – não em todos, é bom que se frise – fossem herdeiros de uma tradição agrícola mais desenvolvida do que a geralmente utilizada no Brasil, foram postos em contato com um ambiente estranho, totalmente em desacordo com aqueles a que estavam habituados em seus locais de origem.

Resultado disso foi a literal devastação das florestas e solos da região nas proximidades de Curitiba, especialmente as do Açungui e Cerro Azul, que com sua produção agrícola muito contribuíram para o crescimento de Curitiba no final do século XIX e cujos terrenos excessivamente declivosos, depois de desmatados e apropriados por queimadas, rapidamente se tornaram improdutivos (Bigarella, 2005, p. 433 a 435).

Além das vulgarizações correntes, é um capítulo em aberto da história ambiental do Paraná, a questão das representações de natureza que se associam aos imigrantes e de como estas se refletiram nos padrões de apropriação dos recursos do meio ambiente praticados pelas diversas etnias.

Também nesse período, as primeiras décadas do século XX, e associado, à imigração (MARTINS, 1928), e à decorrente necessidade de incorporar este novo contingente cultural à aos interesses da elite local (SZVARÇA, 1998, p. 9) surge o paranismo, o primeiro movimento de busca intencional de uma identidade paranaense.

Para Romário o Paraná se caracteriza por “uma pujante e vária vegetação” com “sertões magníficos, de opulenta flora sem rival no mundo” e seus campos são “intérminos onde nasce o gado e freme a vida”, seu clima é tão bom que há lugares que “são verdadeiros sanatórios” bastando aos doentes “respirar seu ar puro, restaurador e fortificante” (*Apud* SZVARÇA, 1998, p. 24 e 25).

Do ponto de vista de sua expressão artística o paranismo se articula, como bem se refere Adalice de Araújo (2006), a partir de características culturais da gente do Paraná que já se definiam nos finais do século XIX. Mas alcança sua expressão mais clara com as iniciativas Romário Martins e outros intelectuais e artistas a ele ligados – como João Batista Groff, Lange de Morretes, João Ghelfi e João Turin.

Seu surgimento, está ligado ao crescimento urbano de Curitiba do final do século XIX, sua função de centro da economia ervateira, sua consolidação como

capital da Província e posteriormente do Estado do Paraná, e ao esforço que se fez no sentido de dotá-la dos equipamentos necessários a esta função, especialmente na área de educação.

Este movimento, além de apoiar-se na noção edênica de uma natureza acolhedora e de recursos infindos, busca fundar em aspectos desta mesma natureza e da cultura paranaense, uma identidade regional. Seus elementos mais característicos serão o pinheiro, o índio, aspectos da fauna local – como os as onças e a gralha azul – e a Serra do Mar, especialmente o Marumbi (Araújo, 2006), (PROSSER, 2004).

São de paranistas, especialmente de Romário Martins e Lange de Morretes, os primeiros alertas contra a devastação que se praticava nas matas do Paraná.

Romário caracterizava-se por uma posição utilitarista, defendeu a utilização da madeira, principalmente do pinho, mas também a exploração seguida de replantio o respeito a nascentes e aos cursos d'água, apresentou como deputado dois projetos de lei florestal em 1919 e em 1926 (*Apud* SZVARÇA, 1998, p. 23 a 26).

Seu ponto de vista, embora sofra mudanças no tempo, encontra-se nos vários textos que publicou posteriormente enfeixados no *Livro das árvores do Paraná* (2004). Nele denunciou veementemente o corte indiscriminado das matas e o comprometimento dos mananciais de abastecimento de Curitiba.

Lange de Morretes, que dedicou sua arte durante um bom tempo aos pinheiros e desenvolveu uma iconografia paranista assentada na representação gráfica do pinhão e da pinha, ocupou-se de denunciar com “mágoa” os “estragos feitos às nossas florestas” e propagar a importância do replantio (ARAUJO, 2006, p. 69).

Além de preocupações de expressar artisticamente os elementos da natureza paranaense, o paranismo buscou elevar elementos de nossa paisagem – como a Vila Velha, as Cataratas do Iguaçu e o Marumbi – a símbolos, representativos das qualidades da gente paranaense. Tratava-se de uma tentativa de transpor os atributos da natureza – elevação, singularidade, vigor, força – às pessoas que aqui viviam, aproximando-se de uma noção de natureza que Cronon (1995) designou como natureza natural.

O paranismo, que não se atribuía carácter xenofóbico, pois associava o paranismo ao amigo da terra, não se caracterizou apenas como um movimento de carácter artístico. Buscava uma perspectiva mais ampla e um conhecimento mais aprofundado das coisas do Paraná.

O *Programa geral do Centro Paranista*, criado em 1927 pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e pela Sociedade de Arquitetura do Paraná, elaborado por Romário Martins, era bastante amplo e propunha estudos para conhecer a realidade paranaense nos seus diversos aspectos, destacando-se, no que concerne à natureza: “estudos sobre limites, extensão, coordenadas geográficas, constituição geológica, natureza do solo, minerais, climatologia, orografia, hidrografia, problemas do litoral, portos, flora e fauna” (ARAUJO, 2006, p. 70).

Pode-se dizer que sob este aspecto, embora isolado do modernismo no que concerne à expressão plástica, o paranismo procurava inovar, apresentando preocupações em diversas áreas do conhecimento – como a questão indígena e a ambiental – que não eram comuns à época.

Também outra idéia de natureza torna-se corrente nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do XX, qual seja a de que esta se opõe ao progresso e deve ser sujeitada pelas forças da tecnologia.

Os construtores de estradas de ferro e de rodagem, as maravilhas tecnológicas e civilizatórias, que conquistavam o sertão bruto e abriam as portas do progresso, tiveram aqui sua maior expressão, como se verá detalhadamente mais adiante, na ferrovia Curitiba – Paranaguá e na estrada da Graciosa.

Por volta do fim do século XIX, mas com mais força após 1908¹³⁵, ainda calcado na apropriação de novas terras para agricultura e nos projetos de colonização, surgiu um novo movimento no Paraná que muito contribuirá para a construção do mito de que aqui a natureza rica e pródiga tudo dá, pedindo pouco de volta, mas devendo ser conquistada a custa de fogo, estradas abertas na selva, serrarias e pioneirismo. Trata-se do ciclo do café.

¹³⁵ Como afirma Temístocles Linhares (1985, p. 90) embora as primeiras tentativas de produção de café no Paraná remontem ao último decênio do século XIX foi somente no alvorecer do século vinte, em 1908, quando os trilhos da Sorocabana chegam ao rio Paranapanema, e se inaugura a estação de Ourinhos, é que, aqui, o café passa ter condições de produção comercial.

Este período, que começou com a entrada de mineiros e paulistas pelo chamado Norte Velho, inicialmente na região de Jacarezinho por volta dos 1890 e depois se difundindo no sentido de Londrina (1920) e daí para Maringá – Norte Novo – já nos anos 1940, atingindo as barrancas do Paranapanema e do Paraná nos anos 1950, consolidou uma nova fase das representações de natureza associadas à memória e à identidade paranaenses.

Neste momento, diferentemente dos anteriores, o norte do Estado foi ocupado por levas de migrantes nacionais que, na maioria, seguindo o processo de deslocamento da frente cafeeira, vinham predominantemente, de São Paulo, de Minas Gerais, mas, também, do nordeste.

Não se tratava do esforço de colonização como produto da vontade política de ocupar o território que caracterizou o período anterior, mas de uma frente, uma onda, cuja lógica de incorporação de novas terras se dava atrelada às demandas externas e a um padrão de apropriação da natureza específico, que avançava sobre as terras roxas do norte do Paraná.

Neste momento as imagens de natureza que são vinculadas ao norte do Paraná remetem a alguns dos padrões de representação da natureza já comentados, destacando-se a idéia da natureza edênica quer pela prodigalidade dos recursos, quer pela sua virtual inextinguibilidade.

Dentre os apelos à ocupação das novas terras chamam à atenção as alusões diretas à noção de paraíso. Na imprensa regional encontra-se, por exemplo, no jornal Paraná Norte de 03 de janeiro de 1936, matéria que alude à riqueza e pujança da região buscando incentivar novos pioneiros, nos seguintes termos:

É surpreendente! ... é inédito... é absolutamente inédito que uma cidade iniciada muito depois da crise de 1929 apresentasse índices de prosperidade tão entusiasmantes [...] A divisão agrária que nos caracteriza, funda lares felizes por todos estes espigões e encostas, rodeando-as de uma abundância de terra da promessa! Terra da Promissão! (BATISTA, 2005, p.89)

O café era o “ouro verde” que brotava das terras roxas. Este eldorado do século XX a ser alcançado com trabalho, iniciativa e pioneirismo, foi uma idéia difundida fartamente pela Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP. Encontrou eco em diversos aspectos da vida local, como na designação de estabelecimentos comerciais como identifica Raimunda de Brito Batista (2005, p. 89)

no caso de Londrina, mencionando, como exemplos, o salão de beleza Éden, o restaurante Paraíso Terreal, o Cine Ouro Verde, a fazenda Eldorado.

Na busca de ecos destas alusões verificou-se dentre os municípios da antiga região cafeeira, aqueles cujos nomes vinculam-se à noção de paraíso, esperança, riqueza e fertilidade. A lista fala por si: Alto Paraíso, Bela Vista do Paraíso, Paraíso do Norte, Santo Antônio do Paraíso, Boa Esperança, Nova Esperança, Esperança Nova, Terra Rica, Terra Boa, Terra Roxa.

FIGURA 10 – FIGUEIRA BRANCA DO NORTE DO PARANÁ: SÍMBOLO DE TERRA FÉRTIL.



Fonte: Ilustração Brasileira (Dezembro de 1953)

A fertilidade das terras do norte do Paraná, que foram objeto da mais diversa adjetivação, eram no entender da CNTP “ubérrimas” (YAMAKI, 2006), “as mais férteis do globo” (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1953). Suas florestas eram tidas como garantia de fertilidade, as fotografias de árvores imensas – ver figura 10 – de florestas densas, demonstravam para os futuros colonos a enorme fertilidade das terras roxas.

E no norte do Paraná, segundo a CTNP, o paraíso era acessível a bom preço, mediante módicas prestações, garantido do ponto da vista da titularidade, e fertilidade, com boa infraestrutura de acesso e, óbvio, livre de flagelos e pragas, especialmente da formiga saúva.

FIGURA 11 – NÃO HÁ SAÚVAS



Fonte: *Labirinto da memória: paisagens de Londrina*. (YAMAKI 2006).

Outra idéia que se associou com força ao processo de colonização do norte do Paraná foi a de progresso, do progresso que domina a natureza e que emana do espírito pioneiro e realizador daqueles que para cá vieram.

Uma expressão emblemática deste tipo de imagem encontra-se em artigo de Barbosa Pupo, para a “Ilustração Brasileira”, que se referia ao norte do Paraná como um “assombro de riqueza e progresso” onde brotavam cidades (1953, p. 101). Na mesma revista encontram-se outras matérias onde, por exemplo, Londrina é identificada como as “pupilas da fortuna e do progresso”, e a região um lugar tão dinâmico que “as estatísticas nascem velhas” (1953, p.100).

À noção do progresso se juntou a noção do bandeirante-empresendedor, que dominava a natureza e dela, pelo tino e espírito aventureiro, praticamente arrancava a riqueza. Veja-se como o coronel Francisco de Paula Soares, diretor do Instituto Brasileiro do Café - IBC, se referia, na revista Ilustração Brasileira (1953, p. 103), aos que introduziram o café no Paraná:

A penetração cafeeira no Paraná é um desses lances de audácia e determinação que só abona a capacidade de ação de nossa gente. Não houve nenhum plano de penetração organizada, nenhum auxílio do governo, nenhuma base de garantia financeira aos que vadearam o Paranapanema e foram substituindo pelos cafezais a selva derrubada. Só um otimismo muito sadio, só uma crença na pujança e fertilidade da terra sustentaram a grande empreitada.

Individualismo realizador¹³⁶ que ao submeter a natureza e tomar para si o que lhe interessa, sob alguns aspectos, se aproxima do espírito da fronteira a que Schama (1996) se refere no caso norte-americano. Com uma especificidade: aqui, na origem deste processo estão o clientelismo paternalista e o atendimento aos interesses particularistas que caracterizou o negócio das terras devolutas no Paraná.

Este progresso febril produzia maravilhas da civilização: as cidades. Londrina era o mais notável exemplo de crescimento e riqueza, que incessantemente brotavam em lugares em que antes havia “apenas” a floresta.

¹³⁶ Como disse Rubem Braga (2001, p. 28) ao passar pelo norte do Paraná em 1952: “Estamos em terras de uma espantosa mobilidade social, em uma sociedade fortemente individualista, em que tudo, ou quase tudo, é feito por particulares. Cada um tem um sentimento muito vivo de seu próprio esforço [...]”. Arnaldo Pedroso d’Horta (2001, p. 42), seu companheiro de viagem, também faz observação semelhante quando comenta a população local: “Há um desempenho de linguagem, uma altaneria de porte, um desembaraço de maneiras, uma franqueza de idéias que não se encontram, de modo tão generalizado, em outros lugares. Cada um sabe o que quer, e está empenhado em consegui-lo. Não se trata de pleitear favores, mas de conquistar direitos”.

Tal percepção da velocidade febril da urbanização se encontra nítida nos artigos de Rubem Braga e Arnaldo Pedroso d'Horta (2001) sobre o norte do Paraná". O último, por exemplo, se referia às "cidades cogumelo que surgem de repente" que nascem "prevendo o futuro" e "acossadas pelo presente" (2001, p. 43).

Além da riqueza, da ocupação de uma extensa área, da destruição da mata, de um crescimento populacional muito intenso, o café trouxe outras mudanças, menos palpáveis, mas também importantes, para o Paraná.

Passado o primeiro momento das vendas de terra e da colonização, quando a ocupação já estava feita, as elites do Paraná Tradicional, que detinham o aparato de Estado, se viram parcialmente alijadas do processo econômico. Perceberam um Paraná dividido, em que o norte se articulava com São Paulo e os grandes negócios do Estado não passavam mais por Curitiba.

Ao Estado, dirigido por esta elite, competia administrar, fornecer infraestrutura para aquelas áreas que cresciam com muita rapidez. Mas a riqueza do café, as grandes fortunas estavam no norte e em São Paulo o que gerava uma situação de peculiar divórcio de interesses.

Sobre este fato assinalou Temístocles Linhares (1985, p.94), que: "O ciclo do café começou, pois, se revestindo do caráter de um regime estranho imposto ao paranaense já cioso da sua auto afirmação, e contra cuja cultura se ensaiava uma espécie de antagonismo no Norte do Estado". Afirmando também que coube ao Governador Bento Munhoz da Rocha, solucionar uma situação que seria crítica, o que se deu graças "à lúcida vigília" desse governante.

Foi nesse momento em que, com os cem anos da emancipação de São Paulo – 1953 –, o Paraná se pretendia centrado na capital, voltado a afirmar a sua centralidade, sua função de centro político administrativo e de pólo intelectual. Havia um projeto de construir uma identidade paranaense a partir de uma concepção de Paraná cuja perspectiva se articulava a partir do Paraná Tradicional e dos intelectuais que aqui se formaram.

Nesse período, foram construídos o Centro Cívico, a Biblioteca Pública do Paraná, o Colégio Estadual do Paraná, iniciou-se a sede da Universidade Federal do Paraná e o Teatro Guaira. E também, com menos alarde, mas em uma iniciativa de

extrema importância para o presente estudo, aprovou-se a lei nº 1211 de 1953 que criou o patrimônio histórico e artístico do Estado do Paraná.

É de se assinalar também, que nesse mesmo período intelectuais paranaenses de expressão, como Temístocles Linhares e Wilson Martins se interrogavam a respeito desta identidade. Uma breve apreciação de seus trabalhos pode indicar o quanto seus pontos de vistas traduzem uma visão também vinculada a esta porção de ocupação mais antiga do Estado.

Neste sentido basta lembrar que estes dois autores, expoentes da *inteligência* local e de reconhecimento nacional e internacional, se dispuseram a produzir obras nas quais consagraram os seus talentos a tratar o tema da identidade paranaense. Temístocles Linhares, com o seu *Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura*, publicado em 1953, e Wilson Martins que data seu *Brasil diferente* do ponto de vista intelectual e historiográfico de 1955.

Também o Museu Paranaense participou deste esforço, assinala Márcia Kersten (2000, p.137). Foram pesquisas, documentação fotográfica, textos, livros e filmes, voltados à questão do *homem paranaense*. Dentre eles se destacava o filme produzido por Wladimir Kozak sobre os xetá – grupo indígena da Serra de Dourados, nas proximidades de Maringá.

Há também outro movimento, coetâneo dos primeiros momentos do “boom cafeeiro” já nos fins dos 1930 e no início dos 1940, mas muito ligado aos problemas ambientais que a ele se associavam e cujos desdobramentos já eram previsíveis. Em oposição à atitude quase mineradora da natureza que caracterizou a frente cafeeira, percebia a natureza como um sistema complexo de relações no qual a sua preservação, das florestas em especial, em determinadas circunstâncias, era de suma importância para a reprodução da sociedade.

A construção de um discurso mais sistemático sobre a natureza do Paraná, que viesse a ultrapassar as denúncias e o caráter identitário dos primeiros momentos do Paranismo, teve como base Curitiba, como instrumento as ciências e as técnicas e como primeiro e mais notável agente Reinhard Maack.

À esta influência de Maack veio a se somar a criação, em 1942, graças aos esforços de Marcos Augusto Enrietti, de uma nova instituição de pesquisas que viria a ser o ponto de colimação de uma série de pesquisas sobre os aspectos físicos e

biológicos do Estado - o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná - IBPT.

Maack e o conjunto de profissionais que se reuniu em torno do IBPT, dedicados ao conhecimento da natureza paranaense, desenvolveram concepções e veicularam representações que vieram a marcar profundamente as gerações de intelectuais e cientistas que os seguiram.

Dentre os pesquisadores que se filiavam a esta instituição - pelo menos no que concerne às questões relativas às iniciativas de construção de um conhecimento sistemático a respeito da natureza no Paraná - terão papel de destaque, além de Reinhard Maack, João José Bigarella, Wladimir Cavallar Kavaleridze, Alsedo Leprevost, Carlos Bodziack Jr. Arnoldo Sobanski, Ludwig Johann Weber, Nilton Emilio Bühner, Orisel Curial, Aroldo Frenzel, entre outros.

Maack desde 1937 (1954-B, p. 438) apontava para o comprometimento das matas pluviais subtropicais pela expansão cafeeira e das matas com araucária pela indústria madeireira¹³⁷.

Suas denúncias sistemáticas adquiriram uma base empírica bastante concreta em 1953, quando da elaboração do mapa fitogeográfico, em que desenvolveu um inventário da situação das florestas do Paraná (1953 – A) – em uma colaboração entre o IBPT e o Instituto Nacional do Pinho. Nele, estimou a quantidade das matas originais do Estado e detalhou os valores da devastação das mesmas, por tipo de cobertura, entre 1930 e 1953.

O trabalho, calcado nas suas observações de campo, apresentava singular atualidade, pois entre os valores por ele estimados para a cobertura vegetal original do Paraná e os calculados pelo IPARDES (2005) mediante métodos mais sofisticados as diferenças, se levadas em conta a magnitude das áreas, são irrisórias.

¹³⁷ Sobre esta é interessante observar que Maack, sempre que a ela se refere, toma o cuidado de observar que esta atividade não é necessariamente deletéria, na medida em que se dedique ao corte seletivo, mas que também não se ilude com o discurso corrente nesta área de atividade, anotando que pouca ou nenhuma iniciativa de manejo sustentado encontrou entre os madeireiros (1953-B, p. 442).

Seu ponto de vista a respeito dos problemas ambientais decorrentes do desmatamento e das atitudes a serem tomadas para preveni-los e corrigi-los, são também atuais e revelam uma compreensão pragmática da situação.

Maack (1953–A e 1953–B) chamava a atenção para as conseqüências da derrubada das matas, mostrando sua influência no ciclo das águas e as decorrentes possibilidades de alterações climáticas, de empobrecimento dos solos por percolação, erosão ou laterização, bem como de redução da oferta de águas superficiais.

Também discutia a necessidade de adoção de uma política florestal capaz de garantir um estoque de madeira adequado à manutenção de sua exploração econômica – aspecto que já via como altamente comprometido em decorrência do prazo de maturação das espécies usualmente exploradas – para melhoria das condições ambientais e para garantia da oferta de sementes e da possibilidade de desenvolvimento de estudos, e, por fim, como patrimônio (1953 – B).

Como instrumentos para a implementação dessa política propunha o reflorestamento com nativas ou exógenas – dependendo da finalidade – a promoção do processo natural de regeneração das capoeiras com melhoramento de sua condição florística mediante plantio de espécies selecionadas, a constituição de reservas de matas, a obrigatoriedade de manutenção de pelo menos 20% das propriedades com cobertura original e o incentivo fiscal à manutenção de matas existentes mediante redução dos impostos territoriais para as áreas que preservassem as mesmas (1953 – A, p. 432 a 434).

Embora com freqüência se referisse à noção de equilíbrio ambiental, sua percepção da questão e seu entendimento da natureza eram de grande amplitude, não revelando um recorte disciplinar e sim uma visão integradora incomum na época e que, posteriormente, por bom tempo, não se revelou usual.

Mais tarde a discussão a respeito da destruição das florestas e dos problemas ambientais daí decorrentes, num recorte regional mais claro, foi mais bem sistematizada na sua conhecida *Geografia física do Paraná*, obra que passadas quase quatro décadas de sua primeira publicação ainda continua atual e única.

O pensamento sobre a natureza e os problemas ambientais do Paraná, expressos na obra de Maack, deixou seguidores que, munidos das evidências

proporcionadas da sistemática devastação das matas paranaenses que continuou a se verificar, passaram a propagar com ênfase a necessidade da adoção de políticas públicas voltadas à proteção das florestas e ao equacionamento dos problemas ambientais advindos do desmatamento.

Ao seu tempo e dentro de seus respectivos campos de interesse se pronunciaram sobre o tema: João José Bigarella, Riad Salamuni, Gert Hatschbach, Rodolpho Lange, Wilson Martins e Temístocles Linhares, para mencionar alguns dos mais destacados.

Esses e outros intelectuais e cientistas vieram a estabelecer as bases de uma percepção da natureza paranaense e de seus processos, que se mostrou muito viva quando das principais iniciativas de constituição do patrimônio cultural natural do Estado, especialmente no caso do Tombamento da Serra do Mar.

Para sumarizar, pode-se afirmar que a ocupação do Paraná se deu com base na suposição da inextinguibilidade dos recursos naturais. Madeiras, mate e terras virgens que foram as riquezas do Paraná no correr dos séculos XIX e XX, chegam aos limites de sua exploração no final da década de 70 do século XX.

Não havia mais terras a apropriar, as atenções mudaram de foco para a agricultura moderna e as atividades urbanas; o Estado concentrou seus esforços no sentido de atender as demandas da urbanização, prover a infraestrutura e fomentar a industrialização. Completou-se um ciclo que havia iniciado nos primórdios da colonização européia. As florestas deixaram de ser ilimitadas e os recursos não eram mais inextinguíveis.

Contudo neste contexto ainda subsistiram interesses tradicionais, voltados para a apropriação de terras devolutas e exploração predatória dos recursos florestais. Estes se voltam para as últimas fronteiras, dentre elas a maior reserva de florestas do Paraná, a Serra do Mar.

Nesse momento já se encontrava, centrada em Curitiba e com um olhar que privilegiava o Paraná tradicional – seu modo de vida, os aspectos de sua natureza – uma geração de políticos, técnicos e intelectuais que possuía uma compreensão da importância ambiental e simbólica da manutenção dessas últimas reservas.

3.2 Patrimônio Cultural Natural no Contexto Brasileiro

3.2.1 Modernismo, Reforma do Estado e Nacionalismo

As iniciativas brasileiras de proteção ao patrimônio cultural e natural remontam às primeiras décadas do século XX, sendo coincidentes e, em parte expressão, do movimento modernista – instaurado com a Semana de Arte moderna de 1922 – e de seu esforço no sentido de buscar as bases da identidade nacional.

A este movimento de caráter eminentemente cultural, associava-se outro de caráter político. Este se vinculava às transformações nas estruturas políticas decorrentes da perda de poder político dos interesses agrários, especialmente os ligados à supremacia da produção cafeeira, e a ascensão daqueles vinculados aos interesses urbanos e industriais, que caracterizaram a revolução de 1930 e o posterior advento – em 1937 – do Estado Novo (FALCÃO, 1984, p. 26).

Tratava-se de um novo contexto em que se fortalecia o poder central. Encerrara-se o período da República Velha, e sob o signo do Modernismo e do modo de vida urbano e industrial era necessário construir um projeto de identidade nacional com novas bases, oposto ao regionalismo provinciano, tão adequado ao sistema descentralizado e de autonomia estadual que prevalecera até então.

A concepção brasileira de patrimônio cultural e natural nasceu, então, sob a influência do Modernismo¹³⁸ o que equivale dizer de um olhar aberto ao futuro, ao progresso e suas manifestações no modo de vida urbano e ao cenário internacional das artes e letras.

Acrescente-se, também, uma forma de ver o Brasil (BOSI, 1978, p. 313-319), que partia de um ponto de vista que era, na expressão e na possibilidade, paulistano – isto é sobre e da nova metrópole: velocidade, luzes e máquinas; das novas relações sociais onde assumiam maior importância a burguesia industrial, os proletários e as classes médias; dos novos atores: imigrantes, técnicos, intelectuais, profissionais liberais – mas que também o via, por oposição à urbe, como um

¹³⁸ O modernismo, como afirma Bosi (1978, p. 311-313), nasce em São Paulo, tem como condição uma abertura dos seus criadores para o que se passava nos principais centros culturais de então – França, Itália e Alemanha – expressa o advento de São Paulo como nova, moderna e industrial, metrópole, e o conjunto das relações sociais que daí decorrem.

espaço mítico não civilizado, onde a natureza e o homem indiferenciados geravam o substrato primitivo da cultura.

Embora se tratasse de um esforço de integrar o país no cenário de idéias vigentes nas nações ditas civilizadas, esta visão incluía também um nacionalismo que se colocava criticamente com relação a uma visão europeizante do Brasil e que buscava trazer à tona os traços primitivos da nossa cultura, e que, nos seus primeiros passos, guardava certo cunho indianista.¹³⁹

Na verdade sob este aspecto o Modernismo apresenta uma peculiaridade. A um só tempo, buscava romper com o passado, o que significa dizer com o nativismo e o indianismo românticos – e o fazia tanto nos aspectos formais e de conteúdo como no que dizia respeito à função social da arte. Concomitantemente, se apresentava como nacionalista (FONSECA, 2005, p.89).

Isso acontecia, no entender de Eduardo Jardim de Moraes (*Apud* FONSECA, 2005, p.90), porque os modernistas, ao buscar um que fazer para as artes como um campo autônomo – rompendo não apenas com a temática, mas com a tradição de atrelamento da produção intelectual ao mecenato estatal – perceberam que uma ruptura radical – à européia – não faria sentido em um país novo sem uma tradição nacional internalizada. Assim caminharam na procura de uma tradição brasileira – negada ou mistificada pelo modelo europeizante anterior –, desenvolvendo a noção de *brasilidade*, conferindo ao modernismo brasileiro uma forma específica.

Esta visão pode ser ampliada com o ponto de vista de Luiz de Castro Faria (1995, p. 29) o qual acredita que o advento do patrimônio histórico e artístico nacional – nome da época e que subsiste até hoje na designação da agência federal que se ocupa do tema – guarda relação como a questão do nacionalismo.

Para este autor (1995, p. 29-32) este nacionalismo que se manifestaria inicialmente de forma retórica e literária tem suas primeiras manifestações no começo do século – Afonso Celso e o Porque me ufano [...] – se desenvolvendo em diversas manifestações antes da década de 1930.

¹³⁹ Para Guilhermino César (1984, p. 420), ao adotar o indianismo os primeiros modernistas, especialmente Oswald de Andrade, esquivaram-se de enfrentar a realidade do afro-brasileirismo, que à época estaria na ordem do dia, e comenta: “O índio tem se prestado a generalizações desse tipo; é o símbolo da terra de ninguém em que todos os brasileiros nos reunimos para chorar o Eldorado perdido. Essa versão neo-romântica distingue em particular a fase heróica do Modernismo. E só depois de 30 o negro tomaria importância real, em nossa literatura, como agente expedito de interação cultural”.

Posteriormente registra que (FARIA, 1995, p. 32), em oposição a esta forma de nacionalismo literário, surgiu o nacionalismo como política de Estado: “marcando o surgimento de instituições e normas de controle do espaço e das pessoas, característico do Estado Novo”. Este movimento deu origem a uma série de institutos e instituições para o controle estatal do espaço dentre os quais Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN.

Assim a idéia de um patrimônio cultural e natural brasileiro nasceu num cenário em que uma sociedade agrária dava os primeiros passos de seu trânsito para o urbano e industrial. Uma classe média urbana se estruturava, os primeiros movimentos no sentido da formação de um mercado nacional apontavam para a integração das economias regionais, a centralização do poder político sob a égide de uma nova elite implicava em novas demandas, funções e discursos por parte de um Estado que, para adquirir legitimidade, estabelecer controle sobre o espaço e a sociedade e, também, se conformar a esta nova realidade, requeria reformas.

Nesse momento, segundo Sônia Regina de Mendonça (1995, p.71), adquiriram relevo duas características da constituição do Estado brasileiro no correr do século XX: a hipertrofia – constituição de múltiplas agências com atribuições sobre os mais variados domínios – e esforço de imposição de um poder central exacerbado, com o intuito de, concomitantemente, se contrapor ao regionalismo e construir uma visão homogênea do nacional.

Estes dois aspectos, ainda segundo Mendonça, (1995, p.72), adquirem uma dinâmica interativa, caracterizando-se como um processo único de “invenção de uma nação simbolicamente organizada de modo harmônico, mediante a estratégia da eliminação formal da noção de mercado – ou seja, concorrência e competição – do campo político”, que se manifesta com mais ênfase depois do Estado Novo.

Nesse sentido a Revolução de 1930 – de cunho nacionalista, modernizante e urbano – trouxe consigo certas modificações na administração pública federal como a criação dos Ministérios da Educação e Saúde (1930) e do Trabalho (1934) e do Departamento Nacional de Propaganda (1934).

Instaurado o Estado Novo, a reforma se aprofundou, mediante mudanças legais e organizacionais que fundaram certas vertentes da organização do Estado Brasileiro que perduraram por largo período, algumas delas tendo vigência até o

presente. Dentre elas, estão a legislação trabalhista e de proteção ao patrimônio cultural.

Neste novo contexto, de centralização do poder e de supressão da representação política, o Estado assumiu a função de organização da vida social e política de abrangência e dimensões que não encontravam precedentes, abrindo espaço para que um conjunto de intelectuais participassem, quer como ideólogos, quer mantendo uma postura independente, da construção da nação.

Do ponto de vista do Estado – que se apresentava como representante dos interesses de uma nação que passava a ser entendida como um indivíduo coletivo, não mais uma coleção de indivíduos como a percebia a ideologia liberal – o esforço era no sentido da criação de uma cultura nacional que fosse homogênea, mas que se referisse às tradições culturais brasileiras, e que permitisse a identificação dos cidadãos com a nação (FONSECA, 2005, p. 85-86).

Cabe reafirmar que é nesse panorama de interseção de dois movimentos – que não são autônomos do ponto de vista de suas origens, mas que se expressam em esferas distintas da vida social – que se ensaiam os primeiros passos da construção da noção de patrimônio cultural e natural no Brasil.

Havia de um lado uma iniciativa de intelectuais urbanos que buscavam conciliar um intento de atualizar a produção intelectual e artística com as tendências européias mais recentes, mas que viam a necessidade de concomitantemente buscar nas tradições brasileiras um elemento de base para esse movimento de ruptura¹⁴⁰.

De outra parte verificava-se a estruturação de um Estado – centralizador e ditatorial – que pretendia atender às necessidades dos novos modos de organização social e da produção que surgiam, mas que precisava de legitimidade e, portanto, de construir e difundir uma nova representação da nação.

Neste sentido o Estado brasileiro não somente passou a promover a proteção ao patrimônio cultural e natural como a exercer o controle sobre a nascente indústria cultural - o rádio e a indústria editorial – atuando como censor de um lado e como incentivador da produção cultural de outro, caracterizando-se como “criador de uma

¹⁴⁰ Para Ruben George Oliven, “o movimento modernista de 22 [...] significa a reatualização do Brasil em relação aos movimentos culturais e artísticos que ocorrem no exterior; por outro lado implica também em buscar nossas raízes nacionais valorizando o que haveria de mais autêntico no Brasil” (1984, p. 45).

imagem integrada do Brasil que tenta se apropriar do monopólio da memória nacional” (OLIVEN, 1984, p.51).

Ocorriam nesse momento, do ponto de vista das concepções da natureza, manifestações ufanistas, que enumeravam as maravilhas das paisagens regionais, as riquezas, prontas para serem colhidas, das matas desta terra de “Nosso Senhor”. Na música, Ary Barroso com sua *Aquarela do Brasil* e na poesia, Cassiano Ricardo e Menotti del Picchia, seriam exemplos desse tipo de manifestação.

3.2.2 A Gestão Patrimonial no Brasil

Como se viu as iniciativas de constituição de um aparato estatal voltado à proteção patrimônios culturais e naturais no Brasil surgiu inserida no contexto de movimentos de caráter modernizante que pretendiam colocar o país ao passo com as inovações correntes nas nações ditas adiantadas.

Todavia, sua instalação aqui teve características próprias que a afastam das suas congêneres européias que lhes serviram de inspiração e modelo. Isto se deve não apenas à dinâmica de constituição do Estado brasileiro no correr do século XX, mas também ao quadro político vigente quando de sua criação, ao modo de proteger – o institutos e instituição – e à dinâmica operacional dos organismos criados para tanto.

No que concerne à sua concepção a principal diferença entre os modelos à época vigentes na Europa e a forma que se adotou no Brasil diz respeito à abrangência e forma de gestão. Tanto na proposta de Mário de Andrade, como no projeto que foi finalmente aprovado, as noções de patrimônio são genéricas e abrangentes, não considerando bens ou monumentos isoladamente como era praxe na época, bem como propõem um único organismo para proteger todo o conjunto do patrimônio (FONSECA, 2005, p.97).

Embora ampla e tendo a disposição de considerar um conjunto genérico de coisas como patrimônio e não objetos ou monumentos específicos, a concepção original da legislação brasileira de proteção ao patrimônio revelou-se mais estreita que o projeto originalmente desenvolvido por Mário de Andrade (2002, p.272). Dizia respeito necessariamente a uma coleção de bens móveis e imóveis, deixando de fora hábitos, fazeres, folclores e outras manifestações da cultura popular.

Outro traço original é que a idéia de patrimônio que surgiu no Brasil incluía a noção de patrimônio cultural natural. Essa preocupação, no âmbito das iniciativas de proteção aos patrimônios culturais, surgiu na legislação internacional apenas na década de 60 do século XX (IPHAN, 2000 p.83).

Também inovava, para o contexto jurídico da época, na solução que dava à questão da propriedade dos bens. Instituiu o tombamento, que não requeria a aquisição pelo Estado do bem protegido, introduzindo o condicionante do interesse público ao direito de propriedade que, em outras dimensões da ação pública, só veio a se consolidar depois de décadas.

Outro aspecto característico da experiência que se instalou no Brasil a partir de 1937 foi certa homogeneidade de interesse no conjunto dos intelectuais que se comprometeu com as atividades patrimoniais. Todos tinham um compromisso com atitudes e concepções inovadoras. Eram modernistas comprometidos com busca de uma noção de brasilidade que estaria no substrato de nossa cultura e que estaria na base do fazer artístico e cultural desse novo tempo.

Muito dessa atitude manifestava-se no apreço pelo barroco mineiro – formalmente tão distinto do ideal modernista de expressão –, para o qual se voltaram os intelectuais modernistas na busca da construção de uma tradição nacional por tratar-se, como menciona Marisa Veloso Motta Santos, da primeira manifestação de uma cultura tipicamente brasileira, adquirindo naquele momento uma característica emblemática (*Apud* FONSECA, 2005, p. 93).

Também chama a atenção no padrão de atuação do aparato de gestão do patrimônio cultural, a estabilidade de orientação institucional – não apenas de técnicas e concepções, mas de quadros dirigentes¹⁴¹ – principalmente se levada em conta a grande instabilidade de orientação que caracteriza as agências setoriais no Estado brasileiro.

Como afirma Joaquim Arruda Falcão (1984, p.25), por mais de 45 anos, tem-se uma estabilidade de fundamentação e articulação nas ações públicas de preservação histórica e artística de tal forma que, diferentemente de outras áreas da

¹⁴¹ Indicador dessa estabilidade institucional sem par no contexto administrativo brasileiro, é o prolongado período que este organismo permanece sobre a direção de seus fundadores em 1937: Rodrigo M. F. de Andrade, exerce a função de Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dos organismos que o sucederam por 31 anos, e Lúcio Costa a de principal autoridade técnica do organismo por 35. Assinale-se também que Rodrigo M. F. Andrade fez como sucessor seu discípulo, o arquiteto Renato Soeiro, que dirigiu o órgão até 1979.

cultura, pode-se dizer que nesse campo encontra-se uma política pública, na qual se identificam uma estrutura ideológica, centros de decisão e padrões de atuação.

Esta estabilidade, ainda no entender de Falcão (1984, p. 24), associa-se não só à manutenção de um corpo diretivo estável por longo período, mas também a homogeneidade de formação de seu corpo técnico – na grande maioria arquitetos – e na relativamente pequena importância que, após o Estado Novo, se deu à questão patrimonial no país.

Também podem se encontrar nas origens da estrutura de gestão patrimonial brasileira certa autonomia que lhe permitiu funcionar fora do aparato de persuasão ideológica do Estado Novo – que por sua vez teve uma estreita aliança como o setor ufanista do modernismo – desvinculando-se das iniciativas de exortação cívica e constituindo-se num espaço especificamente voltado à concretização de um projeto (FONSECA, 2005, p. 98).

Embora os intelectuais envolvidos com a gestão patrimonial tivessem certa autonomia, como muito bem assevera Fonseca, esta assertiva deve, contudo, ser vista com reserva. Não deve ser interpretada como se, na sua criação e nos seus primeiros passos o fazer patrimonial se mantivesse afastado, como que num limbo, face ao esforço empreendido pela ditadura estado-novista de fundar a nação.

Um elemento indicador de que a criação do instituto do patrimônio cultural no Brasil atendia a uma política de Estado de sentido identitário pode ser detectada quando se estuda a amplitude e magnitude do conjunto de tombamentos que são feitos nos primeiros anos de operação do SPHAN.

A ação desse órgão, neste período abrangeu praticamente quase todos os Estados mais populosos da União e um conjunto muito expressivo do total de bens protegidos até o presente.

Empreendendo um estudo preliminar sobre a questão, posto que não é este o tema central deste trabalho, buscou-se estudar a situação em cinco Estados brasileiros: Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

Estes Estados foram escolhidos levando-se em conta os seguintes aspectos:

- Minas Gerais pela importância de seu patrimônio histórico e artístico em âmbito nacional e pela sabida relevância que se atribuiu aos seus monumentos no período de criação do então SPHAN.
- Pernambuco por abrigar um importante acervo patrimonial referente ao ciclo do açúcar, mas que pela sua distância com relação ao centro de decisões da época associada à precariedade das comunicações, poderia significar óbice para as iniciativas de proteção;
- Paraná por ser o campo do presente trabalho;
- São Paulo pela vinculação histórica com o Paraná e por ser o ponto de partida do modernismo no Brasil;
- Rio Grande do Sul pela sua importância política no período considerado.

Nestes Estados foram analisadas as inscrições efetuadas no Livro do Tombo das Belas Artes, que abrigou o maior número de inscrições no período, nos primeiros cinco anos de operação do SPHAN - entre 1937 e 1941.

Nesta análise constatou-se que em todos eles, como se pode perceber na tabela 3, foram tombados nestes primeiros anos, parcelas muito expressivas do total de bens atualmente protegidos em âmbito nacional, nunca menos que 30% do total destes.

Este fato sugere um grande, amplo e coordenado esforço de proteção que além de demonstrar a boa articulação dos condutores do organismo recém criado com os diversos Estados, evidencia uma ação coordenada, com diretrizes centralizadas e sustentada politicamente, como é o caso das políticas públicas.

TABELA 3 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: PARTICIPAÇÃO DOS BENS TOMBADOS ENTRE 1937 E 1941, NO LIVRO DO TOMBO DE BELAS ARTES, NO TOTAL DE TOMBAMENTOS EM ESTADOS SELECIONADOS.

ESTADO	TOMBAMENTOS 1937 - 1941	TOMBAMENTOS 1937 - 2006	PERCENTUAL
Minas Gerais	60	169	33,50
Pernambuco	40	61	65,57
São Paulo	13	43	30,23
Paraná	8	12	66,67
Rio Grande do Sul	7	17	41,17
TOTAL	129	302	42,72

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo das Belas Artes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2006 B).

As orientações originais do SPHAN no que concerne aos objetos das ações patrimoniais eram amplas. Sua primeira revista, ainda de 1937, propõe uma temática abrangente na qual se incluem o patrimônio arquitetônico, mas também o paisagístico, o arqueológico o etnográfico e o documental (FONSECA, 2005, p. 106).

Porém nos seus primeiros momentos as iniciativas de proteção voltavam-se prioritariamente para os remanescentes da arte colonial brasileira, os imóveis pressionados pela urbanização e os móveis, comercializados como muita facilidade por antiquários e colecionadores em virtude do pouco valor que lhes atribuía a classe média afluyente que os vinculava a um passado primitivo e arcaico – quer por sua vinculação cultural com influências estrangeiras, francesas e americanas, quer por se tratar de imigrantes (FONSECA, 2005, p. 107).

Findo o Estado Novo verifica-se, no correr dos anos 1950 um novo movimento de descentralização do Estado Brasileiro. É um período em que a noção de desenvolvimento ocupava uma parcela substancial do discurso público. O debate cultural, centrado na Universidade de São Paulo – USP e no Instituto Superior de

Estudos Brasileiros – ISEB, ligado ao Ministério da Educação, vinculava-se a temas como o do nacionalismo, da superação do atraso e da modernização do país (GUSSO, 1990, p.221).

Este período, embora tenha significado mudanças de grande monta na economia e na sociedade brasileiras, não trouxe modificações significativas nas políticas culturais, exceto a promoção da arquitetura modernista, tampouco significou mudança nas de proteção aos patrimônios culturais e naturais (FONSECA, 2005, p. 132).

Posteriormente, no início dos anos 1960 a atividade cultural foi marcada pela radicalização política, a prática cultural se associou à militância política, ganhando maior expressão nas campanhas de alfabetização e nos Centros Populares de Cultura vinculados à União Nacional dos Estudantes (FONSECA, 2005, p. 133). Não se encontrava uma preocupação clara com a questão do patrimônio cultural do país expressa por programas específicos de ação, ou que tenham significado alteração nos padrões de atuação dos organismos que disso se ocupavam.

Mas como as condições de origem já sugeriam, a atuação como sistema de gestão do patrimônio cultural brasileiro por um largo período – até o início dos anos 1970 – voltou-se muito enfaticamente para a preservação de monumentos arquitetônicos – um patrimônio de pedra e cal como se convencionou dizer.

Falcão (1984, p.28) refere-se ao fato mostrando também que a grande maioria dos casos os monumentos tombados vinculavam-se às experiências vitoriosas da etnia branca, da religião católica, do Estado e das elites políticas e econômicas, e que a experiência da preservação passou a ser apropriada quase que exclusivamente por arquitetos.

Para ilustrar basta mencionar que até 1969, os tombamentos realizados abrangiam 803 bens, dos quais 45% de arquitetura religiosa¹⁴² – 368 bens – sendo os de arquitetura civil 36% – 289 bens –, abrangendo os de arquitetura militar 43 unidades – 5,4 % – já os bens naturais e os arqueológicos perfaziam apenas 1,8 % de 0,7% do total, respectivamente (FONSECA, 2005, p.113).

¹⁴² Para chamar a atenção para a valorização da religião católica Falcão (1984, p. 28) assinala que dentre os 810 processos de tombamento realizados entre 1938 e 1981, 50,9% são bens católicos – incluindo principalmente igrejas, mosteiros e conventos – já referenciados à igreja reformada estes abrangeriam apenas 0,2% dos tombamentos.

É interessante ressaltar que esta lista enfatiza a autonomia das políticas de preservação do patrimônio cultural que então se instalaram. Embora a relação entre a identidade nacional e as paisagens e outros aspectos da natureza fosse um tema vivo e dominante nas diversas manifestações eruditas e populares de então, esta não se traduziu com a mesma ênfase nas ações de proteção ao patrimônio cultural.

Nota-se também que esta a política patrimonial não deve ser considerada tão somente um exercício intencional de ilusionismo cultural por parte de um Estado ditatorial, das elites brasileiras, ou de um grupo de intelectuais. Isto porque em momento algum se manifesta nos segmentos de oposição uma visão alternativa para a questão, e também porque os poucos recursos alocados nestas ações atendiam a uma demanda social real (FALCÃO, 1984, p.29).

Após o golpe militar de 1964 vê-se, contudo, amplas modificações na forma de organização do Estado Brasileiro, que novamente passou por um movimento de exacerbação do centralismo, requerendo, para atender aos novos requisitos de legitimidade, reformas no que concerne às instituições e novos discursos expressos nas políticas públicas.

O regime militar, no campo das políticas culturais, e especialmente as voltadas para a constituição e proteção de patrimônios culturais e naturais, não se expressou com muito sentido de finalidade nos seus primeiros anos. Mas se ocupou de uma sistemática reforma do Estado nacional, com alteração nas suas organizações, maior abrangência na ação estatal, formação sistemática de quadros, alteração nas sistemáticas de alocação de recursos, privilégio a um discurso de caráter tecnicista, nacionalista e desenvolvimentista para justificar os processos decisórios.

Talvez essa postura possa ser atribuída ao fato de que, embora a implantação do novo regime tivesse significado uma forte repressão daqueles grupos envolvidos na mobilização popular havia, como afirma Roberto Schwarz (*Apud* FONSECA, 2005, p.133), uma hegemonia no campo cultural relativa do pensamento de esquerda.

Com o desgaste do regime pelas dificuldades econômicas internas e externas em que se encontrava, pela progressiva insatisfação daqueles que se constituíam sua base de apoio – as classes médias urbanas e o empresariado – pelas

mudanças nas formas de reivindicação e organização dos trabalhadores nos setores mais avançados da indústria, houve, no início dos anos 70, a progressiva mobilização da sociedade civil.

Com o regime em crise, as políticas culturais passaram a refletir a nova situação. Verificou-se, como assinala Gabriel Cohn (1984, p. 87-88) uma iniciativa sistemática do Estado no sentido de assumir algum controle do processo cultural no país.

No âmbito do Ministério da Educação e Cultura desenvolveram-se novas orientações e prioridades – as Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura de 1973 e a Política Nacional de Cultura de 1975. Novas entidades foram criadas. A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, foi transformada em Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN, em 1970. O Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC foi criado em 1975, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória em 1979. Novos programas de ação foram encetados, como o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas – PCH.

No plano do discurso, os temas patrimoniais readquiriram posição de destaque no discurso oficial. A tônica era a associação da produção cultural com a identidade nacional. Daí a necessidade de preservá-la, pois a “continuidade cultural” seria a garantia da “sobrevivência da nação”, colocando-se a preservação e ampliação do conjunto de bens protegidos como estratégica e relacionada à segurança nacional (COHN, 1984, 90-94).

No plano das políticas patrimoniais as modificações institucionais e os programas de ação levados à cabo vieram a modificar substancialmente o perfil de suas ações. Rompeu-se a prolongada estabilidade de liderança e orientação das instituições a elas relacionadas, que se diversificaram e passaram a expressar novas doutrinas (MICELI, 1984, p. 59).

Fundamental nesse processo foram as mudanças na forma de atuação, decorrentes das novas – mais complexas e politicamente mais bem articuladas – pressões dos interesses imobiliários sobre os centros históricos das capitais, em virtude do crescimento urbano; bem como da compreensão a respeito do próprio

objeto da proteção. A noção de patrimônio histórico, por outro lado, pela influência de Aloísio Magalhães e de seu CNRC passou a ser muito ampliada.

No que se refere ao padrão de atuação este foi fundamentalmente alterado com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas – PCH, inicialmente no âmbito da Secretaria de Planejamento da Presidência da República – SEPLAN, em 1973, e posteriormente transferido para o recém criado IPHAN, em 1979 (MICELI, 1984, p. 58).

O PCH, que veio a suprir a crônica falta de recursos financeiros do IPHAN, articulava-se a partir de uma noção de intervenção urbanística mais ampla do que a usualmente empregada na conservação do patrimônio cultural – muito marcada pela intervenção puntual de restauro monumento a monumento. E vinculava os investimentos a uma noção de viabilidade econômica – fundamentalmente ligada à atividade turística – e não apenas ao valor cultural do bem protegido, exigindo, por outro lado a criação de uma estrutura regional de gestão, o que implicou em descentralização e no desenvolvimento de aparatos estaduais de proteção (FONSECA, 2005, p. 143).

Neste contexto também se realizou investimentos na formação de pessoal especializado, desde 1975 passou a ser ofertado, por iniciativa do MEC e do SPHAN, a cada dois anos, o Curso de Especialização em Conservação e Restauro – CECRE, que veio, posteriormente, em 1981, a se ligar a UFBA, e se constituiu no ponto de convergência da formação dos principais profissionais ligados ao tema, especialmente os que atuam nas estruturas federal e estaduais de gestão do patrimônio (PARCHEN, 2006).

Já o advento do CNRC (FALCÃO, 1984, p. 31), não se deu no âmbito da burocracia estatal de proteção ao patrimônio cultural nem, tampouco, da clientela cultural que usualmente disputava os recursos públicos. Estava no âmbito de interesse específico do Ministério da Indústria e do Comércio, que pretendia conferir uma fisionomia própria ao produto brasileiro, vinculando a questão cultural à do desenvolvimento e aos interesses da empresa nacional.

O CNRC, de certa forma, retomava o projeto modernista. Tentava, novamente, compreender a cultura brasileira no contexto de então, buscando referências para uma produção nacional. Com essa iniciativa, que teve como

primeiro passo a criação de um banco de dados sobre a cultura brasileira, e de um centro de documentação aparelhado de técnicas atualizadas de gestão da informação, caminhou-se para um esforço que não pretendia buscar símbolos da nacionalidade. O que se pretendia era estabelecer referências para um desenvolvimento tipicamente brasileiro - o que implicou em novos instrumentos, conceituais e administrativos, de política patrimonial (FONSECA, 2005, p. 144).

Com um conjunto de profissionais bastante diversificado – e essencialmente distinto do conjunto de arquitetos da estrutura tradicional do IPHAN – o CNRC se colocou numa perspectiva interdisciplinar, procurando apreender a cultura como um conjunto de processos, e inferindo da dinâmica destes, *a posteriori*, tipologias e modelos.

A atuação, depois dos primeiros passos, consolidou-se em quatro linhas: mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos sócio-culturais, história da ciência e tecnologia no Brasil e, por fim, levantamento da documentação sobre o Brasil.

É na vertente em que se ocupa do artesanato que vem a se manifestar com maior ênfase a noção dinâmica de cultura que foi característica da atuação do CNRC. Esta não era a tradicionalista, que caracterizava a atuação dos folcloristas, mas lançava um olhar comparativo às manifestações culturais, procurando apreender tipologias dos modos de fazer – os codificados, como os da tecelagem, de um lado, e os de maior margem criativa, como os da cerâmica, do outro – e se aproximar ao máximo do ponto de vista dos produtores e consumidores (FONSECA, 2005, p.147).

A mera observação das linhas de atuação antes enunciada já sugere a magnitude da mudança que esta postura significava para uma prática patrimonialista predominantemente voltada à proteção de monumentos arquitetônicos. Verifica-se que essencialmente o CNRC não se propunha a coletar bens de um passado emblemático, mas sim a produzir – com apoio num amplo rol de especialidades profissionais e na tecnologia mais avançada disponível – um conjunto de referências vivas e apoiadas no fazer cultural da população, a serem apropriadas na produção da cultura (FONSECA, 2005, p.150).

A noção de bem cultural, o objeto da ação protetora do Estado, mudava radicalmente, passando a valorizar as raízes populares da identidade nacional, nessas novas circunstâncias, pois, no entender de Aloísio Magalhães (*Apud* FONSECA, 2005, p. 151), estes deveriam passar a incluir a:

Vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular – que, por estarem inseridos na dinâmica viva do quotidiano, não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação das políticas econômica e tecnológica. No entanto é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade.

Em 1979, sendo Aluísio Magalhães nomeado diretor do IPHAN, verificou-se a fusão do CNRC, do IPHAN e do PCH, todos passando a integrar a estrutura da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SEPHAN, que tinha como organismo executivo a Fundação Nacional Pró-Memória – FNpM. São, nestas circunstâncias, unidos em uma única instituição os recursos e o saber gerencial do PCH, a credibilidade e competência técnica do IPHAN e uma nova concepção de bem cultural e do fazer patrimonial do CNRC.

A orientação mudou. O patrimônio cultural passou a incluir no dizer de Aloísio Magalhães (*Apud* FONSECA, 2005, p. 154 – 155) “o bem cultural móvel, as atividades do povo, as atividades artesanais, os hábitos culturais da humanidade” ampliando a visão anterior, que reputava elitista, construída de cima para baixo e com objetos que não deixavam de ser patrimônio, mas o eram como resultado de um conceito “muito apurado” e, o que é também muito importante, conservados de forma desvinculada utilitária e simbolicamente da vida das comunidades em que estão inseridos.

O saldo dessa mudança incluiu um conceito mais amplo de patrimônio cultural, que incluía a produção cultural de contextos populares e das etnias indígenas e afro-brasileiras, uma visão de política de preservação que não privilegiava a conservação apenas pelo valor simbólico – manutenção da presença e visibilidade – mas que percebia os bens culturais como produtores de valor econômico, uma abertura para a vinculação das práticas de conservação aos interesses e à vida da comunidade.

No fim dos anos 1970 já estava adiantado o processo de desgaste dos governos militares. Em 1979 votou-se a Lei da Anistia e o fim do bi-partidarismo, e

no começo dos anos 80 – vencido o último obstáculo que representou o episódio do Riocentro, de 1981 – a redemocratização se tornou irreversível. Ocorreram em 1982 as eleições diretas para Governador de Estado e, em 1984, a campanha das Diretas Já.

Nesse momento, na transição para o poder civil do governo José Sarney, verificou-se uma nova mudança na estrutura de gestão das políticas públicas de cultura no país, com a criação, em 1985, do Ministério da Cultura¹⁴³, de cuja estrutura passaram a fazer parte a SPHAN e a FNpM.

É neste período que o movimento social, impulsionado pela luta em prol da democracia e mobilizado pelo processo constitucional – 1987 a 1988 –, passou a tratar de questões de grande amplitude para a sociedade brasileira. Dentre elas estavam as dos direitos civis, das questões fundiárias, ambientais, trabalhistas, da ciência e tecnologia e das comunicações.

Nesse momento também, a preservação dos patrimônios culturais, assumiu, como a maioria dos afazeres do Estado, uma conotação política onde se procurava sobrepor a idéia de diversidade – bens vinculados às culturas afro-brasileiras e à arte popular – à de desigualdade, esta última vinculada às iniciativas anteriores de proteção de monumentos (FONSECA, 2005, p. 157).

São conceitos novos ou re-elaborados. Falava-se agora de bens culturais que representavam o fazer coletivo, e não de monumentos, que o são porque ímpares entre os seus, feitos por notáveis ou ligados a fatos notáveis. Estes bens – praticamente qualquer coisa – vinculavam-se à memória – e a uma memória que é processo vivo e não coleção – e não mais aos períodos ou ciclos econômicos e às suas elites. O patrimônio se constituía como um processo, que sempre se renovava na medida em que mudava a inserção do bem na sociedade.

Tratava-se então de inserir novos bens – “não consagrados” – que são percebidos de outra forma, mas também, o que é muito importante porque

¹⁴³ Maria Cecília Londres da Fonseca (2005, p. 137) vê a criação do Ministério da Cultura como produto de um arranjo político do governo Sarney, e não como uma reivindicação da sociedade ou dos setores ligados à questão cultural. Este ponto de vista, porém, requer uma melhor verificação, pois é de se lembrar que em algumas unidades da federação a elevação das questões culturais ao nível mais alto da administração pública remonta ao final dos anos 1970 – no Paraná a Secretaria de Cultura e Esportes é de 1979. Estas Secretarias de Cultura foram, após as eleições diretas para governador de 1982, local e veículo de expressão de interesses e de movimentos populares. Pode-se aventar a possibilidade de que a criação de um Ministério da Cultura foi a seqüência natural destas iniciativas ocorridas nos estados e que isto assim ocorreu porque a abertura aos interesses do movimento social da máquina pública federal aconteceu depois, em 1985.

representa uma demanda do momento que então se vivia de buscar uma nova forma de gestão, de estabelecer vínculos com o movimento social na constituição e no gerenciamento deste patrimônio, que seria de todos em oposição ao anterior que era das elites, e que deveria estar a serviço de todos.

Emblemático deste momento é o documento “O Compromisso Cultural da Nova República”, firmado por trabalhadores em entidades culturais e diversos entes da sociedade civil, em 1985, em que expressavam suas expectativas a respeito da operação do Ministério da Cultura.

Este documento foi firmado “em defesa dos segmentos sociais cuja história e produção cultural têm sido sistematicamente obscurecidas e tornadas objeto de apropriação indébita”. Requeria do Ministério respeito à diversidade cultural e repúdio à desigualdade social, uma concepção de cultura “como um processo decorrente dos diversos modos de agir e pensar da sociedade”; políticas que não se restringissem a “determinadas expressões da cultura” e medidas para incluir os grupos em situação subalterna; bem como uma prática que contribuisse para redemocratização expressa nos seus diversos níveis de atuação (*Apud* FONSECA, 2005, p. 255-256).

É então sob o signo de uma intensa mudança nos padrões de articulação dos interesses sociais, no modo de governo, nos padrões de interação entre governo e sociedade, e de caracterização do que seria patrimônio cultural e natural e seu modo de gestão, que se pode ler a questão patrimonial na sociedade brasileira nos meados dos anos 80.

Foi nesse momento em que a Serra do Mar veio a ser tombada em vários Estados, vindo a se constituir em patrimônio cultural natural dos paulistas, paranaenses, cariocas e capixabas, e posteriormente, mas por dispositivo Constitucional e não pelo tombamento, de todos os brasileiros.

3.2.3 O Patrimônio Cultural Natural Brasileiro

A forma com que no Brasil se trata a questão do patrimônio natural – os aspectos da natureza que devem ser objeto da proteção do Estado a bem do interesse comum e das gerações por vir –, pode ser, mais contemporaneamente, a

partir da Constituição de 1988, dividida em duas vertentes, a dos patrimônios ambientais e a dos patrimônios culturais naturais.

A primeira vertente, dos patrimônios ambientais, do ponto de vista constitucional – Art. 225 – (BRASIL, 1988, p. 146), é aquela que se volta à garantia de um meio ecologicamente equilibrado e da sanidade e da qualidade de vida. Esse patrimônio é constituído no sentido de preservar processos ecológicos essenciais, prover o manejo ecológico de espécies e ecossistemas, preservar o patrimônio genético, proteger a flora e a fauna, proteger espaços territoriais por meio de restrições à sua modificação.

Também são consideradas parcelas do território – extensas e associadas a biomas e acidentes geográficos específicos: a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira (BRASIL, 1988, p. 147) que, a partir da Constituição de 1988, passaram a ser patrimônio nacional, com sua utilização condicionada à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

A preocupação que baliza a constituição deste patrimônio vincula-se fortemente, como se vê na lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente – Art. 2º – à de compatibilização das iniciativas de proteção ambiental e da vida com a manutenção da qualidade de vida humana e o desenvolvimento sócio econômico (PARANÁ, 1990-B, p. 114).

Já os patrimônios culturais naturais estão vinculados a práticas – materiais e imateriais – da sociedade e à sua história. São as paisagens valorizadas culturalmente, pelas marcas nelas deixadas pelo homem ou pelo valor simbólico que têm.

Recorrendo aos aspectos legais anteriormente enunciados, pode-se dizer que, no que se refere à natureza dos objetos protegidos, a noção de patrimônio cultural natural, na legislação vigente, se refere a parcelas da natureza que portam referência a identidade, a ação e a memória dos grupos sociais formadores da nossa sociedade. Tais coisas podem ser ditas monumentos naturais, ou paisagens de feição notável – decorrente de ação da natureza ou do homem - bem como sítios

de valor paisagístico, ecológico, paleontológico e científico, ou lugares de culto ou de reprodução de práticas culturais coletivas¹⁴⁴.

Há, portanto, uma clara diferença de concepção e finalidade entre um objeto e outro. Os patrimônios ambientais dizem respeito aos processos ecológicos essenciais, a garantia da vida e da diversidade, os grandes ciclos da água, do carbono, do nitrogênio, à dinâmica climática – apontando para processos cuja expressão é ampla. Também estão relacionados diretamente com as questões da qualidade de vida e ao desenvolvimento.

Sua constituição prende-se a processos de caráter técnico científico de identificação. Seus objetos são processos da natureza na interação com os processos sociais da produção e a reprodução. O critério de intervenção está vinculado à manutenção destes processos e à garantia da produção e da reprodução social.

Já os patrimônios culturais naturais quase como regra se vinculam a bens e lugares específicos, pois estão referidos ao valor que a sociedade atribui a uma dada coisa, no caso um aspecto específico da natureza. Serra, cachoeira, árvore, floresta, lagoa, morro, caverna, ilha, são geralmente os objetos que compõem as listas de patrimônios naturais.

São, assim, construções simbólicas que se fazem no correr do tempo, em que sucessivas gerações estabelecem nexos afetivos e vivenciais com determinado objeto ou aspecto da natureza. Vinculam-se à memória coletiva de certos grupos sociais que mantêm com estes lugares relações específicas e também à memória de dada coletividade - a nação, a região – que os associam a fatos relevantes. Relacionam-se com a identidade desses grupos: são lugares de produção de sentido (SERRANO, 1993, p. 5-6).

Há, no entanto, uma forte superposição entre estas classes de objeto. Porque os patrimônios ambientais, embora referidos a processos, têm materialidade e expressão territorial, e estão inseridos na teia de relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio ambiente. Também remetem à conservação de parcelas da

¹⁴⁴ Nesse último caso a referência é aos patrimônios imateriais, pois as tradições vinculadas aos povos indígenas e afro-brasileiros frequentemente têm lugares de culto associados à natureza, caso recente, e ilustrativo dessa nova vertente é a recente declaração das cachoeiras do Iauaretê, Lugar Sagrado dos Povos Indígenas dos Rios Uaupés e Papurí, Patrimônio Cultural do Brasil, sendo incluído no Livro de Registro de Lugares, primeiro bem imaterial registrado como patrimônio no Brasil (IPHAN, 2006 A).

natureza para que se garantam a qualidade de determinados processos ou a possibilidade de reprodução de determinadas espécies.

Em ambos os casos a proteção aos patrimônios ambientais e patrimônios culturais naturais requer a valoração de determinadas parcelas da natureza, e a sua constituição em patrimônio comum, sob a proteção do Estado ou, como também se viu, mais recentemente da comunidade internacional.

A trajetória das iniciativas de proteção aos bens naturais no Brasil, do ponto de vista do que acima se designou patrimônios ambientais, é bastante conhecida, não se encontra entre as intenções deste trabalho narrá-la.

Todavia estas, especialmente nos seus primeiros momentos quando não exprimiam a questão ambiental tão característica dos dias de hoje, são produto, fundamentalmente, de um processo de valoração cultural de aspectos da natureza que em muito se assemelha ao da constituição dos patrimônios culturais e naturais. É razoável afirmar como, aliás, fartamente se evidenciou anteriormente num panorama mais amplo, que, em seus primeiros momentos, estes dois caminhos seguiam pelas mesmas trilhas.

Assim é que, coetaneamente com as primeiras manifestações americanas em prol da proteção das paisagens naturais representativas de sua nacionalidade – que foi uma das conotações mais fortes da noção de parques nacionais de então – também nos Brasil se levantavam as primeiras vozes em defesa das belezas da natureza.

Nesses primeiros momentos, embora ecoassem quase solitárias, marcaram as manifestações do engenheiro André Rebouças que, sendo o primeiro concessionário da construção da Ferrovia Paranaguá Curitiba e interessado na exploração das matas de araucária¹⁴⁵ muito abundantes no segmento serra acima desta concessão, veio a conhecer as belezas das Cataratas do Iguaçu e dos Saltos de Guaira, tendo se pronunciado, em 1878 (DEAN, 1996, p.271) pela criação de um Parque Nacional, aos moldes americanos.

¹⁴⁵ André Rebouças e seu irmão Antonio chegaram a constituir empresa e instalar uma serraria movida a vapor, muito moderna para época, nos sopés ocidentais da Serra do Mar nas proximidades de Curitiba, esta empresa não veio a vingar pela defasagem entre a sua instalação e a construção da estrada de ferro, que permitiria o escoamento, na escala adequada, de sua produção. Bigg-Wither em 1872 (1974, p.75) surpreendeu-se com a tecnologia utilizada e diz ser essa a primeira iniciativa de “usar sistematicamente a ótima madeira da região”.

Sobre esta parcela do território paranaense – entre a foz do Ivaí até a foz do Iguaçu – o aludido engenheiro, professor e empreendedor, dizia ser a mais bela do sul do Império, reunindo “toda a gradação possível do belo ao sublime, do pitoresco ao assombroso” (URBAN, 1998, p. 82).

Atualizado com as tendências da época, conhecedor de Yellowstone, André Rebouças (*Apud* SERRANO, 1993, p. 41-42) encontrava nas cataratas de Guaira um ambiente singular, de flora e faunas variadas e sem rival na expressão de sua natureza tropical, a ser protegido para as gerações futuras, requerendo infraestrutura de acesso e aproveitamento turístico.

Também manifestava, na sua apreciação do lugar o nacionalismo ufanista que associa a grandeza do país às belezas naturais, falando assim:

Será difícil que o canyon de Yellowstone seja mais pitoresco do que o do Guaíra, opulentamente adornado de palmeiras, de fetos arborescentes e das mais belas árvores da flora brasileira; quando lá a rocha é nua e queimada pelas emanções vulcânicas, deixando apenas ver, de longe em longe, um melancólico grupo de tristes coníferas (*Apud* SERRANO, 1993, p. 42).

Sua proposta, adiantada para a época no Brasil, era marcada por uma concepção de natureza como algo fora do tempo, produto da invenção divina onde existiriam santuários livres da intervenção humana. Assinalava que os parques – do Bananal e de Ilha Grande – poderiam permitir que se vissem “dois espécimens do Brasil tal qual Deus os criou” (*Apud* SERRANO, 1993, p. 42).

Nas primeiras décadas do século XX, proclamada a República sob o signo do progresso, o cenário dominante não privilegiava atitudes voltadas a poupar recursos naturais (DEAN, 1996, 272).

Todavia, no campo das manifestações em prol da proteção da natureza verificou-se uma alteração no discurso, pois este deixava de voltar-se apenas para a necessidade de proteção da beleza e dos aspectos cênicos, passando a basear-se numa argumentação técnico-científica de caráter conservacionista.

Nesse momento tem destaque a proposta de Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1911, propõe a adoção de um regime de reservas florestais nas serras incluindo as nascentes dos principais rios, de forma a garantir condições climáticas, oferta de água potável, navegabilidade dos rios e a fertilidade dos terrenos aluviais (*Apud* SERRANO, 1993, p. 44-45).

Da mesma época – 1912 – são as manifestações de Loefgren e Hannibal Porto na Sociedade Nacional de Geografia (*Apud* SERRANO, 1993, p. 46), que repudiavam a devastação das florestas, preconizando que a sua conservação não significaria intangibilidade se fosse adotada a exploração conservacionista, mediante tutela do Estado.

Tem-se nesse período, como aponta Dean, uma situação em que o discurso de intelectuais e servidores públicos, ao tom dominante na época, apontava para a necessidade de medidas de proteção da natureza, porém sem encontrar resposta prática no âmbito do processo legislativo e da ação do Estado (1996 p. 272-273).

A criação do Parque Nacional do Itatiaia, o primeiro parque nacional brasileiro, foi emblemática do processo de surgimento da noção de patrimônios culturais naturais no Brasil. Embora concretizada na década de 30, no contexto do Estado Novo, foi o coroamento de um longo processo de atribuição de significado àquela paisagem que remontava ao século XIX, quando se registraram as primeiras manifestações a respeito das montanhas brasileiras e, em especial do maciço do Itatiaia.

Os naturalistas que percorreram o país nesse período já haviam atentado para o maciço da Mantiqueira – caminho necessário para muitos – não apenas como local onde se encontravam as maiores elevações conhecidas até então, mas como obstáculo e local de risco.

Nos meados do século esta atitude começou a mudar. Em 1876 José Franklin Massena da Silva (*Apud* SERRANO, 1993, p. 76-78), publicou a sua *Descrição do Itatiaia ou Itatiaio*, na Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil. Embora se apresente como discurso científico, seu tom se assemelhava ao dos românticos, na forma como descrevia as paisagens montanhosas, recorrendo aos oxímoros em que opunha o embevecimento face à beleza e majestade da natureza ao terror das alturas e dos precipícios¹⁴⁶.

¹⁴⁶ É do mesmo Massena – agora de *Quadros da natureza tropical ou ascensão científica ao Itatiaia*, publicado no Rio de Janeiro em 1867 –, o texto a seguir, que bem sintetiza o modo de ver as paisagens de montanha correntes à época: “Na sensação do horrível, e belo, que de continuo jogava em nossos sentidos, havia um quadro que prendia toda a nossa curiosidade pela beleza de suas formas, e este era o vale elíptico contorneado de uma cadeia rochosa de montes, afetando as formas mais bizarras e curiosas, como a de pórticos desabados, colunas perdidas nestes vértices, esferas de pedra sobremontadas em primas tão agudos, e em uma inclinação tão rápida, que queríamos retroceder espavoridos julgando que uma catástrofe estava eminente! [...] Este vasto anfiteatro montanhoso é um imenso Coliseu da natura, onde as ruínas do globo estavam patentes aos olhos do visitador!” (*Apud* SERRANO, 1993, p. 77-78).

Também nesse período e seguindo a tradição laudatória aos atributos da natureza que se manifestava no Brasil desde os períodos coloniais e que, com a independência e o Romantismo, passou a associar as *grandezas* da natureza com a *grandeza* da nação, o Itatiaia era visto como algo impar e singular, comparável aos Alpes e ao Everest, só que vivos e pujantes em águas correntes e vegetação - ao contrário dos outros, frios, sem vida, gelados (SERRANO, 1993, p. 137).

Somem-se a estes aspectos as virtudes curativas que o higienismo do século XIX atribuía às montanhas, principalmente como local de tratamento da tuberculose e doenças pulmonares. Serrano menciona André Rebouças, em 1878, que, visitando o local com seus alunos, propôs sua utilização nesse sentido (1993, p.103).

Concorreu para a constituição do Itatiaia como elemento exemplar da natureza (Serrano, 1993, p. 83), o fato de ter aparecido, durante um apreciável período, como a mais alta montanha do país. Isto ensejou uma disputa de caráter científico no que se refere a medição de sua altitude e na comparação desta com as de outros picos - olhar que, à época, constituía um novo saber sobre o Brasil. A polêmica se encerrou em 1935 quando os alunos da Escola Politécnica concluíram uma série de medições de altitude na área.

No correr dos primeiros anos do século XX desenvolveu-se e intensificou-se o excursionismo e o montanhismo no Itatiaia, outra atividade que seria fundamental para a atribuição de significado a este lugar. Inicialmente com finalidades científicas – as medidas de altura e a descrição da geologia e da paisagem – as visitas ao maciço aos poucos foram tomando o sentido do turismo e o da conquista das altitudes.

Já em 1898 o nacionalismo tinha voltado seus olhos para o Itatiaia, tendo Horácio de Carvalho (*Apud* SERRANO, 1993, p. 107-110) – diretor do Diário Oficial de São Paulo – lançado uma polêmica sobre o fato de os brasileiros não se ocuparem de sua escalada. Ele promoveu uma excursão para uma conquista brasileira do Itatiaia; e assim comemorou o feito:

Estavam, pois, vencidas, dominadas, abatidas em seu milenário orgulho de granito, as impassíveis, grandiosas e imponentes Agulhas Negras das serras do Itaitiaia. Triunfara em toda linha a primeira tentativa de mantiqueirismo, genuinamente brasileira, levada a cabo por filhos dessa terra que produziu o rio São Francisco e os Andradas, - o Itacolomi e Deodoro da Fonseca, - o Amazonas, o Itatiaia e o grande Marechal de Ferro.

Nos anos 20 do século XX estavam o excursionismo e o montanhismo bem desenvolvidos na região, contando inclusive com local de pouso e livro de registro de impressões. Nesta época a atividade era dominada por estrangeiros e imigrantes. Eram poucos os brasileiros que se ocupavam de tais aventuras. Também eram pessoas vinculadas a afazeres tipicamente de urbanos.

Para se ter uma idéia, basta verificar alguns cálculos realizados a partir de dados de visita – entre 1925 e 1947 e transcritos por Serrano (1993, p. 117). Dos 2.700 visitantes, 1.262 declararam procedência. Desses, apenas 373 – 29,6% –, eram brasileiros. Mais de 70% eram estrangeiros, dos quais 432 – 34,2% – eram alemães. No que se refere à ocupação dos 2.062 declarantes, apenas 6,3% estavam envolvidos com atividades não urbanas.

Em 1934, no contexto da revolução de 1930 e das mudanças que com ela advieram, realizou-se no Rio de Janeiro, por iniciativa da Sociedade de Amigos da Árvore a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza (URBAN, 1998, p. 88).

Alberto Sampaio (*Apud* SERRANO, 1993, p. 47) compila as idéias mais importantes manifestadas no evento, as quais incluíam uma visão, a um só tempo conservacionista e patrimonial. Suas conclusões apontavam para a necessidade: de gestão dos recursos – “preservar de rareamento ou extinção os bens naturais sujeitos a consumo e passíveis de multiplicação” – de uso turístico do patrimônio – sítios e paisagens – de “assegurar a perpetuidade” das espécies e dos bens de interesse científico, de proteger paisagens notáveis – quedas d’água e outras “produções naturais” – e, por fim, de “melhorar a natureza onde necessário”.

Para evidenciar o percurso conjunto das noções de patrimônio que se verificava então, basta lembrar que, neste mesmo evento, Raimundo Lopes (1937, p. 77-78), do Museu Nacional, apresentou trabalho em que procurou vincular a proteção ao patrimônio cultural à proteção ao patrimônio natural. Do seu ponto de vista, existiam elos muito fortes e indissolúveis unindo as duas atitudes e as duas classes de objeto.

Com a revolução de 1930 e o posterior advento do Estado Novo, houve uma grande modificação nas atitudes governamentais a respeito dos patrimônios

culturais naturais e ambientais. Não apenas foram criadas várias leis. Também se fundaram instituições e se adotaram iniciativas diversas das que eram usuais anteriormente.

Em 1934, ao tempo em que se organizavam as primeiras manifestações em prol da conservação da natureza, foi votado o Código Florestal, que trazia no seu bojo a possibilidade do Estado interferir no direito de propriedade nas áreas florestais, desde que estas fossem consideradas do interesse comum.

Este código trazia uma série de dispositivos que permitiam a proteção dos patrimônios culturais naturais. Também, autorizava a criação, pelo poder público, de parques nacionais. Sob sua égide, em 1937, no Estado Novo, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia. Posteriormente o mesmo se deu com o da Serra dos Órgãos e o do Iguaçu, ambos em 1939.

Por outro lado deve-se dizer que, no projeto original de Mário de Andrade (2002, p. 272-274) a noção de patrimônio cultural natural era bastante restrita. Para ele, o patrimônio cultural dizia respeito à expressão das artes: pura, aplicada, popular, erudita nacional ou estrangeira – remetendo basicamente às paisagens agenciadas pelo homem ou como cenário das obras humanas e, mais especificamente, às paisagens associadas aos sítios de interesse arqueológico ou antropológico¹⁴⁷.

Não foi esta a idéia que subsistiu no Decreto Lei 25/37, que trouxe uma noção de patrimônio cultural natural ampla, que remete mais à tradição discursiva laudatória estabelecida no país com relação à natureza. O decreto equiparava os bens naturais aos culturais e se referia aos monumentos da natureza, às paisagens que são notáveis, quer pelo seu agenciamento humano, quer porque assim foram dotadas pela natureza.

Esta inclusão dos patrimônios culturais naturais, que não constavam, com tal amplitude, da concepção original de Mário de Andrade, e que é referência a relação estreita que no Brasil se estabelece entre a natureza e a identidade nacional, atenderia, no entender de Serrano, a uma intenção do Estado Novo.

¹⁴⁷ A noção de patrimônio cultural natural neste ante projeto é realmente bastante restrita, como ressalta Antônio Luiz Dias de Andrade (1984, p.41) e dizia respeito “determinados lugares da natureza cuja, expansão florística, hidrografia ou qualquer outra for determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas, etc.”; assim a paisagem seria o quadro natural o “suporte de atividades humanas de interesse cultural” e, sobretudo do ponto de vista da arqueologia e da antropologia.

Para essa autora (1993, p. 51) o governo Vargas, autoritário e nacionalista, teria necessidade de fundar a nação, e fixara como prioridade o estabelecimento de nexos entre a natureza e o território, apoiando-se para tanto na noção de monumentos naturais – os que não são agenciados pelo homem.

Foi outra a visão que vingou. Além de guardar relação com concepções de natureza cuja manifestação é uma constante no Brasil desde seus primeiros tempos, expressa um aspecto do modernismo em que natureza e identidade nacional estavam bastante próximos o que, aliás, não era estranho sequer ao próprio Mário de Andrade e à sua expressão artística.

A adoção dessa concepção mais aberta de patrimônio cultural natural que prevaleceu na versão final do Decreto Lei 25 pode se dever, não apenas à intenção formal de um governo autoritário de promover uma vinculação da nação com o seu território, criando um conjunto de símbolos acima que se superpusse ao regionalismo autonomista anterior. Pode também estar relacionada à incrível capacidade do mito da natureza como mãe e potência se reproduzir e reaparecer nas manifestações da cultura brasileira.

Lembre-se também que esta noção de equiparação entre patrimônios culturais e naturais que prevaleceu em 1937 foi também a que, mais de duas décadas depois, em 1972, se consolidou internacionalmente como a mais adequada.

Ou como acentua Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (1987, p. 233), desde o início, pelo menos sob o aspecto legal, via-se presente “o conceito, hoje predominante, de patrimônio cultural: o todo constituído pela integração do homem à natureza”.

A concepção, aliás, parece não ter, nos primeiros momentos, gerado conflitos no SPHAN, o órgão encarregado de operacionalizar a proteção ao patrimônio cultural e natural brasileiro. Numa de suas primeiras iniciativas públicas, a publicação do primeiro número da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ainda em 1937, o organismo, por seu diretor, Rodrigo Mello Franco de Andrade, enfatizava ser o patrimônio composto de bens culturais e de bens naturais e se escusava pela proeminência que os bens arquitetônicos assumiam na revista.

É de se acentuar que nessa revista, Raimundo Lopes publicou um artigo intitulado *A natureza e os monumentos culturais*, em que defendia a idéia que patrimônios culturais e patrimônios naturais estão ligados um ao outro e que ao se proteger, protege-se o outro e vice versa.

Neste artigo, Lopes procurava estabelecer, a partir de um conjunto, relações entre os monumentos culturais e as paisagens regionais, num cenário bastante diversificado – do ponto de vista da natureza dos objetos contemplados e das regiões do país abordadas – que poderiam dar origem a uma tipologia de situações. Delineava, assim, um modelo de atuação que poderia ter balizado as iniciativas de proteção ao patrimônio cultural natural desde então.

A tipologia de patrimônios culturais, um tanto implícita, mas passível de apreensão, indicava, por exemplo, a necessidade de proteger:

a) paisagens cuja oferta de recursos ou outras características estão nas origens da configuração de determinados patrimônios culturais – as serras que forneceram as pedras de Ouro Preto ou testemunhos das matas que deram origem às madeiras, originalmente usadas nas suas construções;

b) paisagens que componham o cenário de determinados monumentos culturais relevantes – como as serras ao redor de Ouro Preto e Parati, a paisagem no entorno de Olinda;

c) as áreas dos sítios arqueológicos e de seu entorno, especificando padrões de uso para os mesmos;

d) as áreas destinadas às etnias indígenas, não apenas pelo motivo cultural, mas para que se possa aprender a respeito de seus saberes na relação com a natureza;

d) monumentos naturais, como cavernas e formações rochosas, de feição singular;

e) a integridade de processos naturais – como por exemplo de erosão e deposição – que sejam fundamentais para garantir a estabilidade de monumentos culturais (LOPES, 1937, p. 78-91).

Embora nos primeiros momentos do SPHAN a noção de patrimônio cultural natural apontasse para uma possibilidade de trabalho amplo e de grandes potenciais para a época, isto não ocorreu.

Por motivos já apontados, a instituição como que se especializou, nas primeiras décadas de sua operação, na preservação de monumentos arquitetônicos, tendo dedicado pouca atenção ao patrimônio cultural natural.

Para melhor compreender as iniciativas de proteção ao patrimônio cultural natural tomadas no âmbito do IPHAN recorreu-se a duas fontes: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico onde são registrados os patrimônios culturais naturais e à Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que vem sendo publicada pelo SPHAN e seus sucessores desde 1937.

Com as sínteses das inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, constante dos dados sistematizados pelo Arquivo Noronha Santos, do IPHAN, procedeu-se o levantamento e a classificação, com base nas informações disponíveis nas descrições dos diversos bens inscritos nesses livros entre os anos de 1938 e 2003.

A tipologia adotada para a descrição dos bens tombados nesse Livro do Tombo, constituiu-se a partir da observação dos bens e de suas características básicas, e emerge das categorias que orientam a legislação pertinente que fala em monumentos naturais, em sítios e paisagens naturais e sítios e paisagens agenciadas, como se detalha a seguir:

- Monumentos Naturais: aspectos singularmente notáveis da paisagem natural, passíveis de reconhecimento nacional e internacional, neste caso estão, por exemplo, a Floresta da Tijuca e o Corcovado;
- Paisagem Agenciada: inclui diferentes graus de intervenção na paisagem, mas sinteticamente procura englobar os tombamentos paisagísticos em que há uma clara relação entre os elementos construídos e a paisagem natural, sendo a interação de ambos que confere integridade ao conjunto, mas onde o agenciamento humano é o fator dominante, como é o caso da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro ou do Conjunto Paisagístico de Cabo Frio;

- Paisagem Cultural Natural: bens cujo tombamento se deve predominantemente aos elementos naturais, sendo exemplar o caso da Serra do Curral em Minas Gerais;
- Paisagem Urbana: paisagens em que os elementos dominantes, que lhes conferem valor, sentido e integridade são edificações, traçados e outros elementos do urbanismo, como é o Caso do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Lapa;
- Paisagem Arqueológica: segmentos da paisagem natural, com importância paisagística indiscutível, porém tombados de forma associada à proteção de sítios arqueológicos relevantes. Aqui pode ser mencionado o caso do Parque Nacional da Serra da Capivara;
- Paisagem Histórica: paisagens que contém edificações ou abrigaram eventos de interesse histórico, como é no caso da Serra da Barriga, cujo tombamento deveu-se ao Quilombo dos Palmares;
- Outros: esta categoria inclui bens registrados no Livro do Tombo, porém que não se relacionam especificamente com o tema dos Patrimônios Culturais Naturais, como é o caso dos acervos etnográficos ou arqueológicos.

Num período de mais de 60 anos, o IPHAN tombou, sob a categoria de tombamentos arqueológicos, etnográficos, e paisagísticos 119 bens, dos quais 109 estão, de alguma forma, referidos à sítios e paisagens com níveis diversos de agenciamento humano e 12 referem-se a acervos ou sítios de caráter etnográfico ou arqueológico.

Estes, classificados com a tipologia anteriormente citada, encontram-se listados na tabela 4.

Da apreciação desta tabela, pode-se perceber a importância que os monumentos edificados apresentam no conjunto do patrimônio paisagístico nacional. Estes, designados como paisagem urbana, perfazem 44,54 % do conjunto dos bens tombados que tem alguma referência com o tema.

TABELA 4 - TOMBAMENTOS ARQUEOLÓGICOS, ETNOGRÁFICOS E PAISAGÍSTICOS EFETUADOS PELO IPHAN ENTRE 1938 E 2003

Tipologia do Tombamento	Quantidade	Porcentagem
Monumento Cultural Natural	8	6,72
Paisagem Cultural Natural	6	5,04
Paisagem Arqueológica	2	1,68
Paisagem Histórica	5	4,20
Paisagem Agenciada	33	27,73
Paisagem Urbana	53	44,54
Outros	12	10,08
Total	119	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2006 B).

Os bens em que os elementos da paisagem natural permitiriam sua inclusão na categoria de patrimônio cultural natural – no caso os monumentos culturais naturais¹⁴⁸ e as paisagens culturais naturais – são apenas 11,76 %, num total de 14 unidades.

Chamam atenção pela quantidade as paisagens agenciadas – que no mor das vezes incluem elementos da paisagem natural como cenário e parte complementar porém definidora de suas características básicas. Estas perfazem 27,73% do total, consistindo em 33 exemplares.

Outro aspecto interessante para a compreensão da forma como se foi constituindo o patrimônio cultural natural brasileiro mediante a ação do IPHAN, diz respeito à distribuição temporal das iniciativas de tombamento paisagístico por tipo, como se vê na tabela 5.

¹⁴⁸ Incluiu-se o Parque Nacional da Floresta da Tijuca como Monumento Cultural Natural embora se tenha ciência, tratar-se de floresta parcialmente plantada, ela é, em grande parcela produto de regeneração natural (DEAN, 1996, p. 240) a opinião é pessoal, este bem poderia ser enquadrado como paisagem agenciada ou paisagem cultural natural, mas a sua extensão e, fundamentalmente, o tempo ocorrido desde a suspensão das iniciativas de reflorestamento em escala – 1892 – com o de regeneração da floresta atlântica devastada, bem justificam a opção.

Nesta apreciação pode-se perceber que a preocupação com aspectos da natureza só irá aparecer no IPHAN a partir dos anos 60, década em que são tombados cinco bens.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS TOMBAMENTOS PAISAGÍSTICOS EFETUADOS PELO IPHAN ENTRE 1938 E 2003

Período	Total	Tipo					
		Monumento Cultural e Natural	Paisagem Cultural e Natural	Paisagem Arqueológica	Paisagem Histórica	Paisagem Agenciada	Paisagem Urbana
1938 à 1950	qt. %					3 9,09	2 3,77
1950 à 1960	qt. %					2 6,06	3 5,66
1960 à 1970	qt. %		5 83,33			4 12,12	10 18,87
1970 à 1980	qt. %			1 50,00	1 20,00	5 15,15	13 24,53
1980 à 1990	qt. %	100,00 8		1 50,00	1 20,00	14 42,42	7 13,21
1990 à 2000	qt. %		1 16,67		3 60,00	2 6,06	13 24,53
2000 à 2003	qt. %					3 9,09	5 9,43

Fonte: Elaboração do autor com base no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2006 B).

Desde sua fundação em 1937 até então, os tombamentos paisagísticos realizados perfaziam apenas 29 bens que, se comparados com o total de 803 tombamentos realizados (FONSECA, 2005, p.113), perfazem apenas 3,6 % destes.

Observa-se também, que os tombamentos de patrimônios paisagísticos enquadrados dentro da noção de patrimônio cultural natural se concentram em períodos bastante específicos. Estes se deram preferencialmente entre 1960 e 1990, pois se encontram, entre os anos 1960 e 1970, 83,33% dos tombamentos de paisagens culturais naturais e, entre 1980 e 1990, 100% dos monumentos culturais naturais.

Estes últimos, todavia, encontram-se fundamentalmente ligados à manutenção das características da paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro – 7 num total de 8 casos. Tratam-se dos tombamentos das principais elevações definidoras daquela paisagem, atendendo à reivindicações da população local face a possibilidade de alteração desses marcos paisagísticos; e do tombamento, da

Floresta da Tijuca – todos de 1973. Portanto não refletem, como se poderia supor, a notoriedade que a questão ambiental passou a assumir, planetária e nacionalmente, nesse período.

No que tange aos tombamentos de paisagem urbana, percebe-se que estes, a partir dos anos 1960, atingiram uma magnitude apreciável, provavelmente em decorrência do processo de urbanização e da pressão imobiliária sobre os centros históricos, geralmente situados na parte central e comercial das cidades e, portanto, suscitando os interesses da especulação imobiliária.

Outra forma de avaliar o interesse do organismo oficial de preservação do patrimônio cultural natural no tema é observar a frequência com que o mesmo é contemplado nos seus pronunciamentos, tomando-se como referência sua publicação de caráter técnico-científico, a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como é presentemente designada.

No conjunto de todas as edições da revista, composto de 30 periódicos, os artigos assinados referentes à questão do patrimônio cultural natural perfazem um total de 11, incluída aí uma entrevista.

Numa análise mais detida destas publicações, agora procurando localizar o período corresponde à construção da noção de patrimônio cultural natural que possa estar associada ao tombamento da Serra do Mar, trabalhou-se com as publicações entre 1937 e 1987.

Isto porque, daí para frente, tirante uma edição especial voltada à comemoração do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, que se fez em 1990 – com uma temática completamente atípica ao seu padrão editorial anterior e posterior – a revista só voltou a ser editada novamente em 1994, num contexto institucional bastante distinto daquele do evento estudado.

Neste rol, que perfaz 22 publicações, foram classificados os artigos assinados em categorias referidas à tipologia de bens patrimoniais constante na legislação com uma abertura no caso dos artísticos para os de natureza arquitetônica e urbanística; adicionou-se também o conjunto de temas de natureza técnico-científica correlatos à questão e pronunciamentos de ordem político institucional.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL ENTRE 1937 E 1987.

TEMA ARTIGO	TOTAL	PERCENTAGEM
Patrimônio Arqueológico	4	1,67
Patrimônio Etnográfico	6	2,51
Patrimônio Bibliográfico	-	0,00
Patrimônio Artístico	64	26,78
Patrimônio Arquitetônico	89	37,24
Patrimônio Urbanístico	11	4,60
Patrimônio Documental	14	5,86
Patrimônio Natural	6	2,51
Político Institucional	11	4,60
Técnico Científico	6	2,51
Patrimônio e Valor	1	0,42
Patrimônio e Identidade	4	1,67
Patrimônio e Memória	5	2,09
Patrimônio e Cultura Popular	4	1,67
Cultura e Estado	4	1,67
Notas Históricas	6	2,51
Outros	4	1,67
TOTAL	239	100

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Foi estabelecida uma tipologia de temática para os artigos, que foram assim agrupados: patrimônio arqueológico, patrimônio etnográfico, patrimônio bibliográfico, patrimônio artístico, patrimônio arquitetônico, patrimônio urbanístico, patrimônio documental, patrimônio natural, políticas institucionais, técnicos científicos, patrimônio e valor, patrimônio e identidade, patrimônio e memória, patrimônio e cultura popular, patrimônio cultura e Estado, notas históricas, outros.

Os resultados dessa pesquisa indicaram que nesse período os artigos referentes ao patrimônio natural perfizeram 6 ocorrências – 2,51% dos 239 publicados – a primeira em 1937 na primeira revista e as demais dentro do contexto do movimento em prol do tombamento da Serra do Mar pois foram publicados em 1986 e 1987, como se vê na tabela 6.

Estes últimos eram discussões sobre a conceituação de patrimônio natural, a aplicabilidade do instituto do tombamento à proteção de grandes áreas naturais

próximas à áreas densamente urbanizadas, a justificativa dos tombamentos realizados no âmbito estadual e outros temas correlatos.

Para contrastar os temas referentes ao patrimônio edificado – patrimônio arquitetônico e urbanístico –, neste mesmo período, constituíram 41,8 % das matérias assinadas e os referentes ao patrimônio artístico 26,8 % . Cabe a referência de que, estes últimos, quando referidos ao período colonial, muitas vezes encontram-se íntima e indissolivelmente associados ao patrimônio arquitetônico¹⁴⁹.

Aparentemente é pequena a importância que os patrimônios culturais naturais têm assumido no contexto operacional do organismo federal encarregado de sua proteção. Este fato está associado de um lado à sua propalada vinculação com o patrimônio edificado, que embora tenha sofrido fortes mudanças desde o final dos anos 1970, ainda tem um peso bastante grande nas políticas oficiais do órgão¹⁵⁰ bem como na sua orientação institucional e política.

Isto pode se dever a certa inércia das organizações, especialmente esta que tem, como se assinalou, uma longa história de continuidade de orientação e prática, mas também às exigências operacionais que decorrem da magnitude do apreciável patrimônio edificado sob a proteção deste organismo.

Mas o fato é que a visão de patrimônio cultural natural do IPHAN, traduz um ponto de vista em que a natureza é colocada, na grande maioria das vezes, como algo justaposto ao patrimônio cultural enquanto produto do trabalho humano, que lhe serve de enquadramento, de cenário.

Para exemplificar veja-se, por exemplo, que para Antonio Luiz Dias de Andrade (1984, p.42) o patrimônio cultural natural é constituído de poucos casos de tombamento e que estes se:

“limitam a exemplos de inegável beleza paisagística (os morros que envolvem a cidade do Rio de Janeiro, praias de Chega Negro e Piatã em Salvador); sítios carregados de significado histórico (o Monte Pascoal, em porto Seguro ou a colina de Guararapes); locais de

¹⁴⁹ Como anota Rodrigo Mello Franco de Andrade, a pintura colonial como expressão artística no Brasil colônia pode ser considerada “indissociada da arquitetura”, pois se desenvolve como “obra acessória dos arquitetos”, não tendo tido, os seus mestres, “impulso criativo suficiente para lhe dar valor excepcional independente” (1978, p.11).

¹⁵⁰ Para exemplificar, o peso dos monumentos de construídos nas ações do IPHAN, basta notar que nos últimos dez anos, o grande peso dos recursos mobilizados pela entidade foi num programa de recuperação de monumentos edificados designado Monumenta, com recursos provenientes do Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID, e que implicou em obras de restauração de monumentos em centros urbanos. Não é o interesse central do trabalho a discussão das políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural, tampouco a avaliação da atuação do IPHAN, porém a expressividade dos números justifica a menção.

importância para ambientação de núcleos históricos ou monumentos isolados (Olinda, Casa da Torre de Garcia D'Ávila) assim como os bens de natureza arqueológica e espeleológica”.

Tem-se nessa assertiva o ponto de vista que parece ter vingado na instituição e que ainda assim permanece.

Para consubstanciar este ponto de vista basta perceber que além dos bens naturais mencionados acima, poderiam ser adicionados a esta lista as grutas do Lago Azul e Nossa Senhora Aparecida, em Bonito , no Mato Grosso do Sul; a Serra do Curral, em Minas Gerais; o Parque Nacional da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro; os cenários paisagísticos que envolvem Parati no Rio de Janeiro e o Colégio Caraça, em Minas Gerais; e a Gruta de Mangabeira, na Bahia, e a Lapa da Serra Grande, em Minas Gerais; e o Conjunto Paisagístico Morro do Pai Inácio e Rio Mucugezinho no Parque Nacional da Chapada de Diamantina, para perfazer, nas categorias já enunciadas, o patrimônio cultural natural brasileiro.

Quando a lista é contraposta às inúmeras manifestações, nos múltiplos campos das artes populares e eruditas e nos discursos político-institucionais de toda ordem que associam a identidade brasileira à magnificência, diversidade, e beleza da natureza, percebe-se certo descompasso. E coloca-se em questão, neste caso específico, a associação entre a identidade nacional, como se expressa, e o patrimônio cultural natural que se constitui em seu nome.

Há a manifestação de apreço pelas coisas da natureza, que tem expressão histórica, na medida em que é uma forma de referência quase que continuada nos diversos períodos da nossa história aos objetos da natureza. Ela se caracteriza como um signo identitário, não só nas expressões oficiais da tentativa de fundar a nação, mas nas artes populares e nos cultos. Mas não encontra eco na prática dos técnicos especializados no patrimônio cultural, embora tenha, também, expressão nos demais campos da política e da cultura.

Um motivo que pode estar vinculado a este padrão de procedimento, além do já constatado interesse específico da instituição responsável pelos patrimônios culturais em determinadas formas da expressão da cultura nacional, seria o da resistência institucional a uma nova mudança, que se seguiria, tão proximamente, às verificadas no final dos anos 70 e nos meados nos anos 80 no rol de afazeres e no padrão de atuação deste organismo.

Cabe também uma pergunta: será esta forma de conceber o patrimônio cultural natural característica das práticas de proteção ao patrimônio cultural em todo o país? Ou será uma peculiaridade da cultura institucional de uma determinada instituição, no caso específico o IPHAN?

O que sugere preliminarmente o caso do tombamento da Serra do Mar, que foi sucessivamente tombada em São Paulo, no Paraná e nos demais Estados onde ocorre, é que esta característica de atuação não é comum a todo o aparato de proteção aos patrimônios culturais naturais.

Uma análise mais detida da questão requer que se verifique como se encontra constituído o patrimônio cultural natural nas demais unidades da federação, o que se fará, para resguardar a seqüência da exposição, após a discussão do patrimônio cultural natural paranaense.

3.3 Patrimônio Cultural Natural no Contexto Paranaense

3.3.1 A Gestão Patrimonial no Paraná

A estrutura de gestão do patrimônio cultural do Paraná foi instalada em 1948, a cargo da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná – DPHACP, que funcionava no âmbito do Departamento de Cultura da Secretaria da Educação e Cultura.

Embora criada a DPHACP inicialmente se ocupou da cooperação com o organismo federal de proteção ao patrimônio, e fundamentalmente das questões relativas ao patrimônio arqueológico, na época designado patrimônio natural¹⁵¹. Tratou especialmente da sistemática exploração dos sambaquis do litoral para a confecção de cal ou para a construção de base das rodovias da região, a criação do museu de Paranaguá, do restauro do Colégio dos Jesuítas, na mesma cidade e reparos na Cadeia Velha de Guaratuba (PARANÁ, 1949-1981, p. 3-32).

Talvez esta orientação se devesse à sua vinculação original com o Museu Paranaense, instituição que por longo período dedicou grandes esforços à pesquisa

¹⁵¹ É de se registrar que por um bom tempo foi comum que os sambaquis, embora se soubesse da sua origem humana, fossem considerados como parte da paisagem. Nestor Vitor (1996, p. 239 - 241), por exemplo, os inclui juntamente com grutas e cachoeiras entre as curiosidades naturais do seu *Paraná do futuro*.

arqueológica, ou ao perfil profissional de seu primeiro diretor, o arqueólogo Oldemar Blasi.

O fato é havia grande dificuldade de se efetuar o controle da depredação dos sambaquis¹⁵², que era tolerada desde que efetuada por pessoas habilitadas para tanto, ressentindo-se o Conselho e a Divisão da falta de apoio do Governo do Estado. Havia um permanente conflito com o Departamento de Estradas de Rodagem, DER – e até mesmo falta de meios para agir e ausência de clareza no que concerne à suas funções (PARANÁ, 1949-1981, p. 3-24).

Tomando como parâmetro a frequência das reuniões que realizou o Conselho Consultivo, percebe-se que entre 1949 e 1951 ele se reuniu sete vezes, na grande maioria das vezes tratando dessas questões, havendo depois, com um intervalo de quase dois anos, uma reunião em 1953, ano de promulgação da lei do tombamento do Paraná.

Sem desmerecer a importância deste advento, ele parece não ter trazido grandes alterações de rotina nas atividades patrimoniais, pois o Conselho Consultivo depois da reunião de 1953, só se reuniu duas vezes, em 1956 e 1957, já com outra composição. Ocorreu, depois, um intervalo que se estendeu até 1961 e posteriormente, houve outro intervalo de dois anos quando não conseguiu quorum para se reunir, em 1963, passados dez anos da promulgação da lei do tombamento.

No aspecto da dinâmica e da iniciativa, a gestão do patrimônio cultural e natural no Paraná, no início de seus trabalhos, não parece ter apresentado o mesmo ímpeto de sua similar nacional, que nos seus primeiros anos realizou um grande número de tombamentos.

A partir de 1962, quando assumiu o Departamento de Cultura o Sr. Ennio Marques Ferreira e o a DPHACP a Sra. Dalena Guimarães Alves, verificou-se uma mudança substancial na dinâmica de atuação desta entidade. Deixou-se de lado, pelo menos parcialmente, a questão dos sambaquis. Definiu-se uma diretriz que revela uma forte articulação com a então DPHAN.

Nesse novo momento percebe-se uma mudança na linguagem, que buscava se apresentar dentro de um contexto técnico-científico – fala-se em critérios, em

¹⁵² Nesse tempo os sambaquis, eram considerados pela legislação federal de minas como jazidas calcárias (PARANÁ 1949-1981, p. 20B).

racionalização de atividades – e apresentava-se um plano de trabalho em que se definia como prioridade a articulação com o DPHAN, a divulgação da noção de patrimônio e que abrange as atividades relacionadas ao tombamento de bens, pesquisas documentais, viagens, produção de monografias e restauração (PARANÁ, 1949-1981, p. 36-37).

É então que começou efetivamente uma atividade sistemática de constituição do patrimônio cultural e natural no estado do Paraná - a partir da ata da reunião de 03/06/1963 (PARANÁ, 1949-1981, p. 35-42), bastante voltada para o patrimônio edificado.

A orientação se mantém pelos próximos anos sendo, aliás, reforçada em 1971, quando assume a função de chefe da DPHACP, o arquiteto, e professor da disciplina de Arquitetura no Brasil no Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, Cyro Illidio Corrêa de Oliveira Lyra, que inaugurou, com interrupção entre 1979 e 1986, uma sequência de arquitetos na direção do patrimônio cultural do Paraná.

A divisão e seu Conselho Consultivo, não sofreram alteração de concepção e funções no correr de mais de vinte anos. Só com a criação da Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes - SECE, em 1979¹⁵³, é que houve mudança, ainda que pouco expressiva na sua concepção institucional.

As alterações implicaram na mudança da designação do antigo Conselho Consultivo, que passou a ser designado como Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – CEPHA, e na criação no nível da execução programática da SECE da Coordenadoria do Patrimônio Cultural – CPC, que veio a herdar, sem modificações significativas de suas funções, os afazeres da extinta DPHACP.

Se do ponto de vista do conjunto de atribuições a situação permaneceu aproximadamente a mesma, isto não veio a ocorrer com a composição do quadro de pessoal técnico envolvido na questão patrimonial.

A modificação organizacional efetuada vinha na esteira das discussões sobre as novas concepções de patrimônio cultural que se davam em âmbito nacional, no

¹⁵³ A separação dos aparatos de gestão pública da educação e da cultura provavelmente refletirá as iniciativas inovadoras de gestão cultural já discutidas, que caracterizaram a passagem do governador de então, Ney Braga, pelo Ministério da Educação e Cultura, no período administrativo que antecedeu a seu segundo mandato de governador.

caso do Paraná resultou na montagem de um aparato técnico destinado a atender as novas demandas.

Este aparato tinha, de acordo com as concepções de então, um perfil multidisciplinar, abrigando, além de arquitetos, historiadores, geógrafos, artistas plásticos e outros profissionais, o que lhe conferiu uma possibilidade de atuação de maior amplitude.

3.3.2 O Patrimônio Cultural e Natural do Paraná

A Serra do Mar, assim como todo o conjunto dos bens que compõem o patrimônio cultural natural do Paraná encontra-se contido noutro mais amplo, qual seja o daqueles que compõem o patrimônio cultural e natural paranaense.

Assim, para compreender o seu processo de constituição em patrimônio cultural natural, é conveniente ter em vista o contexto no qual este aconteceu. E este pode ser mais bem apreciado quando se divisa todo patrimônio cultural e natural do Paraná.

No Paraná, embora a instituição do patrimônio cultural e natural tenha se dado em 1953, passaram-se alguns anos antes que se tomassem iniciativas mais efetivas no sentido da proteção de bens pelo instituto do tombamento. Estas se deram apenas a partir de 1962, quando se inscreveram, no livro do tombo histórico, as Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e da Irmandade de São Benedito, ambas em Paranaguá, dando início a uma longa lista de tombamentos de edificações, que virão a caracterizar, aqui, os tombamentos de interesse histórico.

A estes tombamentos, se sucederam, entre 1962 e 2005, um conjunto de 165 registros nos três livros do tombo, dos quais 135 lançados no Livro do Tombo Histórico, 9 no das Belas Artes e, por fim, 21 no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Para que se tenha uma idéia do processo de constituição do patrimônio cultural e natural paranaense, procurou-se uma apreciação do conjunto dos tombamentos, dividindo rol de bens tombados, em algumas categorias típicas e verificando a sua constituição no tempo.

Respeitando a classificação subentendida nos respectivos lançamentos nos livros do tombo, procurou-se uma classificação que levasse em conta as características materiais e simbólicas dos bens tombados, obtendo-se a seguinte:

- Acervos diversos, compreendendo acervos museográficos de caráter variado, incluindo coleções paleontológicas, arqueológicas, etnográficas, históricas e artísticas;
- Objetos históricos e artísticos, que inclui basicamente a imaginária e objetos de culto;
- Patrimônio arqueológico, que se refere a sambaquis;
- Patrimônio edificado, que diz respeito a edificações de todos os gêneros e paisagens urbanas;
- Patrimônio natural, que abriga árvores, paisagens e monumentos naturais.

Os diversos bens, agrupados por tipo, foram distribuídos década a década, desde o primeiro tombamento realizado. Foram verificadas a distribuição de tombamentos por tipo em cada década, bem como a distribuição dos tombamentos do mesmo tipo década a década.

Com isso se pretendeu conferir a existência de regularidades entre tipos e no decorrer do tempo, procurando perceber aspectos que pudessem permitir divisar os diversos interesses que orientaram a valoração destes bens em detrimento de outros.

A suposição é a de que a regularidade na escolha de um determinado tipo de bem, num determinado período, denota interesse, o que permite inferir a respeito da forma de valoração destes mesmos objetos.

Da observação das informações da tabela 7, de pronto, se evidencia que o patrimônio cultural e natural do Paraná, constitui-se na sua grande maioria de patrimônios edificados. Estes, considerados por inscrição, perfazem 83,64 % do conjunto dos bens tombados. Os tombamentos de patrimônio natural representam quase um décimo desse total, 8,48%; os de objetos de históricos e artísticos são 5,45%; e os de acervos diversos e arqueológicos, perfazem 1,82% e 0,61%, respectivamente.

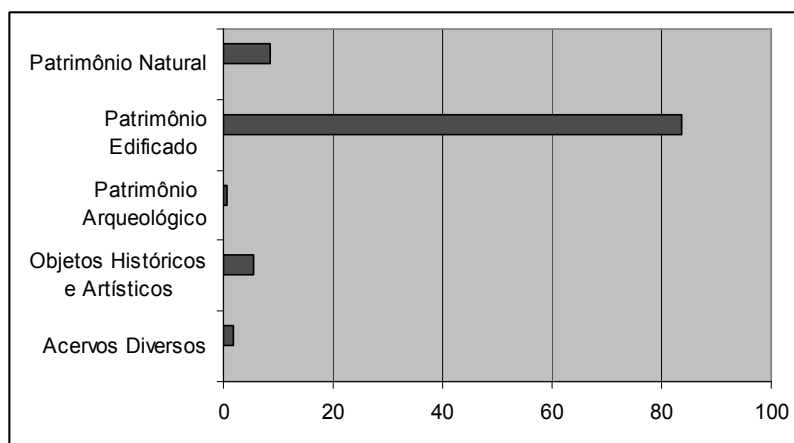
TABELA 7 – BENS TOMBADOS NO PARANÁ POR TIPO E PERÍODO DE TOMBAMENTO

Tipologia/Período		Acervos Diversos	Objetos Históricos e Artísticos	Patrimônio Arqueológico	Patrimônio Edificado (1)	Patrimônio Natural	TOTAL
1960/1970	quantidade	0	6	0	14	1	21
	% periodo	0,00	28,57	0,00	66,67	4,76	12,72
	% tipo	0,00	66,67	0,00	10,14	7,14	
1970/1980	quantidade	2	0	0	40	7	49
	% periodo	4,08	0,00	0,00	81,63	14,29	29,70
	% tipo	66,67	0,00	0,00	28,99	50,00	
1980/1990	quantidade	0	0	0	23	3	26
	% periodo	0,00	0,00	0,00	88,46	11,54	15,76
	% tipo	0,00		0,00	16,67	21,43	
1990/2000	quantidade	1	2	1	31	3	38
	% periodo	2,63	5,26	2,63	81,58	7,89	23,03
	% tipo	33,33	22,22	100,00	22,46	21,43	
2000/2005	quantidade	0	1	0	30	0	31
	% periodo	0,00	3,23	0,00	96,77	0,00	18,79
	% tipo	0,00	11,11	0,00	21,74	0,00	
Quantidade Total		3	9	1	138	14	165
Percentual Tipo		1,82	5,45	0,61	83,64	8,48	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico (PARANÁ, 1966), Etnográfico e Paisagístico, II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1975), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

(1) Inclui quatro tombamentos de paisagem urbana, dos setores históricos da Lapa e de Paranaguá e das ruas XV de Novembro e praças adjacentes e Comendador Araújo em Curitiba.

FIGURA 12 – TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL, ENTRE 1960 E 2005, NO PARANÁ POR TIPO

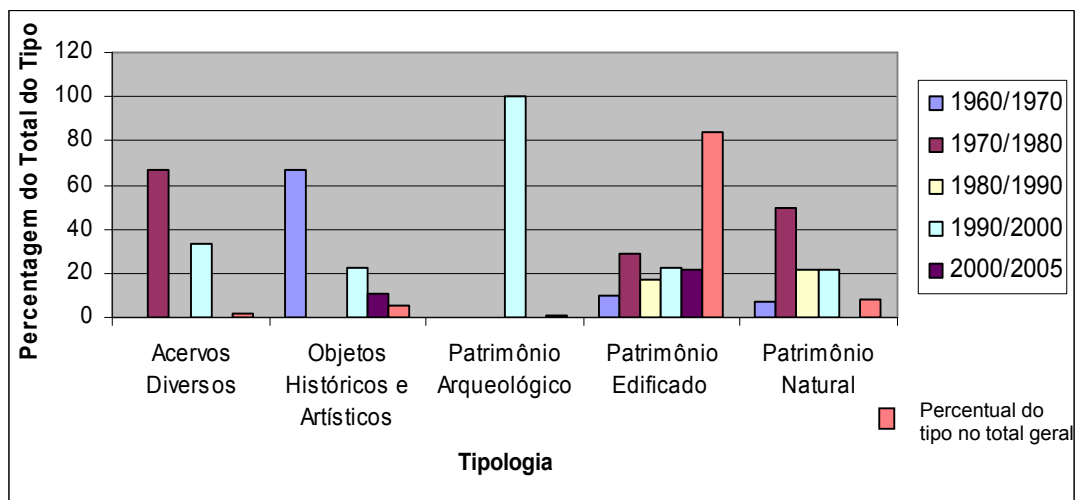


Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

A figura 12 dá uma idéia da grande dominância dos bens considerados como patrimônio edificado sobre o conjunto daqueles que constituem o patrimônio histórico e artístico do Paraná.

Mesmo considerando a amplitude do conceito de bem tombado¹⁵⁴, que pode tanto se referir a uma única coisa como a um conjunto muito amplo de coisas, ao se avaliar que cada tombamento corresponde a uma iniciativa de proteção, e que esta traduz uma forma de valorar os objetos e processos a serem protegidos, é possível, afirmar que, no correr dos últimos 45 anos, o conjunto de atores que se viu envolvido na constituição dos patrimônios culturais do Paraná, conferiu um grande privilégio às edificações.

FIGURA 13 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TOMBAMENTOS DE UM TIPO SOBRE O TOTAL DE TOMBAMENTOS DO TIPO EM PERÍODOS DETERMINADOS



Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

¹⁵⁴ A noção de bem tombado é um tanto genérica e pode significar tanto um objeto, por exemplo, uma casa ou um crucifixo, como um conjunto muito amplo de coisas, como os 232 imóveis que compõe o tombamento do setor histórico da Lapa, ou os 386.000 ha. do tombamento da Serra do Mar, que inclui desde pequenas propriedades rurais a uma ferrovia.

Outra forma de perceber esta questão é observar a distribuição de determinado tipo década a década, na suposição de que, se os mesmos são objeto de um interesse constante no âmbito do aparato de gestão de patrimônios culturais, os tombamentos desse gênero de bens não tenderão a estar concentrados num determinado momento e sim melhor distribuídos no correr do tempo.

Nesse caso é fácil perceber, mais uma vez, um olhar que valoriza os bens edificados. Estes são os únicos em que os tombamentos ocorrem em todas as décadas estudadas, num percentual acima de 10% do total do período e, também, se distribuem quantitativamente no tempo com certa regularidade, a exceção da primeira década, quando, por motivos já apontados, ocorrem em menor quantidade.

Interessante perceber também que, embora os patrimônios arqueológicos, especialmente os sambaquis, compusessem um dos grandes interesses do Conselho Consultivo nos seus primeiros anos de funcionamento, esta atitude não veio a se consubstanciar em iniciativas de proteção mais concretas.

O fato é que se verifica um único tombamento de sambaqui, e este se deu nos anos 1990 - portanto em um momento bastante distante daquele no qual a preocupação com a preservação dos mesmos se expressava.

Sempre há que se perguntar o motivo dessa preferência pelo patrimônio edificado, mesmo sabendo que se constituiu em uma tendência nacional.

É certo que o organismo federal de proteção aos bens culturais, com a sua estabilidade de orientação no tempo, ditou, pela difusão da idéia, pelo conhecimento técnico, pelo treinamento de quadros, e pelo poder que adquiriu no contexto específico, uma forte orientação nesse sentido.

Procurando explicação adicional na leitura que se fez dos “Livros Ata dos Conselhos Consultivo e Estadual”, é possível inferir que, nos primeiros anos, desde a promulgação da lei do tombamento em 1953 até 1961, as preocupações eram fortemente ligadas ao patrimônio arqueológico e paleontológico – os sambaquis e os testemunhos das missões jesuítas – temas dos quais o Conselho se ocupou em oito nas suas 11 primeiras reuniões efetivas com registro no período.

Uma hipótese para esta preferência temática diz respeito à formação profissional dos incumbidos da direção do DPHACP e sua sucessora, a CPC. Nesse primeiro período a direção coube a um arqueólogo, contando também o Conselho

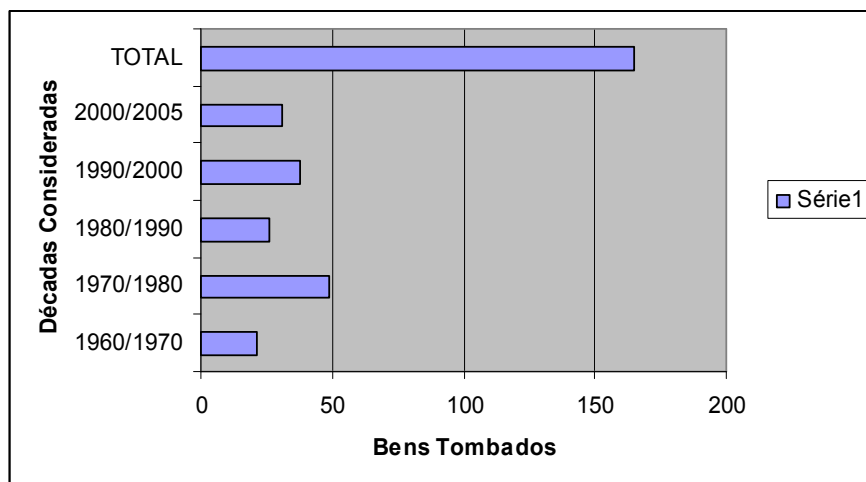
com um representante fixo do Museu Paranaense – o que significaria uma faixa de interesses culturais mais amplos se levado em conta o histórico desta instituição.

Já nos anos subseqüentes o foco da instituição mudou. Pode-se supor que isto se deveu à formação profissional dos seus dirigentes, como aparentemente ocorreu na primeira fase. Mas no correr de 45 anos alternaram-se na função professores (por 18 anos), antropólogos (por 4 anos), artistas plásticos (por 4 anos), e arquitetos (por 28 anos), não podendo se configurar uma dominância de orientação profissional.

Se não foi o olhar profissional dos dirigentes que orientou a escolha do conjunto de objetos que vieram a compor o patrimônio cultural do Paraná, esta preferência só pode ser atribuída à hegemonia cultural e institucional que o conceito de patrimônio cultural adotado pelo SPHAN e seus sucessores alcançou em âmbito nacional e, também, aqui.

A distribuição temporal da quantidade de bens tombados é outro aspecto que pode ser analisado com o intuito de se perceber a dinâmica das instituições encarregadas da proteção patrimonial no correr do tempo. Esta é mostrada nas figuras 14 e 15.

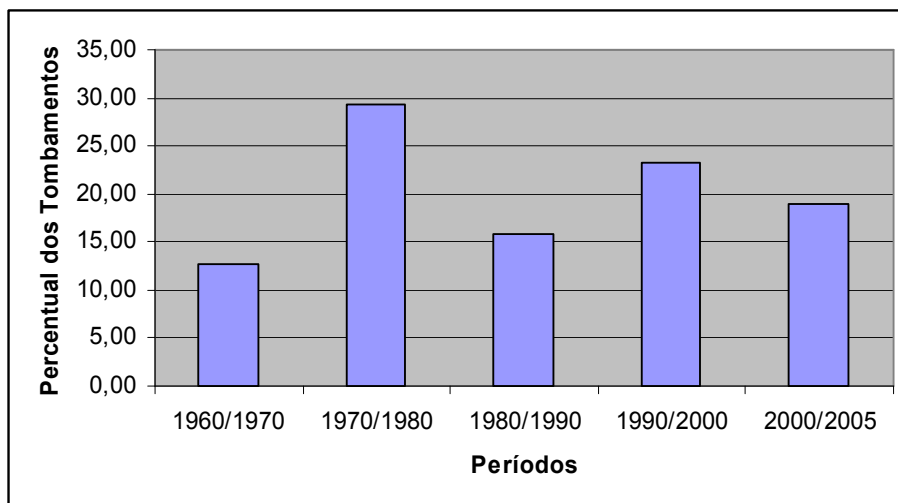
FIGURA 14 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL



Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

No que se refere ao conjunto total de bens tombados no correr das diversas décadas, percebe-se, ultrapassados os anos 60, uma nítida concentração - quase 30% do total na década de 1970, seguida de grande redução nos anos 1980. Essa tendência se reverte nos anos 1990, apontando, já na primeira metade dos anos 2000, para um crescimento substancial. Cumprido apenas o primeiro quinquênio do século XXI se tem um número de tombamentos que equivale a 18,9 % do total.

FIGURA 15 – PERCENTAGEM DE TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL EM PERÍODOS SELECIONADOS.



Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

Compreender as variações do número de tombamentos no tempo sempre implicará em um razoável grau de incerteza, mas a contraposição desta informação com a natureza dos tombamentos empreendidos em determinados momentos e com o contexto administrativo do Estado pode suscitar algumas hipóteses.

Desnecessário afirmar que o pequeno número de tombamentos que se vê acontecer nos anos 1960 pode ser atribuído às dificuldades iniciais de organização do serviço, de conhecimento dos bens a serem protegidos, de divulgação do instituto do tombamento não só entre os eventuais interessados como na administração pública estadual.

A concentração dos tombamentos que se dá nos anos 1970 pode estar associada de um lado ao fato de que, decorridos quase vinte anos do advento do instituto do tombamento no Paraná, sua aceitação pela administração pública de uma maneira geral já estava consolidada.

Por outro lado, também, teria decorrido o tempo necessário para que se desenvolvesse, no âmbito do corpo técnico especializado no tema, o conhecimento da situação no conjunto do Estado, o que permitiria uma ação mais eficiente. Percebe-se nos relatos efetuados aos Conselhos Consultivo e do Patrimônio, que foram empreendidos diversos inventários e levantamentos dos bens de interesse histórico e artístico no correr desses anos.

Também este período corresponde ao governo militar, quando os governadores, nomeados e pouco devendo aos interesses da população, tinham uma maior autonomia de ação face aos interesses que porventura se opusessem aos tombamentos.

Outra forma de considerar a questão leva em conta a natureza do instituto do tombamento, que significa a imposição de limitações ao direito de propriedade, e é referente à relação entre as iniciativas de tombamento dos bens e a condição de propriedade dos mesmos.

É possível supor que esta condição de propriedade possa ter dirigido as iniciativas de tombamento para bens em determinada condição de propriedade, como, por exemplo, em condições de certa fragilidade do aparato estatal. No que concerne aos interesses privados, não seria inusual dirigi-las aos bens do Estado e dos Municípios.

Esta situação foi analisada considerando as seguintes condições de propriedade para cada uma das décadas consideradas: bens públicos, bens pertencentes às confissões religiosas – em todas as situações à Igreja Católica Romana ou a irmandades a ela vinculadas – bens de empresas públicas – no caso a Rede Ferroviária Federal e a Companhia de Saneamento do Paraná – e bens privados.

TABELA 8 – BENS TOMBADOS POR NATUREZA DO PROPRIETÁRIO E PERÍODO DE TOMBAMENTO

Tipologia/Década		Confissão Religiosa	Empresa Pública	Público	Privado
1960/1970	quantidade	11	0	8	2
	% tipo	40,74	0,00	10,67	4,17
	% período	52,38	0,00	38,10	9,52
1970/1980	quantidade	8	1	29	11
	% tipo	29,63	7,14	38,67	22,92
	% período	16,33	2,04	59,18	22,45
1980/1990	quantidade	3	0	7	16
	% tipo	11,11	0,00	9,33	33,33
	% período	11,54	0,00	26,92	61,54
1990/2000	quantidade	3	4	19	12
	% tipo	11,11	28,57	25,33	25,00
	% período	7,89	10,53	50,00	31,58
2000/2005	quantidade	2	9	12	8
	% tipo	7,41	64,29	16,00	16,67
	% período	6,45	29,03	38,71	25,81
1960/2005		27	14	75	49
Percentual		16,36	8,48	45,46	29,70

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

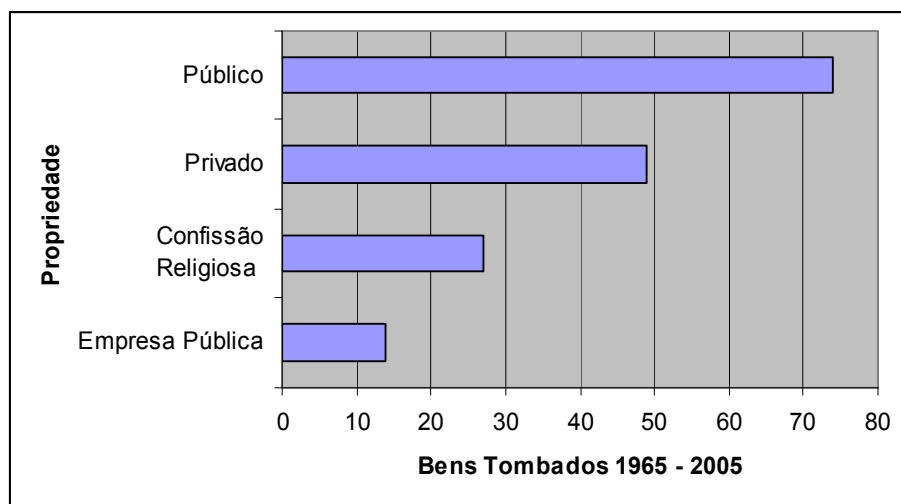
Considerando a condição de propriedade do conjunto dos tombamentos ocorridos entre 1960 e 2005 percebe-se com clareza que estes se concentraram nos bens públicos que perfaziam 74 – 45,46% do total – seguidos pelos de propriedade privada com 49 – 29,70% do conjunto –, depois pelos 27 de confissões religiosas, – 16,36 % – e por fim por 14 de empresas públicas – 8,48%. Tal quadro sugere que a ação de proteção do Estado incide com mais ênfase sobre o patrimônio público, o que é verdade quando se refere aos tombamentos individuais.

Observando a distribuição dos tombamentos por condição de propriedade nos diferentes períodos considerados, percebe-se que há concentrações em determinados momentos.

Os bens religiosos foram dominantes nos anos 60, perfazendo 52,38 % dos tombamentos do período. Na década de 70 os bens de propriedade pública foram quase 60% do total de tombamentos. Nos anos 80 prevaleceram os tombamentos

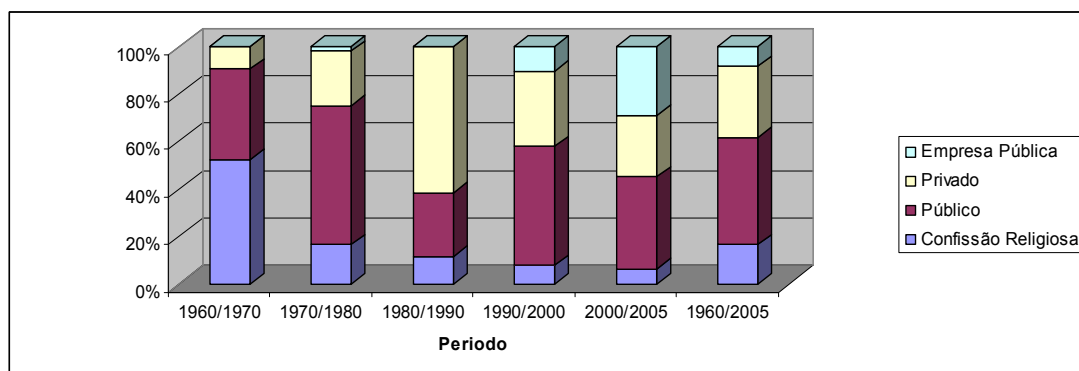
de bens de propriedade privada, representando 61,54% dos bens inscritos; já nos anos 90 metade do que se tombou pertencia ao poder público; situação que não se mantém a partir de 2000 quando estes, embora ainda sejam a maioria alcançam, a taxa de 38,71 % dos tombamentos.

FIGURA 16 – TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ENTRE 1965 E 2005 POR TIPO DE PROPRIEDADE À ÉPOCA DO TOMBAMENTO



Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

FIGURA 17 – TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL ENTRE 1965 E 2005, POR PERÍODO



Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

As considerações de como os tombamentos, por tipo de propriedade se encontram distribuídos nos períodos analisados evidenciam alguns padrões que merecem consideração.

Nota-se que os tombamentos de bens pertencentes à confissões religiosas, que foram dominantes nos anos 1960, vem perdendo expressão com o correr dos anos, pouco significando no dois últimos intervalos considerados.

Isto reflete uma especialização de interesse, por parte dos organismos patrimoniais, em determinados bens ligados à confissão católica. São igrejas e imagens do século XVIII e XIX que estão entre aqueles mais visados – e perfazem mais que 60% dos tombamentos. Como objetos com estas características correspondem a um determinado número de bens, localizados nas parcelas de ocupação mais antigas do território, protegidos estes não restariam outros a proteger.

Esse conjunto de bens é também limitado, na medida em que o foram os recursos financeiros das populações de sua área de ocorrência¹⁵⁵ nos períodos considerados, especialmente se contrapostos a outras regiões do Brasil onde os testemunhos de arquitetura religiosa são muito numerosos e de grande valor artístico.

Além disso, a concentração de bens religiosos nos primeiros momentos dos tombamentos realizados no Paraná pode ser parcialmente atribuída à facilidade de identificação dos mesmos e o consenso que se tinha, especialmente naquela época de grande dominância da confissão católica, sobre o seu valor simbólico para o conjunto da população.

A estes aspectos pode ser aduzido o fato de que na composição do Conselho Consultivo da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, por preceito legal, havia um representante da Cúria Metropolitana, o que facilitava em muito as condições de articulação e a colimação de interesses.

¹⁵⁵ Como se sabe (PADIS, 1981), o Paraná nos séculos XVII a XIX não ocupava uma posição central nos processos produtivos dominantes, caracterizando-se, por um longo período como uma economia periférica sendo sua produção pouco expressiva. O pouco dinamismo econômico traduzia-se numa urbanização lenta e na pobreza da arquitetura e também, nos edifícios religiosos, objeto da expressão, naquela época, da riqueza das pessoas e das comunidades.

Por outro lado, quando se estuda a distribuição de tombamentos de próprios públicos, percebe-se que estes, embora tenham ocorrido em todos os períodos estudados em proporções consideráveis, pois esta nunca foi inferior a 10% do conjunto dos bens tombados num dado intervalo, se concentram sobremaneira nos anos 70, quando significou 59,18% do conjunto dos tombamentos.

Procurou-se uma explicação para este fato numa análise mais detalhada dos tombamentos efetuados, avaliando os atos caso a caso, segundo suas inscrições nos Livros do Tombo, bem como verificando as reuniões realizadas pelo CCDPHAC e pelo CEPHA, mas mesmo assim não se encontrou uma explicação clara para tal tendência.

Observa-se, todavia, quando se analisa mais ao detalhe, dois aspectos que se destacam. O primeiro é o fato de que, se analisada a propriedade destes bens públicos, ver-se-á que na sua grande maioria são de propriedade municipal – 64,29% – e de edificações – 75. Já as propriedades estaduais e federais perfazem 21,43% e 14, 29%, respectivamente.

Outro aspecto interessante é que, destes bens municipais, 44 % encontram-se localizados em Curitiba, o que pode sugerir uma certa conjugação de interesses com a municipalidade na proteção de bens históricos, pois naquele período foi delimitado o centro histórico de Curitiba e se tomaram, em âmbito municipal, as primeiras iniciativas de proteção e restauração de bens, tendo sido posto em execução o Plano de Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Curitiba, elaborado em 1970 (LYRA, 2006, p. 140)¹⁵⁶.

Por outro lado, se não se encontra uma explicação satisfatória para a concentração de tombamentos de prédios públicos na década de 70, esta pelo menos servirá para explicar a maior ocorrência de tombamentos nesta década, já comentada anteriormente.

Isto se justifica. Bens públicos, diz a lei do tombamento, são tombados de ofício, um ritual que requer uma determinação administrativa do responsável pelos tombamentos, a comunicação à entidade a quem pertence ou sob cuja guarda está

¹⁵⁶ O ambiente em Curitiba nos anos 1970 foi de bastante prioridade para a questão patrimonial, a primeira delimitação do setor histórico de Curitiba foi feita em 1971, em 1976 faz-se o levantamento do acervo de edificações históricas, e em 1979 decreta-se o Setor Especial de Unidades de Preservação que estabelece 576 imóveis como de interesse para a história de Curitiba; dentre os primeiros bens restaurados pela municipalidade de Curitiba, encontra-se a Casa Romário Martins – em 1973 a Antiga Sede da Prefeitura Municipal – restauração concluída em 1974 – o Teatro do Paiol, em 1971 (Curitiba, 2006).

a coisa tombada, não cabendo impugnação ou outro tipo de empecilho administrativo ou jurídico.

Sendo assim, e tendo decorrido o prazo para que as diversas instâncias da administração pública no Paraná se familiarizassem com o tombamento, seria, razoável esperar que os tombamentos nesse período se concentrassem sobre estes bens.

Também intriga o fato de que nos anos 80, houve uma grande concentração de tombamentos de bens de propriedade privada, pois naquele momento estes perfizeram mais de 60% dos tombamentos.

Por outro lado, nem nos pronunciamentos havidos no CEPHA, nem nos documentos gerados pela CPC, se identificou alguma decisão de política que indicasse esta concentração de tombamentos sobre bens privados.

Essa concentração de tombamentos privados nos anos 80 pode ser estudada, de outra forma, considerando o contexto daquela época, quando a sociedade brasileira faz o trânsito da ditadura militar para uma sociedade em que se busca a construção da democracia.

Procurou-se, então, verificar como se distribuíram os tombamentos por tipo de propriedade no correr deste período, mas considerando um recorte temporal que procurasse incorporar os movimentos mais importantes da história do país no período considerado.

Assim, foram considerados os seguintes períodos:

- De 1964 a 1981 referente ao período transcorrido entre o golpe militar e os primeiros momentos da abertura política;
- De 1982 a 1992: considerado como o tempo da mudança, compreendendo a eleição direta para governadores dos Estados, a campanha das Diretas Já, o processo de votação da nova Constituição, as eleições diretas para presidente da República, e o movimento popular que resultou no impeachment do presidente eleito, período que se caracterizou por sucessivas manifestações populares, especialmente no sentido de afirmação da cidadania;

- De 1993 a 2003: período que se sucedeu ao impeachment de Fernando Collor, o último grande ato público de cidadania de amplitude nacional que se verificou no país, e que se caracteriza pelo reforço das instituições democráticas.

TABELA 9 - BENS TOMBADOS POR TIPO DO PROPRIETÁRIO EM PERÍODOS SELECIONADOS

		Confissão Religiosa	Empresa Pública	Público	Privado	Total
Tipologia/Período						
1964-1981	quantidade	16	1	39	11	67
	% período	23,88	1,49	58,21	16,42	100,00
	% tipo	66,67	7,14	55,71	23,91	43,50
1981-1992	quantidade	5	4	13	31	53
	% período	9,43	7,55	24,53	58,49	100,00
	% tipo	20,83	28,57	18,57	67,39	34,42
1993-2003	quantidade	3	9	18	4	34
	% período	8,82	26,47	52,94	11,76	100,00
	% tipo	12,50	64,29	25,72	8,70	22,08
Total		24	14	70	46	154
Percentual		15,58	9,09	45,46	29,87	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

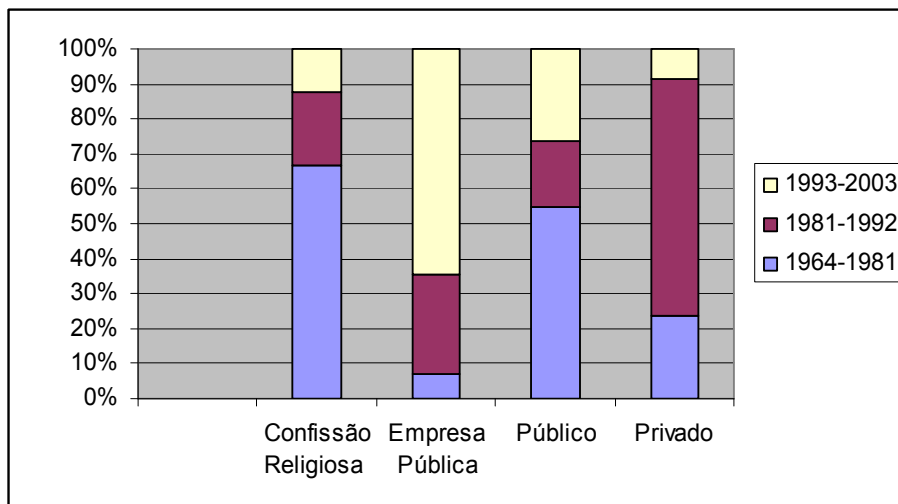
Observando a tabela 9 se percebe a nítida dominância dos tombamentos de bens privados no período compreendido entre 1981 e 1992, momento em que ocorreram 67,39% dos tombamentos de propriedade particular verificados nos 40 anos considerados.

Esta situação é muito mais evidente se considerarmos que neste mesmo intervalo tombou-se a Ilha do Superagui, com 32.000 ha., a Serra do Mar (386.000 ha.), o setor histórico da Lapa (com 232 propriedades), o setor histórico de Paranaguá, sendo, portanto, um período marcado pela intervenção bastante ampla do interesse público no domínio do privado.

A figura 18, que aponta o conjunto dos bens tombados por tipo de proprietário destacando, em cada um dos períodos, a percentagem dos bens daquela classe de

propriedade atingidos pelo tombamento, permite uma noção mais clara desse processo de concentração temporal.

FIGURA 18 – PERCENTUAL DE TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL POR TIPO DE PROPRIETÁRIO COM RELAÇÃO AO TOTAL DOS BENS TOMBADOS POR CLASSE DE PROPRIEDADE ENTRE 1964 E 2003



Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

Haverá que se estudar melhor esta questão, mas parece que, no momento da redemocratização do país, pelo menos no âmbito da administração pública paranaense, há um nítido movimento no sentido de avançar com o instituto do tombamento sobre os bens privados numa escala bastante significativa.

Podem-se aventar algumas explicações para esse processo, e que se ligam ao vínculo entre os governos militares e os interesses da elite, principalmente no que se refere à manutenção do *status quo* e, portanto, da quase intangibilidade da propriedade privada sobre o interesse público.

Quando de enfraquecimento do regime militar, as mudanças no Estado Brasileiro tem seu início nas administrações estaduais, já que foram esses as primeiras a serem eleitos diretamente, antecedendo a eleição direta para presidente em quase uma década.

Nesse sentido e na eleição de governos com bases populares mais amplas, com a decorrente modificação de expectativas e padrões de ação das respectivas agências públicas, que procurariam expressar na sua prática os anseios de democratização e de expressão dos interesses das maiorias, o que implicava na negação das práticas administrativas até então adotadas.

Por fim, no que concerne à distribuição temporal de tombamentos por tipo de proprietário, cabe explicar a concentração de tombamentos de bens pertencentes a empresas públicas que se verificou a partir de 2000, quando são tombados 9 dos 14 bens deste tipo atualmente protegidos.

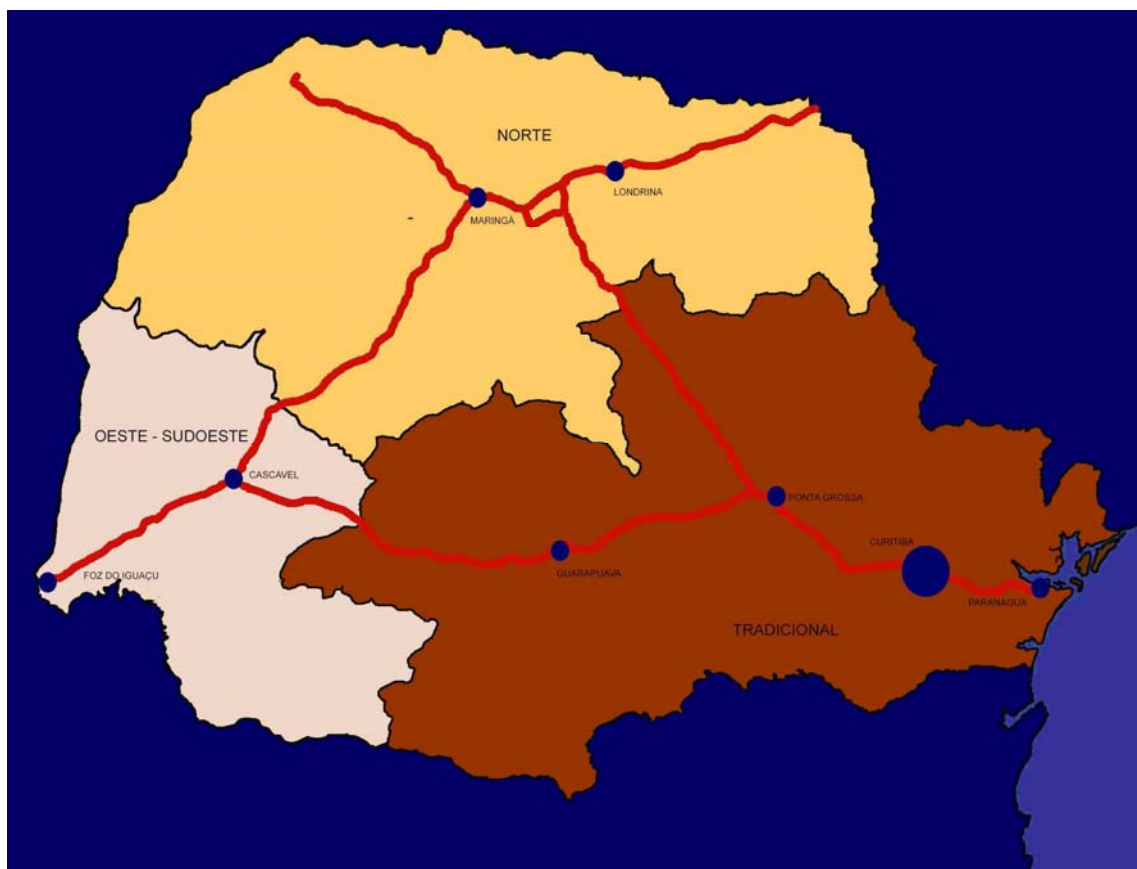
Estes nove bens são, na sua totalidade, estações ferroviárias, todas elas tombadas para fazer face ao processo de sucateamento dos bens imobiliários de propriedade da antiga Rede Ferroviária Federal S.A., que decorreu de sua privatização.

Outra forma de perceber o olhar que constituiu o patrimônio cultural e natural paranaense e sua forma de valorar é considerar a distribuição geográfica dos bens tombados.

A divisão geográfica que se levou adotou para tanto, levou em conta o processo de ocupação do território paranaense anteriormente descrito. Neste, pode-se ver o Estado como que dividido em cinco áreas: o Paraná Tradicional, o Norte Pioneiro, o Norte Novo, o e o Oeste-Sudoeste, como indicado no cartograma constante da figura 19.

Neste cartograma percebe-se que o que se designa como Paraná Tradicional compreende aquela porção do Estado que foi ocupada pelos ciclos da mineração, das tropas e da economia campeira, do mate e da madeira, num processo que se estendeu desde o momento da chegada dos primeiros europeus até as primeiras décadas do século XX.

FIGURA 19 - REGIÕES DE OCUPAÇÃO



Fonte: Elaboração do autor.

Já o que se chama de Norte Velho, inclui a parcela que foi ocupada nos momentos iniciais do avanço da frente cafeeira no Paraná, e compreende as regiões da divisa norte com São Paulo, incluindo os atuais municípios de Cornélio Procopio, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Ribeirão Claro, Carlópolis, entre outros. Essa região recebe a mesma designação na divisão por meso-regiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O que se designa Norte Novo inclui o que de acordo com as meso-regiões antes indicadas corresponde ao Norte Central, Centro Ocidental e Noroeste. Incluiu a parcela do território que foi ocupada de forma mais sistemática a partir dos meados dos anos 20 do século XX, quando a frente cafeeira se apoiou em projetos de colonização, principalmente na Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP.

Por fim o que se designou Oeste-Sudoeste corresponde à parte do Estado ocupada em decorrência da colônia militar de Foz de Iguaçu e da exploração do mate pela Companhia Mate Laranjeira. A partir dos anos 40 do século XX, foi ocupada com maior densidade e definitivamente, num processo em que foram dominantes os fluxos migratórios oriundos da colônia gaúcha.

Analisando a distribuição espacial dos tombamentos de Patrimônio Cultural e Natural do Paraná, percebe-se que se concentram, em espantosa maioria, na região designada de Paraná Tradicional, pois estes correspondem a 158 bens do total dos 176, perfazendo quase 90% dos mesmos, como se vê na tabela 10.

TABELA 10 – BENS TOMBADOS POR REGIÃO

REGIÃO	TOMBAMENTOS	PERCENTAGEM
Norte Novo	4	2,27
Norte Velho	12	6,82
Paraná Tradicional	159	90,34
Oeste-Sudoeste	1	0,57
TOTAL	176	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

O olhar que valora os bens de importância cultural para o Paraná, parece, assim, estar bastante voltado para um determinado segmento do território estadual, pouco vendo de relevante, para o conjunto dos paranaenses, nos suportes materiais das manifestações culturais ocorrentes em outras áreas Estado.

Esta constatação suscita a discussão sobre a compreensão do conjunto dos bens que compõem o patrimônio cultural e natural do Paraná, do ponto de vista simbólico e da sua vinculação a determinados contextos históricos e culturais.

Para tanto, e a partir dos apontamentos constantes dos respectivos Livros do Tombo e dos comentários a respeito das características e significados dos diversos bens tombados constantes do livro *Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná* (LYRA, 2006), procurou-se uma tipologia destes mesmos bens que traduzisse sua inserção.

Fazer tal esforço de contextualização implica, necessariamente, num grau de incerteza. Este não decorre apenas da constatação do período histórico em que o bem é construído, mas da constatação de como este se relacionou com os diversos contextos históricos pelos quais passou e, principalmente, de como o percebeu o olhar daquele que o considerou relevante.

Esta tentativa, aqui, tem um caráter mais ilustrativo e de contextualização, pois se tem ciência de que, para fazê-lo sistematicamente haveria que se aprofundar, com as técnicas adequadas, no conjunto discursivo que se construiu em torno da constituição destes bens em patrimônio cultural e natural.

Foram considerados para efeito desta tentativa os seguintes contextos: mate e madeira; tropeirismo e economia campeira; período colonial; período pré-colonial; imigração européia; expansão cafeeira; diversos do Paraná Tradicional – incluindo aí bens que estariam ligados a contextos diversos como, por exemplo, os setores históricos da Lapa e de Paranaguá –; urbanismo curitibano; centenário da emancipação do Paraná – considerando bens intencionalmente erigidos para tais comemorações –; arquitetura moderna; colonização do sudoeste; expansão territorial – designando o período em que intencionalmente a coroa portuguesa empreendeu esforços no sentido da expansão para o oeste; identidade curitibana; mineração; ocupação do litoral; regionalismo paranaense; resistência à ditadura militar; e território do Iguaçu; como constante na tabela 11.

Da observação dessa tabela, pode-se perceber que uma parcela ponderável do acervo de bens que compõem o patrimônio cultural e natural do Estado do Paraná encontram-se vinculados a contextos históricos e culturais que remetem ao que aqui se designa como Paraná Tradicional – 143 bens ou quase 87 % dos tombamentos ocorridos entre 1960 e 2005.

Desta forma se pode afirmar que o olhar que vê as coisas do Paraná como de importância cultural, as vê a partir de um ponto de vista que confere grande valor àquelas que se situam no Paraná Tradicional e que se vinculam aos processos históricos e culturais que estão ligados à sua formação.

TABELA 11 – BENS TOMBADOS POR CONTEXTO HISTÓRICO – CULTURAL

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL	TOMBAMENTOS	PERCENTAGEM
Mate e Madeira	54	32,73
Economia Campeira e Tropeirismo	21	12,73
Período Colonial	21	12,73
Imigração Européia	19	11,52
Expansão Cafeeira	12	7,27
Diversos do Paraná Tradicional	9	5,45
Urbanismo Curitibano	8	4,85
Centenário da Emancipação	4	2,42
Arquitetura Moderna	3	1,82
Sem Classificação	3	1,82
Colonização do Sudoeste	2	1,21
Expansão Territorial	2	1,21
Identidade Curitibana	1	0,61
Mineração	1	0,61
Ocupação Litoral	1	0,61
Período Pré-colonial	1	0,61
Regionalismo Paranaense	1	0,61
Resistência à Ditadura Militar	1	0,61
Território do Iguaçu	1	0,61
TOTAL	165	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

Também se empreendeu uma análise do conjunto dos bens tombados levando em conta o contexto funcional destes mesmos bens na época do tombamento. Esta análise deu origem à tabela 12.

Nessa consideração, o que se destaca é de que os patrimônios culturais e naturais foram constituídos a partir de um olhar que privilegia, predominantemente, em termos quantitativos, as expressões materiais do poder, quer o econômico, quer o religioso, quer o governamental. Pois 86 deles – 52,25 % do total – estão referenciados a bens que guardam vinculações desta natureza. São prédios públicos, mansões, instituições de ensino, instalações religiosas e imaginária associada bem como instalações militares.

TABELA 12 – BENS TOMBADOS ENTRE 1960 E 2005 DE ACORDO COM O CONTEXTO FUNCIONAL QUANDO DO TOMBAMENTO

CONTEXTO FUNCIONAL	TOMBAMENTOS	PERCENTUAL
Culto Religioso	21	12,73
Residência Urbana	20	12,12
Residência Mansão	16	9,70
Infraestrutura de Transportes	16	9,70
Administração Pública	13	7,88
Ensino Público	12	7,27
Obra de Arte	8	4,85
Elemento Paisagístico	7	4,24
Paisagem Natural Notável	6	3,64
Instalação Cultural	6	3,64
Residência Rural	5	3,03
Lazer Público	4	2,42
Urbanismo	4	2,42
Infraestrutura Sanitária	4	2,42
Paisagismo Urbano	3	1,82
Hotel	3	1,82
Instalação Industrial	3	1,82
Acervo Museográfico	2	1,21
Residência e Comércio	2	1,21
Paisagem Agenciada	2	1,21
Comércio	2	1,21
Manuscritos	1	0,61
Arquitetura Rural	1	0,61
Instalação Militar	1	0,61
Jazigo	1	0,61
Hospital	1	0,61
Sítio Arqueológico	1	0,61
TOTAL	165	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base nos Livros do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, (PARANÁ, 1966), II Histórico (PARANÁ, 1962) e III das Belas Artes (PARANÁ, 1973), da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural.

A apreciação das informações acima aponta para o fato de que o patrimônio cultural paranaense é regionalmente concentrado, e centra-se numa visão da história e da cultura paranaenses que concede destaque determinado período e determinado segmento de seu território.

Também sugere que este patrimônio cultural e natural é constituído, fundamentalmente, a partir de uma visão que privilegia patrimônio edificado sobre todos os demais suportes materiais das manifestações da cultura.

Por outro lado percebe-se, numa apreciação ainda preliminar e que merece uma investigação mais detida, que os objetos protegidos constituem-se, no mor das vezes, em materializações de aspectos vinculados aos sistemas de controle social.

Por fim, mesmo que a título especulativo, quando se considera o rol das coisas tombadas no Paraná, pode-se formular uma pergunta: O que falta, neste conjunto?

É evidente que uma pergunta desta natureza não possui resposta isenta. Aquele que se propõe a respondê-la certamente estará exposto ao viés de seu próprio olhar, da sua noção da história e da cultura, da sua peculiar memória e daquilo que, por se sentir incluso ou não incluso em determinados aspectos da vida e da sociedade, identifica como semelhante ou contido no seu universo vivencial e intelectual.

Mas mesmo com estes riscos vale a pena se colocar em face desta questão, até para avivar o espírito crítico com relação ao que foi feito e procurar delinear, mesmo que de forma não muito sistemática, um novo que fazer que se apóie em um cenário de maiores possibilidades.

De pronto pode-se dizer que há pouca preocupação com a memória, no que ela tem de expressão não material, isto é no que se refere aos relatos sobre os modos de vida, aos saberes, práticas, reminiscências daqueles que viveram os momentos mais recentes da história paranaense. E isso é importante, porque grande parte disto que se designa Paraná, é de ocupação recente, processos que, como se viu, em grande parte do território tem pouco mais que um século.

Pouco se tem levantado a respeito do modo de vida dos colonos que ocuparam as terras do norte, do noroeste, do sudoeste e do oeste do Estado, o que faziam, como faziam, quais seus interesses, o que sabiam do meio em que se fixaram, como se relacionavam com a natureza local, o que trouxeram na sua bagagem de crenças, de saberes, de lembranças - isto para apontar alguns aspectos, dentre um conjunto muito amplo de coisas que poderiam ocupar um

trabalho de memória e identidade sistemático a respeito da ocupação recente do Paraná.

Por outro lado no que se refere aos suportes materiais da cultura, percebe-se que não há uma preocupação com as artes. No Livro do Tombo das Belas Artes consta apenas alguma pouca santaria dos séculos XVII e XVIII.

É certo, não houve grande riqueza por aqui no período colonial. Mas a escassez de bens protegidos também demonstra uma peculiar compreensão do que é histórico e do que seja valor artístico. Outrossim, literalmente não consideram as demais expressões das artes paranaenses, que, mesmo quase todas do século XX, vinculam-se a uma história que é de todos, são representativas da vida nessa terra e possuem qualidade.

Ademais no que diz respeito às artes aplicadas, numa terra que, talvez singularmente com relação a outros recantos deste país, concentrou artífices oriundos de muitas partes deste país e do mundo, com uma curiosa, peculiar e diversificada expressão produtiva, nada se registra como digno de preservar.

Também quando se vê as referências materiais aos diversos contextos históricos e culturais típicos da formação da sociedade paranaense, percebe-se um olhar que seleciona, e ao selecionar, omite aspectos importantes.

Faltam diversas referências. A primeira, que mais se destaca, refere-se ao café, força que construiu econômica e politicamente o Paraná contemporâneo: não há uma fazenda, uma máquina de café, um patrimônio rural, um setor urbano das cidades do norte e do noroeste que seja referência a este período e que esteja protegido pelo Estado.

É certo que existem edificações de arquitetura modernista que estão ligadas ao contexto da expansão cafeeira, mas que são protegidas não como referência a este período e aos modos de vida a ele associados, mas por serem de arquitetura notável ou de autor notável.

Sobre a industrialização no Paraná, pouco se tem levantado, quase nada protegido. Isto, embora sugira um período quase atual, pode remeter a momentos distintos da história estadual, alguns não tão recentes.

Um exemplo seria a interessante tentativa, que aqui se verificou no correr dos anos 60, de repetir, em escala estadual, o processo de substituição de importações do pós-guerra, e que implicou na construção de diversas pequenas unidades fabris voltadas ao mercado regional.

Também quando se analisam os períodos do mate e da madeira, nota-se a ausência de uma visão de patrimônio que se volte à proteção de instalações produtivas.

Há apenas um pequeno moinho de mate tombado e adquirido pelo Estado. É uma instalação que certamente não representa o período mais pujante desta atividade no Paraná. Nada se protegeu dos bens da economia ervateira na região oeste, com sua peculiar forma de exploração por monopólio estrangeiro. .

Com relação às imensas serrarias que desdobraram em tábuas os muitos milhares de hectares de florestas que cobriam o território paranaense, bem como as fábricas de pasta mecânica e as primeiras indústrias papeleras aqui instaladas, há pouca documentação e nenhum testemunho material protegido.

Enfim, parece faltar um esforço sistemático no sentido de produzir uma análise crítica do que está por ser considerado no rol das coisas que constituem o patrimônio cultural e natural dos paranaenses.

Isto requer a constituição de um ponto de vista mais abrangente, que considere as diversas regiões, as diversas origens culturais, os diversos segmentos e classes da sociedade, bem como que procure mecanismos de maior amplitude no processo decisório que seleciona o que deve e o que não deve ser protegido.

3.3.3 O Patrimônio Cultural Natural do Paraná

É neste cenário fortemente marcado por uma visão regionalista do que é singular na produção cultural, na história e na paisagem paranaenses que veio se constituindo, desde os anos 60 o conjunto de aspectos da natureza – paisagens notáveis, objetos singulares e paisagens agenciadas – que hoje compõem o patrimônio cultural e natural do Paraná.

Na tentativa de delinear o contexto em que se desenvolveu o tombamento da Serra do Mar, buscou-se inicialmente perceber como essa coleção se desenvolveu

no aparato estadual de proteção ao patrimônio, procurando as peculiaridades desse processo.

Para tanto se considerou o período compreendido entre 1949 e 1986, isto é entre o momento em que foi criada a instituição estadual de proteção ao patrimônio cultural e o do tombamento.

Percebe-se que nos primeiros momentos de operação do sistema governamental de proteção ao patrimônio, havia uma preocupação evidente e bem fundada com o patrimônio natural do Paraná.

Exemplo disso é o fato de que, já na primeira reunião do CCDPHAC, ocorrida no dia 11 de agosto de 1949, o conselheiro Dr. José Loureiro Fernandes, representante do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, solicitou que o conselho fizesse “um pedido de informações ao Departamento de Terras e Colonização, sobre medidas já existentes relativamente à formação das paisagens e conservação das paisagens naturais características do Estado” (PARANÁ 1949-1981, p. 3A).

Estas preocupações à época eram tão freqüentes que deram origem inclusive a um posicionamento do Conselho Consultivo, em 21 de junho de 1951, em memorial dirigido ao governador do Estado, a respeito da designação cultural atribuída à da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

Este, elaborado pelo mesmo conselheiro José Loureiro Fernandes, repudiava a redundância do termo, quando apostado às expressões histórico e artístico e defendia a necessidade de substituí-la pela expressão natural.

Nesta argumentação, José Loureiro Fernandes, figura proeminente na política e na cultura de então, afirmava textualmente que no projeto da Constituição Estadual de 1947, encontrava-se originalmente a expressão Patrimônio Histórico, Artístico e Natural, tendo sido a introdução da expressão cultural um equívoco.

Narrava que, de fato, o Museu Paranaense, após consulta ao Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, formulou uma proposta à Constituinte Estadual a respeito da proteção do patrimônio histórico, artístico e natural, proposta esta que teria sido feita “[...] por se conhecer da dificuldade em que se encontrava o Departamento de Terras para assegurar sua preservação” (PARANÁ 1949-1981, p. 18A).

Apresentava também uma concepção clara de patrimônio natural e assinalava a necessidade de que, no futuro, se viesse a corrigir o equívoco; como se vê:

O domínio da natureza, pelo contrário, imensamente vasto, é um Patrimônio em relação ao qual a cultura se manifesta interpretando seus principais facies peculiares, preservando-se de mutação e da própria destruição em função de meros interesses econômicos. O Paraná a esse respeito é uma região geográfica privilegiada, as paisagens naturais, as quedas d'água, belas formações geológicas constituem no domínio natural, uma larga esfera de ação para um serviço de preservação da natureza, motivo pelo qual não se compreende que no texto constitucional tenha sido excluída essa esfera de ação do órgão recém criado. Merece, pois, a ponderação do Conselho a propósito da denominação, toda a atenção, pois em futura revisão constitucional cumpre seja sanado o lapso dos legisladores (PARANÁ 1949-1981, p. 15B à 16B).

O que chama a atenção nas discussões do CCDPHAC é a clareza com que se explora o tema dos patrimônios culturais naturais, tomado como responsabilidade do órgão que se ocupa dos patrimônios culturais em geral, como coloca as paisagens como produto da cultura, bem como o reconhecimento de que o organismo encarregado de titulação de terras e colonização teria dificuldades de prover a proteção destes patrimônios.

Nesse sentido o patrimônio cultural natural paranaense, em seu nascedouro, parece surgir num cenário em que há uma clara preocupação como os aspectos da natureza e a necessidade de protegê-los da sistemática destruição a que estavam submetidos.

Uma situação, aliás, em tudo distinta da que se verificou em âmbito nacional, onde a discussão sobre a proteção dos bens naturais, além de uma primeira manifestação de intenções registrada no ano da criação do SPHAN, só veio a se concretizar dezenas de anos depois.

Apesar de uma concepção clara a respeito da importância dos mesmos, já no início dos trabalhos percebem-se as limitações no que concerne à consecução deste objetivo.

Esse mesmo memorial refere-se à destruição do patrimônio natural e dos sambaquis, ponderando sobre a falta de utilidade do Conselho Consultivo, aparentemente relegado a um plano inferior nas decisões estaduais quando se contrapunha a proteção aos interesses econômicos. Veja-se:

No ano de 1950 e no primeiro semestre do corrente, tornou-se bem patente a inutilidade de um Conselho Consultivo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural. Particularmente no que diz respeito às previstas reservas naturais, cometeu-se tendo em mira puros interesses econômicos, danos irreparáveis, antes do Conselho ter conhecimento ou

poder tomar qualquer medida protetiva. Na defesa de tão precioso patrimônio da Nação a única garantia é a eterna vigilância por meio de serviços devidamente organizados (PARANÁ 1949-1981, p. 19 A e B).

Embora houvesse no âmbito dos intelectuais e especialistas uma noção clara daquilo que deveria ser considerado patrimônio cultural natural, bem como da importância de sua proteção no contexto paranaense, já naquela época se percebia a voracidade do sistema produtivo por recursos naturais e o descompasso entre as forças que se voltavam à sua proteção *vis a vis* àquelas que pretendiam sua destruição.

Aliás, a se considerar os apontamentos constantes dos Livros de Atas de ambos os Conselhos, o CCDPHAC e o CEPHA, a trajetória da questão dos patrimônios culturais naturais – compreendidas as paisagens notáveis e as vinculadas a sítios arqueológicos – nas três primeiras décadas desde a criação do Instituto parece ter sido uma seqüência de lutas mal sucedidas.

Estas denúncias eram constantes no correr das reuniões realizadas nas décadas de 50 e 60. Envolvem as constatações de que os sambaquis e paisagens do entorno são sistematicamente destruídos, de que as ruínas das reduções jesuíticas e as reservas florestais a elas associadas estão sendo indevidamente ocupadas por atividades agrícolas, em ambos os casos, inclusive com o beneplácito de organismos da administração estadual e municipal (PARANÁ 1949-1981), (PARANÁ, 1981-1986).

Mais à frente, em 1975, também por motivos econômicos, se registram conflitos entre o Conselho e a administração superior do Estado, especialmente da Secretaria da Educação e Cultura, especialmente no caso das árvores e dos portões da antiga mansão dos Fontana, cujo tombamento foi realizado pela DPHACP e cancelado, por determinação governamental, pelo secretário da pasta sem consulta prévia ao Conselho, tendo este se manifestado contrariamente ao ato (PARANÁ 1949-1981, p.82B, 83A, 83B).

No que concerne à concepção de patrimônio, verifica-se também, a partir de 1963, indícios de uma alteração na postura dos organismos voltados à proteção do patrimônio, que passam a se ocupar com mais frequência do patrimônio edificado, relegando a uma posição de menor importância os naturais.

Estabeleceu-se inclusive, no âmbito do CCDPHAC, na reunião de 3 de junho de 1963, uma polêmica entre o conselheiro José Loureiro Fernandes e o conselheiro Fernando Corrêa de Oliveira. O primeiro afirmava a importância da proteção à paisagens naturais como “elemento cultural” e o segundo remetia o tema ao Departamento de Cartografia Terras e Colonização onde haveria um Conselho de Defesa do Patrimônio Natural (PARANÁ 1949-1981, p. 38B, 39A).

O mesmo José Loureiro Fernandes, apontava para o fato de que a questão era objeto de polêmica no âmbito do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, no qual estariam em divergência as duas opiniões.

Também registrava que a visão do Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná – CDPNP, era voltada aos aspectos técnicos e econômicos¹⁵⁷, sendo sua atribuição a respeito das paisagens, uma inclusão feita pela Assembléia Legislativa, pois não constava da mensagem original do governo (PARANÁ 1949-1981, p. 38B, 39A).

Nesse período, a proteção dos patrimônios culturais naturais parece esbarrar não apenas nos interesses econômicos e políticos, mas também na concepção dominante de patrimônio promovida pelo DPHAN.

Abordando a questão do ponto de vista da análise do rol dos bens que constituem o patrimônio cultural natural do Paraná, procurou-se inicialmente levantar e classificar o conjunto dos bens tombados no Livro do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (PARANÁ, 1966), como constante da tabela 13.

A classificação utilizada na composição desta tabela 13 considerou como:

- Paisagem Urbana: as paisagens em que os elementos dominantes, os que lhes conferem sentido e integridade, são edificações, traçados e outros aspectos do urbanismo;
- Paisagem Agenciada: inclui diferentes graus de intervenção na paisagem, mas sinteticamente procura englobar os tombamentos paisagísticos em que há uma clara relação entre os elementos construídos e a paisagem

¹⁵⁷ Esta interpretação, aliás, pode ser comprovada pelas publicações do dito Conselho de Defesa do Patrimônio Natural, que se ocupavam, na realidade, do levantamento da base de recursos naturais das diversas regiões do Paraná, para exemplificar veja-se a publicação *Primeira expedição científica à Serra de Paranapiacaba e Alto Ribeira* (PARANÁ, 1956).

natural ou o paisagismo, sendo que esta interação que confere integridade ao conjunto;

- Paisagem Arqueológica: segmentos de paisagem natural, que independentemente da importância cênica, foram tombados para proteger sítios arqueológicos;
- Paisagem Natural Notável: elementos ímpares da paisagem ou segmentos considerados notáveis em âmbito estadual;
- Objeto Natural Notável: elemento isolado considerado de feição notável.

Do conjunto destes 21 tombamentos, e levando em conta as categorias acima estabelecidas, 18 poderão ser considerados como patrimônio cultural natural - aqueles correspondentes às paisagens naturais notáveis, aos objetos naturais notáveis, as paisagens agenciadas e as paisagens arqueológicas.

Tomou-se esse critério no caso das paisagens agenciadas pela ligação indissolúvel que há, na sua constituição material, entre os elementos da natureza e os elementos construídos, mesmo nos casos em que estas paisagens compõem elementos do urbanismo, como no caso das praças.

Uma única praça, embora considerada paisagem agenciada, não foi incluída no que aqui se considerou patrimônio cultural natural. É a praça Rocha Pombo, em Londrina, cujo tombamento, como se lê no respectivo apontamento no Livro do Tombo correspondente (Paraná, 1966), deu-se para garantir as condições de visibilidade da Estação Rodoviária de Londrina, bem tombado por sua arquitetura notável.

Já no caso das paisagens arqueológicas, especificamente os sambaquis do Guaraguaçu, eles também tem este aspecto duplo. São obra do homem, mas sua integridade física e sua percepção, enquanto objeto material, dependem intrinsecamente da paisagem do entorno, tombada para sua proteção.

TABELA 13 - TOMBAMENTOS ARQUEOLÓGICOS, ETNOGRÁFICOS E PAISAGÍSTICOS NO PARANÁ

BEM TOMBADO	DATA	TIPO
Parque Estadual de Vila Velha	18/01/1966	Paisagem Natural Notável
Praça João Cândido	26/01/1966	Paisagem Urbana
Orla Marítima de Matinhos	15/02/1970	Paisagem Agenciada
Ilha do Superagui	10/07/1970 (*)	Paisagem Natural Notável
Paisagem urbana da Rua XV	11/03/1974	Paisagem Urbana
Angico Branco	10/09/1974	Objeto Natural Notável
Corticeira	10/09/1974	Objeto Natural Notável
Paineira	10/09/1974	Objeto Natural Notável
Tipuana	10/09/1974	Objeto Natural Notável
Praça Rocha Pombo	08/12/1974	Paisagem Agenciada
Ilha do Mel	16/05/1975	Paisagem Natural Notável
4 Tipuanas	04/01/1977	Objeto Natural Notável
Capão da Imbuia	08/04/1983	Paisagem Natural Notável
Serra do Mar	13/08/1986	Paisagem Natural Notável
Praça Eufrásio Correa	26/08/1986	Paisagem Agenciada
Gruta de Lancinha	22/09/1988	Paisagem Natural Notável
Carvalho do UBENAU	24/01/1990	Objeto Natural Notável
Ceboleira	24/01/1990	Objeto Natural Notável
Parque Estadual Papa João Paulo II	04/09/1990	Paisagem Agenciada
Sambaqui A e B do Guaraguaçu	26/11/1992	Paisagem Arqueológica
Passeio Público	08/11/1999	Paisagem Agenciada

Fonte: Elaboração do autor com base no Livro do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural (PARANÁ, 1966).

(*) O Tombamento da Ilha do Superagui foi realizado pela primeira vez em 1970 mas, posteriormente, veio a ser suspenso em virtude de falha no seu processo administrativo – ausência de notificação aos proprietários – gerando pendências jurídico-administrativas que lhe conferiam uma característica quase simbólica e determinaram com que fosse refeito em 1985, data a partir da qual passou a surtir os decorrentes efeitos legais.

A composição do patrimônio cultural natural paranaense por tipo de bem se encontra sistematizada na tabela 14. Nela é possível se perceber uma pequena dominância do que se chamou, na falta de melhor designação, objeto natural notável, que representam 38,89% dos bens; logo seguidos das paisagens naturais notáveis que são 33,33% dos bens e das paisagens agenciadas, 22,22%. A única paisagem arqueológica que se tombou no Paraná, corresponde a 5,56 % dos tombamentos de patrimônio natural.

TABELA 14 – PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO PARANÁ POR TIPO

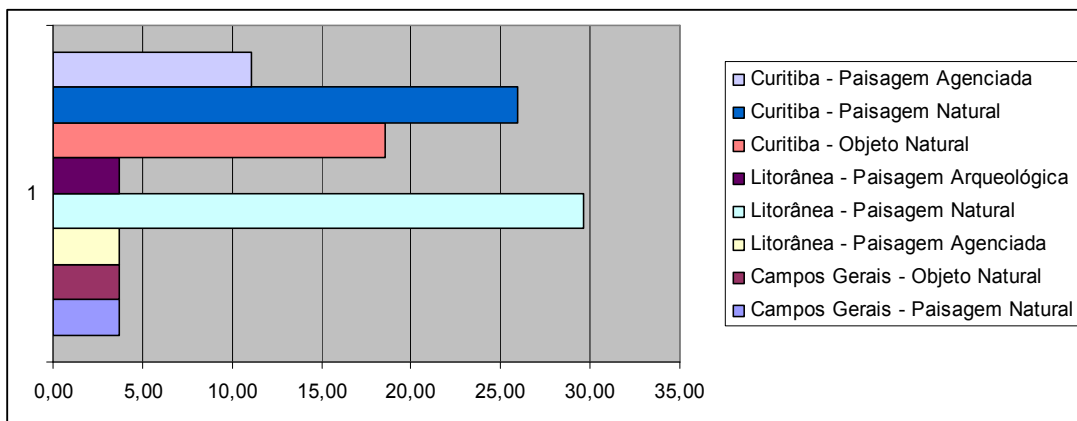
TIPOLOGIA	QUANTIDADE	PERCENTAGEM
Objeto Natural Notável	7	38,89
Paisagem Agenciada	4	22,22
Paisagem Arqueológica	1	5,56
Paisagem Natural Notável	6	33,33
TOTAL	18	100,00

Fonte: Elaboração do autor com base no Livro do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural (PARANÁ, 1966).

Ao se considerar a distribuição geográfica dos bens tombados por tipo, percebe-se, inicialmente, que a totalidade do patrimônio cultural natural do estado concentra-se no espaço geográfico que se designou de Paraná Tradicional.

Analisando a distribuição desses bens dentro desta região, recortando-a por sub-região de acordo com os municípios em que se encontram bens tombados – aqui há que se ter presente que o tombamento da Serra do Mar abrange onze municípios – em Região Metropolitana de Curitiba, Litorânea e Campos Gerais, tem-se a distribuição que se vê na figura 20.

FIGURA 20 – CONCENTRAÇÃO DOS TOMBAMENTOS DE PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL POR SUB-REGIÃO



Fonte: Elaboração do autor com base no Livro do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural (PARANÁ, 1966).

Nota-se na figura 20 que, na distribuição espacial do tombamento de patrimônios culturais naturais do Paraná, se percebe, além de um olhar que privilegia as paisagens do Paraná Tradicional, uma visão de paisagem natural que valoriza a regiões Litorânea e Metropolitana de Curitiba, bem como que vê como importantes de serem protegidas as árvores – objetos naturais notáveis – da cidade de Curitiba.

No que diz respeito ao momento em que se sucederam os diversos tombamentos de patrimônio cultural natural no Paraná, vê-se na tabela 15, que a partir dos anos 1970 eles passam a se distribuir de maneira relativamente uniforme em seu conjunto.

Todavia quando se leva em conta as diversas categorias de patrimônio cultural e natural consideradas, algumas concentrações chamam a atenção, especialmente a de objetos naturais notáveis nos anos 1970 – 71,43% deles ocorridos neste período – e a de paisagens naturais notáveis nos anos 1980 – 66,66% do total de tombamentos neste intervalo.

TABELA 15 – PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO PARANÁ DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DOS TOMBAMENTOS POR TIPO

INTERVALOS		Paisagem Natural Notável	Objeto Natural Notável	Paisagem Agenciada	Paisagem Arqueológica	TOTAL
1953/1960	quantidade					
	%					
1960/1970	quantidade	1				1
	%	16,67				5,56
1970/1980	quantidade	1	5	1		7
	%	16,67	71,43	25,00		38,88
1980/1990	quantidade	4		1		5
	%	66,66		25,00		27,78
1990/2000	quantidade		2	2	1	5
	%		28,57	50,00	100,00	27,78
TOTAL	quantidade	6	7	4	1	18

Fonte: Elaboração do autor com base no Livro do Tombo I Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural (PARANÁ, 1966).

Como se viu a concentração das iniciativas de proteção a objetos naturais notáveis que ocorreu nos anos 1970, valoriza algumas árvores de Curitiba.

Isto suscita uma série de interrogações, pois essas estão especificamente vinculadas aos interesses de uma determinada comunidade. Existirão, pelo Paraná afora, árvores em cidades que seriam suscetíveis de iniciativas semelhantes.

Basta lembrar, por exemplo, o conjunto da arborização de Maringá ou, como exemplar específico, a figueira branca que por longo tempo, na praça da matriz, foi o testemunho da fertilidade de Londrina ou, ainda, os muitos e magníficos pinheiros – o símbolo do Paraná – que por estas terras ainda existem.

Ao se buscar os motivos dessa concentração geográfica e temporal de tombamentos de espécimes arbóreos, aventou-se de início a proximidade física entre os encarregados da discriminação dos bens a serem protegidos e estes objetos específicos, o que permitiria uma melhor percepção de sua importância e maior acessibilidade aos interesses comunitários que se articularam para sua proteção.

Aliás, é isto que sugere a publicação que discrimina as árvores protegidas pelo Estado do Paraná (PARANÁ, 1992, p.5) que afirma que tais árvores foram tombadas, na sua maioria, “por solicitação da comunidade que tem consciência da importância delas e do seu valor no contexto histórico, sociológico e ambiental”.

Outro aspecto que poderia justificar este fato parece ser uma intenção educativa, na suposição de que a proteção destas árvores visaria a “sensibilização do homem em relação à preservação ambiental, no sentido de conscientizá-lo da importância de proteger áreas verdes” (PARANÁ, 1992, p.4).

A outra singularidade destacada, qual seja a concentração de tombamentos de patrimônio natural nos anos 1980 – incluíram o Capão da Imbuia, a Ilha do Superagui, a gruta de Lancinhas e a Serra do Mar.

Ademais, chama a atenção que, tirante o tombamento do Capão da Imbuia, um bem público, os demais estavam referidos a áreas amplas, com conflitos de interesses, exigindo um contexto político específico, o que parece apontar este período como o momento de maior vitalidade das iniciativas de proteção ao patrimônio cultural natural no Paraná.

Esta constatação, aliás, também aponta, como já se comentou anteriormente, para um contexto político específico, o da redemocratização, momento em que, aparentemente, a administração pública esteve mais aberta para se posicionar de maneira mais autônoma face aos interesses privados.

Essa autonomia significou uma postura que privilegiava o interesse coletivo – difuso e sem uma maior articulação, como se viu inclusive nas mudanças constitucionais que se verificaram no país – levando em conta uma concepção de bem comum que privilegiava temas amplos como, por exemplo, a proteção ao meio ambiente, a defesa da cidadania, a questão fundiária, entre outros.

Nesta apreciação do patrimônio cultural natural do Estado do Paraná, viu-se, até o momento, o que foi considerado, dentre os diversos aspectos da natureza, relevante e, portanto digno de proteção, estudando então sua distribuição por tipo, no tempo e no espaço.

Subjacente a esta maneira de considerar os patrimônios culturais naturais, que consiste sumariamente em vê-los como estão agora constituídos, há pelo menos mais duas outras formas de estudá-los.

De um lado cabe levar em conta o discurso que se construiu justificando a relevância destes diversos objetos, principalmente levando em conta as noções de natureza que subjacentes a estas justificativas, o que de certa forma sugere o modo como se vê.

De outro, é interessante aventar aquilo que, dentre as diversas categorias que compõe este rol, pode, considerados critérios similares de inclusão, ser incluído na lista dos patrimônios culturais e naturais e não o foi.

Isto porque ao conferir relevo a alguns aspectos da natureza, o processo de constituição de patrimônios culturais naturais vela outros, que não são vistos, que permanecem ocultos, embora sejam parte do ambiente e componham o cotidiano da vida desta sociedade.

Por exemplo, no que se refere às noções de natureza que se associam aos discursos que justificam os tombamentos de patrimônios culturais naturais, nota-se que quando se considera os tombamentos individuais de árvores, o motivo dominante – cinco dos sete casos –, para o tombamento diz respeito à “feição notável com que foram dotadas pela natureza”.

Essa forma de perceber os fenômenos da natureza, como que atribui intencionalidade aos seus processos, sugerindo que ela, a natureza, concede a uma parcela deles atributos que determinam suas feições e que os fazem mais ou menos notáveis que os demais da mesma espécie, negando a outros o mesmo tratamento.

Essa maneira de perceber sugere uma projeção que atribui à natureza a atitude judicativa que é humana e cultural – na medida que os valores correspondem determinada sociedade – como que extraíndo dela os motivos que determinam o que é belo ou não, o que é digno de ser percebido ou não.

É uma manifestação ética que busca sua fundamentação na natureza, que concedeu atributos desejáveis a algo, que portanto deve ser protegido. Uma forma que se aproxima muito do que se designou de *falácia informal*, quando da discussão dos valores atribuídos aos patrimônios culturais naturais.

Outro aspecto que chama a atenção no discurso em prol da proteção dos espécimes de árvores tombados como patrimônio cultural natural do Paraná, é a noção de que no Paraná houve “um passado rico de floresta e de equilíbrio ecológico” (PARANÁ, 1992, p.4), ou seja, de que um dia houve uma natureza não perturbada pelo homem, onde havia equilíbrio.

Com relação ao que omite o rol dos bens tombados como patrimônio cultural natural do Paraná, o do conjunto de bens naturais, que constituem paisagens notáveis ou que se vinculam a fatos de importância histórica, ou ainda aos quais se dá relevância simbólica que não constam desta lista é de tal ordem que fica até difícil mencioná-lo.

De pronto, levando em conta critérios de natureza fisiográfica, quase nada se tem que caracterize os ambientes dos planaltos interiores. No segundo planalto ainda há Vila Velha, paisagem incontestemente singular, mas no terceiro nenhum ambiente é protegido.

Não há no segundo planalto, um testemunho protegido dos campos gerais, paisagem fundamental na constituição histórica e cultural do que hoje se designa Paraná. Tampouco nada se tombou da encosta do devoniano, área de transição entre o primeiro e o segundo planalto, nem de suas cavernas.

Nem da transição do segundo para o terceiro planalto, onde está a Serra da Esperança, cuja beleza, como se comentou anteriormente, suscitou manifestações de paranaenses e estrangeiros já no século XIX.

Tampouco, tirante a floresta atlântica associada aos bens naturais do litoral, nada se protegeu das matas características do Estado. Foram essas matas que abrigavam a erva mate, que permitiu a acumulação de bens que está na origem de cidades importantes, como Curitiba, a capital. Essas florestas com araucárias – Floresta Ombrófila Mista, cuja importância simbólica para o Paraná e a sua gente é tão evidente, que é quase desnecessário frisa-la, ou as Florestas Estacionais Semidecíduais características do norte, noroeste e sudoeste.

Dos rios, uma das características singulares desta terra, bem drenada e de muitas quedas d'água, e que constituem uma das riquezas naturais mais exploradas no Paraná contemporaneamente, também nada se tem anotado como paisagem singular, relevante, ou associada a momentos importantes da história do Paraná, ou de importância cultural para a sua população.

Quando se busca os motivos que levaram à constituição de um olhar tão específico sobre a natureza paranaense e sua interseção com a cultura e a história de sua gente, não se encontra uma orientação específica de política cultural que o explique.

Essas manifestações, sempre são colocadas em termos muito genéricos, e tendentes a reafirmar o que fazer institucional do organismo de proteção patrimonial,

Nos pronunciamentos do CCDPHAC e do CEPHA, encontram-se menções à necessidade de proteger as reservas florestais associadas às antigas missões jesuítas e também a proteger remanescentes da cobertura florestal do norte do Paraná, mediante tombamento da mata do Godoy, mas estas manifestações ficaram no plano das intenções.

Constata-se o fato e, para explicá-lo, aventa-se a hipótese preliminar de que esse olhar constituiu-se a partir do Paraná Tradicional e com o fito de instituí-lo como região social e politicamente dominante no contexto estadual entre os anos 1950 e 1970.

Foi um olhar que se construiu a partir de sua elite – predominantemente ervateira, campeira e voltada aos negócios de terras – formado na sua universidade,

num aparato de Estado por ela construído e dirigido, e que atendida à necessidade de constituição de uma “cultura oficial” e de uma “paisagem oficial” como instrumento de afirmação de seu poder sobre o Estado e o conjunto da sociedade.

Caberá a outro estudo esta discussão, pois não é essa a finalidade do presente, mas cabe lembrar que isso era percebido como necessário, no início dos anos 50, quando se institui o patrimônio cultural natural do Paraná, pois à época o centro de poder econômico se deslocava fortemente das regiões voltadas à produção tradicional do mate e da madeira para o norte do Estado.

Que as elites do sul viam o estado dividido e com isso se preocupavam encontra-se evidência, por exemplo, em Temístocles Linhares (1985), que se pronuncia sobre o tema da divisão do Paraná¹⁵⁸ e que comenta as iniciativas do governo no sentido de ocupar o espaço se fazendo presente nas regiões recém ocupadas.

A vinculação dessas preocupações com a instituição do patrimônio cultural natural no Paraná estão sugeridas por autores como Márcia Kersten (2000). Não se encontra, todavia, prova documental de uma orientação de política cultural que signifique privilégio às paisagens e bens naturais do Paraná Tradicional; o que, aliás, parece razoável, pois intenções como essa raramente são explicitadas e as vezes sequer se configuram como decisões conscientes.

Mas os fatos, os bens tombados como patrimônio cultural natural e sua distribuição dentro do território paranaense sugerem fortemente que a explicação aventada possa estar ancorada na realidade e convidam a uma pesquisa mais detida sobre o tema.

3.4 Sobre a Possibilidade de um Patrimônio Cultural Natural Brasileiro

Para concluir esta digressão sobre a questão do patrimônio cultural natural no Brasil e no Paraná que se fez no presente capítulo cabe destacar uma aparente

¹⁵⁸ Era uma divisão que do ponto de vista econômico e da movimentação de cargas e pessoas se verificou até os fins dos anos 1970 e início dos 1980, estudos de fluxos de passageiros e ligações telefônicas realizados pela Secretaria de Estado do Planejamento apontam para este fato – Política de Desenvolvimento Urbano (PARANÁ, 1973) e Diretrizes de Desenvolvimento Urbano (PARANÁ, 1979).

ausência de sintonia entre a composição dos patrimônios culturais naturais dos Estados e aquele dito nacional.

Há como, se apontou anteriormente, uma tendência no patrimônio cultural estabelecido em âmbito nacional a proteger predominantemente a obra arquitetônica ou urbanística bem como a considerar a natureza como que uma moldura da paisagem construída pelo homem, mais frequentemente a paisagem urbana.

Poucos são, como se assinalou, os tombamentos nacionais que se voltam à proteção de áreas de paisagem natural, ou mesmo de aspectos notáveis da paisagem brasileira.

Já em âmbito estadual, e em algumas das mais importantes dentre as unidades federadas, verifica-se também uma predominância do patrimônio construído sobre todos os demais suportes de manifestações culturais.

Mas isso não impede que se identifique também, uma preocupação em proteger algumas paisagens notáveis, não como cenário da coisa construída, mas pelo que se lhes atribui de valor cultural enquanto aspectos da natureza; como se verá a seguir.

Numa pesquisa limitada pela possibilidade de obtenção de resposta dos organismos estaduais de proteção, procurou-se sistematizar as informações relativas aos patrimônios culturais naturais de alguns Estados no sentido de perceber melhor esta questão.

Trabalhou-se com os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Maranhão e Minas Gerais. Procurando detectar a composição de seu patrimônio cultural natural e, especialmente, existência de tombamentos que abranjam grandes áreas e monumentos naturais significativos.

No caso de Minas Gerais a intenção de proteção ao patrimônio cultural natural teve tal força que se expressou na Constituição do Estado, de 1989. Esta estabeleceu, em seu artigo 84, uma série de monumentos naturais, quais sejam : os picos do Itabirito ou do Itabira, do Ibituruna e do Itambé e as serras do Caraça, da Piedade, de Ibitipoca, do Cabral e, no planalto de Poços de Caldas, a de São Domingos.

TABELA 16 – PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DE SÃO PAULO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO

BEM	TIPOLOGIA	DATA
Bosque dos Jequitibás	Paisagem Agenciada	09/04/1970
Parque das Monções	Paisagem Agenciada	20/03/1972
Estrada do Lorena, Monumentos e Área de Mata Circundante	Paisagem Agenciada	11/08/1972
Ruínas do Engenho dos Erasmos	Paisagem Agenciada	11/12/1974
Maciço da Juréia e Rio Verde	Paisagem Natural Notável	25/07/1979
Jardim da Luz	Paisagem Agenciada	08/08/1981
Reserva Florestal da Fundação José Pedro de Oliveira	Paisagem Natural Notável	03/02/1983
Parque Estadual do Jaraguá	Paisagem Natural Notável	04/02/1983
Serra do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara	Paisagem Natural Notável	08/03/1983
Serra de Atibaia ou de Itapetininga	Paisagem Natural Notável	06/07/1983
Serra do Boturuna	Paisagem Natural Notável	04/08/1983
Reserva Estadual da Cantareira e Horto Florestal	Paisagem Natural Notável	04/08/1983
Morro do Botelho	Paisagem Natural Notável	01/08/1984
Serra do Mar e do Paranapiacaba	Paisagem Natural Notável	06/06/1985
Outeiro de Santa Catarina	Paisagem Natural Notável	09/04/1986
Três Sambaquis	Paisagem Arqueológica	10/08/1987
Vale do Quilombo	Paisagem Agenciada	22/10/1988
Nascente do Rio Tietê	Paisagem Natural Notável	21/02/1990
Parque do Ibirapuera	Paisagem Natural Notável	25/01/1992
Rocha Moutonnée	Objeto Natural Notável	18/12/1992
Serra do Guararu e Vila da Prainha Branca	Paisagem Natural Notável	18/12/1992
Ilhas, Ilhotas e Lajes	Paisagem Natural Notável	24/03/1994
Morro do Juquery e Pico Olho D'água	Paisagem Natural Notável	13/10/2004

Fonte: Elaboração do autor sobre dados brutos do CONDEPHAAT (CONDEPHAAT, 2006).

Em São Paulo, por sua vez, segundo informação fornecida pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, também se verificaram extensos tombamentos de patrimônio cultural natural, especialmente nos anos 1980, como se pode perceber na tabela 16.

No Estado do Rio de Janeiro, também se verifica, uma preocupação específica com os patrimônios culturais naturais, esta atitude se manifesta, neste Estado, mais cedo do que nos demais pesquisados, pois os primeiros tombamentos desta categoria datam da década de 60.

Outra particularidade do patrimônio cultural natural deste Estado é o conjunto de bens tombados como paisagens agenciadas nos quais se especifica, com clareza no ato do tombamento, a ligação necessária entre a paisagem natural e a construída como aspecto definidor da notabilidade da mesma.

Também é o patrimônio cultural natural do Rio de Janeiro aquele que, dentre os Estados estudados, abrange o conjunto mais amplo de bens, como se depreende da tabela 17.

TABELA 17 - PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO RIO DE JANEIRO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO

NOME	TIPOLOGIA	DATA
Parque Ary Barroso	Paisagem Agenciada	08/10/1965
Áreas integrantes da reserva biológica de Jacarepaguá	Paisagem Natural Notável	14/10/1965
Ilha de Brocoió	Paisagem Agenciada	15/10/1965
Dez árvores em ruas de Paquetá	Objeto Natural Notável	22/11/1967
Pedra de Itapuã	Objeto Natural Notável	17/10/1968
Árvore (Figueira gigante) em frente ao Senai	Objeto Natural Notável	24/10/1968
Pedra da Panela	Paisagem Natural Notável	04/03/1969
Morro do Urubu	Paisagem Natural Notável	13/03/1975

Fonte: Elaboração do autor sobre dados brutos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RIO DE JANEIRO, 2006).

TABELA 17 - PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO RIO DE JANEIRO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO

NOME	TIPOLOGIA	DATA
Pedra de Itaúna	Paisagem Natural Notável	13/03/1975
Morro do Rangel	Paisagem Natural Notável	13/03/1975
Morro Dois Irmãos	Paisagem Natural Notável	23/06/1980
Pontal de Sernambetiba	Paisagem Natural Notável	23/06/1980
Morro do Amorim	Paisagem Natural Notável	23/06/1980
Morro do Cantagalo	Objeto Natural Notável	23/06/1980
Morro do Portela	Paisagem Agenciada	23/06/1980
Pedra da Baleia na Baixada de Jacarepaguá	Objeto Natural Notável	23/06/1980
Sítio Santo Antônio da Bica	Paisagem Agenciada	19/10/1983
Monumento natural da praia de Grumari	Paisagem Natural Notável	30/10/1984
Dunas	Paisagem Natural Notável	11/03/1985
Ilha dos Cardos	Objeto Natural Notável	19/06/1985
Pedra de Itapuca	Objeto Natural Notável	19/06/1985
Pedra do Índio	Objeto Natural Notável	19/06/1985
Pedra da Moreninha	Paisagem Agenciada	19/06/1985
Pedra dos Namorados	Paisagem Agenciada	19/06/1985
Litoral fluminense: canto sul da praia de Itaipu e Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai	Paisagem Agenciada	09/12/1985
Litoral fluminense: foz do rio Paraíba do Sul	Paisagem Natural Notável	09/12/1985
Ilha Grande	Paisagem Natural Notável	11/03/1987
Serra do Mar / Mata Atlântica	Paisagem Natural Notável	06/03/1991
Área indígena Guarani-Bracuí	Paisagem Agenciada	14/03/1991

Fonte: Elaboração do autor sobre dados brutos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RIO DE JANEIRO, 2006).

TABELA 17 - PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO RIO DE JANEIRO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO

NOME	TIPOLOGIA	DATA
Conjunto arquitetônico-paisagístico do Hotel Quitandinha	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico da avenida Barão do Rio Branco	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico da rua do Imperador e adjacências	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico da rua Fernandes Vieira	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico da rua Ingelheim	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico da rua Mosela	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico da rua Washington Luiz	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico das ruas Buenos Aires, Figueira de Melo e Santos Dumont	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico das ruas Dr. Sá Earp e Bartolomeu de Gusmão	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico das ruas João Caetano e Casimiro de Abreu	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico das ruas Marechal Floriano Peixoto e Alberto Torres	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico das ruas Padre Siqueira, Alfredo Pachá, 7 de Abril e Montecaseros	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico das ruas Paulino Afonso, Carlos Gomes e Francisco Manuel	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Conjunto urbano-paisagístico do Bairro do Valparaíso	Paisagem Agenciada	25/04/1991
Sede do Observatório Nacional	Paisagem Agenciada	26/01/1993
Conjunto arquitetônico e paisagístico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Paisagem Agenciada	09/12/1998
Cachoeira da Fumaça	Paisagem Natural Notável	09/12/2002
Bens culturais e naturais do litoral de Armação dos Búzios	Paisagem Agenciada	17/10/2003
Centro Histórico de Valença (parte III - Sítio Histórico e Paisagísticos da Serra dos Mascates)	Paisagem Agenciada	01/12/2004

Fonte: Elaboração do autor sobre dados brutos do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (RIO DE JANEIRO, 2006).

No caso do Maranhão, como se deduz da tabela 18, percebe-se uma concepção de patrimônio natural mais consentânea com o padrão que em vigência na escala nacional, pois seu patrimônio cultural natural é constituído basicamente de algumas árvores julgadas notáveis, todas elas em São Luís, a capital do Estado, e de paisagens agenciadas associadas a centros históricos.

TABELA 18 - PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL DO MARANHÃO POR TIPO E DATA DE TOMBAMENTO

BEM	TIPOLOGIA	DATA
Centro Histórico, Arquitetônico e Área Paisagística de Caxias	Paisagem Agenciada	04/12/1990
Centro Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Viana	Paisagem Agenciada	20/11/1988
Espécies Isoladas de Árvores Raras e Reservas Biológicas de São Luís	Objeto Natural Notável	30/11/1990
Espécies Isoladas de Árvores Raras e Reservas Biológicas de São Luís	Objeto Natural Notável	01/12/1990
Espécies Isoladas de Árvores Raras e Reservas Biológicas de São Luís	Objeto Natural Notável	02/12/1990

Fonte: Elaboração do autor sobre dados brutos da Superintendência do Patrimônio Cultural – SPC (MARANHÃO, 2006).

No caso da Bahia, a informação proveniente da Gerência de Conservação e Restauração de Bens Materiais da Secretaria de Cultura, é de que não existem tombamentos de bens naturais naquele Estado. Há, contudo, medidas de proteção referentes a 8 terreiros de candomblé, tombados pela lei estadual 8.895/03, cujas árvores e ervas são bens sagrados (BAHIA, 2006).

Estes foram, para efeitos de classificação, considerados como paisagens agenciadas, na medida em que há nessas como naquelas uma ligação inextricável entre os aspectos da natureza que a compõe e os aspectos antrópicos – sejam esses de ordem material ou imaterial.

Considerando, como detalhado na tabela 19, as paisagens naturais notáveis, os objetos naturais notáveis e as paisagens agenciadas que compõe o patrimônio cultural natural dos Estados selecionados, pode-se perceber a importância relativa

do Rio de Janeiro neste contexto. Conta com 44% do conjunto dos bens, sendo seguido por São Paulo, com 22,18% e depois pelo Paraná com 15,60 %, seguidos por Minas Gerais, Bahia e Maranhão.

TABELA 19 – TOMBAMENTOS DE CATEGORIAS SELECIONADAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL EM ESTADOS SELECIONADOS

Estados	Paisagem Notável		Natural Objeto Notável		Natural Paisagem Agenciada		Total Estados	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Bahia		0,00		0,00	8	17,39	8	7,34
Maranhão		0,00	3	15,79	2	4,35	5	4,59
Minas Gerais	9	20,45		0,00		0,00	9	8,26
Paraná	6	13,64	7	36,84	4	8,70	17	15,60
Rio de Janeiro	14	31,82	8	42,11	26	56,52	48	44,04
São Paulo	15	34,09	1	5,26	6	13,04	22	20,18
Total Geral	44	100,00	19	100,00	46	100,00	109	100,00

Fonte: Elaboração do autor .

Não se encontrou evidência, pelo menos na literatura consultada, dos motivos que levaram a uma maior concentração de tombamentos de patrimônio cultural natural no Rio de Janeiro.

É possível, no entanto, lembrar que a cidade do Rio de Janeiro, hoje capital do Estado, foi, sucessivamente, capital do vice-reinado, do reino unido, do império e da república. Tendo sido o lócus principal das iniciativas culturais no país por longo período, pelo menos até os anos 70 do século XX, e também o lugar de onde partiram as principais tentativas de vincular a identidade da nação a atributos da natureza.

Também as manifestações da cultura popular que vinculam a nação à beleza, riqueza e outros aspectos de uma natureza mãe e acolhedora, disposta a sempre nutrir e a enriquecer seus filhos, tem no carnaval carioca, como é sabido, um palco privilegiado.

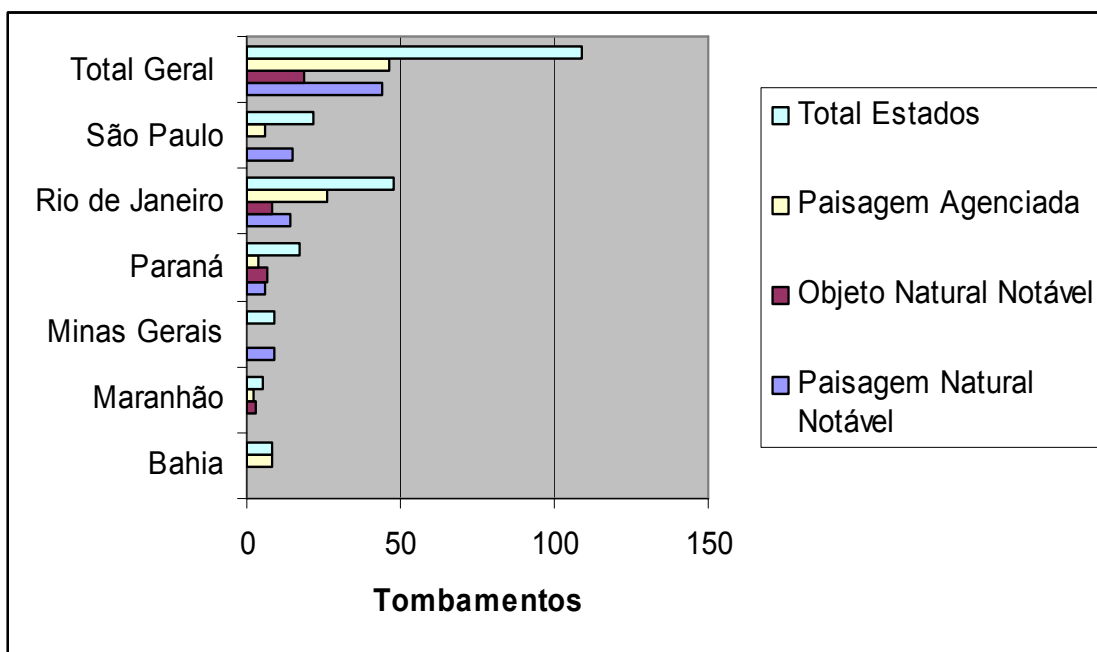
Verifica-se, por fim, quando se leva em conta os diversos tipos de bens tombados pelos Estados, que apesar da dominância dos sítios de paisagem

agenciada quando considerados de Estado a Estado, estes, no contexto do conjunto estudado, se aproximam muito do total de paisagens naturais notáveis – as primeiras perfazem 45 bens e as outras 44.

Este fato pode ser considerado uma evidência de que, em âmbito estadual não se concede privilégio a nenhuma dessas formas, o que já significa uma constatação distinta daquela que se fez no plano nacional.

Também demonstra a existência de um olhar que valoriza aspectos da natureza isoladamente, especialmente se acrescentados a estes os 19 objetos naturais notáveis protegidos, sem a necessidade de colocá-los como cenário da obra humana. Isto está evidenciado na figura 21.

FIGURA 21 – TOMBAMENTOS EM CATEGORIAS SELECIONADAS DE PATRIMÔNIO CULTURAL NATURAL EM ESTADOS SELECIONADOS



Fonte: Elaboração do autor .

4. SERRA DO MAR: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Trata-se aqui de apresentar a Serra do Mar – acidente natural e território apropriado pelo homem – como elemento que interage com os diversos contextos econômicos, políticos e culturais verificados em diversos momentos da história do Paraná.

A suposição que se leva em conta ao fazer este apanhado de situações é de que, se a Serra foi instituída por iniciativa governamental como referência simbólica de paisagem natural relevante para os paranaenses, esta instituição deve guardar alguma correlação com a sua inserção nos diversos contextos históricos pelos quais passou o Paraná.

Procurou-se, a partir desta contextualização geral, apreender e evidenciar, levando em conta diversos discursos, que incluem estudos sobre aspectos físicos e biológicos, historiografia, iconografia, crônicas e narrativas, o conjunto das interações com a Serra do Mar e de representações a respeito que foram se constituindo e revelando no correr do tempo.

O pressuposto que orienta esta atividade é o de que estas interações e representações delineiam um pano de fundo simbólico que, explícita ou implicitamente – consciente ou inconscientemente – referenciou os diversos atores que participaram da iniciativa de constituí-la em patrimônio natural.

4.1 Uma Típica Serra Marginal

Quando se estuda os aspectos físicos da Serra do Mar no Paraná, percebe-se inicialmente, que sob este ponto de vista ela pode ser considerada como uma paisagem única.

Trata-se de um acidente geográfico de expressão nacional, que se constitui na mais destacada feição orográfica da borda atlântica do continente sul-americano; Estende-se por 1.100 km., paralelamente à costa desde o norte do estado do Rio de

Janeiro até Santa Catarina¹⁵⁹, predominantemente como uma escarpa que se interpõe entre o litoral e os planaltos do interior (ALMEIDA E CARNEIRO, 1998, p. 135).

Esta feição morfológica de grande extensão tem sua origem no processo de formação de novas bacias oceânicas, ocorrido quando da fragmentação dos continentes do qual advieram a América do Sul e a África, mediante uma dinâmica designada de rifteamento¹⁶⁰ que deu origem à peculiar interseção entre as escarpas erodidas do planalto atlântico com a planície costeira.

Esta descrição é válida apenas parcialmente para o Paraná, pois aqui ela se caracteriza, também, como uma “típica serra marginal”. Expressão que parece ser, nas diversas descrições da Serra do Mar no seu segmento paranaense, a marca da sua identidade enquanto acidente geográfico, a sua distinção aqui, com relação às suas ocorrências nos Estados vizinhos.

Pelo menos é assim que, numa interpretação desta cadeia de montanhas que até o presente é considerada a mais adequada pelos especialistas da área – vide, por exemplo, Almeida e Carneiro (1998) – a descreveu Reinhard Maack, o principal intérprete da geografia física do Paraná.

Melhor dizendo, a Serra do Mar no Paraná, significa, não apenas uma escarpa de planalto – um degrau entre o litoral e o planalto curitibano – “mas constitui também uma serra marginal típica que se eleva de 500 a 1.000 m sobre o nível médio do planalto”, configurando-se como uma cadeia de montanhas cujos cimos podem atingir altitudes superiores a 1.800 m. (MAACK 2002, p. 392, 393).

Ou como assinalam Almeida e Carneiro (1998, p.142) “a serra no Estado do Paraná apresenta aspectos notáveis que a diferem dos que se mostram em São Paulo e no Rio de Janeiro”, por apresentar um “Cinturão Granitóide Costeiro”¹⁶¹ de orientação NE que, graças a sua resistência à erosão, sustenta os morros e serras

¹⁵⁹ Há divergências, Bigarella (1978, p. 69) afirma que a Serra do Mar se desenvolve entre o Espírito Santo e o sul de Santa Catarina.

¹⁶⁰ Refere-se ao inglês *rift* – literalmente falha, no caso deslocamento vertical entre duas camadas subjacentes de rocha de forma a deixar paramento exposto – e à expressão *rift valley* – vale de falha, também ao pé da letra – que, por sua vez, remete ao processo de formação do oceano atlântico ocorridas pelo afastamento das placas continentais, por movimento distensivo da crosta, e à conformação geral das costas leste da América do Sul e oeste da África que data de mais de 230 milhões de anos (TASSINARI, 2003, p. 109, 111).

¹⁶¹ “Constitui-se, o cinturão, de granitos mais ou menos foliados, granito-gnaisses, migmatitos e outras rochas foliadas com orientação principal dirigida a NE [...]. A natureza petrográfica e estrutural desses granitos, frequentemente isotrópos, tornam-nos resistentes à erosão, pelo que sustentam destacadas elevações, com altitudes de 1.500 a 1.889 m (na Serra da Graciosa)” (ALMEIDA e CARNEIRO, 1998, p. 142).

que ali ocorrem, especialmente as destacadas altitudes da Serra da Graciosa – entre 1.500 e 1.899 metros.

Para estes autores, embora este cinturão apresente continuação ao sul de São Paulo, dando origem às serras de Parateú e Mandira, próximas à divisa e a morros isolados da costa, este não apresenta, no entanto “expressão que lhes permita manter a continuidade da Serra do Mar, como o fazem no Paraná” (1998, p.142).

Aliás, pode-se dizer que, como serra, isto é como cadeia de montanhas que se eleva a altitudes superiores à borda do planalto, a Serra do Mar só ocorre no Paraná, apresentando-se em São Paulo e em Santa Catarina a característica dominante de escarpa de planalto, e no Rio de Janeiro como uma montanha de blocos de falha.

Assim é lícito afirmar que a Serra do Mar, no Paraná, seria algo passível de destaque não apenas por pertencer a uma configuração orográfica singular. É notável também pela sua formação, uma singularidade no contexto geológico desta mesma serra no plano nacional.

Na descrição de Bigarella (1978, p. 19 e 69), aqui a Serra do Mar apresenta-se como um “conjunto de montanhas em blocos, escarpas e restos de planalto profundamente dissecados”, configurando-se como um arco côncavo ao leste, que se desenvolve paralelamente à costa, com esta vertente mais íngreme do que a voltada para o planalto.

Maack (2002, p.392, 393), que como se comentou é referência para grande parte dos autores que o sucederam, apresenta sintética descrição orográfica, da seqüência de serras marginais e escarpas que compõem o conjunto da Serra do Mar paranaense, enfatizando seus pontos de maior altitude, como está sumarizado a seguir.

Esta descrição guarda, parcialmente, correspondência gráfica com diagrama também desenvolvido por Maack (2002), do qual constam os principais aspectos da morfologia da serra nos arredores da baía de Paranaguá.

Inicialmente menciona que ao norte, como primeiro bloco de montanhas, destaca-se a serra do Capivari Grande – com altitudes entre 1.640 e 1.676 m. – não havendo mais para o norte deste outra serra marginal. Mais a leste chama a

atenção, porque isolada do degrau de falha da serra, a serra da Virgem Maria, que tem nos Três Pontões – com 1.565 a 1.575 m. – o maciço de maior altitude.

Seguindo-se ao sul, encontra-se a serra do Capivari Grande, onde domina o Guaricana, com 1.551 m.; desta, ainda mais para o sul, estende-se a região onde se encontram as maiores elevações da Serra do Mar no Paraná, assinalada desde a muito como Serra dos Órgãos, mas que Maack (2002, p. 393) prefere designar – para não confundir com a homônima existente no Rio de Janeiro – de Serra Verde ou, em tupi, *Ibitiraquire*.

Nesta última encontram-se o pico Paraná – com altitude da ordem de 1.900 m – os do Caratuba e Taibapuçu – com mais de 1.800 m – o Ciririca, cujas paredes atingem por volta de 1.780 m.

Na seqüência chama a atenção a Serra da Graciosa e o Alto da Graciosa, com 1.472 m. e, posteriormente, o bloco da Mão Catira, com 1.453 m, sendo que daí para sudoeste a cadeia perde altitude, mostrando elevações da ordem dos 1.100 m na Serra da Farinha Seca.

A seguir, separado pelo vale do rio Ipiranga – de origem tectônica – encontra-se o bloco de falha mais baixo deste conjunto à frente da serra, o do Cadeado – cuja altitude varia entre os 884 e os 1.001 m –. Avançando-se ainda mais para sul, vê-se o maciço da Serra do Marumbi – com o pico do Marumbi o Morro do Leão, com altitudes acima dos 1.500 m – e a partir da extremidade sul desta serra, a serra marginal desaparece, até o ramal da Serra da Igreja, que segue para o litoral.

A partir deste ponto o primeiro planalto decai de uma altitude de testa da ordem de 1.000 m a 1.100 m, em falha íngreme, para o litoral; principia-se a sudeste a Serra dos Castelhanos, onde o primeiro planalto, com alguns blocos graníticos isolados, avança sobre os vales dos rios São João e Arraial.

Serra marginal com altitude superior ao planalto ocorre novamente na Serra Araçatuba, que continua no sentido de Santa Catarina como Serra do Iqueririm tendo como seu pico mais alto o morro do Fundão -1.450 m de altitude – desta última guinando para sudoeste, desenvolve-se a Serra de São Miguel.

Ambiente de grande pluviosidade, um dos maiores índices pluviométricos do Brasil meridional, a Serra do Mar do ponto de vista hidrográfico, como assinala Bigarella (1978, p. 24, 25), constitui-se, na sua vertente leste, na nascente da

maioria dos rios que alimentam aquela que se designa, no dizer de Maack, bacia hidrográfica do Atlântico.

São exceções a esta regra os rios Ribeira, cujas nascentes ao norte da Região Metropolitana de Curitiba, nas escarpas do Purunã e das Almas, nas serras da Areia e Paranapiacaba; e o rio Ipiranga, que assoma ao planalto entre as serras da Farinha Seca e do Marumbí.

Desta vertente, as águas são drenadas para as baías de Paranaguá e Guaratuba sendo que, no caso desta última, o principal corpo de água doce afluente é o rio Cubatão.

Na baía de Paranaguá, a condição de drenagem é um pouco mais complexa, sendo composta, como delimitou Maack (*Apud* BIGARELLA, 1978, p. 25), de quatro bacias hidrográficas quais sejam a das Laranjeiras, mais ao norte, a de Antonina, que aflui à baía na sua região central, seguindo-a numa rotação a sudeste, encontra-se a bacia do Nhundiaquara e, por fim, na extremidade sul, a de Paranaguá.

Na bacia hidrográfica das Laranjeiras, destacam-se os rios Guaraqueçaba, Serra Negra, Açungui, Tagaçaba, Itaqui; na de Antonina acorrem o rio Cachoeira – o principal nesta área – e os rios Pequeno, Gervásio, Faisqueira, Cacatu, do Meio e das Pedras; a seguir encontra-se o rio Nhundiaquara – formado principalmente pelo Mãe Catira, São João e Ipiranga –, na bacia do mesmo nome; por fim na bacia hidrográfica de Paranaguá encontra-se o rio Guaraguaçu.

Na sua vertente oeste, as encostas da Serra do Mar contribuem, na sua porção mais ao norte para a formação da Ribeira do Iguape – principalmente com o rio Pardo, formado pelo Capivari – e nas sudoeste e sul para a formação do rio Iguaçu.

No segmento desta vertente que se desenvolve mais proximamente à porção mais densamente urbanizada da Região Metropolitana de Curitiba, encontram-se alguns dos formadores do Iguaçu, na sua margem esquerda, especialmente os rios Irai, Piraquara, Itaqui, Pequeno, Miringuava, Cotia, Despique, e Maurício que fazem parte da chamada Bacia do Alto Iguaçu.

Finalmente, mais ao sul, nascem nesta mesma face oeste da Serra do Mar alguns dos formadores do rio da Várzea, cujas águas também drenam para o rio Iguaçu, após desaguar no rio Negro.

Associados à pluviosidade muito intensa e a esta profusa hidrografia que corre a partir de ambas as vertentes da Serra do Mar encontram-se corpos de água, doce e salgada, aos quais se pode atribuir importância, quer pelo seu valor como recurso hídrico, pesqueiro, energético, ou meio de transporte, quer pelo seu valor histórico e simbólico, quais sejam o rio Iguaçu e as baías de Paranaguá e Guaraqueçaba.

Geologicamente, num panorama muito genérico, a serra apresenta ocorrências de rochas cristalinas, especialmente os migmatitos homogêneos – predominantemente embrechitos – e heterogêneos – dominam os epibolitos –, sendo estes cortados, discordantemente, por intrusões de granitos alcalinos e subalcalinos (BIGARELLA, 1978, p.35).

Destacam-se, também, no dizer de Bigarella (1978, p.35) cinco grandes corpos intrusivos, três ao norte de Paranaguá e dois ao sul, que constituem o já aludido cinturão granítico e que, como se mencionou, constituem o embasamento das serras regionais.

Do ponto de vista da vegetação, a Serra do Mar é atualmente, por motivos históricos já longamente discutidos e que remetem à dificuldade de exploração florestal ou agrícola em encostas íngremes, o lugar de maior concentração de remanescentes da Floresta Ombrófila Densa – Floresta Pluvial Tropical Atlântica, ou Mata Pluvial Tropical da Serra do Mar – nas suas formações Sub-Montana, Montana e Alto-Montana; conforme o Sistema de Classificação da Vegetação Brasileira do IBGE (PARANÀ 2002, p.10).

Ocorrendo associadas a climas tropicais em áreas de temperaturas elevadas – médias de 25° C – e de altos níveis pluviométricos, esta classe de formação é considerada a “mais pujante, heterogênea e complexa” dentre as do Sul do Brasil, com uma flora arbórea que contem mais de 700 espécies, representando uma grande riqueza florística (PARANÀ 2002, p.16).

Recortando essa classe de formação, por altitude tem-se, na vertente leste da Serra do Mar, a ocorrência da Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana, que se estende entre os 30 e 400 m sobre o nível do mar, com dossel denso e altitudes que variam entre os 25 e 30 m., apresentando elevada diversidade de espécies. Destacam-se a licurana, a bocuva, o cedro, a canjerana, a guapeva, a figueira

branca, e o guapuruvu; bem como, nos estratos dominados a queima casa, o palmitero e o arará macaco (PARANÀ 2002, p.18).

Em cotas superiores, encontrar-se-á a Floresta Ombrófila Densa Montana, cujas comunidades se situam, aproximadamente, entre os 400 m. e os 1.000 m., com diferenciações florísticas com relação à anterior, mas de fisionomia muito semelhante, com alturas por volta dos 20 m. tem dossel uniforme. Destacam-se no estrato superior as espécies da família *Lauraceae* - a canela preta e o sassafrás e canela fogo, por exemplo – sendo também comuns o pau óleo, o guatambu, a guapava e o guaperê; no seu sub-bosque são abundantes os xaxins (PARANÀ 2002, p.18).

Acima dos mil metros, ocorrem, geralmente associadas aos campos de altitude – refúgios vegetacionais campestres e rupestres – as Florestas Ombrófilas Densas Alto-Montanas, matas de neblina, que se compõem de associações arbóreas simplificadas, cujo porte, em decorrência de condições climáticas e de solo mais restritivas, é reduzido em relação às anteriores, variando entre 3 e 7 m., sendo as espécies típicas a caúna da serra, o guaramirim, a gramimunha, o pinho bravo e a cataia (PARANÀ 2002, p.19).

Já na vertente oeste encontram-se também áreas de transição com a Floresta Ombrófila Mista Montana, ou Floresta com Araucárias, que se desenvolve nos planaltos do Paraná em altitudes entre os 400 e os 1.000 m., e cuja principal característica é a presença do pinheiro do Paraná (*Araucária Angustifolia*), (PARANÀ 2002, p.21).

A diversidade vegetal da Floresta Pluvial Atlântica¹⁶² no segmento em que se encontra a área estudada é extrema. A *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* – IUCN, no relatório que justificou a inscrição das Reservas de Floresta Atlântica do SUDESTE como Patrimônio Natural da Humanidade, afirma que nela se encontram mais de 55.000 espécies de plantas. Isto equivale a 22% do total de espécies que à época se encontravam na terra. Dessas, cerca de 18.0000 seriam endêmicas (IUCN, 1999, p. 22).

¹⁶² Um dado, referenciado fora da área de estudo, mas que frequentemente se menciona como indicador da biodiversidade vegetal da Floresta Ombrófila Densa, refere-se à ocorrências de 458 espécies de lenhosas que se encontrou em um único hectare de floresta no sul da Bahia, a segunda maior ocorrência registrada até então no planeta (MMA/SBF, 2000, p. 9).

A Fundação SOS Mata Atlântica, por outro lado, considerando um espaço muito maior - todo o Bioma da Mata Atlântica, que se estende por 1.350.000 km², uma área muito superior à abrangida pelas Reservas antes aludidas - indica a presença de 20.000 espécies de plantas vasculares, das quais 6.000 seriam endêmicas (SOS-MA/INPE, 2002, p. 2, 3).

Mesmo levando em conta a disparidade dos números apresentados, pode-se dizer que diversidade vegetal e remanescentes relativamente íntegros de parcelas de um ecossistema de importância planetária, a Floresta Pluvial Atlântica, são as características mais evidentes da Serra do Mar no Paraná, quando observada do ponto de vista florístico.

Quando se considera a fauna associada à Serra do Mar, levando em conta informações colhidas em área que contém a estudada, a já mencionada IUCN (1999, p.22), identificou 3.131 espécies entre mamíferos, pássaros, anfíbios, répteis, com 788 endemismos; 3.000 espécies de peixes; estimando algo entre 10 a 15 milhões de espécies de insetos.

Estes números podem estar um tanto superestimados para o caso da Serra do Mar no Paraná, especialmente no que se refere à ictiofauna, pois a área objeto do estudo da IUCN abrangia os ambientes litorâneos circunvizinhos.

Buscando uma forma de aferir a magnitude das informações acima para território similar e em período de tempo idêntico, levou-se em conta os dados referentes à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (COSTA, 1997, p. 10), elementos que permitissem uma maior aproximação da área estudada.

A comparação entre ambas as fontes encontra-se na tabela 20, e demonstra diferenças bastante amplas nas estimativas para cada grupo – de 149,5% no caso dos mamíferos, de 227,27% no dos répteis e de 182,5% no dos anfíbios – sempre a favor das estimativas da IUCN.

TABELA 20 – TOTAL DE ESPÉCIES E ENDEMISMOS NAS RESERVAS DE MATA ATLÂNTICA DO SUDESTE BRASILEIRO E NA RBMA

Grupo Taxonômico	Total de Espécies		Espécies Endêmicas	
	IUCN	RBMA	IUCN	RBMA
Mamíferos	524	210	131	51
Aves	1.622		191	160
Répteis	468	143	172	
Anfíbios	517	183	294	113

Fonte: *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN, 1999), Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (COSTA, 1997).

Tais diferenças, embora possam ser parcialmente explicadas por distinções de taxonomia sugerem a necessidade de uma consideração mais detida destas avaliações.

Todavia, cumpre lembrar que estes números sugerem ordens de escala de magnitude para efeito comparativo da importância da diversidade biológica desses conjuntos de ecossistemas *vis a vis* outras unidades de igual amplitude, o que, de certa forma, ameniza as diferenças constatadas.

De uma maneira geral pode-se dizer que a Floresta Atlântica é um ecossistema complexo, de alta biodiversidade e altíssimo nível de endemismo, que abrange 70% das espécies de árvores, 85 % das de primatas, e 39 % das de mamíferos que nela se encontram (IUCN, 1999, p.22).

Constata-se que também no que se refere à fauna e flora, os ecossistemas associados à Serra do Mar no Paraná possuem uma diversidade que a faz singular em um panorama global, como aliás se depreende dos dados utilizados para caracterizar o conjunto do que se designa Mata Atlântica¹⁶³ pelo Secretaria de

¹⁶³ Um amplo rol de ecossistemas associados à Floresta Atlântica incluindo um conjunto de florestas, nas suas diversas formações de altitude, que incluem não apenas a Floresta Ombrófila Densa, mas também a Floresta

Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA/SBF, 2000, p.9) que se encontram sumarizados na tabela 21.

TABELA 21 – DIVERSIDADE, ENDEMISMOS E ESPÉCIES AMEAÇADAS DA MATA ATLÂNTICA

Grupo Taxonômico	Total de Espécies	Espécies Endêmicas	Espécies Ameaçadas
Plantas Vasculares	20.000	8.000	
Mamíferos	250	55	35
Aves	1023	188	104
Répteis	197	60	3
Anfíbios	340	90	1
Peixes	350	12	12

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA/SBF, 2000)

A mesma instituição classificou a área compreendida pela Serra do Mar no Paraná no mais alto grau de prioridade, ou seja, como Área de Extrema Importância Biológica, ao estabelecer uma tipologia de situações para as oito eco-regiões que compõem o domínio da mata atlântica e campos sulinos com a finalidade de definir prioridades de ação para a conservação da biodiversidade neste bioma, (MMA/SBF, 2000).

4.2 Caminhos e Recursos da Serra do Mar

As fermôzas Bahias de Paranaguá circuladas das altíssimas Montanhas de Pernambiacaba, muralhas innacçessíveis que a natureza formou nas costas Brasileiras para servir de hua natural divisão das terras Çentraes com as da marinha; estas grandes Cordilheiras [...] (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p. 85).

Mesmo partindo de uma visão cautelosa sobre as relações entre as dinâmicas da sociedade e os aspectos da fisiografia, julga-se pertinente a afirmação de que se há acidente geográfico que tenha uma presença marcante, influenciando sistemática e significativamente em todos os períodos da história do Paraná, este acidente é a Serra do Mar.

Uma afirmação como essa contrasta com a constatação corrente de que a Serra do Mar tem sido, desde há muito, um espaço marginal no que se refere aos desenvolvimentos da sociedade e economia do Paraná recentemente – o que não é equivocado se este segmento de nosso território for pensado tão somente do ponto de vista da concentração de populações e de atividades econômicas.

A primeira interação que se destaca entre a Serra do Mar e as diversas dinâmicas da economia e sociedade paranaenses parece óbvia. Decorre de sua origem geológica e de sua configuração enquanto acidente orográfico, e é assinalada por historiadores e cronistas desde os primeiros momentos da nossa história (WESTPHALEN, 1998), (MARTINS, 1995), (BALHANA, 2002-B), (MOREIRA, 1975), (PARANÁ, 1899), (VIEIRA DOS SANTOS, 1951). A serra constituía-se em uma barreira¹⁶⁴ a ser transposta por aquele que pretendiam se deslocar entre a planície litorânea e os planaltos do interior, dividindo o Paraná em dois segmentos.

Pode-se dizer que juntamente com a morfologia costeira, que determinava as possibilidades dos veleiros aportarem em condições de abrigo, a Serra do Mar veio a se constituir num elemento que marcou profundamente a ocupação do território

¹⁶⁴ Romário Martins, figurativamente, em artigo na Revista Ilustração Paranaense sobre o pico Marumbi, diz que seu nome traduz uma manifestação de pasmo e interrogação – por onde? – se perguntaria o carijó pasmo diante da dimensão da barreira que significava a cadeia de montanhas (MARTINS, 1928).

brasileiro na sua porção do sudeste para o sul. Nessa região era necessário, para se estabelecer, que houvesse a coincidência entre um bom atracadouro e locais em que fosse mais fácil a transposição da mesma (AB'SABER, 1973, p. 178).

Esta característica veio a conferir traços peculiares à colonização portuguesa no Brasil, como aponta o mesmo Ab'Saber (1976, p. 61). O acesso ao planalto ficou, nos primeiros séculos de ocupação, restrito às antigas trilhas tupis, uma vez que as escarpas da Serra, recobertas de florestas muito densas, por longo período dificultaram em muito “as ligações entre os sítios portuários da costa e os compartimentos do planalto de clima tropical de altitude”.

A possibilidade de passar pela Serra demandando o planalto e as riquezas que pretensamente ali se encontrariam marcaram os primeiros pontos de povoamento na costa sul-sudeste.

Como assinala Ellis, (1976, p. 289), estas passagens se vinculavam à antiga picada que ligava os guarani do Paraguai ao mar, que se originava nas margens do Rio Paraná e seguia até as nascentes do Tibagi, daí se ramificando em três direções: o primeiro para os campos de Curitiba e daí para o litoral de Santa Catarina, o segundo adentrando pelas matas do Açungui, chegando à Cananéia e o terceiro, rumo nordeste chegava aos campos de Piratininga e destes à São Vicente.

Estas gargantas eram as mais conhecidas, e estão vinculadas à definição dos primeiros assentamentos na costa sul sudeste do Brasil, como Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, Bertioga, São Vicente, Itanhaém, Iguape e Cananéia (SIMONSEN, 1969, p. 236, 244).

No caso das ligações entre o planalto curitibano e a região de Paranaguá nos períodos pré-coloniais, Julio Moreira, o historiador dos caminhos do Paraná, faz menção genérica às trilhas indígenas que “serviam ao gentio na travessia da Serra do Mar, entre os campos de Curitiba e o litoral, nas ocasiões em que os índios desciam para mariscar ou, que subiam na época do pinhão” (1975, p. XXV).

Embora provavelmente correta, pelo menos parcialmente, a afirmação das origens pré-coloniais dos caminhos históricos da Serra do Mar no Paraná, especialmente do Itupava, o mais utilizado durante todo o tempo da colônia e o mais estudado deles, mesmo tendo sido detectados sítios das tradições Itararé e Umbu

no “entorno do seu traçado original”, é assunto ainda em discussão e que requer uma atenta revisão (PONTES FILHO et al., 2006, p. 37).

Todavia chama-se a atenção para o fato de que o hábito de mariscar no litoral e subir na época do pinhão, para indígenas vivendo no planalto, era difundido e tem referência histórica ainda no século XIX. Menção a este deslocamento sazonal – transumância, portanto – se encontra, por exemplo, em Sebastião Paraná, ao comentar apontamentos, efetuados entre 1882 e 1884, do engenheiro Jacques Onrique, da Comissão de Discriminação de Terras e Limites na região de litígio com Santa Catarina (PARANÁ, 1899, p. 349/350).

Como estão vinculados à escolha dos primeiros pontos de ocupação européia de nosso litoral, estes caminhos também definiram a ocupação do planalto. Registre-se, por exemplo, os topônimos com a adição de Borda do Campo, que ocorrem tanto na borda do planalto paulista, como na do paranaense.

Provavelmente o primeiro personagem historicamente identificado a galgar as escarpas da Serra do Mar foi João Ramalho¹⁶⁵. Náufrago e degredado, traficante de índios escravizados, andava por estas terras pelo menos desde 1508, havendo notícias de que já por volta de 1512 se encontrava estabelecido no topo da Serra, a 100 km do litoral, nas proximidades da atual Santo André – aliás, da Borda do Campo – em São Paulo (BUENO, 1998, p. 178).

Coetaneamente, em busca da lendária Serra da Prata, em 1524, Aleixo Garcia, guiado pelos indígenas, partiu de um ponto mais ao sul, em Santa Catarina, seguindo o rio Itapocu, cuja foz está próxima de Piçarras - SC,. Ele venceu a Serra do Mar, com um exército de 2000 flecheiros, e acessou o caminho do Peabiru na sua jornada em direção ao Peru (BUENO, 1998, p. 143).

O mesmo João Ramalho, foi o guia, em 1532, de Martim Afonso de Souza, levando-o pelos escabrosos caminhos da Serra do Paranapiacaba de São Vicente até os campos do planalto, num caminho cujo traçado se aproxima da atual via Anchieta que liga Santos a São Paulo (BUENO, 1998, p. 178).

¹⁶⁵ Há referências a transposições anteriores, como por exemplo, a da expedição de Palmier de Goneville que por volta de 1504, fundeada na baía de Babitonga, assoma ao planalto curitibano por via da trilha que, posteriormente, viria a ser designada caminho dos Ambrósios (FAGNANI e FIORI, 2006, p.66); todavia João Ramalho terá sido o primeiro, comprovadamente, a se estabelecer no planalto.

Ainda no século XVI destacaram-se, pela importância histórica, as expedições de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que partindo de Santa Catarina em 1545, cruzou a Serra do Mar, chegando ao Paraguai, e a viagem de Ulrich Schmidel, em 1553 que partindo de Assunção do Paraguai, pelo Peabiru, chegou a São Vicente.

As primeiras transposições dos paredões da Serra do Mar das quais restam narrativas se deram em São Paulo, sendo consideradas de uma dificuldade muito grande. A ênfase que se conferia a esse limite – cuja dimensão pode escapar ao leitor afeito as facilidades dos transportes atuais – sugere a necessidade de uma ilustração mais detida.

Assim é que, por exemplo, em 1555, José de Anchieta (1954-A, p. 159), que por um bom tempo transitou entre o litoral e os campos de Piratininga se refere a ele como “caminho mui aspero, & segundo creo o peor que ha no mundo de atolladeiros, subidas & monte”.

Mais tarde, em 1560, o mesmo Anchieta narra a viagem do padre Manoel da Nóbrega subindo a serra por caminhos que reputa de

ser muy ásperos y despoblados, onde no ay conversación, sino de tygres, cuias pisadas hallamos muchas vezes frescas por onde passamos. Y es necessario, onde se a de posar, hazer-se la casa o (por mejor decir) la cabaña, de nuevo, de palos y hojas de palmas, y buscar leña para hazer fuego de noche, porque no ay otras mantas contra el frioi, el qual es tan grande que las vezes somos forçados atizar el fuego más de doce vezes, y assí se passa lo más de la noche en ello sin poder dormir. Y lo que es mejor, que acaesce as vezes no tener fuego, ni cabaña, y passar toda la noche en el bosque al frio y lluvia cubiertos solamente con el divino amparo, por cuio amor esto se padesce; ayunta-se a esto la hambre que por estos caminos desiertos suele siempre acompañar los caminantes. (1954-B, p. 369-370)

Era um caminho no qual se andava a pé todo o tempo e no qual, muitas vezes, era necessário se arrastar encosta acima segurando em raízes de árvores, tendo abaixo despenhadeiros imensos como conta o padre Simão de Vasconcelos em relato de 1560 (SCHLEDER, BRANCO, 2002, p. 8).

Esta característica quase uniforme do processo de ocupação da porção sudeste de nossa costa se verificou também aqui no Paraná – vide, por exemplo, Altiva Balhana (2002-A, p. 27, 29, 77) – aliás, em condições mais restritivas, como se pode depreender a partir da descrição da Serra do Mar feita anteriormente. Assim, a transposição desta imensa barreira só se fez em condições muito

precárias, impulsionada pelo apresamento de indígenas ou pela busca de ouro no primeiro planalto paranaense.

No trecho paranaense da Serra as primeiras iniciativas partiriam de Cananéia cruzando-a ao norte nas bandas do Paranapiacaba – lugar de onde se vê o mar, literalmente – e seguindo para o Açungui. Estavam ligadas ao bandeirismo, às tentativas de se chegar à imaginária Serra da Prata e ao Paraguai e, posteriormente, à preação de índios especialmente nas missões guarani.

Dentre estas se destacou a tentativa de Pero Lobo, Capitão de Martim Afonso de Souza que, guiado por Francisco Chaves, remanescente da expedição de Aleixo Garcia, partiu em 1531, pelo Peabiru em busca da serra da prata e do rei branco. Levava 40 besteiros e 40 espingardeiros e não retornou (BUENO, 1998, p.174).

Esta mesma expedição, segundo Francisco Negrão, foi uma das primeiras que transpôs a Serra do Mar no Paraná, partindo de Cananéia e passando pela serra Negra para chegar aos campos de Curitiba (s.d., p.11).

Embora, como se apontou, este traçado não fosse o único, nem o mais usado, outras bandeiras partiram do litoral paulista com o mesmo destino, seguindo caminho semelhante e cruzando a Serra na sua porção norte.

Há registro, ainda no século XVI, das andanças do irmão Pero Correa, jesuíta que pregando para índios por volta de 1554, teria transposto "algum dos numerosos espigões da serra do Mar nos confins dos atuais estados de São Paulo e Paraná" (LEITE, 1954, p. 198).

A segunda frente no sentido de cruzar a Serra do Mar paranaense, teve seu início no tráfico de índios, o “remédio da pobreza paulista” e nos primeiros momentos da colonização seu único meio de lucro. Estes, como assinala Cecília Westphalen, (1998, p. 202) foram preados também no litoral de Paranaguá, antes que os paulistas se interessassem pelos guarani¹⁶⁶.

Já no final do século XVI se transpunha a Serra de Paranaguá para os campos de Curitiba, na busca de índios para escravizar. Em 1585 há registro de bandeira comandada por Jerônimo Leitão, que partiu de Santos, em meados de

¹⁶⁶ Mesmo algumas bandeiras que se dirigiam à região das missões cruzaram a Serra do Mar no seu trecho paranaense, como é o caso da primeira grande iniciativa nesse sentido, de Antonio Raposo Tavares, que saindo de Iguape em 1622 adentra o planalto paranaense a partir do vale do Ribeira (MAACK, 2002, p. 72).

novembro de 1585, velejou até Paranaguá onde desembarcou: "Desse ponto do litoral havia os apés para as terras dos Carijós, passando por Curitiba" (FRANCO, 1954, p. 204).

Estes índios carijós foram escravizados com tal intensidade que a área entre Paranaguá e São Francisco ficou praticamente despovoada ainda na segunda metade do século XVI (ELLIS, 1978, p. 282).

Tais expedições de apresamento reduziram os riscos do lugar e definiram aos poucos a possibilidade uma ocupação européia rarefeita no litoral do Paraná, que por volta de por volta dos 1550, já era percorrido amiúde por portugueses e espanhóis, como registrou Hans Staden, no relato de seu naufrágio nas cercanias do Superagui (WESTPHALEN, 1998, p. 60).

A ocupação no entender de alguns já se contava, nesta mesma época, com um assentamento mais ou menos fixo de oriundos de Cananéia na ilha da Cotinga, nas proximidades de Paranaguá (PARANÁ, 1899, p. 559), (FRANCO, 1954, p. 349), (MAACK, 2002, p. 74).

Desde a descoberta, em 1514, do Rio da Prata por Estevão Froes e João de Lisboa, que as notícias da existência, no sul do continente de uma serra nevada onde onde vivia "um povo serrano que possui muitíssimo ouro batido, usado a moda de armadura, na frente e ao peito" (BUENO, 1998, 118), que as terras do extremo sul do Brasil eram olhadas e administradas pela coroa portuguesa como local de potencial descobrimento de metais preciosos.

Os esforços no sentido de encontrar ouro nesta parcela de nosso território eram encetados desde os meados do século XVI. Manoel da Nóbrega (1954-B, p. 492) e José de Anchieta (1954 A, p.118,) comentavam alvissareiras descobertas de ouro e prata em suas correspondências nos anos 1550, já em 1560 registrava-se carta de Brás Cubas apontando a descoberta de ouro nas proximidades de São Vicente (HOLANDA, 1973, p. 245).

Mas foi nas cercanias da Baía de Paranaguá, onde se encontrou ouro em alguma quantidade na primeira metade do século XVII¹⁶⁷. Embora o primeiro comunicado oficial de Gabriel de Lara sobre a descoberta seja de 1646, Cecília

¹⁶⁷ Vieira dos Santos (1951, p. 18 a 20) recua esta data para os meados do século anterior, coincidindo com as alusões a eventuais descobertas que se lê nas cartas de Nóbrega e Anchieta, Antonio Licardo também faz alusão a datas semelhantes (2004, p. 43). Reinhard Maack também aponta para o mesmo período (2002, p. 74).

Westphalen indica descoberta anterior a esta data (1998, p. 203), o mesmo sugerindo Sérgio Buarque de Holanda (1973, p. 256) – se estabelecendo uma atividade mineraria mais ou menos sistemática.

Tratava-se do primeiro ouro do Brasil¹⁶⁸ e, também, do primeiro dos sucessivos ciclos extrativos da economia paranaense, e é desse período que se consolidam as iniciativas sistemáticas de transpor a Serra do Mar em seu segmento paranaense.

O ouro de Paranaguá e cercanias, geralmente de aluvião, deu origem a um grande movimento de mineração em todo o litoral e, subindo pelo leito dos rios, especialmente o Cubatão, atual Nhundiaquara, se aproximou rapidamente das encostas da Serra e daí a sua transposição no sentido de Curitiba. Ou como narra Sérgio Buarque de Holanda:

“A atração do ouro foi causa, segundo velhas notícias, da fixação de grande número de moradores de São Paulo no lugar das novas minas. Não só as margens do Cubatão e dos contrafortes que circundam a baía de Paranaguá foram esquadrihados por essa gente: também do alto da serra, as jazidas do Atuba e do Barigui serão logo procuradas. Uma planta de 1653 já assinala nos campos de Curitiba dois casebres, um cruzeiro e até um pelourinho, quinze anos antes de criar-se ali a vila de Nossa Senhora da Luz.” (1973, p. 255).

É por estes tempos que se iniciou um movimento sistemático de pessoas cruzando a Serra do Mar entre Paranaguá e Curitiba. Por volta de 1640, Gabriel de Lara, partindo de Paranaguá, teria pesquisado ouro nos seus contrafortes de oeste e no planalto serra acima, o que fez novamente em 1649 acompanhado de Diogo Peneda (FRANCO, 1954, p. 284 e 288). Nesta mesma época F. Soares do Valle, foragido de São Paulo, chegou aos campos de Curitiba e “avistando a serra da marinha desceo pela denominada Serrinha té Paranaguá” (s.d., 1926, p.70-71).

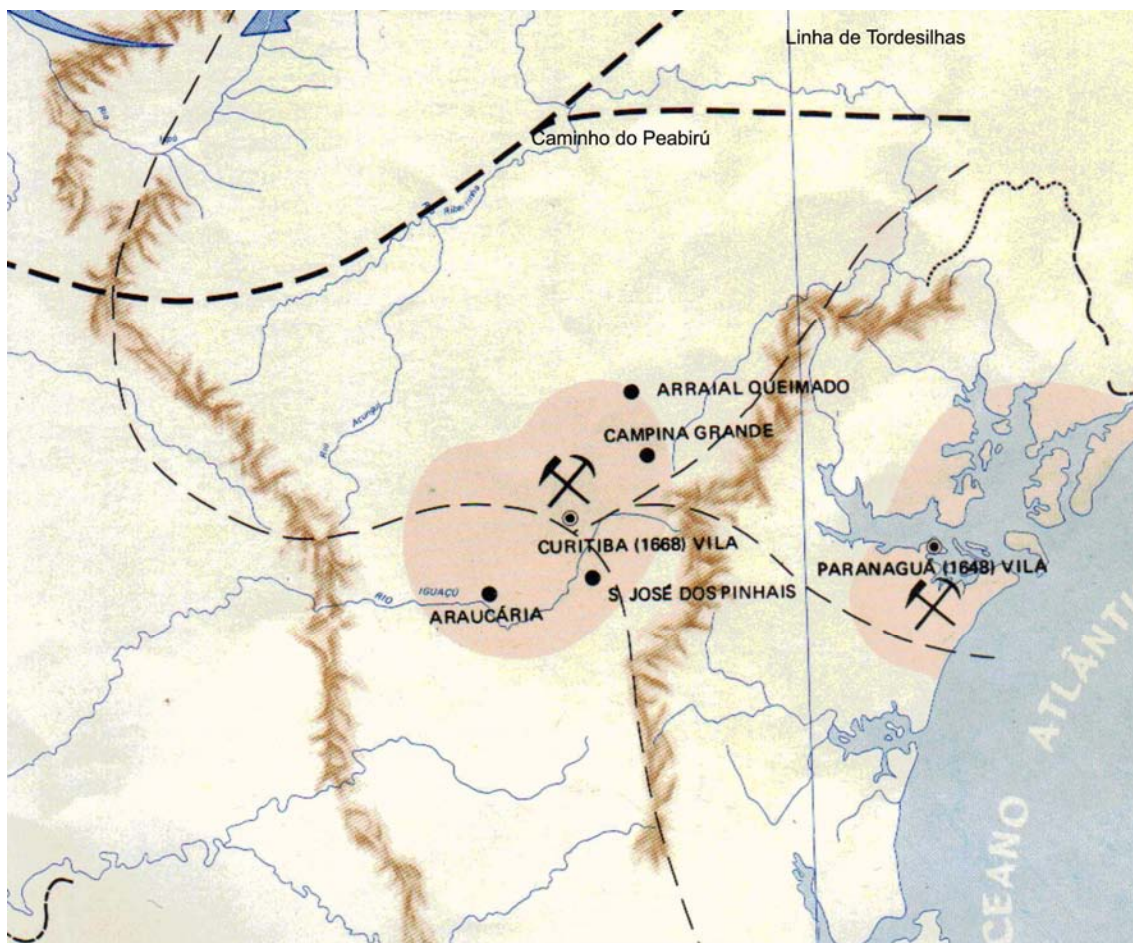
Em 1648, Ébano Pereira, nomeado entabulador das Minas de Paranaguá, como já fizera uns doze anos antes, subiu a Serra no sentido de Curitiba, sendo então a primeira autoridade colonial a fazer essa travessia no Paraná (WESTPHALEN, 1998, p. 203).

As comunicações entre o litoral e o planalto, embora muito precárias, tornaram-se aos poucos corriqueiras quando impulsionadas pelo surto minerador.

¹⁶⁸ Tais fatos ocorreram quase no fim da primeira metade do século XVII, porquanto, antes dessa época, não se tinha ainda iniciado em nenhuma parte do Brasil, o ciclo da mineração propriamente dita (MARTINS, 1995, p. 65). No contexto anterior ao descobrimento das Minas Gerais, a proeminência como região de produção aurífera era de Iguaçu a Paranaguá (HOLANDA, 1973, p. 255).

Por volta dos meados do século XVII, se fazia estável a travessia da Serra do Mar por meio de picadões (WESTPHALEN, 1998, p. 157), estando no entender de Júlio Moreira já aberto o caminho do Itupava (1975, p.8), datando as iniciativas de subida pelo caminho da Graciosa de tempo anterior (LEÃO, 1999, p. 144).

FIGURA 22 – ASSENTAMENTOS E CAMINHOS DO PERÍODO DA MINERAÇÃO



Fonte: Atlas Histórico do Paraná (PARANÁ, 1987-A, p.33).

Transposta a Serra do Mar e consolidadas as primeiras povoações, Paranaguá foi elevada a vila em 1648 e Curitiba vinte anos depois, em 1668. Estavam lançadas as bases da ocupação do território que posteriormente viria a ser designado como Paraná. No cartograma da figura 22 encontram-se assinalados os primeiros assentamentos.

Nesse tempo se delinearam os principais caminhos que posteriormente no correr do período colonial e durante quase todo o imperial seriam as principais ligações entre o planalto e o litoral. Eram os caminhos do Itupava, do Arraial, da Graciosa e dos Ambrósios.

O caminho do Itupava – que foi o principal durante todo o período colonial – partindo do atual Porto de Cima, - ao qual se chegava de Paranaguá por via fluvial pelo rio Cubatão, atual Nhundiaquara – seguia serra acima paralelamente à margem direita deste mesmo rio, no sentido noroeste, até sua confluência com o Ipiranga, donde, no seu trajeto primitivo, subia paralelamente a este mesmo rio até a Serra da Farinha Seca e daí cruzando a serra da Boa Vista e passando aos pés do morro do Pão de Lot, chegava à Borda do Campo, assomando o planalto a nordeste de Curitiba;

O da Graciosa, que parece ter sido uma das mais antigas trilhas de acesso ao planalto¹⁶⁹ (MOREIRA, 1975, p. 262), levava inicialmente ao Arraial Queimado, tido como dos mais antigos assentamentos de mineradores nestes campos, nas proximidades de onde hoje se encontra Bocaiúva do Sul. Embora aberto por duas vezes no século XVIII, permaneceu praticamente desativado até os primeiros anos do XIX, sendo reaberto apenas em 1807. Porém permaneceu com dificuldades operacionais graves até os primeiros anos da instalação da província.

Este, na sua versão mais antiga, pode ter sido o caminho de Queretiba, que se lê na carta de Pedro Teixeira Albernás, de 1653. Dele se diz ter sido usado por Gabriel de Lara, o capitão povoador do planalto. Teve, posteriormente, três traçados entre Antonina e a localidade de São João – um pouco ao sul da confluência dos rios Mãe Catira e São João – o primeiro deles mais ao norte saindo do Curitiba e os outros dois de Antonina.

De São João o Graciosa segue para nordeste paralelamente ao curso do Mãe Catira até os altos da Serra da Graciosa, daí, no seu traçado mais antigo seguia a nor-noroeste para o Arraial Queimado, e na sua última versão faz uma inflexão para sudoeste, descendo a vertente ocidental desta mesma serra e daí atingindo o planalto na altura da Borda do Campo.

¹⁶⁹ Vieira dos Santos afirma que as primeiras travessias pela Graciosa se deram por volta de 1570 (1951, p. 123).

O do Arraial – talvez a primeira ligação estável entre o litoral e o planalto (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p.12) – levava originalmente ao Arraial Grande atual São José dos Pinhais. Este caminho, nos séculos XVIII e XIX era a trilha preferida pelos moradores daquela cidade e da Lapa para acesso ao litoral, sendo, todavia, de difícil trânsito no período chuvoso, especialmente por seguir por longo percurso muito proximamente a cursos d'água (MARTINS, 1995, p. 107, 108).

A partir de meados do século XVIII, tudo indica que o caminho do Arraial passou a ser o caminho preferencial para o trânsito de gado bovino do planalto para o litoral (MOREIRA, 1975), (VIEIRA DOS SANTOS, 1950), (ROHAN, 1854).

Este partia do porto do Padre Veiga, nas margens do Rio do Pinto, na sua confluência com o Cubatão, dali seguia, águas acima, paralelamente ao vale do rio do Pinto assomando a região do Cabrestante, nas proximidades da confluência com o Rio da Fortuna e o salto do mesmo nome, daí seguia paralelamente ao curso deste último serra acima, até as proximidades da cota 800 m., dirigindo-se daí à localidade de Pilão de Pedra, onde apresentava dois ramais, o primeiro no sentido sudoeste para São José dos Pinhais e o outro para noroeste, demandando à Piraquara.

O dos Ambrósios era a trilha que ligava o antigo Arraial Grande, hoje São José dos Pinhais e Curitiba, com a baía de Babitonga, e com o porto de São Francisco, no atual estado de Santa Catarina. Este saía desta baía na localidade de Porto das Três Barras, seguindo paralelamente ao curso do rio das Três Barras, até os sopés do Monte Crista, subindo por este até as proximidades de seu cume, daí seguindo para o Quiriri no planalto curitibano.

As ocorrências que deram sustentação ao ciclo da mineração no Paraná neste período guardavam evidente relação com a Serra do Mar. O ouro de lavagem que se tirou, quer na planície quer em ambas as vertentes, tirou-se de rios com nascentes nas suas encostas, como, por exemplo, no Cubatão, Faisqueira, do Pinto, Tagassaba e Guarumby.

A Serra do Mar, pelos seus recursos minerais, relaciona-se intimamente com a criação das bases materiais da ocupação do território paranaense, quer por

propiciar meios econômicos para a criação dos seus primeiros assentamentos¹⁷⁰, quer por estarem nela as três principais gargantas que permitiram nos séculos subseqüentes a ligação entre o planalto e o litoral.

Os caminhos para os campos de Curitiba, como os que demandavam os campos de Piratininga, eram íngremes e penosos, a Serra aparecia para os primeiros viajantes como uma verdadeira muralha. De suas travessias nestes primeiros momentos, o relato que se tem refere-se às peregrinações do Padre Belchior das Pontes, narradas pelo Padre Manoel da Fonseca.

Este conta que o Padre Belchior, após doutrinar na costa, subiu para Curitiba por caminhos muito abruptos e assustadores, com muita mata, onde havia grande umidade. Sua descrição (FONSECA, 2003, p. 63) por ser a primeira notícia escrita desta travessia e pela forma com que é feita, merece transcrição:

“Doutrinados os moradores da Costa, e passados grandes trabalhos no seu cultivo, restavam-lhe as imensas Serras de Curitiba. São elas uma contínua muralha, que começando nos altíssimos promontórios de Ibiapaba, vão correndo com pouca distância do mar até as célebres Serranias do Chile. Por muitas partes se comunicam os moradores da praia com os do sertão, mas dificultosamente se achará estrada mais difícil que na Curitiba. [...] Estão uns montes sobre outros, e quando se encontra algum plano, são tantas as lamas e tão profundas, que necessariamente se hão de passar a pé. São povoadas as Serras de madeiras, mas tão úmidas, que há grande dificuldade em acender fogo para passar a noite. Finalmente são tão dilatadas as matas, que os mais robustos gastam dia e meio em atravessá-las”.

Para que se tenha uma idéia da data deste relato pode-se recorrer à menção que faz na seqüência à Salvador Jorge velho, a quem o padre Belchior encontrou nessa mesma viagem, serra acima, nos sertões de Curitiba, pesquisando ouro, em situação de extrema dificuldade, mas com muita esperança de achá-lo.

O mesmo Salvador Jorge Velho, noticiava o encontro de ouro, nas minas que chamou Nossa Senhora da Conceição em Curitiba entre 1679 e 1680, como consta do respectivo verbete no Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, que faz menção a esse encontro (FRANCO, 1954, p. 426).

Sabe-se que embora tenha ensejado os primeiros passos da ocupação do litoral e do planalto e da conseqüente estabilização dos caminhos de transição da Serra do Mar, a lavagem de ouro não se constituiu em atividade duradoura por

¹⁷⁰ Sérgio Buarque de Holanda relaciona a esse movimento de mineração ao surgimento dos principais assentamentos do sul do país nos meados do século XVII (1976, p. 322).

essas bandas tendo, por volta das primeiras décadas do século subsequente aos primeiros achamentos oficiais, entrado em decadência¹⁷¹.

Iniciou-se então um novo período na história da economia do Paraná, tempo extenso em que, a barreira da Serra dificultava a ocupação do território, as trocas com o litoral e a metrópole e a evolução da economia. Como comenta Romário Martins (1995, p. 3): “A Serra do Mar, confinando o advena na orla atlântica, até que os caminhos facilitassem os transportes pela bruteza das escarpas, fez com que o povoamento do planalto e o seu desenvolvimento se fizessem com lentidão”.

É um momento de pouco dinamismo. Contudo, transitavam gado e gente pelos caminhos da Serra do Mar. Os parnanguaras (WESTPHALEN, 1998, p.204) passaram a criar gado nos campos do primeiro planalto constituindo as bases da pecuária campeira que durante largo período constituiu o principal meio de sustento da gente paranaense.

Já nos primórdios da ocupação dos campos de Curitiba, a pecuária andava junto da mineração como base do sustento daquelas populações. Isto se evidencia, por exemplo, como registra e parcialmente transcreve Francisco Negrão, na Carta de Sesmaria do Capitão povoador dessa terra, Matheus Martins Leme, que fazia menção a seu curral, que é de 1668 e, também, na concedida, em 1683, a Manoel Soares que estava “povoando os campos de Curityba com sua mulher e filhos, com suas criações de gado” (s.d., p. 11).

Ocupava-se aos poucos o primeiro e o segundo planalto do Paraná, com a pecuária, constituindo-se uma economia baseada na ocupação extensiva dos campos nativos, com grandes propriedades de proprietários ausentes.

Quando finda o século XVII, já estava instalada uma economia com base na pecuária extensiva. Nesse momento a Serra era uma barreira que só se transpunha com muita dificuldade e em caso de necessidade. A ocupação do Paraná, impulsionada pela demanda de gado de corte e tiro que advinha das recém descobertas Minas Gerais, se voltou para a ocupação dos campos do primeiro e do segundo planalto e para o comércio com São Paulo.

¹⁷¹ Já em 1734 era extinta a Casa dos Quintos em Paranaguá, aberta em 1649 (WESTPHALEN, 1998, p. 220), (MARTINS, 1995, p. 67).

Necessidades das atividades mineiras deram origem a um movimento de ocupação do território e de povoamento do Paraná, especialmente nas regiões de campos naturais – os campos de Curitiba e os Campos Gerais. Estas, contudo, eram de iniciativa de homens de Paranaguá, Santos, Itu e São Paulo¹⁷², que “através de prepostos que as administravam, montavam a empresa pastoril, requerendo depois sesmária, com base na ocupação anterior” (WESTPHALEN, 1998, p. 205).

Num primeiro momento o atendimento a esta demanda teve como origem o gado criado nos campos de Curitiba e nos campos gerais – atividade que se vinculava ao processo inicial de ocupação do planalto Curitibano. Já em 1720 bois e cavalos eram exportados para São Paulo e para as minas de cataguases¹⁷³ (WESTPHALEN, 1998, p. 204).

Nesse contexto a transposição da Serra do Mar, no Paraná, passou na primeira metade do século XVIII a se relacionar com a dinâmica da economia do paranaense e com a brasileira. Dessa atividade decorreu a necessidade de melhoria nos caminhos que transpunham a Serra do Mar¹⁷⁴ ligando Curitiba ao litoral - decorrência do desenvolvimento das atividades da pecuária nos Campos Gerais e a conseqüente necessidade de mercadorias, como observa Cecília Westphalen (1998, p. 158).

Pouco depois, dois movimentos levaram a consolidação de uma nova travessia da Serra que, embora não tenha ocorrido no que veio a ser o Paraná, foi de tal forma importante para a ocupação de nosso território e formação da nossa sociedade que deve ser aqui considerada.

De um lado verificou-se o aumento das populações envolvidas com a mineração nas Geraes, com o decorrente aumento da demanda por animais de tiro e corte, em quantidades superiores às passíveis de serem atendidas pela incipiente

¹⁷² Para Romário Martins as principais fazendas da economia campeira que se estabeleceu nos campos de Curitiba e nos Gerais era de pessoas “moradoras em Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo dos habitantes de Curitiba as pequenas propriedades do rocio da vila” (1995, p. 273).

¹⁷³ Simonsen registra que em 8 de novembro de 1725 o Governador de São Paulo fez passar o seguinte bando: “Por ser conveniente ao real serviço de V. Mag. q’ Ds. ge., e ao aumto. de novas Minas de Cuyabã, meter nellas gados vacuns pa. sustento dos Mineiros, e mais pessoas q’ se acharem naquele descobrimento, de q’ tambem resultará grande conveniência aos moradores desta capnia, que os quizerem mandar, ou levar, pa. as das Minas do Cuyabã, e por me constar, q’ nesta dita capitania, há vários moradores q’ tem curraes de gado no Certão da Villa de Curitiba desta Comarca, donde se podem conduzir, pa. as ditas Minas de q’lhes resultarão grandes utilidades, o poderá fazer toda a pessoa q’ quizer no tempo q’ lhe parecer oportuno, e também poderá fazer toda pessoa q’ quizer conduzir de paragem chamada Vacaria gados pa. ditas Minas sem se lhe pôr impedimento algum” (1969, p. 161).

¹⁷⁴ Júlio Moreira registra ser de 1695 primeiro provimento da Câmara Municipal de Curitiba determinando o conserto do caminho mar (MOREIRA, 1975, p. 9).

pecuária curitibana. Aquelas populações, numa atitude típica das economias extrativas escravistas, não se ocupavam de outro afazer que não a extração e comercialização de metais e pedras preciosas, importando os demais bens que fossem necessários à sobrevivência.

De outro passou a se fazer sentir na prática a política de expansão territorial que, como assinala Pinheiro Machado (2001, p. 62), depois da restauração, tornou-se uma forte diretriz do estado português, propondo a expansão territorial para oeste¹⁷⁵, por sobre a linha de Tordesilhas, e que muito influenciou a ocupação de grande parte do território paranaense. Neste caso diziam respeito aos esforços para consolidar a Colônia do Sacramento.

Tratava-se de, simultaneamente, operacionalizar as políticas expansionistas, estabelecendo uma ligação permanente de São Paulo com o continente de São Pedro do Rio Grande, e de abastecer, com o gado que os jesuítas haviam introduzido nos campos do sul – e que procriou em grande quantidade¹⁷⁶ – as populações e atividades mineiras, com a abertura do chamado caminho das tropas, ou do Viamão.

Em 1731, por determinação do governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel (1727-32), o Sargento-mor Francisco de Souza e Faria se ocupou da construção do caminho. Um pouco depois, em 1733, Cristóvão Pereira de Abreu trouxe da Colônia de Sacramento grande cavalhada, com a qual chegou até as Minas (CARNEIRO DA CUNHA, 1973, p. 38).

O mesmo Cristóvão Pereira, “grande tropeiro paulista”, esteve diretamente envolvido no projeto expansionista português, pois “socorrera militarmente a Colônia de Sacramento, na sua épica resistência contra as acometidas espanholas” (SIMONSEN, 1969, p. 175), o que evidencia a articulação entre ambas as iniciativas.

Esse caminho, também significava uma transposição da barreira da Serra do Mar, e foram grandes as dificuldades para a sua abertura. Sobre o fato encontra-se narrativa nos *Relatos Sertanistas*, organizados por Taunay, onde se transcreve

¹⁷⁵ Pinheiro Machado, chama atenção para decreto de 12 de novembro de 1678 do rei D. Pedro II, de Portugal, que bem definia essa diretriz e que ordenava se tomasse posse de toda a região neutra que ia desde Laguna até as margens do Prata (PINHEIRO MACHADO, 2001, p. 62).

¹⁷⁶ Foi de gado “mandado fazer pelas Missões jesuíticas” de que se fizeram os depósitos “naturais” de gado dos campos de Vacaria (SIMONSEN, 1969, p. 173).

relatório do Sargento Mor Francisco de Souza Faria sobre a abertura do caminho de Laguna para Curitiba.

O caminho cruzava a Serra do Mar um pouco abaixo de Laguna, e narrava o seu – “descobridor e abridor”- que saindo desta cidade, percorreu trecho de praia para depois subir o vale do rio Araranguá e na “serra chamada Paranapiacaba” [...] “entre os morros achei um espigão por onde subi toda a tropa, depois de 11 meses de contínuo trabalho, fazendo o caminho atalho aberto, e é o único por onde se pode subir a serra” (TAUNAY, s.d., p. 139 -140).

Como menciona Simonsen (1969, p. 173), nestes primeiros tempos do Viamão: “O gado partia dos campos de Sacramento [...]. Mais tarde, subia pela estrada de Araranguá e invernava nos campos de Santa Catarina e Paraná, antes de chegar a Sorocaba, a caminho das Minas Gerais”.

Para Brasil Pinheiro Machado, a construção desta estrada significou muito para a história do Paraná, pois veio a desligar Curitiba do “ciclo litorâneo” afastando-a socialmente de Paranaguá e “incorporando-a ao sistema histórico das guerras de fronteira, dando-lhe oportunidade de uma marcha para o sul, para o norte e para o oeste”, o que veio a alterar seu padrão de articulação – centralidade se diria mais contemporaneamente – com todo o território do que viria ser a província do Paraná (2001, p. 64/65).

Como que vaticinando o futuro, o capitão general, ao tomar a decisão de fazê-la, pediu auxílio aos curitibanos, e ponderava não apenas a respeito de sua utilidade, asseverando que ao “abrir-se a estrada, e entrando gados e cavalgaduras, fazendas e pratas, com os mais gêneros que podem introduzir os castelhanos, vira a ser essa vila de Curitiba, a mais populosa e rica desta Capitania” (MACHADO, 2001, p. 65).

O caminho das tropas, com o correr do tempo teve o seu traçado modificado. Surgiram diversos ramais, articulando os locais de produção e invernagem, os quais se situavam nas regiões de campos naturais do sul sudeste brasileiro. Posteriormente definiu-se um traçado em que o gado, passando por Vacaria, seguia no rumo noroeste, direto daí para Lajes, abandonando-se, por ser mais longo, aquele que ia pelo caminho do mar, entre o Viamão e Araranguá.

O seu traçado associava-se muito de perto a ocupação do território e o surgimento das principais cidades do Paraná no correr dos séculos XVIII e XIX, Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva (PADIS, 1981, p. 22, 23).

Nos tempos da economia de pecuária extensiva e de expansão territorial, percebe-se mais uma vez que uma nova transposição da Serra do Mar, desta feita mais ao sul, permitiu o advento de novas condições econômicas, ensejando as condições materiais que permitiram ocupação do espaço sobre o qual se estruturou a vida paranaense pelo menos até os fins do século XIX.

Mais que isso, permitiu que essa configuração de ligações viesse a conferir à Curitiba uma posição ímpar no que concerne às suas ligações com o sul da América espanhola e a sua articulação com o sul do país, que se reflete na sua centralidade no conjunto da rede de cidades da região sul sudeste até o presente.

Nestes primeiros tempos do tropeirismo e da criação de gado, entravam por Paranaguá os gêneros para atender as necessidades das populações do planalto – chumbo, ferragens, vestimentas - e o principal insumo da atividade campeira, o sal. Este, contudo, era difícil e incerto, tendo havido em 1763, uma enorme falta de sal (WESTPHALEN, 1998, p. 211).

Com base nas exportações e importações de Paranaguá pode-se ter uma idéia dos principais produtos que articulavam o tráfego de mercadoria serra abaixo e acima. Dentre os produtos de exportação mencionados por Cecília Westphalen saia de Paranaguá, em 1797, como produto típico do planalto, alguma congonha, e entrava um rol pouco variado de mercadorias: fazendas, chapéus e panos – os três perfazendo 53,60% do total -, além do sal – 14,7 % -, vinhos, ferragens, pólvora e chumbo, e miudezas diversas (1998, p. 219).

Vê-se que se tratava do atendimento de necessidades de vestir, e do sal para o rebanho, abrangendo quase que 70 % do conjunto do que se importava no Paraná, o que mostra a frugalidade da economia campeira.

Pode-se dizer que nesse período a economia da região estruturava-se a partir das trocas que se estabeleciam na área de influência do caminho do Viamão e da atividade tropeira, porém dependia, fundamentalmente, de uma ligação com o litoral, para que pudesse importar o mais importante de seus insumos básicos.

No correr do século XVIII até o início do XIX, no tempo de predomínio do tropeirismo, essa demanda aos poucos exigiu melhorias nas condições de transposição da Serra do Mar. Estas já eram solicitadas pelo ouvidor Raphael Pires Pardinho, na sua viagem de correição entre 1720 e 1721, dando início a uma longa lista de determinações governamentais para conserto dos caminhos do mar que nem sempre eram atendidas pelas câmaras e pelos respectivos encarregados.

Além disso, as políticas expansionistas da coroa portuguesa também demandarão consertos, quer por motivos de segurança – manter aberta a estrada significava a possibilidade de atender com maior presteza eventuais distúrbios na longínqua fronteira do oeste, quer para permitir a realização de expedições de conquista.

Os dois fatores parecem ter sido determinantes das diversas iniciativas de conserto, abertura de ramais e alternativas de traçado para os caminhos que ligavam o planalto ao litoral desde os primeiros tempos até as primeiras décadas do século XIX.

A abordagem aos caminhos que aqui se faz não se prende aos detalhes dos traçados, dos motivos e reclamos da comunidade ou governantes em prol ou contra esta ou aquela alternativa, até porque esta mesma história foi narrada com riqueza extrema de informações por Júlio Estrella Moreira no seu *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*, e com as reminiscências de época e farta transcrição documental por Vieira dos Santos (1950) e (1951).

No período em que a pecuária campeira e o tropeirismo são as características mais dominantes da economia paranaense, no correr do século XVIII e até os vinte primeiros anos do século XIX, o caminho de ligação entre o litoral e o planalto que predominou foi a transposição da Serra do Mar até o Porto de Cima pelo Itupava¹⁷⁷ e o acesso até o porto de Paranaguá pelo rio Cubatão – atual Nhundiaquara.

O caminho da Graciosa, então, foi utilizado de forma irregular, tendo sido aberto, abandonado e fechado por diversas vezes, não se caracterizando como o acesso privilegiado à marinha pelo menos até 1820, quando houve vigorosa

¹⁷⁷ A designação Itupava parece ser uma das mais recentes e refere-se a uma barreira situada na região com o mesmo nome, ao longo de sua existência este caminho chamou-se Caminho do Mar, Caminho de Paranaguá, Caminho do Cubatão, Caminho Real, Caminho Grande, Caminho da Serra, Caminho de Morretes, Caminho de Curitiba (MOREIRA, 1975, p. 7). No dizer de Vieira dos Santos: “Itupáva, ou Itoupavas, ou Itupava é um lugar na Serra de Curitiba, com este nome que parece significar rio despenhado por salto de pedras, e antigamente seria esta passagem temível aos andantes viajeiros” (1950, p. 17).

manifestação real, no sentido de que o mesmo fosse mantido aberto e em boas condições (PARANÁ, 1899, p. 504).

Estabelecido no segmento do arco convexo da Serra do Mar em que esta se apresenta mais distante do mar, na parcela do litoral em que a planície costeira apresenta sua maior extensão, o Itupava chamou, pela primeira vez, a atenção das autoridades da metrópole quando, em sua correição pela região de Curitiba e Paranaguá, o ouvidor Raphael Pires Pardini, por ele transpôs a Serra do Mar.

Sobre esta viagem o ouvidor encaminhou carta ao rei reputando de muito arriscado o trecho de 15 léguas que se fazia por canoas no rio Cubatão – que dizia ser lugar de “hitahupabas, desgraças e riscos” (NEGRÃO, 2003, p. 120) –, que nas 5 léguas seguintes se transpunha a Serra entre matos e precipícios e que, percorridas mais 4 léguas, chegava-se a Curitiba (WESTPHALEN, 1998, p. 157, 158).

Também deixou provimentos para as câmaras de Curitiba e Paranaguá – datados de 1721¹⁷⁸ – nos quais estabeleceu alguns requisitos quanto às características do caminho e dividiu as exigências de manutenção: para Curitiba desta até o cimo da serra; para Paranaguá, do cimo da serra até o Cubatão dos Morretes. Nestes, por outro lado, dividiu o trecho em segmentos – quartéis – estabelecendo a exigência de que cabos se obrigariam da feitoria das obras e serviços (MOREIRA, 1975, p. 9, 10), (NEGRÃO, 2003, p.119).

Com estes provimentos iniciou-se uma sistemática de conservação dos caminhos do mar que incluía o trabalho obrigatório, por meio de mandados, dos moradores que viviam nas áreas lindeiras ao caminho. Tinham como feitores os cabos nomeados pela Câmara, recebendo desta apenas alimentação, todos convocados na qualidade de cabos e soldados de ordenanças.

Esta forma de manutenção, mediante trabalhos forçados, embora comprometesse com a manutenção da estrada seus usuários imediatos e nela hipoteticamente interessados, não levou a bons resultados, principalmente pela falta de recursos da comunidade, que muitas vezes não dispunha do necessário para

¹⁷⁸ Nestes provimentos, os de número 53, 54 e 55, referem-se ao caminho da Graciosa, constata-se o seu uso em tempos anteriores, afirmam terem sido mais planos e de trânsito mais fácil, bem como significar a possibilidade de evitar os riscos da navegação no Cubatão, e definem procedimentos para sua eventual abertura, porém, é de enfatizar que, colocam a possibilidade desta abertura condicionada aos interesses locais, diferentemente às exigências de manutenção do Itupava, que tem um caráter mandatário (NEGRÃO, 2003, p. 120).

fazer face às despesas de alimentação desses trabalhadores obrigados (MOREIRA, 1975, p. 149).

No correr dos anos que se seguiram a essas primeiras medidas administrativas, o que se viu foi uma série de iniciativas do governo da capitania cobrando das câmaras as providências no sentido de fazer o reparo dos caminhos, e do lado destas, uma que outra iniciativa de reparo seguida de reclamos de falta de recursos para tanto (MOREIRA 1975).

Logo após aos referidos provimentos, o governador general da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel - o mesmo que mandara abrir o Viamão –que conhecia muito bem a importância estratégica de Curitiba para a ocupação dos territórios ao oeste, retomou o tema e determinou, em 1722 que ambas as câmaras se ocupassem da manutenção do caminho.

Talvez numa demonstração da resistência do poder local aos desígnios dos governadores gerais a que se refere Pinheiro Machado (2001, p. 62), a Câmara de Curitiba só após 8 anos dos provimentos, em 1729, tomou a iniciativa de dividir em quartéis o trecho sob sua responsabilidade.

Isto ocorreu em “memorável vereança”, sendo os cabos nomeados entre “as pessoas de maior destaque da vila” o que demonstrava a importância concedida ao caminho e à sua manutenção, sendo as omissões punidas com pesada multa ou prisão (MOREIRA, 1975, p. 11).

Seguem-se a essa primeira diversas outras iniciativas de divisão em trechos e nomeação de respectivos responsáveis, pelo menos no âmbito da câmara de Curitiba, Júlio Moreira menciona documentos relativos à nomeação de cabos datados de 1731, 1732, 1734 e 1735 (1975, p. 13).

Em 1738, tendo o Ouvidor Manoel dos Santos Lobato. (LEÃO, 1999, p. 144) determinado a abertura do caminho da Graciosa em iniciativa que não chegou a ser concluída, o Itupava deixava de receber manutenção, resultando que por volta de 1743 estava praticamente arruinado, ficando a comunicação com litoral em situação difícil, pois a Câmara de Curitiba não dispunha dos recursos para colocá-lo em condições (MOREIRA, 1975, p. 17).

Nessa época políticos e comerciantes curitibanos se propuseram a fazer a manutenção do caminho, melhorando seu traçado, adequando-o ao tráfego de

cavalgadas e construindo algumas transposições de cursos d'água, mediante o monopólio do transporte pelo mesmo. Concedida a autorização e iniciadas as obras, estas se desenvolveram entre 1743 e 1745, estando ainda inconclusas quando parcela da população local – que em parte ponderável, no seu segmento menos favorecido, se ocupava de transportar cargas nas costas¹⁷⁹ através da Serra – se levantou contra a concessão. Nestas circunstâncias o ouvidor, Manoel Tavares de Siqueira, determinou que os contratantes só detivessem o monopólio do transporte em animais, sendo o feito por carregadores isento deste, havendo também exceção para “cada qual na sua cavalgada para o mistér de sua casa” (MOREIRA, 1975, p. 17 à 21).

O Itupava nesse tempo era pouco mais que uma picada que, nos seus trechos mais difíceis, percorria-se a pé. A ele se refere assim o ouvidor Manoel Tavares de Siqueira: “por não costumarem até então conduzir cargas em cavalgadas, em razão do caminho ser incapaz disso pelo mato e serra muito escabrosa” (MOREIRA, 1975, p. 21).

Sua situação era tão desfavorável que quando passou por Curitiba, inspecionando o Caminho do Viamão, em 1745, o Brigadeiro José Custódio de Sá Faria – empreitada que não devia ser fácil – não ousou por ele passar, e comentou:

“Na Vila de Curitiba falhei vários dias. Saí para a serra de Paranaguá correndo para leste e sul até o alto da serra que desce para Paranaguá, onde está o sítio dos Padres da Companhia junto ao Palmital. Aí há uma das cabeceiras do rio Curitiba, muito feroz, levando água. O caminho é despenhado e barrancoso, muito perigoso. Daqui não passei” (MOREIRA, 1975, p. 27).

Dessa época para frente, até 1770, há registro de diversas provisões das Câmaras de Curitiba e Paranaguá, no sentido de que se fizesse a manutenção do caminho. Apontavam com freqüência para as péssimas condições do caminho. Elas ocorreram, em Curitiba, nos seguintes anos: 1746, 1747, 1748, 1751, 1752, 1755 (com registro de impraticabilidade do caminho), 1756, 1757, 1758, 1759, 1760, 1763, 1767 e 1768 (MOREIRA, 1975).

¹⁷⁹ O transporte de cargas na Serra do Mar é geralmente visto como um indicativo da situação de penúria que aqui havia. Parece razoável esta assertiva, mas alhures chegou a se constituir num bom negócio. O Conde de Assumar, no seu relato da viagem que fez para assumir o seu cargo de Governador das Minas, em 1717, quando passou por Paraty, hospedou-se com um Capitão Lourenço Carvalho, homem de posses cuja riqueza provinha de “trezentos negros, que lha adquirem cavedal com a condução de cargas, em que continuamente andão pela serra cima, que vay sair na Villa de Guaratinguetá.” (RIBAS, 2003, p. 117).

A freqüência das manifestações administrativas, quase anual e como que a cumprir uma exigência do governo da capitania, e a natureza dos reclamos, que parece não ter sido seguidos de providências concretas, pois que se repetiam, chega a sugerir certo desinteresse das comunidades pela efetiva manutenção do caminho, ou uma extrema penúria das populações envolvidas.

Entre 1770 e 1772 o caminho do Itupava sofreu uma segunda intervenção de grande monta, com mudança de percursos, melhoria das condições de trânsito, alargamento e drenagem, bem como, a abertura, à fogo, da garganta do Cadeado¹⁸⁰ que, embora incluísse no seu percurso uma passagem de grande dificuldade, facilitava o transporte de cargas na Serra.

Vieira dos Santos registra essa mudança do traçado velho para o novo, e comenta a abertura da passagem pelo cadeado:

[...] o Caminho velho por que o novo foi aberto por mandado de Affonso Botelho de São Paio e Souza, entre os annos de 1770 a 1772 e por ella poder passar os trens bellicos d'artelharia e armamento da primeira expedição militar, destinada ao descoberto dos Campos de Guarapoava e rio do Tybagi; e então abandonado o primeiro trilho aberto, se fes novo pique ao cume da Serra, e sendo este impedido perto do Cume pelo grandissimo penedo denomeado - Cadeado - romperão, este mesmo penedo, por num lado d'elle, fazendo a passagem sufficeiente na mesma pedra, aborda de hum espantozo despinhadeiro ou roladôr lngreme, de immensa profundidade comtudo por este lugar perigozissimo podião passar animaes de hum em hum, e desde então tem sido o tranzito délles pela mesma direcção que inda poderão haverem outros lugares que entre as mesmas Serras, que offereção melhores localidades a servirem no futuro de tranzito (1950, p. 13-14).

As melhorias, de grande monta para a época, se deram justamente por interesse do governo da metrópole e de sua política de expansão territorial. O capitão general de São Paulo, cumprindo instruções expressas da corte, determinou ao tenente coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que tomasse as providências necessárias para a realização de expedições que se destinavam à conquista dos campos de Guarapuava e Tibagi¹⁸¹ (MARTINS, 1995, p. 104).

Na ocasião, Afonso Botelho, de grande e incontestada autoridade, tomou a iniciativa de obrigar as ordenanças a prestarem os serviços de melhoria –

¹⁸⁰ Esta designação, segundo Vieira dos Santos (1950, p. 42), vincula-se ao formato da passagem: “como esta cava fosse a maneira de hua argolla de Cadeado ficou com o mesmo nome – Cadeado – aquele poço perigozissimo naquella Estrada”.

¹⁸¹ Sobre a data desta abertura do Cadeado, momento importantíssimo para o trânsito entre o litoral e serra acima, Júlio Moreira diz pairar dúvida. Esta oriunda do fato de Vieira dos Santos, em seu Memória Histórica da Cidade de Paranaguá, narrar esta abertura em três pontos distintos, atribuindo, em cada um deles datas diferentes – 1769, 1770 a 1772, 1773. Comparando estas datas com o histórico das expedições e o material bélico que transportavam, concluiu Moreira que a abertura do Cadeado deve ter se dado “em 1769, ou, quando muito, nos princípios de 1770” (MOREIRA, 1975, p. 36/38).

alargamento, desbaste de árvores no entorno, limpeza – e fez executar os serviços de desmonte da passagem do Cadeado.

Também nesse mesmo momento, movido provavelmente pelo mesmo desígnio de prover condições de acesso ao planalto e firmar a presença portuguesa na região como cabeça de ponte para a conquista do oeste (WACHOWICZ, 2001, p.90 à 92) mandou Afonso Botelho abrir a estrada da Graciosa. Para tanto determinou ao Ajudante Francisco Lopes Moreno que “bote hum caminho do Porto de Curitiba que vá sahir na campina de Vicente Dias ou ahonde melhor comodidade tiver” em 13 de junho de 1770 (LEÃO, 1999, p. 57).

Depois do episódio da passagem das tropas e equipamentos para a Expedição do Tibagi, a manutenção do caminho voltou ao usual, isto é: “ficou entregue aos cuidados dos cabos e soldados dos quartéis do caminho” (MOREIRA, 1975, p. 41).

Em 1774, considerando os gastos na manutenção deste caminho da serra, o ouvidor geral Antonio Barbosa de Matos Coutinho, determinou a proibição do tráfego de gado no mesmo, devendo este se dar pelo Caminho dos Pinheiros, outra designação do Caminho do Arraial (MOREIRA, 1975, p. 42).

O tráfego, nos anos 1770 ainda era precário, e passível se ser interrompido pelas intempéries. Vê-se que, em 1776, a estrada se encontrava, novamente, em má situação, Júlio Moreira aponta que “grandes tormentas” tornaram necessário que se passassem mandados da Câmara de Curitiba para “que se abrisse o caminho” (1975, p. 44).

Também em 1778 há registro - desta feita de iniciativas da Câmara de Paranaguá em decorrência de determinação do Ouvidor da Comarca de Paranaguá, Antônio Barbosa Coutinho - no sentido de consertar o “lugar do Cadeado, que se achava arruinado” e de por “em praça a reparação da estrada de Curitiba por estar ela inábil e em estado ruinoso” (MOREIRA, 1975, p. 45).

Em 1780 verificaram-se também ações da Câmara de Curitiba no sentido de que fosse consertado o caminho do Atuba, desobstruindo a passagem do rio, e de praceamento da “feitura do caminho do Porto do Cubatão até o cume da serra” pela Câmara de Paranaguá (MOREIRA, 1975, p. 45).

Nesse mesmo ano, o Guarda-mor Manoel Gonçalves Guimarães, que era o contratador das passagens das canoas do rio Cubatão e diretamente interessado no caminho, em requerimento ao General da Capitania alegava que: “o caminho de Curitiba se achava arruinado e incapaz de se andar com ele , que não podia transitar animais carregados, senão com grandes dificuldades, e que as cargas sofriam avarias”, tendo esta autoridade determinado à Câmara de Paranaguá o pronto conserto do caminho (MOREIRA, 1975, p. 46).

Nessa época manifestou-se o interesse do comércio de Paranaguá na abertura da estrada da Graciosa, isso em decorrência do crescimento do comércio de Morretes, favorecido pelo fechamento da Graciosa – decorrência dos interesses parnanguaras – e por sua situação central na planície litorânea e pelo trânsito de canoas no Cubatão (LEÃO, 1999, p. 100, 102).

A Câmara de Paranaguá passou a resistir á manutenção do Itupava pelo povo, alegando falta de recursos, por ser a “população sumamente pobre”, portanto não percebendo “a menor utilidade no conserto do referido caminho”, bem como chamando atenção para a dificuldade de passagem pelo Cadeado, colocando diversos impecilhos à sua abertura (MOREIRA, 1975, p. 46, 47).

Essa forma de agir, prejudicava o comércio em Morretes e era contra os interesses do contrato das canoas do Cubatão, fonte de renda do governo colonial. Seu contratador, o Guarda Mor Manoel Gonçalves Guimarães¹⁸², protestou junto ao governo de São Paulo. Em decorrência o governador Martim Lopes determinou sua imediata reparação (LEÃO, 1999, p. 103).

A Câmara de Paranaguá resistiu por meio de diversas manobras, justificativas e postergações às determinações do governo. Quando instada pelo Governador da Capitania a consertar o caminho, respondeu ao Ouvidor Geral afirmando ter “certeza da impossibilidade de poderem transportar cargas com animais carregados pelo Cadeado sem que este seja queimado a fogo ou broqueado e demolido à pólvora” (MOREIRA, 1975, p. 46) (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p.49).

Esta disputa seguiu, e Júlio Moreira a registra com detalhes no seu *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*, tendo o dito Guarda-Mor, tomado para si,

¹⁸² Guarda-Mor Manoel Gonçalves Guimarães: fundador de Castro, um dos promotores do povoamento de Guarapuava, garimpeiro de diamantes no rio Tibagi pelo que foi preso para a metrópole, libertado em função de bem fundamentada defesa, foi cumulado de cargos, tendo lhe sido confiada a arrecadação de impostos e atribuídos altos postos na milícia (LEÃO, 1999, p. 103).

em 1783, a conservação do Caminho do Itupava e obtido o tapamento das estradas da Graciosa e dos Ambrósios junto ao governo da província (1975, p. 49).

Nessa época mesmo com mais de século de operação praticamente ininterrupta e sendo a ligação privilegiada do planalto com o litoral, o Itupava, principalmente na região do Cadeado, ainda era transposto a pé, sendo as cargas levadas às costas de carregadores sediados em Curitiba e em Porto de Cima (MOREIRA, 1975, p. 47).

Em 1786 o caminho sofreu nova intervenção de monta, pois o Ouvidor e Corregedor da Comarca, Francisco Leandro de Toledo Rendom, constatou seu estado de “total ruína” e determinou a realização de reparos, contratando e pagando as jornadas necessárias, tendo concluído os serviços exceto no Cadeado, os quais já se encontravam sendo realizados por mestre pedreiro, com conclusão prevista para breve (MOREIRA, 1975, p. 49).

Entre 1790 e 1803 repetiram-se quase que anualmente os mandados das Câmaras no sentido de que os cabos mantivessem o caminho e as iniciativas de levantamento dos remissos, para que, na forma da lei, pagassem multa ou fossem presos – seis mil reis de multa e 30 dias de cadeia – pelo não cumprimento de suas obrigações (MOREIRA, 1975, p. 50 a 54).

Em 1804, estava sendo aberta a estrada da Graciosa – o que contrariava os interesses das Câmaras de Morretes e de Paranaguá. Houve, nesse ano, uma manifestação desta última ao Governador da Capitania alegando que “o transporte de gado pelas estradas da serra de Curitiba e do Arraial era feito em dois dias, com bons campos de pastagem, ao passo que pela estrada da Graciosa levaria quatro” (MOREIRA, 1975, p. 55).

Neste mesmo ano a Câmara de Curitiba em ofício ao Governador General da Província, solicitava a instituição de “uma contribuição voluntária dos usuários do caminho e cujo produto seria aplicado na sua conservação.” A mesma Câmara reuniu, na seqüência, todos os “que tinham servido na Vila em cargos da República” e estes aprovaram a instituição da contribuição (MOREIRA, 1975, p. 55).

Em decorrência disso, logo a seguir, na expectativa das receitas, foram postos em arremate os subsídios e se determinou ao arrematante que pagasse o inspetor do caminho, responsável pela ação dos cabos dos quartéis. Depois, já em

1805, foi colocado em praça o arrendamento dos trabalhos de manutenção do caminho, sendo os editais divulgados também em Paranaguá e em Castro (MOREIRA, 1975, p. 56).

Instituído o pedágio, este propiciou recursos para a conservação do caminho entre o planalto e a baixada. Em 1805, um inspetor geral passou a desempenhar as funções do antigo cabo geral, nomeado antes do pronunciamento do Capitão General da Província sobre esta nova instituição (MOREIRA, 1975, p. 61).

Esta fonte de receita desobrigou a Câmara de Curitiba de forçar os cidadãos a trabalhar nos respectivos quartéis, sendo nesse tempo a grande maioria das obras, como afirma Moreira, “entregues à responsabilidade de arrematantes, sem constrangimento de ninguém”. Isto se estendeu até 1809 (1975, p. 63).

Nesta mesma época tomou-se no âmbito do governo da Capitania uma decisão definitiva a respeito dos caminhos que transpunham a Serra do Mar tendo prevalecido o da Graciosa, por ordem do conselheiro António José de Franca e Horta, governador e capitão-general de São Paulo, em 1807 (MARTINS, 1995, p. 113).

Esta iniciativa foi de sucesso parcial, pois em 1820 houve manifestações das Câmaras das vilas de Curitiba e Paranaguá, afirmando que a Graciosa se encontrava intransitável. Nesse mesmo ano uma Carta Régia determinou ao governador da Capitania de São Paulo, que empreendesse melhorias nesta estrada de forma a adequá-la ao tráfego de viajantes e mercadorias (MARTINS, 1995, p. 113).

Mas nessa época, o Brasil, na condição de Reino Unido, estava às vésperas da independência. A família real havia se transferido para o Rio de Janeiro há mais de década, já havia sido declarada a abertura dos portos, e a economia e a política do Paraná se moviam por caminhos e interesses que começavam a se distinguir daqueles dos tempos coloniais.

Observando o sucedido com os caminhos de transposição da Serra do Mar durante o período colonial, chama a atenção o fato de que suas mais importantes melhorias estiveram associadas aos interesses da metrópole, expressos pelo governo da Capitania de São Paulo, e se associavam à política expansionista portuguesa e à necessidade de garantir o recolhimento de tributos.

Nota-se também que, em Curitiba, malgrado a reconhecida penúria em que se vivia na região à época – sobre a vida aqui nos fins do século XVIII ver Simonsen e sua menção ao *Divertimento Admirável* de Manuel Cardoso de Abreu (1969, p. 232 – 233) – houve, por mais de uma vez, a possibilidade de se transferir aos interesses privados a abertura e manutenção do caminho, com concessão de 1743 e com a contribuição voluntária de 1804.

Por outro lado evidencia-se uma atitude sistemática, de ambas as Câmaras, de Curitiba e de Paranaguá, de reclamar sobre a situação dos caminhos, nomear responsáveis para a sua manutenção, mas de não cumprir as exigências do governo da Capitania para execução de melhorias.

Sabe-se que o comércio de muares e gado vacum era bastante lucrativo e , os caminhos, notadamente os que ligavam São Paulo ao sul, eram estratégicos para os negócios do governo de São Paulo, pois grande parte de suas receitas advinham dos registros.

Simonsen, por exemplo, comenta que, por volta de 1769, quando começaram a aparecer iniciativas de criação nas Minas Gerais, houve protesto de D. Luiz Antonio de Sousa, Capitão Geral da Capitania de São Paulo ao Vice-Rei do Estado do Brasil e que “mesmo após a independência, houve vários anos em que a maior renda da Capitania de São Paulo provinha dos registros do Rio Negro, Guarapuava e Sorocaba”¹⁸³ (1969, p. 177).

Essas evidências sugerem que nos tempos coloniais, passado o período da mineração, a economia do planalto, fundada na pecuária campeira, de proprietários ausentes ligados a São Paulo, voltava-se para o comércio de gado pelo Viamão que, de fato, passava ao largo de Curitiba, tendo interesses reduzidos na transposição da Serra do Mar, resumindo-se estes à importação de sal – trocado pela pouca congonha que daqui descia –, munição, algum alimento e vestimentas, e ao transporte de algum gado para abastecimento das populações litorâneas¹⁸⁴.

¹⁸³ Com base nesse autor, Magalhães Filho desenvolve estimativas que demonstram que, em 1838, do valor total das arrecadações da província de São Paulo, aproximadamente 45% advinham do comércio de animais, dos quais por volta de 68% eram provenientes dos registros de Rio Negro e Guarapuava (2006-A, p.119).

¹⁸⁴ A professora Cecília Westphalen sobre este aspecto é conclusiva: “É certo, de outro lado, que era fraco e pequeno esse movimento comercial, de modo que até o último quartel do século XVIII não parecia animador, nem mesmo compensador para a onerosa manutenção do caminho do mar” (1998, p. 159).

De fato, as exportações de Paranaguá em aos fins do século XVIII e começo do XIX sugerem que predominavam os produtos de origem litorânea, arroz, peças de betas de embé e tabuado, farinha, café e pescado, sendo oriunda do planalto apenas a congonha, esta em quantidade pouco expressiva. Na mesma época, repetindo a situação que se encontrava ao fim do século, as importações eram de fazendas, algodão, sal, açúcar e ferragens (WESTPHALEN, 1998, p.113 e 227).

Entre 1805 e 1807 a situação continua aproximadamente a mesma. Saem da comarca de Paranaguá, “arroz, farinha de mandioca, farinha de trigo, trigo em grão, congonghas, madeiras, betas de embé, meios de sola, couros de boi, café, cal, feijão, toucinho, peixes e outras miudezas”. Neste caso seriam, certamente, de serra acima os produtos de origem bovina, o trigo e a farinha de trigo e a congonha (WESTPHALEN, 1998, p. 230).

Os custos dos transportes serra acima em 1769, registrados por Júlio Moreira (1975, p. 150) mostram a natureza das trocas que à época se realizavam, e sugerem a dificuldade intrínseca à sua transposição:

• 1 bruaca de farinha, com dois alqueires	400	réis;
• 1 bruaca de sal	520	réis;
• 1 bruaca de chumbo perdigoto ou bala	320	réis;
• 1 carga de ferramenta	320	réis;
• 1 barril de pólvora	320	réis;
• 1 fardo de aniagem	640	réis;
• 1 caixa	200	réis;
• 1 marmitta	160	réis;
• 1 frasqueira	640	réis;
• 1 arma de fogo	80	réis;
• 1 padiola conduzida por quatro homens	3\$200	réis;
• 1 canastra	640	réis;
• 1 besta selada, aluguel	640	réis.

A estes preços deveriam ser adicionados os relativos ao transporte por canoas, a partir de Paranaguá até o Porto de Cima. Estes, para dar uma idéia de magnitude de valores, em 1804, como relata Augustinho Ermelino de Leão (1999, p. 98, 99), eram os seguintes:

• Cada pessoa	160	réis;
• Farinha de trigo (arroba)	40	réis;
• Assucar, peixe ou outro gênero	40	réis;
• Trigo em grão, feijão, ou cereal (alqueire)	80	réis;

• Sal alqueire	200	réis;
• Congonha 1 alqueire	40	réis;
• Carguinha 1	5	réis;
• Couro 1	40	réis;
• Meia sola1	20	réis;
• Barril de Vinho ou Aguard.	100	réis;
• Ancoréte com gêneros 1	50	réis;
• Ancoréte menor 1	30	réis;
• Fardo ordinário de carga 1	240	réis;
• Fardo sendo maior arroba	40	réis;
• Peça de algodão simples	100	réis;
• Peça de algodão dobrado	160	réis;
• Tainhas cento	80	réis;
• Paratys cento	40	réis.

Alguns valores da época podem ilustrar, por comparação, os custos de transposição da Serra do Mar nos fins do século XVIII: um cavalo em São Paulo neste período poderia custar 10\$000 réis, uma égua, 5\$000, um boi na fazenda no Rio Grande do Sul, 1\$000 réis, um alqueire – 36,27 litros – de sal, dependendo das circunstâncias, em São Paulo custava 4\$800 (SIMONSEN, 1969, p.164 a 179). Já em Paranaguá uma peça de algodão poderia variar, se de chita ou de São Paulo, entre 13\$200 e 3\$600 e um alqueire de sal chegava a 1\$600 (WESTPHALEN, 1998, p. 112).

Pode-se dizer que, considerando que uma bruaca permitisse o transporte de dois alqueires sal, à semelhança da de farinha ao custo do alqueire de sal em Paranaguá seriam agregados 460 réis para colocá-los em Curitiba, o que corresponde a mais que 1/4 do valor do produto.

Embora tida como uma cidade pobre, Paranaguá, no século XVIII, apresentava alguma importância no contexto da Capitania. A receita de sua Câmara era de 450\$570, sendo a segunda, apenas ultrapassada pela de São Paulo, 666\$511. Já Curitiba, ficava em 14º lugar entre as 18 Vilas, com 94\$763 (SIMONSEN, 1969, p.234).

Esta relativa escassez de recursos precisa, no entanto, ser contextualizada. Embora esta economia com base na pecuária não fosse expressiva face aos valores mobilizados pela exploração mineira nas Geraes, seus números, no geral, eram bastante avantajados para a época.

Para que se tenha uma noção de magnitude, na feira de Sorocaba chegava-se a reunir, em determinados anos, nos fins do século XVIII, 30.000 mulas e 200.000 animais. Para se ter uma idéia de valores de comércio e rendas públicas, em meados do século XVIII vendia-se uma boa mula nessa feira por 12\$000, dos quais 3\$500 eram recolhidos em forma de taxas (SIMONSEN, 1969, p.175 a 179).

Comparados os valores, apenas para efeito ilustrativo, pode-se dizer que a Câmara de Curitiba, apresentava uma renda semelhante ao que se recolhia ao governo com menos que 30 mulas negociadas em Sorocaba, ou ao transporte de menos de 200 bruacas de sal serra acima.

Essa disparidade de números dá uma idéia de que à época a economia paranaense estava voltada para São Paulo e de costas para o litoral, e Curitiba tinha uma situação marginal no contexto regional.

Esses aspectos enfatizavam o caráter de barreira da Serra do Mar, um obstáculo, cuja magnitude estava além das possibilidades dos interesses que poderiam se voltar para a sua superação.

Com o início do novo século, a transferência da corte para o Brasil e a abertura dos portos, a situação começou a mudar. Novas alternativas econômicas foram aos poucos se colocando para a sociedade paranaense. Produtos cuja exploração era apenas marginal no século XVIII foram aos poucos, pelas possibilidades de demanda que se configuram externamente, alcançando valores e volumes que os faziam importantes.

A pecuária dos campos e o comércio de tropas ainda eram importantes, mas sofreram o impacto da paulatina perda de dinâmica da exploração mineral nas Geraes¹⁸⁵. Surgiram no cenário da economia e sociedade paranaense novas atividades e relações comerciais ligadas à exploração do mate e da madeira.

Novamente, nessas circunstâncias, a Serra do Mar aparecia no horizonte de Curitiba, e novamente se apresentava como barreira e possibilidade. Obstáculo a ser transposto para dar vazão aos novos produtos na proporção das possibilidades dos mercados demandantes. Barreira que quando vencida, significaria um novo

¹⁸⁵ O dinamismo da economia tropeira segue importante, pois passado o pico da demanda mineira, esta entra em decadência até os 1820, quando se inicia um novo ciclo ascendente de demanda de animais advindo do crescimento do café no vale do Paraíba, apresentando outro pico em 1860 que foi duas vezes superior ao do ciclo anterior, que foi em 1770 (MAGALHÃES FILHO, 2006-A, p.118).

umbral – mais agressivo – no padrão de apropriação dos recursos naturais serra acima. Era também fonte de recursos, cuja apropriação daria impulso inicial às duas atividades extrativas que se iniciavam.

No início do século XIX a Serra ainda se constituía numa barreira que dividia o Paraná em dois espaços com atividades econômicas específicas e com baixo nível de integração entre si e com o exterior. A produção litorânea – arroz, farinha de mandioca, madeira, embé para a indústria naval – era exportada e não se articulava com a economia campeira do planalto. As demandas de importação serra acima, como se viu, resumiam-se ao sal, aos tecidos e algum outro gênero.

Os caminhos ainda eram muito ruins, como sugeriam os comentários do Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que percorreu o Itupava em 1809. Ele afirmava que o caminho era “impraticável” pelo “infinito número de obstáculos, alagadiços, fundos caldeirões pantanosos, saltos iminentes, morros íngremes” que obrigavam a desmontar cargas e provocavam sua avaria, sendo que a travessia do Cadeado causava, pelos seus despenhadeiros, “medo e desconserto” (MOREIRA, 1975, p. 63).

A abertura dos portos de 1808 só teve reflexos efetivos na área em 1814, como se deduz de portaria de 7 de julho deste ano do governo interino da Capitania de São Paulo, mencionada em aviso que comunicava à Câmara de Paranaguá que o Príncipe Regente determinara que nos portos da Capitania fossem admitidos “francamente os navios de qualquer nação que a eles chegassem” (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p. 231). Com a abertura, começou a se estabelecer algum nexo econômico entre a economia do que viria ser o Paraná e os países do Prata¹⁸⁶.

Nesse primeiro momento o interesse dos platinos em comerciar com Paranaguá estava restrito aos produtos litorâneos de então: madeira, arroz, farinha de mandioca. E tinha por finalidade principal atender às carências do Uruguai, onde o sítio de Montevideu provocara falta de gêneros (WESTPHALEN, 1998, p. 234).

O quadro se manteve inalterado até a década de 20 do século XIX, pois embora nessa época já se verificasse uma expressiva exportação de congonha – como se designava a erva mate naquele tempo – o sal para o gado, segundo Pedro

¹⁸⁶ Já em 1813 se encontram as primeiras notícias de entrada de erva-mate proveniente de Paranaguá, nos portos de Buenos Aires e de Montevideu (WESTPHALEN, 1998, p. 543 e 571).

Calil Padis (1981, p. 41), ainda era o principal produto que vinha para serra acima perfazendo as somas mais altas da importação paranaense por volta de 1820.

Mas a situação já começava a mudar, em virtude dos conflitos gerados pela fragmentação do antigo Vice Reinado do Prata. Com a independência do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e da Bolívia, iniciou-se um período de grande instabilidade no mercado da erva mate, que se articulava entre os três primeiros acrecidos do Chile e do Sul do Brasil, caracterizando-se o Paraguai como o grande produtor.

Com a independência do Paraguai – responsável pelo atendimento da maior parte da demanda de erva e com o produto de qualidade preferida pela maioria dos consumidores – e o advento da ditadura de Francia – de 1811 a 1840 – iniciou-se um período de sucessivas dificuldades comerciais daquele país com seus vizinhos, que se refletiu nos padrões de oferta e preços relativos da erva mate nos mercados platino e chileno (WESTPHALEN, 1998, p. 235).

Com o sucessivo aumento dos preços da erva de origem paraguaia, os comerciantes platinos passaram a se interessar pela abertura de novas fontes de fornecimento, principalmente pelas possibilidades da erva paranaense e investiram, nos primeiros momentos, na criação de uma infraestrutura de beneficiamento, acondicionamento e comercialização adequada aos seus padrões de consumo (MAGALHÃES FILHO, 2006-A, p.121, 122).

Nessas circunstâncias Francisco de Alzagaray, argentino de Santa Fé, de família que desde o século XVIII estava ligada às práticas e ao comércio ervateiro chegou ao Brasil no final de 1819. Já em janeiro de 1820, dirigiu-se ao porto de Paranaguá portando autorização real para “na compra e venda de erva-mate” tendo se estabelecido naquela cidade com a primeira fábrica de beneficiamento de mate, utilizando padrões de produção adequados aos mercados platinos (WESTPHALEN, 1998, p. 236).

Esses novos padrões se difundiram e foram de fundamental importância para a aceitação da erva paranaense nos mercados externos, embora esta continuasse a ser considerada, pelos consumidores, como de padrão inferior aos das de origem paraguaia e missioneira.

Iniciou-se então uma grande transformação no comércio do mate no Paraná. Este de pouca significação no final do século XVIII e início do XIX – quando não havia “exploração econômica do mate” – se intensificou de tal forma que em 1826 era responsável por 70% da exportação paranaense (WESTPHALEN, 1998, p. 238).

Vieira dos Santos apresenta uma estimativa de tráfego de tropas pela serra bem como de quantidades e valores da erva transportada, para o ano de 1828, que dá uma boa idéia do vigor alcançado nesse tempo pela atividade ervateira e das novas condições de demanda por transposição da serra que isso significou.

Para ele, desceram a Serra do Mar naquele ano 20.467 animais, transportando aproximadamente 104.500 alqueires de erva o que, ao preço médio de 728 reis o alqueire significou, na sua estimativa, uma receita de Rs. 74:840\$800 reis, concluindo que “indubitavelmente bem se pode calcular por mais de 200 mil cruzados annualmente só da produção desta planta; esta grande ventura já a mais de hum Século” (1950, p. 208).

Os números, em termos de magnitude, são compatíveis com o total das exportações de erva registrados em Paranaguá em 1826 por Cecília Westphalen, cujos dados sobre o movimento do porto permitem apontar nesse mesmo ano um incremento de 95% das exportações por Paranaguá com relação aos anos de 1805 e 1807 (1998, p. 113 à 117).

As novas demandas por transposição evidenciam cada vez mais enfaticamente as limitações do umbral tecnológico de transposição da Serra do Mar que havia sido adequado para as atividades econômicas dominantes no período anterior, a superação desse umbral viria a significar, no tempo, mudanças na distribuição das atividades e populações e no padrão de apropriação de recursos naturais serra acima e abaixo.

Nesse momento, por volta de 1820, a nova picada da Graciosa já havia sido aberta e, como se viu, havia dificuldade de manutenção de ambos os caminhos, inclinando-se Morretes, Paranaguá e Curitiba pela manutenção do Itupava, como principal acesso ao mar. Já Antonina, propugnava pela Graciosa.

Era um tempo em que viajar do planalto serra abaixo para o Porto de Paranaguá pelo Itupava era uma aventura que requeria mais de dois dias de viagem e que implicava grandes riscos para viajantes e para animais, sendo grande a perda

de alimárias. Chama atenção, por exemplo, em 1823 da Câmara de Curitiba que ao referir-se às dificuldades de trânsito no caminho dizia que a estrada estava “quase intransitável, juncada de cadáveres de animais [...]” (MOREIRA, 1975, p. 72).

Ilustrativo desta situação é o relato feito pelo naturalista Saint-Hilaire. Sua descrição do caminho e de suas dificuldades merece ser transcrita não apenas pela riqueza de detalhes, mas também por se tratar de uma narrativa de um viajante que conheceu grande parte dos caminhos do sul sudeste brasileiro naquele período.

Inicialmente Saint Hilaire saiu de Curitiba e se aproximou da Borda do Campo, e registrou sua primeira visão da Serra a partir do ponto de vista do planalto:

Mais adiante o terreno se torna menos irregular, como matas e pastos se alternando agradavelmente, sendo as primeiras, em sua maior parte, compostas quase que exclusivamente de araucárias. Essas árvores, sempre muito juntas umas das outras, compõem massa verde-escuras e às vezes nascem também nos pastos. Ai suas copas mal se tocam, e o tom carregado de suas folhas contrasta fortemente com o verde claro do capim que nasce embaixo delas. À nossa frente, avista-se no horizonte a Serra de Paranaguá, cujos cumes, de formas variadas, são cobertos de matas. A paisagem ali tem o aspecto austero e imponente que a natureza sempre apresenta nos sopés das montanhas (1978, p.88).

Depois de pernoitar na Borda do Campo, onde ficou numa fazenda que se dedicava à exploração e cancheamento da erva mate dentro do padrão utilizado no Paraguai, seguiu viagem encontrando matas de araucária. Com profundos atoleiros, a estrada lhe pareceu muito ruim mas, como comentava, “isso nada era, comparado com o que iríamos enfrentar mais tarde” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.91).

Iniciou-se depois a subida da vertente ocidental da serra, onde no seu segmento inferior ainda encontrou araucárias, e o caminho pareceu, para Saint-Hilaire razoável. Mas havia matas de “todos os lados” sendo que andavam “continuamente dentro delas” (1978, p.91).

A seguir passou pelo Pão de Ló, um trecho que considerou difícil, pois nele “o caminho é coberto por grandes pedras arredondadas e o seu declive é muito acentuado, de vez em quando as bestas de carga são forçadas a dar saltos assustadores para o viajante que nunca passou por essa serra”, ao chegar na Boa Vista, percebeu o caminho como mais “apresentável” (SAINT-HILAIRE, 1978, p.91).

Deste local para a frente iniciava-se o pior trecho. Saint-Hilaire o descreveu assim:

“Perto de Boa Vista o caminho é cavado na própria montanha, numa profundidade de quase 4 metros, apresentando uma passagem muito estreita, por onde os burros avançam esbarrando com suas cargas nos barrancos, à direita e à esquerda. Logo adiante aparece à nossa frente um dos picos mais elevados da Serra, denominado Marumbi, cujos flancos, talhados quase verticalmente, mostram em vários trechos apenas a rocha nua. A estrada vai-se tornando cada vez mais difícil; em certos lugares ela é cavada na montanha a uma profundidade considerável, tem pequena largura e é coberta pela folhagem das árvores, que se entrelaçam no alto e provam o viajante da luz do dia. Em outros trechos são os atoleiros que surgem, e é com grande dificuldade que os burros se livram deles; finalmente há bruscos desníveis no terreno, que obrigam os animais a dar grandes saltos. Em vários lugares foram colocadas achas de madeira sobre os atoleiros, mas os animais escorregam ao pisar sobre as suas superfícies arredondadas e molhadas, correndo o risco de cair a todo momento.” [...] “A parte pior do caminho é onde começa a descida, e que tem o de encadeado. O declive é abrupto demais, os ramos das árvores se estendem por sobre o caminho, escavado na montanha, tornando-o muito sombrio, e o chão é forrado de pedras grandes e escorregadias, o que às vezes obriga os burros a acelerarem o passo (1978, p.91).

Depois de oito horas de caminhada Saint-Hilaire havia percorrido por volta de 3 léguas – aproximadamente 18 quilômetros – quando decidiu acampar, passando a noite na mata num local designado Pinheirinho, seguindo viagem até o Porto – provavelmente Porto de Cima – registrando que o declive melhorou, mas o caminho “se mantém tão ruim quanto antes” (1978, p.92).

As condições do caminho eram tão peculiares que, mesmo numa época em que as estradas em geral eram muito precárias, não se transitava pela Serra do Mar no Paraná, sem animais previamente treinados para tanto. O mesmo Saint-Hilaire, vindo de São Paulo, despachou seus animais para Castro e alugou bestas treinadas para descer a Serra (1978, p.91).

Este autor diz que tais animais tinham uma grande capacidade de sair de situações difíceis e narrava o processo de treinamento:

Eles são treinados inicialmente para fazerem a travessia da serra sem nenhuma carga no lombo, em seguida levando apenas a cangalha e, finalmente, transportando a carga. Muitos morrem nos primeiros treinos, mas depois que a travessia foi feita muitas vezes os animais não encontram nenhuma dificuldade em enfrentar os obstáculos que o caminho apresenta a todo momento. Eles sabem escolher, com uma sagacidade extraordinária, os lugares onde podem colocar os pés com mais segurança.” (1978, p.92)

O caminho era muito sofrível, mas a demanda por mate era bastante vigorosa e as estimativas de tráfego feitas por Júlio Moreira apontam para uma movimentação de tropas que poder-se-ia dizer intensa. Considerando que as barreiras apenas contavam os animais carregados e que cada animal carregado

levava por volta de 75 quilos, este autor estimava um tráfego total de 1.517 t. de carga pelo Itupava em 1828, dos quais 75% descendo a serra (1975, p. 89).

Buscando uma apreciação do total de erva que desceu, Julio Moreira, avaliou que do total das tropas que desciam, $\frac{3}{4}$ transportavam erva-mate, o que o levou a estimar que nesse mesmo ano desceram aproximadamente 850.000 quilos de erva para exportação (1975, p. 89).

Outra estimativa que o historiador (1975, p. 89) comentado faz é a do número de animais que transitava na estrada, afirmando que dentre os animais não contados haveria pelo menos: 1 para montaria do arrieiro e 1 animal descarregado para 4 ou 5 carregados, para revezamento, o que o levou aos seguintes números:

Animais carregados:.....	15.123
Animais para revezamento dos cansados	3.500
Animais de montaria dos arrieiros:	1.764
Total dos animais que desceram em 1.828.....	20.387.

A este total soma as montarias de viajantes, dado que também estima, obtendo um total de 21.000 animais, o que daria um trânsito anual total de 42.000 animais e diário da ordem de 120.

O tráfego de tropas entre 1828 e 1830, no caminho do Itupava, ainda segundo Moreira, encontra-se na tabela 22.

Nesse momento em que o comércio da erva mate se estabelecia como o negócio de maior importância no Paraná uma peculiar associação entre as dificuldades de transposição da Serra e sua disponibilidade recursos naturais veio a interferir grandemente na tecnologia e na distribuição espacial das instalações de processamento de mate no litoral paranaense.

Embora Francisco Alzagaray tenha estabelecido em Paranaguá, por volta de 1820, um engenho de mate, e em 1826 o Capitão-Mor Manuel Antônio Pereira tenha identificado a existência de 3 destas fábricas, elas logo passaram a se deslocar para Morretes – situada aos pés da Serra – pois isto as aproximava das fontes de produção da erva, havendo lá, em 1828, 13 fábricas de erva em funcionamento (WESTPHALEN, 1998, p. 165).

TABELA 22 – TRÁFEGO DE TROPAS NO CAMINHO DO ITUPAVA ENTRE 1826 E 1830

Anos	Destino Procedência	Desceram		Subiram	
		Número de Tropas	Animais Carregados	Número de Tropas	Animais Carregados
1826	Morretes	1.141	8.400	705	3.300
	Antonina	183	1.475	118	585
	Total	1.324	9.875	823	3.885
1827	Morretes	1.407	11.427	714	3.396
	Antonina	236	2.036	151	727
	Total	1.643	13.463	865	4.123
1828	Morretes	1.428	12.135	771	4.164
	Antonina	336	2.988	176	943
	Total	1.764	15.123	947	5.107
1829	Morretes	1.110	9.088	599	2.985
	Antonina (*)	85	843	51	306
	Total	1.195	9.931	650	3.291
1830	Morretes	1.285	10.083	542	2.409
	Antonina (**)				
	Total	1.285	10.083	542	2.409

(*) Dados Incompletos

(**) Falta de dados

Fonte: Moreira, 1975, p. 89

O deslocamento dos engenhos de mate para Morretes, associou-se à sua proximidade das fontes de produção, mas também, e talvez principalmente a uma mudança na fonte de energia para sua movimentação. Essa, neste tempo, mudou da tração animal para a energia hidráulica, abundante na referida localidade em decorrência de sua proximidade da Serra.

A partir de uma iniciativa inovadora de Antonio Ricardo dos Santos – cujas instalações processavam 120 toneladas de erva por dia – os engenhos movidos a força hidráulica foram se ampliando em número e se instalando não apenas em Morretes mas também serra adentro.

Vieira dos Santos comenta que após solucionadas pendências iniciais a respeito do direito de utilização dos recursos hídricos, as fábricas se multiplicaram entre 1830 e 1850, de forma que:

Passado que fosse o furacão da grande tempestade, das rivalidades e invejôzas opposições, chegou o tempo da serenidade e cada qual só procurava o lugar mais apropriado onde podesse fazer seu estabelecimento, levantando a sua fabrica; e não havendo no local da povoação da Freguezia próprio para isso por já estarem preenchidos, estenderão suas vistas em trajectos das direcções das Estradas da Villa de Coritiba e o da Freguezia de S. Jozé dos Pinhaes e com tal affluência que, no breve espaço de vinte annos (desde 1830 a 1850)

se tem feito perto de 70 Fabricas de Socar herva, e quazi todas movidas por encanamentos de agoa, como se vê do seguinte resumo: — No local da Freguezia doze fabricas de soque, sendo 11 movidas com agoa e 1 com animaes. Na Estrada do Arraial 13 — todas movidas por agoa. No Rio do Garúmbi duas. Do Porto de Cima té as Campinas 18 fabricas, e só hua destas movida por animaes. Da Campina té a Cidade de Curitiba 6. No circuito da mesma cidade 8 e só hua destas he movida por animaes. E de Curitiba a Freguezia do Campo Largo e Villa do Príncipe se achão mais 8 [...] (1950, p. 313-314).

Vê-se um grande crescimento do número de moinhos em apenas vinte anos, e uma localização preferencial dos mesmos nos sopés da Serra do Mar. Dos 67 moinhos registrados pelo cronista pode-se concluir que pelo menos 73%, tiveram sua localização, provavelmente, também definida pela oferta de recursos hídricos associados à Serra.

A oferta de recursos hídricos da Serra do Mar está ligada, assim, a uma mudança de monta na tecnologia de processamento do mate, que aumentou a produtividade dos engenhos e influenciou também na distribuição espacial dessa atividade pelo menos até o final da primeira metade do século XIX, o que influenciou decisivamente no surgimento de uma vigorosa economia envolvendo, inicialmente a localidade de Morretes e num segundo momento Porto de Cima.

O novo vigor na economia regional, derivado da atividade ervateira, mesmo considerando-se as oscilações de demanda advindas da morte de Francia e a liberação do comércio do mate paraguaio pelo seu sucessor Carlos Lopez, manteve uma exigência de tráfego na travessia da Serra evidenciando a situação precária dos caminhos do Itupava, do Arraial e da Graciosa. Eram freqüentes as reclamações de que a situação prejudicava o desenvolvimento do comércio e da agricultura.

Sucedeu-se, entre os anos 1820 e os 1850, um período de conflitos entre os interessados nos dois caminhos que, ao final, apresentava como posições cristalizadas. A de Curitiba, Morretes e Paranaguá em prol do Itupava – que em 1854 ainda era a principal via de acesso ao litoral (ROHAN, 1854, p. 11) – e a de Antonina, com apoio do governo provincial de São Paulo, no sentido do caminho da Graciosa.

Até que ponto estas desavenças traduziam os interesses conflitantes entre as duas frações da burguesia, ao tempo embrionárias, que vieram a se alternar no poder no Paraná (MAGALHÃES FILHO, 2006-A p. 115 a 125) é tema para ser explorado com maior cuidado. Uma fração se ocupava da pecuária e o negócio das

tropas e terras e estava ligada aos liberais. Outra, a dos exportadores e dos interesses nascentes da exploração da erva mate era mais ligada aos conservadores.

O fato é que a disputa envolveu representantes destas frações de classe – ou de uma “burguesia incipiente” - cujos interesses, conflitos e acordos se ligaram a conformação do Paraná – construções de estradas, de ferrovias, colonização, concessões ao capital externo para serviços públicos e exploração de recursos naturais, esforços de ocupação territorial e outros – desde a autonomização até os anos 40 do século XX (MAGALHÃES FILHO, 2006-B, p. 291 à 293).

Como defensor notório da opção pela Graciosa merece destaque João da Silva Machado¹⁸⁷, futuro Barão de Antonina, tropeiro e proprietário de terras, de tendência liberal e que já estava envolvido na questão desde 1830, quando recebeu designação do governador da província de São Paulo para se pronunciar sobre o tema (MOREIRA, 1975, p. 92-93).

No seu relatório de então, constatava o mau estado do caminho do Itupava que diz dever-se à “má direção daquela obra” e assinalava também, significativamente, que as disputas e os monopólios existentes contribuíam para “o definhamento da agricultura e desalento do comércio. Argumentava a seguir que este “poderia ter prosperado se houvesse uma boa estrada para o excelente porto de mar que é Antonina” (MOREIRA, 1975, p. 92-93)

De outro lado, encontrava-se a Joaquim Antonio Guimarães¹⁸⁸, presidente da Câmara de Paranaguá (LEÃO, 1999, p. 123) – filho do já mencionado Manoel Gonçalves Guimarães, o mesmo que obtivera o tapamento da Graciosa – comerciante litorâneo, defensor do contrato das canoas do Cubatão, cujos

¹⁸⁷ Cel. João da Silva Machado atuou como chefe militar no Paraná, designado pelo Governador de São Paulo por ocasião da revolta farroupilha e como mediador dos interesses políticos locais, predominantemente liberais, por ocasião da sedição de Sorocaba – levante de liberais paulistas de 1842 cujo principal foco foi aquela cidade – evitando a adesão dos paranaenses à mesma, articulou no sentido da emancipação da província e da obtenção de grandes parcelas de terras devolutas, foi agraciado com o título de Barão de Antonina (MARTINS, 1995, p. 330 – 334) (WACHOWICZ, 2001, p. 322 – 323). Romário Martins registra a importância deste personagem na emancipação política do Paraná, assinalando também sua importância como latifundiário, como diz: “Não houve região alguma da Comarca vastíssima onde ele não registrasse uma posse de terras escolhidas entre as melhores” o que indica grande poder político e sua influência na corte. (MARTINS, 1995, p. 330). Alias seus poderes à época eram de tal ordem que conseguiu colocar seus interesses, explicitamente e com a chancela do Imperador, nas instruções que o primeiro Presidente da Província recebeu do Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz ao se dirigir para seu novo encargo. (MARTINS, 1999, p. 30).

¹⁸⁸ Foi pai de Manuel Antonio Guimarães, Visconde de Nacar, um dos mais importantes líderes conservadores do Paraná (COSTA, 1995, p. 63).

interesses vinculavam-se aos dos conservadores, e que era favorável à manutenção do Itupava como principal ligação com o planalto.

Figura importante nesta disputa foi Antonio Vieira dos Santos, ervateiro, político, cronista da história do litoral e tesoureiro da caixa que recebia a contribuição instituída para a manutenção do caminho do Itupava – em termos definitivos desde 1820 - cuja posição pessoal era contrária à ligação direta à Antonina (MOREIRA, 1975, p. 97 - 99).

As duas principais alternativas de transposição da Serra do Mar se encontravam em uma situação confusa quando da autonomização da província do Paraná em 1853. Não havia definição por uma diretriz. Encetavam-se esforços para abrir e manter o caminho da Graciosa, mas o da Itupava seguia como principal caminho, com perdas de recursos de manutenção e de qualidade de tráfego para ambas as alternativas.

No contexto da autonomização do Paraná, iniciativa que se vinculou a interesses estratégicos do Império que se ligavam à sedição de Sorocaba, à Guerra dos Farrapos e aos conflitos platinos, uma comunicação estável entre o litoral e o planalto que permitisse o tráfego de carros e uma articulação com a fronteira oeste era de fundamental importância.

Não é de se surpreender, portanto, que entre as recomendações recebidas por Zacarias de Góes e Vasconcellos do ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, quando veio assumir o governo, encontravam em grande destaque aquelas destinadas a ocupação territorial - colonização, gestão de colônias e aldeamentos e vias de comunicação. Perfaziam mais de metade delas e eram as mais específicas (MARTINS, 1999, p. 29, 30).

A construção de uma estrada para transposição da serra, com traçado similar ao do caminho da Graciosa, parece, já estava posta como a alternativa da preferência política nestas mesmas recomendações. Elas determinavam a análise dos caminhos existentes e opção pela consolidação de uma delas como estrada apta ao trânsito de carros, concedendo especial atenção a da Graciosa (MARTINS, 1999, p.29).

O pedido de atenção especial se repetiu também numa das primeiras providências do novo governo – ofício de 21 de dezembro de 1853 –, em que o

governador determinava ao tenente coronel de engenheiros Henrique de Beaurepaire Rohan, a avaliação dos caminhos existentes. Pedia que “examinasse as estradas que de Serra Acima se dirigissem às povoações do litoral, especialmente a da Graciosa que comunica a vila de Antonina com a cidade de Curitiba”, não dando destaque aos demais caminhos, mesmo sendo o do Itupava o de maior circulação (MARTINS, 1995, p. 111).

Feita a inspeção dela, apresentaram-se relatórios detalhados em que se constatou o péssimo estado dos caminhos nos traçados atuais e se fez uma análise comparativa das duas alternativas de traçado – Itupava e Graciosa – apresentando as características físicas de ambos os caminhos e as obras e providências necessárias para a transformação de ambos em estrada carroçável com padrões geométricos previamente estabelecidos.

Os relatórios originais - um do engenheiro Beaurepaire Rohan (1854) datado de 1º de julho e outro no engenheiro Saturnino Francisco de Villalva (1854), que data 28 de junho de 1854 – cujas principais conclusões encontram-se sumarizadas na tabela 23, comparativa entre ambos os traçados – parecem procurar uma linha mais restrita à técnica da construção de estradas da época, apresentaram as dificuldades de ambos os traçados indicando uma diferença de custo favorável ao Itupava da ordem de pelo menos 20%.

Chama atenção, no relatório Rohan, o esforço do autor em se colocar numa posição isenta, procurando ouvir as partes interessadas no Graciosa, o Barão de Antonina, e no Itupava, as indicadas pelo inspetor da estrada Manoel Gonçalves Marques, revendo sua postura anterior com relação à impossibilidade de construção de uma estrada naquela diretriz, indicando com clareza os prós e contras das duas alternativas e, por fim, demonstrando haver possibilidade de um acesso a Antonina, a partir de uma variante partindo de Porto de Cima e vencendo uma distância um pouco inferior ao caminho da Graciosa (1854, p. 6 à 14).

Na argumentação desenvolvida em ambas as peças técnicas se encontra a observação que muito pouco dos traçados originais de ambos os caminhos poderia ser aproveitado e há, no caso de Rohan, uma tentativa de equilibrar, em prol do Graciosa, as evidentes vantagens econômicas da alternativa Itupava, que assim foram expressas:

A relação numérica, que apresenta a serra naquelles dous pontos, parece dar a preferencia á de Ytupava; mas cumpre observar: 1º que a quantidade de rocha viva é maior na de Ytupava, e por tanto mais difficil ahi os trabalhos de mina; 2º que o costão do morro Mãi Cathira, por onde se deve lançar a estrada da Graciosa, tem sobre a de Ytupava a vantagem de estar voltado para o lado do Norte, entretanto que a do Ytupava está em geral comprehendido no quadrante do Sueste, ficando a 1ª exposta ao sol durante todo o dia e em todas as estações, entretanto que a outra não se achando nas mesmas condições, é mais sujeita á suavidade; 3º enfim, que o costão da Mãi Cathira exige poucos ziguezagues e esses mesmos de fácil construcção; e que no de Ytupava serão os ziguezagues de mais difficil execução, o que é sempre um inconveniente na pratica (1854, p. 12 e 13).

TABELA – 23 DADOS COMPARATIVOS ENTRE OS CAMINHOS DA GRACIOSA E ITUPAVA

Item	Itupava	Graciosa	Comparação Graciosa-Itupava	Valores Réis
Transposição da Serra (braças)	2.818	5.338	2.520	
Córregos	12	14	2	
Terreno Bom	1.012	3.988	2.976	
Rocha Viva	95	55	- 40	
Pedra Solta (fogo)	75	400	325	
Pedra Solta (alavanca)	310	570	260	
Custo Adicional Itupava (desmonte rocha braças cúbicas)	350			10:500\$000
Custo Adicional Graciosa (extensão)		2.520		12:600\$000

Fonte: Relatórios sobre os caminhos do Ytupava e Graciosa. (ROHAN, 1854).

Finalizando, Beaurepaire Rohan parece não querer tomar opção por nenhuma das alternativas, pois chamando a atenção que procurava “o honroso desempenho de seus deveres” apontava para o fato de que tentou demonstrar as vantagens e desvantagens físicas dos dois traçados dando assim as condições ao presidente da província para tomar a decisão adequada (1854, p. 14).

Nota-se nos relatórios comentados que, a par da diferença de custos apontada em prol do Itupava, outros itens que poderiam ser apreçados e tomados em conta, ampliando-a talvez substancialmente. Isto enseja a possibilidade de fazer um pequeno exercício de avaliação técnica com base nos dados constantes do mesmo relatório no sentido de ampliar a compreensão do contexto decisório de então.

Inicialmente observa-se que foram cotados preços para os cortes em rocha viva nas 1.806 braças do trecho mais íngreme do Itupava, não tendo sido feito o mesmo esforço com relação às 1.350 braças do trecho similar do Graciosa; supondo-se, apenas para efeitos de estimativa, que estes cortes de rocha viva, em decorrência da melhor situação do trecho neste caso estivessem adstritos a 20% do mesmo – o que é uma concessão razoável visto as condições locais. Isto implicaria num acréscimo de pelo menos mais 1:570\$664.

Por outro lado favoreceriam o Graciosa os desmontes de rocha viva, no qual este caminho apresentava volume expressivamente menor, neste caso, tomando-se o custo utilizado de 30\$000 por braça cúbica de rocha viva desmontada, a diferença em prol do Graciosa seria de 1:200\$000, o que não cobre a diferença pró Itupava acima apontada.

Acrescente-se que, tirante este último, todos os demais aspectos de custo favorecem ao Itupava e não foram quantificados, quais sejam uma diferença de 325 braças de rocha a serem demolidas a fogo, e de 260 braças de rocha a ser removida com uso de alavancas.

Poder-se-ia acrescentar, ainda em prol do Itupava a necessidade de travessia de mais dois córregos, mencionada por Rohan, mas na questão das pontes parece não haver coincidência de pontos de vista entre os dois engenheiros, pois em determinado ponto Villalva fala na necessidade de oito pontes no Itupava, aspecto omitido pelo primeiro.

Nesta avaliação econômica não foram computadas, de forma extraordinariamente significativa para o contexto político do tempo, as diversas instalações de processamento e comercialização de erva mate que se encontravam em Porto de Cima, Morretes e nas proximidades do Itupava que, ao que indicam os dados listados acima compunham, com facilidade, a maior parcela do parque

ervateiro da época, não havendo, pelo menos em 1852, segundo relatório do presidente da Província de São Paulo (WESTPHALEN, 1998, p. 166), nenhum moinho de mate em Antonina, o que sugere situação não muito diferente dois anos depois.

Francisco Monteiro Tourinho se coloca questão similar¹⁸⁹, pois estranha que o traçado escolhido não atendesse os “interesses” de Morretes e Porto de Cima, ademais adiciona um interessante elemento de custo que vem a dificultar mais ainda a compreensão da opção efetuada, pois assinala que a construção de ramais para atender ambas as localidades veio custar à província quantia superior à 300:000\$000 de reis (1973, p. 73).

No entanto, como deveria ocorrer, os relatórios técnicos instruíram o relatório do presidente da nova província à Assembléia Provincial, o qual indicou como opção mais adequada o caminho da Graciosa. Mencionando que as diferenças de custo seriam superadas pelas demais vantagens da Graciosa e, principalmente, atribuindo a este traçado uma possibilidade de acesso à Castro, e daí à colônia de Jatahi, o que permitiria chegar, via fluvial, com mais facilidade ao Mato Grosso e às fronteiras do oeste, colocando, então, justificativa que excedia as disputas locais e atendia às orientações de geopolítica do Império.

Consideradas as circunstâncias, a decisão que se tomou não levou em conta, pelo menos de forma mais detida, os aspectos econômicos e, também, os interesses ligados ao processamento e comércio do mate – segundo as palavras do próprio Presidente (PARANÁ, 1854, p. 68) “o ramo preponderante da indústria na província” – que estavam predominantemente em Morretes, Porto de Cima e Paranaguá, e que compunham a maior parcela dos valores movimentados pela economia paranaense, configurando-se, portanto, como uma decisão de caráter eminentemente político¹⁹⁰.

O Conselheiro Zacarias tomou duas decisões fundamentais no seu curto período como presidente da nova província do Paraná. Definiu Curitiba como capital e a estrada da Graciosa como caminho preferencial de acesso ao litoral.

¹⁸⁹ Francisco Antônio Monteiro Tourinho, em seu *Bosquejo histórico da estrada da Graciosa*, a coloca assim: Como nesse cotejo perdeu o governo, completamente de vista os pontos essenciaes do problema, os interesses do povoado de Porto de Cima e da Villa de Morretes? (1973, p.73).

¹⁹⁰ Cecília Westphalen, comentando a decisão do Presidente da Província aponta que esta considerou aspectos técnicos, mas “sobretudo, as suas preferências políticas pelo porto de Antonina, Zacarias decide a construção definitiva da estrada da Graciosa, como via principal de acesso ao litoral.” (WESTPHALEN, 1998, p. 164), esta também parece ser a opinião de Romário Martins (1995, p. 107 e 112). Opinião semelhante expressa o professor e engenheiro de transportes Luís Carlos Tourinho (1971, p. 84 a 86).

Ao tomá-las lançou as bases da configuração territorial do que viria a ser o Paraná. Em ambos os casos a Serra do Mar, quer como barreira que dividiria a província em dois espaços cultural e economicamente diferentes – e esta percepção era clara para o Presidente (PARANÁ, 1854, p. 11) – quer como obstáculo a ser transposto para propiciar melhores condições ao comércio e a agricultura, teve um significado de grande importância, estando no centro das disputas de caráter político que se estabeleceram sobre o tema.

Embora tomada a decisão de construir Graciosa, esta encontrou dificuldades, os orçamentos eram insuficientes, as interrupções freqüentes, os trabalhos se prorrogaram entre 1854 a 1872, nesse interregno, afirma Cecília Westphalen, o transporte de erva mate bruta continuava a ser realizado, por mulas e em cestos de taquara, até Morretes (1998, p. 164).

Neste mesmo período, começou a ficar evidente que uma atividade, que desde os tempos da colônia tinha uma presença constante na pauta de exportações de Paranaguá, apresentava um grande potencial econômico, cuja exploração plena estava a exigir novas transposições da Serra do Mar, mais estáveis e de maior capacidade de carga. Tratava-se da extração e comercialização da madeira existente nas imensas florestas que recobriam o território da província, tanto serra abaixo como serra acima.

A primeira iniciativa de exportação de madeira através dos caminhos da Serra do Mar de que se tem notícia remete aos meados do século XVIII. Em 1763 o Conde de Bobadela mandou “examinar a qualidade dos - Pinheiros - que há nos máttos da mesma Villa” de Paranaguá, bem como a “condução de alguns dos ditos páos, ate o porto de mar” (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p. 39).

Vistos os pinheiros, em 1767, o Capitão General “ordenava a extração de amostras de pau de pinho de serra acima e sua condução para o litoral, embora a ausência de caminhos compatíveis” (WESTPHALEN, 1998, p. 212).

A ordem foi cumprida, mas gerou protestos que evidenciaram a precariedade das comunicações e a magnitude real da barreira da Serra do Mar. Isto se evidencia em representação da Câmara Municipal de Curitiba, que reclamava que no transporte dos “seis grandes paus de pinho” tinham sido despendidos um ano e quatro meses em função da dificuldade de transporte pela Serra, consumindo

mantimentos e gado e empregando muita gente, “enfraquecendo em consequência as forças da Vila que já não eram grandes” (WESTPHALEN, 1998, p. 212).

Na realidade, desde os finais do século XVIII há indicações de que se exportava produtos florestais a partir de Paranaguá. Nas listas de exportação de Paranaguá de 1798, constavam madeiras e embés – cipós utilizados para cordoalha naval – estas provenientes de Paranaguá como assinala Cecília Westphalen (1998, p. 113).

Sobre a diversidade de produtos florestais no litoral vale a pena lembrar interessante observação de Vieira dos Santos:

[...] sempre acobertadas suas montanhas de hua perpetua primavera, destas mattas virgens intactas desde a criação do mundo, desses bosques emmaranhados e impenetraveis ao affeito Sertanejo, que intenta invadi-los; mas elle alli só encontrará ricas e preciosas madeiras de Lei proprias para as construcções navaes por serem duraveis, a rezistencia das agoas; outras de cores mui fermozas e cariadadas, e muitas ondeadas como o Çedro, o Araribá, e apropriadas da marçinaria, grandezas estas que a liberal mão do Omnipotente espalhou nas mattas dos contornos de Paranaguá e das quaes em ordem alfabética indicarei somente os nomes com que são conhecidas; e o farei con-junctamente de todas as espécies e qualidades com que os carpinteiros e matreiros as tem designado para o leitor conhecer a grandioza diversidade que delias ha: [...]Ararivá [...], Arucurana, — Angelim [...], — Andrade — Almeçega, [...] — Arassá piranga, — Arassarana, — Arassatinga, — Arassauna, — Anhaiba, — Aroeira, — Andiroba, — Apuam, — Araticú, — [...]— Anhomembeca — Alleluia — Angico —[...] — Acun — [...] — Batinga [...], — Barabu [...], — Bicuhiba, — Bi-cuhybussu, — Brejauba [...], — Bataia, — Baguassu, — Barurana, — Bracatinga, — Betharia, — Bothea, — Canelia [...], — Nhã juçara, — Seba, branca, — de Paulo Teixeira, — Caberiuba [...], — Cauvô vermelho de concha, — Caiarana [...], — Cedro [...] — Carvalhos [...], — Condupouna, — Caixeta [...], — Caborahi, — Corindiuba, [...], — Cotipotanguera, — Caroba [...], — Cuingá, — Capororoca, — Caripucu, — Cabiuna, — Cauna, [...], — Caujújá, — Cobetinga — Cortiça, — Caubipoca, — Cuaipé, [...], — Cannafistula, — Copaiba, [...], — Coração de negro, — Embiuba ou Embaúba, — Embuia ou Buia, — Embirussú, — Embira, — Engá carapara, [...], — Figueira [...], e Figueirinha, — Gurapoan, — Guaraparim, — Guaiaranna, — Guanandim, — Guaperubu, — Guarapessica, — Guraitá, — Guabiroba [...], — Guiné, — Guapoan, — Gurajuba, — Gaeuba grande e pequena, — Guarapari, — Guarapeim, — Guaraporungas, — Gua-Guracuhy, — Guaraporungara, — Guarapiranga, — Gracunhã — Guapororoca, — Guapidã, — Giçara, — Giçara-equirá, — Garacotinga, — Gurapohy, — Guanundirana, — Guaicã ou guaia, — Guarassica, — Ipe ou Eipe [...], — Jacarandá ou nhacarandá, — Jiquitibá, [...], — Jaguaripiroca, — Jogaratauba, — Jacuba, — Inhuibatan, — Louro [...], — Laranjeira [...], — Limeiras, — Limoeiros, — Massaranduba [...], — Mandubahu [...], — Massatunga ou Guassatunga, — Matambu, — Maria preta, — Mamica de gato, — Murta, — Nhambiuba, [...], — Nhamdiaiba ou mandu-bahiba, — Nhutinga, — Opiuna ou piuna, — Óleo pardo [...], — Ohytiçica, — Peroba, ou Uperoba, — Pindauba, — Pão d'Aleixo, — Paos de colher — de sangue — d'alho — de macaco — d'orvalho — de leite; louco — de violias — e de Tiriva — Palmeira — Penitencia, — Piquiã [...], — Potumajá [...], — Sassafráz [...], — Simão d'Arruda, — Sapopema, — Sapucaia, — Sobro, — Sebola, — sem-tern, — Taroman, — Tapiguassú, — Tambiturava, Tapiá — Tapixara, — Timbuiba [...], — Tajauba ou potumaju, — Umiúba, — Ubaia, — Uoupeba, — Uvamirim, — Ubarana, [...], — Ucurba, — Xaxim. Eis aqui, hum longo catalogo de milhares de arvores produzidas espontaneamente pela natureza, e espargidas nas coberturas das immensas Serranias e longinquos sertões (1951, p. 101-102).

Por Antonina, no começo do século XIX, segundo aponta Agostinho Ermelino de Leão, já se exportava madeira de lei “anteriormente eram taboados de peroba que constituíam uma forte riqueza pública, mas o governo proibiu o corte dessa madeira, que passou a constituir um monopólio da coroa”. Como produto florestal, havia ainda o embé, que “também favorecia o commercio e o erário pelos direitos que pagava á Alfândega” (1999, p. 128).

Além de ser exportada na forma de pranchas, a madeira servia também aos estaleiros de Paranaguá – há referências sobre a construção naval em Paranaguá desde a segunda metade do século XVIII. Estes, no começo do século XIX, chegaram a ter alguma expressão. Cecília Westphalen, em seu *Paranaguá, um sedutor* aponta diversos estaleiros, listando as embarcações por eles fabricadas nesse período (1998, p. 78 a 84).

Nesse livro se encontra uma relação de madeiras a serem usadas na construção de brigue de guerra executado em Paranaguá em 1828, que sugere quais as espécies geralmente utilizadas na indústria naval da época. Estão mencionadas a canela preta para uso geral; orocurana e massaranduva para as cavernas e braços; peroba para os talhoens da quilha (1998, p. 81 e 82).

A intensidade da exploração madeireira à época não era pequena, e as áreas exploradas já se afastavam dos rios navegáveis e dos portos. É o que se depreende da resposta que o Presidente da Província de São Paulo recebeu, em 1844, da Câmara de Morretes quando a inquiriu sobre a existência de matas devolutas nas proximidades de rios navegáveis que contivessem madeiras de lei e próprias para a construção naval. Na ocasião a resposta foi de que embora existissem na região “Canella, Arariva, Ipe, Urucurána, Urápoan, Cedro, Guaraparin, Óleo” cujas madeiras não obstante erão de boas qualidades” seu transporte até os rios navegáveis e ao porto era muito difícil (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p.406).

Vieira dos Santos (1950, p. 393) se refere à intensa exploração das matas do litoral dizendo que estas “tem tido grandes cortes” e que o comércio de madeiras com Buenos Aires e Montevideu se revelava bastante lucrativo.

Saiam por Paranaguá, em meados do século XIX, cedro, imbuia, canela preta, sassafráz, carvalho, araribá, peroba e outras. Na região existiam por volta de

“39 tipos de madeiras, 25 das quais de primeira qualidade, utilizadas principalmente na construção naval” (WESTPHALEN, 1998, p. 247).

Aliás, ao que parece pelas espécies indicadas nas listas, a exploração deve ter sido diversificada o suficiente para atingir não apenas parcela as matas da planície – as Florestas Ombrófilas Densas de Terras Baixas e Aluvial – encaminhando a atividade extrativa para a Floresta Ombrófila Densa Sub-Montana e Montana, já que a menção às dificuldades de transportes significam que as matas próximas já haviam sido bastante exploradas. Verificava-se um novo movimento de apropriação dos recursos, agora os florestais, da Serra do Mar.

Cecília Westphalen indica que a exploração da madeira nas primeiras décadas do século XIX era apreciável, “praticada inclusive com a devastação das matas reservadas por lei” e com tráfico de espécies proibidas, o que levou a manifestação do Coronel Governador Militar de Paranaguá, no sentido de identificar as madeiras de lei, a fim de que pudesse impedir o seu corte, “sem prejuízo das atividades de fabricação e conserto de barcos, e mesmo do comércio” (1998, p. 239).

Durante todo o século XIX há iniciativas de exportação de madeiras do litoral, constituindo-se a atividade na segunda renda de Paranaguá. As exportações dirigiam-se especialmente para Buenos Aires e Montevideu. As madeiras eram utilizadas para fins de construção civil, mas também para finalidades menos nobres, pois há grande exportação de achas de lenha para o Uruguai (WESTPHALEN, 1998, p. 243).

Quando o Paraná se constituiu em província, a esperança que se tinha no sentido de que o comércio de madeira seria um grande negócio era grande. Sobre o tema se pronunciou Zacarias de Góes e Vasconcellos:

O commercio de madeira há de, sem duvida, prosperar consideravelmente no futuro, attenta a immensa copia dellas (proprias não só para diversas obras como para construcção naval) que existe tanto no littoral, como serra-acima onde os olhos dos viandantes descortinão matas sem fim de pinheiros, (cuja abundancia, em lingua indígena, dá lugar ao nome – Curityba) por ora só aproveitados no limitadíssimo consumo desta parte da provincia, e que somente esperão, para descerem á prover maiores mercados, huma boa estrada que, ao contrario das actuaes, permitta coduzil-os á bom porto de embarque (PARANÁ, 1854- p. 74, 75).

Porém, embora não fosse esta a expectativa, o advento da estrada da Graciosa, em 1873, não significou o impulso necessário para a exploração madeireira, pois suas limitações geométricas estavam aquém dos requisitos de transporte da mesma.

Exemplo disto foi o insucesso da Companhia Florestal Paranaense, empresa que, implantada em 1872¹⁹¹, tinha entre seus proprietários André Rebouças, e operava num padrão tecnológico elevado para a época¹⁹². Tinha grande capacidade de produção - a qual ficou retida nos seus depósitos, pois a Graciosa, “com suas inúmeras voltas e demais deficiências de conservação” não dava saída ao material produzido (WESTPHALEN, 1998, p. 260).

Isto não quer dizer que a transposição pela Graciosa não tivesse significado uma mudança de muita monta na possibilidade de transporte de cargas pela Serra, com grandes reflexos sobre a economia regional. Nela passaram a transitar os carroções escravos – trazidos pelos colonos alemães do Volga¹⁹³ - mudando dramaticamente a capacidade de transporte, especialmente no que se refere à erva mate.

Eram carroções de grande porte com 4 rodas que eram conduzidos por 2, 3, 4 e até 5 parelhas, cobertos por toldos de lona impermeabilizada, cuja capacidade de carga podia chegar até aos 1.500 quilos.

Se comparado com a capacidade de transporte das tropas que até então circulavam na Serra, pode-se dizer que um único carroção levava o equivalente a uma tropa de 26 animais – 75 kg. por animal, um animal de substituição para cada 4 carregados e o arrieiro, como estimou Júlio Moreira (1975, p. 89). Há que se considerar também o ganho na velocidade de transporte, que reduziu o tempo gasto a menos da metade.

Cecília Westphalen menciona informações que permitem uma estimativa preliminar de tráfego. Informa que nos anos de 1878 e 1879 transitaram pela

¹⁹¹ Romário Martins (2004, p. 195) menciona o ano de 1874, quando a Graciosa já estaria concluída.

¹⁹² Segundo Sebastião Paraná teria sido a primeira serraria a vapor instalada no Paraná (1899, p.491).

¹⁹³ Alemães principalmente do Hessen, Palatinado e Renânia, que em meados do século XVIII migraram para colonizar a região do rio Volga, na Rússia, atraídos por diversas promessas da czarina Catarina a Grande, estes iniciaram sua migração para o Paraná, inicialmente na colônia de Marienthal, nas proximidades de Araucária, nos meados do século XIX, posteriormente outras levas se dirigiram para diversas colônias em Ponta Grossa e Palmeira. A compra e transporte de mate foi atividade que exerceram desde 1880 até 1930, aproximadamente. (MÜLLER, 2000).

barreira da Graciosa, respectivamente, cerca de 11.000 e 12.000 carroças (1998, p. 164).

Considerando esta informação, supondo-se que o volume de descida – e os dados de importação e exportação apóiam esta suposição – era de 75% do total e que deste $\frac{3}{4}$ era composto de erva mate, ter-se-ia, uma estimativa de volume total transportado pela Graciosa de 16.500.000 kg e de 18.000.000 kg, em cada um dos anos. Desses, a erva mate comporia o total de 9.281.250 kg e 10.125.000 kg nos respectivos anos.

Esses números, são em magnitude compatível com os totais de erva exportados pelo Paraná nos mesmos anos que, como menciona Calil Padis, foram de 12.971.418 kg e 14.087.730 kg (1981, p. 65), e indicam que havia outras alternativas de transporte para descer a Serra do Mar naquele tempo. A mais utilizada delas seria, provavelmente, o Itupava¹⁹⁴.

Os volumes transportados significam, também, uma imensa ampliação da capacidade de transporte de cargas pela Serra, pois esta quando da autonomização da província deveria ser da ordem de 3.000.000 de kg – Cecília Westphalen (1998, p. 121) indica que Paranaguá exportou em 1846-47 aproximadamente de 2.732.390 kg de mate – tendo quase quadruplicado com o início da operação da Graciosa.

A mudança na forma de transposição da Serra veio a implicar, como das vezes anteriores, em alterações importantes na distribuição de atividades e populações no espaço. Grande parte do movimento exportador de mate transferiu-se para Antonina e, paulatinamente, os engenhos de processamento, buscando melhores condições de acesso à matéria prima, iriam se transferir para o planalto (WESTPHALEN, 1998, p. 164), (PADIS, 1981, p.50).

Esse movimento se realizou com maior ênfase a partir da segunda metade dos década de 70 do século XIX, passando a ser montados novos engenhos em Curitiba, já com instalações movidas a vapor. Em 1878 transferiu-se de Antonina para esta cidade, Ildefonso Pereira Correia talvez o maior empresário do ramo, que veio transformar e modernizar a indústria ervateira no Paraná. Essa mudança é de tal sorte que em 1880 quase todos os engenhos de mate estavam instalados no

¹⁹⁴ As diferenças entre os totais exportados e os transportados pela Graciosa, da ordem de 3.000.000 de quilos, seriam compatíveis com as possibilidades de carga do Itupava, que por volta da emancipação já permitia o transporte de volumes desta ordem.

planalto curitibano, com sua grande maioria na cidade de Curitiba. (WESTPHALEN, 1998, p. 166 e 167).

A Graciosa, embora viesse a atender adequadamente as demandas de transporte para exportação do mate, não atingiu as mesmas expectativas com relação a da madeira. Para propiciar as condições necessárias para a apropriação desse recurso, deviam ser feitos novos investimentos. Para que esse salto fosse efetivamente dado, havia que transpor novamente a barreira da Serra do Mar, num novo umbral de tecnologia de transportes que novamente viria a acarretar mudanças na economia e sociedade paranaenses.

Esta nova mudança, que marcou a vida paranaense por toda a primeira metade do século subsequente, foi a transposição ferroviária da Serra, iniciativa esta que, como as demais, embora tivesse fundamento em necessidades econômicas importantes. Teve como móvel também uma decisão de cunho geopolítico, pois com a guerra do Paraguai, novamente a questão do acesso rápido e seguro à fronteira oeste voltava a ser tema relevante para o Império.

Nesse contexto foi dada, em 1871, a Antonio Pereira Rebouças Filho¹⁹⁵, Francisco Antonio Monteiro Tourinho e Maurício Schwarz, autorização para que organizassem uma companhia visando a construção de ferrovia – Dona Isabel – do Porto de Antonina à cidade de Curitiba (WESTPHALEN, 1998, p. 29 e 30).

Quase concomitantemente, em 1872, foi concedida a Pedro Aloys Scherer, José Gonçalves Pecego Júnior e José Maria da Silva Lemos, autorização para construção na enseada do Gato – porto Dom Pedro II –, as obras de melhoria do Porto de Paranaguá, obras estas aprovadas pela Câmara de Paranaguá em 1866 (WESTPHALEN, 1998, p. 29).

Articuladamente com essa iniciativa, também em 1872, porém meses antes, concedeu-se aos mesmos contratantes, os direitos de construção de uma ferrovia, ligando Paranaguá a Morretes – cujos serviços foram iniciados em 1873, porém interrompidos logo depois – e aí se articulando com a Dona Isabel, cujo traçado passava por Morretes (HABITZREUTER, 2000, p. 105, 106).

¹⁹⁵ A idéia de construção de uma ferrovia entre Antonina, segundo consta teria ocorrido a André Rebouças, em cujos diários encontra-se a anotação desta possibilidade em 1865, quando percebeu que Paranaguá e Assunção ficavam no mesmo paralelo (HABITZREUTER, 2000, p. 104).

Estava novamente em pauta mais um lance da disputa das formas e destinos da transposição da Serra do Mar, sucedendo-se novos lances da polêmica com relatórios de avaliação de ambos os portos que vieram a definir, por fim, o destino final da ferrovia no litoral.

A polêmica ao que tudo indica, teve nos seus dois pólos os mesmos grupos que se organizaram em torno da disputa da Graciosa, com os interesses da oligarquia campeira se articulando em torno de Antonina, em cuja defesa se destacaram-se o Conselheiro Araújo e Jesuíno Marcondes¹⁹⁶; e o dos comerciantes e ervateiros apontando para Paranaguá, posição defendida pelo deputado Correia.

A definição final deste se deu em 1875, quando pelo Decreto Imperial 5912, definiu-se que a estrada de ferro fosse construída entre Curitiba e o Porto Dom Pedro II. Já a questão da decisão final pelo porto de Paranaguá, embora anunciada no Relatório à Assembléia Legislativa Provincial de 1878, dar-se-ia um pouco mais tarde, em 1889, quando a ferrovia já se encontrava em funcionamento (WESTPHALEN, 1998, p.30)

A construção da ferrovia, ao que tudo indica, foi decisão importante e de âmbito nacional. A solenidade de lançamento de sua pedra inaugural – em 1880 – embora as obras tenham se iniciado um pouco antes, foi presidida pelo próprio Imperador, estando presentes diversas autoridades (HABITZREUTER, 2000, p. 108 à 112).

Indicativo da sua prioridade, decorrência de interesses múltiplos dentre os quais se destacavam as necessidades de exportação do mate, é a extrema rapidez com que a obra foi executada, face às dificuldades técnicas que envolvia. Basta lembrar que a Graciosa, tecnologicamente menos complexa, sem túneis ou viadutos, com pouco desmonte de rochas, levou 19 anos para ser concluída. A Ferrovia do Paraná – como era então chamada – levou apenas 5 anos.

Do ponto de vista dos recursos ambientais da Serra a construção da ferrovia e a sua posterior operação significaram uma nova demanda. Além dos impactos decorrentes de sua construção – desmatamento, perfuração de túneis,

¹⁹⁶ No período inicial de instalação da província, segundo Brasil Pinheiro Machado, “o poder local é inteiramente restituído às classes superiores locais e, especialmente, à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, que passam a exercer o poder político da Província, principalmente através da liderança das famílias dos Marcondes e dos Araújo”, vindo a constituir, segundo Cecília Westphalen a oligarquia de maior poder durante o período provincial (*Apud* MAGALHÃES FILHO, 2006, p. 119, 120).

derrocamentos e aterros – gerou uma demanda constante por madeira para dormentes – dentre as quais destacam-se o angico e os ipês – e pedras britadas para estabilização da via permanente, que durante muitos anos foi atendida por recursos locais.

Com a inauguração da ferrovia em 1885¹⁹⁷, removeram-se os obstáculos de transporte para a exploração do pinho que passou a assumir uma nova dimensão. Isso ocorre quase que ao mesmo tempo em que se verifica um surto de crescimento urbano no Rio de Janeiro e em São Paulo, com um grande incremento na demanda por madeiras provenientes do Paraná (PADIS, 1981, p. 68).

Transposta a Serra, com este novo modal, consolidaram-se as condições materiais para que se iniciasse um novo ciclo de apropriação dos recursos ambientais serra acima. Novas matas foram incorporadas, novas serrarias foram abertas. Nessa época foram fundadas, nas proximidades de Piraquara, “duas serrarias pertencentes às firmas de Ildefonso Correia & Cia e Desmarais & Cia.” (MARTINS, 2004, p. 195), ambas a vapor e com grande capacidade de processamento de madeiras.

No que se refere a indústria madeireira, a possibilidade que significou a implantação da ferrovia pode ser aquilatada pelo relatório do Presidente da Província em junho de 1888, três anos portanto após a sua inauguração. Nele, se informava que o capital envolvido nas serrarias era da ordem de mil contos de réis, tendo os estabelecimentos condições de carregar, por mês, 15 navios de 200 toneladas, o que significava um fornecimento de “2 milhões de pés de superfície de madeiras serradas” (WESTPHALEN, 1998, p. 271).

Neste período, foram apropriadas as matas da vertente oeste da Serra do Mar¹⁹⁸ e do planalto entre estas vertentes e Curitiba, aquelas que se desenvolviam nas margens da ferrovia, posteriormente, devastadas. A estas, se seguiram as mais distantes, iniciando-se um processo de deslocamento das instalações de produção

¹⁹⁷ A inauguração da ferrovia foi momento muito importante, veja-se o registro que dela fez Sebastião Paraná: A referida linha foi inaugurada e entregue ao tráfego no dia 2 de Fevereiro de 1885, sendo esta solemnidade presidida pelo Dr. Brazílio Machado, então Presidente do Paraná, assistindo áquella festa de civilização o Conselheiro Antônio Carneiro da Rocha, Ministro da Agricultura, Conselheiros d'Estado e Senadores Visconde de Paranaguá e João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Senador Pedro Leão Velloso, Ministros da Rússia, França e Bélgica, Deputado Geral Dr. Affonso Celso Júnior, Conselheiros Jesuino Marcondes e Manoel Alves de Araujo, Dr. João Teixeira Soares e outras pessoas de distincção (1899, p. 527)

¹⁹⁸ Ermelino de Leão (1999, p.147) aponta a existências de pinhais de dimensões expressivas nessa região o mesmo se depreende da leitura de Saint-Hilaire (1978, p. 88, 91).

que veio a caracterizar a economia madeireira no Paraná por muitas décadas (WESTPHALEN, 1998, p. 270).

Os incentivos e as novas condições de transporte deram origem a iniciativas inovadoras com empreendimentos de caráter capitalista, mas que não encontraram eco do ponto de vista do atendimento aos principais mercados – Buenos Aires, Santos, Rio de Janeiro e Montevideú. O produto importado do Canadá e dos Estados Unidos, embora mais caro em 15 a 20%, apresentava qualidade superior, o que fazia com que o produto local fosse consumido apenas na ausência dos similares (PADIS, 1981, p. 69-70).

Do ponto de vista da capacidade de transporte e de seu impacto sobre a colocação de produtos primários no porto de Paranaguá, a contribuição da ferrovia foi apreciável. Além de propiciar as condições tecnológicas adequadas para o transporte de madeiras veio a se apropriar de uma parcela substancial do tráfego da erva.

Estimativas dos seus primeiros momentos de operação, feitas pelo engenheiro Alaor Borba com base em dados colhidos nos relatórios do engenheiro Cristiano Benedito Ottoni, fiscal da operação da ferrovia na época, indicavam que, em 1886, a Ferrovia do Paraná transportou algo em torno de 21.235.300 toneladas, valor que em 1887 chegou a 27.188.780 toneladas (1965, p. 174).

Verifica-se, ao mesmo tempo, a redução brusca do tráfego pela Graciosa, decorridos dois anos da inauguração da ferrovia. De acordo com Ottoni, no primeiro semestre de 1887 o volume movimentado pela ferrovia era de 62,5% das cargas que transitavam em ambos os modos, e ao fim do segundo semestre deste mesmo ano chegava a 80%¹⁹⁹ (BORBA, 1965, p.175).

Dáí para frente a estrada da Graciosa foi sendo, paulatinamente, deixada de lado como alternativa de acesso ao porto, ficando praticamente abandonada mais para o fim do século. Sebastião Paraná, cuja *Chorographia* data de 1899, registra o fato e aponta que “a estrada de ferro que communica a cidade de Paranaguá com o interior do Estado desfechou golpe certo sobre as estradas da Graciosa e de Matto Grosso, que tanto contribuíram para a prosperidade do Paraná” (1899, p. 163, p. 526).

¹⁹⁹ Para Cecília Westphalen, em 1887 a ferrovia transportava 60% do mate exportado, apenas 40% descendo a serra pelos carroções que circulavam na Graciosa (1998, p. 273).

A concorrência da ferrovia como alternativa da estrada foi de tal monta que ela permaneceu assim até o princípio do século posterior quando, em 1912, no governo de Carlos Cavalcanti, veio a ser reformada passando a permitir o tráfego de automóveis (MARTINS, 1995, p. 114 e 470).

Do ponto de vista dos reflexos sobre a economia regional, a transposição ferroviária da Serra do Mar significou a consolidação das condições de transporte de mate em proporções compatíveis com os padrões de demanda que vieram a se estabelecer no princípio do século subsequente²⁰⁰.

No caso da extração de madeira, sua influência foi decisiva, pois criou os meios para a instalação definitiva da indústria madeireira no planalto paranaense, o que, sem a sua construção, não teria ocorrido.

Esse processo de integração do planalto, associado a um traço marcante da economia paranaense, que por largo período vinculou-se ao comércio da terra ou de sua cobertura arbórea – quer o mate, quer as madeiras de corte – aponta para uma intensa territorialização do capital, com construção de vias de acesso e ocupação do sul valorizando suas terras (SALLES, 2004, p. 42).

Tal processo ensejou outro movimento importante para a configuração da distribuição de pessoas e atividades no território paranaense tal qual ele hoje é compreendido. Trata-se do surto de urbanização de Curitiba e de sua consolidação como capital da província e nó importante no sistema de transportes regional (ROCHA POMBO, 1980, p. 115), (PARANÁ, 1899, p. 551), (MARTINS, 1995, p. 3).

Inaugurada a estrada de ferro, alterou-se a vida da província e principalmente de Curitiba. A economia regional passou a se imbricar com a nova dinâmica capitalista, o que pode ser associado ao salto tecnológico na indústria ervateira, que se complexifica, modernizando processos e diversificando produtos – os chamados engenhos universais – concentrando-se basicamente em Curitiba, bem como estabelecendo novos nexos com outros ramos industriais, como o madeireiro, com as barricas destinadas ao acondicionamento da erva (MAGALHÃES FILHO, 2006-A, p. 124), (SALLES, 2004, p. 42).

²⁰⁰ A partir dos dados disponíveis em Padis (1981, p.65, 66) pode-se inferir que, desde a inauguração da ferrovia, em 1885, as exportações de mate se mantêm num patamar médio de 16.400.000 quilos, com variações da ordem de 24% para o máximo e de 71% para o mínimo – este excepcional, pois se manifesta uma única vez sendo a variação para o valor que lhe é imediatamente maior de 22% – apenas a partir do início do século XX é que estes valores apresentam um aumento expressivo, significando uma alteração substancial no perfil de demanda por transportes.

Também a indústria madeireira após os primeiros momentos em que enfrentou dificuldades da concorrência externa, passou a se consolidar nos mercados platinos e no atendimento às demandas da urbanização do Rio de Janeiro e São Paulo - especialmente a partir de 1891, com o advento de dispositivo constitucional que instituía barreiras alfandegárias à madeira importada (PADIS, 1981, p. 70).

A indústria também se diversificou, quer pela sua articulação com a atividade ervateira, quer pelas demandas oriundas do processo de crescimento populacional e urbanização, com a instalação de unidades de fabricação de fósforos, quer pela instituição de limitação legal à exportação de madeira em toras (PADIS, 1981, p. 70).

O crescimento industrial, fortemente centrado em Curitiba, colocou o Paraná, em 1907, como 6º colocado, em termos percentuais em relação à produção industrial brasileira (SALLES, 2004, p. 42).

Como consequência, desde a os primeiros anos da autonomização da província até a primeira década do século XX, Curitiba apresentou um crescimento demográfico muito expressivo – taxas de 3,75 % a.a. entre 1872 e 1890 e de 8,9 % a.a. entre 1890 e 1900 – índices que apenas encontrariam similares nos finais deste mesmo século quando de sua metropolização.

Estes novos padrões de urbanização significaram novas demandas por recursos do meio ambiente, pela concentração de população e de atividades econômicas e pelo desenvolvimento de novos hábitos que decorreram, também, das novas formas de articulação da sociedade paranaense com o restante do Brasil e do mundo.

Nestas circunstâncias se colocava um novo patamar de demanda entre a cidade e o seu entorno, especialmente a Serra do Mar, patamar este que, para ser satisfeito, contava com novos padrões de acessibilidade decorrentes dos sistemas de transporte antes implantado.

É nesta situação que se estabeleceram novas interações entre a dinâmica da região de Curitiba e a Serra do Mar. Uma delas se tornou fundamental para o desenvolvimento da cidade: a Serra passou a ser demandada como fonte de recursos hídricos para o abastecimento público da capital que crescia.

Assim atrelou-se, pela primeira vez, a dinâmica da cidade com a proteção dos mananciais existentes em suas encostas e sopés da face oeste, situação que perdura até os tempos atuais.

Já em 1904 encontrava-se a primeira tentativa de contratar a construção de um adequado sistema de abastecimento de água potável para a capital (PARANÁ, 1906, p. 21). A tentativa veio a malograr. Logo a seguir foram efetuadas as primeiras captações na Serra do Mar – dizia-se Serra do Marumby – estas, em virtude de sucessivas estiagens que ocasionaram falta de água em Curitiba, especialmente nos anos de 1917 e 1920, foram sofrendo sucessivas ampliações em 1913, 1918, 1919 e 1924 (PARANÁ, 1929, p. 84).

Ressalte-se que em 1921 o equacionamento da oferta d'água para Curitiba contou com a participação do notável sanitarista Saturnino de Brito. O qual, além de propor a ampliação das captações nos mananciais da serra, constando a impossibilidade destes de atender a totalidade da demanda, propôs a captação com elevação mecânica das águas do rio Cayguava, introduzindo a sistemática de captação das águas de superfície nos rios formados pelas vertentes oeste da Serra do Mar, no que hoje se designa Bacia do Altíssimo Iguaçu.

A dinâmica da cidade, nessa época, começava a demandar novos padrões de gestão dos espaços da Serra do Mar. A garantia de abastecimento de água para Curitiba exigiu que fossem tomadas, em 1929, as primeiras medidas de que se tem notícia de proteção efetiva de uma parcela da Serra. O Estado adquiriu terras de particulares na região dos mananciais da serra com o fito de “proteger a zona dos mananciaes, para garantia da pureza das águas destinadas ao consumo e para evitar o empobrecimento dos mesmos em consequência da devastação das mattas ahi existentes” (PARANÁ, 1929, p. 84).

As vazões fornecidas por estes mananciais da Serra são um bom indicador do ritmo de crescimento de Curitiba. Foram por quase vinte anos sempre crescentes. Eram da ordem de 3 milhões de litros por dia em 1918 (PARANÁ, 1918, p. 32). Sofreram um acréscimo de 63%, passando para 4,9 milhões de litros por dia em 1920 (PARANÁ, 1920, p. 61). Estabilizaram-se por volta dos 6,0 milhões de litros por dia em 1922 (PARANÁ, 1922, p. 69).

Em 1926 entrou em operação o sistema de adução da captação do Caigava, com uma vazão de 10 milhões de litros por dia, os quais somados aos 6 milhões retirados dos mananciais da serra viriam a disponibilizar para a cidade um total de 16 milhões de litros por dia. A demanda de recursos hídricos da Serra, nesse tempo, cresceu mais de 400% em apenas 9 anos (PARANÁ, 1926, p. 122).

Também nestes primeiros tempos da urbanização de Curitiba, que correspondem aos momentos de mais dinamismo das economias ervateira e madeireira, novos hábitos de consumo decorrentes dos novos padrões de vida passaram a se divulgar entre a população. Dentre eles um determina novas interações entre a população Curitibana e a Serra do Mar, demandando transposições que, embora quantitativamente não fossem expressivas, apontavam já para uma nova dinâmica de relação que viria, em tempos recentes, significar uma das principais demandas sobre os sistemas de transposição da Serra.

Trata-se do turismo e do veraneio. Inicialmente, nos primeiros tempos da inauguração da ferrovia, como, aliás, ocorria na Corte, desenvolveu-se o hábito de subir a serra no verão, como registra Sebastião Paraná ao fim do século:

O clima de Serra-acima é incomparavelmente superior ao da marinha; e a prova mais eloquente desta asserção fornecem os próprios moradores dalli que estão quasi sempre subindo a Serra da Mar, uns para veraneiar, outros para fortalecer a saúde agravada pelo ar quente e húmido do littoral (1899, p.166 e 167).

Posteriormente, foi se disseminando o movimento contrário, de veraneiar no litoral. Um dos primeiros momentos desta atividade remete às iniciativas do Estado do Paraná em promover a construção da Estrada do Mar – construída em “magníficas condições técnicas” que incluíam marcos de quilometragem, encontros das pontes em concreto, abrigos de manutenção e telefones – inaugurada em 1928, e o lançamento das pedras fundamentais da Cidade Balneária, abrindo-se a venda de lotes (PARANÁ, 1928, p. 113, 121 e 122).

Também o crescimento urbano e industrial de Curitiba, bem como a concentração das atividades industriais nessa cidade, começaram a demandar uma oferta de energia elétrica em escala tal que superava em muito as possibilidades do antigo sistema a vapor implantado em 1892.

As reclamações sobre a insuficiência do sistema e sua precariedade do fornecimento se sucediam e isto fez com que os governantes se voltassem novamente para a Serra do Mar em busca de seus recursos hídricos, desta feita como potencial de geração.

As iniciativas de exploração do potencial hidrelétrico da Serra visando a geração de energia para Curitiba, voltam-se inicialmente, em 1927, para o Rio Capivari, tendo a Prefeitura adquirido quedas d’água nesse rio com potencial de 300

CV, visando a formação de uma sociedade anônima para a exploração das mesmas (PARANÁ, 1927, p.132).

Antes disso, porém, já se verificara movimento no sentido de apropriar os recursos hídricos da Serra para geração hidrelétrica. Em 1910 construiu-se uma pequena hidrelétrica da Serra da Prata destinada o fornecimento de energia para Paranaguá, com 510 kW e que funcionou até 1970 (HABITZREUTER, 2000, p. 56).

Posteriormente, numa tentativa que veio a ser bem sucedida, em 1928, foi constituída a Companhia Paranaense de Força e Luz. Com ela o Estado com contratou a construção em três anos de uma hidrelétrica que permitisse o aperfeiçoamento dos serviços de iluminação e o fornecimento de energia para uso doméstico em industrial para Curitiba (PARANÁ, 1929, p. 88).

Este contrato veio a ser cumprido, resultando na construção da usina de Chaminé, no rio São João, à montante do Salto do Meio, no município de São José dos Pinhais na vertente oriental da Serra do Mar, com um aproveitamento de queda da ordem de 308 m. (PARANÁ, 1930, p. 74, 75).

A construção de Chaminé, usina modesta no contexto atual, foi para a época um grande avanço, pois em 1931, quando foi inaugurada, a capacidade de geração do sistema que atendia Curitiba, com cerca de 80.000 habitantes, era da ordem de 2.950 kW., valor ao qual se acresceram mais 8.000 kW. Chaminé mais que triplicou a energia disponível.

Estava estabelecida uma outra interação entre as disponibilidades de recursos da Serra do Mar e a região de Curitiba, que deu origem em momentos subsequentes ao desenvolvimento de outros aproveitamentos hidrelétricos que vieram atender às necessidades energéticas para o seu desenvolvimento.

Nestes primeiros anos do século XX os sistemas de transposição da Serra do Mar não significaram óbice para o desenvolvimento da atividade ervateira, ao contrário, por estarem adequadamente dimensionados, foram elementos que permitiram a apropriação dos recursos que sustentavam as mesmas em níveis crescentes²⁰¹, o que aconteceu até a crise de 1929.

²⁰¹ Não se trata de entrar numa discussão a respeito das diversas e sucessivas oscilações do mercado do mate, mas o fato é que da ótica dos volumes transportados, a atividade apresenta um perfil crescente durante todo esse período, evidentemente os totais envolvem as exportações de erva processada e erva cancheada, que no

Nos anos subseqüentes, com a revolução de 1930 e a quase paralisação do comércio de mate com a Argentina, o cenário do comércio do mate mudou radicalmente, e o volume comercializado sofreu uma queda expressiva.

A madeira ainda era importante, mas começava a surgir no cenário da economia paranaense uma nova atividade que veio, provocar novas interações entre o Paraná e a sua Serra do Mar. Tratava-se do café, que em 1930 já ocupava o segundo lugar na pauta de exportações do Estado, ultrapassando a madeira (PADIS, 1981, p. 56).

Nesse período, o sistema de transportes voltava a ser uma limitação para a economia: as estradas eram ineficientes do ponto de vista da manutenção e do acesso às zonas de extração. As ferrovias, com tarifas amarradas à taxas previamente estabelecidas de remuneração do capital investido, apresentavam custos elevados. A situação, ao final da década de 10 e início da de 20 do século passado, começou a interferir no custo final e na competitividade dos produtos, especialmente a madeira (PADIS, 1981, p. 78).

Era um problema que, segundo o mesmo autor (1981, p.79), vinculava-se ao fato de que a economia do Paraná estava apoiada em atividades extrativas de baixas produtividade e capacidade de geração de valor adicionado - o que implicava numa limitação da capacidade de investimentos do Estado na criação da adequada infraestrutura de transportes, obrigando-o a um endividamento que não tinha contrapartida na arrecadação.

Nessa situação levantou-se novamente a barreira da Serra do Mar. As tarifas elevadas da ferrovia, opção praticamente única de transposição para a atividade madeireira²⁰², impediam o seu desenvolvimento.

De fato a economia paranaense sofreu as conseqüências da sua extrema dependência do mate, como aponta Padis (1981, p.64), desde os meados da primeira década do século XX. Este foi perdendo sua expressão como principal

fim desse período se sobrepôs definitivamente à primeira, o que para a rentabilidade da atividade e do ponto de vista do potencial arrecadador foi altamente inadequado. Para as séries históricas ver Padis (1981).

²⁰² Sobre o tema, assim se pronunciou o presidente da província em seu relatório de 1930: "a exportação de madeira foi feita com pouca regularidade devido à deficiência do transporte ferroviário" (1930, p. 106). Nesta mesma época, mais enfático, o Secretário Rivadávia de Macedo assim dizia: "as tarifas ferroviárias elevadas muito têm contribuído para reduzir a saída de nossas madeiras, principalmente a do pinho" (*Apud* PADIS, 1981, p.78).

atividade o que se agravou no início da década de 20 sem que surgisse, em termos de valor produzido, outra atividade que o substituísse.

A situação se refletiu numa perda de dinâmica do seu principal centro de processamento e comércio, Curitiba, cujo crescimento demográfico nos anos 10 e 20, teve uma substancial perda – uma taxa anual de 1,59 % contra taxas anteriores de 8,9 % e 3,75% - apresentando um crescimento abaixo da média do Estado, como é facilmente perceptível na tabela 24.

TABELA 24 – POPULAÇÕES DE CURITIBA E DO PARANÁ: 1872 – 1940

Ano	CURITIBA		PARANÁ	
	População (hab.)	Taxa (%a.a.)	População (hab.)	Taxa (%a.a.)
1872	12.651		126.722	
1890	24.553	3,75	249.491	3,84
1900	57.609	8,90	327.136	2,75
1920	78.986	1,59	685.711	3,77
1940	140.656	2,93	1.235.949	2,99

Fonte: Censo Geral (1872, 1890, 1900 e 1920) e IBGE (1940).

A partir dos anos 20, mas com mais ênfase nos anos 30 e especialmente no pós-guerra, a frente cafeeira se expandiu pelo norte do Paraná. O Estado sofreu mudanças profundas. A primeira foi em seu perfil demográfico – ver tabela 24 – e cultural. Também alterou-se a sua economia. Embora ainda de base primária, passou a se articular mais fortemente com os centros mais dinâmicos do capitalismo, o que não ocorria no caso do mate.

Nessas circunstâncias passou a ser gerado um novo conjunto de interações e demandas sobre a Serra do Mar e seus recursos que veio a se consolidar nos anos subseqüentes.

Esse período, nos seus primeiros momentos até o início da década de 50, não trouxe grandes demandas sobre os sistemas de transposição da Serra já instalados. Pois os meios de transporte, adequados ao crescimento do tráfego na década de 10 – com a reforma da Graciosa de 1912 e melhorias no viaduto ferroviário sobre o São João em 1911 –, já se encontravam, como conjunto, em

condições de atender as demandas, principalmente com a quase cessação das vendas de mate para o mercado platino.

No caso da ferrovia, houve necessidade de algumas alterações específicas. É o caso da ponte sobre o rio São João, que recebeu o acréscimo de um arco sob o seu vão central e reforços nas treliças para ampliação da sua capacidade de suporte de cargas em 1936 (PARANÁ, 2005, p. 25).

Curitiba e região passaram por transformações que estabeleceram novos padrões de relacionamento da cidade com a serra. Embora o crescimento da cidade não fosse significativo até os anos 20, Curitiba, graças a consolidação de sua função de capital, da complexificação do aparato administrativo em decorrência do atendimento às demandas advindas da intensa ocupação territorial e de centro prestador de serviços – especialmente de saúde e de ensino – voltou a encontrar o caminho do crescimento e desenvolveu uma nova forma de articulação com a economia regional.

Produto desta nova inserção funcional da cidade no contexto urbano do Paraná e do sul do Brasil foi a concentração dos aparatos de ensino médio e superior, instituições culturais, imprensa e teatro na cidade²⁰³. Dentre eles se destaca como já bastante consolidada, nos meados da década de 20, a Universidade do Paraná.

A situação permitiu a partir dos anos 20 e 30, uma peculiar vida cultural na cidade. Ela está associada à da consolidação da burguesia industrial ligada ao mate e de seus desdobramentos numa incipiente classe média de profissionais liberais e funcionários públicos.

Também influenciaram nesse processo a estabilização dos padrões de vida de camadas da população de imigrantes vindos nos fins do século anterior que, em parte, haviam se envolvido com o comércio, a pequena indústria e a prestação de serviços e adquiriram as condições necessárias para dar acesso ao ensino formal aos seus filhos.

²⁰³ Como assinala Elizabeth Seraphin Prosser, desde os finais do século XIX encontram-se iniciativas de criação de jornais, revistas, escolas de música e ateliês-escola, dentre elas se destacam a Universidade do Paraná, em 1912, a Academia de Letras do Paraná, em 1923, o Círculo de Estudos Bandeirantes, em 1929, a Sociedade dos Artistas Paranaenses, em 1931, a Academia Paranaense de Letras, em 1934 (2004, 147).

Desta nova configuração econômica e cultural que se articulou a partir de Curitiba, e da ampliação da acessibilidade para parcelas maiores da população decorrente da ferrovia, surgiram movimentos de apropriação da Serra do Mar. Agora não mais era vista como barreira a ser transposta ou base de recursos para fazer face às necessidades da economia ou do crescimento demográfico. Era objeto cultural e três foram os móveis desses movimentos: o conhecimento técnico-científico, uma busca de caráter identitário e a procura de alternativas de lazer para as novas populações urbanas.

Os paranistas, na sua busca de símbolos de identidade que conferissem certa integridade a um Paraná que afirmava sua autonomia e no qual a diversidade cultural – decorrente da afirmação identitária das primeiras gerações de descendentes dos imigrantes – aparecia como um óbice às necessidades de consolidação do estado e aos interesses dominantes, voltaram-se para os signos da terra - os indígenas, suas lendas e usos, o pinheiro e, também, a Serra do Mar.

A Serra do Mar mereceu registros como símbolo da identidade paranaense na revista *Ilustração Paranaense* – “mensário paranista de artes e actualidades” –, que serviu de veículo a muitos dos intelectuais da época, especialmente os que participaram deste movimento.

Na *Ilustração*, encontrava-se, por exemplo, um texto de Romário Martins em que expressava justamente suas preocupações com a ausência de uma identidade local derivada da grande pluralidade étnica, colocando o Marumbi, “gigante impávido”, como referência para a “altura dos ideais” paranaenses, pois sendo a montanha mais alta do sul do país seria “um symbolo, significando o alevantado das nossas aspirações de progresso” (1928).

A mesma promoveu excursões, as chamadas Caravanas de Ilustração Paranaense, com a função de reconhecer e apreciar pontos notáveis da paisagem local. A primeira delas destinou-se à Serra do Mar, ao pico do Marumbi, e dela ficaram registros de Odilon Negrão (1928-A), Jurandyr Manfredini (1928), tendo dela também participado J. B. Groff e Lange de Morretes. Era o paranismo buscando um significado para a Serra.

Esta revista fez um esforço sistemático para alçar a Serra e suas paisagens como símbolo associado ao Paraná, não apenas nas reportagens sobre o Marumbi,

mas divulgando, também poemas e imagens de outras paisagens relevantes do conjunto, como do Véu da Noiva e do Vale do Ipiranga.

A busca dos paranistas pelas paisagens representativas do Paraná, também os colocou face aos problemas ambientais, especialmente o desmatamento indiscriminado. Romário Martins, o principal expoente deste movimento, veio a se tornar um defensor de iniciativas de proteção e de regulamentação da atividade madeireira, tendo proposto uma lei florestal quando deputado estadual e também denunciado o desmatamento das encostas da Serra do Mar e seus riscos para o abastecimento de água de Curitiba²⁰⁴.

Esse esforço de divulgar as paisagens notáveis está conectado (SCHMIDLIN, 2006) com a criação, por um conjunto de intelectuais e artistas curitibanos, da chamada Bandeira Paranaense de Turismo, e ao advento nos anos 40, do movimento pelo qual os curitibanos passaram a se interessar por conhecer as paisagens paranaenses, dentre as quais e com maior destaque a Serra do Mar.

Este interesse envolveu principalmente descendentes de imigrantes alemães. Tal vinculação étnica, que deve estar vinculada ao nacionalismo alemão, é algo que requer uma explicação mais detida que excede o âmbito deste trabalho, no entanto, foi possível detectar uma grande concentração de nomes vinculados à etnia germânica nas primeiras iniciativas de escalada e nos relatos que fazem referência aos primeiros momentos dessa atividade.

Um exemplo disso é a significativa dominância de sobrenomes germânicos que se encontrou em o apanhado que se fez na imprensa curitibana²⁰⁵ sobre os primeiros daqueles escaladores, freqüentadores e admiradores da Serra, as referências são a: Alfonso Hatshbach, Alfredo Mysing, Ana Henkel, Armin Henkel, Érica Glassen, Erwin Groeger, Ewaldo Schiebler, Geraldo Epp, Henrique Paulo Schmidlin, Rosa Inneman, Rudolf Stam, Carlos Schaffer e Wilson Correia, Irineu Pedro Bonato, José Peon, João Gabers, Ely Claassen, Rosemarie Blohm, Benedito Perdocián, Bruno Jonsher, Manfredo Kirchner, Kozak, Horst Hertel.

²⁰⁴ No seu *Livro das árvores do Paraná*, denuncia a ação de lenhadores em ambas as encostas da Serra do Mar e aponta que: "O próprio Governo do Estado teve que manter demorado pleito judiciário para salvar da devastação partes dos rios que abastecem as caixas d'água de Curitiba" (MARTINS, 2004, p. 195).

²⁰⁵ Pesquisa efetuada nos recortes de jornal das pastas referentes à Serra do Mar na Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná e nos arquivos da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, nas pastas referentes ao Tombamento da Serra do Mar, incluiu matérias de diversos meios de comunicação entre 1965 e 2002.

A facilidade do transporte pela via férrea e o interesse que adveio dessas primeiras aventuras instaurou um movimento sistemático de excursionistas – uma alternativa de lazer para camadas mais amplas da população da cidade – que, aos fins de semana, se dirigia para a serra do mar, com o fito de conviver com a natureza, apreciar suas paisagens e praticar esportes, (SCHMIDLIN, 2006) e (BIGARELLA, 2006).

Decorrência deste interesse é o surgimento, nessa época, da primeira associação que se vincula à Serra e que pretendia divulgar o montanhismo, mas também se preocupava com sua proteção. Foi criado, em 3 de abril de 1943, o Círculo dos Marumbinistas de Curitiba (JORNAL DO ESTADO, 13 de setembro de 1987), (SCHMIDLIN, 1997).

Nesses primeiros tempos os freqüentadores da Serra, que tinham na ferrovia um meio de acesso privilegiado, incluíam não somente apreciadores de sua paisagem – excursionistas e montanhistas – mas também outros interessados na exploração de seus recursos e no lazer como orquidófilos, pescadores e caçadores (SCHMIDLIN, 2006).

O movimento guardava nexos com outro que lhe é quase concomitante, também articulado com as novas funções urbanas que Curitiba desempenhava a partir dos fins dos anos 20 e que também veio a ter sua expressão mais veemente a partir dos anos 40, qual seja uma série de esforços no sentido de melhor conhecer, cientificamente, a Serra do Mar.

Na verdade as primeiras observações sobre este ambiente tiveram início já no século XIX, quando os naturalistas e viajantes que passaram pelo Paraná descreveram sua travessia – Saint-Hilaire, Ave-Lallemant – e, posteriormente, com os relatórios e levantamentos desenvolvidos para elaboração dos projetos de transposição – Antonio e André Rebouças, Beaurepaire Rohan, Villalva.

Mais a frente, executadas as obras de transposição e quando, até os primeiros anos do século XX, o Paraná passou a ser explorado na busca de recursos geológicos e na aquisição de informações para expansão da sua rede de transportes, estando a atenção mais voltada para a exploração dos rios e pesquisas de ocorrências carboníferas, essa parcela de seu território parece ter ficado um pouco de lado.

Foi nos anos 1930 que se voltou um novo olhar para a Serra do Mar, buscando vê-la como objeto de conhecimento científico e de pesquisas sistemáticas. Os primeiros estudos foram os de Victor Leinz sobre as ocorrências de minério de ferro na região, e o perfil geológico de Antonina de Reinhard Maack foi das primeiras iniciativas desse gênero, como menciona o mesmo Maack (2002, p. 84 à 90).

Nesses primeiros tempos do conhecimento científico da Serra, destacava-se Reinhard Maack²⁰⁶ (2002, p.91), que interessado pelo montanhismo desde a juventude, desenvolveu um esforço de descrição da geografia da região. Promoveu levantamentos que lhe permitiram efetuar uma triangulação que deu origem à suas verificações de altitudes – entre 1940 e 1941 – de diversos picos da Serra do Mar, determinando como seu ponto culminante o Pico Paraná ao invés do Marumbi, tão perceptível para os que observam a Serra de um ponto de vista litorâneo ou curitibano e que era tido como o pico mais alto do Estado.

Maack, nascido na Alemanha, estava ligado aos primeiros montanhistas (SCHIMIDLIN, 2006) e veio a influenciar fortemente uma série de jovens cientistas que se dedicaram posteriormente a conhecer este ambiente e lutar pela sua proteção, dentre os quais se destacam João José Bigarella e Riad Salamuni.

A esta influência de Maack veio a se somar a da Universidade do Paraná e a do já referido IBPT, criando novas condições para proliferação de estudos sobre a Serra do Mar entre o final da década de 30 e início da década de 60..

Bigarella (1978, p. 35) menciona que sobre o embasamento cristalino “abrangendo a região litorânea, Serra do Mar e Primeiro Planalto Paranaense” encontram-se, desta época, trabalhos de Carvalho e Pinto (de 1937); Oliveira & Leonardos, (1943); Maack (1947, 1953 e 1961); Moraes Rego & Almeida (1946); Almeida (1956 e 1957), bem como seus, (1946, 1947 e 1953) e, por fim seus juntamente com Salamuni (1958 e 1959). Sobre os aspectos florísticos da região, este mesmo autor (1978, p. 35) aponta os trabalhos de Stellfeld (1949); de Hertel

²⁰⁶ Radicado aqui, com interrupções, desde 1923 até 1969, quando faleceu, este alemão de múltiplos ofícios e conhecimentos relacionados às ciências da terra e da natureza, dedicou-se ao Paraná, fez a opção de centrar suas pesquisas neste espaço. Pela sua dedicação ao conhecimento da geografia e geologias paranaenses, sua capacidade de antecipação dos efeitos deletérios decorrentes dos modos de apropriação dos recursos ambientais que aqui se praticavam e esforço de sistematização de conhecimento sobre aspectos diversos da natureza, da vida e da história do Paraná, influenciou fortemente sucessivas gerações de cientistas e intelectuais que se interessaram pelo conhecimento dos diversos aspectos físicos do estado (AB'SABER, 2002, p. 29 a 40).

(1959); de Veloso e Klein (1961); de Reitz (1961); de Maack (1948, 1968) e de Bigarella (1946).

São destes cientistas, especialmente de Maack (ESTADO DO PARANÁ, 16 de março de 1974), cujos alertas sobre as conseqüências do trágico desmatamento que se observava no Paraná vieram a se comprovar com o tempo, as primeiras observações sobre os riscos de movimentos de terra e de assoreamento de corpos de água associados ao desmatamento das encostas da Serra.

Também são da iniciativa de Maack as advertências sobre a importância da Serra e de suas florestas para a manutenção dos mananciais de abastecimento da região urbanizada de Curitiba, tendo inclusive proposto, no 1º Congresso Florestal Brasileiro, em 1953, a criação de um parque com essa finalidade (REVISTA ESCALADA, 1985).

No correr dos anos 50, Curitiba começou a apresentar uma substancial mudança na sua dinâmica, ligada ao crescimento da economia cafeeira, ocupação territorial do oeste e do sudoeste do estado e complexificação de suas funções administrativas e de prestação de serviços.

Esta situação a levaram a um crescimento demográfico que, invertendo a tendência da década anterior, quando apresentava taxas anuais que eram quase duas vezes inferiores à média do Estado, passou a quase se nivelar com os padrões de crescimento do Paraná, como se percebe na tabela 25.

TABELA 25 – POPULAÇÃO DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, 1940-1970

ANO	CURITIBA		RMC (*)		PARANÁ	
	População (hab.)	Taxa (%a.a.)	População (hab.)	Taxa (%a.a.)	População (hab.)	Taxa (%a.a.)
1940	140.656		223.552		1.235.949	
1950	180.575	2,53	308.442	3,27	2.112.893	5,51
1960	356.830	7,05	524.667	5,46	4.268.239	7,28
1970	609.026	5,49	875.269	5,25	6.929.868	4,97

Fonte: IBGE

(*) A Região Metropolitana de Curitiba foi criada em 1973, tomou-se os municípios que a compunham no ano de sua criação para calcular as populações anteriores a 1970.

Em um período de trinta anos, entre 1950 e 1970, Curitiba apresentou taxas de crescimento muito expressivas, sempre ao par ou acima do restante do Paraná. Nessas circunstâncias, novas demandas decorrentes de seu crescimento se voltaram sobre os recursos da Serra do Mar. Estas se tornaram cada vez maiores em relação aos recursos hídricos para o abastecimento público e para geração de energia elétrica.

Com relação à energia elétrica, após a construção da Hidrelétrica de Chaminé, novas necessidades de ampliação começaram a surgir apenas nos anos 40, tendo a concessionária dos serviços efetuado uma ampliação da casa de força e instalação de mais uma turbina de 4.000 kW. entre 1944 e 1946. Posteriormente, em 1952, a construção da barragem de Voçoroca ampliou a vazão estabilizada e com isso adicionou ao sistema mais uma turbina, chegando aos 16.000 kW. de potência instalada.

A situação ainda assim não era tranqüila, e durante toda as décadas de 50 e 60 Curitiba passou por dificuldades com o fornecimento de energia, com freqüentes falhas no sistema de distribuição, incapacidade de atender a crescente demanda industrial e racionamento de oferta, obrigando determinadas plantas industriais muito demandadoras de energia a funcionar a noite.

Nesse tempo, a oferta de energia elétrica para Curitiba e região dependia quase que exclusivamente dos recursos hídricos da Serra do Mar, pois estes significavam 75% do potencial instalado respondendo pelos outros 25% os geradores termoelétricos da usina do Capanema, com 6.000 kW. de potência.

Iniciaram-se, nessa época, novos estudos na tentativa de ampliar a oferta de energia hidrelétrica. A Companhia de Força e Luz do Paraná tinha ainda como horizonte de ofertas as vertentes da Serra. Em 1954 começaram as obras do aproveitamento hidrelétrico de Guaricana, no rio Arraial, na vertente leste da Serra. O complexo, contando com barragem, túneis de adução e casa de força, com duas turbinas e uma potencia instalada de 15.000 kW. foi concluído em 1957(HABITZREUTER, 2000, p. 193 à 195).

Este sistema foi ampliado para atender as demandas de Curitiba e região, com a instalação de mais duas turbinas previstas no projeto original, e cujos sistemas de adução já haviam sido construídos e que ampliaram a potência instalada de sistema para 22.500 kW em 1961 e 39.000 kW em 1970 (HABITZREUTER, 2000, p. 200).

Ainda assim a oferta de energia para a região de Curitiba e para o Paraná de uma maneira geral encontrava-se aquém da demanda. Tendo em vista a importância do fornecimento de energia para o Paraná, havia sido criada, em 1954, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, empresa de economia mista com controle acionário do Estado do Paraná. Esta se voltou novamente para a Serra do Mar em busca da adequada fonte de recursos hidrelétricos.

Desta feita as atenções se dirigiram para o rio Capivari²⁰⁷, na sua vertente oeste. Seu potencial energético havia sido estudado em 1913, e em 1927 chamou a atenção do Município de Curitiba, sendo objeto de diversos estudos de aproveitamento entre o 1920 e o final da década de 40.

A intenção deste novo projeto era a captação das águas do rio Cachoeira desviando-as, mediante túneis, para a vertente leste e daí aproveitando a excepcional queda de 740 m –, para aduzi-las por conduto forçado em túnel à unidade geradora subterrânea, lançando-as, finalmente, no rio Cachoeira (HABITZREUTER, 2000, p. 226, 227).

Foi uma obra complexa e de grande porte – executada entre 1961 e 1971 – mas que permitiu o acréscimo de mais 250.000 kW de energia ao total dos recursos energéticos do Estado. Na época era a maior hidrelétrica do sul do país.

Ainda sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico da serra, porém desta vez sem relação direta, pelo menos na origem, com as necessidades de energia elétrica das urbanizações circunvizinhas, encontra-se a usina de Marumbi.

Na sua intenção de criar condições adequadas de eletrificação da ferrovia – desígnio que foi parcialmente atingido, mas que, posteriormente, deixou de lado – a Rede Viação Paraná Santa Catarina, buscou, também na Serra do Mar, os recursos

²⁰⁷ Foi construída e operou durante oito anos, a Usina de Cotia, na vertente oeste da Serra do Mar, na bacia do rio Cachoeira, nas proximidades de onde viria a estar a casa de força da futura Usina de Capivari Cachoeira, envolvendo a utilização das águas dos rios Sacy, Cotia, Conceição, do Meio, São Sebastião e Jacú, com um potencial de projeto de 20.000 kW. Embora tendo sido parcialmente instalada foi posteriormente abandonada (HABITZREUTER, 2000, p. 225).

hídricos para a geração necessária, com a construção, no rio Ipiranga, da usina hidrelétrica do Marumbi. Iniciada em 1954, a obra foi concluída em 1961, com uma queda de 468 m. e uma potência instalada de 9.600 kW. (HABITZREUTER, 2000, p. 206 à 214).

Esta usina, foi incorporada ao sistema da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL, criada em 1954, fornecendo energia principalmente para as populações litorâneas, especialmente Paranaguá. Sua instalação demonstra mais um caso em que os recursos hídricos da Serra foram apropriados para dar suporte ao desenvolvimento das atividades urbanas em seu entorno.

Do ponto de vista do aproveitamento do potencial de geração da Serra do Mar, com esta usina chegou-se a um total de 304.600 kW multiplicando-se em mais de 5 vezes o potencial explorado anteriormente.

Com tal aproveitamento, e em virtude das demandas sempre crescentes e da opção de política energética de âmbito nacional – que se tornou dominante por mais de duas décadas – pelos grandes aproveitamentos hidrelétricos, os recursos da hídricos da Serra do Mar deixaram de significar uma alternativa para a empresa estatal de geração, que se voltou para o rio Iguaçu, não se verificando, na serra, outros aproveitamentos de grande monta.

No que concerne às demandas sobre os sistemas de transposição da Serra do Mar, estas se avolumaram a partir dos anos 40 quando o café do Paraná, exportado por Paranaguá, apresentou um crescimento surpreendente: de escassas 29.251 sacas de 60 kg, no ano de 1924 os valores cresceram para 645.000 sacas em 1940 -e ainda assim porque o sistema de transporte deficiente de Paranaguá obrigava a exportação de parcela do que aqui se produzia pelo porto de Santos²⁰⁸ (WESTPHALEN, 1998, p. 281).

Para se ter uma idéia da defasagem do sistema de transporte, mesmo levando em conta as relações históricas do norte do Paraná com a economia paulista e a articulação da rede ferroviária desta região com o porto de Santos, bem como os estoques não exportados e o volume de atendimento ao mercado interno,

²⁰⁸ Havia uma consciência regional de que este desvio de cargas, especialmente do café era lesivo aos interesses paranaenses, Luiz Carlos Tourinho, ao falar do plano rodoviário que elaborou para o Plano Quinquenal 1952-1956 do governo de Bento Munhoz da Rocha, explicita suas motivações “[...] elaborei este plano rodoviário que tinha como idéia fundamental vencer a resistência de Santos. Até então só se falava que a produção paranaense devia sair (por) Santos” (*Apud* RONCAGLIO, 1996, p.54).

em 1924 foram produzidas no Paraná 53.000 sacas. Destas, 55% transpuseram a Serra do Mar. Em 1940 a produção total foi de 1.108.000 sacas, das quais 58% tomaram o rumo do porto de Paranaguá, o que mostra que sua eficiência relativa como alternativa pouco variou no tempo (PADIS 1981, p.124).

A produção seguiu crescendo com 3.198.000 sacas em 1954 e 20.691.000 sacas em 1960, quando o Paraná já produzia 46,9% do café do Brasil, número que chegou à 62,8% em 1963 com a produção de 28.703.000 sacas (OEA, 1975, p. 64). A situação exigia alternativas de transporte para acesso ao porto.

Não apenas as sempre crescentes demandas do transporte de café para Paranaguá, começaram a exigir melhorias na capacidade de transporte da ferrovia Curitiba Paranaguá, da transposição rodoviária e do Porto de Paranaguá. A crescente complexidade da economia paranaense, cuja pauta de importações se diversificava e se ampliava muito, passou a definir um importante tráfego serra acima.

No caso da ferrovia, desde os meados dos anos 40 havia uma preocupação com a sua situação. São dessa data os primeiros estudos e iniciativas para eletrificar o trecho. No início dos anos 60 foram executadas obras de ampliação da capacidade de tráfego, com alargamento de túneis, renovação da via permanente e nos viadutos da Serra - entre eles o mais notável, a ponte sobre o rio São João (BORBA, 1965, p. 177).

Adiciona-se às iniciativas da melhoria de atendimento das novas demandas de exportação, a conclusão na década de 60 da articulação ferroviária com o norte do Paraná.

O esforço de ampliação da capacidade de carga permitiu que a estrada de ferro, fosse responsável em 1964 por transportar aproximadamente 70% das 1.058.000 t. que transitaram na Serra em ambos os sentidos. Desses, mais de 20%, 238.000 t. eram de café. Pode-se dizer que neste ano a ferrovia apresentava uma capacidade de carga quase 35 vezes superior a que tinha nos anos que sucederam a sua inauguração (BORBA, 1965, p. 176).

A inadequação da Graciosa, do ponto de vista do transporte rodoviário, era evidente desde o final dos anos 30. Suas limitações para atender aos novos fluxos de importação e exportação eram de tal ordem que assim foi descrita no relatório do

Interventor Manoel Ribas ao Presidente Getúlio Vargas em 1940: “Somente o Porto de Antonina tem ligação com o planalto pela Estrada da Graciosa, cujo estado de conservação não permitia movimento econômico de veículos” (*Apud* RONCAGLIO, 1996, p. 40).

As solicitações de melhorias foram se ampliando com o tempo. Mas não se concluiu uma nova alternativa de travessia rodoviária da Serra do Mar gerando uma crescente sobrecarga da rodovia. Nos últimos tempos de sua operação como via exclusiva de ligação entre o planalto e o litoral, apresentava restrições quanto ao tamanho dos veículos que nela podiam trafegar, e contava com horários definidos para subida e descida da serra, com um tráfego médio de 1.890 veículos por dia.

A percepção da limitação, associada à intenção de construir uma estrada tronco ligando Paranaguá à Foz do Iguaçu, determinou providências no sentido dos levantamentos topográficos para um novo traçado ainda nos meados dos anos 40, estando os primeiros projetos concluídos em 1946, e com o primeiro contrato de serviços de terraplenagem de 1949.

Devido a mudanças do organismo gestor, dificuldades financeiras, dificuldades decorrentes da geologia local e limitações de trabalho impostas pela intensa pluviosidade da região, a obra só foi inaugurada em 1968, com apenas uma das pistas completa e a segunda parcialmente pavimentada.

A constatação da situação de tráfego logo no ano de inauguração levou à contratação quase subsequente, ainda no primeiro semestre de 1968, dos serviços de pavimentação da segunda pista, concluídos em 1970.

Foi nesse período que se buscou instalar a infraestrutura básica de transportes do Estado. Construíram-se outras rodovias de transposição da Serra do Mar, algumas de motivação sub-regional, para atender a fluxos no âmbito litorâneo, e outras voltadas para o atendimento de fluxos e políticas que se estabeleciam fora do Estado.

No caso das primeiras, cujas motivações incluíam a melhoria das condições de acessibilidade interna, e acesso às bases de recursos, encontra-se a rodovia Cacatu Serra Negra, que já estava prevista no Plano de Prioridades 56-60.

A estrada foi construída em 1963 sob a justificativa de permitir a retirada de produção agrícola – entre os produtos a banana produzida nos sopés da Serra – e

acesso aos recursos da região, dentre os quais a “[...] cobertura de densa vegetação composta de grande variedade de madeiras de lei, próprias para a construção naval” (RONCAGLIO, 1996, p. 78). Novamente as madeiras da vertente leste da Serra do Mar apareciam como recurso econômico a ser apropriado sob qualquer justificativa, o que se infere do anacronismo do uso proposto.

Outra rodovia regional litorânea dos anos 60 que, embora não se desenvolvendo através da Serra, veio a produzir um impacto expressivo no panorama das demandas por sua transposição principalmente, à época, por habitantes de Curitiba e região, foi a Estrada das Praias, iniciada em 1966 e concluída no tempo recorde de 14 meses.

Com esta estrada estava aberta a porta para a prática do turismo balneário como lazer de massa. O registro do então Secretário de Viação e Obras Públicas, Saul Raiz, mostra bem que a expectativa da sua construção era a de ampliar a acessibilidade para um conjunto maior de pessoas:

O curitibano, mais que o resto do Paraná, o curitibano e o pontagrossense, muito ligado a Curitiba, sonhavam com a chance de ir à praia. [...] praia era um negócio de elite. O pessoal de nível médio pra cima que começou a ter carro depois da Guerra sonhava em ter a chance de ir. Só que levava dois dias, três dias [...].

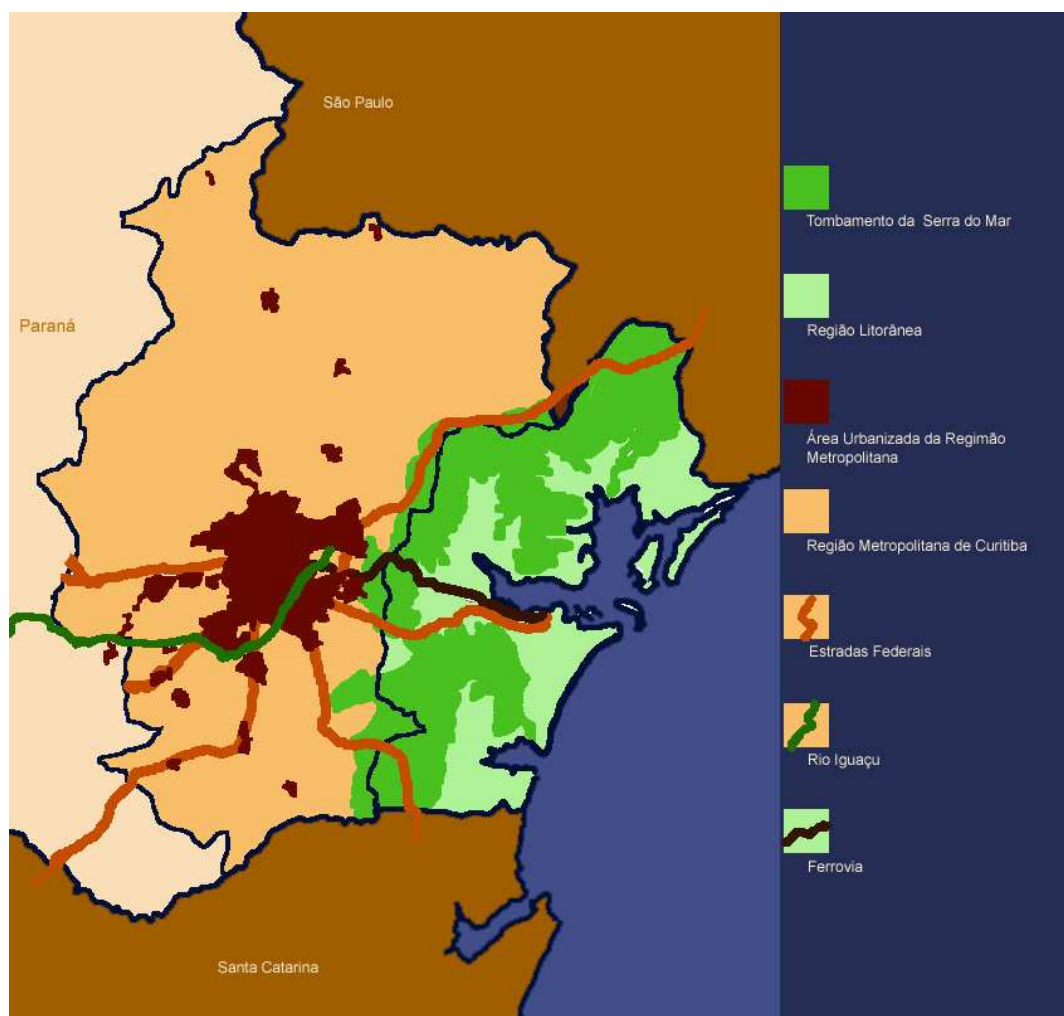
Dentre as estradas que cruzam a Serra do Mar no Paraná, duas tiveram sua construção definida por decisões que, embora atendendo parcialmente a aspectos da dinâmica da economia regional, se estabeleceram em âmbito nacional e vinculadas às dinâmicas econômicas e a intenções de política que se articulavam nessa esfera.

A primeira, a atual BR-116 ligando Curitiba a São Paulo, foi construída no contexto do governo do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, grande incentivador da indústria automobilística no país e da construção de estradas, que a incluiu no Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias de 1956-1960, tendo sido inaugurada ainda no seu governo.

A segunda delas, a BR-376, ligando Curitiba a Joinville, substituiu a antiga estrada macadamizada executada pelo Exército em 1934 (RONCAGLIO, 1996, p. 36). Foi concluída em meados da década de 1970 e recebeu ao final da década de 80 diversas melhorias no seu trecho da Serra, por iniciativa do Estado do Paraná.

Essas duas travessias no sentido norte-sul do complexo da Serra do Mar no Paraná se constituíram em vetores que, articulados com as transposições leste-oeste já mencionadas, vieram a influir decisivamente, já para os fins dos anos 80 e nos 90, na centralidade relativa de Curitiba *vis a vis* o complexo urbano do sul sudeste brasileiro e o do Mercosul.

FIGURA 23 – INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DE TRANSPOSIÇÃO DA SERRA DO MAR



Fonte: Elaboração do Autor

Ligada ao centro dinâmico da economia nacional pela BR-116, e pela sua articulação para oeste e para leste com o porto, e para o sul – em todos os casos com dois modais – vinculando-a aos centros mais dinâmicos da economia catarinense e gaúcha e garantindo acessibilidade aos mercados do Mercosul, Curitiba se tornou, quando do processo de desconcentração do pólo industrial paulista, uma alternativa importante. Esse fato está vinculado fortemente ao novo, mais diversificado e intenso processo de industrialização e crescimento que sua região metropolitana vem apresentando desde a década de 90 do século passado.

Estes padrões de inserção terão sido – há que se demonstrar pelos métodos adequados, mas as evidências são fortíssimas – elementos-chave para as decisões locacionais das atividades que aqui vieram a se localizar no decorrer do tempo.

Já no início dos anos 70, as linhas fundamentais da configuração atual da infra-estrutura de transportes de transposição da Serra do Mar estavam definidas. Todavia, outros movimentos da sociedade e da economia do Paraná, que conformaram o cenário de relações sob o qual se deu o tombamento da Serra do Mar, ainda estavam por acontecer.

O mais importante deles, origem de mudanças muito amplas em diversas instâncias da vida paranaense na época, foi a modernização da agricultura, associada à metropolização da região de Curitiba e, portanto, o estabelecimento de um novo padrão relacional com a Serra do Mar.

A tabela 26 sumariza a dinâmica demográfica comentada acima.

TABELA 26 – POPULAÇÃO DE CURITIBA, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA E DO ESTADO DO PARANÁ, 1970-2000

ANO	CURITIBA		RMC		PARANÁ	
	População (hab.)	Taxa (%a.a.)	População (hab.)	Taxa (%a.a.)	População (hab.)	Taxa (%a.a.)
1970	609.026	5,49	875.269	5,25	6.929.868	4,97
1980	1.024.975	5,34	1.497.308	5,52	7.630.466	0,97
1991	1.315.035	2,29	2.061.520	2,95	8.448.713	0,93
2000	1.587.315	2,11	2.726.556	3,16	9.563.458	1,39

Fonte: IBGE

Nessas novas circunstâncias, alteradas a escala e a dinâmica de urbanização da Região Metropolitana de Curitiba, ampliou-se em muito a magnitude da demanda sobre os recursos da Serra. Ela se tornou substancial no que tange aos recursos hídricos para abastecimento público, recursos energéticos, principalmente lenha, recursos minerais e recursos turísticos.

Com relação à água bruta para tratamento e distribuição, as necessidades seguiram crescendo e as alternativas de fornecimento começaram a se ampliar para os rios situados na planície sedimentar curitibana, que conformam a bacia do Alto Iguaçu.

Esses mananciais contam com águas da vertente leste da Serra do Mar, pois seus altíssimos índices pluviométricos e sua posição topográfica extremamente favorável facilitam a captação para o abastecimento da RMC, proporcionando altas vazões específicas e reduzindo custos operacionais.

A situação se expressou, a partir do final dos anos 50, numa peculiar dialética entre a de apropriação especulativa com implantação de loteamentos – lançados na expectativa do crescimento urbano – nas várzeas do Iguaçu e na região dos mananciais e o comprometimento das águas superficiais por poluição derivada da urbanização desta mesma bacia.

Este quadro veio a se agravar, pois estas mesmas áreas eram uma das poucas alternativas para assentamento das populações menos favorecidas que migraram em massa para a RMC nas décadas subseqüentes.

Dependente das captações de superfície destes mananciais do Alto Iguaçu, parte substancial do complexo de cidades da Região Metropolitana de Curitiba veio se desenvolvendo, desde aquela época, pela sucessiva apropriação das terras desta mesma área para urbanização, especialmente uma urbanização, periférica de baixa renda associada a uma sistemática especulativa de empreendedores imobiliários.

Quando se iniciam os anos 1980 este processo autofágico em que a urbe cresce dependendo dos recursos hídricos dos mananciais, mas nesse processo apropria e urbaniza estes mesmos espaços de onde retira a água mostrava um quadro preocupante. Dependiam desses mananciais do Alto Iguaçu os maiores e mais dinâmicos assentamentos da região, perfazendo uma população de 1.181.586 habitantes, 82% dos que habitavam a Região Metropolitana à época.

Em termos de área de terra estima-se que o processo implicou, entre 1960 e 1985, na apropriação de aproximadamente 8.359 ha, o que significou a implantação de mais de 180.000 lotes na área, a sua grande maioria em terrenos inundáveis na várzea do Iguaçu (PARANÁ, 1990-B, p. 16).

A situação não melhorou no final da década, pois em 1991 os municípios cujo abastecimento de água dependia destes mananciais somavam 1.578.722 habitantes, 76,6 % daqueles que habitavam a região metropolitana.

Na época, operando com um déficit da ordem de 20% sobre uma demanda de 5.500 l/s, o sistema de abastecimento público continuava dependendo totalmente da Bacia do Alto Iguaçu, dela retirando algo como 4.300 l/s.

Para tanto contava com as águas do Caiguava, agora regularizadas por barragem, do antigo, e por inúmeras vezes adequado, sistema que fornecia águas para a Estação de Tratamento do Tarumã, com uma oferta de 400 l/s e o sistema de captação do Iguaçu, associado à Estação de Tratamento do mesmo nome – postos em operação em 1967– com uma vazão da ordem de 3.900 l/s (PARANÁ, 1990-A, p. 26).

A situação foi alterada com inclusão do sistema Passaúna em 1992, e posteriormente do Irai em 2000, o que aliviou em muito a demanda reprimida. Todavia, ainda nos fins dos anos 1990, os mananciais do Alto Iguaçu, eram responsáveis por 61,70% da oferta de água superficial consumida na região, bem como abrigavam os cursos d'água que eram considerados os mais viáveis para atender os próximos umbrais de demanda, qual sejam o Miringuava e o Pequeno.

Não se dispõe de indicadores específicos, mas cresceu nesse período a apropriação, na maioria das vezes irregular, dos recursos vegetais da Serra. São muitas e freqüentes as denúncias de desmatamento na imprensa entre os anos 1980 e 1990.

Também com o crescimento da construção civil, aumentou o consumo de pedras para calçamento e revestimentos. Neste último caso, especialmente dos granitos da Serra. Muitas jazidas são exploradas, algumas legalmente outras não. Exemplo desta situação é a paulatina demolição do Anhangava, montanha significativa do complexo da Serra para aqueles que o vêem de Curitiba, que tem sido explorada intensamente desde meados do século passado.

Com a construção da nova estrada de rodagem mudaram os padrões de interação, primeiro de Curitiba, e mais tarde, a medida que a rede de transportes estadual se modernizava, de todo o Estado, com o litoral e com a Serra.

A maior acessibilidade, a generalização do uso do automóvel, a disponibilidade de sistemas de transportes de massa a custo relativamente barato incentivaram, a partir dos fins dos anos 60, um grande afluxo de turistas para a região litorânea e, em menor escala, para a Serra.

No primeiro caso, o do turismo balneário, a nova possibilidade de acesso está na origem de um grande surto de urbanização do litoral paranaense. O processo de ocupação se apoiou num prévio processo especulativo do final da década de 50 do século XX, loteando extensas parcelas de nosso litoral, e gerando um padrão urbanístico altamente inadequado, tanto no que se refere aos padrões de habitabilidade como no que se refere ao comprometimento da qualidade ambiental (CARNEIRO e COELHO, 1984).

No caso da urbanização balneária litorânea a correlação é óbvia, pois há forte coincidência entre o aguçamento do processo de crescimento das cidades e a construção da estrada. Praticamente todos os prédios altos construídos no litoral do Paraná são posteriores à construção da BR-277. O único caso em que isso não ocorreu é o do prédio do MAPI em Caiobá, cujo projeto é 1959 que foi uma avisada antecipação de um fenômeno que era esperado por empresários afeitos a esse tipo de iniciativa.

Além desta demanda em busca das praias verificou-se também um aumento do turismo de massa na própria Serra do Mar, fato inusual até então. Isto se deve, além das já mencionadas facilidades de transportes, às intervenções que foram feitas na estrada da Graciosa, nos anos 70, com o fito de transformá-la numa estrada turística.

Finalmente há que se mencionar uma travessia da Serra por sistema especializado ligado ao processo de industrialização de Curitiba, o dos oleodutos destinados ao abastecimento de óleo bruto e ao escoamento da produção da refinaria Presidente Vargas, situada em Araucária. Sua construção foi concluída em 1977, e se deu no contexto em que a indústria passou a apresentar uma posição mais importante que a da agricultura na economia estadual.

Destes oleodutos um aduz óleo cru de São Francisco, em Santa Catarina para a refinaria – uma tubulação de 30 polegadas que vence uma distância de 117 km. O outro, transporta derivados claros de petróleo, sai da refinaria e desce a Serra no sentido de Paranaguá, cobrindo uma extensão de 99 km., possuindo trechos que coincidem com o antigo caminho do Arraial (HABITZREUTER, 2000, p. 268).

Este resumido cenário de interações entre a Serra do Mar e os diversos contextos da sociedade e da história do Paraná, até o momento de seu tombamento, aponta para alguns aspectos interessantes e que de uma forma ou de outra compuseram o pano de fundo da iniciativa do tombamento.

O primeiro deles refere-se à relação entre o que se designou umbrais de transposição da Serra com processos da economia regional, distribuição de populações e atividades do espaço estadual, padrões e intensidade de apropriação de recursos do meio ambiente e desenvolvimento de atitudes com relação à natureza.

Estes umbrais se relacionam a períodos, que correspondem a determinados padrões tecnológicos de transposição, e podem ser assim sumarizados, em ordem cronológica:

- a) dos caminhos da colônia – século XVIII e primeira metade do século XIX;
- b) da estrada da Graciosa – de 1853 a 1885;
- c) da ferrovia Paranaguá Curitiba – de 1885 a 1912;
- d) do complexo ferrovia - estrada da Graciosa, - de 1912 ao início dos 1960;
- e) dos eixos leste-oeste – BR- 277, ferrovia Paranaguá Curitiba e oleoduto – e norte sul – BR116, BR376 – dos fins dos 1960 até o momento do tombamento.

Buscando uma generalização das situações constatadas, pode-se dizer que se identificou com clareza uma relação entre as dinâmicas da economia regional e estes umbrais dos sistemas de transposição da Serra. Os últimos atuavam como elemento restritivo quando as dificuldades de transposição se antepunham às necessidades da economia primário exportadora, ou como facilitadores da modernização, da dinamização destas atividades e mesmo de sua indução quando

feita a transposição alcançava-se um novo limiar de capacidade de transporte. As relações foram muito evidentes no caso da economia ervateira e da madeireira.

No que concerne à distribuição de atividades e populações no espaço, levantou-se um conjunto de indícios que apontam para uma forte relação entre os diversos umbrais de transposição da Serra do Mar e os padrão de distribuição de urbanização tanto serra acima como serra abaixo.

Neste caso comentou-se a fundação de Curitiba e assentamentos circunvizinhos, os primeiros passos da formação da rede de cidades do Paraná Tradicional, o movimento de urbanização e industrialização de Curitiba do final do século XIX e começo do XX, o desenvolvimento das cidades balneárias litorâneas e o recente movimento de industrialização de Curitiba.

Já no que diz respeito aos padrões de apropriação dos recursos do meio ambiente – intensificação da exploração, mudança tecnológica nos padrões de processamento, fácil acesso as fontes de produção, acesso a novos mercados – a relação entre os umbrais de travessia da Serra e estes é bastante evidente no caso da madeira e da implantação da ferrovia.

Com relação aos comportamentos coletivos e atitudes face a natureza e aos lugares, a acessibilidade, associada à peculiaridades étnicas da população regional, estabeleceu um novo tipo de relação da população regional com a Serra do Mar, que não via mais a Serra como um ponto de passagem, como um obstáculo a ser superado, mas como um local a ser visitado, conhecido, apreciado; como no caso do montanhismo, do excursionismo e do turismo de massa dos fins de semana nos rios e nas cachoeiras de seus sopés.

O outro diz respeito à relação de dependência que veio a se estabelecer entre a Serra do Mar e os assentamentos urbanos circunvizinhos, especialmente a Região Metropolitana de Curitiba. Há especial ênfase na disponibilidade de recursos hídricos como fonte de energia e água de abastecimento público, uma vez que a cidade depende de sua oferta e há necessidade de manutenção das condições da cobertura vegetal da Serra.

4.3 Olhares sobre a Serra: Miragens e Paisagens

Trata-se agora de explorar uma outra dimensão das interações entre a sociedade paranaense e a Serra do Mar, uma relação que não se expressa necessariamente em fatos econômicos, em demandas por recursos, em obras físicas, mas sim em idéias, opiniões, formas de ver e de conviver, pinturas, poemas.

Tais interações compõem um conjunto amplo de contornos indefinidos, que expressam outras formas de se apropriar, mas que são tão concretas como as que tomam a natureza como recurso, e que na verdade estão com estas tão imbricadas que são delas, de fato, inextricáveis.

Estas interações podem ser ditas, com certa liberalidade no uso do conceito, representações, na medida em que correspondem a “imagens mentais do real” e se expressam em discursos – sejam eles falados, escritos, musicais ou pictóricos. Pois incluem e derivam da “realidade social” em que cada um dos que se expressam se encontra (MAGNANI, 1986, p. 128).

Há técnicas para se lidar com este tema – pesquisas envolvendo diversas categorias de informantes, análise de discurso. Não foi essa a abordagem que aqui se utilizou. Os limites do tempo e a amplitude do tema sugeriram uma atitude mais exploratória.

Dentro das possibilidades desta pesquisa, percorreu-se os cronistas do Paraná, seus historiadores, alguma iconografia e notícias no sentido de detectar, pelo menos preliminarmente, quais seriam as imagens mais recorrentes a respeito da Serra do Mar, o que significa, implicitamente um recorte do atores considerados.

Isto sugere uma limitação, mas cuja magnitude será restrita se considerada a natureza do objeto que se estuda, pois a constituição de patrimônios culturais naturais, pelo menos na sua dimensão mais interna, parece ser predominantemente assunto de intelectuais e especialistas.

Na medida do possível procurou-se também relacionar estas imagens, às noções de natureza – natural, primitiva, em equilíbrio e edênica – que, como se identificou, são usualmente associadas aos patrimônios culturais naturais.

A restrição e a forma adotada ampliam os riscos de uma abordagem subjetiva e parcial, mas pelo menos, delineiam-se os traços gerais deste cenário que,

acredita-se, seja de grande importância para a compreensão do processo de constituição da Serra em patrimônio cultural natural dos paranaenses.

4.3.1 Porta de entrada para novas terras e riquezas

Um dos modos de ver a Serra do Mar que, se percebeu, mais cedo emerge nos escritos que se revisou sobre este acidente geográfico, é o de que ele se constitui num acesso, num ponto de passagem, cujo controle pode corresponder ao acesso a riquezas, ao controle territorial, ao poder político.

De fato, atribuiu-se à Serra e sua transposição, desde os primórdios da ocupação européia, um forte significado geopolítico. Houve, no início, sucessivas tentativas de manter a sua transposição sob controle, pois ela podia significar o acesso a riquezas desconhecidas, mas pensadas como imensas.

Martim Afonso de Souza e mais tarde Tomé de Souza tomaram medidas com relação a isto. O padre Manoel da Nóbrega alude ao tema numa carta de 1553, quando afirma que o governador impedia seu acesso ao sertão:

[...] porque avéndome el Governador dicho que le parecia bien entrarnos, des que supo que llevávamos capilla y cantores y que avíamos de hazer casa, lo estorvó por todas las vías, diciendo que se acogerían allí los malhechores y otros hombres deudores huyrían para allá [...] y la principal causa de todas para estorvar fué çarrar él el camino por razón de los castellanos, que están poco más de cien leguas desta Capitanía, y dizen que en la demarcación del Rey de Portugal. Y tiene-se por cierto aver mucha plata en la tierra, y tanta que dizen aver sierras dellas, y mucha noticia de oro, por lo qual çarró y atapó el camino hasta S.A. en ello proveer, y, que pues lo atapava a los otros, no parecía bien ir nós. (NÓBREGA, 1954-B, p. 492)

Mais para frente, depois da restauração em 1640, encontra-se novamente, na política de expansão territorial portuguesa, a noção de que controlar e melhorar os acessos ao planalto é negócio do Estado e prioridade dos governadores gerais. São muitas as evidências, algumas delas inclusive já comentadas, que demonstram esse olhar.

Para ilustrar, basta a lembrança de que deste modo de ver emanaram as medidas que determinaram a consolidação das duas mais importantes transposições da Serra no período colonial: o caminho do Viamão no seu traçado mais antigo pelo vale do Araranguá – para apoiar as tentativas de consolidação da Colônia do Sacramento – e da consolidação do traçado do Itupava com o desmonte

a fogo do Cadeado – vinculado a intenção de conquista dos campos do Tibagi e de Guarapuava.

Os reparos e melhorias que se fizeram nos caminhos da Serra nos séculos XVIII e XIX estiveram, na maioria das vezes, vinculados à iniciativas de ampliação ou defesa territorial, incluindo além da mencionada conquista dos campos de Guarapuava de 1770, as notícias de invasão espanhola à ilha de Santa Catarina em 1819, a Sedição de Sorocaba e a Guerra dos Farrapos em 1842 (MOREIRA, 1975, p. 65, 69, 121,122).

Os motivos de geopolítica - primeiro os conflitos platinos, depois a guerra do Paraguai - vieram a interferir em muito nas decisões de construção das duas primeiras travessias mais modernas da Serra, qual sejam o caminho da Graciosa e a Ferrovia²⁰⁹.

4.3.2 As muitas naturezas da Serra do Mar

Quando se recorre às imagens mentais da natureza, a primeira que ocorre é a que associa a Serra do Mar a um território selvagem, onde a natureza indômita se impõe e submete – corpo e espírito – o homem que ousa enfrentá-la: terror, medo, sofrimento e negação da possibilidade da vida nesse lugar são a tônica das manifestações sob este aspecto.

A natureza, representada pela floresta e a montanha, é uma barreira quase intransponível, o locus da provação, o contraposto escuro do paraíso como se mencionou anteriormente. O lugar é visto como sombrio – as matas são escuras, os abismos são profundos, os animais são perigosos - e associado a riscos e tragédias.

Parece que essa visão da Serra como um lugar em que potências perigosas e maléficas se manifestavam contra aqueles que se atreviam a enfrentá-la é algo que antecede a presença européia.

José de Anchieta, em 1560, ao descrever os percalços da viagem do litoral aos campos de Piratininga mencionava os espectros noturnos que assustavam os

²⁰⁹ De fato há evidências de que todo o esforço de conhecimento da serra e dos rios do Paraná que os engenheiros Rohan, André e Antônio Rebouças, Keller, entre outros, tinham, como de resto até a instituição da nova Província do Paraná, fortes conotações de defesa e consolidação territorial como apontam grande parte dos historiadores que se referem a essa época.

naturais da terra, como o curupira, e narrou o costume de reverenciá-los ao atravessar a Serra:

Por isso, os Índios, num caminho, que por matos ásperos e montes íngremes vai para o sertão, ao passar no cimo do monte mais alto costumam deixar penas de aves, abanos, flechas e outros objectos semelhantes, rogando-lhes muito que não lhes façam mal (1954 B, p. XVI).

Os primeiros caminhantes faziam menção aos animais selvagens, ao frio, aos precipícios, à neblina, ou como narrou o padre Simão de Vasconcelos²¹⁰, em relato de 1560, ao cruzar a Serra do mar em São Paulo, lhe “tremeram as carnes olhando para baixo”, pois “a profundidade dos vales he espantosa e a diversidade dos montes uns sobre outros parece tirar a esperança de chegar ao fim” (SCHLEDER, BRANCO, 2002, p. 8).

Já outros a associavam ao poder divino, como o Padre Belchior das Neves, numa alusão que sugere a da montanha sagrada, outra manifestação da visão edênica da natureza. Este ao subir para Curitiba depois de pregar no litoral paranaense, por volta de 1680, vê a Serra tão alta que permitiria acesso ao Céu – com maiúscula, morada divina, portanto – como se lê no texto a seguir transcrito:

Ali, parece, se vê posto em praxe o que celebrou como fabuloso a Antiguidade, admirando-se de ver homens tão audazes, e robustos, que pondo montes sobre montes, presumissem subir por eles ao Céu; porque além das nuvens serem tão caseiras nestes montes, que quem as vê debaixo julga chegarem ao mesmo Céu [...](FONSECA, 2003, p. 63).

Com o passar do tempo deixaram de ser freqüentes as alusões às feras e ao frio – provavelmente em decorrência da melhoria dos caminhos e do surgimento de locais de pouso²¹¹ – mas ainda assim esta forma de ver a Serra permanece explícita por quase todo o período colonial, quando a rusticidade do caminho evocava mais de perto essa imagem.

São muitas, como se mostrou no relato que se fez das condições dos caminhos do mar, as expressões desse gênero no correr do século XVIII, a serra foi

²¹⁰ A descrição ilustra com detalhes as dificuldades e merece transcrição: “O mais de espaço não he caminho, he trepar de pés e de mãos, aferrados as raizes das arvores, e por entre quebradas taes despenhadeiros, que confesso de mim, que a primeira vez que passei por aqui, me tremeram as carnes olhando para baixo. A profundidade dos vales he espantosa, a diversidade dos montes, uns sobre outros parece tirar a esperança de chegar ao fim: quando cuidaes que chegaes ao cume de um, achae-vos ao pé de outro, não menor” (SCHLEDER, BRANCO, 2002, p. 8).

²¹¹ Ave-Lallemant, ao descer pela Graciosa em construção, faz referência ao fato de que a estrada afasta os animais selvagens e permite aos tropeiros uma estadia mais despreocupada nos locais de pouso (1995, p. 77).

dita escabrosa pelo ouvidor Manoel Tavares de Siqueira, despenhada, barrancosa e perigosa, no já aludido “não passei” do Brigadeiro José Custódio de Sá Faria, ambos em 1745 (MOREIRA, 1975, p. 21 e 27).

Este modo de perceber ainda continuava presente no século XIX, para o presidente da Província de São Paulo, em 1829, José Carlos Pereira de Almeida Torres, a Serra é “sepultura de tropas” e sua descida “causa horror pelos precipícios que a cada passo encontram” (MOREIRA, 1975, p. 90). Já em 1847 o exator da barreira do Itupava, José Joaquim da Cunha Viana, falava dos “terríveis passos que têm a estrada” (MOREIRA, 1975, p. 185). Por fim Vieira dos Santos, nos meados do século XIX referia-se ao Cadeado como “hum espantoso despinhadeiro ou roladôr Íngreme, de immensa profundidade” lugar “perigozissimo” (1950, p. 13-14).

Para Saint-Hilaire, homem de ciência, afeito à paisagem brasileira e às viagens nas condições de desconforto na época, o que causou opressão²¹², aparentemente, além das alturas, foram as matas, pois ao abrigar-se para dormir em plena serra assim viu a paisagem: “À direita elevavam-se picos inacessíveis e cobertos de matas, à esquerda, árvores gigantescas e de um verde sombrio espalhavam sua vasta ramagem; mais abaixo despejava uma torrente, cujo barulho era ouvido ao longe.” (1978, p.92)

Essa natureza sem limites não se manifesta na Serra do Mar, apenas com a altura de seus abismos, o sombrio de suas matas ou ferocidade dos animais, mas também com enchentes de proporções bíblicas, pois as “copiôzas chuvas sem cessar de dia e de noite em tão grande cópia, e tangidas por fortes ventos Leste e mormente contra as altas Serras” cujas águas se unem no “grande rio Cubatão” produziram grande cheia “memorada esta grande cheia como hum segundo Dilúvio” em 1793, o que “cauzou terror aos habitantes estas grandes massas dagoas despenhando se das Altas Serras fes dezabar grandes pedaços das mesmas montanhas” (1950, p.427).

²¹² Interessante observar que esta mesma sensação opressiva é relatada por Rugendas, quando se depara com a mata da Serra do Mar no Rio de Janeiro: “Quanto mais se avança nessas florestas, menos aberturas esse encontram; pode-se andar durante vários dias sem que o céu se mostre senão de quando em quando, através das abobadas aéreas cuja verdura cobre o viajante. A alma sente-se exausta e oprimida; anseia por uma nesga de céu, deseja rever as constelações que, mesmo sobre mares inimigos, são o consolo e a esperança do navegante”. Aliás, é como manifestação da natureza imensa que se impõe ao homem, quase sobrepujando sua capacidade de entendê-la ou representa-la é que as matas da Serra do Mar se apresentam a Rugendas: “Aqui a natureza produz e destrói com o vigor e a plenitude da mocidade: dir-se-ia que revela com desdém seus segredos e tesouros diante do homem, o qual se sente atônito e humilhado ante essa força e essa liberdade de criação” (s.d., p. 15).

Imensidão, perigo e catástrofes sugerem também, por oposição ao que é compreendido e dominado, ausência de ordem, o oposto do éden, é assim que a viu, novamente, Vieira dos Santos ao se referir à “profundeza dos abysmos, e os horrorôzos precipícios cavados pela desordenada natureza, que pavôrizem aos caminhantes” (1950, p. 245).

A visão das montanhas como barreiras inexpugnáveis, local deserto e de provação, morada de demônios e potências maléficas, da qual o homem só se aproximava tangido pela necessidade que vigorou até o século XVIII na Europa, aqui também se manifestava ao final do século XIX.

Antonio Ribeiro de Macedo (1928), quando narra a primeira escalada ao Marumbi, capitaneada por José Olympio de Miranda, faz referência às crendices populares que vigiam anteriormente a essa iniciativa e que o davam como um obstáculo intransponível e protegido por potencias misteriosas.

Menciona a suposição de que aquele que tentasse subir o Marumbi era “detido por um temporal, que nunca deixava de declarar-se por mais que o tempo estivesse harmonioso e firme”, ou que seria impedido pelos metais alí existentes os quais emitiam ruídos de tal ordem que faziam com que os aventureiros recuassem (MACEDO, 1928).

Estas dificuldades fantásticas estariam lá para proteger tesouros inimagináveis, no caso do Marumbi. O mesmo Antonio de Macedo (1928) faz a referência de que a crendice era de que no seu pico se encontrariam imensas riquezas, especialmente uma “lagoa de ouro”.

Outra que se aproxima desta última, como já aludido, é a do calvário, a subida da montanha representando uma série de sacrifícios que, se vencidos, permite a experiência da comunhão com o divino. Esta idéia, que se manifestou na construção de calvários artificiais, também encontrou expressão na Serra do Mar, no Anhangava, com resquícios até o presente.

Neste morro, na década de 1940 foram construídas, pela população da região sob a liderança das famílias Andreatta e Ferrarini, quatorze cruzeiros que marcavam o calvário de Jesus Cristo e que conduziam a um enorme cruzeiro no ponto mais alto da montanha. Ali se realizam duas missas anuais, precedidas de

uma procissão morro acima, uma no primeiro de maio outra no início da primavera (SCHIMIDLIN, 1996).

Esta visão da Serra do Mar como barreira a ser transposta, embora tenha se amenizado com o passar do tempo e com a consolidação das diversas alternativas de travessia, gerando outra convivência com esse espaço, ainda continuou viva.

Veja-se, para exemplificar, como a Serra é referida em matéria jornalística na década de 80 do século passado:

"A 30 km do mar, a muralha se ergue imponente dificultando a passagem às próprias nuvens, a 1500 m de altura, resplandecendo ao sol, solene e impávido, a mais eloquente expressão de altura de nossa topografia regional (CORRÊA, 1987).

Em contraponto a esta visão da Serra como fonte de sofrimento e provação, ela vez por outra, foi vista pela ótica da outra face da visão edênica – a que tem sido dominante nas manifestações a respeito da natureza no Brasil e que a vê como mãe e provedora liberal, que acolhe sempre e nada cobra e nada pede aos seus filhos.

Estas imagens remetem geralmente ao século XIX, mas encontram, por vezes, ecos no século XX, geralmente elas se referem às riquezas naturais da Serra do Mar às suas matas e aos seus recursos minerais.

Não são muitas, dentre os cronistas do século XIX e autores do início do XX, as alusões, especificamente à Serra do Mar, como fonte inexaurível de riquezas vegetais, o que é razoável se levada em conta a as peculiaridades topográficas do meio.

Encontra-se, contudo, em Vieira dos Santos, uma visão paradisíaca da Serra em que tais atributos são destacados: para ele são montanhas em “perpétua primavera” cobertas de matas onde se encontram “ricas e preciosas madeiras”, lugar em que as árvores foram produzidas espontaneamente pela natureza para o bem do homem (1951, p. 101-102).

Também se vincula a esta, outra imagem mental que vê os recursos da natureza como inextinguíveis, assim também foram vistas as matas do Paraná e da Serra do Mar por muito tempo, as assertivas a respeito das matas infindáveis sendo sempre correntes nos comentários de cronistas e políticos.

Mais recentemente pode-se perceber também com muita frequência, uma volta desta imagem mental, mas sob outra forma, a da riqueza em biodiversidade que, como já se assinalou vê a floresta como um jardim de pomos a ser encontrado – cujas possibilidades, infinitas, ainda estão por serem descobertas, e a busca é a da ciência.

Não se trata de discordar da constatação da importância da biodiversidade, para a vida ou para a ciência, ou de não crer nas suas possibilidades econômicas, mas de assinalar a expectativa que se associa a esta constatação, e o mito que a anima, que parece ser o do reencontro do paraíso, bem de como evidenciar que esta perspectiva como que retira estes lugares da vida social e da história.

Esta intenção pode estar por trás, por exemplo, das discordâncias entre os elevados números que se encontrou a respeito da diversidade biológica do domínio da Mata Atlântica (p. 306 à 310), mesmo em documentos – inclusive os que levaram à instituição desta como Patrimônio da Humanidade – oficiais e de entidades que se pretendem fiadoras da integridade destes espaços ou das práticas de conservação da natureza em âmbito global.

O discurso, que parece desconhecer a história das sociedades que habitam esses espaços e as condições de reprodução que se vincularam a determinadas formas de apropriação da natureza, sempre se manifesta a respeito dos mesmos como espaços de extrema fragilidade, nos quais qualquer interferência pode levar a uma nova perda, a uma nova queda do paraíso.

Com frequência aparece, em publicações de divulgação. Sua tônica centra-se numa alternância entre a afirmação das belezas da natureza e na riqueza da biodiversidade, contraposta à evidência da destruição passada e ao risco da perda sendo, no caso em estudo, muito comuns nas referências à Mata Atlântica.

Às belas imagens de animais e paisagens são opostas assertivas em que as florestas são “derradeiros redutos”, as populações silvestres, sempre “ameaçadas”, encontram-se restritas à “ilhas florestais”; do “ecossistema brasileiro que mais sofreu com a insensata destruição causada pelo homem” (RIZZINI, COIMBRA FILHO e HOUAISS, 1988, p. 52, 53, 56).

Doutra forma enfatiza-se a “vulnerabilidade” do ambiente às atividades econômicas, ao tempo em que se acentua “sua rica biodiversidade”, caracterizando-

a como “depositária”, numa interessante tentativa de caracterizar a natureza como um receptáculo passivo, de um “banco genético de valor incalculável” (MARQUES DIAS, 2005, p. 89).

Este tem sido o discurso dominante sobre a região desde os anos 80. Sobre ele, o que se quer ressaltar, no caso, não são os fatos – objetivos por certo – que se associam às assertivas, mas o encadeamento das idéias, a forma como se expressam, na qual a riqueza incalculável é associada à perspectiva da perda, irreparável queda de um paraíso em potencial.

Outro exemplo são as iniciativas de atribuir à Mata Atlântica a função de abrigo de uma parcela, sempre impressionante, da vida no planeta, conferindo à sua manutenção, portanto, uma responsabilidade equivalente.

O interessante nesta argumentação, além da sua evidente ausência de precisão e utilidade científica, é que apresenta números espetaculares e muito variáveis. Era algo em torno de 22% em 1999 quando da sua inscrição como Patrimônio da Humanidade (IUCN, 1999), sendo agora da ordem de 15% (PARANÁ, 2005, p. 03) –, mas significa para as populações envolvidas uma responsabilidade que, também faz parte do discurso e parece não estar de acordo com seu passado de destruição.

Outra referência ao paraíso perdido, mais direta talvez, é a que associa o mesmo discurso que fala da riqueza em biodiversidade, da fragilidade do ambiente, a um passado mítico em que, edenicamente, as populações tradicionais viveriam em equilíbrio com a natureza.

Esta forma de narrativa é muito comum no discurso formulado pelas instituições governamentais de gestão do ambiente quando se dirigem às populações tradicionais vinculadas às unidades de conservação existentes no contexto da Serra do Mar.

Assertivas do gênero “A caça, a pesca, extração vegetal e agricultura eram realizadas de maneira discreta com o uso de técnicas primitivas que ‘poupavam’ o meio ambiente de grandes impactos ambientais” que dizem ser estas populações “integradas” ao ecossistema regional, em contraposição ao caráter predatório das atividades econômicas vinculadas ao mercado (IBAMA, 2006, p. 7 a 9).

Uma versão, que enfatiza o aspecto dicotômico deste gênero de pensamento, e que mais aproxima da idéia da queda do paraíso, encontrou-se em matéria assinada por José Knorr (1978), defendendo a criação do Parque Marumbi, na qual os homens são divididos entre os que se preocupam com conservação das espécies e os que não se preocupam e conclui afirmando:

Predominando a ação dos primeiros estaremos assegurando o futuro de nossos dependentes e assegurando a Obra de Deus. Predominando a dos segundos estaremos perseguindo o caminho do caos, da autodestruição, pois com a extinção dos produtores e consumidores primários, a dos consumidores secundários e consequência lógica. Infelizmente é, como digo, uma questão de estágios evolutivos.

Com a mesma orientação, porém com um traço mais poético, encontra-se texto da autoria de Raphael Greca de Macedo (1975) no qual ao ver as matas destruídas a natureza se entristece e "as plantações despiram seus campos" chorando a poluição e a destruição em nome do lucro e do progresso - "as muitas cias, ltdas, e/as enlatadas do mundo" - anunciando a catástrofe final: "Ai o Senhor quedou-se em pranto. A serra, envergonhada, tratou de lançar-se ao mar" e os paranaenses suspiraram saudosos dos velhos tempos "quando tínhamos arvores e progresso insuficiente".

A Serra do Mar, pela sua mata pujante sugere, com freqüência, uma outra idéia de natureza, a imagem de que em seu recôndito, existem lugares que se encontram como foram criados, que nunca foram tocados pelo homem. Essa forma de ver, que separa natureza de cultura, e se aproxima daquilo que Cronon (1995) designou de mito da natureza primitiva.

Não são poucas as manifestações nesse sentido, elas coetaneamente aparecem muito associadas às intenções de proteção da floresta atlântica, porém estas noções provém de tempos mais antigos e remetem ao século XIX, aos primeiros cronistas e viajantes da terra.

Vieira dos Santos (1951-A, p. 101e 102), por exemplo, traduz uma associação deste modo de ver com o mito do paraíso terrestre referindo-se às matas da Serra e do litoral como produtos da criação divina não tocadas pelos homens: " [...] destas mattas virgens intactas desde a criação do mundo, desses bosques emmaranhados e impenetraveis ao affeito Sertanejo, que intenta invadil-os [...]".

Pouco mais tarde também se encontra em Avé-Lallemant (1995, p. 12) a mesma sugestão, neste caso, aliás, são as fadigas e os trabalhos de uma penosa caminhada por uma trilha em meio à Serra que o permitem ascender a algo inédito que a maioria dos europeus e viajantes não pode experimentar, qual seja “a visão da floresta virgem em sua mais secreta profundidade, em seus últimos recantos”.

Como se disse anteriormente, esta noção da floresta virgem, intocada pelo homem, além de significar uma dicotomia entre o homem e natureza que se liga aos primórdios da civilização, remete ao mito do paraíso perdido - daí o seu apelo emocional tão evidente e a sua veiculação nas campanhas públicas em prol da defesa de determinados espaços.

Uma expressão muito viva desta forma de se referir a natureza pode ser encontrada em artigo de Fernão Lara Mesquita (1985), no qual procura chamar a atenção dos governantes para a necessidade de proteção da floresta atlântica, diz assim:

A pouco mais de 200 quilômetros desta imensa crosta de concreto, asfalto e sujeira em que transformamos o pedaço do mundo em que vivemos, ainda resiste, quase exatamente como Deus o fez, um pequeno trecho desta parte do Planeta a que os homens chamaram Brasil. Trata-se, segundo os cientistas, da formação geológica mais antiga da terra. O primeiro local em que, nos momentos-milênios que se seguiram ao Caos, reuniu as condições para o surgimento da Vida, como nós a conhecemos. Foi a primeira versão da obra divina. Uma espécie de protótipo da Criação

Pode-se ver neste texto não apenas a expressão da oposição entre a civilização e a natureza, no caso uma civilização que se expressa dura e repulsiva, mas entre esta e o jardim do éden, a primeira e paradisíaca criação divina, a origem de toda a vida.

Estas alusões não se encontram apenas nos textos de caráter propagandístico, mas também podem, vez por outra, estar presentes nos discursos dos técnicos envolvidos na proteção da Serra do Mar. É o caso de pronunciamento de Felipe Diapp, à época Diretor do Departamento de Recursos Naturais do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, que se refere ao Parque das Lauráceas, como “totalmente virgem, intocado, sem ocupantes” (ESTADO DO PARANÁ, 30 de setembro de 1981).

Outra imagem mental, que se encontra com frequência associada à Serra do Mar – especialmente a partir dos meados dos anos 1980 – e que deriva desta

noção da natureza intocada, é aquela que associa a proteção da natureza à ausência de trabalho humano e que remete a uma forma de vivenciá-la como local de diversão e contemplação.

Nesse caso a Serra é considerada o lugar dos esportes radicais e do turismo, dito ecológico, numa abordagem que é corrente nas matérias de divulgação turística como se vê em artigo publicado no Estado do Paraná por Luiz Carlos Corrêa (1987)

Viver o fascinante e comovente espetáculo de caminhar entre os mais lindos pássaros, bandos de tucanos, macacos, bugios, coatis, etc... Envolvidos pelo exótico panorama de montanhas, cachoeiras e desfiladeiros, ou escalar imensos paredões alpinos não é um sonho impossível. A pouco mais de uma hora de Curitiba, por estradas ou trens, existe este verdadeiro paraíso, visitado por turistas de todo o mundo, protegido por leis especiais, preservado pela consciência ecológica daqueles que, sensíveis à importância transcendental deste santuário em plena a Serra do Mar [...].

A visão da Serra como o locus adequado para o turismo de aventura e o ecoturismo tornou-se, desde o final dos anos 80, dominante nas políticas públicas de promoção do turismo, manifestando-se também entre os entes encarregados da proteção ambiental.

São constantes os pronunciamentos de autoridades vinculadas a estas instituições, quer quando procuram a definição de prioridades de fomento para este espaço – veja-se por exemplo o relatório do Serviço Social Autônomo Ecoparaná (2002) – quer quando vinculam tais atividades à utilização e manutenção das unidades de conservação, como se vê nas diversas manifestações na imprensa dos dirigentes do Parque Estadual do Marumbi²¹³.

Outra imagem associada natureza que é frequentemente evocada nas referências à Serra do Mar é a do equilíbrio, isto é de que as matas e ambientes da Serra, desde que não perturbados pelo homem, evoluirão para um estado de equilíbrio que os eternizará em um determinado padrão, adequado para todos.

A idéia, bastante recorrente nas alusões à natureza, pode ser encontrada, para exemplificar, em artigo de João Carlos de Lima (1986) no qual comemora o aniversário da primeira escalada do pico Paraná. Neste se encontra uma crítica ao

²¹³ São bastante correntes estas iniciativas de vincular o excursionismo e o montanhismo ao uso adequado dos parques e outras unidades de conservação e às iniciativas de manutenção – como limpeza, educação ambiental, segurança, sinalização e outras – exemplos destas manifestações são encontrados no Estado do Paraná (29 de maio de 1986) e (1º de novembro de 1999) na Folha de Londrina (26 de abril de 1997) e (7 de junho de 1997), na Gazeta do Povo (18 de janeiro de 1997), (7 de junho de 1997), (7 de setembro de 1998), (12 de outubro de 1998) e (22 de novembro de 1999), para mencionar alguns.

excesso de visitantes à montanha onde se expressa esta idéia nos seguintes termos:

Porém, esta crescente demanda de pessoal ao local, outrora considerado um verdadeiro santuário ecológico, acessível a uns poucos privilegiados que conheciam a rota não é vista com bons olhos pelos montanhistas sensíveis à questão ambiental. Já existem indícios que a curto prazo o equilíbrio ambiental do local estará comprometido.

A natureza aqui é um santuário que quando profanado pelo homem – ou pelo menos pelos não iniciados – estará comprometido e caminhará para a destruição, encontra-se, portanto, também a idéia da expulsão do paraíso associada à noção da natureza em equilíbrio.

4.3.3 Ecos Dissonantes do Passado: Miragens de Ouro, Prata e Riqueza

Neste mesmo campo de imagens da natureza, especialmente a do paraíso perdido, mas merecendo um destaque especial porque uma das mais claras e persistentes no tempo, pois que mais que secular, é a da serra do Mar como um lugar de mistérios, de tesouros escondidos, mas que de certa forma nunca são, totalmente, encontrados.

De fato é uma alusão a um tempo de riqueza e fartura – real ou imaginário – que teria havido quando do ciclo da mineração, nesse sentido seria uma referência ao paraíso perdido.

No caso específico da Serra do Mar no Paraná, sua origem terá relação com as lendas sobre os tesouros da serra da prata e do rei branco que impulsionaram as iniciativas portuguesas e espanholas de exploração de nossa costa ao sul de São Vicente até o rio da Prata.

Desde o início, os relatos de ouro nessa região são maiores que os fatos e essa ampliação das expectativas, manteve-se no tempo e repercute na literatura até o presente, e deve estar na origem da representação da serra como um lugar onde ainda se encontram tesouros escondidos.

Na leitura de cronistas, e mesmo de historiadores e outros intelectuais que se ocuparam do tema, percebe-se que as menções ao ouro na região, embora sempre venham acompanhadas da advertência de que era escasso, trazem sempre algo de

aumentativo, que procura ampliar a sua ressonância e que permitem certo vôo da imaginação.

Seus ecos mais antigos se encontram no próprio momento dos primeiros achamentos de metais preciosos, como são exemplo as cartas a respeito dos mesmos que os jesuítas, pelos meados dos 1550, remetem aos seus superiores a alusões a “serras” de prata e à “grandíssima abundancia” de metais preciosos (NÓBREGA, 1954-B, p. 492), (ANCHIETA, 1954 A, p.118).

Bem nos primórdios, colaborou para a construção dessa miragem de riqueza o próprio Salvador Correia de Sá e Benevides, que depois de ter estado em Santos e São Vicente, em 1640, reconhecendo e mapeando as minas, na condição de Governador e Capitão General do Rio de Janeiro retornou ao reino, em 1643, apresentando ao rei D. João IV o resultado destas pesquisas. (NEGRÃO, s.d., p. 103)

A história foi bem contada, pois que o mesmo voltou ao Brasil com o que poderia ser dito, hoje, um contrato de risco sobre o descobrimento e a exploração dessas minas. O rei “offereceu-lhe o titulo de marquez e 4.000 cruzados annuaes, si ellas rendessem até 500.000 cruzados á Corôa; e 5% do produto de todo o ouro que dellas fosse retirado” (NEGRÃO, s.d., p. 108). A grande produtividade destas minas jamais se confirmou.

Mais recentemente esta tendência pode ser verificada com mais minúcia nos diversos autores paranaenses que se encontram nos primórdios da historiografia paranaense - os do final do século XIX e do início do século XX, que quando relatam a história desse tempo, deixam registro de certa esperança de que o ouro fosse mais do que de fato foi.

Vieira dos Santos, parece ter sido o primeiro a divulgar esta imagem quando descreveu a mineralogia local, de Antonina, Morretes e Paranaguá e disse que “forão abundantes em minas de Oiro, que se descobrirão em diversos lugares” e que “delas se tirou muito Oiro, e inda o haverá, mas ninguem se emprega em taes minerações”. (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p.111).

São dele também os primeiros relatos de metais preciosos na Serra do Mar, pois se refere aos fundadores de Paranaguá como:

[...] affeitos navegantes atravez de mil perigos sulcando incognitos mares na travessia do Ocçeano Athlantico aportarão nas venturozas plagas Brasileiras [...] e descobrindo minas de prata, oiro, e pedras preciosas que estavam entranhadas no centro de grandes Serranias de penhascos e profundas cavernas; té revolvendo a madre de grandiozos rios, e ribeirões dando-lhes novo giro diverso do seu leito” (1951-, p. 10).

Para este autor, as primeiras minerações se deram na planície litorânea, nos arredores da baía. Posteriormente, em decorrência do grande afluxo de população que ocorreu nessa área, as pesquisas se dirigiram para a Serra, navegando os principais rios “té a sua nascença”, pois seriam “conhecedores de que nas várzeas, e fraldas das altas Serras, he onde nascem as veias, com betas deste preçioso metal, como nascidas no coração da madre terra” (1950, p. 11).

Também tenta fazer inferências sobre o montante do ouro extraído na região, com base nos valores recolhidos nos últimos anos em que a mineração teve alguma produtividade, e levando em conta os valores entregues à Provedoria de Santos, entre 1731 e 1737. Faz uma estimativa do montante total dos quintos recolhidos, tomando como certa uma sonegação de duas vezes o valor estimado a partir do total arrecadado, concluindo sobre o muito ouro que havia nestas terras:

[...] a extracção de 25 arrobas²¹⁴ em 6 annos, e isto no fim das minerações quando já estavam esgotadas e pouco productivas; quanto não seria o rendimento dellas nos seus descobrimentos, quando estavam bem recheadas deste preciozo metal? e isto no grande espaço de 163 anos decorridos desde 1568 que já nelas se trabalhava a 1731 (VIEIRA DOS SANTOS, 1951, p. 143).

Seu entusiasmo sobre o tema é de tal ordem que chega a afirmações grandiloqüentes como fez a respeito de Morretes: [...] ser todo o sêu Solo mui riquissimo e acobertado de hun geral tapete, aurífero, porque em qualquer parte que escavassem aparecia o Oiro em faisqueiras, e assim forão descobertas muitas minas (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p. 12).

É interessante observar que mesmo nos casos em que houve evidente fracasso nas iniciativas de mineração, como o das minas de prata que teria descoberto Manoel de Lemos Conde, mas que nunca foram encontradas – cuja frustração ensejou a prisão e depois o suicídio de seu pretenso descobridor –, Vieira dos Santos, deixa uma porta aberta para a expectativa de que algo poderia ter sido encontrado e, depois, perdido, e por duas vezes afirma:

²¹⁴ O que significaria algo em torno de 368 kg., uma média de pouco mais que 61 kg. por ano.

As minas de prata achadas no districto de Paranaguá como se confirma por differétes documéto; de patentes e ordens, çertamente as houverão, mais os lugares déllas ora senão sabe; o nome Serra da Prata, he indicador de que ali forão achadas (1951, p. 54) e [...] As minas de prata também haveria na Serra assim chamada, pois seu nome é indicador de que nela havia deste metal, e se trabalhou achando-se algumas minas e talvez porque fosse custoza a sua escavação, abandonassem sem que hoje se saiba os lugares onde os mineiros antigos trabalharão (1951, p. 111).

O mesmo Vieira dos Santos, ao descrever as diversas lavras, também faz referências a um tempo passado, de riqueza, fausto e venturas o que deve ter contribuído para a construção, no tempo, desta representação, pois não poupa os adjetivos altissonantes e os aumentativos.

Quando fala das lavras do Pinajoia assevera “forão mui abundantes e de grande nomeada, d'onde foi extrahido immenso oiro, em cascalho azul”. De seu proprietário, diz ter sido “abastado de bens; e possuidor de muita Escravatura” exibindo grande riqueza:

sua Caza adornada de damasco e seda sua meza servida de baixela de prata, suas mocâmbas, ou as molatas pagens de sua família, adornadas de grossos cordões de Oiro, de mais de cem oitavas de pezo, e té tinha hua completa banda de muzica de instrumentos de sopro; que seus Escravos tocavão principalmente quando elle hia à Villa de Paranaguá fazendo hua entrada pompôza, ao som da trompa e do Clarim era possuidor das grandes Cazas de sobrado (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p. 20).

Menciona outras minas, a do Pantanal, com “oiro muito fino” e de “subido quilate”, as da Carioca cujo proprietário teria muita escravaria, o mesmo ocorrendo com as do Limoeiro; das lavras do Ribeirão, diz que seu dono era homem de muitos bens e escravo, com mesa servida com baixela de prata e alfaias de damasco; o ouro das minas de Uvaporonduva, permitiu ao seu proprietário contribuir com grande parte dos recursos da construção do colégio dos jesuítas de Paranaguá e que legou à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, um cordão e um crucifixo de ouro pesando 163 oitavas (VIEIRA DOS SANTOS, 1950, p.20 e 21).

Afirma o mesmo autor que se pode avaliar a abundância e riqueza da época pelas doações que os morretenses e parnanguaras faziam às irmandades religiosas apresentando uma lista de doadores e objetos que inclui: “hua Coroa de Oiro, a Nossa Senhora do Rozário, e outra ao Menino, com o pezo de 3 marcos 2 onças, e 4 oitavas”, jóias não especificadas de prata e ouro, “2 lampadas de prata hum ornamento riquíssimo que só este importou, em R. 1:207\$330”, “4 alanternas de

prata”, uma “grande bacia do lavâpés da Semana Santa”, asseverando haver muitos outros deixados de lado porque a leitura se tornaria monótona (1950, p.21).

Vieira dos Santos aborda também a questão do descaminho do ouro - a ausência de recolhimento dos devidos quintos à Coroa. O fato justificaria os pequenos montantes registrados nas casas de fundição sugerindo que a sua produção teria sido muito maior.

Vale observar, contudo, que esta hipótese, de uma omissão generalizada no pagamento dos quintos no ouro lavrado nos princípios do século XVII, parece corresponder aos fatos, pois Sérgio Buarque de Holanda (1973, p. 256) também considera a possibilidade, “as riquezas extraídas nesses lugares escapasse à vigilância dos delegados régios” referindo-se a depoimento do marinheiro português Domingos Farto, de 1657, relatando, em Assunção do Paraguai, que lavrara ouro em Paranaguá onde isto seria feito “por todos los que quieren ir a sacarlo porque son minas comunes para todos” (1973, p. 256).

De qualquer forma esta história do descaminho do ouro, quando usada como uma justificativa para encobrir uma possível riqueza, da qual não se encontra registro material, é como uma veladura que parece ter propiciado as condições para manter viva ilusão, apesar das constatações a respeito da pequena produtividade das minas desta região.

A leitura dos que sucederam à Vieira dos Santos, como se verá, permite a assertiva de que o cronista-historiador dos primeiros tempos das terras paranaenses, ao expressar suas crenças a respeito de um tempo de glória e riqueza do ciclo minerário no Paraná, funda um mito de um paraíso no passado, nitidamente associado à Serra do Mar que, de alguma forma, persiste até hoje.

Um pouco posterior a Vieira dos Santos, Sebastião Paraná, escrevendo em 1899, ao falar das riquezas minerais do Paraná, no tempo em que escrevia, reafirma o mito dizendo, sobre o ouro, que: “De diferentes localidades deste Estado têm-se, extraído bellas amostras deste importante metal, especialmente na zona atravessada pela Serra do Mar” (1899, p. 421).

Sobre o período da mineração, afirma também que “não foi insignificante o cabedal extraindo das afamadas Minas de Paranaguá, das quaes hoje se encontram apenas apagados vestígios” e levanta novamente a suspeita de que aqui houve

prata falando da suposição de que ela teria sido extraída no litoral “sobretudo do lugar que é ainda hoje conhecido pelo nome de Serra da Prata” (1899, p.424 e 426).

Para este autor extraiu-se “muito ouro de Paranaguá” (1899, p. 421), as minas de Guaratuba e São José dos Pinhais, situadas nas encostas da Serra, “forneceram muito ouro para o Governo da Metrópole” (1899, p. 680), saiu muito ouro de aluvião de Porto de Cima (1899, p. 697) por fim, havia em Guaraqueçaba, nas vizinhanças da Serra da Virgem Maria bastante minério pois que lá:

“há muitas lavras abandonadas, como sinal de que alli já se fez [...] em tempos remotos e com grande numero de operários. As enormes escavações ainda existentes, os desvios artificiaes das aguas, os extensos paredões de pedra secca e os indícios evidentes de povoados antigos, demonstram cabalmente que algum minério importante para alli attrahiu grandes turmas de trabalhadores (1899, p. 685 e 686).

Agostinho Ermelino de Leão, alude às mesmas minas, relata sua situação no alto curso do Nhundiaquara e de seus afluentes, na Serra Negra e dos Órgãos e na da Prata, mas é comedido na adjetivação. Quando muito, se refere a elas como de produção apreciável (1999, p.29, 209)

Já na sua *Genealogia paranaense*, Francisco Negrão (s.d.), embora tome o cuidado de assinalar que o ouro não era muito, e as autoridades nas suas iniciativas para confirmá-lo não obtiveram sucesso, asseverando também que muitos daqueles que se dedicavam a encontrá-lo findavam seus dias na pobreza, afirma, concomitantemente, que este propiciou a formação de fortunas, atraiu muita gente e foi retirado em grandes quantidades, vinculando-se, nesse aspecto à tradição da narrativa de Vieira dos Santos.

Do seu ponto de vista também houve um grande afluxo de populações à Paranaguá, e que “se atiraram resolutamente às explorações dos rios, das serras e montes circunvizinhos, em bandos tão numerosos que pareciam cidades ambulantes” (1926, p. 50).

O discurso de ambos os autores é muito semelhante, pois Negrão dá ênfase também que serras e rios foram revirados e que seus cursos foram modificados para permitir a exploração, com realização de grandes trabalhos que teriam empregado vultoso número de operários (s.d., p. 63 e 64).

Ao falar das explorações, faz referências às lavras de Pinajóia, seu cascalho azul e ao fausto e riqueza de seu proprietário (1926, p.126-127), fala das minas do “ouro fino e de subido quilate” das minas do Pantanal, exalta a riqueza dos proprietários das lavras da Carioca, do Limoeiro, do Ribeirão e do Uvaporanduva narrando suas posses e feitos quase nos mesmos termos (NEGRÃO, s.d., p.127 e 128).

Ao concluir a apreciação destas minas, este autor faz uma menção geral às demais explorações e não deixa de engrandecê-las, pois a elas se refere genericamente como: “imensas lavras de mineração de menor nomeada, cattas e faisqueiras diversas”, sugerindo um contexto em que mesmo menor é imenso (1926, p.128-129).

Ao concluir sua descrição desse período da história do Paraná, Negrão (s.d., p.137) parece que retorna, contraditoriamente, à idéia corrente sobre as reais dimensões das explorações de ouro nesta região, pois reafirma, a pouca expressão do ouro aqui encontrado dizendo:

Pelo que se viu, as decantadas e faustosas minas de Paranaguá nada mais foram que uma grande miragem dourada: - a enganosa lenda de ouro acenada à cobiça do Reino e dos aventureiros [...]. E por detraz do disfarce de honras illusorias e títulos retumbantes, distribuidos aos seus descobridores, provedores e guarda-móres: - havia apenas a escassez do ouro, insuficiente, as vezes, para cobrir as despesas de exploração!

Como se vê é um discurso contraditório, que identifica a miragem, mas ao tempo em que procura negá-la, trata de lhe atribuir um estatuto de realidade, inclusive procurando quantificá-la e identificando os principais indivíduos envolvidos.

Os ecos dessa contraditória riqueza, que, como o paraíso, não deixou marcas, mas palavras, se propagou pelos tempos até o presente, sendo estas histórias recontadas com variações daí para frente.

Exemplos dessas reminiscências são as menções de Wachowicz às lavras de Pinajóia – inclusos seu cascalho e as pompas a que se dava seu proprietário – (2001, p. 62); de Carmo (*Apud* Bigarella 2005, p. 260) sobre uma produção total de ouro no Paraná, entre 1691 e 1700, de 15.000 kg²¹⁵, estimando que as minas de

²¹⁵ As 25 arrobas a que se referiu Vieira dos Santos, algo em torno de 368 kg., uma média de pouco mais que 61 kg. por ano, representam um montante bem menor do que estes 15.000 kg, ou 2.000 kg por ano que estimou Carmo.

Paranaguá tivessem produzido, no seu apogeu, mais de 2.000 kg de ouro por ano; e de Drabik (2006, p. 85 e 86) ao muito ouro que se tirou de Paranaguá.

4.3.4 Aventuras e Excursões: da Região Selvagem ao Montanhismo

Outra imagem que se verifica, esteve associada, algumas vezes, à Serra do Mar que pode estar vinculada ao conjunto de representações cujo núcleo remete ao mito edênico, é a que a vê como uma região selvagem, um lugar em que a natureza expressa a sua beleza mas também, maternalmente, abriga um amplo conjunto de seres.

Essa noção evoca um jardim imaginado, um cenário idílico, no qual o explorador, decidido e intrépido, experimenta a simplicidade e a beleza de paisagens magníficas, entra em contacto com valores básicos de uma vida frugal em comunhão com a natureza. Também traduz um encontro com paisagens tão belas que se impõem àquele que as observa como uma experiência transcendente.

A visão, corrente desde os meados do século XIX, é bastante visível nas referências que Ave-Lallemant (1995) faz das paisagens Serra nas duas oportunidades em que a atravessou: quando, proveniente da colônia Dona Francisca em Santa Catarina, subiu pelo vale do Cubatão chegando ao planalto e, posteriormente, quando desceu de Curitiba para o litoral se valendo em parte da Graciosa, ainda em construção, e em parte do Itupava.

Este médico viajante, cuja narrativa permite entrever um entusiasta do excursionismo e da apreciação da natureza, tece comentários que muito se aproximam da noção de *wilderness* como a compreende Slater (1995, p. 126 e 127), remetendo aos relatos de Jonh Muir sobre as paisagens do oeste americano. Para Ave-Lallemant a Serra se configura como um “oloroso mundo de florestas com magníficos vales” (1995, p.10), as paisagens traduzem o “espetáculo da natureza” são sítios “magníficos” (1995, p. 15) que um dia serão reconhecidos.

A natureza, mesmo em meio de uma viagem árdua e cheia de imprevistos, por uma trilha muito pouco utilizada, como foi a sua subida da Serra vindo de Santa Catarina, é sempre descrita como uma paisagem plácida e acolhedora, revelando belezas que amenizam as dificuldades da viagem: as águas do rápido “rumorejam”, das árvores “pendem elegantes flores”, mesmo a cachoeira que se revela um

obstáculo intransponível é dita “romântica” e, à noite, o “plenilúnio num céu sem nuvens” emana luzes “vivas” sobre a “cachoeira espumante” e o “brilhante torvelinho dos rios”; por fim, são anêmonas brancas que o comovem e o fazem recordar de sua terra (1995, p. 18 e 19 e 21).

Posteriormente, já para o fim do século XIX, encontram-se as primeiras manifestações do montanhismo e o excursionismo no seu sentido mais atual. Não são mais viajantes e naturalistas que se interessavam por subir montanhas, mas interessados em conhecê-las, em desvendar os seus segredos, em apreciar suas belezas.

Tem-se nesse momento os primeiros passos de uma atividade que viria, posteriormente, adquirir importância na divulgação de uma determinada imagem da Serra do Mar, merecendo uma atenção especial, pois deste movimento, nas suas diversas fases, participaram muitos daqueles que, posteriormente, se ligaram às iniciativas em prol da sua proteção.

Quando se leva em conta os relatos das excursões e escaladas é possível acompanhar, com alguma acuidade, a alteração das impressões que as mesmas causaram, sugerindo uma mudança das atitudes com relação a Serra do Mar, e ao próprio objeto do esforço, a montanha.

A primeira iniciativa de escalada do Marumbi, data de 1879, e esta foi seguida de outras, que se realizaram até quase o início do século XX. Nesta primeira fase, os interessados na escalada são moradores de Morretes e arredores, e o que os move, como se depreende da narrativa de Antonio Ribeiro de Macedo (1928), além da expectativa de ver de perto algo que, à distância, parece belo, é o desejo de conhecer e de ir além das crendices populares a respeito da impossibilidade de chegar ao cume da montanha.

Não se vê nesse relato um discurso altissonante, a busca do divino ou de emoções extremas, há a constatação da beleza do conjunto e a partir daí a assertiva de que “era pois natural o desejo que muitos nutriam de fazer a ascensão da referida montanha para ver de perto suas belezas”, escalada a montanha estava “vencida a dificuldade, quebrado o encanto” (MACEDO, 1928).

A subida é difícil, os caminhos, vez por outra “escabrosos”; sofre-se “alguma coisa”, mas não se confere relevo às dificuldades, pois apenas um precipício é dito “horroroso”, mas ao fim o abismo é atravessado “sem perigo” (MACEDO, 1928).

O encontro com a montanha significa descobertas e suscita emoções, pois ao se deparar, mais de perto com o Marumby, percebe seu “aspecto magestoso e imponente” suas “proporções gigantescas e desmensuradas” que atestam “a supremacia dos trabalhos da natureza sobre os ffracos productos da industria humana”, chegar ao seu cume não significa domina-la, ou experimentar o inusitado, mas a possibilidade de divisar um amplo e arrebatador panorama que ao invés de conduzir à transcendência, humaniza, pois o que é admirável é “ser dado ao ser humano apreciar tanta beleza” (MACEDO, 1928).

Também é num diapasão simples, quase prosaico, de quem narra um piquenique ou uma excursão um pouco mais difícil, que em muito se distingue, dos relatos que vieram a seguir, que conta sua aventura a senhora Hercília Pinheiro Sottomaior, primeira mulher a subir o Marumbi, em 1901 (SCHIMIDLIN, 1991).

Posteriormente, já por volta dos anos 1920, como já se narrou, os paranistas, no seu o esforço de busca de uma identidade paranaense, voltam-se para a Serra do Mar, o que veio a suscitar interesse pela Serra, que se traduziu num novo impulso ao excursionismo e no montanhismo.

Dois padrões de interação com a natureza marcavam os discursos que se construíram nessa fase, um que percebe a natureza como região selvagem, em que os excursionistas se caracterizam como aventureiros e desbravadores em busca da integração com a natureza, e outro mais próximo do movimento romântico e de suas experiências com as sensações limítrofes e opostas.

Típica da visão que vê a natureza como *wilderness*, que muito caracterizou os excursionistas do século XIX e do início do XX, é, por exemplo, a encontrada na narrativa de Odilon Negrão, a respeito da escalada do Marumbi realizada na Primeira Caravana da Ilustração Paranaense.

Inicialmente os excursionistas aventureiros empreendem um grande esforço, pois a caminhada é difícil são dois dias “de penúrias inauditas, de soffrimentos impreconcebidos” em que persistem, apesar da imensa fadiga, pois seu objetivo é de perseguir as paisagens magníficas do cume: “subir mais, de subir sempre, no

afan de desvendar novos horizontes, paisagens inéditas, cosmoramas deslumbradores!” alcançando o “ápice petreo da grande cumeada”(NEGRÃO, 1928-A).

Atingido o topo do Marumbi a experiência é a do impacto do encontro com o infinito que permite, ao observador, sentir a própria vida, e o seu lugar, ínfimo, numa natureza que se manifesta absoluta, abarcante e bela, o que lhe propicia uma relação como o divino:

Os nossos olhos dominaram os panoramas, penetraram nos valles, perscrutaram os abysmos, alargaram os horizontes, refletiram-se no infinito! [...] Parecia que meu cérebro havia parado e que minha vista, deslumbrada, extática e clarividente era o unico filão de vida que existia no meu corpo! [...] Ah! foi então que eu sentí minha pequenez, a migalhice de minha carcaça diante da natureza monstruosamente bela! [...] E imaginei, que esta mesma natureza prodigiosa e rica, deslumbradora e empolgante, era um ínfimo grão de areia, perante o esplendor, a grandeza imensurável de Deus (NEGRÃO, 1928-A).

Jurandyr Manfredini que também participou desta caravana, vai mais longe na sua tentativa de conferir à paisagem um estatuto absoluto e dominador, que transcende a humanidade do observador, manifestando-se quase que como uma teofania.

Afirma o jornalista que, se os deuses, ao invés de acorrentarem Prometeu ao Cáucaso, o fizessem ao Marumbi, nesse caso, a imponência quase absoluta - “ciclópica” – da paisagem, faria desnecessário o abutre a lhe bicar eternamente as entranhas, pois seria, para ele e para os homens, por si mesma, lição de humildade suficiente. E imagina encontra-lo após a subida:

Lá o topariamos, desde séculos fascinado na maravilha da ossatura tellurica, constricta entre o mar que prateja na frente e o altiplano de Curityba que esmeralda ao fundo, ali disposta pelo atticismo do estheta super-requintado que presidio, em eras immemoriaes, a eversão cataclísmica da Terra ...

e submisso pela paisagem o titan confessaria sua derrota:

Como é infinita a audácia do meu sonho , e como sou mesquinho diante desta só nesga do universo ... (1928).

Como se percebe é uma submissão que, diferentemente da visão da Serra como o deserto que se opõe ao paraíso e que se constitui numa experiência negativa, conduz à liberdade da transcendência, ao ilimitado.

Estas imagens guardam um forte vínculo com o romantismo, pois descrevem a experiência dos limites das sensações que aguça a percepção do viajante,

permitindo uma nova relação consigo e com o entorno, que surge na literatura com aquele movimento.

Embora este modo de se relacionar com a natureza, tenha tido suas expressões mais veementes nos séculos XVIII e, aqui no Brasil no XIX, se entrevêem alguns de seus ecos tardios nas manifestações literárias a respeito da Serra do Mar, ainda nos princípios do século XX.

Encontram-se, por exemplo, em Nestor Vitor quando, no seu *A terra do futuro*, de 1912, descreve sua travessia da Serra e fala dos sentidos levados ao limite, que exaurem mas permitem uma suprema experiência estética:

“A maravilha integra-se por fim. Então é o litoral inteiro, até lá os confins da barra, limitado em último lance pela fita argêntea do Nhundiaquara, que temos diante dos olhos, já quase tudo aquilo começa a causar-nos uma como que hiperestesia, à força de tanta sensação. Aí se verifica que o sublime exaure; sente-se um homem quase impotente para tanto!” (1996, p. 63)

Ou ainda, do mesmo autor (1996, p. 58 e 59), numa clara menção a sua inspiração de origem romântica, enfatizando na relação com a natureza, a busca da experiência dos opostos mais do que a transcendência espiritual da experiência do divino:

Eis que se não quando, às 4h45min da tarde, por força, parece, dessa grande aspiração que alimentamos, um como imenso e compacto templo druídico, que não sabemos bem se é verdade, se é visão, verdeja diante dos nossos olhos, imponente, para a direita, sobre um abismo hiante. Sacode-nos pela primeira vez a alma num misto de deslumbramento e terror: é enorme o precipício e o espetáculo é solene como outra não se conhece bem assim. Não se sabe se admirar ou temer. E, neste conflito de duas extremas tendências opostas, fica-se estático e quedo. Aparentemente contradizendo-se, aquelas sensações complementam-se e equilibram-se, engrandecendo-nos fortuitamente, pelo prestígio da sua transcendência. O que o sentimento religioso já hoje não nos inspira, proporciona-nos assim a idéia do grande perigo e o sentimento da irrecusável beleza.

Algo semelhante se lê em Odilon Negrão, num poema alusivo ao Marumbi, em que as montanhas do conjunto são vistas como “espectros de pedra, que esmagam, trocidam os nervos” (1928-B).

Outra referência clara aos opostos de sensação – o que é extremamente belo justaposto ao que apavora – que caracterizam as expressões românticas a respeito da natureza, encontra-se no poema de Viriato Balão (1928), *A Serra do Mar*.

Em cima a serra azul e para o Azul voltada.
Em baixo, hispido, medonho,

O abysmo caliginoso ...
 A serra do mar!
 Transpo-la em fresca e loira e clara madrugada
 – Oh! maravilhoso sonho!
 Oh! Sonho luminoso
 Que se não cansa de sonhar!
 Em baixo o abysmo,
 Turvo, com o magnetismo,
 A atracção da profundidade!
 O abysmo a sombra e nada,
 Em summa,
 Nada mais que o abysmal,
 Dantesco negror do inferno
 Que dá a sensação d'uma,
 Para logo, tremenda derrocada!...
 Num dilúvio de luz, esse rei sempiterno,
 O sol, ao despontar, cheio de majestade,
 Como uma deslumbrante e gigantesca tocha [...].

A *Ilustração Paranaense* com suas caravanas de intelectuais e artistas e seu esforço de divulgação, como já se sugeriu, parece ter acendido o interesse de alguns jovens que, se voltam para o conhecimento das belezas naturais do Estado, especialmente da Serra do Mar.

A prática sistemática do excursionismo na Serra teve início, esse novo interesse deu origem à Bandeira Paranaense de Turismo e ao Círculo dos Marumbinistas de Curitiba, de 1943, entidade concebida como uma “sociedade de turismo”. (DIÁRIO DO PARANA, 1969).

Aspectos interessantes desta última iniciativa foram as manifestações de interesse na proteção da natureza – “prestariam sua contribuição para a melhoria e conservação dos locais pitorescos do Paraná” – e a de afirmação identitária, pois seu lema era “conhecer melhor o Brasil para melhor o amar” (DIÁRIO DO PARANA, 1969).

Ambas as noções, a idéia de proteção de pontos notáveis da paisagem e a busca de signos naturais que se associassem à identidade nacional, estavam de acordo com as tendências da época, e corresponderam a políticas do Estado Novo que se encontravam, inclusive, na origem da criação do Parque Nacional do Itatiaia.

Desta forma, estas associações estavam em consonância com as tendências e discursos dominantes da época. Resta saber se isso se dava como eco do discurso dos defensores das regiões selvagens americanos e europeus do século XIX, como ressonância do discurso nacionalista e ufanista da ditadura Vargas, ou como estratégia de sobrevivência, na medida em que era predominantemente composto de descendentes de alemães, num contexto que não lhes seria politicamente favorável.

Cabe a observação de que excursionismo e o montanhismo como busca de contato com a natureza, como se apresenta já a partir do final dos anos 30 e início dos 40, se manifesta também como oposição ao modo de vida urbano.

A par da busca de um conhecimento científico da serra, que já foi comentado, deste primeiro período, dos anos 30 aos 50, são duas as tendências que orientam a relação desta geração de marumbinistas e viajantes com a Serra do Mar e seus ambientes: a busca de uma relação mais estreita com a natureza e a conquista de seus pontos mais elevados e de mais difícil acesso.

João José Bigarella (2006), por exemplo, refere-se às suas excursões à Serra quando jovem nitidamente como uma expressão da primeira tendência, quando afirma que “a gente ia normalmente para estar dentro da Serra” que o objetivo não era o de “subir em tantos minutos” mas de “seguir na trilha”, pois fazia parte de um grupo que “ia mais para curtir a natureza”.

Este padrão de interação com a natureza, com o crescimento urbano da Região Metropolitana de Curitiba dos anos 1970, recebe um novo impulso, e encontra-se no jornal Estado do Paraná (1977), matéria que sintetiza este ponto de vista:

"As cidades crescem. Nelas, o contato direto com a natureza se torna mais difícil a cada dia levando, principalmente os jovens, a uma busca de locais não corrompidos pelo 'progresso', pela 'especulação imobiliária', pela 'urbanização'. Um destes últimos locais, talvez um dos últimos locais que ainda permanecem virgens, é a Serra do Mar". [...] "procuram nas florestas, montanhas e vales a paz perdida nas cidades".

Já o marumbinismo – o alpinismo paranista, termo criado por Romário Martins (SCHIMIDLIN, 2006) – expressa um outro padrão relacional, qual seja o do triunfo – “vitória” – do homem sobre as dificuldades impostas pela natureza agreste assinala o mesmo Henrique Schmidlin (1997 B).

Seu empenho é de escalar os picos mais altos e buscar os acessos mais difíceis. Evidência disso é a ênfase que se confere às iniciativas de primeira escalada – ditas conquista, o que bem expressa a intenção – dos fins dos anos 1930 ao início dos 1940.

Dentre estas, neste período, merecem destaque: o Abrolhos, em 4 de setembro de 1937, Gigante 1487 m, em 26 de agosto de 1940; a Esfinge, 1378 m, em 5 de maio de 1940; o Torre dos Sinos, 1280 m, em 12 de maio de 1940; o Ponta do Tigre, 1400 m em 25 de maio de 1940; a subida frontal do Gigante, em 3 de abril de 1942. Assim, em menos de uma década, completou-se a escalada de todos os picos do Conjunto do Marumbi.

Posteriormente, também nesse período, e em iniciativa que contou com a participação de Reinhard Maack na sua busca pela identificação do ponto culminante da Serra do Mar no Paraná, as atenções voltaram-se para o pico Paraná. Ponto mais alto de outro conjunto de montanhas, que numa “façanha montanhosa” (SCHIMIDLIN, 1985) que só foi ultrapassada pela escalada do pico da Neblina, foi escalado por Rudolph Stamm e Mysing em 13 de julho de 1941.

Este padrão de interação com a montanha que tem como medida a conquista, vai se alterando com o passar do tempo, no início tinha o montanhismo, junto com excursionismo, o sentido da comunhão com a natureza. José Peon, que participou da primeira subida aos Abrolhos, designa seus companheiros de marumbinistas e excursionistas, como se vê na reprodução da entrevista que concedeu logo após esta escalada histórica que se encontra na Gazeta do Povo (1 de setembro de 1984).

Conquistar, no entender dos primeiros marumbinistas, não era apenas praticar a escalada, mas também, e fundamentalmente, afirma Henrique Schmidlin (1997 B), abrir um caminho que permitisse o acesso. O que demonstra que o interesse de então não era uma demonstração de técnica e de habilidade, mas de abrir caminhos, de explorar, de se aproximar do novo.

Os relatos destes primeiros montanhistas também se referem às dificuldades, que são assinaladas, mas não com adjetivos muito fortes e a subida propicia emoção sem par – indescritível – propiciada pela apreciação de uma paisagem

soberba, é o que se depreende da já mencionada entrevista de José Peon (GAZETA DO POVO, 01 de setembro de 1984).

O desejo de uma comunhão com a natureza – que pode também ser intocada – e fundamentalmente de um espetáculo único que engrandece aquele que o observa, é característico desta primeira geração de montanhistas. Isto fica muito evidente em narrativa que Henrique Schmidlin (1985) fez da primeira subida ao Pico Paraná, pois ao chegar ao cume os escaladores:

[...] foram recompensados por irresistível panorama, num desmedido anfiteatro. No centro desse cenário alpestre envolvente, soerguia-se o impoluto pico Paraná. O visual sobre o desconhecido serviu para aumentar o desejo do mais alto.

Com o passar do tempo, esta relação mudou, mas se manteve durante um bom tempo a noção de que o esforço de subir a montanha era sacrifício que levava à recompensa numa alusão às referências às montanhas associadas ao mito edênico. Ainda se manifestava recentemente, como se vê em matéria do jornal O Estado do Paraná, que se refere à escalada como um esforço que permite “trilhar os caminhos do paraíso” (1977).

Mais recentemente a relação dos montanhistas com a Serra do Mar, parece estar mudando, assim como imagens mentais que orientam a atividade. Embora alguns grupos ainda guardem relação com a idéia de comunhão com a natureza mãe, outros passaram, na medida em que se desenvolve a técnica, a se orientar mais pela noção da experimentação dos limites e da conquista de si – no sentido do domínio dos aspectos físicos e emocionais que a atividade requer – e na superação dos limites individuais. Estes manifestam uma nova forma relação com o corpo característica das práticas desportivas atuais e da articulação destas com a indústria cultural.

Subir a montanha passa a ser uma “conquista pessoal” (GAZETA DO POVO, 22 de novembro de 1999) uma afirmação de si que se dá a partir da superação de uma grande dificuldade, uma forma de se reconhecer como “pessoa eficiente capaz de afirmar sua própria personalidade”, como afirma Calegari (*Apud* STRUMINSKI, 2003, p. 128), enfatizando também um modo de vida e uma forma de se relacionar com o mundo.

Treinamento, conhecimento técnico – há um conjunto de manobras e posturas características que o escalador deve dominar – disponibilidade de equipamento adequado e seu manuseio correto, regularidade e frequência, entre outros aspectos, compõem esta prática que Struminski (2003, p. 128 à 130) denomina escalada desportiva.

As narrativas de escalada passam a incluir vocabulário técnico específico, e a valorizar os usos de equipamentos e outros artifícios associados aos desafios impostos pela montanha. Os meios de comunicação refletem essa tendência. As matérias associam as proezas com o uso de técnicas adequadas, como no artigo *Mega tirolesa*, em que Schmidlin (1997 C) narra uma travessia entre os cumes do Abrolhos e da Torre dos Sinos.

Também se encontram referências ao desenvolvimento de tecnologias em âmbito local, como é o caso da matéria *Paraná na vanguarda*, publicada pela Gazeta do Povo (26 de fevereiro de 1996) na qual se apresenta uma nova maca para resgate e transporte de montanhistas acidentados.

4.3.5 A Busca da Elevação: o desafio da identidade paranista

Buscar na Serra um significado simbólico que possa ser associado ao Paraná ou aos paranaenses, à sua peculiar condição como sociedade e cultura, é uma atitude que reflete uma peculiar noção de natureza a qual Cronon (1995, p. 34) se refere como a idéia da natureza natural.

Como se viu anteriormente, imagens da natureza que a ela associam virtudes e qualidades, que se manifestam nos seres sendo, portanto, “naturais”, encontram-se frequentemente associadas às tentativas de associar paisagens à identidade regional ou nacional. No caso a suposição é de que a “natureza” da coisa expressaria a “natureza” da sociedade que representa.

No caso da Serra do Mar encontra-se na *Ilustração Paranaense*, por exemplo, um texto de Romário Martins em que expressa suas preocupações com a ausência de uma identidade local paranaense derivada da grande pluralidade étnica, e que coloca o Marumbi, “gigante impávido”, como referência para a “altura dos ideais” paranaenses, pois sendo a montanha mais alta do sul do país seria “um simbolo, significando o alevantado das nossas aspirações de progresso” (1928).

Da mesma época, e movido por preocupações semelhantes, Odilon Negrão (1928-A), também busca nas elevações da Serra do Mar a realização dos ideais elevados, colocando esta intenção como “natural”, intrínseca ao humano:

A ânsia de subir, de se elevar, de galgar os cimos de pisar os píncaros é uma das características mais acentuadas do espírito humano. Todos desejam ascender ... uns, as cumeadas canglorosas da glória e da imortalidade outros, as elevações orográficas, as altitudes condoreiras.

Outro exemplo em que os atributos físicos da montanha – solidez e altura – são considerados qualidades daqueles que a escalam ou dos que habitam o território que a contém, encontra-se em Valfrido Piloto (1991). Este, quando se refere às excursões que realizou ainda jovem, associa a estabilidade da rocha à que se obtém pelo trabalho na vida, e a altitude do Marumbi à dos ideais dos paranaenses, como se vê:

[...] a contemplações que nos extasiavam diante da pedra descomunal e sua encostas, tudo como se ali a certeza de um mundo estável e forte nos esperasse para uma vida de ascensões pelo trabalho e pela luz. Principalmente aquele pico sereno arrebatava-nos, como também hoje, exibindo as suas inesperadas mutações, tal o mais sugestivo anteviver de um adiante sempre envolto no prodígio das reestruturações exultantes e compensadoras. Ali estava e está a imagem da terra e da gente, ali culmina o azul de ideais a encontrarem os planaltos da plena expansão.

Este texto sugere, aliás que a possibilidade de elevar ideais à medida que se eleva a escalada, parece também estar associada, simbolicamente, ao montanhismo, Henrique Schmidlin (1985), um dos veteranos dos primeiros tempos do marumbinismo que ainda continua em atividade, deixa entrevista esta expectativa, quando se refere ao “desejo do mais alto”, na sua já referida narrativa da primeira escalada do pico Paraná.

4.3.6 Vencendo Obstáculos, Triunfando sobre a Natureza

Percebida desde os primeiros momentos da colonização européia como a uma barreira de muito difícil transposição, a Serra do Mar, a partir de meados do século XIX, passou a ser vista a partir de outro referencial. Num movimento típico daquela época, que já foi comentado quando se discorreu sobre as atitudes face à natureza no Brasil, ela passa a ser vista como um desafio à técnica e ao impulso civilizador.

Técnica e civilização que se expressaram, no correr de mais de um século, por meio de obras de engenharia destinadas a superar este obstáculo, sempre julgado muito difícil, mas a cada momento vencido, como produto de grandes sacrifícios arrojo empresarial e conhecimento técnico-científico, numa atitude característica daqueles tempos.

É interessante constatar que sobre os primeiros caminhos da Serra do Mar, o Arraial, o Itupava e o da Graciosa, não se encontram relatos de cunho laudatório. Ao contrário as referências sempre estão voltadas para a constatação de seu mau estado, para a afirmação das dificuldades da viagem. Quase nenhuma referência se encontra à sua implantação ou ao mérito daqueles que neles trabalharam, que não os reclamos sobre os trabalhos forçados na sua manutenção.

Com a estrada da Graciosa, isto começou a mudar, ela já é referida como obra de destemidos e avisados engenheiros – estes senhores da técnica que se difundiram pelo interior do país – que levaram a civilização ao sertão inóspito, com a realização de obras consideradas modernas.

Já durante a sua construção, encontram-se registros que destacam estes aspectos. Ave-Lallemant, por exemplo, quando narra os primeiros momentos de sua viagem para Antonina, diz que cavalgava em “silenciosa solidão” em meio a um pinheiral quando “[...] houve ruído na floresta, um grito de despertar da civilização que se aproximava. Abatiam árvores, removiam terra, aplainavam; um numeroso grupo de homens fazia o esboço de uma larga estrada” (1995, p. 76).

Mais a frente o mesmo viajante se ocupa de descrever as características técnicas do empreendimento, que visitou acompanhado pelo engenheiro Vilalva, e elogia a “admirável elegância com que serpeia ela através das serras” chama atenção para a amplitude de suas curvas e insignificância de suas rampas – de 8% no máximo – sua largura, técnica construtiva e sistema de drenagem (1995, p.79).

Passados quase trinta anos de sua inauguração, quando já sofria a concorrência da estrada de ferro, a Graciosa ainda era vista como obra do progresso e indutora deste.

Vê-se em Rocha Pombo, no seu *Paraná no centenário: 1500-1900*, alusões tais como: “A conclusão da estrada da Graciosa, em 1873, assinala um período de renascimento econômico”, ou “O tráfego na Graciosa tornou-se logo espantoso” e

ainda “Às margens da Graciosa [...] formaram-se – instantaneamente – dir-se-ia verdadeiras povoações” e, por fim, a tinha, juntamente com o telégrafo, como um “instrumento do progresso” (1980 p.91 e 92).

Esta visão da Graciosa como obra avançada de engenharia, produto de um saber que submete a natureza agreste, embora não seja muito corrente, manteve-se no tempo, chegando até o final do século XX. Para reconhecê-la, basta recordar a placa comemorativa que se fez colocar na vista Lacerda, em 1973, quando de seus cem anos, ela diz:

No percurso em que a estrada da Graciosa transpõe a Serra do Mar, esta vestiu um manto de flores coloridas. Que se agitam no sopro dos ventos. E se tornou nua de cores no alto dos morros. E preparou imenso tapete de árvores aos pés. E descobriu espelhos de água para poder olhar o céu, como preito da natureza por esta grande obra dos homens nas pessoas dos inolvidáveis engenheiros (HABITZREUTER, 2000, p. 58 e 59).

Modo de ver semelhante, também no contexto das comemorações dos cem anos da estrada, encontra-se em poesia de Heitor Stockler, para quem os engenheiros construtores da estrada foram “gigantes do arrojo, do impossível” (1973, p. 180).

Paradigma indiscutível deste padrão de interação com a natureza será a estrada de ferro Curitiba Paranaguá, pois esta será o suporte físico deste tipo de imagem mental de submissão da natureza pela técnica por muito tempo, sendo considerada um “orgulho da engenharia nacional” desde quando foi construída até o presente.

Esta noção de que a potência civilizadora se impunha à Serra do Mar, já se encontra presente logo após a sua inauguração. Sebastião Paraná, coetâneo do feito se vale de expressões como “a via férrea rompeu as entranhas de sua serra colossal” ou “as paisagens continuam também a se succeder em agradável mutação, á medida que o comboio, como uma serpente monstro, dispara em vertiginosa carreira” (1899, p.151).

Da mesma época encontra-se no Diário Popular, de São Paulo, artigo coletado pelo mesmo autor que se refere à “importantíssima via férrea, que constitue o orgulho da engenharia brasileira pêlos seus brilhantes e difficilimos trabalhos de arte” (PARANÁ, 1899, p. 367 e 368).

Mais tarde, em Nestor Vitor tem-se notícia deste mesmo tipo de visão, desta feita matizada por certo ufanismo:

“Torna-se cada vez mais famosa a linha férrea de Paranaguá a Curitiba, e seu renome crescerá com o tempo, quanto mais avulte a corrente de turistas que venham de toda parte do mundo testemunhar a incomparável maravilha panorâmica que ela proporciona e ao mesmo tempo o milagre de arte que representa. Não há que contestar sob ambos esses aspectos, a Estrada de Ferro do Paraná é sem parelha em toda a América do Sul (1996, p. 55).

Noutro momento, Vitor se interroga sobre os esforços empreendidos para “levar a cabo aquela obra gigantesca” executada “na aba das montanhas e suspensa sobre abismos pedregosos” o que lhe valeria um “grande título de glória para a engenharia brasileira” (1996, p. 56).

Este autor também descreve as obras de arte²¹⁶ como o viaduto Carvalho referindo-se ao “arrojo hiperbólico que se permitiram os construtores da linha”, assinalando tratar-se a solução adotada de “um luxo do que engenho humano na solução de problemas desta natureza” (1996, p. 59).

Já nos anos 30 quando escreve a sua *História do Paraná*, Romário Martins se aproxima do mesmo padrão de atitude, pois transcreve comentário de Didio Costa para quem a ferrovia Curitiba Paranaguá modela um “padrão de glória da engenharia nacional” se desenvolvendo “pêlos flancos da serra, estirada e caprichosa entre os seus abismos” (1995, p. 9).

Nesta mesma época a *Ilustração Paranaense* publica artigo de B. Vieira (1930) em que narra sua primeira viagem a Curitiba, subindo de trem em que a locomotiva vence a Serra do Mar “orgulhosa de sua missão, de sua árdua e nobre missão de vencer os agigantados píncaros” e o viaduto Carvalho, “capaz de produzir syncopes às pessoas de nervos não muito resistentes” é dito um “empreendimento grandioso da engenharia pátria”.

Ainda por volta dos anos 40 a ferrovia do Paraná, como foi chamada inicialmente, era referida como obra singular da engenharia, produto de um feito quase heróico.

Ilustra esse ponto de vista um excerto de um livro infantil, *A história do trem de ferro*, de autoria de Pedro de Almeida Moura (s.d. p. 26), que concede grande

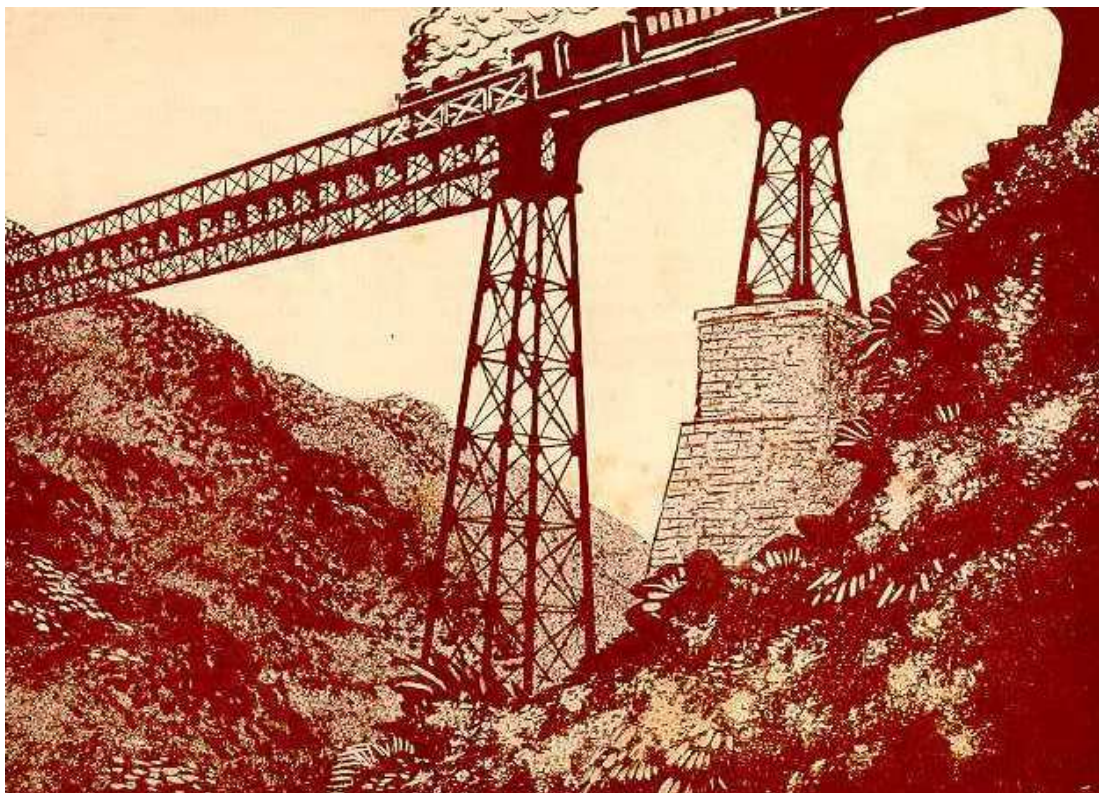
²¹⁶ Designação técnica da engenharia civil para obras de transposição de rios, córregos e acidentes similares, incluindo pontes e viadutos – obras de arte especiais - pontilhões e bueiros – obras de arte correntes –.

destaque a essa obra no contexto das ferrovias brasileiras, e usa para designá-la o epíteto de “maravilha da engenharia brasileira”.

Na sua descrição da construção, como é corrente neste tipo de discurso, eleva a figura do engenheiro ao nível do herói épico – no caso se refere ao João Teixeira Soares – assinala o feito como nacional, mostrando que comissões de engenheiros franceses, belgas e italianos tentaram equacionar o problema e desistiram, mostra a ousadia do traçado e das obras de arte nacionais e aponta para a admiração de técnicos de todo o mundo (MOURA, s. d., p. 26 e 27).

Com o passar dos anos, era de se esperar que esse apelo ao engenho humano vencendo a natureza, tão banalizado pela avalanche de novas tecnologias que caracterizou o pós-guerra, viesse a perder o impacto.

FIGURA 24 – VIADUTO SÃO JOÃO



Fonte: A História do Trem (Moura, s.d., p. 11).

Não foi isso que se deu. A ferrovia Curitiba Paranaguá, com seus túneis e pontes continuou chamando a atenção, e sua marca registrada ainda era a ousadia técnica contraposta à imensidão imponente das montanhas. Assim seguiu, encantando não apenas poetas e fotógrafos, mas o homem comum, técnicos e especialistas.

Francisco Pereira da Silva (1968, p. 16), nos seus *Paraniadas*, canta a ferrovia assinalando seu poder de, com seus túneis, viadutos e pontes, desvendar os segredos da serra que quer se esconder:

Boca de túneis se abrem ante a ferrovia.
À frente! e o litoral entre os abismos tredos
desponta. E já debalde a montanha tardia
esconde na neblina, os seus encantos ledos.

Viadutos um a um e pontes. Escancara
o abismo a face hiante. A serra inteira avara,
oculta-se. E a ranger, o trem, seu véu descerra

num milagre real de coisas impossíveis
sempre a serpentear, entre curvas incríveis,
rompendo triunfalmente o mistério da serra!

Por outro lado Luiz Carlos Tourinho Costa (1971, p.67), engenheiro de transportes de reconhecida experiência e professor do Curso de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, quando relata uma de suas viagens de Curitiba a Paranaguá, se diz confuso, não sabe se dirige sua atenção para a bela paisagem ou se admira a “técnica audaciosa de Teixeira Soares”.

Na imprensa esta referência é quase sempre associada às descrições que se faz da serra como roteiro turístico, sendo frequentemente encontrada junto com alusões à beleza cênica local. Como se lê no Estado do Paraná (17 de outubro de 1977): Os caminhos para a Serra se desenvolvem "em meio a paisagens deslumbrantes", destacando-se “[...] a Estrada de Ferro Curitiba Paranaguá, conhecida no mundo inteiro como obra prima de engenharia [...]”.

Este atributo também foi incorporado pelo discurso patrimonialista, pois Silva Telles inclui a ferrovia Curitiba Paranaguá no *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*, considerando seu traçado um elemento “exponencial” dentre as ferrovias do final do século XIX e enfatizando, também, o “arrojo e verdadeira beleza das obras de arte” registrando o fato de a obra constituir-se em “orgulho da

engenharia nacional”, mostrando como referência do monumento o viaduto sobre o Rio São João (1975, p. 299 e 300).

Recentemente, em 19 de julho de 2004, um acidente ferroviário de grandes proporções - o descarrilhamento de uma composição de 48 vagões que levou à destruição parcial da ponte - trouxe à baila, o tema e se viram na imprensa local várias manifestações em que a mesma é referida como “uma das cinco maravilhas da engenharia brasileira” (Gazeta do Povo, 5 de agosto de 2004, p. 6).

Construídas as primeiras obras modernas – a Graciosa e a estrada de ferro – passada, portanto, a fase heróica, era de se esperar que as demais iniciativas de apropriação dos espaços e recursos da Serra do Mar pela engenharia, não se caracterizassem, tão diretamente, como suporte físico das imagens mentais de submissão da natureza pela técnica civilizadora.

Isto porque estas outras intervenções foram, na sua grande maioria, executadas no pós-guerra, período em que o país se industrializou e se disseminavam avanços de tecnologia e grandes obras, não se constituindo, portanto, em novidade civilizadora como foram as anteriores.

Contudo não foi isso que aconteceu. O tom laudatório à capacidade civilizadora da técnica e ao esforço humano de submeter a natureza, seguiu se manifestando.

As causas da permanência de tal atitude dificilmente poderão ser detectadas com clareza, mas podem estar relacionadas com o fato de ainda naquela época o Paraná era um território por ocupar, estando em marcha o processo de ocupação do norte, noroeste, oeste e sudoeste do Estado, acompanhado de imenso desmatamento, o que incentivava este tipo de atitude, vinculada ao dito “bandeirantismo” do século XX.

Associar-se-ão, também, ao desenvolvimentismo que caracterizou as políticas estatais desde os anos 50 e que desenvolveu uma peculiar face nacionalista e, portanto, laudatória da capacidade de fazer local, no período dos governos militares.

Muitas foram as manifestações do gênero que poderiam ser mencionadas: a respeito das usinas hidrelétricas de Chaminé e Guaricana com seus túneis e condutos forçados; da BR-277 e de sua duplicação com seus grandes movimentos de terra.

Porém, para não estender o tema e levando em conta o tom grandiloquente adotado, o ineditismo da obra e a época da manifestação, escolheu-se, para encerrar esta abordagem, um texto governamental a respeito de uma das últimas grandes obras realizadas na Serra do Mar que demonstra a permanência deste tipo de imagem no tempo.

Trata-se de um excerto de material de divulgação do Estado do Paraná, a respeito da usina hidrelétrica de Capivari-Cachoeira, que se encontrou na publicação *Um Século de Energia no Paraná*, do Departamento de História da UFPR (1994, p. 140), que reproduz, com os detalhes de praxe, o mesmo padrão discursivo, veja-se:

1968 – VENCEMOS A SERRA

Com o material rochoso que nós retiramos do coração da Serra do Mar, para perfurar os túneis de Capivari-Cachoeira, os antigos egípcios poderiam ter construído uma de suas célebres pirâmides. Mas, para acumular 600.000 metros cúbicos de rocha, eles teriam levado trinta anos. Nós, levamos cinco anos, apenas, para rasgar o maciço rochoso da Serra. É claro, temos quatro mil anos de civilização como vantagens sobre os antigos construtores de pirâmides. Temos, a nosso favor, a ciência, a técnica, os novos horizontes abertos pela engenharia moderna. Para vencer a Serra, porém, tivemos antes de tudo a consciência de estarmos lutando – não por uma obra faraônica de suntuosidade estéril – mas por um empreendimento que significará a emancipação do Paraná, em matéria de energia elétrica. Lutamos para corresponder à confiança com que nos contemplam o povo e o governo do Estado, desejosos de ver em funcionamento, dentro do menor tempo possível, a grande hidrelétrica que garantirá mais 250.000 quilowatts ao desenvolvimento paranaense. Nessa luta vencemos o desafio da Serra. Era o mais difícil, a parte mais demorada. Antes de 1970 – temos certeza, agora – o Paraná receberá a sua grande usina subterrânea.

4.3.7 Imagens e Paisagens: da tecnologia ao desvanecimento

A Serra do Mar para a gente de Curitiba é o horizonte que se delineia em tons de cinza azulado nos dias brumosos do inverno ou que aparece incisiva, em fortes matizes de violeta, amarelo e verde nos dias claros e de luz quente da primavera. É uma impressão móvel fluida, presença maciça que delimita, que marca o fim do planalto, mas também limiar impreciso de névoa e bruma que aponta para o desconhecido.

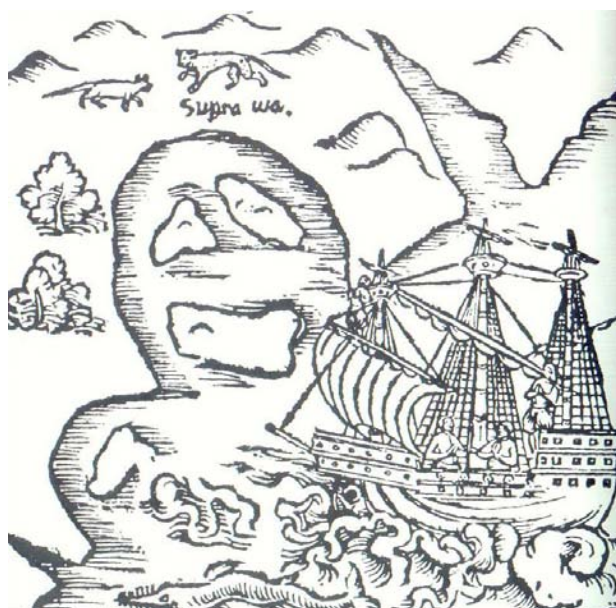
Perceber a Serra como objeto pictórico dentro das manifestações das artes no Paraná e buscar as representações que por meio destas se expressam é tarefa de especialista, requer um olhar treinado, um conhecimento claro dos códigos e padrões de expressão que se encontram por traz das técnicas, escolas e temas, o conhecimento dos atores do processo criativo e a sua contextualização no meio social em que vivem ou viveram.

Embora o tema seja apaixonante, não se tem, aqui, tal ambição, quer pela falta de instrumentos conceituais e metodológicos, quer pela própria amplitude da temática. Mas quando se trata de procurar delinear o conjunto das representações que compõem o contexto cultural do tombamento da Serra do Mar, não se pode simplesmente esquecer as manifestações das artes.

As representações pictóricas da Serra são manifestações constantes desde os primeiros momentos da constituição cultural e política daquilo que hoje se diz o Paraná. Registram momentos, traduzem um modo de ver este objeto, e apresentam uma interessante sintonia com outros movimentos da sociedade paranaense que já foram considerados.

O que se tenta a seguir é recuperar esta trajetória, representações gráficas da Serra como foram aparecendo no tempo, procurando, parcialmente, sugerir sua vinculação com o contexto sócio-cultural em que foram produzidas.

FIGURA 25: HANS STANDEN, “CHEGADA AO SUPERAGUI “ (S.D.)



Fonte: Tradição/Contradição (BINI, 1986, p. 46)

Uma das primeiras imagens que remetem à Serra do Mar no Paraná encontra-se no livro em que Hans Standen narra suas aventuras no Brasil – *Duas Viagens ao Brasil de 1557* – quando por volta de 1550, naufragou no Superagui. Neste encontra-se a xilogravura, *Chegada ao abrigo do Superagui*, que seria, como registra Bini (1986, p. 40), “o primeiro registro da terra paranaense”. Nela pode se ver uma baía com ilhas e menções gráficas a animais, matas e montanhas, as quais compõem nitidamente uma das primeiras representações da Serra.

Esta imagem indica o que seria no correr de longo período – pelo menos o século XVI e XVII – o padrão da representação gráfica da Serra do Mar no Paraná, ou seja uma simplificação quase esquemática e convencional de montanhas de cunho, na realidade, cartográfico. A intenção era de registro de localização, portanto, e de indicação topográfica e não de representação gráfica da Serra como paisagem. Existem outras referências à Serra desse gênero, como o mapa da baía de Paranaguá publicado por Moisés Marcondes.

De fato a iconografia da Serra do Mar, enquanto objeto de representação gráfica de caráter não topográfico, tem seu início com a fase que Fernando Bini (1986) designa de período dos Viajantes Científicos e que Newton Carneiro (2001) chamou de Fase Itinerante. Neste tempo, que se estende por quase todo o século XIX, a Serra e as demais coisas, gentes e paisagens do Paraná eram registradas por artistas itinerantes.

Alguns destes artistas passavam por aqui com o fito de captar imagens para a produção de uma iconografia do exótico e tropical que teve largo comércio na Europa no correr do século XIX – como é o caso de Jean-Baptiste Debret que aqui esteve em 1827 e de João Leão Pallière, cuja passagem por estas terras é de 1860 – (CARNEIRO, 2001, p. 13 e 15).

Outros faziam parte das expedições de engenheiros que, principalmente desde os meados dos anos 1850, dedicaram-se a explorar as possibilidades de construção de ferrovias e aproveitamentos hidroviários, como é o caso de William Loyd, Jonh Henry Elliot e Joseph Keller (CARNEIRO, 2001, p. 14 a 17).

Por fim há um que, embora produzindo nesse tempo de artistas andarilhos, fixou-se Paraná, ou melhor, fez desta a sua terra, posto que aqui passou a maior de

sua vida. Foi William Michaud, que deixou belas aquarelas do litoral e da vegetação da Serra (CARNEIRO, 2001, p. 17 e 18).

Aspecto interessante destes registros é que, neles se encontram padrões de percepção da Serra do Mar. Ela é vista na maioria das vezes como um cenário, que emoldura, ao longe, cenas urbanas ou marinhas, principalmente nas paisagens de amplos cenários. Outros olhares se voltam para detalhes como da vegetação ou registros do modo de vida, sendo muito mais raras as tentativas de representar a Serra como um objeto específico.

O olhar que vê a Serra como cenário de fundo de outras paisagens que compõem o foco de interesse do artista encontra-se nas vistas gerais de Curitiba realizadas por Debret, Loyd e Keller, sendo que no caso do primeiro também se acha nas paisagens das cidades litorâneas e nas marinhas.

Exemplos típicos deste modo de ver e representar a Serra encontram-se nas aquarelas de Debret – Curitiba 1827 – reproduzida a seguir, e de Keller – Vista Geral de Curitiba – da qual se apresenta detalhe na sequência.

FIGURA 26 - JEAN-BAPTISTE DEBRET, CURITIBA 1827. AQUARELA. 1827.



Fonte: Tradição/Contradição. (BINI, 1986. p. 47).

FIGURA 27 - JOSEPH KELLER. VISTA GERAL DE CURITIBA 1865, AQUARELA. DETALHE.

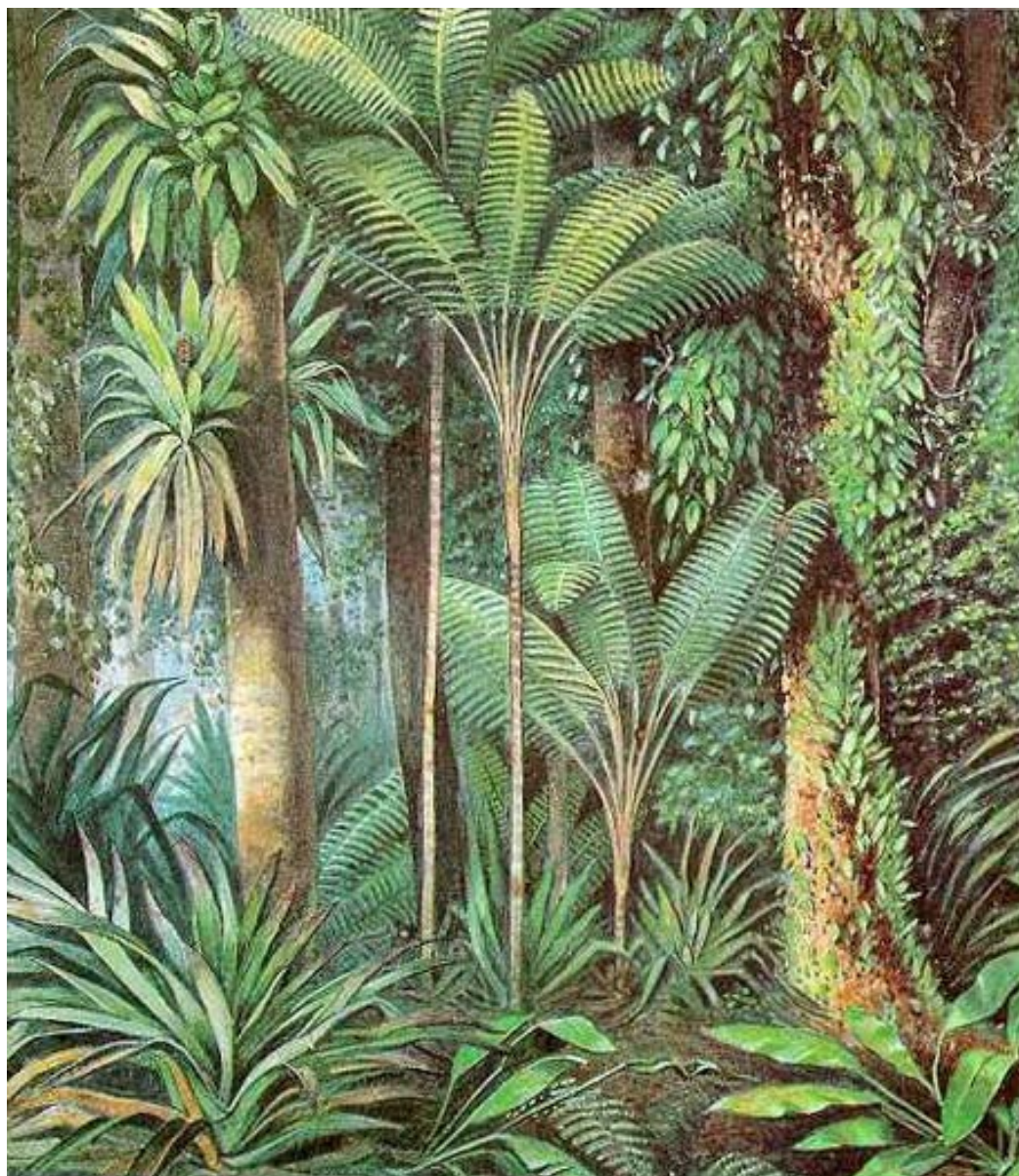


Fonte: Pintores da Paisagem Paranaense (CARNEIRO, p.2001, 96).

Já no caso de Michaud, um dos focos de seu interesse era a vegetação tropical, cuja diversidade luxuriante consegue reproduzir em detalhes em composições predominantemente verticais de grande beleza, mediante aquarelas que deixam perceber um grande domínio do desenho, como se vê na figura 28.

Dele devem ser os primeiros registros de cunho paisagístico – pois seu objetivo, como se vê nos diversos quadros, era dirigido à representação artística e não à descrição científica – da Floresta Atlântica no Paraná.

FIGURA 28 - MICHAUD, WILLIAM. FLORESTA VIRGEM. 1872. AQUARELA.



Fonte: Pintores da Paisagem Paranaense (CARNEIRO, p.2001, 76).

Os olhares de Pallière, como registra Newton Carneiro (2001, p. 15), voltam-se para o registro do modo de vida das populações sulinas, especialmente as argentinas. Da sua estada no Paraná constam do livro de *Álbum de cenas americanas*, apenas duas gravuras dentre 52, tendo produzido, neste caso, um raro,

de boa qualidade e talvez único, registro do transporte de erva mate pela Serra do Mar por meio de tropas, como se vê na figura 29.

FIGURA 29 - JOÃO LEÃO PALLIÈRE. TROPA CARREGADA DE MATE DESCENDO A SERRA. 1860. AQUARELA.



Fonte: Pintores da Paisagem Paranaense (CARNEIRO, 2001, p. 76).

Por fim merece destaque, no contexto deste estudo e não pela sua qualidade artística, aquarela de John Henry Elliot que busca representar a Serra da Graciosa a partir de Antonina. Esta peça, datada de 1851, parece ter sido uma das primeiras tentativas de considerar um segmento da Serra do Mar como objeto de

representação pictórica. Neste caso a Serra não é o cenário, tampouco o continente do objeto da arte, mas o motivo central da composição.

Posteriormente, bem ao fim do século XIX com a chegada de Alfredo Andersen em Paranaguá e, posteriormente, já nos primeiros anos do século XX, com sua mudança para Curitiba, iniciou-se um novo período das artes no Paraná no qual, sob a influência deste pintor, e na maioria das vezes com seus discípulos²¹⁷, desenvolveu-se uma atividade artística realizada por artistas radicados na terra e voltados para os seus temas.

FIGURA 30 – ALFREDO ANDERSEN. CADEADO. (S.D.) ÓLEO SOBRE TELA.



Fonte: Fonte: Pintores da Paisagem Paranaense (CARNEIRO, 2001, p.81).

De Andersen será um dos primeiros óleos sobre a Serra do Mar, a obra *Cadeado* (CARNEIRO, 2001, p. 81), por ele doada a Teixeira Soares – engenheiro responsável pelos trechos mais difíceis da ferrovia e pela sua conclusão – numa

²¹⁷ Andersen na verdade forma a primeira geração de artistas paranaenses, incluindo-se na lista de seus alunos nomes do quilate de Lange de Morretes, Freyesleben, Traple, Ghelfi, Kopp e De Bona (ARAUJO, 2006, p. 45).

aproximação da paisagem serrana que deixa transparecer a ferrovia sem colocá-la como centro de interesse, valorizando numa composição em que predominam as diagonais a prosaica casa da estação e demonstrando uma sensível leitura da luz local e da montanha.

Também de sua autoria é a tela a *Serra do Mar* (CARNEIRO, 2001, p. 82), de trato mais impressionista na pincelada e nas cores, revelando um panorama bucólico que se desenvolve à beira de uma escarpa da qual ao longe se descortinam, em tons de violeta, as montanhas.

Com os discípulos de Andersen, num período que se estende até os anos 1950, mas do qual se encontram ecos até os anos 1970 pelo menos, desenvolve-se, nas artes paranaenses, um forte interesse pela pintura de paisagens, especialmente as características do Paraná Tradicional: as muito conhecidas paisagens com pinheiros e de campos.

Na origem desse interesse pela “paisagem paranaense”, está também o paranismo, que nas artes plásticas encontra em Lange de Morretes e João Turim suas principais expressões.

Lange talvez tenha sido o seu principal teórico, praticante e divulgador, tendo desenvolvido, centrado no pinheiro e na pinha como símbolos, um vasto estudo, que envolveu pesquisa in locu e desenvolvimento gráfico, para a criação de uma ornamentação paranista. Turim também desenvolveu uma vasta produção na área da escultura, da arquitetura e do desenho que incluiu temas paranistas. Os símbolos que o interessavam incluíam não apenas o pinheiro, mas também o índio e as onças.

Desses dois expoentes do movimento paranista não se encontrou, nas publicações e documentos consultados, muita referência artística que contemplasse especificamente a Serra do Mar ou aspectos a ela associados. Mas ambos tinham profunda ligação com ela. Lange, filho de Rudolph Lange, engenheiro da ferrovia Curitiba Paranaguá, tinha tal apreço pela Serra que estabeleceu como sua última vontade ser enterrado em Morretes de pé e com a face voltada para o Marumbi (ARAUJO, 2006 p. 52); Turim, também nascido ao pé da montanha, em Morretes, e filho de trabalhador na ferrovia, tinha reconhecida estima pelo Marumbi.

Cabe a ressalva, contudo, de que Lange publicou gravuras da Serra na *Ilustração paranaense* como é o caso da intitulada *Vale do Ipiranga*, na edição de janeiro de 1930. Quanto a Turin, numa manifestação que de certa forma se afasta de sua linguagem usual sempre muito matizada pelos temas da natureza, celebra o trabalho humano – e provavelmente a figura de seu pai – vencendo a mesma, no baixo relevo o Túnel (ARAUJO, 2006, p. 48) cópia do qual se encontrava na entrada do antigo túnel da Roça Nova, na ferrovia Curitiba – Paranaguá.

Dentre os pintores paranaenses de nomeada e que se inserem nesse mesmo contexto cultural será Theodoro De Bona (1906, 1990) – também nascido em Morretes – que expressará forte vínculo afetivo com a Serra do Mar.

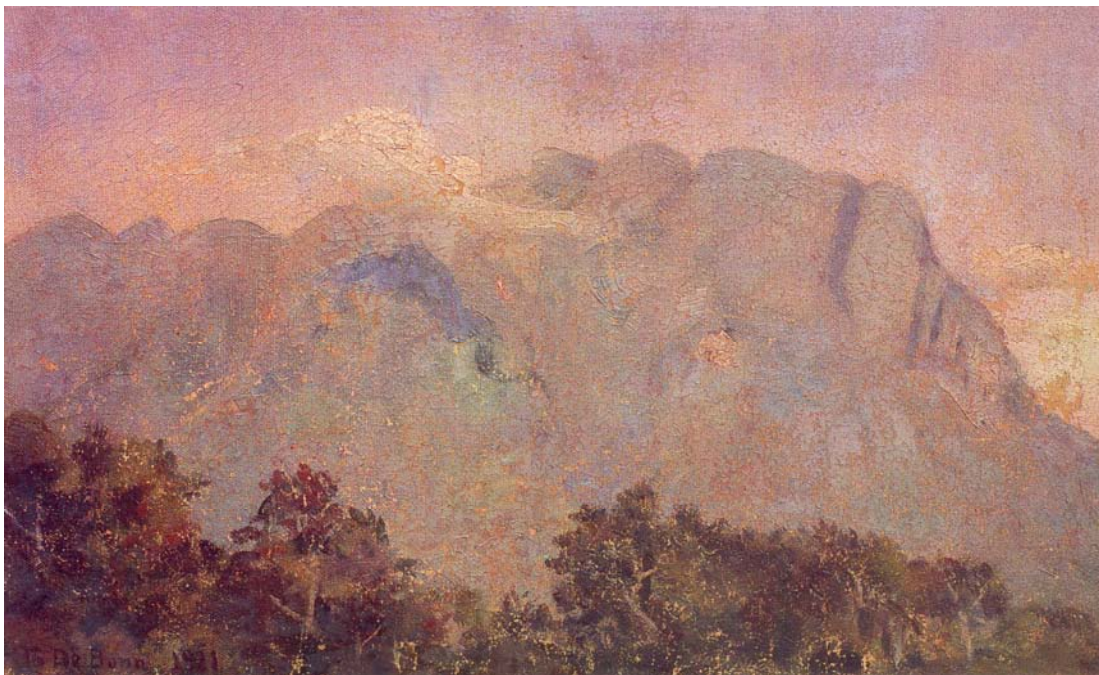
Em depoimento que dá a Maria José Justino, no seu livro *De Bona: um exercício de criação*, este artista, que se identifica vinculado à paisagem e ao impressionismo, fala assim, do Marumbí: “Essa montanha (Pico do Marumbí) foi para mim uma espécie de Montanha de ‘Sainte Victoire’ para Cézanne” (1989, p.18).

Esta alusão empresta ao Marumbi um significado de muita importância para este artista, pois se refere à montanha que dominava a paisagem natal do impressionista francês e que para ele tinha um significado místico, tendo sido fundo ou objeto de diversas de suas pinturas nas diferentes fases de sua existência, caracterizando-se como a paisagem que mais recebeu a sua atenção como artista (KENDALL, 1989, p. 46).

É de De Bona de 1921, antes de sua ida em estudos para a Itália, a tela *Montanha do Marumbi*. Nela se vê um tratamento cuidadoso de cor e forma, e a tentativa, bem sucedida, de captar os diversos matizes da luz incidindo sobre a montanha, contrastado com uma composição em que predominam as horizontais, o que confere ao quadro, a um só tempo, a leveza das luminescências justaposta à presença maciça da montanha.

Também dele é a pintura Casa do Pintor – Anhaia, Morretes, em que ao fundo se mostra bem delineado em tons de cinza azulado, o mesmo, e impressionante, Marumbi.

FIGURA 31 – THEODORO DE BONA. MONTANHA DO MARUMBI. 1921. ÓLEO SOBRE TELA.



Fonte: De Bona: um exercício de criação. (JUSTINO, 1989).

Neste período muitos dos mais destacados pintores paranaenses deixaram registros da Serra do Mar, quer como objeto central da pintura quer como fundo de paisagens mais amplas. Dentre eles pode ser assinalado Guido Viaro, que pintou uma interessante vista do Marumbi a partir de Morretes, que se encontra no acervo do Museu Oscar Niemeyer (PARANÁ, 1997).

Outros artistas paranaenses se dedicaram em algum momento de suas carreiras à Serra. Dentre os estrangeiros que aqui se radicaram, mas que se ligaram a estes primeiros momentos da paisagem no Paraná destaca-se, pela quantidade de referências ao tema, Guilherme Matter.

Já nos fins dos anos 1970 chama a atenção, como pioneiro na defesa dos temas ambientais no âmbito das artes plásticas, Marcos Bento, que dedica a partir de 1978 várias obras aos monumentos naturais do Paraná, em que discute a apropriação indevida destes pelas indústrias cultural e turística, destacando-se a série designada Marumbi (ARAUJO, 2006, p.393).

Desta mesma época e guardando um vínculo profundo com a Serra do Mar, pois marumbinista e caminhante de suas muitas trilhas, Nelson Padrella desenvolve uma série de trabalhos em que mostra um olhar bem peculiar. Ao invés de se dedicar aos grandes panoramas, desenvolve pinturas que mostram recantos no interior da serra numa aproximação intimista e, julga-se, inédita deste objeto.

Por fim, também com grande apreço pela natureza, muitas obras dedicadas à Serra e seus entornos, caracterizando-se por um particular cromatismo e reiteradas tentativas de captar a transitoriedade da atmosfera que envolvia seus objetos. Cabe a menção nos anos 1980, ao trabalho de Ricardo Krieger, destaque de uma longa tradição de paisagistas do Paraná que se ocupou da Serra do Mar.

Em todos eles, desde Andersen, a Serra do Mar é vista como paisagem em que os elementos e o foco do seu fazer artístico é a solução dos problemas de luz, de cor, de representação gráfica. São visivelmente dominantes as alusões à natureza. Mesmo no caso que se retrata a obra humana, casas na maioria das vezes, estas parecem, em quase todos os casos, estar contidas num grande, e predominante, cenário natural.

O mesmo não vêm a ocorrer com outra forma de expressão artística da Serra, a fotografia. Esta, desde os fins do século XIX, se desenvolve em sintonia com a ideologia do progresso, a partir de um olhar que valoriza muito a representação da natureza domesticada destacando, na maioria das vezes que se aproxima da Serra, a representação da tecnologia vencendo a montanha, principalmente a estrada de ferro.

Neste caso cabe muito bem o comentário de Vânia Carneiro de Carvalho (*Apud* Arruda, 2000, p. 53-54), que vê diferença na temática destas duas formas artísticas marcando o interesse da fotografia pelos temas vinculados à noção de progresso e submissão da natureza.

Comemora-se a Serra e a sua beleza, mas principalmente comemora-se a maravilha tecnológica que permitiu o acesso a esta, desenvolve-se toda uma iconografia, centrada nas fotografias da ferrovia, seus viadutos e túneis.

Esta celebração do progresso se dá desde os primeiros momentos da construção da ferrovia, e o fotógrafo imperial por excelência, Marc Ferrez, realizou uma série de fotografias da ferrovia onde, além de demonstrar um fino sentido de

composição e de controle da luz, conferiu relevo aos viadutos e aos túneis, os signos da ousadia daquela que era uma das maiores obras de engenharia do Império.

Muitos serão os que o sucederão na trilha de fotografar a ferrovia e as suas maravilhas técnicas. Algumas destas imagens, como o viaduto Carvalho e a ponte sobre o rio São João, tornaram-se presença constante nas referências que se fez, pelo menos até o fim dos anos 60, à ferrovia, tornando-se tema freqüente de cartões postais.

FIGURA 32 – MARC FERREZ. VIADUTO. FOTOGRAFIA (S.D.)



Fonte: *Forjada em aço e ousadia* (s.d.)

Este gênero de imagem gráfica que foi, pelo menos até os anos 60 o que poderia ser designada, juntamente como a vista do Marumbi, a imagem padrão das referências fotográficas da Serra do Mar no Paraná.

Embora durante um longo período predominem as fotografias da ferrovia, encontram-se também tentativas fotográficas de considerar a Serra a partir de um ponto de vista no qual predominam a leitura de seus aspectos naturais. Neste caso cabe menção às fotografias de João Baptista Groff, publicadas na sua *Ilustração paranaense*, dentre as quais uma interessante vista panorâmica do alto do Marumbi, que consta da matéria *1ª Caravana da Ilustração paranaense ao pico do Marumbi*, publicada de em junho de 1928.

A visão começou a se alterar com o advento do excursionismo e do montanhismo nos anos 40 e com o desenvolvimento das possibilidades técnicas da fotografia. Abriu-se do ponto de vista da fotografia um novo olhar sobre a Serra do Mar que valorizava os seus panoramas naturais, as amplas vistas de sobre seus picos, suas matas e suas montanhas passam a ser fotografadas e divulgadas com frequência.

Iniciaram esse movimento, que se encontra muito vivo até hoje, os marumbinistas dos anos 40, que foram, de certa forma, os pioneiros da fotografia de natureza no Paraná, participando inclusive da fundação do Foto Clube do Paraná. Entre eles se destacam Vladmir Kosack, José Peon, os irmãos Henkel : Arno e Hertel (SCHMIDLIN, 2006).

Coetâneo destes, porém um pouco mais novo, foi o fotógrafo Helmuth Wagner, participante desta geração e fotógrafo notável com exposições em diversos países, diretor por muitos anos do Círculo dos Marumbinistas de Curitiba, que teve na Serra um dos principais objetos da sua arte e também de sua luta em prol da proteção da natureza (PARANÁ, 1981, p. 71 à 74).

A obra de Wagner sobre a serra do mar alcançou dimensões apreciáveis, sendo um dos primeiros fotógrafos do Paraná a lançar um álbum exclusivo de fotografias, na grande maioria de natureza cujo tema central era a Serra do Mar (1981).

Na trilha de Wagner e seus predecessores, e com a ampliação da consciência, a partir do final dos 60, das diversas ameaças que corria a Serra do Mar, ampliou-se a percepção desta como um paraíso alternativo às agruras da vida urbana. Esta visão, associada ao ambientalismo dos anos 70, e às representações

de natureza que a ele são vinculadas, estimulou o surgimento de um grande número de fotógrafos da natureza que entres outros objetos se dedicaram à Serra.

Muitos deles alcançaram um elevado grau de apuro técnico e artístico de suas representações deste ambiente, entre eles Zig Koch, Carlos Fernandes e Paulo Fagnani.

4.3.8 As Montanhas Azuis e Outras Histórias

Apesar de sua presença maciça no horizonte de Curitiba, a Serra do Mar, ao contrário do que se poderia supor, aparentemente não inspirou os poetas e literatos do Paraná como o fez com pintores e fotógrafos.

Parecem ser muito poucos os títulos de obras de caráter literário que se referem à Serra do Mar. Em pesquisa realizada no Sistema de Bibliotecas do Estado do Paraná, encontrou-se apenas uma obra poética dedicada à Serra. Na sua maioria - 61% das 49 referências consultadas - estas dizem respeito aos aspectos ambientais – matérias técnicas e de divulgação – e a publicações especializadas nas áreas de geociências e biológicas

No breve apanhado que se fez, que por certo é incompleto, as principais menções a Serra que se encontrou são descrições de cunho geral nas obras que se ocupam da história e de aspectos da economia e sociedade paranaenses, bem como relatos de viagem, tanto dos primeiros viajantes e naturalistas como daqueles que posteriormente a transpuseram pela ferrovia ou pela Graciosa.

Recolhendo histórias para ver da sua associação com representações a respeito da Serra o que se encontrou não foi muito. Há, por exemplo, uma referência em Romário Martins (1995, p. 125) a respeito de provável lenda indígena pela qual os “tupis da costa diziam que a alma dos bons, depois da morte ia habitar além das Montanhas Azuis (Serra do Mar) em lugar maravilhoso, vedado aos traidores”.

A veracidade da procedência, sem duvidar da honestidade do autor, mas crendo no seu profundo comprometimento com a identidade paranaense, deve ser verificada, mas é evidente que busca associar-se aos ideais de elevação que Romário Martins via nas alturas do Marumbi.

A crença popular, a se valer pelo testemunho de Antônio Ribeiro de Macedo, aos fins do século XIX, via nas alturas da Serra poderes sobrenaturais que impediam o acesso aos pontos mais altos.

Encontrou-se, na *Ilustração Paranaense*, além dos poemas já comentados e que se ligam à vivência dos limites própria do Romantismo, uma história que, também na tradição romântica, porém na sua vertente nativista tão cara aos seguidores de José de Alencar, se propõe a narrar uma pretensa “lenda indígena” a respeito do surgimento do Véu da Noiva.

O texto, de autoria de Maria Macaggi (1930), refere-se à história da índia Ayuara, de rara beleza, com longos e lindos cabelos negros e vivendo de forma integrada com a natureza que, após resistir à corte de vários bravos, se apaixona por Poty, um belo e forte índio que lhe acumula de presentes. Poty, porém, morre sufocado por uma sucuri, e Ayura, chora desesperadamente à beira do rio e seus longos cabelos branqueiam quase imediatamente; no seu desespero se suicida jogando-se n'água, seus cabelos e lágrimas dão origem à cachoeira e Poty transforma-se no pico Coroadado.

Por fim pelo traço bem humorado vale a transcrição de desprezível quadrinha de Emílio de Menezes, que fala da Serra e a caracteriza como um elemento de divisão do território, não apenas de forma física, mas também simbólica:

Eu nasci serras a riba,
Não nasci para nadar.
Quem me dera Curitiba
Galgar a Serra do Mar!

Mais recentemente a literatura e a poesia paranaenses têm na Serra do Mar um cenário casual, que aparece eventualmente numa ou noutra narrativa, mas não uma fonte de inspiração de obra específica que, pela qualidade literária ou pela natureza do conteúdo, possa ser julgada significativa. O mesmo pode ser dito com relação às representações que por via desses discursos possam ser à Serra associadas que não parecem ir além daquelas que, pelos motivos explicados, foram abordadas anteriormente.

5. A MONUMENTALIZAÇÃO DA SERRA DO MAR

5.1 Antecedentes

A primeira percepção a respeito da necessidade da manutenção das matas da Serra do Mar remete à constatação da importância das mesmas para a garantia da oferta de água para a região de Curitiba. Esta noção já estava clara pelo final dos anos 1920, quando o governo do Estado adquiriu as terras no entorno dos mananciais visando garantir as águas de abastecimento (PARANÁ, 1929, p.84).

Romário Martins (2004, p. 195), por sua vez, denunciava, na década de 30 do século passado, a atividade dos lenhadores em ambas as encostas da Serra, apontando que sua ação devastava as florestas e comprometia os rios dos quais provinha a água que era fornecida à população de Curitiba.

Posteriormente, com o advento do excursionismo e do marumbinismo, alterou-se a noção da importância da Serra, acrescentando-se a percepção da relevância desta como paisagem. Surgiu também, ainda que embrionariamente, a consciência da necessidade de sua proteção enquanto monumento natural.

É com base nesta crença, mas sem ter clareza nos objetivos pretendidos e desconhecendo praticamente o significado de um parque nacional²¹⁸, que no final da década de 40 embarcou para o Rio de Janeiro, uma comitiva de jovens marumbinistas. Seu objetivo era convencer os deputados e o governo federal da necessidade de proteção da Serra como um monumento natural (SCHIMIDLIN, 2006). A tentativa foi inócua, mas lançou-se uma idéia e movimentou-se um conjunto de pessoas no sentido da proteção da Serra.

Pouco depois, já bastante ciente dos efeitos do desmatamento sobre as possibilidades de oferta hídrica de uma maneira geral – assunto que era um dos centros de suas preocupações à época – e visando à garantia da oferta de água para Curitiba, Reinhard Maack propôs, em 1953, no Primeiro Congresso Florestal Brasileiro, a criação de um parque nos mananciais da Serra.

²¹⁸ O que não é desmerecimento, pois à época esta questão é pouco clara em âmbito nacional, afinal, como assinala Urban (2006), a primeira publicação tentando explicar o que é um parque, de autoria de Wandervilt Duarte de Barros, primeiro Diretor do Parque Nacional de Itatiaia, surgiu em 1956, a partir de uma monografia que o mesmo apresentara em um concurso promovido pela Nestlé.

Também nos anos 50, já era feito o primeiro pronunciamento do geólogo e ambientalista João José Bigarella, principal herdeiro da causa de Maack e que com o tempo viria a se consolidar como o mais ardoroso defensor da necessidade de proteção da Serra do Mar.

Ele propôs ao Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná - CDPNP, organismo vinculado à Secretaria de Agricultura, a criação de um parque na Serra da Prata (BIGARELLA, 2006), mediante a “proteção da parte terminal sul” desta defendendo no ensejo a proteção dos mananciais para abastecimento público, da flora e fauna regionais (PARANÁ, 1987-B, p. 73).

No relatório em que encaminhou a proposição encontram-se observações sobre os riscos associados ao desmatamento indiscriminado, a função da cobertura vegetal e um alerta a respeito da necessidade da “transformação dos terrenos montanhosos em parque florestal e de refúgios da fauna” (PARANÁ, 1987-B, p. 73), numa atitude ousada, considerados tempo e lugar.

Já nessa época as evidências dos riscos associados ao corte indiscriminado das florestas multiplicavam-se em todo o território estadual. A questão ultrapassava o plano das denúncias formuladas por técnicos e cientistas e atingia os políticos e o governo, que de alguma maneira reagiram, no plano burocrático e normativo – enfatizando a dicotomia apontada por Roberto da Matta – dando origem a uma série de medidas.

A proposta de um parque na Serra da Prata, por exemplo, foi aprovada pelo CDPNP e encaminhada, pelo então Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, à apreciação governamental, tendo sido acolhida pelo governador Moysés Lupion, que, a 12 de agosto de 1957, o assinou Decreto considerando de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área sul da Serra da Prata (PARANÁ, 1987-B, p. 74).

O decreto foi o primeiro ato de uma seqüência de iniciativas de proteção da Serra do Mar que, por terem como requisito básico para sua concretização o dispêndio de recursos públicos mediante desapropriação, jamais vieram a ser definitivamente implementadas.

De natureza similar foi a declaração em âmbito federal, em 1961, das florestas de domínio público ou privado existentes ao longo da encosta atlântica das

Serras do Mar e Geral, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santos, como “florestas protetoras”, por meio do Decreto Federal 50.813/61, firmado pelo presidente Jânio da Silva Quadros (BIGARELLA, 1978, p. 10).

A amplitude da medida deve ter gerado grandes expectativas. Além de ser de atingir uma parcela substancial do território nacional era em tudo condizente com as necessidades detectadas pelos especialistas, caracterizando-se como bastante avançadas, uma vez que estas “florestas protetoras” se destinavam, nos termos do art. 4º do Código Florestal de 1934, a “conservar o regime das águas”, “evitar a erosão das terras”, “proteger sítios que por sua beleza natural mereçam ser conservados”, “auxiliar espécimes raros da fauna indígena” (*Apud* MUNIZ, 1978, p. 10 e 11).

O decreto era realmente inovador e ousado, pois as ditas florestas protetoras, nos termos da legislação vigente, de 1934 – concebida na mesma época que a lei do tombamento e provavelmente movida pela mesma percepção de interesse público – uma vez declaradas como tal pelo poder competente não requeriam desapropriação, como menciona Osny Duarte Pereira (*Apud* MUNIZ, 1978, p. 11).

Não foi essa intenção que acabou vigorando. Mais uma vez, entre o discurso e a prática se superpuseram, muito provavelmente, os interesses econômicos. O Código Florestal foi alterado quatro anos depois, em 1965, sob a égide do regime militar, substituindo o conceito de floresta protetora, nos termos antes definidos, pelo de preservação permanente – art. 3º itens a a h – mas exigindo para tanto ato declaratório do poder público, o que tornou necessária, para a sua implantação, a transferência das terras para domínio público por meio de desapropriação.

Nestas circunstâncias, o decreto de 1961, para sua implementação, passou a requerer desapropriação, o que inviabilizou a sua aplicação, tendo o mesmo, em decorrência, caducado passado o prazo de cinco anos.

Em meados dos anos 60 as conseqüências do desmatamento no Paraná se faziam sentir com veemência, especialmente na região do arenito caiué. Os efeitos da erosão começaram a atingir dimensões consideráveis, mais perceptíveis no

âmbito urbano, tornando esta a questão ambiental de maior relevância naquele momento²¹⁹ (CASTOR, 2006).

Apesar das circunstâncias da época, ainda fortemente marcada pela noção da inesgotabilidade dos recursos da natureza, e pela idéia de que o progresso significava o domínio do sertão, muitos dos mais avisados já estavam atentos para os riscos associados ao desmatamento, e procurando uma compreensão melhor deste problema.

Assim é, por esta época, ainda nos 60, João José Bigarella e Riad Salamuni já haviam observado em Santa Catarina que a formação de pedimentos rochosos situados à frente e nas áreas intermontanas da Serra do Mar não se associavam ao clima atual na região e sim a momentos anteriores de clima semi-árido (*Apud* BIGARELLA, 1978, p. 71).

Esta constatação, somada às pesquisas de Bigarella na Namíbia, permitiram uma clara compreensão das conseqüências dos processos de mudanças climáticas sobre a dinâmica das paisagens, especialmente nas transições de climas úmidos para semi-áridos verificadas na última glaciação.

Bigarella desenvolveu o ferramental teórico empírico que o levou a antever as possibilidades, em termos de mudanças nos processos de erosão e deposição, que decorreriam do desmatamento da Serra do Mar – na época uma possibilidade concreta²²⁰ – o que deu origem à sua longa e determinada campanha em prol da sua proteção (BIGARELLA, 2006).

Quase que concomitantemente com a divulgação destes trabalhos nos meios especializados, ocorre a publicação, em 1968, da *Geografia física do Paraná*, de Reinhard Maack, com seu detalhado balanço a respeito da situação da cobertura florestal do Estado e suas observações a respeito das conseqüências decorrentes de sua perda.

²¹⁹ O problema agravou-se o que fez com que, em 1969, o governo brasileiro buscasse apoio técnico junto à Organização dos Estados Americanos – OEA, para sanar os problemas de erosão, urbana e rural naquela região, dando origem a uma das primeiras abordagens de zoneamento ambiental em âmbito regional e de manejo de solos e águas por micro-bacia de que se tem notícia no Brasil (OEA, 1973), (OEA, 1975).

²²⁰ Contrariamente ao que parece, a extração de madeira na encosta oeste da Serra do Mar, que, no caso dos pinheiros da mata de transição, havia sido intensa no início do século passado, voltou a ser intensa, agora dirigida à imbuia e às canelas, nos fins dos anos 1940, Henrique Schmidlin (2006), que se deslocava com freqüência pelos caminhos da serra naquele período, aponta que havia uma grande retirada de “madeiras nobres”, havendo serrarias na área em que, nos anos 1960, viria a ser construída a BR 116, afirmando que Reinhaard Maack teria filmado a retirada de madeira na região do pico Paraná.

Já se disseminava, não apenas no âmbito científico, mas nas universidades, em determinados círculos de profissionais e em escalões técnicos e políticos do governo, uma consciência a respeito da gravidade do problema e da necessidade de se tomar providências.

As manifestações começam a tomar formas mais específicas, como as iniciativas do deputado Edwino Tempski, em prol de um parque estadual com o fito de “proteger as reservas florestais existentes e incentivar o desenvolvimento da cultura botânica” ou do memorial encaminhado ao governador, em 1967, pedindo o cumprimento de lei que determinava a criação de um Jardim Botânico na capital do Estado, apontando para a reserva florestal do “Parque dos Mananciais da Serra” como o local adequado para tanto (GAZETA DO POVO, 16 de maio de 1974). O manifesto, que parece não ter surtido efeitos práticos, foi firmado, entre outros, por Oscar Martins Gomes, Napoleão Teixeira, Vitor do Amaral Filho e Jaime Loyola e Silva.

Propagava-se, entre intelectuais da região de Curitiba, uma consciência que se relacionava não apenas com os esforços de sistematização de conhecimentos sobre o tema, mas com o estreitamento das relações entre a comunidade curitibana e a Serra. Essa consciência era resultado de mais de vinte anos de excursionismo na área, e veio a ensejar esforços mais específicos de proteção.

É nesse momento que surgiu a proposta de um Parque para toda a Serra do Mar. Muito provavelmente em decorrência da inserção cultural de seus propositores, pertencentes a uma geração que se educou sob a influência do paranismo, o parque veio a ser designado com o nome de um dos símbolos da identidade paranaense criado por este movimento, o Marumbi.

A primeira proposição pública do Parque do Marumbi de que se obteve notícia surgiu numa reunião proposta pela Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, em maio de 1972 (ESTADO DO PARANÁ, 20 de maio de 1972).

O evento, promovido pelo então delegado regional João Luiz da Veiga Neto, contou com a participação de professores, pesquisadores e dirigentes de organismos públicos ligados à questão da preservação da Serra do Mar. Ao que se pode inferir, destinou-se a convencer o a direção superior do Instituto – no ato

representada pelo professor Cândido de Melo Camargo – da necessidade da criação do parque.

Nele se pronunciaram (DIÁRIO DO PARANÁ, 16 de março de 1974) como especialistas nas respectivas áreas, pesquisadores, políticos e servidores públicos, como: João José Bigarella e Riad Salamuni, que trataram dos problemas da erosão e da delimitação do parque; João Jorge Ralph Hertel, que discorreu sobre a flora regional e sua preservação; Jayme Loyola e Silva, sobre a fauna; Waldir Esper sobre a fauna marinha e assoreamento das baías; Sólon Rodrigues, sobre a fiscalização florestal; Felipe Fernandes de Azevedo, sobre equilíbrio ecológico; Gert Hatschbach, sobre o planejamento do parque; Luiz Carlos Nascimento Tourinho, sobre a recuperação de áreas devastadas; Alípio Ayres de Carvalho, sobre a viabilidade política; Clovis da Cunha Vianna e Raul Wolf, sobre aspectos jurídicos da criação do parque.

Estavam representados nesta iniciativa, além do IBDF, o Parque Nacional do Iguaçu, o Instituto de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná – IDP, o Departamento de Geografia Terras e Colonização do Estado do Paraná - DGTC, o Departamento de Zoologia, a Escola de Florestas, a Convenção para Pesquisas Oceanográficas, todos da UFPR, o Museu Botânico Municipal e a Associação dos Naturalistas do Paraná.

A proposta do evento tinha algumas especificidades de concepção e justificativa que iriam a se repetir em tentativas posteriores de proteção da Serra – o que sugere certa unidade de pensamento entre os proponentes e, portanto, uma concepção estratégica para a solução do problema.

A primeira e mais importante delas, porque sempre limitou a viabilidade econômica desta e das demais iniciativas, era a posição de que a criação do Parque do Marumbi deveria abranger toda a extensão da Serra do Mar no Paraná (ESTADO DO PARANÁ, 20 de maio de 1972).

Outro aspecto importante era a vinculação da iniciativa de proteção não à singularidade da paisagem ou à conservação da natureza, mas a uma concepção utilitarista. Essa concepção relacionava os problemas ambientais advindos do desmatamento aos econômicos, destacando principalmente: a erosão e o conseqüente assoreamento das baías, com o decorrente comprometimento do

Porto²²¹; o comprometimento dos mananciais de abastecimento de Curitiba e demais cidades vizinhas; o comprometimento, pelas alterações do escoamento superficial, dos padrões operacionais das hidrelétricas em operação, especialmente as de Capivari – Cachoeira e Guaricana; a desestabilização de encostas na rodovia Curitiba-Paranaguá; a ampliação dos riscos de inundação e de deslizamentos nos assentamentos humanos da planície litorânea e, por fim, a perda de interesse turístico pela degradação da paisagem (ESTADO DO PARANÁ, 20 de maio de 1972).

Já aparecia nesse momento outro tema que, posteriormente, seria fundamental na orientação das estratégias governamentais destinadas a proteção da Serra. Era a constatação da existência de grande quantidade de títulos irregulares e de terras devolutas de extensão ainda desconhecida.

Outra idéia que viria a ser defendida nas iniciativas posteriores de proteção da Serra do Mar, e que foi lançada nessas primeiras discussões a respeito do Parque do Marumbi era a necessidade, defendida na época por Gert Hatschbach, com base na configuração botânica dos espaços e na semelhança dos problemas de ocupação encontrados, de que os mecanismos de proteção a ser criados abrangessem não apenas o Paraná, mas também São Paulo e Santa Catarina (ESTADO DO PARANÁ, 25 de julho de 1972).

A partir desse primeiro evento, a idéia prosperou e ganhou dimensões de iniciativa política, nela se envolveram o delegado do IBDF e João José Bigarella. Ao fim do mesmo ano de 1972, ambos causaram comoção num encontro em que 200 técnicos se reuniram para discutir a política agrícola do Estado.

Sobre o tema encontrou-se matéria no Estado do Paraná de 24 de novembro, mencionando que a proposta do Parque do Marumbi, havia suscitado “calorosos debates” entre os técnicos presentes, os quais vieram a concordar que a atividade agrícola naquela área “será antieconômica e trará conseqüências desastrosas, podendo ensejar o assoreamento das baías de Paranaguá e Antonina”.

Nessa mesma reunião, além de uma redução substancial da área que se pretendia para o parque, que caiu de 344.000 ha para 85.000 ha, também se

²²¹ Esta idéia já se encontrava firmada para Bigarella desde os meados dos anos 1960, quando presta serviços para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, fazendo o mapeamento de fundo e analisando sedimentos (BIGARELLA, 2006).

encontrou, no conjunto das argumentações em prol do tombamento, uma outra assertiva que iria compor o discurso sobre a proteção da Serra que a partir de então se desenvolveu.

Esta se prende à noção de que aquele espaço, a Serra do Mar, é quase um vazio econômico e social, habitado por uma população paupérrima e de baixo nível de instrução, presa a atividades tradicionais da agricultura e do extrativismo - o que é a demonstração de que se trata de um espaço que não é propício ao desenvolvimento de quaisquer atividades econômicas (ESTADO DO PARANÁ, 24 de novembro de 1972).

Posteriormente, em 1973, realizou-se cerimônia em palácio, na qual o governador Emílio Gomes firmou o decreto de criação do Conselho Estadual de Proteção do Meio Ambiente. Presente a esta, o presidente do IBDF, Joaquim Carvalho, anunciou a intenção de criar o Parque nos seguintes termos:

Mas em janeiro deveremos oficializar o Parque Nacional do Marumbi, cujos 85.000 ha servirão como verdadeiro pulmão verde para Curitiba, somados à sua importância como valiosa reserva biológica e centro de lazer para as populações urbanas (ESTADO DO PARANÁ, 18 de dezembro de 1972).

Este mesmo evento foi mencionado, com grande destaque e em matéria de página inteira na Folha do Litoral (25 de dezembro de 1973), com muitas fotografias e baseando-se, para justificar a necessidade do parque, numa entrevista concedida pelo professor Bigarella.

Chama atenção nas duas manifestações sobre o evento, além da maior cobertura que se concedeu ao mesmo no litoral, a diferença das argumentações utilizadas em prol da criação do parque.

Na primeira - designada, de forma certamente imprópria, *Criado o Parque do Marumbi* - o presidente do IBDF, refere-se vagamente a um pulmão verde para Curitiba, em uma assertiva um tanto inespecífica, referindo-se ao valor biológico da reserva e à sua potencialidade como área de lazer. O discurso era adequado ao dirigente daquele organismo, responsável pelas únicas unidades de conservação existente no país à época.

Na matéria divulgada no litoral, dava-se ênfase aos aspectos econômicos. A manchete anunciava: *Parque do Marumbi: uma exigência econômica*. A criação do

parque não pretendia ser uma solução “turístico decorativa”, mas uma resposta a graves problemas que estavam prestes a ocorrer, reproduzindo assim os aspectos básicos da argumentação de Bigarella – o desmoronamento de encostas com riscos para a população e as infraestruturas, o assoreamento de Paranaguá e o comprometimento do porto.

Destaca-se também que esta argumentação, embora apresentada como técnica e econômica, é colocada em termos muito veementes, dando ao discurso um cunho fortemente emotivo: usaram-se expressões como catástrofe, calamidade, devastação, destacando-se a possibilidade de grandes prejuízos materiais e mortes.

Parece haver uma sistemática ampliação da velocidade e das dimensões físicas das conseqüências dos processos naturais vinculados ao desmatamento, se valendo de afirmações como: “Sem o Parque, Paranaguá viraria uma lagoa inutilizando o gigantesco investimento recentemente feito em equipamentos dos corredores de exportação e provocando enormes despesas em fretes rodoviários e ferroviários até outros portos” (FOLHA DO LITORAL, 25 de dezembro de 1973).

No ano subsequente, Riad Salamuni concedeu entrevista ao jornal Estado do Paraná (14 de março de 1974), explicando novamente os motivos que tornavam a criação do parque necessária e urgente. Expunha os argumentos que apontavam para a questão da erosão e do assoreamento das baías, e referia-se ao fato de que estava para findar o mandato do presidente da República, com o que o tema ficaria pendente para ser resolvido pelo próximo presidente.

Surpreendentemente, no dia 16 de março, o Diário do Paraná, em matéria de página inteira, deu o parque por criado e comemorava: *Paraná ganha o Parque do Marumbi*. A matéria anunciava o parque, falava dos envolvidos na luta, explicava os motivos de sua criação e referia-se à exposição de motivos sobre o tema encaminhada pelo ministro da Agricultura, Moura Cavalcanti, aludindo ao decreto que teria sido firmado pelo presidente da República, Garrastazu Médici, como um dos últimos atos de seu governo.

A exposição de motivos encaminhada ao presidente parecia ter incorporado a argumentação dos técnicos locais, especialmente de Bigarella, pois fazia menção aos “graves problemas que ameaçam o fundo das baías” afirmando o “iminente risco

ao porto de Paranaguá que, em escala, é o segundo maior corredor exportador do país” (DIÁRIO DO PARANÁ, 16 de março de 1974).

A mesma matéria, além de indicar o já aludido risco de assoreamento, chamava a atenção para o fato de que no dia da assinatura do decreto haviam caído três barreiras na rodovia BR 277. Dava destaque ao plantio de bananas em áreas de preservação permanente – acima de 45° de declividade – e à inadequação da Serra para o desenvolvimento de atividades agrícolas e extrativas. Chamava a atenção, também, para a possibilidade de comprometimento dos padrões reprodutivos da fauna aquática da baía em virtude do assoreamento, mantendo em grande parte o rol de argumentos antes levantados.

Também no plano do discurso, havia novamente, uma interessante mistura de aspectos científicos, ampliação da magnitude dos fatos e da velocidade de certos processos naturais, como base de um apelo que buscava a emotividade, pois no texto que subscrevia a manchete, se afirmava que (DIÁRIO DO PARANÁ, 16 de março de 1974):

Nas águas turvas do Nhundiaquara, ou no fundo da baía paraguara, que sobe a cada enxurrada com os pedaços de húmus arrancados dolorosamente das escarpas já semi-desnudas, ou então, nas penas coloridas de aves já acostumadas ao troar de espingardas e que por isso, esquivas, rápido tentam a procriação em lugares mais seguros, a lição apresentou-se numa cartilha já macerada pelo tempo. Agora está na hora de aprender.

Indicava, por outro lado, como atores do processo, Reinhaard Maack, Bigarella, e Gert Hatschbach, que eram os nomes usados para conferir credibilidade científica ao tema. Os demais mencionados eram os que participaram da reunião de maio de 1972 acima comentada, acrescentava-se, no entanto, como figura de projeção nacional na luta pela proteção da Serra o paisagista Roberto Burle Marx (DIÁRIO DO PARANÁ, 16 de março de 1974).

Apesar do estardalhaço e de ter sido veiculada em outros meios de informação (ESTADO DO PARANÁ, 16 de março de 1974), o fato é que o mencionado decreto de criação, se é que um dia de fato foi firmado, jamais foi publicado e o parque não foi criado.

Neste momento entrava em cena um novo ator coletivo que viria a ser um dos elementos fundamentais na luta pela proteção da Serra do Mar. Era a Associação de

Defesa e Educação Ambiental – ADEA²²², criada em dezembro deste mesmo ano, e que se estruturou justamente em torno das preocupações do antigo delegado regional do IBDF, João Luiz da Veiga, a respeito do problema do desmatamento no Paraná (ADEA, 1976).

Este ator, que veio a ser o principal do movimento social ambientalista no Paraná até o princípio dos anos 90, não se caracterizava, como assinala Magalhães (2006 B, p. 321), como de oposição política ao governo. Centrava sua atuação nas críticas aos impactos decorrentes de determinadas medidas e inoperância dos órgãos públicos, especialmente os encarregados da questão ambiental e florestal.

Sua composição, predominantemente de pessoas com vinculação com o serviço público, com o governo e com a universidade, permite caracterizar a Associação como um movimento de intelectuais, principalmente localizados em Curitiba e imbricados nos meios culturais e políticos do que poderia ser designado o Paraná Tradicional²²³.

A ADEA realmente desempenhou um papel importante, se fazendo representar como sociedade civil nas instâncias em que havia possibilidade de participação - como no Conselho Nacional de Meio Ambiente, no Conselho Estadual de Meio Ambiente, no Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico e no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense.

A par de sua atividade de educação ambiental como mantenedora da reserva e o museu do Cambuí, participou ativamente do tombamento da Ilha do Mel, elaborou estudos e levantamentos ambientais, colaborou ativamente na formulação do capítulo de meio ambiente da Constituição do Estado e da legislação ambiental do Estado desenvolvida na época (BIGARELLA, 1986, p. 162).

A Associação também tomou as primeiras iniciativas de ações civis públicas a respeito de questões ambientais, especialmente no sentido de fazer cumprir

²²² Embora seja geralmente tido como criador da ADEA, Bigarella (2006), afirma que a iniciativa de criação da ADEA foi de sua esposa, Íris K. Bigarella e que seu envolvimento se deu a posteriori por insistência do coronel Gustavo da Paixão Neto.

²²³ Presidida por João José Bigarella e coordenada por sua esposa Iris K. Bigarella a ADEA tinha como seu primeiro Conselho Consultivo, um amplo e diversificado rol de notáveis da terra entre os quais: o Cel. Rodolfo Gustavo da Paixão Neto, Delegado Regional da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG no Paraná; Ademar Heeman, professor de Biologia da UFPR; Cecília Westphalen, Diretora do Departamento de História da UFPR; Francisco Baptista Borja de Magalhães Filho, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; Humberto José Jusi, Delegado Regional do IBDF; Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba; Luiz Carlos Nascimento Tourinho, Diretor do Setor de Ciências Agrárias da UFPR; Luiz Fernando Coelho, Assessor Jurídico da Secretaria de Segurança Pública; Luiz Renato Maeder, da Associação de Engenheiros Agrônomos; Theodócio Jorge Atherino, Reitor da UFPR (ADEA, 1976).

preceitos legais a respeito do uso e ocupação de unidades de conservação, como nos casos do Parque Estadual de Vila Velha, e do Parque Nacional de Foz do Iguaçu.

Em 1975 a causa da proteção da Serra do Mar recebeu o maciço apoio dos participantes do Simpósio Internacional do Quaternário, que contou com expressiva participação de cientistas estrangeiros, que recomendaram a necessidade de preservação de sua cobertura vegetal, alcançando o problema repercussão internacional.

Iniciado o novo governo do Estado, embora não se tenha efetivado a criação do Parque do Marumbi, do ponto de vista dos envolvidos na luta pela proteção da Serra do Mar e, também do governo do Paraná, a não publicação do decreto não foi considerada o fim das possibilidades de outro parque nacional no Estado. Jayme Canet Júnior, pouco depois de assumir o governo, já cobrava da União, por meio do Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, urgência na criação do mesmo (GAZETA DO POVO, 13 de julho de 1975).

Registra-se que nessa época, em que havia uma forte convergência entre a ADEA e o Governo do Estado²²⁴ já que ambos defendiam um ponto de vista comum a respeito da necessidade de criação do Parque Nacional, o governador Canet Júnior, alertou para as consequências econômicas negativas do desmatamento da Serra sobre o corredor de exportação do Paraná. Como principal justificativa apelava para a autoridade dos cientistas para abalizar suas preocupações. Estes, no caso, são representados por Bigarella - indicado como autoridade de renome internacional, “único representante da América do Sul na UNESCO” (GAZETA DO POVO, 13 de julho de 1975).

Nesta mesma matéria surgia, também falando em nome da ADEA, um novo e importante ator, Roberto Ribas Lange²²⁵. Ele explicava que não eram as grandes indústrias madeireiras, mas as pequenas serrarias clandestinas que atuavam na

²²⁴ Belmiro Castor (2006), que foi um dos primeiros sócios, o de nº. 4, e era à época Secretário do Planejamento, afirma que nos primórdios a Associação, da qual eram associados diversos servidores da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL, se reunia nas dependências desta Secretaria, não sendo, portanto, improvável, dada à função estratégica que ocupava a mesma Secretaria na definição das políticas públicas, que houvesse um certo concerto de ações entre o Estado e a Associação na defesa de interesses comuns, como era o caso da Serra do Mar.

²²⁵ Referido por Bigarella (2006), Urban (2006), Magnani (2006) como ator fundamental na concretização da sistemática de proteção à Serra do Mar que resultou no seu tombamento, é considerado por Schmidlin (2006) como o cérebro político da ADEA na fase final do processo.

Serra do Mar que promoviam a sua devastação e repetia o argumento da inadequação da Serra para atividades da agricultura mecanizada.

Na sequência da nota se encontrava uma exposição, mais detalhada do que nos casos anteriores, a respeito das finalidades legais dos parques nacionais - qual seja a de “resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos, e assinalando a proibição da exploração de recursos naturais nestes espaços”.

Ao se colocar frente a frente os dois argumentos salta os olhos certa contradição. De um lado há um ponto de vista utilitarista, que procura assinalar a necessidade de proteção da Serra para atender a questões de ordem econômica. De outro há a intenção de criação de um parque voltado a resguardar atributos excepcionais da paisagem, flora e fauna. Esses dois aspectos divergentes e aparentemente desvinculados dos discursos em prol da Serra do Mar estavam bem evidentes em matéria intitulada *Qual a importância dos parques florestais? Bigarella explica*, publicada pela Voz do Paraná²²⁶ (31 de maio de 1975).

O fato é que, embora estivesse previsto no plano de ação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para 1975, no item execução dos projetos de implantação e consolidação de parques e reservas, juntamente com cinco outras unidades (ESTADO DO PARANÁ, 17 de março de 1975), o Parque do Marumbi no âmbito nacional não foi criado, deixando de ser uma prioridade para o IBDF.

Passado esse primeiro revés a ADEA novamente se mobilizou para estudar uma nova área para o Parque, agora com 300.000 ha - mais ampla, portanto, do que os 85.000 ha para os quais apontavam as últimas tentativas no âmbito do IBDF, aproximando-se novamente dos 340.000 ha da proposta original. Nessa iniciativa estavam envolvidos Bigarella, Rudolph Lange, Roberto Lange, Nady Emerson Canali e Antonio Pianaro, bem como diversos estagiários (GAZETA DO POVO, 10 de julho de 1976).

Verificou-se, também, uma mudança de direção na luta em prol do parque – que a esta altura já era uma causa também do Governo – que seguiu, afirma

²²⁶ Nesse período que se integra ao rol dos atores que se propõe a defender a necessidade de proteção da Serra do Mar Rafael Greca de Macedo (1975), que escreve um artigo no mesmo jornal marcado pelo cunho emocional e catastrofista, num padrão de discursivo que se assemelharia à falácia informal, como proposta por Heeman (2001-A).

Belmiro Castor (2006), por duas vertentes: a primeira voltada ao equacionamento jurídico e a outra à ampliação do conhecimento a respeito da área e à delimitação da superfície a ser protegida.

Na primeira vertente procedeu-se uma análise jurídica da questão, na qual foi de grande importância o professor Francisco Muniz, que orientou os trabalhos para a conclusão de que, dada a situação dominial da área, deveria o Estado dar início a uma ação discriminatória sobre a mesma no sentido de verificar a validade dos títulos e a situação de seus ocupantes. Com isso se esperava, além de se conhecer melhor a magnitude dos valores envolvidos numa eventual medida de proteção, reduzir a intensidade do movimento especulativo sobre aquelas terras que se iniciara quando do anúncio da constituição do parque (CASTOR, 2006).

Na segunda desenvolveu-se, numa iniciativa conjunta entre a ADEA e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento. Foi feito um amplo estudo sobre a situação da Serra do Mar e do Litoral, visando conhecer melhor os aspectos ambientais da região e avaliar cientificamente e tecnicamente as consequências do desmatamento e de outras atividades econômicas.

Esse estudo, *A serra do mar e a porção oriental do estado do Paraná: contribuição à geografia, geologia e ecologia regional*, foi publicado em janeiro de 1978 sob o patrocínio da SEPL. Pretendia, no dizer de seu titular, conferir ao problema uma “base científica sólida” isenta de “passionalismos”, mas, principalmente, servir como uma ponte entre diversas comunidades de interesse voltadas para a questão – cientistas, técnicos, administradores e políticos – de forma a aumentar o “nível de racionalidade das decisões administrativas”.

Tratava-se, pois, de conferir credibilidade técnico-científica à necessidade de proteção da Serra. O rol de atores que, diretamente, deu suporte a isto era um pouco diferente dos anteriores, mas ainda apresentava uma forte dominância de profissionais ligados à UFPR, envolvendo, principalmente, por área de interesse: João José Bigarella, como coordenador; Roberto M. Klein, flora; Rudolph B. Lange, fauna da serra do mar; Jaime de Loyola e Silva, fauna do litoral; Jorge Olmos Iturri Larach e Moacir de Jesus Rauen, solos; Francisco Muniz, Oswaldo Stalchmidt e Antenor Ribeiro Bonfim, assessoria jurídica (BIGARELLA, 1978).

O estudo, que passou a embasar quase todas as argumentações técnicas e científicas que se desenvolveram sobre a necessidade de proteção da Serra do Mar, apresentava na sua introdução um peculiar discurso, cujas principais assertivas deixam antever uma concepção política que tentava ajustar o discurso ambientalista ao panorama político da época. São elas (BIGARELLA, 1978, p. 5 e 6):

- a) certo cunho catastrofista na previsão do desenvolvimento de processos naturais para os quais não se define um limiar temporal claro, que conduz à construção de afirmações como: “no caso específico da Serra do Mar, não há como errar em nossa previsão de que **haverá desastrosas conseqüências para o desenvolvimento do Paraná** se não colocarmos um paradeiro no processo de desmatamento da região”;
- b) abordagem patrimonial, na medida em que define claramente que o esforço visa não apenas os interesses atuais, mas o das gerações futuras;
- c) intenção de que o trabalho permita uma tomada de consciência da população em geral, não apenas autoridades, técnicos e cientistas, mas a todos especialmente os estudantes, traduzindo talvez um dos motes – a educação ambiental – pelos quais a ADEA foi criada;
- d) intenção de subsidiar com conhecimentos sistematizados as decisões de técnicos e administradores públicos para que os programas de desenvolvimento se realizem levando em conta as possibilidades do meio ambiente;
- e) consideração da questão como de segurança: de “Segurança Ambiental e, conseqüentemente de Segurança Nacional, visto que agredindo-se a natureza da região, serão inevitáveis os danos às vias de comunicação, à estrutura portuária e ao desenvolvimento sócio-econômico desta estratégica região”;
- f) idéia de que desenvolvimento e proteção ambiental podem ser compatibilizados, mediante a concepção de um sistema cujo equilíbrio deve ser mantido.

Do ponto de vista técnico-científico a contribuição deste documento constitui-se basicamente num apreciável esforço de sistematização de informações dispersas

em várias publicações especializadas e, também, na apresentação de dados ainda inéditos, sobre temas da dinâmica ambiental da região, tais como:

- a) dinâmica das encostas em regiões úmidas de densa cobertura vegetal, especialmente no que concerne a movimentos de massa;
- b) dinâmica da paisagem decorrente dos processos de desflorestamento, especialmente descrevendo a alteração dos regimes hídricos e dos processos de erosão e sedimentação em âmbito regional, valendo-se de observações sobre a dinâmica geológica pretérita da mesma paisagem para antever as conseqüências de processos presentes;
- c) sistematização de informações a respeito da geologia, hidrografia, clima, hidrologia, paleontologia, pedologia, flora e fauna regional;
- d) ampla sistematização de informação a respeito da composição, granulometria e distribuição espacial dos sedimentos de fundo das baías de Paranaguá e Antonina;
- e) análise sobre as possibilidades legais de proteção da Serra do Mar levando em conta as limitações impostas pela legislação florestal.

É interessante observar que embora o estudo conferisse uma grande ênfase à possibilidade de assoreamento das baías e desenvolvesse um amplo estudo dos sedimentos de fundo das mesmas, não apresentava, concretamente, uma conclusão clara a respeito desta possibilidade. Isto provavelmente se deveu à ausência de conhecimentos sobre a hidrodinâmica daqueles corpos de água e de informações e modelos que permitissem vincular, no tempo, os padrões de uso do solo na região, aos processos de erosão sedimentação verificados, bem como à distribuição espacial dos mesmos.

Assim, malgrado a detalhada coleta e sistematização de informações - que em si já significou uma colaboração de grande importância - as afirmações sobre o risco de colmatção da baía e de obstrução da infra-estrutura portuária, baseavam-se em generalidades em princípio válidas para quaisquer ambientes similares. As baías são ambientes de baixa energia, portanto de deposição²²⁷, com o tempo, não

²²⁷ O assoreamento da baía de Paranaguá, indicam notas históricas, é bastante anterior a este processo de desmatamento intenso da Serra do Mar, veja-se o que assinalava Sebastião Paraná (1899, p.245) ao fim do século XIX: "O porto de Paranaguá está hoje muito prejudicado pelas areias trazidas pelo rio Itiberê, que

havendo alteração de dinâmica, tendem a se colmatar. Por outro lado, as encostas declivosas em áreas muito úmidas quando desmatadas, geralmente²²⁸, dão origem a deslizamentos e processos erosivos de grande intensidade.

Não se trata de, aqui, aprofundar uma crítica a trabalhos de qualidade técnico-científica insofismável, especialmente para a época em que foram desenvolvidos, até porque não se duvida de que seus autores tivessem ciência da impossibilidade de desenvolvimento de um modelo que pudesse se aproximar melhor de uma previsão da dinâmica da paisagem com os dados então disponíveis, mas de procurar compreender o discurso resultante enquanto construto cultural que veiculava noções de natureza e se prestava à ação política.

Sob o primeiro ponto de vista chama a atenção que, a suposição implícita nas assertivas a respeito do entulhamento da baía, vincula-se à idéia da natureza em equilíbrio – de que ela tem um caráter estável, holístico e homeostático que se encarrega de prover o equilíbrio. Pois se depreende dela, e isto era afirmado com freqüência no estudo, que se não houvesse intervenção humana a baía não sofreria mudanças em seu perfil de fundo, o que é, levada em conta a natureza deste ambiente, pelo menos, de muito difícil demonstração.

Daí decorre o outro aspecto, o da construção de um discurso que se pretende científico para embasar decisões de caráter político – portanto definindo-se com base na ciência aquilo que deve ou não ser feito – permite antever o que Heeman (2001-A) designou de falácia contra-naturalista.

Esta possibilidade se torna ainda mais clara quando, ao se revisar o documento, não se encontra, como seria adequado em publicações de caráter científico, um alerta claro e detalhado a respeito das limitações das inferências feitas a respeito da dinâmica futura daquela paisagem.

Também não deixa de chamar à atenção a tentativa de aproximar o discurso técnico ao contexto político então dominante, provavelmente numa tentativa de ganhar a atenção dos militares, quando se coloca a questão como de segurança nacional.

desemboca em frente á cidade. A obstrucção do porto obriga os navios a fundear em ponto distante da cidade, tendo portanto os passageiros necessidade de desembarcar em escaleres”.

²²⁸ A observação é proposital, pois que esta, como outras, generalização a respeito de processos físicos, embora aceitável em tese, resulta sempre difícil de demonstrar na prática, em trabalho recente, por exemplo, Fiori e Nunes (2003) demonstram, no caso da Serra do Mar no Paraná, que não é para todos os solos que a presença de cobertura vegetal significa menor risco de deslizamento.

É interessante perguntar-se, na medida em que o discurso corresponde a uma postura governamental, aliás, bastante avançada para a época, e atentando para a falta de sintonia entre discurso normativo e prática política tão comum entre nós, se isto teve alguma implicação do ponto de vista prático.

No plano das intenções, parece que, naquele momento, em alguns escalões do governo, a idéia de se colocar em prática uma sistemática de proteção da Serra do Mar, continuava em movimento,

Nesse sentido realizou-se um entendimento dentre as Secretarias da Agricultura e do Planejamento. Ambos os organismos procederam ao levantamento da área a ser desapropriada. Foi desenvolvido um projeto inicial, que pretendia a implantação do parque em quatro fases, estando o levantamento das duas primeiras, Projetos Marumbi I e II, numa área de 76.547 ha, já concluído. Paralelamente encetou-se um esforço de fiscalização dos desmatamentos ilegais por parte do Instituto de Terras e Cartografia – ITC.

Ao que se depreende da matéria, *Parque Marumbi, uma realidade*, publicada pela Gazeta do Povo em 15 de fevereiro de 1978, os trabalhos atendiam à decisão superior, pois os mesmos, em seguida, deveriam ser submetidos à apreciação do governador Jaime Canet Júnior.

Os designados projetos Marumbi I e II, para os quais o ITC desenvolveu (CUNHA, 1978) uma cartografia específica, com identificação das propriedades, levantamento de padrões de ocupação e da situação dominial, projetos de fiscalização e administração, deram origem, mais tarde, aos decretos estaduais 5.590 e 5.591 que possibilitariam implantar nessas áreas, o Parque Estadual do Marumbi.

Enfatizando o aspecto político da medida, deve ser lembrado que estes decretos foram lançados num momento de especial atenção da mídia nacional sobre Curitiba e sobre a questão ambiental. Na capital paranaense se realizava o I Simpósio Nacional de Ecologia, que contava com a presença de uma das mais notáveis figuras do ambientalismo na época, o oceanógrafo Jacques-Yves Cousteau (CASTOR, 2006).

Note-se que não se tratava de uma iniciativa de pouca relevância. Para dar à criação do Parque a devida repercussão, foi o próprio Governador do Estado que a

anunciou na abertura do evento, dizendo tratar-se de um ato que pretendia proteger as cabeceiras dos rios que deságuam nas baías de Paranaguá e Antonina e daqueles que compõem os mananciais de Curitiba, significando também “a disposição dos paranaenses de defender as outras reservas florestais do Estado e ampliá-las em futuro próximo” (DIÁRIO DO PARANÁ, 27 de setembro de 1978, p. 4).

Apesar do discurso, o que se via na prática é a ausência de recursos. Quando se aproximava o fim do ano, o então diretor do ITC, Victor Kaniak, veio a público para chamar a atenção para a dependência da liberação de recursos necessários para as desapropriações. Afirmava que até o fim do governo somente seria liberada uma parcela dos mesmos e demonstrava incerteza com relação às prioridades de implantação, uma vez que o governo estaria em transição (CORREIO DE NOTÍCIAS, 24 de novembro de 1978).

Interessante assinalar, nesta mesma reportagem, que ao falar da implantação do Parque o dirigente do ITC expressava as linhas básicas do discurso que levou à sua criação. Enfatizava a necessidade de proteção para garantir os mananciais da região de Curitiba e evitar o assoreamento de Paranaguá, proteger os remanescentes da mata atlântica e da floresta pluvial subtropical, manter determinadas áreas como intangíveis, mas garantindo o acesso ao conjunto do Marumbi para escaladores e turistas.

Não se pode negar, no entanto, que, pelo menos no plano do discurso para o grande público, o governo de então tinha uma opção que sugeria a prioridade da criação do Parque, dentro de uma perspectiva ambientalista e consentânea com as manifestações correntes sobre o tema. Veja-se, por exemplo, o texto que fez publicar na Gazeta do Povo em 19 de novembro daquele ano comemorando sua medida (*Apud* BIGARELLA, 1986, p. 24 e 25):

Breve aqui uma fábrica de esperanças.

O Parque Marumbi está criado.

E com ele renascem as esperanças de milhares de pessoas que, em diferentes lugares do mundo, ergueram sua voz em defesa da natureza.

Uma vitória de todos que o Paraná tem o privilégio de promover.

E que você tem o dever de conservar para sempre.

Além do ufanismo localista, bastante usual nos textos propagandísticos da administração pública no Paraná, este, sendo um pronunciamento governamental, chama a atenção pela associação entre o equacionamento da questão ambiental e a possibilidade de um futuro melhor e também pela noção de que o meio ambiente é um patrimônio comum.

Pode-se cogitar de sua intenção, pois sugere, também, uma tentativa de comprometer, tornando pública e coletiva a iniciativa de criar e manter o parque, o próximo governo com a concretização da idéia. O fato é que a decisão de criá-lo se deu quase ao fim do governo e com a mudança de governador. Assumiria no ano seguinte Ney Braga no seu segundo mandato nesta função – as prioridades e interesses poderiam se alterar substancialmente, com reflexos sobre a decisão de criar o Parque Marumbi.

No correr dos primeiros anos deste novo governo, não se verificou muita movimentação a respeito do tema. As manifestações eram esparsas, sendo a única de maior expressão de iniciativa de um ator que anteriormente não se pronunciara sobre o tema: o Pró-Géa – Órgão dos Amigos da Natureza (ESTADO DO PARANÁ, 17 de outubro de 1979).

Nessa manifestação, o que havia de novo era a volta da proposta de criação de um Parque Nacional do Marumbi, discutindo duas possibilidades: a primeira era a de um parque envolvendo a Serra do Mar nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A segunda, a de uma composição de Parques em áreas mais críticas e Florestas Nacionais. O conjunto de argumentos em prol do Parque eram os mesmos usados nas iniciativas anteriores e já comentados.

Mas o que chama a atenção nessa manifestação é o uso de novas expressões. A defesa da necessidade de proteção é fortemente marcada pela idéia da “garantia da manutenção geobiológica” das cidades do entorno – tanto do litoral, quanto do planalto – a qual dependeria fundamentalmente da “integridade geomorfológica” da Serra do Mar.

As inquietações a respeito da possibilidade de não execução das desapropriações decretadas começou a surgir passado o primeiro ano do novo governo. Nas comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente de 1980, as declarações do Diretor Presidente do Instituto de Terras e Cartografia - ITC, Joaquim

Severino, e as do Secretario da Agricultura – à qual o ITC era vinculado – Reinhold Stephanes, apontavam para dificuldades de recursos, o que parece sugerir uma mudança de prioridades (DIÁRIO DO PARANÁ, 5 de junho de 1980).

Nesta matéria, Severino informava que o perímetro de do Projeto Marumbi I, de 70.000 ha – seria reduzido para 66.733 ha²²⁹ – e que no mesmo haveria 40 % de terras devolutas e um total de 341 ocupantes, a serem desapropriados – excluídos 96 com propriedades nas quais se desenvolviam atividades agrícolas. A iniciativa envolveria uma quantidade apreciável de recursos que extrapolariam o orçamento original em mais de 160%. Stephanes comentava que estes seriam de magnitude correspondente ao total do orçamento da Secretaria da Agricultura.

Também na concepção da sistemática de proteção parece que se alteravam os pontos de vista. Da noção de um parque com suas finalidades tradicionais, o Estado parecia caminhar para uma idéia mais flexível. O diretor do ITC, ao apresentar um projeto de viabilização do mesmo, afirmava ser o principal desafio: “mostrar que um parque não é para ser algo intocável”, mas que pode ser “aproveitado, conscientemente, ao máximo pela população” (DIÁRIO DO PARANÁ, 5 de junho de 1980).

Embora a noção de aproveitamento, sugere a matéria, se dirigisse ao uso turístico, a alteração no discurso, somada a não inclusão de áreas dedicadas à agricultura no perímetro protegido e, principalmente, a total ausência de referência à argumentação sobre as funções ambientais que sustentaram a tentativa de constituição do Parque, e a atitude reticente a respeito da viabilização dos recursos, apontam para a conclusão de que houve mudança de prioridades e de modo de tratar a questão.

O cenário parece não ter se alterado no correr de 1981. O Diretor de Recursos Naturais Renováveis do ITC, Felipe Diapp, se queixava da falta de recursos para as desapropriações – que a essa altura já eram estimadas em duas vezes o valor previsto no ano anterior, haviam passado de 800 milhões de cruzeiros para 1,5 a 2,0 bilhões – e indicava expressamente que, face à escassez de recursos, haviam outras prioridades (ESTADO DO PARANÁ, 30 de setembro de 1981).

²²⁹ Esta revisão das dimensões do Parque do Marumbi I foi objeto do decreto governamental 4484 de 30 de novembro de 1981 (PARANÁ, 1990-B, p. 397).

Mais ao fim deste mesmo ano pronunciou-se sobre o tema o Diretor Presidente do ITC, Joaquim Severino. Ele afirmou que, caso não se disponibilizasse uma verba suplementar para que se desse início ao processo de desapropriação, passaria a conceder aos requerentes o direito de desmatar a área, pois não haveria nenhuma dotação orçamentária prevista para tanto no ano subsequente (ESTADO DO PARANÁ, 16 de dezembro de 1981).

A declaração, quase de desistência, que demonstra certo desvinculamento com relação ao tema, parece ter também explicações de ordem econômica e política, caso se atente para a inserção do ITC na Secretaria da Agricultura. A notícia referida também veiculava a informação de que o maior dos proprietários a serem desapropriados, Mário Stadler de Souza, presidente da Federação da Agricultura do Paraná, juntamente com outro, a empresa Móveis Ronconi – Ambrosiana, havia ingressado na justiça com ações de desapropriação contra o Estado.

Aparentemente a implantação do Parque entrou em conflito com interesses poderosos. Estando a cargo de um organismo vinculado à Secretaria da Agricultura, cujas relações com a Federação da Agricultura do Paraná eram necessariamente abrangentes e diversificadas, pode ter passado a significar para seus dirigentes um óbice. Mais uma vez as relações de caráter pessoal podem ter se interposto entre a norma – idealizada como o bem comum – e sua aplicação – que se dá no atendimento de interesses bastante específicos.

Esse recuo nas intenções governamentais foi registrado pelos ambientalistas. Nesse momento se manifestou um novo ator, o advogado Horácio Cabral, presidente da Associação de Preservação da Flora e da Fauna - APREFFA. Repetindo a argumentação básica já mencionada, chamava a atenção para a falta de verbas e a possibilidade de não implantação do Parque e apontava para uma drástica redução nas suas dimensões, pois dos 70.000 ha a que tinham sido reduzidos a proposta original, seriam implantados apenas 3.267 ha (GAZETA DO POVO, 21 de dezembro de 1981).

No ano de 1982, quando se cumpriam quatro anos da publicação dos decretos de desapropriação cuja validade, deve ser lembrado, é no âmbito do nível institucional que o gerou, de cinco anos, verificou-se um tênue movimento do Estado. O governador Ney Braga, ao abrir um Simpósio Estadual de Meio Ambiente,

anunciou a liberação de 50 milhões de cruzeiros, suficientes para desapropriar cerca de 2.400 ha, aproximadamente 3% da área originalmente pretendida (GAZETA DO POVO, 25 de abril de 1982).

Apesar da insignificância da quantia face aos objetivos originalmente esperados, mesmo assim passados dois meses, já quase no apagar das luzes daquela gestão, ainda não se haviam realizado as desapropriações e o processo de troca de terras com posseiros instalados no interior do parque por terras devolutas fora deste, mas na mesma região, seguia morosamente (GAZETA DO POVO, 14 de junho de 1982).

Findava o governo e o Parque do Marumbi ainda permanecia como uma intenção, mas não se restringiram apenas ao parque do Marumbi as iniciativas da gestão Ney Braga no que concerne à proteção da Serra do Mar. Foram identificadas pelo menos duas outras, uma de caráter legal e outra de caráter cultural.

A primeira delas foi a instituição da Área Especial de Interesse Turístico do Litoral, por meio da Lei Estadual 7389 de 12 de novembro de 1980, que declarava áreas e localidades dos municípios do litoral como de interesse turístico, nos termos da legislação federal pertinente, incluindo, com aplicabilidade ao caso da Serra do Mar: as paisagens notáveis, as reservas e estações ecológicas, as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais, os locais de interesse histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico, bem como os locais de ocorrência de manifestações culturais ou etnológicas (PARANÁ, 1990-B, p. 395, 396).

A legislação, regulamentada por via do Decreto 5732 de 3 de dezembro de 1982, permitia com alguma flexibilidade a fixação de parâmetros de uso e ocupação do solo para os balneários e para toda a região litorânea, o que veio a acontecer passados mais de seis anos.

A outra iniciativa, que é importante porque significou a primeira manifestação da Secretaria da Cultura a respeito da necessidade de proteção da Serra, foi a publicação do livro de fotografias de Helmuth Wagner (1981), *Serra do Mar no Estado do Paraná*.

No livro, a par das fotografias, há um texto introdutório de autoria do então Secretário da Cultura e do Esporte, Luiz Roberto Soares (WAGNER, 1981, p. 5) em

que aparecia, de uma forma um tanto díspar em relação aos anteriores, um novo discurso a respeito da Serra.

Nele se encontrava uma tentativa de vincular as imagens à noção do paraíso terrestre aventada por Sérgio Buarque de Hollanda quando discutia os motivos edênicos da descoberta do Brasil, atribuindo a elas a possibilidade de revelar uma realidade para lá do real.

Também vinculava o tema da ecologia à uma postura de defesa da natureza e dos monumentos naturais – é o que se infere da temática abordada pelo livro – que se associaria à noção de paixão, enquanto elemento que permitiria o triunfo das idéias.

Por fim, conferia à ação do Estado ao publicar o livro uma conotação de convocatória em prol da proteção da serra, dizendo que com esse ato o governo manifestava “sua posição preservacionista” e que convocava a todos para “a defesa do patrimônio natural, especialmente da Serra do Mar”. Assinalava também que o ato traduzia a “esperança de que o homem entendeu que seu destino será o mesmo que der à natureza”.

O balanço da gestão Ney Braga no que concerne à proteção da Serra do Mar parece confirmar a tendência geral já muitas vezes comentada de esmerar-se na construção de um discurso em consonância com as principais tendências do momento; procurar concretizá-lo pela criação de normas, e tardar em cumpri-las - principalmente quando para isso há que se defrontar o poder econômico e as tradicionais relações de clientelismo.

O ano de 1983 iniciou-se com um quadro político completamente distinto dos anteriores. Havia um governador eleito, depois de três períodos sucessivos de governos nomeados. Estavam sendo dados os primeiros passos para a retomada da democracia no país. Havia, no âmbito da administração pública estadual, um forte movimento de mudança. As palavras de ordem eram democracia, participação popular e transparência das decisões públicas.

Estavam se iniciando os últimos dez meses de vigência dos decretos de desapropriação para implantação das fases I e II do Projeto Marumbi sem que houvesse os recursos necessários para a sua efetivação. Os recursos disponíveis

no orçamento daquele ano estavam em torno de 10% dos valores estimados para a totalidade das áreas a serem adquiridas²³⁰.

A outra alternativa para implementar o Projeto era a renovação dos decretos de utilidade pública. Ganhavam-se, com isto, mais cinco anos para se efetivar as desapropriações e mantinham-se suspensas as atividades na área. Só que, desta feita, mediante decretos da União Federal, o nível administrativo que teria a competência para fazê-lo. A iniciativa, por preceito legal, não poderia ser tomada, novamente com o mesmo objetivo e sobre o mesmo objeto, pelo Estado.

A possibilidade, contudo, encontrava-se vedada pelo panorama político. O governador do Paraná, José Richa, eleito pelo voto direto, era uma das grandes lideranças da oposição ao governo militar, na época presidido por João Baptista Figueiredo, como bem lembra Belmiro Castor (2006), então Secretário de Estado do Planejamento.

Nessa situação, desencadeou-se uma campanha sistemática - de iniciativa principalmente de João José Bigarella²³¹ e contando com o apoio da Gazeta do Povo que dava plena cobertura aos seus artigos de cunho ambientalista (BIGARELLA, 2006) – que denunciavam a inoperância dos governos e a possibilidade de que os decretos se tornassem caducos antes que o parque viesse a ser efetivado.

No seu alerta a respeito da caducidade dos diplomas legais que davam sustentação ao parque foram publicados nove artigos, caracterizando-o, de longe como o ator que mais enfaticamente se manifestou na situação. Os títulos traduzem as circunstâncias do momento: *A fragilidade da Serra do Mar e a BR 277* (6 de agosto de 1983); *Últimos dias do Parque Marumbi* (29 de agosto de 1983); *Serra do Mar, Segurança Ambiental e o Código Florestal Brasileiro I* (5 de setembro de 1983), *II* (9 de setembro de 1983), *III* (11 de setembro de 1983) e *Final* (19 de setembro de 1983); *Canet, Ney, Richa... e o Parque Marumbi* (22 de setembro de 1983); *E... o Parque Marumbi Caducou* (2 de outubro de 1983) *Parque Marumbi – como não ser radical?* (8 de outubro de 1983), todos publicados na Gazeta do Povo.

²³⁰ Bigarella (1986, p. 17) afirma que em 1983 estavam previstos 150 milhões de cruzeiros no orçamento do estado para as desapropriações, estas, nas estimativas do presidente do ITC em 1982 requereriam de 1,5 a 2,0 bilhões de cruzeiros, nesse caso, também, sempre é bom lembrar que a disponibilidade orçamentária não significa a disponibilidade efetiva, como a prática posterior da administração estadual veio a demonstrar.

²³¹ Nesta época Bigarella se apresentava como vinculado, também, a um novo ator coletivo, qual seja a Associação Brasileira de Prevenção à Poluição do Ar e Defesa do Meio Ambiente – ABPPOLAR-PR.

Uma análise dos artigos permite perceber certas nuances do discurso em prol da proteção da Serra do Mar que, anteriormente, não eram tão evidentes, bem como a percepção que tinha seu autor – bem como aqueles pelos quais falava – da peculiar dinâmica que se estabeleceu, na sociedade brasileira, entre a formulação de normas ambientais e o seu efetivo cumprimento.

Basicamente o conjunto dos problemas ambientais que apontava, são os mesmos já mencionados: uma degradação ambiental generalizada no Estado decorrente da supressão indiscriminada da cobertura vegetal original; a desestabilização de determinados trechos da BR-277 em decorrência do desmatamento da Serra; a possibilidade de assoreamento das baías de Paranaguá e Antonina num prazo de dez anos caso se desmatasse a Serra num curto período de tempo; e, por fim, o comprometimento dos mananciais de abastecimento da região metropolitana de Curitiba.

Todavia a forma de denunciá-los modificava-se. Não se falava mais na necessidade de mobilização do governo, antes tratado como um possível aliado, para se opor aos interesses genéricos da devastação. Ambos os lados, tanto o governo como os agentes da destruição da Serra passaram a ganhar contornos mais claros e atributos bem mais definidos.

O primeiro, genericamente sem alusão se ao federal ou estadual, era acusado, quanto à sua postura, minimamente de omissor e de insensível aos problemas ecológicos e incapaz de gerir os problemas ambientais (6 de agosto de 1983). Ou, mais enfaticamente, de mercantilista, imediatista, antipatriótico, muitas vezes corrupto e irresponsável, despido de espírito público e incapaz de responder ao sentimento do paranismo (29 de agosto de 1983).

Quanto às políticas públicas na área ambiental, elas eram apontadas como voltadas ao atendimento dos “interesses de grupos imediatistas e especuladores” (BIGARELLA, 1986, p. 16), o que resultava numa atuação inerte quando se tratava de fazer cumprir as exigências da legislação florestal, pois permitira a quase liquidação de parques e áreas de preservação permanente em todo o território estadual (29 de agosto de 1983), havendo por parte do governo, no caso específico da Serra do Mar, desinteresse no porto e no seu destino (BIGARELLA, 1986, p. 11),

Também havia uma percepção da limitação, conferida pela forma de operacionalizar a legislação ambiental, do âmbito de ação do governo estadual, pois lhe faltava autonomia no que “concerne à proteção de seus recursos naturais” (29 de agosto de 1983).

Nestas circunstâncias o governo federal concederia autorizações de desmatamento “em áreas de segurança ambiental e mesmo nacional, diretamente de Brasília, favorecendo interesses políticos escusos de grupos econômicos de outros estados” (29 de agosto de 1983).

Quanto aos agentes da destruição ambiental e os interessados na não instalação do parque, estes ainda eram apontados genericamente, mas de forma muito mais precisa. São identificados com grupos econômicos de outros Estados com imbricações em Brasília e com poder para obter lá suas licenças de desmatamento (29 de agosto de 1983); políticos regionais despidos de espírito cívico (22 de agosto de 1983); bem como especuladores e membros do poder legislativo (6 de agosto de 1983).

Quanto ao processo de instalação do parque aparecia uma denúncia também bastante interessante. Bigarella, alertava o novo governo e assinalava que as ações movidas contra o Estado por lucros cessantes em função da vigência dos decretos de desapropriação, na área do Parque Marumbi, eram de fato negociatas. Pressupunham compensações muito superiores aos valores das desapropriações, caracterizando-se como uma “trama sórdida que beneficiará imoralmente alguns em detrimento do Estado” que ao fim se veria obrigado a pagá-las sem obter o domínio da terra (22 de agosto de 1983).

Estão postos, na análise de Bigarella, ao findar esta etapa da luta pela implantação de uma sistemática mais ampla de proteção à Serra do Mar, todos os elementos típicos do sistema identificado por Roberto Damatta (1993): o Estado de discurso modernizante e impessoal com uma prática autoritária e clientelística.

Antes de dar por concluída as considerações a respeito do discurso formulado por Bigarella sobre a necessidade de implantação do Parque Marumbi como principal mecanismo de proteção da Serra do Mar no Paraná, cumpre chamar a atenção para duas peculiaridades do mesmo.

A primeira delas diz respeito à leitura que Bigarella fazia da atuação da autoridade florestal, um dos principais agentes da devastação ambiental, que concedia autorizações de desmatamento ao arrepio da lei ou que, pelo menos, não aplicava a lei dentro da maior amplitude de possibilidades do ponto de vista ambiental, sendo um órgão profundamente comprometido com os madeireiros.

Seu raciocínio sob este aspecto parece bastante interessante. Sinalizava para uma outra leitura do código florestal, e para possibilidades de uma decisão de política que não foi praticada à época, talvez, justamente pela aludida falta de autonomia do Estado do Paraná no concernente à aplicação da legislação ambiental.

Para Bigarella (1986, p. 13 e 14), as licenças de desmatamento concedidas pelo IBDF na Serra do Mar foram dadas a partir de uma leitura intencionalmente distorcida e unívoca do Código Florestal – que foi feito para atender a dois objetivos: o de propiciar a exploração e o de proteger as florestas. Tal leitura estava centrada unicamente na disposição que estabelecia a possibilidade de extração de toras em regime de manejo sustentado em áreas de pendentes entre 25 ° e 45 °.

Isto se daria sem levar em conta outros aspectos do código que relacionavam as florestas de preservação permanente à necessidades do controle da erosão, à proteção de ferrovias e rodovias, à proteção de sítios de excepcional beleza e valor científico ou histórico, ao abrigo de exemplares ameaçados da flora e da fauna e à defesa do território nacional.

A segunda dizia respeito a sua inserção enquanto ator que podia, naquele momento, ser visto como um intelectual orgânico vinculado ao sistema dominante em âmbito nacional. Seu discurso faz menções à “segurança nacional”, às “ideologias surgidas da luta de classes”, à “subversão” como um “inimigo interno” (1986, p. 13 e 18), que sugerem um forte alinhamento com o regime militar ainda vigente.

Uma leitura destas assertivas permitiria situar melhor a ADEA neste seu primeiro período de atuação, pois esta, quer pelo discurso de seu dirigente, quer pela composição de seus associados e especialmente de seu Conselho Consultivo, seria entendida, como uma associação de intelectuais orgânicos ligados ao regime militar.

Todavia tal ponto de vista esbarra na constatação da importância no alinhamento de suas ações de alguns atores individuais a ela vinculados, especialmente Roberto Lange, cuja trajetória individual fora, desde muito jovem, de sistemática resistência ao regime militar.

Para resolver esta aparente incoerência, Henrique Schmidlin (2006) aponta uma forte convergência entre o movimento ambientalista em seus primeiros passos, nos anos 70, e os movimentos de esquerda, especialmente dos egressos dos movimentos estudantis.

Nestas circunstâncias, aponta que a ADEA teria sido produto de uma estratégia bem sucedida em que, se tendo no plano mais visível pessoas de muito renome e aceitáveis para o regime, especialmente a autoridade e credibilidade de Bigarella, se criou um espaço de manobra para conduzir a luta pela Serra do Mar – que como aponta Urban (2006) era um dos temas integradores permitidos naquele momento – cujo principal estrategista era Roberto Lange.

É uma explicação a ser estudada, porém o fato é que a ação de atores coletivos foi marcada pela diversidade de interesses, trajetórias pessoais e formas de atuação: ao tempo em que Bigarella protestava, fazendo uso da grande e tradicional imprensa local, Roberto Lange atuava no campo da mobilização de opiniões e dos atores sociais. Na época, Lange trabalhava no Instituto de Terras e Cartografia – ITC, como coordenador do Projeto Marumbi, e tomava as providências para organizar do Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi.

O congresso, cuja abertura se deu quase nas vésperas do prazo de caducidade dos decretos de desapropriação, teria como objetivo pressionar o governo. Ao estilo de Lange, mais afeito ao momento político da democratização em que participavam bases mais amplas e diversificadas, se falava então não apenas em nome da ADEA e da ABPPOLAR-PR, mas também do Clube de Montanhismo, do Clube de Observadores de Aves, da Associação Curitibana de Canoagem, do Clube de Vôo Livre do Marumbi, do Movimento Sete Quedas Viverá, da APREFFA, do Grupo Muriqui e do Grupo Tortuga (GAZETA DO POVO, 27 de setembro de 1983).

Pelo tom das notícias, e fala de seu principal articulador, não se tratava mais de conseguir a implantação do parque. O que se pretendia era encontrar uma

medida que conduzisse à proteção a Serra. Assim sugere a matéria acima mencionada, na qual Lange observava que dependeria da vontade política do governo iniciar as desapropriações, mas que na hipótese – que ao tempo seria óbvia – de não haver recursos financeiros, a única saída seria “disciplinar o uso da área”.

Belmiro Castor (2006) relata a sua participação nesse Congresso – aliás, também mencionada na dita matéria – e afirma que foi nesse momento, quando se tratava de definir uma postura do governo face às reivindicações de implantação do parque e se discutia, na total impossibilidade de equacionar os recursos, as alternativas de uso regulamentado para a área, que foi posta em pauta a alternativa do tombamento.

Como decorrência deste impasse, as soluções legais para a proteção da Serra do Mar apresentavam duas possibilidades: a do tombamento e a da instituição, aos moldes do que fora feito para toda região litorânea, mas com as especificidades requeridas pelas suas características, de uma área especial de interesse turístico.

Esta segunda alternativa foi a que, num primeiro momento, prevaleceu. Embora parecesse estranho ao órgão florestal, esta solução, muito influenciada pela experiência da Secretaria do Planejamento na nova regulamentação da AEIT do Litoral²³², foi levada ao ITCF e deu origem à mensagem governamental que resultou na Lei Estadual 7919, de 22 de outubro de 1984, criando a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi – AEIT-Marumbi – com 66.733 ha, repetindo o perímetro de 1980 do Projeto Marumbi I – sendo esta regulamentada pelo Decreto 5308 de 18 de abril de 1985 (PARANÁ, 1990-B, p. 441 e 451).

Interessante observar que, a criação da AEIT- Marumbi foi apontada na imprensa por diversas vezes, por atores vinculados ao ITCF²³³ como se fosse o Parque do Marumbi, e isto não em uma ou outra matéria, mas com uma freqüência sistemática que chega a sugerir uma intenção²³⁴.

²³² Que deu origem ao Decreto 2722 de 1984 e ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. O autor, um dos coordenadores da regulamentação da AEIT do Litoral e da criação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, participou pessoalmente do encaminhamento desta questão, tendo levado ao ITCF, por determinação da Secretaria do Planejamento, especialmente a Roberto Lange e Paulo Cezar Tosin, a possibilidade de se criar uma AEIT no Marumbi, tendo auxiliado na redação da minuta do que veio a ser a Lei 7919.

²³³ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, sucessor do antigo ITC a partir de junho de 1985 (RONCÁGLIO, 2002, p. 137).

²³⁴ Durante um bom tempo, se fez esta confusão – que, aliás, se verifica até o presente – apenas para exemplificar, referem-se à AEIT-Marumbi e não ao Parque Marumbi, as seguintes matérias: *Regulamentação do*

Não se sabe, contudo, se esta atitude traduzia uma estratégia de publicidade do governo dando conta de uma atitude positiva depois de não ter efetuado as desapropriações; de uma estratégia para confundir eventuais interessados em disputas legais, pois que os advogados ambientalistas acreditavam ser a figura do parque juridicamente mais forte; simplesmente de uma insatisfação do órgão florestal que não conseguia se identificar com a função; ou, por fim, apenas o desejo daqueles indivíduos de ver concretizado um projeto com o qual, em alguns casos, estavam envolvidos há quase dez anos.

5.2 Tombando a Serra do Mar

A outra alternativa de uso regulamentado que se apresentou foi o tombamento, e teve um desenrolar temporalmente mais amplo. Implicava no envolvimento de novos atores e, também, em uma mudança substancial na forma de perceber a Serra do Mar que se manifestava apenas parcialmente nas iniciativas anteriores.

O equacionamento da questão não se deu logo nas primeiras discussões. As propostas pareciam carecer de objetividade – pelo menos da objetividade que significa a aquisição pelo poder público de terras para fins exclusivos de conservação – e os interessados na proteção da Serra do Mar não ficaram satisfeitos.

As alternativas discutidas no Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi não foram bem aceitas, não tendo o Estado se posicionado de forma clara e convincente. Assim comentou Bigarella, depois de reiterar crer nas boas intenções da SEPL, do ITC e da SUREHMA (8 de outubro de 1983): “Esperávamos encontrar [...] pronunciamentos concretos a respeito da defesa da floresta da Serra do Mar, e não sugestões [...] sem qualquer fundamento científico a propósito do uso controlado do terreno”.

Parque Marumbi já tem lei aprovada (GAZETA DO POVO, 29 de outubro de 1984), *Governo regulamenta uso do Parque Marumbi* (ESTADO DO PARANÁ, 26 de abril de 1985), *Marumbi: decreto atende ecologistas* (GAZETA DO POVO, 27 de abril de 1985), *Decreto define uso do solo no Parque Marumbi* (FOLHA DE LONDRINA, 26 de abril de 1985), *Plano restringe uso do Marumbi* (GAZETA DO POVO, 13 de setembro de 2007), *Parque Marumbi foi dividido para permitir preservação* (JORNAL DO ESTADO, 13 de setembro de 1987).

Realmente a idéia da regulamentação de uso era, na época, um tanto inusitada, não por sua inexistência legal já que a lei do tombamento existia há quase cinco décadas, sendo há muito tempo aplicada a conjuntos urbanos. O Código Florestal também permitia expressamente essa possibilidade, que não era utilizada pela autoridade correspondente por ausência de interesse e tradição. O inusitado era a sua aplicação para o tema específico.

Ressalte-se, contudo, que já existia naquele momento e estava em fase inicial de aplicação, a legislação que permitia a instituição de Áreas de Proteção Ambiental - APA, áreas de uso e ocupação regulamentados para atender a requisitos de caráter ambiental, tendo sido instituída em 1982, a APA de Guaraqueçaba, abrangendo uma parcela substancial da Serra.

O certo é que na origem dos aparatos – mesmo que ineficientes e, no Brasil, muito recentes naquele tempo – de conservação da natureza estavam os Parques Nacionais e, para a maioria dos que se interessavam pela proteção da Serra, a idéia de um parque era um sonho acalentado há décadas.

O professor Bigarella, que nesse período ainda era a figura mais proeminente na batalha pela proteção da Serra, novamente – e também com a cobertura de mídia da Gazeta do Povo – retomou as denúncias e às críticas. Desta feita seu discurso se tornou mais específico, as baterias estavam dirigidas para a autoridade florestal da União, o IBDF.

O órgão, por vezes designado jocosamente de Instituto Brasileiro da Devastação Florestal, era acusado de tomar como ponto de partida, na sua política florestal para o Paraná, uma visão deliberadamente equivocada. Para justificar suas autorizações de corte, afirmava que o Estado possuía uma cobertura florestal superior a 18%, colocando neste valor capoeiras, matas em recuperação e matas primitivas, que são sistemas do ponto de vista ecológico bastante distintos (22 de novembro de 1983).

Embora fizesse ressalvas aplicáveis a indivíduos isolados, apontava também a existência, no IBDF, de uma postura deliberadamente comprometida com o extrativismo madeireiro, e a grande resistência aos interesses da preservação, que o caracterizavam como um dos principais oponentes à proteção da Serra do Mar.

Nesse sentido transcrevia parte de um parecer deste Instituto a respeito do tema que, pelo primarismo com que expressava seu ponto de vista, refletia bem o contexto político ideológico e institucional no qual se desenvolvia a luta pela proteção da Serra. Nele se afirmava: “esta história de preservar as encostas da Serra do Mar é utopia” coisa de “ecologista”, pois o “negócio é derrubar árvores e replantar sempre” (8 de fevereiro de 1984).

O IBDF era dito corrupto e organicamente comprometido com os madeireiros, a ponto de autorizar desmates em áreas de mananciais, especialmente em Antonina e em Guaratuba, e em áreas nas quais esta atividade estaria vedada pelo próprio Código Florestal (26 de fevereiro de 1984), (11 de maio de 1984).

O tom do discurso de Bigarella nesse período mudou substancialmente, principalmente no que se refere ao modo que se colocava face aos sistemas de poder. Parecia querer marcar posições e, implicitamente, se reposicionar.

De um lado estaria o IBDF, um órgão irremediavelmente comprometido com os madeireiros e sem nenhum interesse na proteção da Serra, atrelado a um governo eleito indiretamente, o federal; de outro o Estado do Paraná, com seu governador eleito diretamente, comprometido com a democracia mas, por um dispositivo autoritário e centralista que deixava as autorizações para desmate ao encargo da União, incapaz de poder estabelecer uma política ambiental que atendesse aos seus interesses (15 de março de 1984).

Neste período, do ponto de vista da motivação técnico-científica para a proteção da Serra, os aspectos básicos do discurso seguiam sendo os mesmos. De um lado estariam a erosão e desestabilização de encostas e o conseqüente comprometimento do Porto de Paranaguá e dos sistemas de transporte a ele associados, especialmente a BR 277. De outro, a possibilidade de comprometimento dos mananciais de abastecimento de água de Curitiba e do litoral.

Pouco se vê na sua argumentação de uma visão ambientalista que traduzisse um conservacionismo mais estrito, ou que incorporasse temas já àquela época mais contemporâneos como o da proteção dos bancos genéticos – como era referida a questão da biodiversidade. Também chama a atenção o fato de que, na sua argumentação, a Serra poderia ser considerada um vazio demográfico e cultural,

sendo quase inexistentes alusões às populações que lá viviam ou ao importante patrimônio cultural a ela associado.

Vê-se também, neste momento, uma mudança de estratégia. Sua luta, além das denúncias pela imprensa – um padrão de atuação que já lhe era característico na etapa anterior – incluiu a obtenção de apoio de entidades técnico-científicas fora do cenário local, numa tentativa de ampliar a credibilidade científica da iniciativa que propunha.

Bigarella passou a encaminhar à organismos estaduais e federais manifestações de entidades técnico-científicas. Encontram-se, na imprensa, menções ao Departamento de Geografia da *Ruhr Univesitaet Bochum* (8 de fevereiro de 1984), ao Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo (GAZETA DO POVO, 26 de fevereiro de 1984), ao Departamento de Geologia da Universidade da Califórnia (15 de março de 1984).

Percebe-se a vinculação destas ao campo de atuação científica de Bigarella – todos os manifestantes são da área das geociências – o que, provavelmente, os levou a expressar suas preocupações com o tema a partir de pontos de vista semelhantes - isto é, com a questão da erosão advinda do desmatamento das encostas da Serra.

A série de manifestações de Bigarella, que estão mais sistematizadas nos artigos assinados publicados na Gazeta do Povo, mas também aparecem em entrevistas neste e em outros jornais locais, não deixam perceber seu convencimento a respeito da nova linha de trabalho proposta pelo Estado, qual seja a do equacionamento do problema por meio de regulamentação do uso e ocupação do solo.

Ao contrário. Parece reticente e pouco convicto a respeito da possibilidade de que esses mecanismos sejam efetivos. Na sua última manifestação pública sobre o tema, quando a possibilidade do tombamento da Serra já estava em marcha no âmbito do Estado, foi de descrédito. Disse o professor, após cobrar veementemente uma atitude do Estado com relação às autorizações de desmate na Serra:

A ADEA exige uma explicação. Com tristeza vê o interesse de certos políticos em se tornarem latifundiários anônimos na Serra. Com certo descrédito ouve falar em "tombamento" da Serra do Mar. Parece até que se quer é literalmente, "tombar" a importante montanha da fachada atlântica do Paraná dentro da Baía de Paranaguá para acabar com o porto de uma vez (16 de outubro de 1985).

Apesar do pouco convencimento manifestado por Bigarella sobre as possibilidades do tombamento, a hipótese de se buscar uma solução no campo das alternativas de regulamentação de uso já tinha se firmado como a única hipótese viável no contexto desde o Congresso Pró-Implantação do Parque Marumbi.

Roberto Lange foi um dos que percebeu as possibilidades desta alternativa. Já estava envolvido com o Parque na época, não apenas através de sua participação na ADEA, sempre importante e sempre voltada a perceber as oportunidades políticas para agir, mas também como servidor público lotado no ITCF e com as funções de coordenar a implantação do Parque e depois AEIT do Marumbi.

A situação ressalta uma peculiar forma de atuar: a de se posicionar concomitantemente no movimento ambientalista e como servidor público, tornando-o um ator com grande possibilidade de influenciar decisões em ambos os planos.

Tal padrão parece ter sido característico daqueles primórdios da redemocratização, em que havia uma certa abertura do Estado para experiências de participação mais ampla de setores da sociedade nos seus processos decisórios, o que veio a envolver, inclusive, funcionários públicos.

Esta forma mista de atuação de indivíduos e de articulação entre o movimento social e o setor público não se encontra, atualmente, tão disseminada. É de se considerar se isto se verificou como decorrência desta possibilidade advinda do momento político em que se vivia, ou de estratégia eventual do movimento ambientalista²³⁵. O certo é que o modo de agir lhe conferia grande maleabilidade, um manejo privilegiado de informações e maior possibilidade de consecução de objetivos.

Foi posta em marcha a criação da AEIT-Marumbi e, posteriormente, a sua regulamentação de uso, no início de 1985. Em decorrência de exigência desta última

²³⁵ É de se perguntar se essa era uma característica importante do movimento ambientalista da época, ou talvez típica de um padrão de ação da ADEA. Desta associação participaram alguns atores, além de Roberto Lange, que agiam dentro deste padrão, e que atuaram no tombamento da Serra do Mar, a começar por um de seus fundadores Belmiro Castor, que quando ativo na Associação era também Secretário de Estado do Planejamento (CASTOR, 2006), mas também Paulo César Tosin, que sucedeu Lange na coordenação pelo ITCF da implantação da AEIT do Marumbi e, por fim, o autor que, quando Chefe da Coordenadoria de Estudos Territoriais da Secretaria do Planejamento, representou a ADEA em dois importantes conselhos da administração estadual: o CEPHA e o Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, de cuja concepção e instrumentação legal participou como servidor público.

houve a elaboração de seu plano de manejo. Com isso estava consolidada, no âmbito da administração pública e de parcela do movimento ambientalista, dada a dupla característica de seus participantes, a idéia de que a estratégia possível para equacionamento do problema poderia ser uma adequada regulamentação de usos.

É de se lembrar, por outro lado que, naquele momento, sobre a área que, posteriormente, veio a ser abrangida pelo tombamento da Serra do Mar, já incidiam vários mecanismos de regulamentação de uso, a AEIT-Marumbi, a AEIT-Litoral e a APA de Guaraqueçaba, revelando um novo modo de agir das autoridades públicas.

O fato é que desde o início dos anos 80 a questão da proteção da Serra do Mar vinha assumindo uma escala mais ampla do que a meramente estadual. No Estado de São Paulo também se verificava uma movimentação, muito centrada sobre o geógrafo Azis Ab'Saber, no sentido de se desenvolver mecanismos de proteção da floresta da encosta atlântica, especialmente após os acidentes verificados em Cubatão na década anterior.

O movimento deu origem aos estudos no âmbito do CONDEPHAAT, para o tombamento da Serra do Mar em São Paulo, fato que veio a ocorrer em 6 de junho de 1985, quando foi firmada a resolução do tombamento da Serra do Mar naquele Estado.

A Serra do Mar havia se tornado uma causa de amplitude nacional. Dois dias antes da medida do tombamento, viu-se o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, referindo-se aos últimos remanescentes da floresta atlântica, à ameaça representada pela possibilidade de movimentos de massa em Cubatão-SP e pelas enchentes no vale do Itajaí em Santa Catarina, para justificar a criação de uma Comissão de Defesa da Serra do Mar (JORNAL DO ESTADO, 2 de junho de 1985).

Quer pela luta anterior, quer pelo ineditismo da medida e a extensão tombada – 1.208.809,83 ha – a questão da proteção da Serra adquiriu projeção nacional, o que, para o conjunto dos atores interessados na sua proteção no segmento paranaense, significou uma ampliação das oportunidades de ação.

Ao deixar de ser um tema local e passar a ter repercussão em âmbito nacional, ganhava em interesse político. Iniciava-se a luta pela redemocratização, e os governadores engajados nessa campanha, dentre os quais com muita expressão

José Richa e Franco Montoro, precisavam de projeção nacional²³⁶ em temas de impacto e grande interesse popular²³⁷.

Nesta mesma época, os Estados de São Paulo e Paraná experimentavam uma forma de cooperação conjunta na busca de ações de desenvolvimento auto-sustentado no complexo de estuário-lagunar Iguape, Cananéia e Paranaguá, existente na região limítrofe entre estas unidades federadas.

O mecanismo de integração contava com uma comissão coordenadora composta por representantes de secretarias dos dois Estados – Agricultura, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Planejamento²³⁸ entre outras – no qual se buscava o desenvolvimento de ações conjuntas. Havia profusa troca de informações entre técnicos de diversas agências setoriais, na grande maioria voltadas para a questão ambiental.

Também neste momento a gestão do patrimônio histórico e artístico do Paraná sofreu mudanças. Assumiu a coordenação da CPC o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, ao passo que a Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico passou a ser exercida por Jurandir Rios Garçoni.

Roberto Lange, que desde o início de 1984 era conselheiro do CEPHA, considerando-se representante da ADEA²³⁹ nesta função, teve sua situação funcional alterada. Foi transferido, em novembro do mesmo ano, para a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da SECE (PARANÁ, 1981-1986, p. 46 B, 47 A), sendo indicado, também, representante da SECE na Câmara de Assessoramento Técnico da AEIT-Marumbi (PARANÁ, 16 de junho de 1985).

Segundo Magnani (2006), procurou-se a partir de 1985 um realinhamento dos trabalhos com a questão patrimonial. A questão do patrimônio natural ficou sob a coordenação de Jurandir Garçoni, que trazia um novo discurso, no âmbito do organismo local de proteção ao patrimônio cultural e natural, indicador de uma postura até então inédita respeito de áreas naturais.

²³⁶ José Guilherme Magnani (2006) acredita que o ganho de mídia de expressão nacional foi um dos fatores que sensibilizou a decisão do governo no sentido de apoiar o tombamento da Serra do Mar.

²³⁷ Como bem aponta Tereza Urban (2006), referindo-se aos anos 1980 e início dos 1990, este foi “o único período na história deste país em que a questão ambiental esteve na agenda política; depois saiu e antes não estava”.

²³⁸ O autor representou a Secretaria do Planejamento neste comitê de coordenação.

²³⁹ Diferentemente do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, no qual a ADEA, inicialmente, representava as Associações Ambientalistas, o CEPHA é composto de profissionais da área nomeados pelo Governador do Estado, não havendo, oficialmente, representação de corporações ou movimentos sociais.

Estas idéias foram expressas em artigos que escreveu para o periódico *Divulgação* – boletim informativo de circulação interna no governo destinado a informar sobre políticas e projetos em andamento – em que defendia o tombamento.

Para ele o tombamento era uma forma de regulamentação da intervenção humana em áreas naturais “visando à manutenção do equilíbrio ecológico”, a prevenção de eventuais catástrofes, bem como, a “preservação integral de ecossistemas representativos e ameaçados”. Acentuava, porém, que devia resultar de uma “discussão ampla entre órgãos, entidades e representantes de vários setores sociais” onde a tônica seria o debate e a “unificação” de opiniões e ações (DIVULGAÇÃO, junho de 1985), (DIVULGAÇÃO, julho de 1985).

Tirante uma alusão ao equilíbrio, o discurso trazia como novidade as idéias de proteção a ecossistemas ameaçados, que não se fazia muito clara nos textos que justificavam as iniciativas anteriores e, principalmente, de forma consentânea com o discurso da administração Richa, a idéia de que a eventual intervenção normativa do Estado sobre a área deveria emergir de um processo de negociação amplo, que não estivesse restrito apenas ao circuito de especialistas.

Jurandir Garçoni de fato tomou à peito a questão do tombamento da Serra do Mar (MAGNANI, 2006), colocando-a como prioridade nos seus trabalhos na curadoria. Com o apoio de Magnani e de Fernando Ghignone, Secretário da Cultura e do Esporte, tomou a iniciativa de propor o tema ao Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico na sua reunião de 16 de setembro de 1985, anunciando a realização de estudos com esta finalidade (PARANÁ, 1981-1986, p. 46 B, 47 A).

Tudo indica que, politicamente, a decisão já estava tomada, pois pouco depois dessa iniciativa, no dia 26 de setembro, realizou-se em São Paulo o I Encontro Interestadual pela Proteção da Serra do Mar, que contou com a participação de representantes dos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Nele o Paraná, representado por Jurandir Garçoni, anunciou sua decisão de dar início aos estudos para o tombamento, comprometendo-se publicamente em realizá-lo (JORNAL DO ESTADO, 27 de setembro de 1985).

A imprensa da época concedeu grande destaque ao encontro, apresentando Franco Montoro e José Richa, como os principais promotores e divulgadores da

intenção de proteger a Serra do Mar, promovendo uma campanha pelo seu tombamento em todos os Estados, desde o Espírito Santo, até Santa Catarina (ESTADO DE SÃO PAULO, 27 de setembro de 1985), (FOLHA DE SÃO PAULO, 27 de setembro de 1985).

Estava em marcha um conjunto de eventos que viriam a resultar, mais tarde, na abertura do processo para o tombamento da Serra do Mar no Paraná. Estes se articularam a partir de um discurso cujas características vão se diferenciar com relação aos que lhe precederam e, também, de um modo de organização e divulgação que será original.

No que se refere ao discurso percebe-se, de imediato, uma ampliação no rol das justificativas técnico-científicas que são levadas a público no intuito de dar sustentação ao tombamento. Tais alterações refletem uma visão mais ampla e interdisciplinar do objeto a ser protegido e dos processos que permitem lhe conferir valor.

Nesse primeiro momento dos estudos para o tombamento, segundo Jurandir Garçoni, o objeto de proteção não era apenas a Serra do Mar, mas também os ecossistemas que lhe são contíguos e associados – esporões, morros isolados, mangues e ilhas (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1985).

Isto porque, afirmava na mesma matéria, este conjunto que representava um “banco genético remanescente em grande parte ameaçado de extinção” – numa alusão à biodiversidade, como era enunciada na época – e também por suas funções no processo reprodutivo de espécies marinhas e aves migratórias.

Foram acrescentados a esses, além dos motivos costumeiros – os já tão mencionados movimentos de massa, o assoreamento da baía e o comprometimento da oferta hídrica para abastecimento – o fato de serem estes ecossistemas “fonte de sustento de grupos humanos de tradição ligada à agricultura”, concedendo-se à área considerada, uma dimensão sócio-cultural que, antes, mal se divisava (JORNAL DA MANHÃ, 2 de outubro de 1985).

Tem-se aí uma nova questão de caráter antropológico, a da relação entre a proteção da Serra e dos ecossistemas a ela associados e as condições de sobrevivência das populações a eles vinculadas, componente do discurso que, aliás,

assinala José Guilherme Magnani²⁴⁰ (2006), expressava suas preocupações naquela época.

Nessa fase inicial ampliou-se também, como se percebe na matéria acima mencionada, a abrangência da área a ser protegida e a estratégia para sua proteção. A Serra deixou de ser pensada regionalmente e passou a ser vista nacionalmente, sendo proposta sistemática de proteção compatível com esta escala, incluindo um tombamento nacional pelo governo federal e o reconhecimento internacional da área como reserva da biosfera.

No que se refere ao modo de fazer, um dos aspectos singulares desse processo foi a adoção, por sugestão de Jurandir Garçon (PARANÁ, 1987-B, p. 11) - inspirada talvez pela própria fragilidade político institucional do organismo que se propunha a levar a cabo a tarefa de desenvolver os estudos básicos para o tombamento - de uma sistemática de trabalho que buscou articular elementos de diversos organismos, especialmente vinculados ao Estado do Paraná.

A articulação deu origem à nomeação pelo Governador em exercício, João Elísio Ferraz de Campos, de um Grupo de Trabalho de Assessoramento à Secretaria de Estado da Cultura e Esportes para o Tombamento da Serra do Mar, , em novembro de 1985.

Talvez esta tenha sido, além lançar a idéia do tombamento e prover o convencimento político dos decisores, a última e a mais importante, do ponto de vista operacional, das contribuições de Jurandir Garçon ao tombamento.

O que lhe sobrava de empenho e convencimento não lhe restava em tempo. Faleceu pouco depois, em decorrência de acidente aéreo enquanto se realizava um levantamento fotográfico da Serra.

O Grupo de Trabalho, presidido pelo Secretario da Cultura Fernando Ghignone e secretariado pelo Coordenador da CPC José Guilherme Magnani, contava com a participação²⁴¹ de diversos organismos da administração pública

²⁴⁰ Eis a sua referência ao tema: "Mas o fato de pensar um grande perímetro a ser protegido e manter o equilíbrio entre a diversidade natural e a presença humana; mas uma presença compatível com o que se queria de desenvolvimento. Uma questão que me interessava: é possível compatibilizar condições de qualidade de vida para os moradores sem a degradação do meio ambiente? Esta era uma questão que eu me colocava" (MAGNANI, 2006).

²⁴¹ Além dos dois mencionados participavam do Grupo de Trabalho: João José Bigarella, Presidente da ADEA; Miguel Von Behr da SEMA e da APA de Guaraqueçaba; Arsênio Muratori, presidente da MINEROPAR; Rodolfo José Angulo do Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais do IPARDES; Roberto Ribas Lange, da CPC e da

estadual com ações na área, de representantes da ADEA, da Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA e da APA de Guaraqueçaba e da Universidade Federal do Paraná.

Era uma comissão ampla, com dezesseis representantes, mas de nítida dominância do setor público estadual, e com apenas dois representantes da sociedade civil, um deles também envolvido com o Estado, um da UFPR e um prefeito, que falava pelos demais do litoral.

Tratava-se, portanto, de um mecanismo de diálogo interno do Estado e de especialistas, pois se buscava mais uma vez uma sustentação técnica para a proteção da Serra²⁴². Só que, desta feita, a intenção era conferir ao processo de tombamento uma solidez tal que o garantisse contra eventuais impugnações (PARANÁ 1981-1986, p. 50 A e 50 B) e investidas jurídicas no seu decorrer que viessem a inviabilizá-lo, legal ou politicamente.

O expediente permitiu trazer para a discussão do tombamento um conjunto muito amplo de técnicos que consistiam, naquele momento, na grande maioria dos especialistas do Estado nos temas relativos à questão florestal, à regulamentação de usos, à proteção do patrimônio cultural, o que conferiu à mesma uma grande amplitude de abordagem e a possibilidade de equacionar os problemas advindos da ausência de uma base de informações de boa qualidade.

A comissão desenvolveu seu trabalho em quatro frentes:

ADEA; João José Bigarella, da ADEA; José Lapastina Filho do Escritório Regional do SPHAN/PROMEMORIA; Orlando Conforto, Prefeito Municipal de Morretes; Leticia Hardt, do Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba; Geraldo Luiz Faria, da Secretaria do Interior; Alexandre Modesto Cordeiro, Secretário Executivo do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral; Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro, da Coordenadoria de Planejamento Regional da SEPL; Ruy Correa Feuerschuette da Assessoria Jurídica do ITCF; Paulo César Tosin, do Departamento de Recursos Naturais do ITCF; e Ewerton Passos da Universidade Federal do Paraná (PARANÁ, 17 de junho de 1986), posteriormente agregou-se à comissão como representante do CEPHA o professor Oldemar Blasi (PARANÁ 1981/1986, p. 65 A e 65 B).

²⁴² Eis como José Guilherme Magnani (2006) se refere ao processo de constituição deste Grupo de Trabalho: "Esta foi uma estratégia interessante, agregar pessoas interessantes das várias outras secretarias, o que fez com que o conjunto da ação fosse muito bem levado. Descobrir nas secretarias que eram as pessoas sensíveis a idéia da proteção da Serra. O segredo em termos conjunturais, da economia interna do Estado foi ter montado o processo com pessoas interessadas, com pessoas capacitadas, cujo resultado não desse lugar à dúvidas. Quer dizer foi produzida uma peça, que é o processo do tombamento que era defensável, que deixava poucos pontos frágeis para serem contestados". Ou como afirma Tereza Urban (2006): [...] talvez se tivesse constituído ali na Secretaria de Cultura um núcleo sólido de pessoas que tinham uma tradição nesta questão da proteção da serra, mais do que nos outros órgãos meio novatos nessa questão da conservação, a gente não precisava discutir muito [...].

- divisão da área de estudos em unidades ambientais de acordo com critérios geomorfológicos, de cobertura vegetal, de grau de antropização, de forma a delimitar aquelas que deveriam estar inclusas no tombamento;
- descrição do perímetro da área a ser tombada;
- levantamento das imposições de uso e ocupação do solo decorrentes da legislação vigente sobre a área em estudo e estabelecimento de critérios para compatibilização das exigências destas;
- proposta de normas para uso e ocupação do solo visando atender as exigências de proteção requeridas para as diversas unidades de paisagem levando em conta um diversificado rol de atividades possíveis, e de situações especiais previsíveis.

Estes trabalhos foram acompanhados pelo CEPHA, que recebeu, nas suas reuniões de 10 de abril de 1986 e 25 de abril de 1986, informes sobre seu andamento e definiu critérios para execução dos trabalhos, principalmente no que concerne às áreas que deveriam ou não ser incluídas no tombamento; sobre a natureza dos regulamentos a serem estabelecidos; sobre a compatibilização das normas de uso com as já vigentes em outras áreas de uso regulamentado contidas no perímetro (PARANÁ, 1981-1986, p. 59 A, 59 B, 60 A, 63 B, 64 A, 64 B, 65 A, 65 B).

Finalizados os trabalhos da comissão, foi proposto o tombamento de uma área de 562.000 ha (PARANÁ, 5 de junho de 1986), que representava uma parcela apreciável do território litorâneo, do qual foram excluídas, basicamente, as áreas urbanizadas e as porções da planície já apropriadas para a agricultura.

As unidades ambientais que seriam objeto do tombamento incluíam: serra, encostas intermediárias, morros íngremes, morros baixos, várzeas e rampas, restingas, planalto e planalto dissecado. Para estas foram estabelecidos critérios de uso e ocupação para as diversas atividades.

Era uma proposta de grande amplitude que, de antemão, sabia-se que causaria resistência. Mas o clima era de ousadia e liberdade de proposta no âmbito

do serviço público²⁴³, pois nesse período, com a redemocratização e a afirmação da cidadania, a concretização das idéias de defesa dos interesses difusos da sociedade – os comuns de todos – era um desafio comum para muitos atores do setor.

A iniciativa trazia uma novidade. Adiantava para os proprietários um mapa em que estes poderiam localizar suas áreas e especificava, para cada unidade ambiental, quais as atividades proibidas, quais as permitidas e os parâmetros dentro dos quais estas poderiam ser desenvolvidas.

Assim se distinguia de sua correlata que, um ano antes, havia dado início ao processo de tombamento da Serra do Mar em São Paulo, que estabelecia uma vedação de uso generalizada sobre toda a área e que deu margem a inúmeras ações por desapropriação indireta.

Enquanto se desenvolvia esta peça técnica, deu-se início à ação política, de abertura do processo de tombamento, ocorrida no dia 30 de abril de 1986. O evento se deu em reunião solene do CEPHA em palácio, em cerimônia pública presidida pelo Governador José Richa, com a presença de inúmeras autoridades estaduais, do Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Pedro de Araújo Costa e do Secretário de Apoio à Produção Cultural do Ministério da Cultura Fábio Magalhães.

Tratava-se de, enquanto se providenciava a base técnica do tombamento, conferir-lhe ressonância nacional, o que de fato ocorreu com inúmeras manifestações na imprensa, e conceder-lhe uma situação de decisão praticamente irrevogável.

Isto porque seu principal apoiador e principal beneficiário da repercussão política daí advinda, o Governador José Richa, estava prestes a se afastar da função para concorrer a processo eletivo. Devia assumir o cargo o então Vice Governador, João Elísio Ferraz de Campos, político de grande vinculação com o litoral, região onde se articulavam as principais resistências ao tombamento.

No evento, além da constatação da sua evidente função política, chamam a atenção a primeira demonstração de apoio público a uma iniciativa de proteção à

²⁴³ José Guilherme Magnani (2006), um dos coordenadores deste processo demonstra um ponto de vista semelhante quando afirma: “[...] a gente estava recém entrando no processo democrático, era uma novidade, saindo de um período de ditadura onde tudo era proibido, entrando no exercício da democracia de uma maneira mais geral, era como se a gente tivesse assim ordem, como se dissesse olha lá para inventar coisas, inventem coisas, vamos experimentar o que é trazer a democracia para o interior dos órgãos públicos, da sociedade”.

Serra e o discurso que se enunciava, pois se tratava do pronunciamento que sustentava o primeiro ato oficial do tombamento.

Nesta solenidade de abertura, noticia o Jornal do Estado (1º de maio de 1986), o Grupo Ecológico²⁴⁴ e Clube Paranaense de Montanhismo entregaram ao Governador Richa, um manifesto em prol do tombamento da Serra do Mar com 3.100 assinaturas.

Esta nota, embora possa se considerar modesta pela quantia de signatários face à dimensão simbólica que se atribuía à Serra, foi talvez uma das únicas, e com certeza a maior, das manifestações públicas em prol de um tombamento que se registrou no Paraná. E, mais, foi a primeira vez em que um pronunciamento coletivo a favor da Serra não partiu exclusivamente de intelectuais.

O ineditismo sugeriu uma análise mais detida da manifestação, e compulsando os originais²⁴⁵ verifica-se que esta foi coordenada pelo Clube Paranaense de Montanhismo - CPM, Movimento de Ação Ecológica - MAE²⁴⁶ e contou com 3.112 assinaturas. É de se notar que destas 77,25% são de Curitiba, apenas 2,37% do litoral, sendo as demais de outras regiões do Estado e do país.

Já no que se refere ao discurso que se enuncia tem importância a manifestação dos políticos e tomadores de decisão, e a justificativa do tombamento, peça de autoria de José Guilherme Magnani (PARANÁ 1981-1986) que procurava definir os atributos pelos quais o bem deve ser considerado patrimônio cultural e natural.

No que diz respeito ao seu aspecto político o que se percebe é que a questão ambiental, de uma maneira geral ecoava como um tema de importância, e que conferia grande ressonância de mídia, dentro do qual se julgava importante ocupar uma posição de destaque.

Com o tombamento e outras realizações no campo ambiental, o Paraná, afirmava o Governador José Richa, pretendia se situar na vanguarda na defesa da

²⁴⁴ Como se verá a seguir tratava-se do Movimento de Ação Ecológica – MAE, um novo ator que, quiçá por desconhecimento, foi citado como Grupo Ecológico na matéria.

²⁴⁵ Os dados foram obtidos a partir de contagem dos originais constantes dos Arquivos da CPC, Pasta 17 Serra do Mar, Sub Pasta 12, Documento 2.

²⁴⁶ Este novo ator coletivo desempenhou importante papel na defesa da Serra do Mar a partir deste momento, tendo se caracterizado pela denúncia da mineração, do desmatamento e da exploração de palmito, numa linha de atuação mais radical do que a ADEA e demais congêneres, foi ativo, pelo menos, até o início dos anos 1990, seu principal dirigente foi Osvaldo Cardoso.

ecologia. Uma postura que se cotejada como as manifestações governamentais do presente sobre o assunto, bem traduz a importância que o mesmo ocupava na agenda política da época (PARANÁ 1981-1986, p. 70 A).

Outro aspecto que aparece no discurso político, no pronunciamento do Secretário da Cultura na solenidade de abertura, é a ênfase na afirmação de que o tombamento não significaria uma vedação generalizada de uso da área, mas sim uma regulamentação de sua utilização (PARANÁ, 1981-1986, p. 66 A).

Aliás, esta preocupação, que antecipava eventuais impugnações ou ações de desapropriação indireta, e pretendia criar um quadro politicamente favorável no âmbito do litoral, aparecia com mais ênfase nos pronunciamentos veiculados pela imprensa em nome da CPC, quando do evento, que afirmam, por exemplo, que com a regulamentação do tombamento haverá “compatibilização do desenvolvimento de cada região, preservando a mata atlântica intacta” (CORREIO DE NOTÍCIAS, 27 de abril de 1986).

O mesmo tema aparece na fala do Coordenador da CPC José Guilherme Magnani. Afirmava que uma vez tombada a Serra as atividades lá desenvolvidas passariam a ser objeto de controle. “Tudo continuará acontecendo, mas de modo a não prejudicar” as matas e a sua manutenção (JORNAL DO ESTADO, 10 de junho de 1986).

Quando se volta a atenção para a justificativa do tombamento (PARANÁ, 1981-1986, p. 66 a 69 B), o discurso, se visto com relação às manifestações anteriores em defesa da Serra do Mar, apresenta-se mais amplo no que concerne à busca dos motivos de ordem histórica e cultural que justificariam a ação protetora do Estado, assumindo também as características mais típicas de um discurso patrimonialista.

Percebe-se, pela primeira vez, uma tentativa de inserir a Serra do Mar em alguns contextos sócio econômicos da história do Paraná: o enunciado do seu papel de divisor do território no período colonial; a referência aos principais caminhos de acesso ao planalto; a importância de sua transposição, a Graciosa e a Ferrovia Curitiba-Paranaguá no desenvolvimento de novas atividades econômicas; a relação destas com o aceleramento da devastação das matas nativas do Paraná; o seu papel estratégico na ligação com o porto.

Nele se destaca também, o que é típico do discurso patrimonialista, a constatação da perspectiva da perda como justificativa da proteção, no caso a referência era à perda das florestas, que justificaria o tombamento da Serra e a proteção dos últimos remanescentes das infindas florestas do Paraná²⁴⁷.

O que se percebe do texto é que se trata, de fato, de um paraíso que está prestes a ser perdido, onde a natureza abriga os derradeiros representantes de espécies vegetais e animais, que se encontram ameaçados. Por fim, repetindo um argumento muito corrente nestes casos, referia-se também a um sistema cujo “delicado equilíbrio” pode vir a ser rompido ocasionando catástrofes de razoáveis dimensões.

Também se encontra uma alusão, inovadora no conjunto das argumentações até então aventadas, à necessidade de se prover uma compatibilização dos diversos diplomas legais que pretendiam regulamentar as atividades na região, podendo o tombamento, pela sua abrangência territorial, pela sua flexibilidade e por ser um instituto bastante testado do ponto de vista legal, se prestar ao desempenho desta função²⁴⁸.

Após a abertura do processo, concluídos os trabalhos técnicos se realizou um ato não usual em processos de tombamento, mas plenamente justificável dadas as dimensões e complexidade daquela empreitada: o lançamento do Edital de Tombamento numa solenidade pública na Serra do Mar.

A justificativa e o Edital de Tombamento, nos termos do rito previsto na Lei 1211/53, pretendiam cumprir certas finalidades: notificava os proprietários de que o Estado pretendia tomar o bem; explicitava os motivos que o levavam a fazê-lo; demonstrava as limitações a que estaria submetida a coisa a ser tombada; concedia prazo para que os proprietários tomassem conhecimento desta argumentação e se manifestassem anuindo ou contestando; mantinha o bem a ser tombado no estado em que se encontrava naquele momento, vedando qualquer alteração no mesmo sem prévia aprovação da CPC.

²⁴⁷ Neste campo o argumento mais utilizado está assim expresso na mencionada justificativa: “O trecho paranaense da Serra do Mar – um dos mais bem preservados de todo o Maciço Atlântico – é hoje nossa maior reserva de florestas: constitui 80 % dos 5% a que foi reduzida a cobertura vegetal original do Estado” (PARANÁ, 1981/1986).

²⁴⁸ José Guilherme Magnani (2006) acredita, aliás, que estas características do instituto do tombamento foram fundamentais para que esta intervenção, numa área tão ampla e com tantos interesses se tornasse possível.

O Edital de Tombamento foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia de seu lançamento, 5 de junho de 1986, sendo lançado também um Edital de Notificação de Tombamento da Serra do Mar nos jornais de maior circulação do Paraná e dos municípios abrangidos pela medida.

Seu lançamento se deu em sessão solene do CEPHA, só que desta feita na Serra do Mar, numa cerimônia que, sinal das mudanças, não contou com a presença, embora anunciada (GAZETA DO POVO 18 de maio de 1986), de João Elísio Ferraz de Campo, que já era Governador do Paraná, nem com muitos políticos. Caracterizou-se mais pela presença de diversos colégios da capital e dos municípios da área e dos técnicos envolvidos com o trabalho.

O mesmo estabelecia inicialmente que, decorridos vinte dias, os interessados poderiam apresentar impugnações e anuências, por um período de quinze dias, depois do qual as mesmas seriam objeto de apreciação do CEPHA, o qual se pronunciaria em até sessenta dias depois da apresentação da última impugnação (PARANÁ, 5 de junho de 1986).

No período entre o lançamento do edital e o pronunciamento definitivo do CEPHA sobre a efetividade ou não do tombamento, decisão que se daria após a apreciação das impugnações, é que se mobilizaram as principais resistências ao tombamento.

Estas, pelo que se pode verificar, embora se suponha estivessem articuladas entre si, se expressaram por meios distintos, quais sejam: pelas impugnações apresentadas diretamente à CPC pelos proprietários; pelas tentativas políticas de obstar o processo, que tiveram como principais agentes os prefeitos municipais da região litorânea atuando junto ao Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense; pelos protestos individuais daqueles que se viam atingidos pelo tombamento.

No que concerne às impugnações, a questão parece ser a de sua expressão do ponto de vista quantitativo. Henrique Schimidlin (2006), por exemplo, sugere uma situação de conflito, em que a grande maioria dos proprietários da área, que possuíam títulos dominiais, se manifestou contra o tombamento. Não se achou, contudo, na imprensa da época ou em estudos que abordaram o tema (MARQUES

DIAS, 2005, p. 86), alusões no mesmo sentido que permitissem melhor avaliar a questão.

Compulsando os arquivos da CPC não se encontrou os processos de impugnação propriamente ditos, mas súmula manuscrita dos mesmos e mapas como o lançamento das diversas propriedades no perímetro que se pretendia tombbar. A partir destes se tentou recompor alguns importantes aspectos daquela situação.

O total de agentes que se manifestou no processo foi de 85, entre pessoas jurídicas (27), pessoas físicas (51) e entidades de direito público (7)– os Municípios do litoral e a Câmara Municipal de Guaraqueçaba. Deste total se encontram apenas 4 anuências e 81 impugnações. Destas, 48 eram de áreas que se situavam no interior do perímetro que se pretendia tombbar, 19 se encontravam fora, e 14 foram desconsideradas por falta de dados ou por ilegitimidade do proponente, como no caso dos municípios, como se vê na tabela 27.

TABELA 27 – SÚMULA DAS MANIFESTAÇÕES NO PROCESSO DE TOMBAMENTO

Natureza	Total	Anuências	Impugnações	Dentro	Fora	Desconsideradas
Pessoas Físicas	51	3	48	29	15	4
Pessoas Jurídicas	27	1	26	19	4	3
De Direito Público	7	0	7	0	0	7
Total	85	4	81	48	19	14

Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, Arquivos da CPC, Pasta 17 Serra do Mar, Sub Pasta 2, Documento 87.

Não se pode avaliar qual o percentual do total de propriedades abrangidas pelo perímetro da primeira proposta de tombamento é representado pelos manifestantes. Os cartórios encarregados destes registros se viram impossibilitados, no prazo legal do tombamento, de conceder certidões²⁴⁹ listando as propriedades existentes na área.

²⁴⁹ Foi solicitado aos registros imobiliários as certidões ou transcrições das matrículas dos imóveis situados no interior do perímetro a ser tombado, ofícios 917, 918, 919, 920, 921 e 922/ de 17 de julho de 1986 do Secretário da Cultura, tendo expedido certidão alegando impossibilidade de fazê-lo, os registros de imóveis, da 1ª Circunscrição de São José dos Pinhais, da Comarca de Paranaguá, do 2º Ofício de São José dos Pinhais, da

Todavia, pelo que afirmou Romilda Borges Lemos (PARANÁ, 18 de julho de 1986), oficial da Circunscrição Imobiliária da Comarca de Antonina, naquele registro, que abrangeria os municípios de Antonina e Guaraqueçaba, estariam registradas 11.570 propriedades, das quais 4.814 seriam transcrições e 6.756, matriculadas. Isto dá uma idéia da quantidade de envolvidos e da magnitude do número daqueles que deixaram de se manifestar.

Embora a quantidade dos manifestantes em relação ao número de propriedades fosse relativamente pequena, o mesmo não ocorreu quando se considera a área. Recorreram do tombamento proprietários cujas áreas, contidas no perímetro, perfaziam 116.473,64 ha, o equivalente a 20,72% do total que se queria tombar.

Uma análise mais detida das impugnações apresentadas permite concluir que, uma parcela ponderável destas áreas de impugnantes pertencia a empresas que, na sua grande maioria, se dedicavam à extração de madeiras, ou manejo de palmito, perfazendo uma área total dentro do perímetro proposto de 89.012,54 - o que significa 76,42 % da área total dos contestantes, sendo que apenas uma área perfazia 44.820 ha, quase 50% deste último total.

Para que se tenha uma idéia do peso das grandes propriedades no universo dos reclamantes, separaram-se, na tabela 28, aquelas com área superior a 1.000 ha – 20 entre 48 impugnantes. Sua área total impugnada perfazia 108.227,58 ha, ou seja, 92,92 % do total da área que foi objeto de impugnação.

Destas a maioria era de pessoas jurídicas: 13 de empresas e 7 de pessoas físicas. As finalidades das propriedades, obtidas por declaração das empresas ou constantes de suas razões sociais, abrangiam a extração florestal, a exploração madeireira, a extração e o reflorestamento de palmito e o reflorestamento.

TABELA 28 – CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS IMPUGNANTES

Situação	Proprietário	% Contido	Área (ha)	Atividade Declarada	Área Impugnada
P. Jurídica	Agroindustrial Exploração Secomil	100	44.820,00	Exploração Madeira	44.820,00
P. Jurídica	Bamerindus S.A.			Exploração de Palmito	
P. Jurídica	Empreendimentos Florestais	85	12.892,70	Reflorestamento	10.958,80
P. Física	Einar A. Kok	100	9.521,00	Palmito	9.521,00
P. Jurídica	Banestado S.A. Reflorestadora	45	11.407,50	Exploração de Palmito	5.133,38
P. Jurídica	Braskraft S.A. Florestal e Industrial	50	9.028,20	Reflorestamento	
P. Jurídica	Limeira Indústria e Comércio S.A.	100	4.487,93	Palmito	4.514,10
P. Jurídica	Manuel Manchetti S.A.	100	4.236,90	Exploração de Palmito	4.487,93
P. Física	Abdon Soares e outro	95	3.832,50	Florestal	4.236,90
P. Física	Eduardo S. F. Costa e outro	80	3.688,80		3.640,88
P. Jurídica	Agropastoril Novo Horizonte	60	4.896,20	Exploração Madeira	2.951,04
P. Jurídica	Madezzatti	100	2.727,70	Exploração Florestal	2.937,72
P. Jurídica	Agreste Engenharia de Construção Ltda	70	2.407,58		2.727,70
P. Jurídica	Paraná Ad. e Comércio Ltda	100	1.673,21	Exploração de Palmito	1.685,31
P. Física	Bernardo R. Diederichsen	50	3.052,80		1.673,21
P. Física	Antônio O. Mendes	95	1.550,06		1.526,40
P. Física	Narciso O. da Rocha e outro	100	1.275,13		1.472,56
P. Física	José H. Ruppe	85	1.451,35		1.275,13
P. Jurídica	Indústria de Papel São Marcos Ltda	60	1.970,00		1.233,65
P. Jurídica	Indústria de Papel São Marcos Ltda	100	1.125,00		1.182,00
P. Jurídica	Agropastoril J. Malucelli Ltda	100	1.124,90		1.125,00
TOTAL					1.124,90
					108.227,59

Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico, Arquivos da CPC, Pasta 17 Serra do Mar, Sub Pasta 2, Documento 87.

Observa-se também que a medida atingia interesses de empresas de reflorestamento de grande porte ligadas a grupos de grande representatividade no âmbito estadual²⁵⁰, como a Banestado S.A. Reflorestadora, a BAMERINDUS S.A. Empreendimentos Florestais, para mencionar as duas mais conhecidas.

²⁵⁰ A primeira pertencia ao banco estatal cujo acionista majoritário era o próprio Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná e a segunda ao Banco BAMERINDUS do Brasil, uma das maiores casas bancárias do país, cuja sede era no Paraná e que detinha uma grande influência no cenário político local. Para se dar idéia desta influência basta lembrar que a família Vieira que detinha seu controle acionário veio a estabelecer relações

É interessante observar que, malgrado a dimensão e o imbricamento das duas maiores empresas com o Estado e o governo, não se percebeu, na imprensa da época, que as mesmas tenham se manifestado com ênfase contra o tombamento, sendo, aliás, poucas as alusões de oposição de interesses privados.

Nesse sentido merece destaque o pronunciamento do advogado Roberto Catalano Botelho Ferraz (JORNAL DO ESTADO, 5 de julho de 1986). Ele alertava para a necessidade de que os proprietários atentassem para os prazos de impugnação, mencionando que a preservação de florestas, nos termos do Código Florestal, exigiria desapropriação, e lembrando que a proteção não devia implicar em perdas para os proprietários, como no caso do BAMERINDUS que possuiria 20.000 alqueires na área.

Também se destaca a percepção de alguns dos atores deste processo, que parece contraditória ou pelo menos matizada pelo ponto de vista a partir do qual observaram o desenrolar do tombamento.

Tereza Urban (2006) e Belmiro Castor (2006) convergem para uma visão de que não se encontrava na Serra um conjunto de interesses econômicos que pudesse dar origem a um movimento significativo de resistência, sendo os interesses florestais e madeireiros de menor monta²⁵¹.

Para ambos, se tratariam de pequenas empresas que tinham um poder destrutivo do ponto de vista ambiental, mas que não constituíam uma ameaça como grupo economicamente organizado com poder político expressivo. Os interesses estariam dispersos em pequenos proprietários. A única possibilidade de resistência efetiva na região só se manifestaria se fossem atingidos os interesses imobiliários, principalmente na região dos balneários.

Não é esse o ponto de vista de Henrique Schimidlin (2006), que narra uma disputa acirrada de ambientalistas e caçadores, madeireiros e palmiteiros, proprietários de pequenas chácaras de lazer, mineradores de granito e,

familiares com a do Governador José Richa, por meio do casamento de um dos seus filhos, e que o Governador João Elísio Ferraz de Campos veio, posteriormente, a ser Diretor da BAMERINDUS Seguros.

²⁵¹ Belmiro procurando se recordar das prioridades regionais, afirma que a Serra do Mar não constava de fato das preocupações dos prefeitos da região e menciona: que para Morretes a questão central que aparecia era a da transferência das cotas da usina de açúcar para o norte do Paraná, para Antonina a reativação do porto, para Paranaguá as questões eram relacionadas com a capacidade do porto, condições armazenamento, o canal da Galheta, e para Matinhos e Guaratuba os principais temas relacionavam-se com o uso do solo nos balneários (2006).

principalmente, políticos regionais envolvidos como o “grilo” de terras devolutas, onde não faltaram lances que foram muito além do debate de idéias.

Tosca Zamboni²⁵² (2006), que esteve durante todo o processo na frente operacional, desenvolvendo as tarefas que implicavam nas relações mais diretas com os interessados, diz ter enfrentado sucessivas discussões com madeireiros no período do tombamento.

Finalmente, ainda tratando da oposição ao tombamento, além da resistência pública, expressa nas impugnações, houve outras manifestações não tão explícitas que significaram um protesto dos proprietários das áreas tombadas.

Esta forma, identificada por Henrique Schimidlin (2006) como algo que tem se repetido sistematicamente no correr dos anos, e que tem sido especialmente danosa ao meio ambiente, se manifesta por meio de reiterados incêndios na região tombada, um protesto mudo dos proprietários que se sentiram limitados nos seus direitos.

Na busca dos fatos, realmente encontrou-se na imprensa, uma série de reportagens sobre incêndios na Serra do Mar. Avaliando-se os últimos vinte anos, percebe-se que são excepcionalmente mais freqüentes no ano que precedeu o tombamento. Aliás, estas matérias, em parcela apreciável, trazem a indicação de que os incêndios seriam de origem criminosa.

No plano político a resistência veio a se fazer no âmbito do Conselho do Litoral²⁵³. O organismo, concebido para promover a aplicação da legislação estadual que regulamenta o uso e ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais de todo o território litorâneo – AEIT-Litoral – contava com a participação pública e privada em que se destacavam Secretários de Estado e Prefeitos Municipais.

Nesse Conselho, concebido conforme o figurino participativo da época, o Estado tinha ampla minoria²⁵⁴. Eram 6 Secretários de Estado num total de 27 votantes, e embora grande parte de suas funções estivesse restrita ao licenciamento

²⁵² Tosca Zamboni, afirma que os interesses de Saul Zugmann e das Indústrias Zattar foram bastante atingidos.

²⁵³ Esta também é a percepção de José Guilherme Magnani (2006), para quem o ator coletivo que mais se opôs ao processo de tombamento foi o Conselho do Litoral.

²⁵⁴ Sua composição nos termos do Decreto 4605 de 1984 (PARANÁ, 1990-B, p. 446) era: 6 Secretários de Estado, 6 Prefeitos Municipais, aos quais se somavam quatro representantes de associações comunitárias do litoral e, também um representante de cada uma das seguintes categorias: das categorias patronais, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 7ª Região, dos trabalhadores, de entidades ambientalistas com atuação na região, das associações comerciais e industriais litorâneas, das colônias de pescadores, das entidades da construção civil e do mercado imobiliário.

de construções e outras atividades, era uma excelente câmara de eco para as reivindicações regionais, especialmente naquele momento em que acabava de assumir o governo, João Elísio Ferraz de Campos, um homem com profundas ligações com o litoral²⁵⁵.

Sabe-se que no Conselho do Litoral a proposta original do tombamento, incluindo expressivas parcelas da planície litorânea, enfrentou oposição. Nos registros da 6ª Reunião Ordinária deste Conselho encontram-se pronunciamentos de conselheiros que aprovam o tombamento com a ressalva de que o mesmo não se aplicasse à planície costeira (PARANÁ, 2 de julho de 1986).

Dois conselheiros se pronunciaram no sentido da impugnação do tombamento desta área. Foram Luciano Pizzato - representando a Federação da Agricultura – e Guilherme Lindroth – Assessor Especial do governador para assuntos do litoral.

A leitura da ata desta reunião sugere que o tema ficou em suspenso. Após reiteradas tentativas de se promover uma compatibilização de interesses o Secretário da Cultura, Fernando Ghignone, resolveu conceder, *ad referendum* do CEPHA uma prorrogação de 30 dias no prazo para impugnação, aplicável apenas ao Conselho do Litoral. Estaria nessas circunstâncias aberta uma brecha no processo de tombamento que aparentemente começava a ser rediscutido.

Embora se tenha pesquisado na imprensa local repercussões destas discussões, pois era bastante diversificada a representação no Conselho e seria razoável que as posições distintas tivessem ecoado, pouco se encontrou além de notas comentando da realização de reunião Conselho do Litoral que visaria a compatibilização de ações com a Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico.

Como é usual em assuntos controversos, encontrou-se na grande imprensa paulistana menções a essa polêmica. O Jornal da Tarde publicou, em 4 de julho de 1986, a matéria intitulada: “Paraná: fim da proteção à Serra do Mar?” Propiciando uma outra leitura dos fatos, afirmava que o Conselho do Litoral estava “ameaçando impugnar o tombamento da Serra do Mar”.

²⁵⁵ Nascido em Paranaguá, no litoral, foi dentre os governadores que, o que tinha maiores vinculações com a região, chegando a criar em seu governo, uma Assessoria Especial para Assuntos no Litoral, ligada diretamente ao Governador, cujo titular foi Guilherme Lindroth, de intensa participação no Conselho do Litoral.

Apontava-se também como principais interessados nessa tentativa os prefeitos do litoral e empresários do setor florestal – supõe-se tratar-se de Luciano Pizzato – apoiados pelo Secretário de Transportes Heins Herwig²⁵⁶, sob a alegação de que o tombamento avançava sobre a planície onde o Conselho deteria prerrogativa de ação²⁵⁷.

A atitude não parece ter sido movida por conflito de competências, pois a mesma matéria mostrava que embora tivesse ficado evidente naquela reunião que o tombamento não ultrapassava, em termos de exigências legais, as normas já vigentes para a planície litorânea, quer as da APA de Guaraqueçaba, quer as da própria AEIT-Litoral – objeto da ação do Conselho – o Conselho manteve sua posição.

A notícia referida aponta a participação de Guilherme Lindroth no evento. O chefe da Assessoria Especial para Assuntos do Litoral, posicionou-se pela exclusão da Serra da Prata do perímetro a ser tombado, fato que, aliás, não se encontra registrado na ata desta reunião.

A impressão de um dos principais atores do processo, que participou deste evento, José Guilherme Magnani, é que de uma maneira geral, como atores sociais, se opunham ao tombamento os prefeitos do litoral, isto por temor de que o mesmo viesse a atrapalhar o turismo e o desenvolvimento da região²⁵⁸.

Na seqüência os municípios do litoral - Paranaguá, Antonina, Matinhos, Morretes, Guaratuba e Guaraqueçaba - representados por seus prefeitos e, no caso do último, também pela Câmara Municipal, protocolaram suas impugnações junto à CPC.

Tais manifestações eram, de fato, de caráter político, pois desprovidas de sentido prático, uma vez que nos termos da Lei 1211/53 somente é parte legítima para impugnar tombamento o proprietário do bem tombado, e no caso os Municípios

²⁵⁶ Que na época propunha a pavimentação da Estrada do Colono que cortava o Parque Nacional do Iguaçu.

²⁵⁷ A argumentação carece de qualquer sentido, uma vez que o Conselho foi criado para assessorar a administração estadual no disciplinamento da ocupação do solo da AEIT-Litoral, regulamentação esta constante de decreto específico o Decreto 2722/84, que, aliás, a detalhava exhaustivamente, tratava-se então de verificar a compatibilidade de uma e outra regulamentação e não de prerrogativas ou competências exclusivas.

²⁵⁸ Sobre o tema José Guilherme assim se expressa: Os prefeitos tinham o conselho do litoral, mas eram contra, temiam que o tombamento viesse a congelar o turismo, que é a fonte de renda de algumas daquelas regiões. Então entre os atores sociais os prefeitos não eram favoráveis. Eles tinham medo que o tombamento viesse a estagnar aquela região, não era bem estagnar, era a dicotomia desenvolvimento *versus* preservação.

referiam-se, não a seus próprios, mas a parcelas de seus territórios de propriedade de terceiros.

Olhando esta reunião de 2 de julho pela ótica dos atos que determinou, percebe-se que, inconformado com o tombamento, o Conselho do Litoral tentou avocar para si a decisão final do perímetro a ser tombado, propondo que este deveria ser objeto de apreciação de ambos os Conselhos, e sugerindo a formação uma comissão paritária para decidir a questão (PARANÁ, 7 de julho de 1986).

A situação era delicada. Fernando Ghignone, Secretário da Cultura e do Esporte, outro grande apoiador político do tombamento, estava prestes a deixar o cargo para ocupar importante posição no Ministério da Cultura, o que, aparentemente, colocava a arquitetura política do tombamento em risco.

A decisão, pelo que se depreende do desenrolar dos fatos, foi agir com presteza²⁵⁹ para não permitir uma articulação maior dos interesses contrários ao tombamento. O CEPHA reuniu-se dia 8 de julho, no dia seguinte à manifestação oficial do Conselho do Litoral.

Nessa reunião reafirmou sua autonomia: decidiu pela não prorrogação dos prazos para apresentação das impugnações – estes estariam encerrados no dia 10, seguinte; deixou aberta a possibilidade de excluir as áreas situadas na planície costeira para estudos posteriores de tombamento desde que o Conselho do Litoral fizesse “chegar, até o dia 10 do corrente, uma manifestação expressa nesse sentido”; sequer considerou a possibilidade de dividir com este último o estabelecimento do perímetro tombado (PARANÁ, 1981-1986, p. 72 A e 72 B).

Nesta mesma reunião, constatada a necessidade do relator indicado pelo Governador José Richa, Conselheiro Oldemar Blasi, se afastar de Curitiba pelo período de um mês, foi designado por unanimidade dos membros o Conselheiro Roberto Ribas Lange para análise e relato das impugnações, anuências e outras manifestações (PARANÁ, 1981-1986, p. 72 B).

O Conselho do Litoral se manifestou, como comunicou seu presidente, o Secretário de Estado do Planejamento, Oto Bracarense Costa, pelo Telex 143-

²⁵⁹ Embora esta decisão de apressar o processo não conste da ata do CEPHA de 08 de julho de 1986 ela é referida no parecer do Conselheiro Roberto Lange, de 25 de julho do mesmo ano (1987, p. 146).

SEPL, aprovando por maioria o tombamento desde que excluídas as áreas da planície costeira, cujo tombamento ficaria dependendo de estudos posteriores.

A nova situação alterava bastante a área a ser tombada que passou dos originais 562.000 ha, para 386.000 ha. Já no que se refere ao total das áreas de impugnantes contidas nesse perímetro, estas passaram a ser de 81.000 ha. dos quais 5.025,00 ha. corresponderiam a áreas superpostas por sobre-titulação, passando as contestações a perfazer 19,7% da área total tombada (LANGE, 1987, p. 148).

Os processos foram analisados num prazo bastante rápido. Decorridos apenas dezessete dias da indicação do novo relator, em 25 de julho de 1986, o CEPHA se reuniu novamente, agora sob a presidência da nova Secretaria de Estado da Cultura, Suzana Maria Munhoz da Rocha Guimarães, em sessão solene no auditório do antigo Museu Paranaense²⁶⁰ para apreciar o seu parecer e decidir finalmente sobre o tombamento da Serra do Mar²⁶¹.

Ao que parece, contudo, a situação política não se encontrava ainda completamente esclarecida, pois no dia 24 de julho de 1986, nas vésperas desta reunião, o Conselho do Litoral se reuniu extraordinariamente²⁶² e expressou a intenção de apoiar o tombamento com exclusão das áreas da planície, deixando em aberto a questão do estabelecimento dos limites da área a ser tombada, o qual deveria ser objeto de decisão conjunta, como constava em correspondência dirigida ao Secretário Fernando Ghignone (PARANÁ, 24 de julho de 1986).

Valeu no caso a experiência de Roberto Lange, muito acostumado às manobras rápidas da política estudantil e com raro sentido de oportunidade. No dia seguinte a decisão do Conselho do Litoral já constava de seu relatório, porém no mesmo estava, também, uma precisa descrição dos limites do tombamento – com a definição da poligonal e seus caminhamentos – e seu voto, acompanhado unanimemente pelo CEPHA foi pelo tombamento dentro do perímetro que indicava.

Tombou-se, então, a Serra do Mar, com uma delimitação que excluía as áreas pertencentes à planície costeira, mas estabelecida a partir de critérios fixados

²⁶⁰ Neste período o Museu Paranaense funcionava no antigo Paço Municipal de Curitiba, hoje novamente sob a tutela da Prefeitura Municipal de Curitiba e em processo de restauro.

²⁶¹ Nesta reunião esteve presente, já na condição de ex Secretário, Fernando Ghignone, um dos principais fiadores políticos do tombamento.

²⁶² É o que se depreende da correspondência aludida, pois a reunião ordinária subsequente deste colegiado se deu dia 17 de setembro de 1986.

no âmbito da CPC, não se abrindo margem para uma discussão posterior com o Conselho do Litoral sobre o tema - o que, provavelmente, viria a fragilizar novamente a proposta, colocando-a em risco.

Por ser a peça chave do processo de tombamento, significando, junto com a sua inscrição no Livro do Tombo, parte do ato declaratório do Estado – a formalização legal do tombamento enquanto imposição de limitação sobre um determinado bem – em relação ao valor da área e dos aspectos que dela devem ser protegidos, o Parecer e Voto do Conselheiro Relator do Tombamento da Serra do Mar merece consideração mais detida.

Ademais este parecer, pela amplitude dos temas que discute e pela profundidade com que os aborda, apresenta-se como o discurso mais sistematizado sobre o tema do tombamento, tendo, também, com relação aos anteriores, traços de originalidade.

Ao se aproximar do tema, Roberto Lange parte de uma abordagem interdisciplinar em que se esforça por concatenar desde questões gerais do direito e da geografia, com temas de aspecto mais antropológico como o da identidade, somados às especificidades da história e da paisagem regional, de uma forma bastante integrada.

Selecionando os aspectos mais importantes deste texto percebe-se que ele contempla uma discussão sobre os aspectos jurídicos do instituto do tombamento, o conjunto de motivos pelos quais a Serra deveria ser tombada e, por fim, a discussão dos motivos que impediriam o tombamento, alegados pelos diversos impugnantes.

Neste discurso destaca-se a busca bastante sistemática de articular um pensamento em que se procura definir a iniciativa de tombamento como algo que se faz em prol do bem comum, e a discussão deste bem comum deixa de lado as ameaças e as catástrofes – desabamentos e entulhamentos – que caracterizavam as justificativas anteriores e se articula num plano mais geral, o da defesa da qualidade de vida de uma comunidade. Essa defesa é obrigação do Estado, que atende a preceito constitucional, e que quando se dirige ao benefício de todos, deve se sobrepor ao direito do indivíduo dispor indiscriminadamente de sua propriedade (LANGE, 1987, p. 145, 146).

Esta é, basicamente, a idéia que dá abertura ao parecer, o que revela uma atitude avisada, porque consentânea com uma das principais tendências políticas da época, a questão da retomada da cidadania, vista pela ótica dos interesses difusos. O tombamento da Serra poderia ser visto, também, como uma conquista da cidadania, alinhando-se com os anseios da maioria da população à época.

Na seqüência, numa atitude quase que recorrente em argumentações do gênero, Lange se valeu da sanção da ciência. Mas o fez coerentemente com a intenção revelada inicialmente, pela via de um ator social de grande relevância, de indiscutível aceitabilidade nos meios intelectuais e muito associado à resistência ao regime militar e à luta pela redemocratização, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC²⁶³.

Amparado pelo direito e pelo anseio popular e ungido pela ciência, Roberto Lange se lançou à discussão dos motivos pelos quais julgava relevante o tombamento da Serra do Mar, motivos estes que incluíam uma consideração do significado da Serra do Mar em âmbito nacional e internacional; seu papel em diversos momentos da história do Paraná; a sua inserção na dinâmica social e econômica do Estado; e, por fim, sua condição de paisagem natural notável.

O primeiro dos motivos levantados, além de fazer parte de um discurso mais recente a respeito do tema, guarda um sentido político, qual seja o da demonstração de que a Serra do Mar tem uma importância geográfica que transcende o panorama regional, sendo de fato de expressão nacional e planetária. Para tanto, Lange se vale da autoridade de Azis Ab'Saber, não apenas como geógrafo notável, mas como presidente do CONDEPHAAT quando do tombamento da Serra em São Paulo.

Tratava-se de proteger algo que era importante para os paranaenses, mas fazê-lo, também os colocava numa dimensão cultural e civilizatória de maior amplitude, pois estava sendo tomada uma medida que protegia algo que era relevante para o país e o planeta, como sugeriu ao transcrever Ab'Saber²⁶⁴.

²⁶³ Eis o pronunciamento da SBPC dirigido ao Governador João Elísio, pelo Secretário Geral da sociedade, Luiz Edmundo de Magalhães: "Em nome da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, dirigimo-nos a Vossa Excelência no sentido de hipotecar nosso irrestrito apoio à louvável medida do Governo Paranaense, relativo ao tombamento da Serra do Mar neste Estado. Esperamos que medidas como esta, visando à proteção ambiental, se constituam num exemplo para os demais Estados da Federação, evitando assim a destruição do patrimônio natural do País" (*Apud* LANGE, 1987, p. 146).

²⁶⁴ Azis Ab'Saber ao dar esta dimensão a Serra do Mar, diz: "[...] é preciso sublinhar que a Serra do Mar possui uma escala de referência planetária. É a mais importante das escarpas tropicais existentes no cinturão das terras quentes e úmidas do planeta. Na categoria de grande borda assimétrica do Planalto Brasileiro, é o mais contínuo

Ao procurar conferir este caráter nacional, à Serra, colocando a medida do tombamento como complementar à de São Paulo, este novo discurso também demonstrava uma acuidade política peculiar, pois estaria reforçando o caráter federativo e de autonomia regional vis-a-vis à inércia, incúria e ao descaso com os temas da qualidade de vida e do interesse popular que caracterizariam poder central da União.

Os Estados, cujos dirigentes haviam sido eleitos democraticamente, se colocavam na vanguarda no trato dos temas de maior apelo emocional e muito vinculados com a identidade, elemento essencial para sustentar o discurso da redemocratização, e conferir projeção aos políticos que apoiavam a medida.

Da abordagem que fazia das relações entre a Serra e a história do Paraná – uma argumentação que foi acrescida ao discurso quando do ingresso da Secretaria da Cultura – constava, além da importância dos caminhos, da Graciosa e da ferrovia como aspectos a serem protegidos, uma observação interessante a respeito de sua característica de obstáculo entre o litoral e o planalto.

Nesse sentido sugeria que a Serra, que nos primórdios da ocupação européia de nosso território, caracterizou-se como uma barreira, embora tenha sido transposta, “não perdeu esta característica” (LANGE, 1987, p. 147).

Deixando a impressão de que mesmo transposta a Serra este caráter de obstáculo não deixou de existir, interagindo com outros contextos da história e da economia do estado. A noção, que foi apenas sugerida por Lange, é bastante original e se relaciona com uma das linhas de discussão deste trabalho.

Ao discutir, numa visão temporalmente abrangente, a inserção da Serra na dinâmica social e econômica do Paraná, apontava para um argumento interessantíssimo, qual seja o de que, embora esta tenha se constituído no correr dos diversos períodos da economia numa região marginal, tal situação se encontrava em mudança.

e monumental acidente geológico e geomorfológico de toda a face oriental do continente sul-americano” (*Apud* LANGE, 1987, p. 146). Outro elemento da singularidade do lugar que surge nesta argumentação, tomada de empréstimo à Ab’Saber e que veio a enriquecer o pensamento que usualmente se fazia a respeito da Serra no Paraná, é a percepção do espaço geográfico, que chama a atenção para o fato de que nele se verifica a convivência entre a um conjunto de florestas relativamente bem preservado, e, portanto um banco genético remanescente de extrema importância, com uma rede urbano industrial de grande magnitude e densidade (*Apud* LANGE, 1987, p. 147).

Desta forma, apesar de seus recursos não terem sido explorados antes por haverem similares disponíveis em outras áreas a menor custo, a situação estaria se alterando naquele momento, em virtude da virtual devastação dos demais estoques florestais do Estado²⁶⁵ e das novas disponibilidades tecnológicas para exploração de áreas com aquelas características.

É neste contexto, e sem conferir grande destaque, que Lange se voltou para a argumentação que se pode dizer tradicional, aquela que se consolidou no correr dos anos 70, mas o fez sem conferir grande ênfase à retórica do equilíbrio associada ao apelo catastrofista que caracterizava o discurso anterior.

Mencionava que nesta situação, esgotadas a matéria-prima florestal e as possibilidades de expansão da fronteira agrícola, as demandas estavam se voltando para a Serra, o que se constituiria numa “ameaça” à identidade e ao futuro dos paranaenses. Assinalava que a destruição da vegetação significaria a “própria destruição do equilíbrio ecológico” comprometendo a estabilidade dos taludes, o trânsito nas estradas, a viabilidade dos mananciais, a navegação nas baías e o acesso ao porto (LANGE, 1987, p. 147).

Quando abordava a Serra do Mar enquanto paisagem natural notável a ser protegida, sua argumentação era de que esta adquiriria valores ao ser mantida primitiva, posto que as demais paisagens típicas do Paraná haviam sido irreversivelmente descaracterizadas - um pensamento que, embora hoje faça sentido do ponto de vista cultural e econômico, na época se revelava inovador (LANGE, 1987, p. 148).

Desenvolia, na seqüência, um discurso em que procurava associar a noção de paisagem como base da vida material e cultural de uma sociedade; o conceito de paisagem como forma de percepção e classificação do espaço; e a demonstração da pertinência jurídica da proteção a paisagens notáveis, numa breve, porém interessante, sistematização da literatura jurídica sobre o assunto, para concluir

²⁶⁵ Esta idéia parece advir de Polinari (1986) que elaborou, neste período, um estudo bibliográfico sobre a Serra, no qual sistematiza e comenta um conjunto de referências de autores tradicionais sobre aquele espaço, e que parece, pelo seu diversificado conteúdo, ter subsidiado tanto a elaboração do parecer que aqui se comenta quanto o termo de abertura do tombamento da Serra do Mar, já referido.

sobre a legitimidade da proteção daquele segmento específico da paisagem paranaense.

Outro aspecto interessante é o esforço que fazia, no correr do texto, no sentido de sugerir um nexos entre a identidade e aspectos da natureza, algo que não constava dos discursos precedentes. Aludia, por exemplo, à função do território como uma “força viva” na conformação dos modos de vida e das atividades econômicas. Embora este tema em seu discurso não se desenvolva além destas assertivas um tanto gerais, é um indicativo de diferença com relação ao pensamento anterior (LANGE, 1987, p. 148).

No que se refere aos motivos alegados pelos impugnantes, Lange os distingue em três categorias: os que discutem a constitucionalidade do tombamento e a competência do Estado do Paraná para fazê-lo; os que apontam para a ilegalidade da notificação dos proprietários por edital; e, por fim, os que alegam a desapropriação indireta e, conseqüentemente, a necessidade de desapropriação (LANGE, 1987, p. 149, 150).

Para os primeiros a argumentação que antepunha era simples: quanto à constitucionalidade do tombamento apontava ser fato juridicamente equacionado há décadas, desde 1944, com julgado do Supremo Tribunal Federal sobre o Decreto Lei 25/37; valendo-se, por outro lado para a Constituição Federal de 1967 e a Estadual de 1971, para equacionar a questão da competência estadual de promover tombamentos de patrimônio natural.

No que concerne à validade da notificação por edital, o relator demonstrava a farta publicidade dada ao edital e apontava para a impossibilidade de fazê-lo de outra forma, pela quantidade de proprietários envolvidos, pelo prazo legal de notificação requerido pelo ritual do tombamento.

Também demonstrava não ser essa uma forma inusitada no trato de questões similares em áreas com grande número de proprietários, sendo a prática legal adotada no caso de ações discriminatórias de terras devolutas da União.

Alertava, por fim, que no caso do tombamento, a necessidade de notificação de cada um dos proprietários individualmente viria, pelo muito tempo requerido, a comprometer o próprio objetivo de proteção.

Finalmente ao abordar a questão da necessidade de indenização em decorrência da cessação da possibilidade de uso econômico, Lange procurava demonstrar que o tombamento, como efetuado, com uma normatização de uso, impunha limitações, mas em nenhum caso vedava a realização de todas e quaisquer atividades econômicas.

Embasava seu ponto de vista também nos fatos de que o requisito de validade da limitação administrativa, como é o tombamento, é de que fossem medidas de caráter geral, que correspondessem ao interesse público e ao não impedissem a utilização da coisa segundo sua destinação natural, sendo todos facilmente verificáveis no caso.

Do que se vê acima, se depreende que o Parecer e Voto de Roberto Lange, se constituiu no discurso mais abrangente e acabado a respeito do tombamento da Serra do Mar. Isto não decorre apenas da exigência formal do processo, que exigia, por exemplo, a discussão das impugnações, mas do conjunto das contribuições originais e da forma como o fez politicamente adequado ao momento vivido.

É possível afirmar, comparando os elementos de ambas as argumentações, que o discurso que emergia do tombamento, embora relacionado com o anterior – aquele que colocava a necessidade de proteção da Serra em evidência e propunha a criação do Parque Marumbi – tinha um outro feitio, tendo sido um construto que derivou do próprio processo do tombamento.

O parecer, apreciado na reunião de 25 de julho de 1986, foi unanimemente aprovado pelo CEPHA, que publicou sua decisão na forma de edital composto pela descrição do perímetro tombado, pelas normas de uso da área tombada e por cartas em que se delimitavam as diversas unidades ambientais.

Tomada a decisão, faltava apenas o último ato do ritual do tombamento, qual seja a transcrição do mesmo no Livro do Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico, o que foi feito por José Guilherme Cantor Magnani, por meio dos apontamentos constantes à folha 17 do mesmo, datados de 13 de agosto de 1986.

Nesta transcrição, constam os principais argumentos que sustentaram o tombamento no Paraná, e que definem os atributos que na Serra do Mar devem ser protegidos, quais sejam:

- o fato da Serra do Mar ser um acidente geográfico de escala planetária;

- de constituir-se numa singularidade no contexto geral desta por se configurar como serra marginal;
- o de abrigar as maiores elevações do sul do país;
- o de apresentar uma biomassa vegetal bastante preservada, mas numa situação de fragilidade em decorrência das características geomorfológicas;
- o de ser o maior banco genético remanescente da natureza tropical atlântica e abranger inúmeras espécies de flora e fauna em extinção;
- o de não ser passível de utilização para urbanização, indústria ou agricultura;
- o de seu manejo implicar riscos para as instalações humanas do piemonte, baixadas e estuários;
- o de abrigar caminhos históricos, sítios arqueológicos e artísticos e pelas obras da engenharia humana, como a Graciosa e a Ferrovia Curitiba-Paranaguá.

Interessante nesta transcrição no livro tombo, além do fato dos argumentos trazerem todos os elementos do discurso mais novo que se constituiu no interior do processo de tombamento, é observar que dela constam em grande maioria – cinco entre oito – os argumentos aventados por Azis Ab'Saber, transcritos por Lange em seu parecer.

Com este ato, encerrou-se do ponto de vista formal, o tombamento da Serra do Mar. Pois este, como ato declaratório do poder público, se encerrava com esta transcrição, onde estão definidos a coisa tombada, os motivos do tombamento e as características que nela devem ser protegidas.

Os desdobramentos desta iniciativa deram-se, principalmente no campo legal, foram diversas as ações de proprietários que, vendo seus direitos prejudicados, tentaram pela via judicial ações contestar o tombamento, a maioria delas referindo-se à desapropriação indireta. Isto é a alegação de que com o tombamento as suas propriedades perdiam a possibilidade de uso econômico e portanto deveriam ser desapropriadas.

Neste sentido, opina Henrique Schimidlin (2006), o regulamento que se concebeu para uso e ocupação das áreas tombadas foi essencial, pois as únicas

áreas para as quais não se previa a possibilidade de utilização, nos termos gerais em que se estabelece uma discussão judicial, eram as áreas de preservação permanente previstas na lei florestal. Nessas circunstâncias a grande maioria dessas ações não prosperou²⁶⁶.

Embora do ponto de vista do tombamento a Serra do Mar estivesse, a partir daí, constituída formalmente em patrimônio cultural natural dos paranaenses, as iniciativas no sentido de sua proteção que foram desencadeadas nos anos 1980 não terminaram aí.

Houve pelo menos mais uma iniciativa de regulamentação de uso do espaço litorâneo que, contendo a Serra do Mar e praticamente reproduzindo, neste trecho a norma já existente, reforçava as disposições do tombamento, e compatibilizava as normas a serem utilizadas pelo Conselho do Litoral e pela CPC.

A regulamentação, que consta do Decreto 5050 de 11 de maio de 1989, completando o conjunto de normas de uso necessárias à operacionalização da AEIT-Litoral e de instrumentação do Conselho do Litoral, teve origem na *Proposta de zoneamento para a região litoral paranaense*, elaborada pelo IPARDES em 1987.

Esta providência encerrou, por assim dizer, um ciclo de iniciativas de proteção ao litoral e à Serra do Mar, que traduziam uma visão a respeito da questão, qual seja a de que espaços ambientalmente relevantes podem ser conservados mediante regulamentação de uso ou, de outra maneira, de que há possibilidade de compatibilização entre a presença humana e a proteção de determinadas características do ambiente, mesmo em áreas ambientalmente complexas e de extrema importância.

Observando as iniciativas de proteção da Serra do Mar e do Litoral, que foram se consolidando no correr dos anos 80, pode-se perceber que terminado este período, a região contava com um interessante e bem articulado, aparato de proteção ambiental, talvez único no contexto brasileiro.

Havia uma malha bem integrada de proteção sobre aquele espaço que tinha um núcleo mais restritivo, definido pela Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi, que contava com um plano de manejo elaborado aos moldes daqueles

²⁶⁶ Henrique Schimidlin, advogado que desempenhou as funções de Curador do Patrimônio Natural por mais de dez anos a partir de 1987, afirma (2006) que apenas duas dentre muitas vingaram, e estas não por questões de mérito, mas sim por detalhes processuais, entre eles a perda de prazo.

utilizados em parques nacionais; este núcleo era circundado e incluído no Tombamento da Serra do Mar, cuja regulamentação de uso também era bastante rígida, por fim, ambas estavam contidas numa área maior, a Área Especial de Interesse Turístico do Litoral.

Ademais, as três iniciativas de proteção contavam com mecanismos para sua gestão integrada, pois havia representantes das diversas entidades envolvidas nos três níveis de proteção nos colegiados que se encarregavam da gestão e da aprovação de normas de uso da AEIT-Marumbi e da AEIT-Litoral, o que possibilitava a discussão integrada dos temas mais importantes e a definição de diretrizes comuns.

Posteriormente, se ampliou a visão disciplinar sobre a questão da proteção da Serra. Esta passou a ser concebida unicamente do ponto de vista das agências setoriais voltadas à questão ambiental. Então essa visão, integradora do ponto de vista disciplinar e institucional, e que se revelou capaz de atuar nas brechas da sistemática operacional do Estado, perdeu paulatinamente a importância para a criação e operação de unidades de conservação, como previstas na legislação ambiental.

5.3 A Serra Agora é Nossa

A serra foi tombada, como se depreende do narrado acima, por uma iniciativa que envolveu relativamente poucos atores, numa trajetória peculiarmente local, no sentido de curitibana, e pautada por um quadro conceitual que tinha como fundamentos, o paranismo, o excursionismo – cujas raízes remetem ao romantismo nacionalista alemão – e as idéias de Maack e Bigarella sobre a necessidade de sustar o desmatamento indiscriminado das nossas florestas.

Foi uma idéia que veio evoluindo no tempo e adquirindo forma, passando de manifestações pontuais para se condensar na tentativa de criação de um parque – primeiro nacional e depois estadual – e posteriormente de regulamentação de uso, o que deu origem à iniciativa de tombamento.

Nos primeiros momentos de sua trajetória, por quase vinte anos, tem-se João José Bigarella, como principal ator – um intelectual o que conferia seriedade e sustentação científica à proposta, dirigente da mais importante associação ambientalista do Paraná na época. Ele construiu, e sustenta até hoje o ponto de vista de que a Serra foi tombada, como decorrência do risco econômico associado ao seu desmatamento.

No plano político institucional dois atores se desatacaram entre os anos 70 e 80. O Diretor Regional do IBDF, João Luiz da Veiga Neto, a primeira autoridade pública a assumir esta causa; e Belmiro Valverde Jobim Castor inicialmente como Chefe da Coordenação de Planejamento Estadual e depois, por duas vezes, como Secretário do Planejamento, ambos deram sustentação à idéia.

Este último percebeu a importância do tema e conferiu sustentação política à proposta no âmbito do Estado do Paraná, a partir de meados dos anos 70. Também apoiou a constituição da ADEA, foi um de seus primeiros sócios, propiciou a base de sustentação financeira para a associação pela adesão de servidores públicos, e fez publicar o livro “A Serra do Mar e a porção Oriental”, que serviu de base técnica de argumentação em prol da proteção da Serra.

Esta trajetória sofreu uma inflexão quando em 1983 ficou clara a impossibilidade da criação do Parque do Marumbi e passou a se cogitar a possibilidade de regulamentação de uso da Serra do Mar. Neste momento assumiu destaque o papel de Roberto Ribas Lange que atuou em planos diversos como ator da sociedade civil participou da ADEA e como servidor público, inicialmente lotado no ITCF.

O que se percebe da atuação destes dois principais atores é que quando se colocou a alternativa de uso regulamentado, Bigarella assumiu uma postura de descrença, que aliás expressou nos seus artigos na Gazeta do Povo, enquanto Lange percebeu as suas possibilidades, envolvendo-se com a sua viabilização.

Na medida em que a formalização dessa alternativa avançou, percebe-se cada vez mais o comprometimento de Lange com a sua operacionalização e o afastamento de Bigarella. Este, após uma série de artigos na imprensa local que findou em maio de 1984, deixou de se pronunciar sistematicamente sobre o tema.

Como ator político nesse segundo momento percebe-se a importância de José Richa, que colocou a Serra do Mar e a questão do uso sustentado da região estuário lagunar da baía de Paranaguá no centro de suas articulações com o governo paulista e tomou a decisão de promover o tombamento da Serra, lhe conferindo posteriormente sustentação política.

No plano institucional, agindo no âmbito do governo e dando destaque à idéia, desenvolvendo um trabalho de convencimento das atividades envolvidas e articulando a sua execução destacou-se, até o final de 1985, Jurandir Garçon, seu principal artífice e condutor, e posteriormente José Guilherme Magnani auxiliado por Tosca Zamboni.

Como atores coletivos, ainda no âmbito das instituições, foram de grande importância para a operacionalização do tombamento: a Secretaria de Estado da Cultura, através da CPC; a representação regional da SEMA, que trabalhou na delimitação do perímetro a ser tombado; o ITCF que, principalmente, forneceu o embasamento jurídico para o processo e participou da regulamentação de uso; a Secretaria do Planejamento através do IPARDES, que desenvolveu a base cartográfica e a divisão da área em unidades ambientais; e da Coordenadoria de Planejamento Regional – CPR, que coordenou o desenvolvimento das normas de uso do espaço tombado.

Finalmente cumpre a importância de Teresa Urban, ator individual que, pela sua peculiar inserção naquele momento, foi de grande valia para a divulgação e operacionalização do tombamento.

Jornalista de ofício e ambientalista praticante, Teresa mantinha vínculos profissionais com o jornal O Estado de São Paulo que, juntamente com o seu vespertino Jornal da Tarde, se constituía na principal câmara de eco da questão ambiental naquele tempo. Sua participação, informa José Guilherme Magnani (2006), foi fundamental na divulgação do processo nas suas várias etapas e, também, na sua montagem, pois, com uma trajetória pessoal muito vinculada a Roberto Lange, foi sua principal colaboradora na redação do parecer final.

Como se vê não foram muitos os atores que tiveram uma participação mais decisiva no processo. Não se expressava um grande interesse público pelo tombamento e ele não suscitou resistências maiores, embora tenha tido grande

impacto na mídia. Mas o evento foi comemorado com o altissonante mote: A Serra agora é nossa.

Como se pode depreender as palavras não traduziam um clamor popular, que não houve. Não significavam também o término vitorioso de uma disputa vigorosa de interesses. Não havia, pelo menos explicitamente, vitoriosos ou derrotados.

Na busca de uma explicação de como estas palavras expressavam o momento viu-se que elas se destinavam a atender um estratégia de divulgação, de sensibilização do público. Tratava-se, como menciona José Guilherme (2006), de tornar claro que ela deixava de ser, exclusivamente, propriedade privada, e passava a ser de um patrimônio de todos. O objetivo era assinalar o exercício da cidadania. A Serra tombada passava a ser de um “ator coletivo, não mais dos indivíduos” afirmando “um resultado positivo de uma ação coletiva”.

É de Teresa Urban a expressão a “Serra agora é nossa”. Seu emprego, sugere a autora (2006), tem o sentido de deixar claro o caráter público do bem, de que o tombamento reconhecia a Serra como um bem de todos os paranenses.

Na frase, que é compreendida por Tosca Zamboni (2006) da mesma maneira, pode-se dizer que se comemorava o tombamento mas, mais do que isso, comemorava-se uma vitória que, com o passar dos anos viria a se evidenciar.

De toda a luta em prol da proteção da Serra, como assinala José Guilherme Magnani (2006), o tombamento resumia-se num ato político. Este ato, no entanto, foi o ápice de um processo, no qual e do qual a Serra do Mar emergiu como um objeto de relevância estadual e nacional, deixando de ser o objeto de preocupação de poucos técnicos, cientistas e ambientalistas.

Dessa notoriedade, e das articulações que se deram no decorrer do tombamento se originaram, inicialmente um esforço em prol do tombamento nacional da Serra, que esbarrou no desinteresse do IPHAN, mas que resultou no seu tombamento no Estado do Rio de Janeiro. Também resultaram as iniciativas para a criação da reserva da biosfera da mata atlântica e da sua inscrição pela UNESCO, como patrimônio da humanidade.

Mais do que isso, essas mesmas articulações, como assinala Teresa Urban (2006), estão na origem de um movimento bastante mais amplo, de expressão nacional, que resultou na inclusão, na Constituição da República de 1988, de um

capítulo sobre o meio ambiente, bem como na elevação da Serra do Mar e da Mata Atlântica à condição de patrimônio nacional.

Dessas conseqüências do tombamento advieram um conjunto de medidas legais, institucionais, de transferência de recursos e muitas outras, tanto locais como internacionais, tanto públicas como privadas - que mudaram definitivamente a importância desse espaço como objeto de preservação, e o tornaram patrimônio de toda a coletividade brasileira. A Serra do Mar passou a ser nossa ou, pelo menos, mais nossa do o que fora antes do tombamento.

6. CONCLUSÕES

6.1 As Diversas Dimensões do Patrimônio Cultural Natural

Ao iniciar este trabalho a pretensão era centrar a pesquisa em alguns aspectos fundamentais. O primeiro deles era a compreensão teórica do conceito do patrimônio cultural natural, de forma a clarear os conceitos que lhe são associados e contextualizar esta prática no âmbito da modernidade.

O esforço empreendido neste sentido abrangeu um conjunto amplo de temas com os quais se buscou explicitar a noção de patrimônio cultural natural. Procurou-se entendê-lo enquanto prática do Estado moderno, que se vincula ao seu processo de legitimação e, portanto, ao interesse das elites. Esta prática cria construtos culturais, os próprios patrimônios, que se vinculam à noções de identidade e pertencimento e que traduzem relações entre a sociedade e a natureza – representações e padrões de apropriação – significando, por outro lado, uma particular leitura da história.

A ambição, nesse campo, foi suprir lacunas de formação permitindo outra aproximação deste objeto, mais do que desenvolver uma crítica detalhada dos corpos teóricos existentes a respeito do tema. Ao se fazer esta revisão, deparou-se com algumas questões que sugerem uma apreciação mais detida, apontando para a possibilidade de estudos mais detalhados.

Percebeu-se, por exemplo, quando se aproximou da discussão da relação entre patrimônios culturais e valor, que a literatura especializada trata da questão de um ponto de vista taxonômico. Busca estabelecer tipologias de valores atribuídos aos bens artísticos e culturais, quer os decorrentes de sua condição específica – valor artístico, de autenticidade, de excepcionalidade, de antigüidade – quer os que provém de sua inserção em determinados contextos, como os valores de uso e de troca.

Nesse campo procurou-se ensaiar uma tentativa preliminar de aproximação teórica na qual se buscou delinear uma visão compreensiva do processo de valoração associado à constituição dos patrimônios fundamentada nos pensamentos

de Henri Atlan e nas discussões de Ademar Heemann sobre as relações entre natureza e ética.

O tratamento que se deu ao tema permitiu antever um interessante campo de discussão sobre as relações entre a constituição de patrimônios e os processos valorativos da natureza, bem como a possibilidade do desenvolvimento de um instrumental de análise das justificativas associadas às iniciativas de proteção a bens naturais.

No que concerne à compreensão da constituição de patrimônios culturais naturais como prática de Estado, procurou-se inicialmente a ampliação do marco teórico a respeito da função desta prática no contexto da modernidade, especialmente com base em Giddens e seus conceitos de sistemas especialistas e fichas simbólicas - o que abre uma nova perspectiva de discussão da relação da constituição de patrimônios com a noção de confiança, tão essencial para o entendimento e operação das instituições modernas.

Também se concluiu, tendo como ponto de partida principalmente, o pensamento de Castells, e a observação das dificuldades enfrentadas, pelo Estado contemporâneo no que concerne às suas relações com a identidade locais e nacionais e ao controle do tempo e do espaço, sobre uma nova situação que suscita ênfase para a questão patrimonial local e, a tendência cada vez mais forte de criação de patrimônios da humanidade.

Quanto à primeira das tendências verificadas, cabe uma investigação, principalmente no caso brasileiro, mais detalhada sobre em que medida estas tentativas não traduzem um padrão homogeneizante; e de como este aspecto se encontra determinado pelo seu vínculo com o mercado cultural e, também, pelo predomínio das agências multilaterais no processo de financiamento.

Quanto aos patrimônios da humanidade, os estudos suscitaram a possibilidade de uma pesquisa mais detalhada a respeito de sua vinculação com os mecanismos de validação dessa nova ordem, nesse novo espaço, no qual instituições multilaterais – que ocupam uma função cada vez maior na normatização das trocas e dos processos de apropriação de recursos – passaram também a definir novos símbolos de pertencimento.

Sob este aspecto, vale tematizar com mais clareza as relações entre as identidades nacionais – um aspecto que perde cada vez mais espaço para as identidades locais – e uma nova identidade de caráter planetário que se articula a partir do pertencimento à coletividade humana e, por extensão, à espécie.

Isto é mais verdadeiro no caso dos patrimônios culturais e naturais da humanidade que se identificam com paisagens muito extensas, como a Amazônia e a floresta tropical, e que são apresentados como símbolos de pertencimento a uma comunidade abstrata e sobre cuja inserção histórico-cultural, fora do sistema de especialistas, pouco se sabe, mas que têm um indiscutível valor simbólico para a grande maioria dos que vivem na sociedade midiática.

Por fim, discutiu-se sob diversos aspectos a questão da existência de condições específicas na natureza que tornem um bem patrimônio natural, ou de quanto estas qualidades são a eles intrínsecas.

A iniciativa destinou-se a ampliar o debate em diversos campos, levando em conta aspectos da história, da filosofia, da antropologia e outros, no sentido de marcar o caráter cultural dos patrimônios naturais.

Procurou-se, também, uma aproximação da aplicação da idéia de patrimônio cultural natural no Brasil. Este esforço partiu de uma abordagem que contemplou aspectos teóricos e empíricos.

No que concerne à teoria, buscou-se suprir a ausência de um quadro conceitual mais claro, que tivesse uma amplitude tal que permitisse consolidar um ponto de vista a respeito das relações que se estabelecem entre as representações de natureza e os padrões de apropriação de seus recursos praticados na sociedade brasileira, bem como, de como os mesmos se rebatem nas práticas de constituição de patrimônios culturais naturais.

Esta busca esbarrou na ausência de uma abordagem abrangente, assim o esforço empreendido foi o de delinear, a partir de alguns autores que trataram parcialmente da questão – Caio Prado Jr., Celso Furtado, Buarque de Holanda, Lilia Moritz Schwarcz, Raymundo Faoro – e de algumas tentativas disciplinares de caráter mais amplo – Roberto DaMatta e Gilmar Arruda –, um quadro no qual se procurou abrigar o conjunto destes temas.

Nesse ponto, concluiu-se, sob inspiração de Roberto DaMatta, sobre a necessidade de desenvolver uma reflexão mais abrangente a respeito dos padrões de relação entre a sociedade brasileira e a natureza e os desdobramentos destes na constituição de patrimônios naturais.

Temos uma história de relações com a natureza que é peculiarmente nossa, na medida em que reflete certas características da formação desta sociedade. Mas nos aproximamos dessa relação com uma visão teórica da relação homem-natureza que se estabelece a partir de um ponto de vista europeu²⁶⁷. Essa postura limita a compreensão destes processos e, decorrentemente, a possibilidade de formulação de políticas e instrumentos de ação que sejam consentâneos com os padrões relacionais que aqui se estabelecem.

No que concerne a uma aproximação mais empírica, realizou-se uma incursão sobre a história dos institutos, instituições vinculados à prática da constituição dos patrimônios culturais naturais. O intuito foi o de preencher algumas lacunas de discussão em vários aspectos: no que se refere à questão legal; no que diz respeito à prática institucional; no atinente ao conjunto dos bens que se protege sob esta designação, ou aos motivos que orientam tal proteção.

Estas sistematizações já haviam sido realizadas em âmbito federal e estadual, – Maria Cecília Londres da Fonseca e Márcia Kersten, para mencionar as mais abrangentes em ambos os casos, respectivamente – porém não consideravam uma discussão mais detalhada sobre o patrimônio cultural natural, que abordasse, entre outros aspectos, sua tipologia, distribuição geográfica e temporal, condições de propriedade, contribuição que, se supõe, acrescenta informação e subsidia conclusões importantes.

Como se viu as idéias de natureza tem um significado simbólico bastante evidente na cultura brasileira, se expressando nas crenças, no modo de vida e na produção cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira em diversos momentos de sua história.

A idéia de natureza como provedora de riqueza, como fonte de vida e beleza tem sido utilizada no correr da história nas diversas tentativas de fundar a nação,

²⁶⁷ Isto sem levar em conta a questão da inserção, na época da colonização, da cultura ibérica dentro do contexto europeu, posto que os povos da península acabavam de deixar a esfera de influência direta da cultura árabe, coisa que não acontecia na França, Inglaterra e Alemanha, de onde advém a base histórico cultural que permeia a maioria das discussões sobre a relação entre homem e natureza que são correntes no nosso meio.

isto é, de constituir um patrimônio simbólico comum que vincule a sociedade com o Estado.

Todavia não se encontra correspondência entre o que se constituiu como patrimônio cultural natural da nação, e a força simbólica que os aspectos da natureza parecem possuir como manifestação cultural e política.

Pode-se dizer, assim, que embora a nação brasileira perceba, manifeste e festeje a tropicalidade profusa de cores, bichos e frutos, de praias, matas, cachoeiras e outras belezas naturais, a coleção de coisas constituída oficialmente justamente na intenção de reunir os elementos mais representativos desta mesma natureza não o faz.

Seria ingenuidade pensar que há uma relação necessária e imediata entre os bens ditos patrimônios culturais naturais e as manifestações culturais da comunidade que, dizem os especialistas, tem sua cultura e história representadas por esta coleção de coisas.

Mas a constatação da falta de sintonia entre o fato social e as concepções e práticas da instituição responsável pelo patrimônio cultural brasileiro é de tal ordem que, mesmo explicada pela estabilidade administrativa deste organismo, seu vínculo com o modernismo e, portanto com a afirmação do modo urbano de vida, ou pela ausência de importância da atividade relativamente aos demais afazeres governamentais, requer explicações mais detidas que poderão ser formuladas em pesquisa específica.

Constatou-se, no entanto, que o fato não parece constituir-se numa tendência nacional, pelo menos não em todos os momentos da história, pois existem Estados que se encontram entre os mais importantes do ponto de vista político e econômico para a nação em que se encontram tentativas de conferir destaque à aspectos da natureza na constituição de seus patrimônios culturais e naturais.

Essas tentativas são todas coetâneas, e remetem ao momento da redemocratização do país e à luta pela cidadania - o que não se trata, evidenciou-se neste estudo, de uma mera coincidência temporal.

Verificou-se esta disparidade de atitudes, entre a União e os Estados, apesar do poder de indução de atitudes e práticas administrativas a partir do aparato federal

de governo sobre as administrações estaduais que caracteriza a administração pública brasileira.

Sua justificativa vincula-se ao peculiar movimento de retomada das instituições democráticas que ocorreu no país, o qual se iniciou pelos Estados federados, e pelos incidentes de percurso²⁶⁸ que o mesmo processo de transição enfrentou no âmbito federal, cuja dinâmica em termos de vínculo direto as bases populares foi muito distinta.

A experiência de uma gestão pública que se aproximasse dos anseios populares de democracia e cidadania foi mais vivenciada nos Estados antes e de forma muito mais intensa. Nesses, a vitória foi de partidos e de governantes de oposição ao regime militar, compromissados com esta possibilidade.

Em tais circunstâncias os aspectos notáveis da natureza, que já se constituíam a base do discurso identitário dominante na nação, tornaram-se símbolos das conquistas cidadãs. E foram escolhidos não apenas pela sua notabilidade, mas pela sua magnitude e impacto, pois se tratava de selecionar objetos cujas dimensões correspondessem à grandeza do momento.

Finalizando esta discussão sobre o patrimônio cultural natural brasileiro, nota-se que decorridos mais de vinte anos deste movimento de instituição de grandes patrimônios naturais no âmbito de alguns Estados, pouco ou nada se fez neste sentido em âmbito nacional.

As políticas oficiais de proteção da natureza passaram a enfatizar, talvez como reflexo dos mecanismos de financiamento internacional desenvolvidos para tanto, a instalação de unidades de conservação, deslocando-se quase que univocamente para os organismos de proteção ambiental.

Aceita a constatação de que há uma diferença fundamental entre as ações de preservação que se voltam à proteção dos aspectos físicos e biológicos dos ambientes e a proteção de patrimônios culturais e naturais cabe aqui uma reflexão.

Os patrimônios culturais naturais se constituem a partir de um processo de valoração que parte de uma relação afetiva, de pertencimento, entre o homem e as

²⁶⁸ Nesta transição, além de um processo de eleição indireta do governo civil em 1986, quando nos Estados esta foi direta já em 1982, a morte de Tancredo Neves, cuja trajetória pessoal era nitidamente de oposição tendo assumido o seu vice-presidente José Sarney, um político que até as vésperas da eleição era absolutamente identificado com a ditadura.

coisas da natureza. São as referências ao passado, ao que aparece como belo ou magnífico, ao que parece importante para todos, que mobilizam os atores a se movimentar no sentido da sua constituição.

Por outro lado, no contexto atual, em que é urgente a compreensão pela coletividade da necessidade de re-inserção do homem na natureza, da impossibilidade de dissociá-lo desta sem o risco da extinção da espécie, faz-se necessário que se restaurem os laços de respeito entre o homem e o mundo natural.

Laços de respeito estão relacionados não apenas a uma consciência guiada pela razão, que é capaz de discriminar, de estabelecer relações e hierarquia, pois esta é a consciência da ciência – que se propunha dona e senhora do mundo natural, mas que se demonstrou muito limitada no que concerne à generalização de padrões adequados de relação com o mesmo.

Mas respeito está associado principalmente ao estabelecimento de uma relação afetiva, de coexistência, de compreensão e aceitação, de um sentimento de pertencimento. Isto requer que se busque intencionalmente um re-encantamento da relação entre homem e natureza.

Nesse sentido fica claro que os patrimônios culturais naturais, que remetem justamente ao afeto, à dimensão simbólica, aos aspectos emocionais da relação do homem com as coisas da natureza, poderiam se apresentar como um instrumento de política pública adequado, dum processo de re-educação para a construção de uma nova forma de interação entre o homem e o mundo natural.

Afinal, lembrando Aloísio Magalhães, o homem que trouxe uma nova vida e dimensão para a questão patrimonial no Brasil, o cuidar advém do gostar e este último só é possível quando se conhece.

O estudo também contemplou uma detalhada análise das condições de constituição e da situação atual do patrimônio cultural e natural e do patrimônio cultural natural no Paraná.

O que se constatou foi que, além de estarem centrados numa visão que privilegia o patrimônio arquitetônico, de uma maneira geral, ambos refletem um ponto de vista bastante centrado em uma região, o Paraná Tradicional, não conferindo maior importância para outras áreas do Estado. Fato que, dado como

decorrência necessária e natural da evolução da organização do Estado merece, no entanto, explicação, mais detida e pode ser objeto de pesquisa.

A situação traduz um padrão bastante estreito de relação entre as elites tradicionais, aquelas que se constituíram a partir do mate, da madeira e dos negócios de terra e, posteriormente se articularam em torno da produção da infraestrutura e equipamentos para efetiva ocupação do território e urbanização – construção de escolas, estradas, hidrelétricas – e a operação do aparelho de Estado.

Evidencia também a necessidade de uma revisão atenta dos processos de constituição de patrimônios no sentido de reformular os pontos de vista que os orientam, isto não apenas no que concerne à seleção dos objetos de proteção a serem considerados mas, também, na busca da ampliação do ponto de vista geográfico, histórico e cultural que lhes dão sustentação.

6.2 O Tombamento da Serra do Mar

Procurando delinear o cenário no qual se constituíram as condições para o tombamento, produziu-se um extenso apanhado sobre as interações entre a Serra e diversos aspectos da economia e sociedade paranaenses. Neste apanhado levaram-se em conta suas características geográficas, aspectos territoriais e sua base de recursos. Também foi efetuado um apanhado das diversas representações de natureza que se associam à Serra.

Uma apreciação desse material, que apenas como reunião de informações constitui um corpo original, permitiu concluir sobre um conjunto muito amplo de relações entre este peculiar acidente geográfico e a dinâmica territorial, social e econômica das regiões litorâneas e de Curitiba, mas também do Estado como um todo.

Entre elas, principalmente, a noção de que sempre se verifica uma estreita relação entre os patamares tecnológicos de sua transição e a dinâmica da economia regional. Quer porque estes patamares permitem a incorporação de novos umbrais qualitativos e quantitativos de recursos – como foi o caso do mate e da madeira;

quer porque propiciam condições para o atendimento, em escala compatível com a produção e a preços de transporte mais competitivos, de demandas já existentes – como foi o caso do café; ou porque significam a disponibilização de insumos e a implantação de novas atividades dinamizadoras da economia – como foi com o caso do oleoduto e da refinaria de Araucária.

Os modos de transposição da Serra do Mar que foram se sucedendo no tempo tiveram outras conseqüências sobre a vida dos paranaenses. Vincularam-se fortemente ao crescimento urbano, à industrialização e à consolidação de Curitiba como pólo administrativo e de serviços para todo o Estado no início do século. Propiciaram as condições para turismo de veraneio – serra acima no começo do século XX, e serra abaixo nas décadas finais – e para o excursionismo e montanhismo que se desenvolveram a partir dos anos 40.

Também se destacou que sua oferta de recursos hídricos significou um impulso nos primeiros momentos da atividade ervateira, foi essencial para o desenvolvimento urbano de Curitiba e região enquanto oferta de energia elétrica. Finalmente, mas não menos importante, seus recursos hídricos constituem na maior fonte de oferta de água para abastecimento público das áreas urbanizadas de Curitiba e do litoral.

Afora a sua importância econômica no que concerne a transportes e oferta de recursos, investigou-se o seu significado simbólico, procurando seus vínculos com uma identidade regional. Constatou-se nesse sentido a existência de vínculos muito fortes, que remetem inicialmente às investidas identitárias dos paranistas, entre algumas gerações de intelectuais formados em Curitiba e a Serra.

A influência foi muito forte para os que foram jovens entre os anos 40 e 70 do século passado, para os quais a Serra do Mar era o espaço das diversões, das aventuras, do contacto com o perigo, com os horizontes ilimitados e com a liberdade, acessível pelo preço modesto de uma passagem ferroviária²⁶⁹.

Essas práticas, associadas à uma sistemática pregação de Reinhard Maack e Bigarella, cujos pensamentos estavam na base da formação de todos os que se interessavam pelas questões paranaenses nos anos 60 aos 80, explica o vínculo

²⁶⁹ A popularização dos balneários a partir dos anos 70 e posteriormente, já no fim do século, a privatização da ferrovia Curitiba Paranaguá, com a elevação dos custos das passagens, veio paulatinamente diminuindo este interesse.

intelectual e afetivo que muitos dos profissionais liberais, técnicos de governo, cientistas, administradores públicos e políticos desta região desenvolveram com este objeto.

O tombamento da Serra do Mar, no Paraná, reflete em muito essa dinâmica e atende, do ponto de vista de seus motivos, ao discurso construído por esses intelectuais, refletindo ainda sua habilidade de adequá-lo às perspectivas e imposições dos diversos momentos políticos em que se inseriu.

A ação do Estado no sentido da proteção da Serra do Mar veio se articulando no tempo, e se desenvolveu vinculada a esse discurso. Foi marcada por um conjunto de atores que se posicionou a um só tempo dentro – como burocratas e tomadores de decisão – e fora do Estado – como participantes de entidades ambientalistas. Essa foi uma particularidade importante do processo.

Do ponto de vista temporal, embora tenha raízes mais distantes esse foi um movimento cujos primeiros passos remetem aos anos 60, e que tomou, nos anos 70, uma grande força, com o advento da ADEA, o principal ator coletivo deste processo, especialmente pelo seu forte imbricamento com o governo do Estado de então e com o movimento ambiental.

Bigarella, com sua tripla característica de técnico, cientista e ambientalista foi essencial para fazer da Serra do Mar um objeto importante do ponto de vista ambiental quer para a opinião pública, quer para os intelectuais, e também para os políticos.

Durante a construção e disseminação do discurso técnico-científico a respeito da necessidade da proteção da Serra, outro ator, de cunho mais político que se destacou foi Belmiro Castor, que propiciou os meios para a sobrevivência da ADEA e fez a ponte entre esta e as decisões governamentais, colocando o tema entre as preocupações governamentais.

Os chamados motivos de ordem técnica, quais sejam a estabilidade das encostas e a possibilidade de alteração nas condições de operação do principal porto exportador do Estado em decorrência do assoreamento, embora expressando um olhar vinculado às noções de equilíbrio natural e com conotações catastrofistas, parecem terem sido de grande relevância na determinação da atitude do Estado nos primeiros momentos.

O fato fez com que fossem determinadas medidas cuja implantação, pela ausência dos necessários recursos em sucessivos momentos, não se concretizou, gerando expectativas e permitindo o fortalecimento de posições e reivindicações.

Quando do advento do primeiro governo eleito diretamente, cujo compromisso com causas populares e de melhores condições de vida bem poderia ser – na falta de um movimento social mais organizado que conseguisse expressar com clareza as suas necessidades – traduzido por um anseio popular de grande apelo, a questão da Serra do Mar, com suas demandas não atendidas e postergadas pela ditadura diversas vezes, passou a ocupar esse papel.

Havia um problema de governo a ser resolvido: a implantação do Parque do Marumbi, prometido há mais de década. Paralelamente, o governo necessitava mostrar que estava aberto às demandas populares. A habilidade política foi produzir o discurso e articular as ações dentro do governo e da mídia, para que a causa da proteção da Serra do Mar fosse percebida como uma resposta plausível para esta demanda vinculada à democracia, à cidadania e à qualidade de vida que, do ponto de vista da objetivação, tinham caráter inespecífico.

Novos atores se manifestaram nesse momento. Dentre eles merece destaque Jurandir Garçon, pela percepção da oportunidade de lançar o tema no âmbito governamental. Já Roberto Lange, principalmente, percebeu as possibilidades do uso regulamentado como forma de atingir um desígnio mais amplo de proteção da Serra do Mar e substituiu Bigarella na condução do processo do ponto de vista dos interesses não governamentais. Soube se movimentar dentro e fora do governo na criação das condições para que o tombamento se realizasse.

Evidente que nesse momento há que se conferir destaque à José Richa, que percebeu as possibilidades políticas associadas ao tema, principalmente a colocação de um debate de âmbito nacional. Tal atitude visava demonstrar a capacidade dos governos de oposição para atender a demandas voltadas ao interesse coletivo, demonstrando que, sem a decisão e o apoio desses governos, esse tipo de iniciativa seria inviável.

Embora se destaquem alguns atores, a bem do esforço que empreenderam no sentido do tombamento, uma visão mais ampla sobre a iniciativa de tombamento da Serra do Mar no Paraná sugere - como ficou claro em todas as entrevistas que se

realizou e no material de imprensa consultado - que esta foi o resultado de um movimento de intelectuais curitibanos que percebiam seu valor do ponto de vista ambiental. Não houve um movimento social expressivo ou reivindicação popular que justificasse a medida.

Isto reafirma outro aspecto do tombamento, qual seja o seu sentido mais político do que operacional, como afirma José Guilherme Magnani (2006), o que é corroborado pela ausência de um envolvimento sistemático do aparato público no assunto, mesmo quando se olha a questão do ponto de vista da ação setorial.

O tema só adquiriu maior importância nos dois anos que precederam o tombamento, e mesmo assim, olhando com mais atenção, não se tratava, para a maioria das agências governamentais envolvidas, de uma prioridade governamental – como aliás deixam claro José Guilherme Magnani (2006), Tosca Zamboni (2006), Teresa Urban (2006) e Renée Doti (PARANÁ, 1987-B) –, mas de uma prioridade pessoal do conjunto dos atores individuais trabalhando nessas agências.

Um demonstrativo desta conclusão é o fato de que, mesmo na perspectiva de realizar o tombamento como um ato de repercussão nacional, e que era de interesse para o posicionamento pessoal do Governador José Richa, houve muita hesitação em alocar recursos financeiros novos no processo. Estes, embora muitas vezes prometidos, nunca vieram a ser disponibilizados, tendo a Secretaria da Cultura que executá-lo com suas disponibilidades orçamentárias usuais.

A discussão traz de volta a um dos temas que deu origem a esta pesquisa, qual seja a de porque se conseguiu tomba a Serra do Mar, numa extensão de 386.000 ha, sob uma regulamentação de uso bastante rígida, e de porque esta iniciativa permanece, do ponto de vista legal e das possibilidades operacionais, indene até hoje.

Um aspecto fundamental da viabilização política da iniciativa foi, além do momento político, o seu ineditismo – não se sabia exatamente o que era um tombamento e o que isto acarretaria para os interesses privados envolvidos. Este instituto jamais havia sido aplicado para áreas tão extensas, o que, aliado à rapidez com que o ato se concretizou, deixou muito dos interesses contrários um pouco desarticulados.

A impressão que se tem, a ser mais bem investigada, é que, naquele momento, os interesses contrários ao tombamento constataram a grande dificuldade de promover um movimento que resistisse ao tombamento e também não o viam como prioritário.

A dificuldade advinha não do interesse popular pela proteção da Serra, que como se viu era inexpressivo, mas da quase unanimidade de apoio de que dispunha o principal patrono da causa, o governador José Richa.

A ausência de prioridade adviria do fato de que estas terras, embora envolvessem grupos econômicos consideráveis, eram, para os interesses dos mesmos, de importância secundária, o que os levou a confiar na possibilidade de que poderiam buscar os seus interesses na justiça, com calma e sem maiores desavenças públicas.

Aqui surge outro aspecto a ser pesquisado, relativo às alterações das concepções a respeito da subordinação do uso da propriedade privada aos interesses coletivos. Com a Constituição Cidadã e o advento e consolidação das novas leis ambientais se modificaram muito as atitudes da justiça brasileira sobre a questão.

Notou-se também que ao final dos anos 80 a Serra do Mar contava com um aparato integrado de medidas de regulamentação de uso que incluía um núcleo mais duro composto pela AEIT-Marumbi, que estava contido no Tombamento da Serra do Mar, que por sua vez fazia, na sua quase totalidade, parte da AEIT-Litoral.

Mas apesar do conjunto integrado de normas, dos mecanismos de gestão instalados e das pontes para as possíveis articulações estarem concluídas, aparentemente, passado este primeiro período, o que se verificou foi, como de resto é comum no Estado brasileiro, a prevalência da ação setorial sobre as possibilidades de integração, que ficaram muito mais a cargo das tentativas individuais do que como prática institucional.

Hoje, na opinião de alguns (ZAMBONI 2006), praticamente não se verifica integração entre os organismos envolvidos na proteção da Serra do Mar. A autoridade ambiental praticamente não se interessa pelas possibilidades decorrentes da aplicação das normas de uso do tombamento como mecanismo de indução de um padrão de uso mais adequado.

A integração ocorre apenas nos casos excepcionais como consultas específicas sobre possibilidades de uso e nos grandes acidentes²⁷⁰. Nestes casos os entes setoriais se articulam para aumentar as possibilidades dos instrumentos legais de exercício de poder de polícia que manejam. Parece então haver um movimento de integração, coisa que, passados os primeiros momentos deixa de ocorrer.

Cabe assim uma pesquisa sobre o conjunto deste aparato de gestão patrimonial, com o fito de explicar os motivos de sua incapacidade de agir integradamente, bem como para verificar quais os ajustes necessários para que isso ocorra.

O tema se associa a outra questão que fica em aberto. Qual foi o saldo de todo esse longo trajeto de iniciativas para proteger a Serra do Mar? E especialmente, qual o saldo de proteção que resultou de seu tombamento?

Numa apreciação geral pode-se afirmar que o saldo foi positivo. A Serra está aí, como o espaço mais protegido do Paraná, para demonstrar isso. Não há região com maior extensão de matas preservadas no Estado. Esse sucesso se deve aos aspectos normativos do tombamento, pelo menos nos primeiros anos de sua vigência, quando não havia outro diploma legal que a protegesse, e principalmente ao seu efeito político e didático.

Nesse sentido o tombamento colocou a proteção da Serra do Mar num patamar de interesse nacional. Foi o elemento que deu origem a todas as demais iniciativas que lhe sucederam, como a sua inclusão como patrimônio nacional na Constituição de 1988, sua inscrição como patrimônio da humanidade, e todas as medidas legais e de apoio financeiro que daí advieram.

Por outro lado, responder à questão sob o ponto de vista quantitativo, com algum grau de certeza, exigiria um aparato de informações que não se encontra disponível sequer nos organismos encarregados da tarefa de proteger a Serra.

Não se pode empreender avaliações sobre o tema que permitam dizer quais os padrões de cobertura vegetal da área ou avaliar se a situação hoje significa avanço ou retrocesso em relação à situação original. Contudo, é possível alguma

²⁷⁰ Como os ocasionados recentemente pela PETROBRAS – derramamentos de óleo e de produtos químicos – e pela América Latina Logística – descarrilhamento de uma grande composição com comprometimento de cursos d'água e destruição de patrimônio histórico e artístico.

aproximação do tema, o que suscita questões importantes com as quais se encerram estas conclusões.

Apesar de não se ter dados sobre a situação de cobertura vegetal da área tombada, sabe-se que a região litorânea constitui-se na que apresenta o maior índice de conservação da cobertura vegetal arbórea no Estado, como indica o IPARDES (2005).

É interessante pensar, por outro lado, que apesar de ser a área em que se obteve mais resultados no que se refere à redução do processo de devastação florestal em todo o Paraná, a autoridade ambiental resiste em se movimentar no sentido de integrar o aparato de proteção disponível. Contenta-se em apenas administrar as Unidades de Conservação existentes na área e a AEIT-Marumbi, cuja área é insignificante com relação à tombada.

Os motivos dessa peculiar miopia administrativa, podem estar nas dinâmicas específicas do Estado e suas agências setoriais. Também podem refletir, no plano prático, o exercício das práticas clientelísticas que se antepõem às normas modernas e bem intencionadas, uma vez que um aparato desintegrado é mais passível de ser vazado por interesses particularistas. O fato evidencia, uma vez mais, as possibilidades de uma pesquisa destinada a compreender as especificidades do padrão de funcionamento dessas agências.

Ao final, fica a questão: A Serra agora é nossa?

A questão se coloca no sentido com que os que criaram o dístico pretendiam que o mesmo fosse compreendido: **Nossa** como patrimônio comum, **nossa** como conquista da cidadania da expressão do direito de todos por um meio ambiente melhor. Passados mais de vinte anos do feito, ainda há dúvidas a respeito.

Sabe-se que a Serra, indiscutivelmente notável do ponto de vista de suas belezas naturais, dos serviços ambientais que presta, da biodiversidade, ainda é o espaço mais protegido do Paraná.

Sabe-se, que com o avanço da educação ambiental e com a generalização das informações sobre os riscos do desmatamento indiscriminado, desenvolveu-se uma atitude mais compatível com as iniciativas de proteção em amplas camadas da população, situação que não corresponde à dos anos 80, quando a Serra era assunto de interesse de uns poucos intelectuais.

Nesse sentido a Serra do Mar hoje, é mais um patrimônio da coletividade paranaense do que foi outrora. A necessidade de sua proteção pode ser compreendida por maior número de pessoas, o que atende a uma das funções da constituição de patrimônios, qual seja o seu valor didático de ensinar como e porque determinados aspectos da produção material e imaterial e da natureza devem ser protegidos.

Por fim resta uma aproximação do tema de forma a vincular a iniciativa do tombamento com as representações de natureza que ocupam um espaço tão significativo nas manifestações culturais de nosso país.

Uma explicação do tombamento que envolva elementos de caráter mais simbólico remete à idéia da iminência de perda que desperta o esforço da conservação, que sempre está presente na constituição de patrimônios e retoma o mito edênico.

As imensas e infindas matas que compunham a grande riqueza do Paraná – cantadas desde sua autonomização e associadas a um futuro promissor – estavam irremediavelmente destruídas ao chegar os anos 80 do século XX. Delas pouco restava. As cicatrizes deste processo apareciam muito nitidamente nas regiões de ocupação mais antigas, que se encontravam depauperadas, ou na erosão de dimensões espetaculares que se manifestava no noroeste do Estado.

Ademais, a erradicação do café e a modernização da agricultura fizeram com que principalmente no norte do Estado, grandes levas de populações rurais abandonassem o campo e se dirigissem para as grandes cidades. O mito da riqueza no paraíso do ouro negro estava desfeito, em parte porque a natureza, com suas geadas e com a erosão, vingara-se.

O paraíso estava perdido. Havia que reencontrá-lo. Coube aos intelectuais de Curitiba reconstruir esta visão de um paraíso a ser eternamente conservado com o tombamento da Serra do Mar. Coube a um político do norte do Paraná, que vivera a construção e a destruição deste mesmo mito na sua região de origem, fornecer a base política que consagrou o ato.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AB'SABER, Aziz N. Aspectos da econômica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial: 2 – administração, economia e sociedade*. São Paulo: Difusão, 1973.

_____. Fundamentos geográficos da história brasileira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial : 1 – do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1976.

_____. Ambiente e culturas: equilíbrio e ruptura no espaço geográfico ora chamado Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Nº 22/1987 pp.236-254 Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1987-A.

_____. *Mesa Redonda Patrimônio Natural*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Nº 22/1987 pp.217-232 Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, 1987-B.

_____. Reinhard Maack (1892-1969) e as geociências no Paraná. In: MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de; CARNEIRO, Celso Dal Ré. *Origem e evolução da Serra do Mar*. *Revista Brasileira de Geociências* 28 (2), p. 135-150. São Paulo: junho de 1998.

ANCHIETA, José de. Carta ao padre Inácio de Loyola, 1554. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. II*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954-A, p. 83 - 118.

_____. Carta ao padre Inácio de Loyola, 1555. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. II*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954-A, p. 173 – 209.

_____. Carta aos irmãos enfermos de Coimbra, 20 de março de 1555. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. II*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954-A, p. 155,163.

_____. Carta ao padre Diego Laynes, Roma, 31de maio de 1560. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. III*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, Apêndice I, p. I XVII.

_____. Carta ao padre Diego Laynes, Roma, 30 de julho de 1561. In: LEITE, Serafim. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. III*. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954-B, p. 367, 387.

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. O tombamento na preservação de áreas naturais. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nº 19, p. 40-44, 1984.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do serviço do patrimônio artístico nacional. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nº 30, p. 270-289, 2002.

_____. *Melhores poemas de Mário de Andrade*. São Paulo: Global, 2003.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco de. A pintura colonial em Minas Gerais. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nº 18, p. 11-74, 1978.

ANDRADE, Soraia Maria de. *O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem*. Tese de Doutorado em Geografia na Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002-A.

ARAUJO, Adalice Maria de. *Dicionário das artes plásticas no Paraná. V.1* Curitiba: Edição do Autor, 2006.

ARRUDA, Gilmar. Representações da natureza: história, identidade e memória. In: ROLIM, Rivail Carvalho; PELLEGRINI, Sandra Araújo e DIAS, Reginaldo (Orgs). *História espaço e meio ambiente*. Maringá: ANPUH-PR, 2000.

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARANÁ – ADEA. *Boletim informativo para associados*. Nº. 1. Curitiba: junho de 1976.

ATLAN, Henri. Henri Atlan, o teórico da auto-organização. In PESSIS-PASTERNAK, Guitta (Org.). *Do Caos à Inteligência Artificial*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. As finalidades inconscientes. In THOMPSON, Willian Henry (Org.). *Gaia. Uma teoria do conhecimento*. São Paulo: Editora Gaia, 2000.

_____. Será que a ciência cria valores? O bom, o verdadeiro e o poeta. In PESSIS-PASTERNAK, Guitta (Org.). *A Ciência: Deus ou Diabo?* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *1858, viagem pelo Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

BACILA, Metry. A Trajetória de "Arquivos de Biologia e Tecnologia", Publicação que Marcou Época na História da Ciência Brasileira. In: *Brazilian archives of biology and technology* vol.jubilee, p.1-11. Curitiba: TECPAR, Dezembro de 2001.

BALÃO, Viriato. *Serra do Mar* In: *Ilustração Paranaense*. Ano II, N 6. Curitiba: junho de 1928.

BALHANA, Altiva Pilatti. Aspectos da Geografia Humana do Paraná. In BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori*, vol. I. Org. WESTPHALEN, Cecília Maria. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002-A.

_____. A inserção do homem no quadro ecológico. In BALHANA, Altiva Pilatti. *Un Mazzolino de Fiori*, vol. I. Org. Cecília Maria Westphalen. Curitiba: Imprensa Oficial; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002-B.

BANDEIRA, Júlio. Elementos de estilo: fragmentos do Brasil no caderno de viagem de Jean Baptiste Debret. In BANDEIRA, Júlio (org.). *Jean Baptiste Debret: caderno de viagem*. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BARBOUR, Michael G. Ecological fragmentation in the fifties. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.

BATISTA, Raimunda de Brito. *Ludovic Surjus, história, histórias*. Londrina: Atrito Art, 2005.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BINI, Fernando. O Paraná tradicional. In PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Museu de Arte Contemporânea. *Tradição/Contradição*. Curitiba: 1986.

BIGARELLA, João José. (Coord.) *A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná: contribuições à geografia, geologia e ecologia regional*. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento, 1978.

_____. A fragilidade da Serra do Mar e a BR 277. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 6 de agosto de 1983.

_____. Últimos dias do Parque Marumbi. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 29 de agosto de 1983.

_____. Serra do Mar, Segurança Ambiental e o Código Florestal Brasileiro I. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 5 de setembro de 1983.

_____. Serra do Mar, Segurança Ambiental e o Código Florestal Brasileiro II. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 9 de setembro de 1983.

_____. Serra do Mar, Segurança Ambiental e o Código Florestal Brasileiro III. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 11 de setembro de 1983.

_____. Serra do Mar, Segurança Ambiental e o Código Florestal Brasileiro IV. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 19 de setembro de 1983.

_____. Canet, Ney, Richa ... e o Parque Marumbi. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 22 de setembro de 1983.

_____. E ... o Parque Marumbi Caducou. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 2 de outubro de 1983.

_____. Parque Marumbi – como não ser radical? In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 8 de outubro de 1983.

_____. *Lutas e frustrações ecológicas: um desafio*. Curitiba: ADEA, 1986.

_____. *Fragmentos étnicos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2005.

_____. *O tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 19 de dezembro.

BIGG-WITTER, Thomas P. *Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos*. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

BOMENY, Helena Bousquet. O patrimônio de Mário de Andrade. In: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995.

BOPP, Raul. *Cobra Norato*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

BORBA, Alaor Barbosa. Alguns aspectos econômicos da abertura da estrada de ferro do Paraná. In *Paranaguá – Curitiba: oitenta anos de ligação ferroviária*. Curitiba: Rede de Viação Paraná Santa Catarina, 1965.

BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Novo dicionário portátil das línguas portuguesas e alemã*. Hamburgo: 1876.

BOSI, Alfredo. As letras na primeira república. In FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano : 2 – sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1978.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

BRAGA, Ruben; D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Dois repórteres no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

BRAGA, Ruben. Hierarquia. In: BRAGA, Ruben; D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Dois repórteres no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001-A.

BRASIL, Atila Silveira. Notas de esclarecimento à carta de dona Córdula de 16/07/1821. In MOREIRA, Júlio Estrela. *Fontes para a história do Paraná: cronistas séculos XIX e XX*. Curitiba: SEEC, 1990.

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil – 1988*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA. *Gestão participativa na APA de Guaraqueçaba*. Guaraqueçaba: APA de Guaraqueçaba, 2006.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Cartas patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

_____. *Lei 9985/2000*. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Consulta em <http://www.pr.gov.br/meioambiente/index>; 01/02/2005, 14:19 h.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Coletânea de leis sobre preservação do patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Iphan entrega o certificado de patrimônio cultural da cachoeira do Iauaretê às comunidades indígenas*. IPHAN, 2006 A. Consulta em <http://www2.iphan.gov.br>; em 24/10/2006, 15:38 h.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. *Livros do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes*. IPHAN, 2006 B. Consulta em <http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>; em 22/11/2006, 09:00 h.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA; Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF. *Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos*. Brasília: MMA/SBF, 2000.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. Martins Fontes, 1983.

BUENO, Eduardo. *Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. Diretor. *História geral da civilização brasileira. II – o Brasil monárquico : 4 – declínio e queda do império*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1974.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nº23, pp. 94 - 115, 1994.

CANDAU, Joel. *Memoire et identité*. Paris : Presses Universitaire de France, 1998.

CARNEIRO DA CUNHA, Pedro Octavio. Política e administração de 1640 a 1763. in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Diretor. *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial : 2 – administração, economia e sociedade*. São Paulo: Difusão, 1973.

CARNEIRO, Celso F. A. G.; COELHO, Gilberto Bueno. *Elementos para o desenho do meio urbano litoral: observações colhidas da experiência paranaense*. Universidade Federal de Brasília. I Seminário sobre o Desenho Urbano no Brasil. Brasília: 1984. 31p. mimeo

CARNEIRO, Newton. Fase itinerante. In PARANÁ Secretaria de Estado da Cultura. *Pintores da paisagem paranaense*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Solar do Rosário, 2001.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia das formas simbólicas: II - o pensamento mítico*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999-A.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. *O tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 22 de dezembro.

CASTRO, Ferreira de. A selva. In: CASTRO, Ferreira de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1958.

CENCING, Mário Oscar. *Construção do sistema de gestão da reserva da biosfera da mata atlântica*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004.

CESAR, Guilhermino. Poesia e prosa de ficção. In FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano : 4 – economia e cultura*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão Editorial S. A., 1984.

CHAUI, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In MICELLI, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1984.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Luiz Carlos. Sem título. In: *O Estado do Paraná*. Curitiba: 16 de agosto de 1987.

CORREIO DE NOTÍCIAS. E o parque Marumby? In: *Jornal o Correio de Notícias*. Curitiba: 24 de novembro de 1978.

_____. Salvação da Serra. In: *Jornal o Correio de Notícias*. Curitiba: 27 de abril de 1986.

COSTA, José Pedro de Oliveira. *Avaliação da reserva da biosfera da mata atlântica*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1997.

_____. Coord. *Proposta de reconhecimento dos remanescentes da Mata Atlântica como reserva da biosfera da UNESCO*. São Paulo, s.d., mimeo.

COSTA, Samuel Guimarães da. *A erva-mate*. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

CRONON, William. Beginnings introduction: in search of nature. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.

_____. The trouble with wilderness; or, getting back to the wrong nature. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.

CRUZ, Demétrio Acácio Fernandes. Apontamentos sobre a Província do Paraná – parte IV. In: MOREIRA, Júlio Estrela. *Fontes para a história do Paraná: cronistas séculos XIX e XX*. Curitiba: SEEC, 1990.

CUNHA, Dirlene Sabóia da. Marumbi, um sonho realizado. In: *Jornal O Diário do Paraná*. Curitiba: 1º de outubro de 1978.

CURITIBA. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC. *Planejando a cidade: patrimônio histórico*. Consulta em http://www.ippuc.org.br/pensando_a_cidade/index_patrimhist.htm; em 06/11/2006

DAMATTA, Roberto. Em torno da representação da natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo – a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. *O patrimônio natural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Disponível em <[http:// www2.iphan.gov.br](http://www2.iphan.gov.br)> acesso em 25/10/2006.

D'HORTA, Arnaldo Pedroso. As cidades cogumelo. In: BRAGA, Ruben; D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Dois repórteres no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

DIÁRIO DO PARANÁ. Paraná ganha parque do Marumbi. In *Jornal O Diário do Paraná*. Curitiba, 16 de março de 1974.

_____. Após 30 anos, enfim, criado o Parque Estadual do Marumbi. In *Jornal O Diário do Paraná*. Curitiba, 27 de setembro de 1978, p. 4.

_____. Canet define política de proteção ambiental. In *Jornal O Diário do Paraná*. Curitiba, 27 de setembro de 1978, p. 4.

_____. A longa luta de Reinhard Maack e João Bigarella. In *Jornal O Diário do Paraná*. Curitiba, 27 de setembro de 1978, p. 4.

_____. Marumbi: um parque para lazer. In *Jornal O Diário do Paraná*. Curitiba, 5 de junho de 1980, p. 6.

DIEGUES, Antônio C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. História e memória caiçara. In: DIEGUES, Antônio C. (Org.). *Enciclopédia caiçara*. São Paulo: Editora HCITEC, NUPAUB-CEC, 2005.

DIVULGAÇÃO. Serra do Mar: preservação e tombamento. In: *Boletim informativo Divulgação*. Ano 1 nº. 19. Curitiba, junho de 1985.

_____. Paraná está estudando defesa da Serra do Mar. In: *Boletim informativo Divulgação*. Ano 1 nº. 20. Curitiba, julho de 1985.

DRUMOND, José Augusto. História ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, v.4, n. 8, p. 198-215, 1991.

DRABIK, Alexandre. *Nova visão de nossa história*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

ELIADE, Mircea. *The myth of the eternal return or, cosmos and history*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial : 1 – do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difusão, 1976.

ESTADO DE SÃO PAULO. Governos discutem tombamento da serra. In: *Jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo, 27 de setembro de 1985.

ESTADO DO PARANÁ. Parque do Marumbi é exigência de defesa. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 24 de novembro de 1972.

_____. Técnicos apóiam a criação do Parque Nacional. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 20 de maio de 1972.

_____. Marumbi: um parque para mais estados. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba: 25 de julho de 1972.

_____. Criado o Parque do Marumbi. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 18 de dezembro de 1973.

_____. Geólogo explica as razões do parque. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 14 de março de 1974

_____. Parque enfim criado. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 16 de março de 1974.

_____. Menor do que se esperava, o Marumbi será criado. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 17 de março de 1975.

_____. O perigoso caminho do paraíso. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 17 de outubro de 1977.

_____. Parque Marumbi ainda só no papel. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 30 de setembro de 1981.

_____. Parque Marumbi pode perder a demarcação. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 16 de dezembro de 1981.

_____. Governo regulamenta uso do Parque Marumbi. In: *Jornal O Estado do Paraná*. Curitiba, 26 de abril de 1985.

FAGNANI, José Paulo; FIORI, Júlio César. *Caminhos coloniais da Serra do Mar*. Curitiba: Natugraf, 2006.

FALCÃO, Joaquim Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELLI, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difusão, 1984.

FARIA, Luiz de Castro. Nacionalismo, nacionalismos – dualidade e polimorfia: à guisa de depoimento e reflexão. In: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* vol. 1. São Paulo: Globo, Publifolha, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREZ, Marc. Viaduto. In: INSTITUTO MOREIRA SALES. *Forjada em aço e ousadia: fotografias de Marc Ferrez*. São Paulo: Instituto Moreira Sales, s.d.

FIORI, Alberto Pio; NUNES, Fabrícia Gioppo. Áreas de risco e dinâmica geoambiental das encostas da Serra do Mar – Paraná. *Boletim Paranaense de Geociências*, n. 53, p. 45-58. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

FOLHA DE LONDRINA. Decreto define uso do solo no Parque Marumbi. In: *Jornal A Folha de Londrina*. Londrina, 26 de abril de 1985.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ato conjunto deverá tombar a serra. In: *Jornal A Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 de setembro de 1985

FOLHA DO LITORAL. Parque do Marumbi: uma exigência econômica. *Jornal A Folha do Litoral*. Paranaguá, 25 de dezembro de 1973.

FONSECA, Manoel da. Vida do Venerável Padre Belchior das Pontes. In: PARANÁ. Comissão do Sesquicentenário do Paraná. *Páginas escolhidas: história – Edição alusiva aos 150 anos da criação política do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN, 2005.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI – XVII – XVIII*. São Paulo: Comissão Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA – SOS-MA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. *Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – período 1995-2000*. São Paulo: SOS-MA/INPE, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GÂNDAMO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil; História da Província Santa Cruz*, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. Disponível em <http://www.bibvirt.futuro.usp.br>.

GAZETA DO POVO. Luta pelo parque do Marumbi vem de há muito tempo no PR. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 16 de maio de 1974.

_____. Nova área para o Parque Marumbi. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 10 de julho de 1975.

_____. Marumbi: uma provada necessidade. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 13 de julho de 1975.

_____. Parque Marumbi, uma realidade. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 15 de fevereiro de 1978.

_____. Parque Marumbi, uma luta que deve ser de todos os paranaenses. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 21 de dezembro de 1981.

_____. Parque do Marumby, um sonho ainda acalentado por ecologistas do PR. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 25 de abril de 1982.

_____. Parque Marumbi, ainda só no papel. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 14 de junho de 1982.

_____. Parque Marumbi em discussão. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 21 de setembro de 1983.

_____. Parque Marumbi, uma nova solução possível. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 27 de setembro de 1983.

_____. Marumbi, uma nova solução possível. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 27 de setembro de 1983.

_____. Abrolhos, 4 de setembro de 1937. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 01 de setembro de 1984.

_____. Regulamentação do Parque Marumbi já tem lei aprovada. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 29 de outubro de 1984.

_____. Marumbi: decreto atende ecologistas. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 27 de abril de 1985.

_____. Edital de tombamento da Serra do Mar será lançado no Dia do Meio Ambiente. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 18 de maio de 1986.

_____. Plano restringe uso do Marumbi In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 13 de setembro de 1987.

_____. Paraná na vanguarda. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 26 de fevereiro de 1996.

_____. Aprendendo ecologia na Serra do Mar. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 22 de novembro de 1999.

_____. ALL precisa montar fazer projeto de ponte. In: *Jornal A Gazeta do Povo*. Curitiba, 5 de agosto de 2004, p. 6

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GIRAUDO, Tiago. (Ed.) *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2000.

GÓES, Carlos. *Diccionario de raizes e cognatos da lingua portugueza*. Bello Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1921.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, v.I, n. 2, p. 264-275, 1988.

GUSSO, Divonsir Arthur (Coord.). *Educação e cultura – 1987: situação e políticas governamentais*. Brasília: IPEA, 1990.

GRIMAL, Pierre. (Ed.) *Larousse World Mythology*. London: Hamlyn, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABITZREUTER, Rubens R. *A conquista da serra do Mar*. Curitiba: Pinha, 2000.

HEEMANN, Ademar. *O corpo que pensa: ensaio sobre o nascimento e legitimação de valores*. Joinville: Editora UNIVILLE, 2001-A.

_____. *Natureza e ética*. Curitiba: Editora UFPR, 2001-B.

_____. *Texto científico: um roteiro para estrutura, citação e referências de projetos e trabalhos monográficos*. Curitiba: Livraria do Eleutério, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A mineração: antecedentes luso-brasileiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial : 2 – administração, economia e sociedade*. São Paulo: Difusão, 1973.

_____. A colônia do sacramento e a expansão no extremo sul. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (diretor). *História geral da civilização brasileira. I – a época colonial : 1 – do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1976.

_____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

ICOMOS, International Council for Monuments and Sites. *The world heritage list: filling the gaps, an action plan for the future*. Paris: ICOMOS, 2004.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Proposta de zoneamento para a região litoral paranaense*. Curitiba: IPARDES, 1987.

_____. *Referências ambientais e sócio econômicas para o uso do território do Estado do Paraná: uma contribuição ao zoneamento ecológico-econômico - ZEE*. Curitiba: IPARDES, 2005.

_____. *Paraná: economia e sociedade*. Curitiba: IPARDES, 2006.

IUCN – *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*. *World heritage nomination -IUCN Technical Evaluation - Atlantic Forests (Southeast) (Brazil)*. IUCN, 1999. Consulta em <http://whc.unesco.org/en/list/893>, em 29/07/2006, 17:11:18.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa das Palavras, 2005.

JONES, Stephen. A arte do século XVIII. In: *Historia da arte da Universidade de Cambridge*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

JORNAL DO ESTADO. Defesa da Serra do Mar é Fundamental. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 2 de junho de 1985.

_____. O tombamento da Serra do Mar. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 27 de setembro de 1985.

_____. Tombamento da Serra do Mar agilizado. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 1º de maio de 1986.

_____. Direitos da natureza. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 10 de junho de 1986.

_____. Tombamento da Serra do Mar é contestado. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 05 de julho de 1986.

_____. Natureza reina soberana. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 11 de março de 1987.

_____. Parque Marumbi foi dividido para garantir preservação. In *Jornal do Estado*. Curitiba, 13 de setembro de 1987.

JORNAL DA TARDE. Paraná: fim da proteção à Serra do Mar? In: *O Jornal da Tarde do Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de julho de 1986.

JUNG, Carl Gustav. *Estudos de psicologia analítica. (Obras completas v.7)* Petrópolis: Vozes, 1981.

JUSTINO, Maria José et alli. *De Bona: um exercício de criação*. Curitiba: Editora da UFPR, 1989.

_____. Modernidade no Paraná: do Andersen impressionista aos anos 60. In PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Museu de Arte Contemporânea. *Tradição/Contradição*. Curitiba: 1986.

KENDALL, Richard. *The history and techniques of the great masters: Cezzane*. Londres: Tiger Books International, 1989.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KNORR, José. Parque do Marumbi – ecologia. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 26 de junho de 1978.

KORNFELD, Walter. Monte. In: BAUER, Johannes B. *Dicionário de teologia bíblica*. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

LABASSE, Jean. *La organizacion del espacio: elementos de geografia aplicada*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1973.

LANGE, Roberto Ribas. Relatório e voto sobre o tombamento da Serra do Mar, na sessão de 25 de julho de 1986 do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Cadernos do patrimônio, série estudos 3: Tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: SEEC/CPC, 1987.

LAROUSSE. *Nouveau petit Larousse*. Paris: Librairie Larousse, 1968.

LEÃO, Ermelino Agostinho. *Antonina: factos e homens – da idade archeolithica à elevação a cidade*. Antonina: Francisco J. Gonçalves, 1926. Edição Fac-Símile, Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. II. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 155,163.

LENOBLE, Robert. *História da idéia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.

LETTS, Rosa Maria. O renascimento. In: *Historia da arte da Universidade de Cambridge*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

LICARDO, Antônio et al. O Paraná na história da mineração do Brasil do século XVII. In *Boletim paranaense de geociências*. Curitiba: Editora UFPR, nº 54, p 41-49, 2004.

LIMA, João Carlos de. Pico Paraná de aniversário. *Gazeta do Povo*. Curitiba: 12 de julho de 1986.

LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1985.

LINO, Clayton Ferreira (org.) et al. *Planejamento estratégico da reserva da biosfera da Mata Atlântica 2003*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2003.

LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. In *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, nº 1, p. 77-92, 1937.

LYRA, Cyro Illidio Corrêa de Oliveira. *Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MAACK, Reinhard. O aspecto fitogeográfico atual do Paraná e considerações sobre o problema do reflorestamento. In: *Separata dos arquivos de biologia e tecnologia*. V. VIII, art. 19. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Imprensa Paranaense AS, 1953 – A.

_____. As conseqüências da devastação das matas no estado do Paraná. In: *Separata dos arquivos de biologia e tecnologia*. V. VIII, art. 19. Curitiba: Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Imprensa Paranaense AS, 1953 – B.

_____. *Geografia física do estado do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACAGGI, Maria. A lenda do Veo de Noiva. In *Ilustração Paranaense*. Ano 4 N. 1. Curitiba: janeiro de 1930.

MACEDO, Antonio Ribeiro de. Os primeiros que subiram ao Marumby – 25 de agosto de 1880. In *Ilustração paranaense*. Ano II, N 6, Curitiba: 1928.

MACEDO, Raphael Valdomiro Greca de. O enterro da gralha velha. *A Voz do Paraná*. Curitiba, 31 de maio de 1975.

MACFARLANE, Robert. *Montanhas da mente história de um fascínio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. In: *Poemas seguidos de dois ensaios*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. *Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. Curitiba: IPARDES, 2006-A.

_____. Agentes sociais no Paraná. In Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba: IPARDES, 2006-B.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Discurso e representação, ou de como os baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, Ruth (org.) *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 30 de dezembro.

MAINSTONE Rowland; MAINSTONE, Madeleine. O barroco e o século XVII. In: *Historia da arte da Universidade de Cambridge*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

MANFREDINI, Jurandyr. *A derrota do titan*. In: *Ilustração Paranaense*. Ano II, N 6. Curitiba: junho de 1928.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura – SEC, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico – DPHA. *Lista de bens tombados*. São Luís: SEC, DPHA, 2006. Consulta em <http://www.cultura.ma.gov.br>; em 17/11/2006, 17:27 h.

MARGULIS, Sérgio. *O desempenho do governo brasileiro, dos órgãos contratantes, e do Banco Mundial em relação à questão ambiental do programa Polonoroeste*. Brasília: IPEA, 1991, mimeo.

MARQUES DIAS, Maria Luiza. *Planejamento e patrimônio no Paraná: o conflito negociado*. Tese de Doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, mimeo.

MARTINS, Romário. *Livro das Árvores do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

_____. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

_____. Marumby. In: *Ilustração Paranaense*. Ano II, N 1. Curitiba: janeiro de 1928.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

_____. *A invenção do Paraná: estudo sobre a presidência Zacarias de Goes e Vasconcellos*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1999.

MATOS, Odilon Moreira de. Vias de comunicação. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. Diretor. *História geral da civilização brasileira. II – o Brasil monárquico : 4 – declínio e queda do império*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1974.

MELLO, João Batista Ferreira de. Humanização da natureza: uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In MESQUITA, Olindina Vianna; SILVA, Solange Tietzmann. *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

MELLO, Tiago de. *Mormaço na floresta*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido de. A literatura durante o império. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. Diretor. *História geral da civilização brasileira. II – o Brasil monárquico : 3 – reações e transações*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1976.

MENDONÇA, Sônia Regina. Por uma sócio história do estado no Brasil. In CHUVA, Márcia (Org.) *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, nº 21, 1998

_____. *Preservação de Acervos Contemporâneos*. Consulta em [http://www.itaucultural.org.br/conservar_nao_restaurar/papers/](http://www.itaucultural.org.br/conservar_nao_restaurar/papers/PAPER_ULPIANO) PAPER_ULPIANO; em 23/11/2004, 17:08 h.

MERCHANT, Carolyn. Reinventing Eden: western culture as a recovery narrative. In: CRONON, William. (Ed.) *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.

MESQUITA, Fernão Lara. Sarney, Montoro, Richa: o que vocês estão esperando? *Jornal da Tarde*. São Paulo: 16 de outubro de 1985, p. 13.

MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70) In MICELLI, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difusão, 1984.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano : 2 –sociedade e instituições*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert, Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, v.4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MOREIRA, Júlio Estrela. *Caminhos das comarcas de Curitiba e Paranaguá (até a emancipação da província do Paraná)*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1975

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

MORGAN, Prys. Da morte a uma perspectiva: a busca do passado galês no período romântico In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOURA, Pedro de Almeida. *História do trem de ferro*. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

MÜLLER, Estevão. *Além dos mares a liberdade: alemães do Volga a epopéia de um povo*. São Paulo: Centro Marista de Estudos e Pesquisa, 2000.

MUNIZ, Francisco Saldanha. et al. Parecer sobre o Código Florestal. In BIGARELLA, João José. (Coord.) *A Serra do Mar e a porção oriental do Estado do Paraná*:

contribuições à geografia, geologia e ecologia regional. Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento, 1978.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. V.I Curitiba: 1926, facsímile publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Paraná, s.d.

_____. Provimentos, Ouvidoria Geral da Comarca de Paranaguá. In: PARANÁ. Comissão do Sesquicentenário do Paraná. *Páginas escolhidas: história – Edição alusiva aos 150 anos da criação política do Paraná*. Curitiba: Assembléia Legislativa do Paraná, 2003.

NEGRÃO, Odilon. Orophagia. In: *Ilustração Paranaense*. Ano II, N. 6. Curitiba, junho de 1928-A.

_____. Marumby. In: *Ilustração Paranaense*. Ano II, N 6. Curitiba, junho de 1928-B.

NÓBREGA Manoel da. *Carta ao Dr. Martin de Azpilcueta Navarro, Coimbra, 10 de agosto de 1549*. In: LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. I. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954-A, 132, 145.

_____. *Carta ao padre Luís Gonçalves da Câmara, Lisboa, 15 de junho de 1553*. In: LEITE, Serafim. Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil V. I. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954-B, p. 489, 503.

ODUM, Eugene Pleasants. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Bacia do rio da Prata: estudo para sua planificação e desenvolvimento. República Federativa do Brasil, Noroeste do Estado do Paraná volume I estudo para o controle da erosão*. Whashington DC: Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, 1973.

_____. *Bacia do rio da Prata: estudo para sua planificação e desenvolvimento. República Federativa do Brasil, Noroeste do Estado do Paraná volume II estudo para o desenvolvimento regional*. Whashington DC: Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, 1975.

OLIVEN, Ruben George. A relação estado e cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In MICELLI, Sérgio (Org.) *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo, Difusão, 1984.

OLWIG, Kenneth R. Reinventing common nature: Yosemite and Mount Rushmore – a meandering tale of a double nature. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PÁDUA, José Augusto. As raízes históricas do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento no Brasil. In VIEIRA, Paulo Freire et al. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Palotti; Florianópolis: APED, 1998.

PARANÁ. *Relatório do presidente da província o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854*. Curityba: Typografia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854.

_____. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: Typ. da Livraria Econômica, 1905. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:30 h.

_____. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: Typ. da Livraria Econômica, 1906. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:31 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1917. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:33 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1918. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:35 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: Typ. d'A Republica, 1920. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:36 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: 1921. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:39 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: 1926. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:41 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: 1927. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 07/03/2007, 15:51 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado do Paraná*. Curityba: 1928. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:55 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná*. Curitiba: 1929. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 07/03/2007, 17:41 h.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná*. Curitiba: 1930. Consulta em <http://www.crl.edu/content/brazil/parn.htm>; em 06/03/2007, 15:41 h.

_____. Circunscrição Imobiliária da Comarca de Antonina. Ofício 1986, julho 18, Antonina, [para] Secretário da Cultura e do Esporte. Antonina, 18 de julho de 1986 mimeografado. Original.

_____. Secretaria da Agricultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Natural do Paraná. *Primeira expedição científica à Serra de Paranapiacaba e Alto Ribeira*. Curitiba: CDPNP, 1956.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, CAT/AEIT-Marumbi. Ofício 1985, junho 11, Curitiba [para] Secretário da Cultura e do Esporte. Curitiba: 11 de junho de 1985, mimeografado. Original.

_____. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. *Atlas do Estado do Paraná*. Curitiba: DIOE, 1987-A.

_____. Secretaria da Educação e Cultura. Conselho Superior do Patrimônio Cultural do Paraná. *Livro de Atas*. Curitiba: CSPCP, 1936. Original.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. Departamento de Cultura. Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. *Livro de atas do Conselho Consultivo da Divisão do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural*. Curitiba: 1949 – 1981. Original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Livro do Tombo Histórico*. Curitiba: SEEC/CPC, 1962. Original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Livro do Tombo I Arqueológico Iconográfico e Paisagístico*. Curitiba: SEEC/CPC, 1966. Original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Livro do Tombo III Belas Artes*. Curitiba: SEEC/CPC, 1973. Original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Serra do Mar no Estado do Paraná*. Curitiba: SEEC, 1981.

_____. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Ofício 150/86-CPC. Curitiba, 17 de junho de 1986, mimeografado. Original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Telex de 8 de julho de 1986. Curitiba, 8 de julho de 1986, mimeografado. Original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Livro do Tombo I Arqueológico Iconográfico e Paisagístico: Inscrição nº 17*. Curitiba: SEEC/CPC, 1986. Original.

_____. Secretaria da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Livro de atas do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico Artístico*. Curitiba: 1981 - 1986, original.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Cadernos do patrimônio, série estudos 3: Tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: SEEC/CPC, 1987-B.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Boletim de bens tombados – Estado do Paraná – árvores*. Curitiba: SEEC-CPC, 1992.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. *Pintores da paisagem paranaense*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Solar do Rosário, 2001.

_____. Secretaria de Estado da Cultura, Museu de Arte do Paraná. *Guido Viaro, uma lição de arte*. Catálogo de exposição realizada de setembro à outubro de 1997. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Tombamento da Serra do Mar: ponte ferroviária sobre o Rio São João, relatório de situação*. Curitiba: CPC/SEEC, 2005 (mimeo).

_____. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. *Bens tombados – municípios e denominação*. Curitiba: SEEC, CPC, 2006-A. Consulta em http://www.pr.gov.br/seec/cpc_benstombados.shtml; 20/11/06, 14:40 h.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. *Lei Estadual 38/35: cria o Conselho Superior do Patrimônio Cultural do Paraná*. Curitiba: SEEC, CPC, 2006-B. Consulta em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>; em 20/11/2006, 15:45 h.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. *Lei Estadual 112/48: cria o Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná*. Curitiba: SEEC;CPC, 2006-C. Consulta em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>; em 20/11/2006, 15:55 h.

_____. Secretaria de Estado da Cultura. *Lei Estadual 1211/53 que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná*. Curitiba: SEEC;CPC, 2006-D. Consulta em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>, em 20/11/2006, 16:00 h.

_____. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Serviço Social Autônomo Ecoparaná. *Relatório de atividades*. Curitiba: Ecoparaná, 2002.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto Ambiental do Paraná. Consulta em <http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/biodiver>; em 24/01/2005, 16:20 h.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto Ambiental do Paraná. *Atlas da Vegetação do Paraná*. Curitiba: SEMA, 2002. Disponível <http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap> acesso em 11/09/2003, 16:12 h.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Instituto Ambiental do Paraná. *Atlântica: edição especial da semana do meio ambiente*. Curitiba: SEMA, 2005.

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. *Coletânea de legislação ambiental: federal, estadual*. Curitiba, 1990-A.

_____. PARANACIDADE Serviço Social Autônomo, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Consulta em http://www.paranacidade.org.br/municipios/select_municipios.php; em 27/01/05, 11:20 h.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Ata da 6ª Reunião Ordinária - SEPL. Curitiba: 2 de julho de 1986. Consulta em <http://www.pr.gov.br>; em 04/06/2007, 10:45 h.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Telex 142/86 - SEPL. Curitiba, 7 de julho de 1986, mimeografado. Original. (Pasta 14)

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Telex 143/86 - SEPL. Curitiba, s.d., mimeografado. Original.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense. Ofício nº. 2016/86-GAB/869. Curitiba, 24 de julho de 1986, mimeografado. Original.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: SEPL, 1990-B, mimeografado.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC. A evolução histórica da RMC. *Metrópolis em revista*. Curitiba: COMEC, v.1, n.1, p.5-14, 1999.

_____. Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. *Constituição do Estado do Paraná 1989*. Curitiba: DIOE, 1994.

PARANÁ, Sebastião. *Chorographia do Paraná*. Curitiba: Tipographia da Livraria Econômica Annibal Rocha e C., 1899.

PARCHEN, Rosina Coeli Alice. *A gestão pública do patrimônio cultural*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 21 de novembro.

PEREZ, Marta Arjona. *Patrimonio cultural y identidad*. La Habana: Ediciones Boloña, 2003.

PILOTO, Valfrido. Morretes, Rocha Pombo e Marumbi (I). *Gazeta do Povo*. Curitiba, 5 de dezembro de 1991.

PINHEIRO, Ana Lúcia de Godoy. *Da Imensidão Selvagem às Áreas Protegidas: inventando naturezas, criando lugares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, s.d., mimeografado.

POLINARI, Marcelo. *Serra do mar a barreira: estudo bibliográfico da ocupação do litoral do Paraná*. Curitiba: Secretaria da Cultura, 1986, mimeografado.

POMBO, José Francisco da Rocha. *O Paraná no centenário: 1500-1900*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

PONTES FILHO, Almir. *O sambaqui do Guaraqueçu*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida em 12 de julho.

PONTES FILHO, Almir et al. Caminho do Itupava – Patrimônio Histórico-Arqueológico da Serra do Mar, Estado do Paraná Brasil. *Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná*. V.10 n. 6 p. 23, 46. Curitiba: CEPA-UFPR, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

PROSSER, Elizabeth Seraphin. *Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853-1953: da Escola de Belas Artes Indústrias, de Mariano Lima, à Universidade do Paraná e à Escola de Belas Artes do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

REYNOLDS, Donald. JONES, Stephen. A arte do século XIX. In: *Historia da arte da Universidade de Cambridge*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

RIBAS, Marcos Caetano. *A história do caminho do ouro em Paraty*. Paraty: Contest Produções Culturais, 2003.

RICKLEFS, Robert E. *A economia da natureza*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2003.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments*. In *Socio-Anthropologie*, n° 9, em Consulta em <http://revel.unice.fr/anthropo/sommaire.html?id=2>; em 23/11/ 2004, 15:16 h.

RIO DE JANEIRO. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. *Guia de bens tombados*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2006. Consulta em <http://www.inepac.rj.gov.br>, em 18/11/2006, 14:00 h.

RIZZINI, Carlos Alberto Toledo; COIMBRA FILHO, Aldemar F.; HOUAISS, Antônio. *Ecossistemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Index, 1988.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Relatórios sobre os caminhos do Ytupava e Graciosa. In PARANÁ. Documentos a que se refere o *relatório do presidente da província o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854, Anexos p. 6 a 14.* Curitiba: Typografia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854.

RONCÁGLIO, Cynthia. *Das estradas às rodovias: meio século de rodoviarismo no Paraná*. Curitiba: DER, DEAP, 1996.

_____. *História administrativa do Paraná: criação, competências e alterações das unidades administrativas do Estado, 1948 – 1998*. Curitiba: Imprensa Oficial, DEAP, 2002.

_____. *Memória, identidade nacional e cidadania*. Curitiba: 2006, mimeo.

ROGER, Emílio. Uma antropologia complexa para entrar no século XXI. Chaves de compreensão. In PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. (Org.). *O pensar complexo. Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

RUGENDAS, Johan Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, (s. d.)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

SACHS, Ignacy. Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente. In, STROH, Paula Yone. (Org.) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. *Ciência do homem e sentimento da natureza: viajantes alemães no Brasil do século XIX*. Tese de Doutorado em História: Curitiba: UFPR, 1997, mimeo.

SALLES, Jefferson de Oliveira. A relação entre o poder estatal e as estratégias de formação de um grupo empresarial paranaense nas décadas de 1940-1950: o caso do Grupo Lupion. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). *A construção do Paraná*

moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004.

SÃO PAULO. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT. *Lista de bens tombados*. São Paulo: CONDEPHAAT, 2006, mimeo.

SCHARBERT, J. Paraíso. In: BAUER, Johannes B.(Org.) *Dicionário de teologia bíblica*. São Paulo: Loyola, 1973.

SCHIMIDLIN, Henrique Paulo. Pico Paraná o Everest Paranaense. *Revista Escalada* nº 5. Curitiba, maio de 1985.

_____. A primeira mulher a escalar o Marumbi. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 5 de janeiro de 1991.

_____. Apoio aos Montanhistas. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 2 de novembro de 1996.

_____. A primeira tragédia no Marumbi. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 4 de janeiro de 1997 A.

_____. Sem título. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 18 de janeiro de 1997 B.

_____. Mega tirolesa. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 26 de abril de 1997 C.

_____. *O tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 24 de novembro de 2006.

SCHLEDER, J. C. - Coord. - BRANCO, A. *A conquista da Serra do Mar*. São Paulo: Ecovias, 2002.

SCIFONI, Simone. *A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais*. Disponível em: <http://143.106.158.71/anppas/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf>. Acesso em: 28 nov.2006.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *A natureza como paisagem e como emblema da nação: uma reflexão sobre a arte neoclássica no Brasil no século XIX e acerca da produção de Nicolas Taunay*. Working Paper CBS-49-04. University of Oxford, Center for Brazilian Studies, 2003, mimeo.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Campinas: Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UNICAMP, 1993 – mimeo.

SILVA, Fernando Fernandes da. Mário e o patrimônio um anteprojeto ainda atual. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, nº 30 p. 128-137, 2002.

_____. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003

SILVA, Francisco Pereira da. *Os paraniadas*: poema heróico do Paraná em 12 cantos líricos, poesias à minha terra, estrada de ferro Curitiba Paranaguá. Edição Comemorativa do 35º aniversário do Centro Paranaense Feminino de Cultura. Volume XXV. Curitiba: [s.n.], 1968.

SILVA TELLES, Augusto Carlos da. *Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil*. Rio de Janeiro: FENAMEC/DAC, 1975.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500/1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SLATER, Kenneth. Amazonia as a Edenic Narrative. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.(p. 91 a 113)

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. *Bens culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

SPIRN, Anne Whiston. Constructing nature: the legacy of Frederick Law Olmsted In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995. (p. 91 a 113)

STOCKLER, Heitor. Ode á estrada da Graciosa. In *Boletim especial comemorativo do 1º centenário da estrada da Graciosa*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1973.

STRUMINSKI, Edson. A ética no montanhismo. In *Desenvolvimento e Meio Ambiente: diálogo de saberes e percepção ambiental*. Curitiba: Editora UFPR, nº 7, p. 125 - 134, 2003.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970) In FAUSTO, Boris. Diretor. *História geral da civilização brasileira. III – o Brasil republicano : 4 – economia e cultura*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difusão, 1984.

SZVARÇA, Décio Roberto. *O forjador: ruínas de um mito*. Romário Martins. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

TARNOWISKI, Luiz Celso. *Cartograma das áreas protegidas do litoral*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 2002, mimeografado.

_____. *Composição do tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, Coordenadoria do Patrimônio Cultural, 2006, mimeografado.

TASSINARI, Colombo, C. G. Tectônica global. In: TEIXEIRA, Wilson; et al. (Orgs.). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

TAUNAY, Afonso de E. (org.) *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Publicações Comemorativas do 4º Centenário da Cidade de São Paulo, s.d.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOLEDO, Maria Cristina M. et al. Intemperismo e formação do solo. In TEIXEIRA, Wilson et al. (Org.) *Decifrando a terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

TOURAINÉ, Alain; KHOSROKHAVAR, Farhad. *A busca de si: diálogo sobre o sujeito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

TOURINHO, Francisco Antônio Monteiro. Bosquejo histórico da estrada da Graciosa. In *Boletim especial comemorativo do 1º centenário da estrada da Graciosa*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1973.

TOURINHO, Luís Carlos. Viagem a Paranaguá. In *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Volume XII – Ano 1970. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1971.

TREVISAN, Edilberto. Do litoral ao planalto (algumas anotações sobre caminhos) In *Paranaguá – Curitiba: oitenta anos de ligação ferroviária*. Curitiba: Rede de Viação Paraná Santa Catarina, 1965.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

UNESCO – ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. *Directrices prácticas sobre la aplicación de la Convención para la Protección del Patrimonio Mundial*. Washington DC: UNESCO, 1999.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *World Heritage 2002*. Paris: World Heritage Center, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR, Departamento de História. *Um século de eletricidade no Paraná*. Curitiba: Companhia Paranaense de Energia, 1994.

URBAN, Teresa. *Saudades do matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR, Fundação o Boticário de Proteção à Natureza, Fundação MacArthur, 1998.

_____. *O tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 14 de dezembro.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAN CREVELD, Martin. *Ascensão e declínio do estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIEIRA, B. Urbs regia. In *Ilustração Paranaense*. Ano 4, N.2. Curitiba: fevereiro de 1930.

VIEIRA, Paulo Freire et al. *Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs*. Porto Alegre: Palotti; Florianópolis: APED, 1998.

VIEIRA DOS SANTOS Antônio *Memória histórica chronológica topographica, e descriptiva da villa de Morretes do Porto Real vulgarmente Porto de Cima. Tomo 1º, 1851*. Curitiba: Seção de História do Museu Paranaense, 1950.

_____. *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município v.1*. Curitiba: Museu Paranaense, 1951.

_____. *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município v.2*. Curitiba: Museu Paranaense, 1952.

VILLALVA, Saturnino Francisco de Freitas. Relatório sobre os caminhos do Itupava e da Graciosa. In PARANÁ. Documentos a que se refere o *relatório do presidente da província o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854, Anexos p. 15 a 17*. Curitiba: Typografia Paranaense de Cândido Martins Lopes, 1854.

VITOR, Nestor. *A terra do futuro*. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

VOZ DO PARANÁ. Qual a importância dos parques florestais. Bigarella explica. In: *Jornal A Voz do Paraná*. Curitiba, 31 de maio de 1975.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de. A Natureza no Patrimônio Cultural do Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, N°. 22/1987 pp.233-235.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WAGNER, Helmuth. *Serra do Mar no Estado do Paraná*. Curitiba: SEEC, 1981.

WEBER, Jacques. Gestão de recursos renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (org.). São Paulo: Cortez, 2002.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

WHITE, Richard. Are you a environmentalist or do you work for living?: work and nature. In: CRONON, William. Ed. *Uncommon ground: rethinking the human place in nature*. New York: W. W. Norton & Company; London: W. W. Norton & Company, 1995.

WORSTER, Donald. Para fazer história Ambiental. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC – FGV, v.4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WRIGHT, Robert. *O animal moral: porque somos como somos, a nova ciência da psicologia evolucionista*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

YAMAKI, Humberto. *Labirinto da memória: paisagens de Londrina*. Londrina: Edições Humanidades, 2006.

ZAMBONI, Tosca. *O tombamento da Serra do Mar*. Curitiba: 2006. Entrevista concedida a Celso Fernando de Azambuja Gomes Carneiro em 21 de dezembro.